6,7 X 32

A. Exc.mo Snr. Presidente Washington Luiz
com a respeitosa lembrança offerece
Rio, Setembro 928 Florentino Avidos

MENSAGEM FINAL

AFRESENTADA PELO EXMO. SNR. PRESIDENTE DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, DR. FLORENTINO AVIDOS AO CONGRESSO LEGISLATIVO, A 15 DE JUNHO DE 1928, CONTENDO DADOS COMPLETOS DE TODOS OS SERVIÇOS REALIZADOS NO QUADRIENNIO DE 1924 — 1928.

ARQUIVO NACIONAL
LIVRO N.º 950
EM DE 6/6/78
BIBLIOTECA

INDICE

	Paginas
Introducção	5
Ordem Publica Nacional	7
Relações com a União e os Estados	8
Relações do Espirito Santo com os Estados limitrophes	10
Eleições	27
Relações com o Legislativo e com os Municipios	35
VIII Congresso de Geographia	36
Poder Judiciario	38
Auxiliares Directos da Administração	43
Reforma Constitucional — Successão Presidencial	45
Corpo Consular	47
Ordem Publica do Estado — Repressão ao jogo	49
Policia — Guarda Civil — Delegacias	50
Hygiene Publica	58
Serviços de Prophylaxia	62
Regimento Policial Militar	64
Archivo Publico	69
Junta Commercial	70
Secretaria da Instrucção	71
Movimento Escolar	74
Ensino Normal	85
Ensino Secundario — Ensino Particular e Municipal	90
Magisterio Primario	99

	Paginas
Secretaria da Fazenda	103
Situação Financeira Actual do Estado	105
Arrecadação Global de Junho de 1924 a Junho de 1928	112
Quadro do emprego de toda a arrecadação	112—118
Exportação	130
Serviço de Defesa do Café	133
Emprestimo do Banco Italo Belga	138
Banco do Espirito Santo	140
Divida Interna	141
Caixa "Jeronymo Monteiro"	142
Dividas Externas — Emprestimo 908	147—177
Dividas Externas — Emprestimo 1919	177
Secretaria da Agricultura	178
Secção de Agricultura e Pecuaria	179
Pecuaria	189
Exposições	194
Secção de Terras e Colonisação	205
Directoria de Viação, Obras Publicas, Industria e Commercio	213
Estradas de Rodagem	213
Pontes	224
Edificios Publicos — Escolas	228
Rede Telephonica Estadoal	233
Navegação Fluvial	235
Navegação Maritima	237
Serviços Diversos	239
Estradas de Ferro	240
Melhoramentos de Victoria	273
Ruas e Avenidas	276
Praças	284
Bairro Jucutuquara	285
Edificios Publicos Diversos	289
Favores a Empresas de Interesse Publico	294
Directoria de Agua e Esgoto	295
Obras do Porto de Victoria	303
Ponte entre Victoria e o Continente	313
Primeira Secção do Caes do Porto	318
Ponte Sobre o Rio Dôce e E. F. Norte Rio Dôce	326
Contractos	335

MENSAGEM FINAL

Snrs. Membros do Congresso:

Em cumprimento ao preceito constitucional, que me attribue o dever de vos dar conta da situação dos negocios publicos do Estado, compareço, pela ultima vez, perante esta elevada Corporação, com o proposito de expôr em detalhes os trabalhos realizados durante o quadriennio em que estive á testa do Governo, procurando esforçadamente corresponder á generosa espectativa do povo espirito-santense, que me distinguiu com as suas constantes e inequivocas manifestações de solidariedade, desde o dia em que me elegeu para a mais alta investidura estadual.

No desempenho das delicadas funcções de gerir os negocios publicos, outros sentimentos me não animaram, senão os de bem corresponder á benevola confiança com que foi acolhida a minha indicação para o supremo posto da governança do Estado, e nesta posição dediquei-me. quanto pude ao progresso e desenvolvimento da terra espirito-santense, procurando, com vivo empenho, executar serviços que me pareceram os mais indispensaveis ao engrandecimento do nosso Estado.

Para os resultados que tenho podido alcançar e que assignalam, sem duvida, uma época de trabalho da nossa vida administrativa, muito concorreram a perfeita harmonia, a unidade de vistas entre o Legislativo e o Executivo, e não menos, a legitima comprehensão de verdadeiro civismo com que vos orientastes sempre no desempenho do vosso honroso mandato.

E' de meu dever consignar aqui os meus profundos agradecimentos pelas grandes e ininterruptas provas de consideração com que sempre fui distinguido pelos insignes chefes da Nação — Drs. Arthur Bernardes e Washington Luis — pois que de ambos mereci honrosos e constantes testemunhos de desvanecedor apoio e confortadora confiança todas as vezes que tive de recorrer ao Governo Federal, em beneficio da bôa marcha dos nossos negocios publicos e do progresso do Estado. Facil é de aquilatar-se que essa cordialidade tão accentuada e perfeita entre os governos federal e estadual muito contribuiu para permittir ao Espirito Santo o avançar decidido pela senda do progresso, de que justamente nos podemos orgulhar.

Aos illustrados senhores Ministros de Estado, tanto aos do Governo Arthur Bernardes, como aos do Governo Washington Luis, penhoro o meu desvanecido reconhecimento pela presteza e boa vontade com que sempre acolheram as solicitações que lhes dirigi em bem dos negocios publicos, sob minha superintendencia. Estendo tambem esse meu reconhecimento aos Governos dos demais Estados da Republica, dos quaes recebi inequivocas demonstrações de cortezia todas as vezes que a elles me dirigi com o mesmo fim.

A' nossa bancada federal, assim como ao funccionalismo, ás patrioticas administrações municipaes, ao commercio, aos representantes das classes conervadoras e liberaes, e ao povo do nosso Estado, em geral, consigno os meus melhores agradecimentos pelo saber, dedicação e carinho com que se esforçaram e contribuiram para a realização da obra de engrandecimento que emprehendemos, visando elevar a terra espirito-santense á posição de destaque, de que ella já se ufana no concerto da Federação patria.

Cumprido, como se acha, o meu indeclinavel dever de apresentar agradecimentos a quantos me auxiliaram com o seu apoio e solidariedade, facilitando-me a tarefa ingente de pugnar pelos elevados interesses do Espirito Santo, cuja situação de prosperidade, de ordem e de trabalho, dia a dia, se accentúa, passo a fazer a exposição dos actos que pratiquei durante o quadriennio, sempre animado — repito — do mais sincero e leal empenho de bem servir á missão que me confiou o eleitorado desta terra, onde tenho vinte e oito annos de residencia e de trabalho, que foi o berço de minha esposa e é o de meus filhos.

ORDEM PUBLICA NACIONAL

O movimento sedicioso que alçou o collo em São Paulo, a 5 de Julho de 1924, definindo o desvario de uma onda facciosa, ameaçando as instituições nacionaes, teve no Espirito Santo a mais franca e decidida condemnação, demonstrada na presteza com que nos collocámos ao lado do Governo da Republica, para combater o gesto de tresloucada demagogia.

Alistei-me, sem vacillações, a serviço da causa publica, cooperando para o restabelecimento da ordem nacional ameaçada e para o fortalecimento do prestigio das instituições republicanas com a remessa immediata dum contingente de 321 homens, que enviei para o campo da lucta, formando tres companhias perfeitamente equipadas e sob a direcção do commandante do Regimento Policial, Tenente Coronel Abilio Martins.

De como se houve o contingente da policia espirito-santense nessa lucta, cujos maleficos effeitos tanto se accentuaram na vida do Paiz, dão testemunho os louvores recebidos pelos nossos officiaes e soldados, cada qual mais empenhado no cumprimento do seu dever civico de defender o prestigio dos poderes constituidos.

A minha attitude de completa solidariedade com o Governo da Republica, no combate aos rebeldes que tentavam subverter a fórma das nossas instituições, pretendendo moldal-as ao sabor dos seus interesses, mereceu da nossa bancada federal, de todos vós e de nosso povo a approvação franca e decidida, confortando-me de modo particular as moções de apoio, que votastes em homenagem ao meu Governo, as autorizações que destes, e, sobretudo, as especiaes provas de solidariedade que me prestastes naquella dolorosa emergencia.

A actuação do Espirito Santo, cooperando com o illustre Chefe da Nação, a cuja intrepidez, habilidade e energia se deve a defesa das prerogativas constitucionaes, foi digna sob todos os titulos, e por isso mesmo perfeitamente comprehendida pelos nossos coestaduanos.

A recompensa pela presteza com que nos puzemos a serviço da ordem publica nacional, restabelecida definitivamente pelo emerito estadista que se encontra á frente dos destinos da Republica — Dr. Washington Luis, recebemol-a nas memoraveis palavras contidas no manifesto lançado ao Paiz pelo Sr. Dr. Arthur Bernar-

des, em 15 de Novembro de 1924, em cujas paginas se estamparam as melhores referencias aos nossos esforços e á solicitude com que accorremos ao campo da lucta.

RELAÇÕES COM A UNIÃO E COM OS ESTADOS

Durante todo o meu quadriennio foram sempre cordialissimas as nossas relações com a União e com as demais unidades da Federação.

Seja ao eminente brasileiro, Dr. Arthur Bernardes, seja ao egregio homem publico Dr. Washington Luis, devo profundo reconhecimento pelas innumeras provas de apreço com que sempre distinguiram o meu Governo, facilitando com a mais absoluta solicitude a solução dos nossos problemas dependentes da intervenção do Governo Federal. No campo politico mantive sempre a mais estreita solidariedade com os governos daquelles illustrados estadistas.

Com as demais unidades da Federação conservei invariavelmente relações de maxima cortezia.

Visita do Sr. Presidente Dr. Arthur Bernardes

A 27 de Junho de 1926, tivemos a honra de receber no nosso Estado a visita do illustre brasileiro Dr. Arthur Bernardes, que veiu acompanhado de sua exma. familia e de numerosa comitiva. Durante todo o tempo em que permaneceu entre nós foi S. Exa. alvo de significativas e enthusiasticas homenagens. No mesmo dia da chegada, o eminente politico regressou á capital do paiz ás 5 horas da tarde.

Visita do Sr. Presidente Dr. Washington Luis

A 5 de Julho de 1926, tivemos tambem a insigne honra de hospedar o eminente Sr. Dr. Washington Luis Pereira de Sousa, então Presidente eleito da Republica. Recebido com as honras de Chefe de Estado, hospedamo-lo em Palacio, onde lhe offerecemos um banquete, findo o qual saudámo-lo, procurando evidenciar toda a admiração que S. Exa. nos merecia e a confiança absoluta e brilhante espectativa que o seu grandioso programma de Governo nos inspirava. S. Exa. agradeceu, referindo-se, de modo altamente honroso para nós, ás realizações que engrandecem o Espirito Santo.

No dia seguinte, o Sr. Dr. Washington Luis visitou os melhoramentos da Capital, tendo lançado a pedra fundamental da grande ponte metallica que liga actualmente Victoria ao Continente. Em seguida S. Exa. percorreu as estradas de automovel da Serra e de Itaquary á Santa Leopoldina, tendo manifestado excellente impressão. Nesse mesmo dia 6, ás 5 horas da tarde, proseguiu o egregio estadista na sua excursão pelos demais Estados do norte da Republica.

Visitas officiaes

Durante o periodo do meu governo foi o nosso Estado honrado com as visitas officiaes do eminente Sr. Dr. Feliciano Sodré, então Presidente do Estado do Rio de Janeiro, e de varios membros do corpo diplomatico acreditado junto ao Governo brasileiro, além de algumas commissões navaes estrangeiras, que se destinavam ao valle do Amazonas, e que por aqui passaram recommendadas pelo Exmo. Sr. Ministro do Exterior.

O Sr. Dr. Feliciano Sodré veio ao Espirito Santo para o fim especial de, juntamente commigo, inaugurar a ponte em Bom Jesus, sobre o rio Itabapoana, que serve de divisa entre este Estado e o do Rio de Janeiro, obra que ambos realizámos, satisfazendo dest'arte uma velha aspiração das populações limitrophes.

De Itabapoana, a meu convite, veio S. Exa. a esta Capital, acompanhado de suas casas civil e militar, do seu Secretario da Agricultura, Sr. Dr. Pio Borges, e do deputado federal, pelo Estado do Rio, Dr. Joaquim de Mello.

Nesta cidade, assim como por toda região espirito-santense, atravessada por S. Exa., foram-lhe prestadas as homenagens que lhe eram devidas.

Em Victoria demorou-se o Dr. Feliciano Sodré em pormenorizada visita ao Forum, ao Paço da Prefeitura, ao Congresso, ás obras publicas, especialmente ás do porto desta Capital e ás da ponte de ligação ao continente, tendo manifestado o mais franco enthusiasmo ante os vultosos emprehendimentos que viu e examinou.

A todos estes distinctos hospedes, assim como aos que aqui estiveram de passagem, dispensámos carinhosa acolhida, tudo envidando para facilitar-lhes o objectivo de suas excursões a este Estado.

RELAÇÕES DO ESPIRITO SANTO COM OS ESTADOS LIMITROPHES

Limites com a Bahia

Ao assumir a direcção dos publicos negocios espirito-santenses, encontrei o caso Bahia *versus* Espirito Santo discutido num ambiente de desconfianças. Disputava a Bahia o limite pelo Riacho Dôce; depois, pelo Itaúnas, em virtude de interpretação dada a certa lei regencial; mais tarde, pelo São Matheus, e, afinal, pelo Rio Doce, após a publicação do trabalho do Sr. Dr. Braz do Amaral.

O Espirito Santo pleiteava a divisa pelo Mucury, apoiado em documentos varios, na tradição e no elemento cartographico.

Os meus dignos antecessores não conseguiram encaminhar, siquer, uma solução, apesar dos esforços empregados.

O governo Bernardino Monteiro mandou representantes aos dois Congressos de limites, reunidos na Capital do Paiz, sem haver obtido resultado.

A administração Nestor Gomes firmou um convenio, com o representante bahiano, no sentido de ser resolvida a pendencia por meio de arbitramento.

Escolhidos os arbitros, o accordo foi, como sabeis, approvado pelo nosso Congresso Legislativo e recusado pelo da Bahia.

Da data da rejeição em diante voltou a questão a tomar um caracter irritante.

No fim da gestão administrativa do Sr. Cel. Nestor Gomes, no Juizo Federal da Secção do Espirito Santo, foi cumprida precatoria vinda da Bahia, em termos asperos.

Encontrei, pois, o caso envolvido em uma atmosphera bem desagradavel.

Entre os primeiros dias do meu Governo, tive ensejo de ser intimado, por intermedio do Juizo Federal do nosso Estado, da precatoria expedida pela Bahia, em que se salientava o "*intuito firme e despropositado do Espirito Santo*" "*de arrebatar, malevolamente, á Bahia territorio verdadeiramente della*", *em uma lucta* "*força contra força*" *disputa retrograda e deponente a que o Estado do Espirito Santo provoca á mesma Bahia, de modo affrontoso e irritante*", *numa indifferença que espanta, num desassombro que escandalisa, ou num*

desrespeito que tudo relaxa, novamente perpreta invasões da mesma especie"... "transpondo provocantemente o Riacho Doce"... "favorecendo uma usurpação mais importante e audaciosa"... "num destemor extensivo que é impossivel encobrir"...

E' da mesma precatoria o seguinte periodo:

> "Esse avanço que despresa a lei, injuria o direito e desprestigia a justiça, não póde ficar em silencio. E a Bahia que até agora não acceitou o desafio mal intencionado do visinho Estado para essa liça traiçoeira e mesquinha, em que só se vêm ambições..."

Dizia-se ainda no acto judiciario a que me venho referindo:

> "..... A obra mal intencionada do E. E. Santo é gravemente infausta e irritante; é custoso supportar por muito tempo, pacientemente, uma lucta movida por meios tão despreziveis e mesquinhos. A Bahia sente-se aborrecida e aviltada..."

Os topicos acima transcriptos do mandado de intimação que recebi a 31 de Julho do anno de 1924, mostram o prisma pelo qual a Bahia encarava a questão.

Por outro lado, as concessões feitas pelo Governo do visinho Estado do norte, na Lagôa do Curral, eram vistas, por nós, como actos de invasão.

A 3 de Setembro de 1924, ao Governador da Bahia, dirigi o seguinte officio:

> "Exmo. Sr. Dr. Governador da Bahia: — Tenho a honra de solicitar a attenção de V. Exa. para as ponderações que passarei a adduzir e que se prendem á questão de limites deste com o Estado que V. Exa. tão superiormente dirige.
>
> Com estranhesa para mim foi este Governo intimado de uma precatoria vinda do Juizo Federal da Secção da Bahia.
>
> Os termos asperos do acto judiciario bem mostram que a expedição se deu á revelia de V. Exa.
>
> A carta precatoria redigida de accordo com o requerimento do Promotor Publico da Comarca de Caravellas, perante o Supplente de Juiz Federal do Municipio respectivo e sem a audiencia do Dr. Procurador Geral do Estado,

envolve um desabuso da linguagem que V. Exa. e qualquer de seus auxiliares directos teriam, de certo, evitado, dirigindo-se ao Administrador visinho, que sabe admirar e acatar, não somente o grande, nobre e historico Estado da Bahia, como tambem, seu illustre e eminente Governador.

O direito do Espirito Santo na defesa de seu territorio é tão respeitavel quanto o da Bahia e, embora não tenha sido, infelizmente, possivel chegar a um accordo, estou certo de que V. Exa. pensará como eu, não pondo em linha de conta a divergencia territorial para quebrar, ou mesmo estremecer de leve, os laços que ligam, ha muitos annos, os dois Estados da fóderação brasileira.

Aproveito o ensejo para reclamar, perante V. Exa., contra a concessão de lotes que está sendo feita na Lagôa do Curral, localidade que se acha até mesmo fóra da zona que a Bahia considera litigiosa, porquanto verte para o Itaúnas e não para o Mucury.

Sabe V. Exa. que o districto de Itaúnas, creado pela lei n. 4, de 4 de Julho de 1861, que desannexou da Barra de São Matheus e o elevou á categoria de freguezia, dividiu-o ao Norte com o Rio Mucury, começando no pontal Sul.

Esta lei, embora provincial, foi submettida ao Conselho de Estado, que a approvou, passando, pois, a ser uma lei geral do Imperio.

Poderia, aqui, lembrar que as linhas do povoamento do sólo ao Norte do Espirito Santo começaram do Mucury, onde a colonisação se fez em virtude do Alvará de 3 de Março de 1699 e que o Mucury é o limite estabelecido pela cartographia brasileira, dentre a qual se destacam os trabalhos de Candido Mendes, Tito de Carvalho, Lacerda, Fausto de Souza, Macedo, Toledo Pisa, Damasceno Vieira, Homem de Mello, Moreira Pinto, Pinheiro Bittencourt, Mattoso Maia, Varnhagen, etc.

Teria a opportunidade de pedir a attenção de V. Exa., não somente para o mappa organisado pela Inspectoria Geral de Terras e Colonisação do Imperio, de 1878, e outras obras officiaes do antigo Imperio, como, até mesmo, para as obras bahianas de cunho official, como, por exemplo, as de Botelho Benjamin e a carta topographica levantada, por ordem do Presidente da Bahia, Dr. Souza Martins.

Poderia, emfim, fazer aqui um estudo juridico e historico- administrativo, no sentido de provar que é o Mucury o ponto limitrophe dos dois Estados, divisas estas aprovei-

tadas, tambem, pela Santa Sé para estabelecer, em 15 de Novembro de 1895, o ponto terminal da Diocese do Espirito Santo.

Mas, não é meu intuito discutir semelhante questão neste officio, que tem por objectivo, em primeiro logar, fazer vêr a V. Exa. os termos indelicados com que, sem sciencia de V. Exa., foi tratado o Governo deste Estado na precatoria recebida e, em segundo logar, pedir a V. Exa. para sustar as concessões na Lagôa do Curral, zona que pertence ao districto de Itaúnas, reconhecido pelo governo bahiano, como territorio espirito-santense, conforme se verifica da propria Mensagem, em 1912, apresentada ao Congresso Legislativo da Bahia e do protesto, em egual data, dirigido ao Governo deste Estado e ao Presidente do Supremo Tribunal.

Confiado no espirito eminentemente republicano de V. Exa., aguardo que a nossa questão de divisas terá, afinal, uma solução digna e justa.

Apresento a V. Exa. as minhas homenagens de admiração, apreço e cordialidade."

Transcrevo, a seguir, para vosso conhecimento, os termos do officio que, em resposta ao meu, foi enviado pelo illustre Governador da Bahia, em data de 25 de Setembro do mesmo anno de 1924:

"Exmo. Sr. Presidente do Espirito Santo. — Tenho a honra de responder ao officio que V. Exa. dirigiu ao Governo do Estado da Bahia em 3 do mez corrente, relativamente á pendencia de limites existente entre os Estados da Bahia e Espirito Santo.

Permitta V. Exa. que ao iniciar deste officio, mais uma vez, affirme os sentimentos de indestructivel união que identifica a Bahia com os demais Estados da federação brasileira, entre os quaes se destaca o que V. Exa. com elevação e patriotismo dirige, commungando desses mesmos sentimentos que representam o mais grandioso pedestal em que, tranquillamente, descança a hegemonia nacional.

Na preoccupação de defender pelos meios idoneos o patrimonio territorial deste Estado, que está sob a minha guarda e constitue um dos deveres de honra do meu governo, tenho o mais vivo empenho de fazel-o, sem que haja o menor estremecimento na cordialidade em que sempre se mantiveram bahianos e espirito-santenses, brasileiros todos, sob a mesma bandeira, que nos engrandece e identificados

pelos mesmos ideaes que nos nobilitam e revigoram a consciencia da nossa nacionalidade.

E como sejam estes tambem os sentimentos de V. Exa., conto chegar ao termo desta pendencia de limites, mantendo integras e cada dia mais fortalecidas as sympathias que entrelaçam os dois Estados visinhos e irmãos, sendo reconhecidos os direitos reciprocos, uma obra de perfeita fraternidade nacional.

Quanto ao pedido que V. Exa. faz, relativamente á concessão de lotes na "Lagôa do Curral", devo declarar que esses terrenos pertencem incontestavelmente á Bahia, por titulo legitimo de dominio, posse e jurisdicção effectivas.

Sem querer alludir aqui, nos estreitos limites desta resposta, aos documentos que podemos invocar para pleitear nossa divisoria pelo Rio Dôce — limite meridional da Capitania de Porto Seguro —, nem referir-me aos direitos da Bahia á antiga villa de São Matheus, fundada pelo Ouvidor de Porto Seguro, devo dizer a V. Exa. que se demorar sua esclarecida attenção no acto da Regencia de 11 de Agosto de 1831, ha, forçosamente, de chegar ás duas seguintes conclusões:

1.ª — que elle não incorporou á antiga Provincia do Espirito Santo o territorio ao sul do Itaúnas, como ella visou obter para consolidar a posse precaria daquelle territorio;

2.ª — que a lei de 1831 traçou limites definitivos entre a Barra de São Matheus e a Villa de São José de Porto Alegre e que em virtude dessa lei, o Municipio de São José de Porto Alegre, que tinha por limite sul o Riacho Dôce (conforme o livro da sua creação, cujo original a Camara possue) teve o seu territorio ampliado, até as Itaúnas.

O acto do Conselho da Provincia do Espirito Santo resolvendo que a povoação da Barra de São Matheus (sujeita á sua administração provisoria) fosse erecta em Villa, comprehendendo no seu termo o territorio de sua Freguesia, isto é, o que lhe assignalou o decreto de 11 de Agosto de 1831, veio confirmar o acto da Regencia.

Baseada, seguramente, nesses documentos, a Villa de São José de Porto Alegre estendeu, no interior, a sua acção administrativa até á margem do Braço Norte do Itaúnas.

Em face, portanto, do exposto, nenhuma restricção póde a Bahia fazer á sua livre administração sobre o referido territorio.

O acto de 4 de Julho de 1861, a que V. Exa. allude não modifica o aspecto da questão:

1.° — porque um acto provincial, ainda quando approvado pelo Conselho do Estado, não revogaria uma resolução da Assembléa Geral, tal como o decreto de 1831;

2.° — porque tendo o referido decreto fixado os limites entre Barra de São Matheus (que estava provisoriamente sujeita á jurisdicção da Provincia do Espirito Santo) e a Villa de São José de Porto Alegre (que esteve sempre subordinada á Bahia) pelas "Itaúnas", não tinha a Provincia do Espirito Santo o direito de praticar, daquella data em diante, actos administrativos ao Norte do Itaúnas e muito menos — uma lei que desmembrava parte do territorio da Barra de São Matheus para constituir a Freguezia de Itaúnas, — desannexar tambem uma parte do territorio da Villa de São José de Porto Alegre, que não estava sujeita á sua jurisdicção.

A Bahia sempre exerceu actos de posse e jurisdicção na região a que V. Exa se refere (e que é exactamente a em que está sendo construida, com o protesto deste Estado, a estrada de ferro Itaúnas), bastando citar, entre outros, os inventarios de José Gazzinelli (em 1878) e de Angelo Gazzinelli (em 1880), nos quaes foram inventariados bens no "Palmital" e na "Lagôa do Curral" e as medições de lotes de terra feitas posteriormente nos mesmos logares, cujos "processados" foram devidamente "processados".

Confio, sinceramente, que V. Exa., á vista destas ponderações, reconhecerá a improcedencia da reclamação constante do officio de 3 de Setembro, e levado pelos seus sentimentos republicanos, determinará a suspensão da construcção da estrada de ferro "Itaúnas", que está sendo feita em territorio, incontestavelmente, bahiano.

Já deve ser do conhecimento de V. Exa. a correspondencia telegraphica que tive a honra de trocar sobre o assumpto com o Exmo. Sr. Ministro da Justiça, cujos intuitos patrioticos todos louvamos e, ratificando quanto nella se contém, asseguro a V. Exa. que, a despeito de já ter sido constituido na Capital Federal um advogado, o Exmo. Sr. Dr. Eduardo Espinola, para pleitear perante os Tribunaes os direitos deste Estado, tenho o mais vivo desejo de solucionar amigavelmente, no mais breve praso de tempo, esta questão que, naturalmente, prejudica a vida administrativa dos dois Estados interessados.

Asevero a V. Exa. que a Bahia nutre o mais fervoroso desejo de que seja resolvido o caso com a maior elevação e justiça.

Reitero a V. Exa. as minhas homenagens de alta estima e elevado apreço. —— FRANCISCO MARQUES DE GOES CALMON."

Como vêdes, sérios embaraços se oppunham á solução da pendencia.

Na zona litigiosa tambem não reinava a cordialidade entre os habitantes.

Cada um dos dois Estados, na supposição de que o Mucury lhe pertencesse, attribuia a invasão do outro qualquer acto de jurisdicção naquella localidade.

Devemos acreditar que todos estivessem agindo de bôa fé, mas as *marches* e *démarches*, a má compreensão e motivos varios que hoje, não seria conveniente investigar, tinham dado uma feição antipathica á questão.

No intuito de procurar uma solução pacifica, mandei ao Rio o Secretario da Presidencia, munido das necessarias credenciaes e levando ao Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores o seguinte officio, dirigido em data de 6 de Setembro de 1924:

"Tenho a honra de communicar a V. Exa. que ao Dr. Carlos Xavier Paes Barretto dei a incumbencia de, perante esse Ministerio, encarregar-se do encaminhamento das questões de limites deste Estado. A V. Exa. serei grato pelo acolhimento que dér ao commissionado deste governo. Aproveito o ensejo para reiterar as homenagens de minha admiração, apreço e consideração. — FLORENTINO AVIDOS, Presidente do Estado."

O meu commissionado entendeu-se com S. Exa. o Sr. Ministro da Justiça, com o commandante Thiers Flemming que, naquelle Ministerio, tem a incumbencia do estudo das questões de limites interestaduaes e com os delegados bahianos, Drs. Eduardo Espinola e Braz do Amaral, e deu algumas entrevistas, explicando o caso a jornaes cariocas.

Não tendo, comtudo, sido possivel um entendimento decisivo, determinei a ida do mesmo representante á Bahia.

O terreno não estava favoravel para um accôrdo.

O proprio telegramma do Sr. Ministro da Justiça, communicando a ida do meu delegado, fôra mal comprehendido, jornaes havendo que o taxaram de impertinente.

Seguindo as instrucções por mim dadas, o delegado do meu governo explicou, pela imprensa local, os intuitos que o levaram a tratar directamente com o Chefe do Executivo Estadual bahiano.

Considerado de melhor alvitre um accordo directo, propoz a Bahia a seguinte divisoria:

> "Da foz do Riacho Dôce seguir pelo *talweg* desse curso dagua até onde elle se bifurca: dahi, pelo braço sul, até a sua nascente; dahi, por uma linha, direcção éste-oeste, até alcançar, no ponto mais proximo, o braço norte das Itaúnas; dahi, por este braço acima, até encontrar o Corrego Barreado; dahi pelo Barreado acima até a confluencia do Palmital; dahi pelo Palmital acima, até encontrar as fronteiras de Minas."

A' proposta acima, contra-formulei, acceitando o ponto de partida indicado pela Bahia; da foz do Riacho Dôce, seguindo, comtudo, pelo tronco principal e mais longo, até sua nascente, de onde seria tirada uma recta, até a Lagôa Sapucaieira e, dahi, ao rio Mucury, cujo curso seguir-se-ia, dahi em diante.

A minha proposta estava, entretanto, subordinada ás condições contidas no mandato passado ao delegado do meu governo, nos termos a seguir: — "..... o governo do Estado do Espirito Santo nomêa e constitue seu bastante procurador e advogado, o doutor Carlos Xavier Paes Barretto, brasileiro, casado, magistrado, a quem concede plenos poderes para o fim especial de firmar com o Estado da Bahia um convenio sobre limites dos dois Estados, em toda a região onde confinam. Para tal fim, confere ao seu procurador todos os direitos permittidos em lei, apenas com as resalvas a seguir: — Primeira. — No accôrdo a estabelecer-se, fixar-se-á um prazo para ser corrida a linha de limites, por uma commissão de technicos, composta de um engenheiro de cada Estado e dos auxiliares que elles julgarem necessarios. Uma vez procedido o levantamento da linha e assignada, em duplicata, a planta, o convenio será ratificado pelos Chefes do Executivo Estadual da Bahia e do Espirito Santo e, em seguida, submettido pelos meios regulares, á approvação do Poder Legislativo. Segunda. — O convenio, mesmo depois de ratificado, terá o caracter provisorio e durará até quando uma decisão do Poder competente vier irrecorrivelmente determinar os limites definitivos

dos dois Estados, se alguma das partes entender de recorrer a esse Poder. Terceira. — Si a divisão acima alludida alterar o que ficar estabelecido no convenio, o Estado que ora tiver ficado com o territorio a mais, perderá, dessa época em diante, o direito á região, sem nenhum outro compromisso de effeito retroactivo ou indemnisação sob qualquer motivo..."

A Bahia apresentou nova formula que, "partindo da foz do Riacho Dôce, seguisse pelo *talweg*. desse curso dagua, até sua nascente, ou, mais precisamente, até onde elle conserva a direcção leste-oeste, que é a direcção traçada no mappa do Espirito Santo; dahi por uma linha recta, a alcançar o ribeirão no braço norte do Itaúnas, na foz do Corrego Taquara; dahi, pelo Palmital acima, até a sua nascente; dahi por uma linha recta até Santa Clara."

Insisti pela divisoria seguindo pelo *talweg* do Riacho Dôce e, tomando o tronco principal, mais longo e mais volumoso, até a sua nascente; acceitando, comtudo, que tomasse a direcção geral de uma recta até Santa Clara.

Na ultima reunião, no Palacio da Acclamação, na Bahia, devidamente autorisado por mim, o representante deste governo combinou com o Exmo. Sr. Dr. Góes Calmon a suspensão provisoria das negociações, até ser feito o levantamento da zona.

Do telegramma abaixo transcripto verificareis a cordialidade com que foram encaminhadas as negociações:

"BAHIA, 23 — Dr. Florentino Avidos, Presidente do Estado. Victoria. — Não obstante meus reiterados desejos de solução pendencia de limites, não me foi possivel acquiescer solicitações de V. Exa. feitas em telegramma de 15 do corrente, em virtude da divisoria suggerida abranger grande extensão de territorio bahiano, de que sempre estivemos de posse. Peço permissão insistir ultima proposta bahiana inspirada nos melhores intuitos conciliatorios. Tendo verificado divergencias entre mappa organisado na Barra de São Matheus em 1919, pelo engenheiro Antonio Nunes Santo Amaro, e o que foi ultimamente organisado já na Presidencia de V. Exa., ambos trazidos pelo Dr. Carlos Xavier Paes Barretto, bem como entre esses mappas e os que aqui temos, combinamos suspender temporariamente negociações até levantamento da zona por engenheiros de ambos os Estados. Communico a V. Exa. que o dr. Paes Barretto seguiu hontem para essa Capital, levando copia da acta em

que estão narradas as principaes phases das nossas negociações. Queira V. Exa. acceitar minhas cordiaes saudações e a certeza da magnifica impressão que nos deixou o Dr. Paes Barretto, cujos sentimentos de cordialidade e alta distincção pessoal sobremodo penhoraram o governo e o delegado bahiano Dr. Pedro Fontes. — (a) F. M. GOES CALMON."

Em face do accôrdo constante da acta lavrada a 19 de Dezembro de 1924, seriam, para tal serviço, designados engenheiros e fiscal por parte de cada Estado.

Os dois technicos escolheriam os auxiliares que julgassem necessarios, devendo estas ultimas despesas ser rateadas. O trabalho seria iniciado dentro de trinta dias.

Dentro do prazo, designei, pelo decreto n. 6.527, de 3 de Janeiro de 1925, para o serviço de levantamento e reconhecimento da zona, o engenheiro Ceciliano Abel de Almeida, superintendente, em Victoria, da Estrada de Ferro Victoria a Minas, de cuja directoria obtive o necessario consentimento. A Bahia nomeou o Dr. Alexandre Lopes da Costa.

Por parte do Governo bahiano coube a fiscalisação dos trabalhos ao Dr. Pedro Fontes.

Obedecendo á orientação nobre e elevada pela qual os dois Estados encararam a questão, os engenheiros realizaram os trabalhos de que foram incumbidos, numa atmosphera de cordialidade, franqueza e confiança.

Os engenheiros dos dois Estados e o Dr. Pedro Fontes merecem encomios pela distincção com que desempenharam o cargo que lhes fôra commettido e pelos esforços e dedicação empregados na execução de um serviço feito em zona desprovida de conforto, hygiene e recursos.

Justas foram, pois, as festas com que os recebeu a cidade de Conceição da Barra. Com o levantamento da planta dispendeu-se a quantia de 51:950$541 da qual foi debitada ao Estado da Bahia a parte que lhe competia pagar, na importancia de 9:256$800 da despesa effectuada com pessoal e operario, tendo, pois, gasto o Espirito Santo 42:693$741.

A 22 de Abril de 1926, foi assignado com o Estado da Bahia, o convenio seguinte:

"Os Estados da Bahia e do Espirito Santo, representados, o primeiro, pelo Excellentissimo Senhor Doutor Francisco Marques de Góes Calmon, e o segundo, pelos Doutores Carlos Xavier Paes Barretto e Ceciliano Abel de Almeida, especialmente investidos de plenos poderes pelo Excellentissimo Senhor Doutor Florentino Avidos, Presidente do Espirito Santo, conforme instrumento publico de procuração, lavrado em o livro de notas do tabellião de Victoria, Doutor Nelson Goulart Monteiro, e que fica archivado na Secretaria do Interior do Estado da Bahia, na presença dos Doutores Theophido Borges Falcão, Secretario do Thesouro e Fazenda e interino do Interior, Justiça e Instrucção Publica, Bernardino Madureira do Pinho, Secretario da Policia e Segurança Publica e interino da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Pedro Fontes, que, como representante da Bahia, tem tomado parte em todas as negociações sobre o assumpto, e demais pessôas gradas, abaixo assignadas, accordam em assignar o presente convenio, para dirimir de modo directo e condicional, a secular pendencia de divisas, estabelecendo uma linha que será respeitada pelo poder publico e pela população de ambos os Estados; e ficará subordinado ás seguintes clausulas.

— 1.ª —

A linha divisoria entre os dois Estados pactuantes, ficará sendo a seguinte: — Da foz do riacho "Doce", pelo *talweg* desse curso d'agua até a confluencia do corrego das "Areias", e dahi pelo *talweg* do corrego das "Areias" até a confluencia do corrego Grande", de onde, seguindo por uma recta, irá até a confluencia do "Palmital", no "Barreado"; dahi pelo *talweg* do "Palmital" acima, até suas nascentes, de onde tirar-se-á uma recta até "Santa Clara".

— 2.ª —

A linha acima deverá ser traçada no campo, por uma commissão mixta, dirigida por dois engenheiros escolhidos um por cada Estado, pela maneira seguinte: da confluencia do corrego "Grande" (depois de receber os corregos do "Boia" e da "Laina") com o corrego das "Areias" seguirá num picadão em linha recta, até a foz do "Palmital", até sua cabeceira, e desta, em outro picadão, tambem em linha recta, até Santa Clara", conforme, para melhor elucidação será traçado nas plantas levantadas pela commissão mixta de 1925, devidamente au-

thenticadas. Os pontos da confluencia do corrego "Grande" com o corrego das "Areias", do corrego do "Palmital" com o "Barreado" da cabeceira do "Palmital" e de "Santa Clara", no marco provisorio, collocado pela commissão mixta de 1925, serão assignalados de modo absoluto, por meio de coordenadas geographicas, e em picadão, serão collocados marcos kilometricos de cimento armado ou cantaria.

— 3.ª —

Os trabalhos deverão ser iniciados logo após a approvação do convenio, no segundo turno, e concluidos no prazo maximo de um anno. As despesas para a execução desses serviços serão satisfeitas em partes iguaes pelos dois Estados, salvo a remuneração do engenheiro, que correrá por conta exclusiva do Estado que o nomear.

— 4.ª —

O Chefe do Poder Executivo de cada Estado se compromette a remetter ao respectivo Congresso até 15 de Maio proximo, o presente convenio, e envidará todos os seus esforços para que seja elle approvado em primeiro turno na presente legislatura, e em segundo turno na de 1927.

— 5.ª —

Este convenio será de caracter condicional a termo, e os limites nelle fixados somente poderão ser alterados por sentença proferida em ultimo recurso pelo Supremo Tribunal Federal, caso ao Poder Judiciario recorra qualquer dos Estados pactuantes, o que será facultado fazer dentro do prazo de vinte e cinco annos, a contar da assignatura do presente.

— 6.ª —

Na hypothese de acção judiciaria, cada Estado pactuante poderá levar sua pretenção até onde entender lhe dão direito os seus titulos e documentos, sem que o presente convenio implique qualquer restricção. Si a decisão modificar a linha ajustada no presente convenio, o Estado, que, na conformidade da mesma decisão, perder qualquer parcella de territorio não terá direito a compensação ou indemnisação do outro Estado, nem poderão ser alteradas as relações juridicas estabelecidas para com terceiros.

— 7.ª —

Si dentro do prazo a que se refere a clausula quinta, nenhum dos Estados intentar acção perante o Supremo Tribunal Federal, que é actualmente o poder competente, ou perante a autoridade juridica que a Constituição, no momento em vigor, determinar, o presente convenio será por qualquer dos dois Estados remettido ao Congresso Federal, para a devida homologação, tornando-se então definitivos os limites estabelecidos na clausula primeira.

— 8.ª —

Si apenas o Congresso de um dos dois Estados pactuantes approvar o presente convenio, não poderá o outro Estado invocar em qualquer sentido, nenhuma das disposições do seu texto.

Palacio do Governo do Estado da Bahia, 22 de Abril de 1926. — (Assignados) *Francisco Marques de Góes Calmon — Carlos Xavier Paes Barretto — Ceciliano Abel de Almeida — Theophilo Borges Falcão — Bernardino Madureira do Pinho — Dr. Pedro Fontes — Frederico Augusto Rodrigues da Costa — José Baptista Pereira Marques — José C. Junqueira Ayres de Almeida — Vital Henrique Baptista Soares — Antonio Pessôa da Costa e Silva — Arnaldo Pimenta da Cunha — Clovis Moreira Spinola — João da Costa Pinho Dantas Junior — Epaminondas Berbert de Castro — Salomão de Souza Dantas — Cesar Borges Cabral.*

Annunciando a assignatura do convenio o Exmo. Sr. Dr. Góes Calmon, governador da Bahia, nos transmittiu o seguinte telegramma:

> "BAHIA, 22 — E' com viva satisfação patriotica que communico a V. Exa que acabo de assignar convenio que soluciona pendencia de limites existente entre a Bahia e o Espirito Santo.
>
> Os illustres e dignissimos representantes do governo de V. Exa. são portadores congratulações e homenagens da Bahia e do seu governo pelo exito e perfeita harmonia e cordialidade com que ambos resolveram a questão, respeitando os sentimentos da unidade nacional, fortalecendo ainda mais os laços de sincera amizade da Federação Brasileira. Receba V. Exa. os meus affectuosos cumprimentos e melhores testemunhos de cordial apreço. — (a) GOES CALMON."

Immediatamente agradeci, endereçando a S. Exa. o telegramma que se segue:

> "Acabo de receber com sincera satisfação a communicação que V. Exa. teve a bondade de fazer da assignatura do convenio que resolve pendencia limites deste Estado com o da Bahia. Congratulando-me com V. Exa. por esse memoravel acontecimento cujo alcance foi tão sabiamente apreciado pelo seu governo, agradeço reconhecido as homenagens e attenções com que foram distinguidos meus representantes. Cordiaes saudações. — (a) FLORENTINO AVIDOS."

Dando cumprimento ao que ficou assentado no convenio acima transcripto, os dois Estados pactuantes designaram uma commissão mixta, composta de dois engenheiros, para traçar a linha divisoria, de caracter condicional, definindo a jurisdicção de cada Governo no teritorio disputado.

Por parte do Espirito Santo foi encarregado o Dr. Cicero de Moraes para fazer parte da commissão mixta de demarcação.

A Bahia designou o Dr. Elysio de Carvalho Lisbôa.

Por esse modo resolvemos a velha e irritante pendencia na mais perfeita cordialidade, estando completamente finalizados os trabalhos de demarcação, assentada pela collocação de marcos de cimento armado a determinação de coordenadas geographicas dos pontos principaes descriminados no convenio.

De como foram cordialissimas as negociações para execução do convenio de Abril de 1926, dá prova a carta abaixo, que nos foi dirigida pelo Governador da Bahia:

> "Gabinete do Governador do Estado da Bahia. — Bahia, 13 de Outubro de 1927. — Exmo. Sr. Dr. Florentino Avidos, D.D. Presidente do Estado do Espirito Santo:
>
> Tenho a subida honra de apresentar a V. Exa. o Engenheiro Civil Elysio de Carvalho Lisbôa, Delegado da Bahia na Commissão Mixta de demarcação da linha divisoria dos nossos Estados, conforme o convenio de 22 de Abril de 1926. O nosso representante leva instrucções especiaes de attender á orientação e esclarecida assistencia de V. Exa. no modo de fazer a previa organização e installação dos serviços, para o que o nosso Estado espera contar com a collaboração dos technicos espirito-santenses, sendo assás des-

vanceedor para a Bahia e para o seu Governo acceitarem a criteriosa direcção do visinho e prospero Estado e do seu Governo nesses trabalhos de alta relevancia no concerto interestadual brasileiro.

Queira V. Exa. acceitar os meus mais altos protestos de elevada estima e distincto apreço.

Patricio mt.° att.° e admr. devotado — (ass.) GOES CALMON."

Limites com Minas Geraes

A nossa determinação de limites com o Estado de Minas Geraes continúa na mesma situação, quanto á parte ao sul do Rio Dôce.

Conforme vos expuz na mensagem ultima, muito me esforcei por determinar os nossos limites num ambiente de inteira cordialidade, de maneira a obtermos uma solução razoavel para o estabelecimento de nossa linha divisoria com o grande Estado central.

Felizmente os meus desejos receberam franca acolhida do Governo de Minas Geraes, o qual se empenha animado pelos mesmos sentimentos de fraternidade e de harmonia, por uma solução, que, respeitando os interesses de ambos os Estados, liquide difinitivamente o assumpto.

Creio podermos alcançar esse nobre desideratum, dentro de pouco tempo, com o encaminhamento dado ás negociações necessarias para resolver as duvidas existentes.

A 30 de Março do corrente anno, ajustei com o Estado de Minas Geraes, por intermedio de seus representantes, Srs. Drs. Alvaro da Silveira e Alfredo Sá, como preliminar para se resolver o assumpto, na região ao norte do rio Dôce, o seguinte convenio:

"Os Estados do Espirito Santo e de Minas Geraes, representados, o primeiro, pelo Presidente, Dr. Florentino Avidos, e o segundo, pelo Dr. Alvaro da Silveira, especialmente investido de poderes pelo Exmo. Sr. Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Presidente de Minas Geraes, conforme o officio que apresentou, accordam em assignar o presente convenio para encaminhar e facilitar a solução da pendencia de divisas entre os dois Estados, na região ao norte do rio Dôce, sob as seguintes clausulas:

PRIMEIRA

Nomeação de uma commissão mixta, dirigida por dois technicos de cada Estado, e com os auxiliares necessarios, para fazer o levantamento topographico, na serra dos Aymorés, de uma faixa ao longo da provavel linha divisoria, podendo se empregar nesse levantamento o methodo dos caminhamentos á estadia.

SEGUNDA

Levantada toda a faixa limitrophe conveniente e indicada a linha de divisas, respeitada a occurrencia prevista na Clausula Oitava, serão as plantas respectivas assignadas pelos technicos dos dois Estados e apresentadas aos dois Governos, para serem approvadas, procedendo-se, então, á demarcação. O assignalamento da linha divisoria será feito por marcos de pedra, que serão collocados nos pontos em que se tornarem necessarios para bem indicar a posição exacta da divisa.

TERCEIRA

A planta que fôr approvada, a que se refere a clausula anterior, figurará a posição de todos os marcos collocados para a demarcação.

QUARTA

Os trabalhos de campo a que se refere o presente convenio serão iniciados, simultaneamente, nos dois pontos extremos da divisa, isto é, á margem esquerda do rio Doce e á direita do rio Mucury, e serão iniciados dentro do menor prazo possivel.

QUINTA

A falta ou ausencia do representante technico de um dos Estados não obstará o proseguimento dos trabalhos de campo pelo outro Estado que estiver presente.

SEXTA

Cada Estado custeará as despezas com os trabalhos de sua commissão technica, e no que lhe competir, e o trabalho technico de um Estado fica sujeito á verificação que o technico do outro Estado quizer fazer, em qualquer occasião.

SETIMA

Concluidos os trabalhos de demarcação, será lavrada uma acta assignada pelos representantes technicos dos dois Estados, contendo a descripção detalhada da linha demarcadora, devendo as plantas e memoriaes ser, tambem, assignados pelos mesmos representantes technicos dos dois Estados.

OITAVA

Nos pontos de solução de continuidade na alludida serra, as duvidas ou divergencias que surgirem entre os technicos dos dois Estados serão resolvidas pelos respectivos governos, e si não fôr possivel accordo recorrer-se-á ao juizo arbitral.

NONA

Esse juizo arbitral se comporá de tres juizes, nomeando cada Estado o seu, e os dois, a seu aprazimento, escolhendo o terceiro, que será o presidente e terá, apenas, voto de desempate.

DECIMA

Terminados e acceitos pelos dois Estados os trabalhos de demarcação, o chefe do Poder Executivo de cada Estado se compromette a remettel-os ao respectivo Poder Legislativo, em sua primeira reunião, acompanhados da acta a que se refere a Clausula Setima, das plantas e memoriaes respectivos, para serem approvados na forma da legislação de cada Estado.

UNDECIMA

Mediante instrucções propostas de commum accordo pelos dois technicos de cada Estado e approvadas pelos respectivos governos, serão resolvidos os detalhes da execução dos trabalhos e despezas correspondentes quanto a material, pessoal operario, transportes, etc."

Limites com o Rio de Janeiro

Depende ainda de homologação o accordo lavrado com a Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, a 5 de Setembro de 1919, pelos Delegados do Espirito Santo e Rio de Janeiro, respeitando a

tradicional linha de limites pelo rio Itabapoana. O accordo foi approvado pelo Congresso Legislativo do nosso Estado, em 1.° e 2.° turnos, em 1919 e 1920. A 30 de Agosto de 1924, enviei ao Congresso Nacional os documentos necessarios para a devida homologação.

ELEIÇÕES

Durante o meu governo, realizaram-se no Estado as seguintes eleições:

a 26 de Junho de 1924 — para o preenchimento de tres vagas existentes no Congresso do Estado;
a de 24 de Fevereiro de 1925 — para a renovação do Congresso Legislativo;
a de 1.° de Março de 1926 — para a Presidencia e Vice-Presidencia da Republica, no quadriennio 1926—1930;
a de 19 de Setembro de 1926 — para o preenchimento da vaga aberta na Representação Federal, por haver o Deputado Heitor de Sousa se empossado do cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
a de 15 de novembro de 1926 — para os cargos de Prefeitos Municipaes da Cidade do Espirito Santo, Santa Leopoldina, Collatina, Cachoeiro de Itapemirim, São João do Muquy, São Pedro de Itabapoana, Calçado, Alegre e São Matheus;
a de 24 de Fevereiro de 1927 — para renovação da representação na Camara Federal e do terço do Senado, por haver terminado o mandato do Senador Jeronymo Monteiro;
a de 8 de Maio de 1927 — para o preenchimento de tres vagas no Congresso Legislativo do Estado;
a de 15 de Novembro de 1927 — para renovação do mandato dos vereadores, juizes districtaes e seus supplentes, em todos os municipios do Estado;
a de 8 de Janeiro do corrente anno, para renovação do Congresso Legislativo;
a de 23 de Maio, para Presidente e Vice-Presidente do Estado no quadriennio 1928—1932.

Todos os pleitos correram livremente, tendo o Governo cercado sempre de completa garantia o exercicio do voto, o mais sagrado dos direitos politicos.

Vae a seguir a relação dos vereadores eleitos em 15 de Novembro de 1927 e empossados a 1.° de Janeiro do corrente anno e, bem assim, dos prefeitos que se encontram, actualmente, em exercicio:

MUNICIPIO DE AFFONSO CLAUDIO

VEREADORES:

José Giestas — Presidente
José Jorge Haddad — Vice-Presidente
Agenor Rodrigues Pereira
João Rodrigues Pimenta
Plinio Gomes
Antonio Augusto da Silva Cardoso
Francisco Coelho

MUNICIPIO DE ALEGRE

PREFEITO:

Dr. Godofredo da Costa Menezes

VEREADORES:

Dr. Henrique Augusto Wanderley — Presidente
Dulcino Pinheiro — Vice-Presidente
Fernando Martins Rodrigues
Philadelpho Sardemberg
Carmelio Meyrelles Alves
José Antonio Ribeiro
Virgilio de Aguiar

MUNICIPIO DE ANCHIETA

VEREADORES:

Philadelpho Fernandes — Presidente
Jorge Assad — Vice-Presidente
Antonio Freire de Andrade
Celso Cardoso de Paula Rangel
Albino dos Santos Souza
Franklin Von-Doellinger
Pauzanias Gonçalves Nogueira

MUNICIPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

PREFEITO:

Francisco Athayde

VEREADORES:

Dr. Francisco Gonçalves — Presidente

Dr. Bricio de Mesquita — Vice-Presidente
Dr. Jarbas de Athayde
Fernando de Abreu
Antonio Alves da Cunha
Alvaro Ramos
Elias Mussi

MUNICIPIO DE CALÇADO

VEREADORES:

João Marcellino de Freitas — Presidente
Alcebiades José Gomes — Vice-Presidente
Alfredo Virgilio Lobo
Dermeval Medina
Alfredo Jungner Vidaurre
José Teixeira Vieira de Resende
João Rosa Vieira

MUNICIPIO DE CARIACICA

VEREADORES:

Walfredo Ferreira de Paiva — Presidente
Manoel Monteiro de Moraes — Vice-Presidente
Alfredo do Couto Teixeira
Joaquim Maciel de Figueirêdo
Manoel Novaes

MUNICIPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA

VEREADORES:

Adolpho Barbosa Serra — Presidente
Menegundes Verissimo Machado — Vice-Presidente
Antonio Negreiros Junior
Hermes C. Carneiro
Manoel Antonio de Oliveira
Porfirio Santos Lisbôa Netto
Ulysses Manoel Ribeiro Guimarães

MUNICIPIO DE COLLATINA

PREFEITO:

Virginio Calmon

VEREADORES:

Dr. Xenocrates João Calmon de Aguiar — Presidente

Arthur Coutinho de Alvarenga — Vice-Presidente
Francisco Vieira Milagres Junior
Antonio Mattos
João Cavalcante de Albuquerque
Lastenio Calmon
Aristides Miranda da Penha

MUNICIPIO DE DOMINGOS MARTINS

VEREADORES:

Dr. Oscar Baraúna — Presidente
Nelson Faria Santos — Vice-Presidente
José Henrique Pereira
Pedro Schwartz
Paulo Antonio Lorenzoni

MUNICIPIO DO ESPIRITO SANTO

PREFEITO:

Esmerino Gonçalves Laranja

VEREADORES:

General João Baptista O. Brandão Junior —Presidente
José de Azevedo Vereza — Vice-Presidente
Felintho das Neves Santos
Silvino dos Santos Valladares
Liberalino Ferreira Coutinho
Joaquim Rodrigues P. de Freitas
Antenor da Silva Borges

MUNICIPIO DE FUNDÃO

VEREADORES:

Herminio Jorge de Castro — Presidente
Manoel Francisco Feu Subtil — Vice-Presidente
José Ribeiro Braga
Antonio da Costa Muniz
Hyppolito Agostini

MUNICIPIO DE GUARAPARY

VEREADORES:

Joaquim da Silva Lima — Presidente
Sylvio Maneglia — Vice-Presidente
Joaquim Ribeiro de Castro
Americo Bourguignon

Manoel da Costa
Jovino Carlos de Jesus
João Baptista Brandão

MUNICIPIO DE ICONHA

VEREADORES:

José Mendes Rangel — Presidente
Idyllio de Paula Beiriz — Vice-Presidente
Vicente Lourenço da Silva
Herculano Gomes da Silva
Valeriano dos Passos Martins

MUNICIPIO DE ITAGUASSU'

VEREADORES:

Thomaz Ceglias Abbade — Presidente
Joaquim Ferreira dos Santos — Vice-Presidente
João Scardua Primo
João Elias Colnago
João Frechiani

MUNICIPIO DE ITAPEMIRIM

VEREADORES:

Amphiloquio Alves Moreno — Presidente
João Fernandes Barbirato — Vice-Presidente
José Marques Machado Soares
Demosthenes da Silva Bahiense
Mario Gomes da Silva Pinheiro

MUNICIPIO DE MUNIZ FREIRE

VEREADORES:

Carmo De Biase — Presidente
José Raymundo Vieira — Vice-Presidente
Francisco Senna
Joaquim Camargo Sobrinho
José Merçon Sobrinho
Francisco José da Rocha
Honorio Antonio do Carmo

MUNICIPIO DE PAU GIGANTE

VEREADORES:

Domicio Martins da Silva — Presidente

Manoel Pereira Pinto — Vice-Presidente
Henrique Rebuzzi
Coriolano Pereira de Jesus
Felippe Reizer

MUNICIPIO DE PONTE DE ITABAPOANA

VEREADORES:

José Carlos Terra Lima — Presidente
Osorio Mendes de Carvalho — Vice-Presidente
Nestor Gomes
Agenor Candido Pereira
Joaquim Rodrigues Vargas

MUNICIPIO DE RIACHO

VEREADORES:

Herculano Leal — Presidente
Philareto Loureiro — Vice-Presidente
Belmiro Manoel de Carvalho
Ernesto Rosario do Nascimento
Joaquim R. Pinto Machado

MUNICIPIO DE RIO NOVO

VEREADORES:

Nestor Alves Athayde — Presidente
Eurico Bayerl — Vice-Presidente
Francisco Percilio Kope
Antonio Lucas Brandão
Genesio Bittencourt Pinheiro

MUNICIPIO DE RIO PARDO

VEREADORES:

Pedro Scardine — Presidente
José Eugenio de Oliveira — Vice-Presidente
Eduardo de Aquino Leite
Ildefonso Rodrigues de Paulo
Jorge de Sousa Leite

MUNICIPIO DE SANTA CRUZ

VEREADORES:

José Ferreira Lamego — Presidente
Antonio Loureiro do Nascimento — Vice-Presidente

Joaquim Simões da Rocha
Ignacio Ribeiro da Rosa Loureiro
José Maria das Dores
Manoel Pereira da Fraga

Zatta Giuseppe

MUNICIPIO DE S. JOÃO DO MUQUY

PREFEITO:

Argemiro Macedo

VEREADORES:

Luiz Siano — Presidente
Alcides Vianna — Vice-Presidente
Agenor de Souza Pinheiro
Joaquim Affonso
Genesio Vieira Machado
Estanisláu da Silva Guimarães
José da Rosa Machado

MUNICIPIO DE SANTA LEOPOLDINA

PREFEITO:

Francisco Alfredo Vervloet



VEREADORES:

Dr. Lauro Faria Santos — Presidente
Carlos João Avancini — Vice-Presidente
Guilherme Ferreira da Rocha Pimentel
Oswaldo de Azevedo Rodrigues
Mario Carlos Ribeiro
Adalberto Gabriel do Couto Rodrigues
Honorio José Furtado Mendonça

MUNICIPIO DE SÃO MATHEUS

PREFEITO:

Henrique Ayres de Oliveira

VEREADORES:

Americo Silvares — Presidente
Eleosippo Rodrigues Cunha — Vice-Presidente
João Bento de Jesus Silvares
Clarindo Fundão
Antonio de Carvalho

Alvaro Gomes da Cunha
Zenon P. Rocha

MUNICIPIO DE S.' PEDRO DE ITABAPOANA

VEREADORES:

Joaquim de Paiva Gonçalves — Presidente
Gabriel Silveira — Vice-Presidente
Elpidio Silva
Grinalson Medina
Geraldino Junger
Augusto Almeida
Alfredo Gomes

MUNICIPIO DE SANTA THEREZA

VEREADORES:

José da Silva Rosa Bomfim — Presidente
Pedro José Mançur — Vice-Presidente
Dr. José Luiz Gasparini
Dr. Henrique Aurelio Ruschi
Angelo Pagani Sobrinho

MUNICIPIO DA SERRA'

VEREADORES:

Alexandre Cardoso — Presidente
Arthur Peixoto — Vice-Presidente
Belmiro Geraldo Castello
Clovis Borges Miguel
Manoel Barcellos
Francisco Nunes da Fraga
Ozorio Monteiro Pereira

MUNICIPIO DE VIANNA

VEREADORES:

Dr. Olival Brigido Vieira Pimentel — Presidente
Ormindo de Oliveira Barcellos — Vice-Presidente
Luiz Lyrio
Laurentino Pimentel
Evaristo Pinheiro

MUNICIPIO DE VICTORIA

PREFEITO:

Octavio Indio do Brasil Peixoto

VEREADORES:

Dr. Henrique A. Cerqueira Lima Filho — Presidente
João Nunes Coelho — Vice-Presidente
Agostinho Bruzzi
Pedro José Aboudib
Armando da Silveira Ayres
Aristoteles Domingos Santos
Mario Seve Wanderley
Mario Fundão
Manoel Nunes do Amaral Pereira

RELAÇÕES COM O PODER LEGISLATIVO

As relações do meu governo com o Poder Legislativo do Estado foram sempre da mais expressiva cordialidade. Tive a felicidade de receber, durante a minha administração, as mais constantes e francas demonstrações de confiança do Congresso do Estado, que jamais deixou de me prestigiar, facilitando-me todas as providencias que solicitei para bem servir aos interesses publicos.

Por minha parte, cumpri sempre o dever de respeitar, em toda a linha, a independencia e dignidade das vossas funcções, procurando, com verdadeira lealdade, prestigiar e obedecer á vossa fecunda e intelligente acção.

Essa unidade de vistas em que se houveram os dois poderes, sem solução de continuidade, foi, indubitavelmente, de apreciaveis vantagens á realização dos trabalhos que effectivámos, visando o progresso espirito-santense.

Durante todo o quatriennio, só neguei sancção ao projecto de lei n. 57, pelas razões que vos apresentei, em mensagem especial, de 6 de Agosto de 1924, e ao art. 21 da lei n. 1.659, de 10 de Outubro de 1927, por considerar, ainda, inopportuna a sua applicação.

RELAÇÕES COM OS MUNICIPIOS

Com as 31 unidades de que se compõe o Estado, o meu Governo manteve, ininterruptamente, relações de perfeita solidariedade e de completa harmonia de vistas.

Das administrações municipaes recebi confortadoras provas de apreço e de plena confiança na minha acção, como gestor dos destinos do Estado.

Respeitei sempre, com o mais decidido empenho, a autonomia das municipalidades, não intervindo, de modo algum, em qualquer dellas, no tocante á administração publica.

Para a direcção provisoria do municipio de Santa Thereza, designei interventor, pelo Decreto n. 6.093, de 3 de Junho de 1924, o Sr. José Francisco Lugon Junior, em consequencia de terem sido annulladas as eleições que ali se realizaram para a renovação da Camara.

Tive, tambem, necessidade de designar interventor para o Municipio de Alfredo Chaves, o que fiz nos termos do art. 39, n. 17, da nossa Constituição Politica, nomeando, por Decreto de 2 de Janeiro do corrente anno, o Dr. Olival Brigido Vieira Pimentel para exercer aquelle cargo, por terem os vereadores, eleitos em 15 de Novembro do anno passado, renunciado aos seus mandatos, logo após se haverem empossado.

Conforme vos communiquei, em mensagem anterior, auxiliei aos Municipios de Rio Pardo, Pau Gigante e São Pedro de Itabapoana, com os emprestimos de 30:000$000, 80:000$000 e 60:000$000, respectivamente, para serviços publicos de caracter inadiavel. Esses auxilios foram prestados mediante autorisações e condições estabelecidas na lei n. 1.513, de 30 de Junho de 1925, regulamentada pelo Decreto n. 7.147, de 22 de Setembro do mesmo anno.

Ao Municipio da Serra, além do auxilio de 40:000$000 conforme a lei n. 1.654 de 6 de Outubro de 1927, foi concedido, tambem, um emprestimo de 45:000$000, para os seus serviços de electricidade, observadas as mesmas condições previstas naquella citada autorização legislativa.

Ao da Capital igualmente auxiliei com um emprestimo de 450 contos de réis para tiral-o dos embaraços em que o collocou a crise commercial de nossa praça, que não tem permittido a regularidade da arrecadação municipal.

VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAPHIA

De 24 a 30 de Novembro de 1925, esteve reunido nesta Capital, o Oitavo Congresso Brasileiro de Geographia. Esse certamen intellectual foi, sem duvida, de incontestavel valor patriotico e scienti-

fico, e, por isso mesmo, se revestiram os trabalhos do maximo brilhantismo.

Como cidadão e como governo prestamos nossos applausos e a nossa solidariedade, de ordem moral e material, áquella reunião que recebeu o concurso da comparencia dos representantes da totalidade dos Ministerios da Republica, de quasi todos os Governos dos Estados, de corporações scientificas, literarias, religiosas, artisticas, educativas e profissionaes do Paiz e de brasileiros notaveis.

Em honra aos illustres hospedes foi organizado um programma em que o Estado e a sociedade do Espirito Santo procuraram proporcionar-lhes as homenagens devidas, dando-lhes tambem a opportunidade de conhecer os varios serviços administrativos em execução.

Aproveitámos a época para as inaugurações dos jardins de Palacio e da Praça Costa Pereira, do Grupo Escolar e Mercado, e como uma das partes do programma figurou a Exposição Inter-Municipal de Productos, que foi uma significativa demonstração da grandeza do Estado e da operosidade de seus habitantes na agricultura, na industria e nas artes.

Presidimos as sessões de installação e encerramento da memoravel Assembléa, cujas reuniões plenarias foram dirigidas pelo illustre brasileiro, Sr. General Candido Marianno da Silva Rondon.

Conforme a exposição desse digno militar, recebeu o Congresso, além de 60 moções, mais de 100 contribuições valiosas que se distribuiram pelas 7 commissões respectivas.

Sobre a efficiencia dos serviços, disse "O Paiz", de 12 de Dezembro de 1925: "Do ponto de vista rigorosamente scientifico, foi, o alludido certamen, sem duvida, mais valioso do que o realizado ha poucos annos, em Bello Horizonte, documentando exhuberantemente que, se naquelle já apparecia destacavel o interesse pelos estudos dessa especialisação, esse mesmo estudo avultou de um modo notavel no Congresso de Victoria."

Effectivamente, de alta valia foram, segundo se vê da exposição do Sr. General Rondon, as contribuições trazidas ao VIII Congresso Brasileiro de Geographia, cujos membros se salientaram, sobretudo, pelo espirito de cordialidade e civismo, pelo carinhoso empenho com que estudaram a regulamentação das pendencias de fronteiras inter-estaduaes e pelo cunho que souberam imprimir aos trabalhos do mais entranhado amôr pela união do Brasil.

Faltariamos a um elementar dever de justiça si não salientassemos os valiosissimos serviços prestados pelo Desembargador Carlos Xavier, presidente da Commisão Organisadora, para que o VIII Congresso se revestisse do brilhantismo que alcançou. O seu trabalho foi incansavel, felizmente coroado de completo exito.

PODER JUDICIARIO

O Poder Judiciario do Estado continúa a manter o alto prestigio que lhe advém da operosidade, cultura e probidade dos seus membros.

Sempre me firmei no proposito de zelar pelas relações de cortezia e profundo respeito reciprocos, que, desde o inicio do meu governo, mantive com esse poder. Cerquei-o invariavelmente, do maior acatamento e consideração, jamais intervindo, de nenhum modo, nas deliberações de qualquer das duas instancias em que se divide a nossa Magistratura.

Durante a minha administração, verificaram-se no Tribunal Superior de Justiça as seguintes vagas:

Em 1924 — a do Desembargador Lourenço de Moraes Freitas Barbosa, aposentado pelo Decreto n. 6.520, de 30 de Dezembro. Para essa vaga, foi nomeado, por antiguidade absoluta, em virtude do Decreto n.° 6.541, de 10 de Janeiro de 1925, o Sr. Dr. Josias Baptista Martins Soares.

EM 1925 — a do Desembargador Antonio Ferreira Coelho, aposentado pelo Decreto n.° 6.740, de 31 de Março. Substituiu-o o Dr. José Antonio Lopes Ribeiro, nomeado pelo Decreto n. 6.754, de 7 de Abril;

— a do Desembargador Gregorio Magno Borges da Fonseca, que se aposentou, em virtude do Decreto n.° 7.047, de 27 de Julho. Essa vaga foi preenchida pelo Dr. Henrique O'Reilly de Souza, nomeado pelo Decreto n.° 7.051, de 29 do mesmo mez;

— a do Desembargador Henrique O'Reilly de Souza, que se aposentou, pelo Decreto n.° 7.274, de 22 de Dezembro, tendo sido nomeado para substituil-o, pelo Decre-

to n.º 7.289, de 2 de Janeiro de 1926, o Dr. Christiano Vieira de Andrade.

Em 1926 — a que resultou do fallecimento do Desembargador Genuino Aguido de Andrade, que foi substituido pelo Dr. Oscar Faria Santos, nomeado pelo Decreto n.º 7.333, de 23 de Janeiro;

— a do Desembargador Josias Baptista Martins Soares, que se aposentou, pelo Decreto n.º 7.514, de 7 de Abril; e, mais tarde,

— a do Desembargador Levino Augusto de Hollanda Chacon. Essas vagas foram preenchidas pelos Srs. Drs. Carlos Xavier Paes Barretto e Cassiano Cardoso Castello.

Na Magistratura de 2.ª instancia verificaram-se varias vagas, em consequencia das remoções feitas para o preenchimento das que occorreram no Tribunal e, tambem, por haverem pedido avulsão alguns juizes.

Durante o meu governo, requereram avulsão os juizes seguintes:

Dr. Gilson Vieira de Mendonça, em Agosto de 1924;
Dr. Gumercindo de Souza Mendes, em Setembro de 1925;
Dr. Olival Brigido Vieira Pimentel em Novembro de 1927.

Do inicio da minha administração, até a presente data, fiz as seguintes nomeações de juizes, habilitados e classificados em concurso, perante o Trbunal Superior de Justiça:

Em 1924 — Dr. Mirabeau da Rocha Pimentel — para a comarca de Santa Cruz;

— Dr. Euripedes Queiroz do Valle, para a de Collatina;

— Dr. Ernesto da Silva Guimarães — para a de Anchieta;

— Dr. Gumercindo de Souza Mendes — para a de Itaguassú;

— Dr. Lourival de Almeida — para a de Affonso Claudio.

Em 1925 — Dr. Francisco Assis Torres Bandeira — para a comarca de Santa Cruz, que se vagou em consequencia de haver sido declarado em disponibilidade o Dr. Mirabeau da Rocha Pimentel;

— Dr. Samuel Oswaldo Chaves dos Santos — para a comarca de Itaguassú, que ficou vaga com a avulsão do respectivo Juiz.

Em 1926 — Dr. Olival Brigido Vieira Pimentel — para a de Alfredo Chaves;

— Dr. Romulo Finamori — para a de Rio Pardo.

Em 1927 — Dr. Ayrton Lemos — para a comarca de Rio Pardo, que se vagou com a remoção do Dr. Romulo Finamori para a de Affonso Claudio;

— Dr. Manoel Henriques Wanderley — para a de Alfredo Chaves. Este não tomou posse do cargo.

Em 1928 — Dr. Raymundo Thomé Bezerra — para a comarca de Santa Cruz;

— Dr. José Vieira Tatagiba — para a de São Matheus;

— Dr. João Lordello dos Santos Souza Junior, para a comarca de Rio Pardo.

Das Comarcas do Estado, a da Capital é a unica de 3.ª entrancia, com duas varas. São de 2.ª, as de Santa Leopoldina, Cachoeiro de Itapemirim e Alegre. As demais, em numero de 14, são de 1.ª entrancia.

Presentemente, acha-se vaga, apenas, a Comarca de Itabapoana, em virtude de haver sido o respectivo juiz — Dr. Danton Bastos — nomeado para o cargo de Consultor Juridico do Estado.

Vencimentos da Magistratura

O meu Governo, sobre dispensar á Magistratura as attenções que lhe são devidas, cercando-a, invariavelmente, do mais alto prestigio, tambem, procurou melhorar-lhe os vencimentos, correspondendo, assim, á necessidade de facilitar a sua situação, attendendo á carestia da vida entre nós e de accordo com os recursos financeiros do Estado.

O primeiro augmento dos vencimentos dos magistrados foi permittido pela lei de n. 1.469. No anno passado, em virtude da lei

n. 1.640, de 31 de Agosto, foi concedido outro augmento, de caracter condicional, na seguinte proporção:

Desembargador.	500$000 por mez
Juiz de Direito	300$000 por mez

Além desse augmento, concedido sob a fórma de representação e para vigorar emquanto o orçamento do Estado attingir a cifra superior a 28.000:000$000, estabeleceu-se, tambem, em favor da Magistratura, o pagamento de quotas por julgamentos proferidos, conforme se verifica dos arts. 3.º e 4.º da referida lei n. 1.640, o que concorreu para melhor compensação dos nossos magistrados.

Correições

As correições são, sem duvida, uma das mais sabias medidas recommendadas pela lei de Organisação Judiciaria do Estado. Essa salutar providencia de fiscalisar biennalmente os serviços forenses do Estado já vem produzindo magnificos resultados, sendo de accentuar a orientação perfeita que a Justiça vae seguindo em todas as Comarcas, graças ás recommendações e medidas que os Desembargadores corregedores têm adoptado no desempenho de suas attribuições. As correições districtaes, serviço, tambem, de alto alcance, instituido pela lei de Organisação Judiciaria têm sido feitas regularmente, pelos respectivos juizes.

Movimento do Tribunal Superior de Justiça

Durante o anno de 1927, o Tribunal Superior de Justiça realizou 91 sessões ordinarias e 1 extraordinaria, tendo proferido 337 accordãos, nos feitos seguintes:

Habeas-corpus	45
Recursos de habeas-corpus.	3
Recursos criminaes.	30
Aggravos.	50
Carta testemunhavel.	1
Conflicto de jurisdicção.	1
Representação.	1
Aggravos de despacho do relator. .	3
Appellações criminaes.	142
Appellações civeis.	53
Embargos ao accordam em aggravo.	1
Embargos ao accordam em appellações civeis.	7

Durante o mesmo anno, deram entrada no Tribunal 314 feitos, sendo:

Habeas-corpus.	46
Recursos de habeas-corpus.	3
Recursos criminaes.	29
Aggravos	59
Carta testemunhavel.	1
Conflicto de jurisdicção.	1
Appellações criminaes.	133
Appellações civeis.	42

Além dos julgamentos, foram proferidas 67 resoluções, versando algumas sobre assumptos de grande relevancia, demonstrando as suas decisões o nosso gráo de adiantamento e o grande saber dos egregios magistrados, que são membros do collendo Tribunal Superior de Justiça do Estado.

A actividade do Tribunal Superior, como se vê, pelos dados expostos é digna dos melhores encomios. Para felicidade nossa, a Magistratura espirito-santense, seja a da 2.ª instancia, seja a da 1.ª, desvela-se no exercicio de suas elevadissimas funcções, zelando pela segurança dos direitos, com uma independencia e saber acima de quaesquer duvidas.

Divisão Judiciaria

O territorio do Estado continúa dividido em 18 comarcas. Os districtos judiciarios foram classificados pela lei n. 1.485, de 5 de Setembro de 1924, sendo naquella época, em numero de 111. No decorrer do ultimo anno, foram installados os seguintes districtos judiciarios:

o de Lage — no Municipio de Collatina, creado pela lei n.º 1.381, de 4 de Julho de 1923, em data de 23 de Junho;

o de Affonso Penna — no mesmo Municipio de Collatina, creado pela lei n.º 1.607, de 30 de Junho de 1927 — em data de 30 de Outubro;

o de Condurú — no Municipio de Cachoeiro de Itapemirim, creado pela lei n.º 1.657, de 8 de Outubro de 1927 — em data de 7 de Janeiro do corrente anno.

Leis processuaes

Estão em vigor as leis processuaes ns. 1.055, de 23 de Dezembro de 1915 — Codigo do Processo Civil e Commercial —; e 1.091, de 26 de Setembro de 1914 — Codigo do Processo Penal —, com as alterações e accrescimos feitos pela lei n.° 1.659, de 10 de Outubro de 1927, a qual revogou expressamente as leis ns. 1.108, de 17 de Janeiro de 1917, e 1.308, de Dezembro de 1921.

A lei n.° 1.629, de 17 de Agosto de 1927, determinou fosse inaugurado o registro de immoveis pelo Systema Torrens, em todas as comarcas do Estado, para ter inicio quatro mezes depois da publicação da mesma lei.

Ministerio Publico

O cargo de Procurador Geral do Estado, com funcção junto ao Tribunal Superior de Justiça, é actualmente exercido pelo dr. Aloysio Aderito de Menezes, juiz em disponibilade da comarca de Pau Gigante. Durante a minha gestão exerceram o cargo de chefe do Ministerio Publico os drs. Josias Baptista Martins Soares, Ubaldo Ramalhete Maia, Mirabeau da Rocha Pimentel e Aloysio Aderito de Menezes.

O primeiro, por decreto de Janeiro de 1925, foi nomeado desembargador do Tribunal Superior de Justiça. O dr. Ubaldo Ramalhete Maia, em Julho de 1926, foi transferido para a Secretaria da Instrucção, e deste posto para o de Procurador Geral o dr. Mirabeau da Rocha Pimentel. Em Outubro do anno passado nomeei este ultimo para o cargo de Secretario da Presidencia, tendo escolhido para substituil-o o dr. Aloysio Aderito de Menezes.

Varias têm sido as modificações feitas no corpo dos promotores publicos do Estado, todas de accordo com as propostas do Chefe do Ministerio Publico. Presentemente só se encontra vaga a promotoria da comarca de Santa Leopoldina.

AUXILIARES DIRECTOS DA ADMINISTRAÇÃO

Ao iniciar o meu Governo escolhi para os cargos de Secretarios de Estado os Drs. José Antonio Lopes Ribeiro, Secretario do Interior, Carlos Xavier Paes Barreto, da Presidencia, Moacyr Monteiro Avidos, da Agricultura, Mirabeau da Rocha Pimentel, da Instrucção e Alziro Vianna, da Fazenda.

Como a cargo da Secretaria da Agricultura estivesse a totalidade das obras do Estado, e considerando o grande desenvolvimento e a importancia que as mesmas tinham, não permittindo ao mesmo Secretario occupar-se da parte propriamente do expediente geral, designei o director de Agricultura, Terras e Colonização, Dr. Bemvindo de Novaes, para encarregar-se do expediente daquelle departamento, autorizando-o a assignal-o pelo Secretario. Essa situação perdurou de 1924 até meiados do anno transacto, quando o Dr. Moacyr Avidos, já pouco sobrecarregado de serviço, assumiu toda a superintendencia do departamento que lhe confiei.

Havendo ingressado no Tribunal Superior de Justiça, em 1926, o dr. Carlos Xavier Paes Barreto, Secretario da Presidencia, nomeei para substitui-lo, por decreto de 10 de Julho do mesmo anno, o Dr. Aristeu Borges de Aguiar, lente cathedratico do Gymnasio do Espirito Santo, e então director do mesmo estabelecimento. No mesmo anno, tambem, se verificou a transferencia do Dr. Ubaldo Ramalhete Maia, do cargo de Procurador Geral do Estado para o de Secretario da Instrucção, que vinha sendo occupado desde o inicio da administração Nestor Gomes, pelo Dr. Mirabeau da Rocha Pimentel.

Com o afastamento do Dr. Aristeu Borges de Aguiar da Secretaria da Presidencia, por haver sido escolhido candidato á successão presidencial, nomeei para substituil-o o então Procurador Geral do Estado, dr. Mirabeau da Rocha Pimentel.

A 17 de Abril do corrente anno, solicitou exoneração do cargo de Secretario do Interior, o dr. José Antonio Lopes Ribeiro, que vem sendo substituido, desde o tempo em que o mesmo se encontrava em gozo de licença, pelo Secretario da Presidencia, Dr. Mirabeau da Rocha Pimentel.

SECRETARIA DO INTERIOR

A Secretaria do Interior continúa funccionando regularmente, attendendo de modo satisfactorio aos multiplos encargos que lhe são affectos. Os serviços deste departamento estão distribuidos por duas secções, achando-se sob sua immediata superintendencia — a Directoria de Hygiene, a Policia, civil e militar, a Penitenciaria, a Bibliotheca, o Archivo Publico, a Imprensa Estadual e a Junta Commercial.

O desenvolvimento constante da vida administrativa do Estado tem aconselhado uma maior descentralização dos serviços a cargo

da Secretaria do Interior, especialmente, quanto á hygiene e policia civil, o que effectivamente se permittiu, nesses ultimos annos, com reaes resultados para a bôa marcha dos negocios publicos.

REFORMA CONSTITUCIONAL

Nos termos do disposto na lei n. 1.658, de 8 de Outubro de 1927, convoquei o Congresso Legislativo do Estado para reunir-se, extraordinariamente, a 15 de abril deste anno, com attribuições de Constituinte.

Em mensagem que vos dirigi no dia da installação dos vossos trabalhos mencionei o que me pareceu de necessidade modificar, para o fim de tornar o nosso estatuto basico, senão perfeito, quando menos em condições de satisfazer cabalmente ás nossas exigencias politicas e administrativas.

Não me inspirou, ao recommendar-vos a revisão da nossa carta constitucional, a vaidade de ligar o meu nome a uma reforma sem alcance pratico, mas simplesmente de effeitos innovadores, implicando unicamente a intenção de modificar o que encontrei. Tive sim o proposito de, ainda uma vez, servir bem as funcções que me delegou o eleitorado espirito-santense, concorrendo para rever a lei fundamental do Estado, de molde a escoimal-a dos defeitos que apontei e dotal-a das alterações e accrescimos, que lhe eram indispensaveis para tornal-a digna da nossa cultura juridico-politica.

Foi esse o meu objectivo, felizmente, bem comprehendido por todos vós, que suppristes de modo digno de encomios as deficiencias dos meus reparos, elaborando emendas e modificações, que tornarão o nosso estatuto politico um codigo capaz de satisfazer plenamente as nossas necessidades.

Justifica tambem a ultima reforma de nossa Constituição o dever imperioso em que nos encontravamos de moldal-a de accordo com as alterações que foram feitas no Pacto Fundamental da Republica, revisto no governo do eminente brasileiro Dr. Arthur Bernardes.

SUCCESSÃO PRESIDENCIAL

E' do conhecimento geral a felicidade com que foi resolvido o caso politico da minha successão no governo do Estado.

A solução desse problema de alta relevancia, conseguida num ambiente de inteira harmonia entre os elementos politicos do Esta-

do é um frisante attestado de nossa educação politica e da cultura civica da nossa gente, cujo espirito de ordem cada vez mais se accentúa em beneficio da grandeza da nossa terra.

De facto eram positivamente lamentaveis as divergencias de outros tempos, marcando profundos dissidios e competições desmedidas, quando se achava em fóco a escolha do candidato á mais alta magistratura do Estado.

O apaixonamento de animos, separando correntes partidarias, atiradas ao campo de uma lucta evidentemente desvantajosa aos legitimos interesses collectivos, collocava-nos numa posição de inferioridade ante as demais unidades da Federação, além de enfraquecer os partidos que assumem, entre nós, os encargos de orientar os nossos destinos politicos.

Ascendendo á suprema governança estadual por entre os generosos applausos de todos, cercado da mais benevola e confortadora sympathia e tendo encontrado harmonizadas todas as correntes politicas, que me distinguiram com o seu apoio unanime, claro é que o meu mais forte e decidido empenho seria o de cooperar, na occasião propria, para que o regimen de paz que desfructamos de longa data não se toldasse com as divergencias e dissenções, fundamente prejudiciaes ao optimo conceito em que se encontra o Espirito Santo..

Felizmente com o apoio unisono dos homens publicos, que têm responsabilidades na orientação politica do Estado, e com a approvação franca do nosso povo, vimos indicado e acclamado sem restricções o nome do Secretario da Presidencia, Dr. Aristeu Borges de Aguiar, para supremo gestor dos nossos destinos, no quadriennio a iniciar-se a 30 de Junho proximo.

O candidato, unico escolhido, foi eleito por notavel maioria no pleito de 23 de Maio ultimo.

O Dr. Aristeu Borges de Aguiar é um nome de conceito firmado, de reputação illibada, com predicados que o distinguem entre os nossos correligionarios politicos, de qualidades e virtudes que asseguram a victoria da administração vindoura, como uma das mais afortunadas para a nossa terra.

Por certo, cabem os mais calorosos applausos aos que permittiram e contribuiram para que, ainda uma vez, pudesse o Espirito Santo resolver o problema da successão governamental, nessa atmos-

phera de paz confortadora, sem os sobresaltos que tanto desnormalisaram a sua vida em quadriennios idos.

CORPO CONSULAR

Foram sempre de inteira e completa cordialidade as relações mantidas pelo meu governo com os representantes de paizes estrangeiros aqui residentes e acreditados.

Dispensei-lhes invariavelmente todas as deferencias que lhes eram devidas pelas funcções que desempenham. Aos representantes diplomaticos que por aqui transitaram prestei as homenagens a que tinham direito, facilitando-lhes, como convinha, o alcance dos objectivos que os trouxeram ao nosso Estado.

No anno passado recebemos a visita do Sr. Hubert Knipping, Ministro Plenipotenciario da Allemanha no Brasil. O illustre diplomata foi recebido nesta Capital, com as honras devidas ao seu alto posto, a 19 de Setembro. Percorreu varios municipios do Estado em visita ás colonias allemães aqui installadas, regressando ao Rio de Janeiro a 30 do mesmo mez.

Durante o meu governo recebi tambem a visita do Sr. Anton Retschek, Ministro Plenipotenciario da Austria, a quem foram prestadas as mesmas attenções e homenagens.

Acham-se reconhecidos representantes de Nações estrangeiras, com jurisdicção neste Estado, os seguintes consules geraes, residentes no Rio de Janeiro:

FRANÇA . . . . . Barré Fonsignon (Henri Arthur Marie)
INGLATERRA . . Godfrey Digbg Napier Haggard
URUGUAY . . . . Jainte Herrera
JAPÃO . . . . . Kôso Schige
MEXICO. . . . . Damian Alarcon
SUECIA . . . . . Arendt Holmberg.

Com residencia neste Estado estão reconhecidos representantes de paizes estrangeiros os seguintes consules e vice-consules:

ALLEMANHA . . August Arens
AUSTRIA. . . . . Robert Langen
BELGICA. . . . . Dr. Alcides Guimarães
HOLLANDA . . . Dr. Alcides Guimarães
BOLIVIA . . . . Basilio Pimenta Filho

HESPANHA . . . Emilio Trinxet
ITALIA . . . . . Cav. Luigi Petrocchi
E. UNIDOS. . . . John W. Brunk
PORTUGAL. . . . Alberto O. Santos
FRANÇA . . . . Alberto O. Santos (agente consular)

Assignalo que o Sr. John W. Brunck, vice-consul de carreira da grande Republica Norte Americana, demonstra o apreço que a nossa Capital conquistou pela sua importancia commercial perante aquelle paiz amigo.

ORDEM PUBLICA DO ESTADO

Em todo o territorio espirito-santense tem reinado a mais completa paz desde o começo do meu governo. A indole pacifica e ordeira do nosso povo constitue, sem duvida, uma das maiores garantias á integridade da ordem e segurança publicas.

Não obstante a numerosa affluencia de elementos estranhos, que vieram para esta Capital em busca de trabalho nos tres primeiros annos da minha gestão, não se verificou em nosso Estado a menor perturbação da ordem, o que demonstra a efficiencia dos nossos serviços policiaes e a confiança que merece a acção da nossa Justiça.

Devo registrar que a nossa corporação de policia civil, a cuja frente se encontra o Dr. Fernando Rabello, que se esforça no cumprimento dos seus deveres, se vem norteando, nestes ultimos tempos, por processos modernos e intelligentes, que asseguram resultados magnificos na tarefa delicada de zelar pela ordem e segurança publicas.

A tolerancia commedida, a brandura, sem condescendencias inopportunas, a promptidão nas providencias a tomar, a prevenção constante, para evitar casos e situações, constituem os recursos de que se tem valido a nossa policia civil, e esse criterio lhe tem garantido absoluto exito na missão que lhe está affecta.

Dispensei ao nosso serviço de policia civil os cuidados que elle reclamava. Embora não seja elle ainda perfeito está, entretanto, em condições de satisfazer as nossas actuaes necessidades, graças á bôa orientação que lhe foi imprimida.

Salvo algumas greves de caracter pacifico, nenhuma outra occurrencia, digna de attenção, se registrou no decorrer do meu periodo presidencial.

REPRESSÃO AOS JOGOS DA AZAR

A moralizadora campanha, a que dei inicio, contra os jogos de azar continúa sendo mantida com toda a energia e está produzindo os melhores resultados.

O combate, sem treguas, contra esse flagello, um dos maiores dos que affligem a humanidade, foi um dos serviços que entendi de prestar á população espirito-santense, livrando-a das batotas e espeluncas que se agasalhavam na cidade, offerecendo o mais confrangedor de todos os espectaculos.

> "Diathese cancerosa das raças anemizadas pela sensualidade e pela preguiça — no dizer do grande e insuperavel tribuno que foi Ruy Barbosa — o jogo entorpece, caleja e desvirilisa os povos, nas fibras de cujo organismo insinuou o seu germen proliferante e inextirpavel. Esse mal, que muitas vezes não se separa do lupanar senão pelo tabique divisorio entre a sala e a alcova; essa fatalidade, que rouba ao estudo tantos talentos, á industria tantas forças, á probidade tantos caracteres, ao dever domestico tantas virtudes, á patria tantos heroismos, reina sob sua manifestação completa em esconderijos, onde a palavra se abastarda no calão, onde a personalidade humana se despe do seu pudor, onde a embriaguez da cobiça delira cynica e obscena, onde os maridos blasphemam pragas improferiveis contra a sua honra conjugal, onde, em communhão odiosa, se contrahem amizades inverosimeis, onde o menos que se gasta é o equilibrio da alma, o menos que se arruina é o ideal, o menos que se dissipa é o tempo, estofo precioso de todas as obras primas, de todas as utilidades solidas, de todas as acções grandes."

Estivemos, infelizmente, por algum tempo, sob a influencia dessa praga maldita. O nivel moral dos nossos costumes havia descido deploravelmente.

O inicio do combate decidido e intransigente contra esse cancro social, deu começo, tambem, ao expurgo dos máos elementos que viviam entre nós. Si, por um lado, se avolumaram as queixas dos prejudicados, desses indesejaveis que faziam vida nos antros de perdição e de vicios, por outro, surgiram os applausos da sociedade sã, que se viu amparada e defendida pela minha acção.

Victoria actual póde dizer-se uma cidade limpa, sem esses aspectos de profunda decadencia que o jogo produz, graças á firme decisão que se tomou de combatel-o inexoravelmente.

DELEGACIAS REGIONAES

Existem no Estado, creadas pela lei n. 1.541, de 9 de Julho de 1925, cinco delegacias regionaes. Destas, estão vagas, presentemente, as de Alegre, comprehendendo os municipios de Alegre e Rio Pardo, a de Affonso Claudio, abrangendo o municipio do mesmo nome, e a de Collatina, comprehendendo os municipios de Collatina e Itaguassú.

Por decreto n. 8.484 de Dezembro do anno passado, a delegacia de Affonso Claudio foi annexada á de Collatina. Posteriormente, por conveniencia do serviço, a séde da delegacia de Collatina foi transferida para Itaguassú. Por acto de 23 de Abril, deste anno, reduzi a acção da delegacia regional de Cachoeiro de Itapemirim, ao municipio de São João do Muquy.

Tendo se exonerado o respectivo delegado, acha-se, tambem, vaga esta delegacia.

Infelizmente a maioria das delgacias regionaes não tem produzido o resultado que seria de desejar. Como estamos, todavia, ainda numa phase de experimentação, é para se esperar que ellas prestem effectivamente, ao policiamento do territorio do Estado vantajosos serviços, desde que sejam postas em pratica determinadas providencias, no proposito de corrigir os defeitos que já apresentaram nesses poucos annos de existencia.

TRANSITO PUBLICO

Regulamentado pelo Decreto n.° 7.384, de 3 de Fevereiro de 1926, os serviços de fiscalisação do transito publico tiveram, desde logo, uma organisação immediata e tanto quanto possivel perfeita

O corpo de inspectores de vehiculos é actualmente constituido por guarda-civis especialmente destacados para esse fim. Parece-me, entretanto, providencia indispensavel a creação de um corpo especial de inspectores para a fiscalisação do transito de vehiculos nesta capital.

Victoria atravessa uma phase de intenso desenvolvimento, crescendo diariamente o transito de vehiculos pelas suas ruas, o qual maior será, ainda, quando estiver franquiada ao publico a ponte de ligação ao continente. Necessita, pois, de apparelhar-se de um grupo de funccionarios habilitados para fiscalisar convenientemente esse transito.

Actualmente, a selecção dos elementos á altura das funcções a preencher é bastante difficil, attendendo-se, principalmente, á exiguidade dos vencimentos estipulados.

POLICIA MARITIMA

A Policia Maritima teve a sua organisação com o Decreto n. 7.230, de 7 de Dezembro de 1925, tendo sido esse serviço ampliado aos demais portos do Estado, onde exercem as funcções de autoridade maritima os delegados de policia ou os subdelegados, nas suas faltas.

Datam dessa época a adopção de livros e modelos especiaes para o serviço de escripturação de passageiros embarcados e desembarcados, bem como o de termo de visitas e de occurrencias de bordo, além de fichas destinadas ao serviço de estatistica geral a cargo do Gabinete de Identificação.

O serviço de policia maritima, que é superintendido pelo Delegado Geral, nesta Cidade, continúa sob a direcção do commissario Francisco de Souza Varejão.

Ultimamente, foi estabelecido, tambem, o serviço de policiamento maritimo nocturno, para pôr cobro aos constantes desvios de mercadorias que se verificavam nas embarcações surtas no porto desta Capital. Embora iniciado de pouco tempo, esse serviço já está dando os resultados desejados.

O movimento de vapores e passageiros entrados e sahidos no porto de Victoria, referente a 1926 e 1927, desde quando se organisou o serviço de estatistica, se expressa nos seguintes dados:

Passageiros de varias nacionalidades:

Desembarcados em 1926..	9.736	
Desembarcados em 1927..	10.628	20.364
Embarcados em 1926..	7.941	
Embarcados em 1927..	8.113	16.054

Passageiros em transito:

Em 1926..	22.801	
Em 1927..	21.566	44.367

Vapores entrados:

Em 1926 —	Nacionaes..	463		
	Estrangeiros.	169		
	Outras embarcações	237	869	
Em 1927 —	Nacionaes..	416		
	Estrangeiros.	182		
	Outras embarcações	421	1.019	1.888

Passes extrahidos:

Em 1926 —	Para portos do Estado. ..	409		
	Para portos da Republica	448		
	Para portos estrangeiros .	199	1.056	
Em 1927 —	Para portos do Estado. ..	557		
	Para portos da Republica	421		
	Para portos estrangeiros .	221	1.199	2.255

GUARDA CIVIL

Em virtude da lei n. 1.612, de 5 de Julho de 1927, o effectivo dessa Corporação foi elevado para 120 homens.

Em 1924, o seu effectivo se compunha de 40 homens, distribuidos em oito de 1.ª classe, doze de segunda e vinte de 3.ª, percebendo, respectivamente, 180$000, 165$000 e 140$000.

Pela lei n. 1.541, que reorganisou a policia civil, foi o effectivo da Guarda elevado para 80 homens, com os vencimentos de 300$000, 260$000 e 230$000.

Actualmente, percebem 330$000, 290$000 e 260$000, conforme a referida lei n. 1.612.

Essa instituição está perfeitamente organisada e tem prestado relevantissimos serviços á integridade da ordem e segurança publica.

GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO E ESTATISTICA

O nosso Gabinete de Identificação e Estatistica foi creado pela lei n. 799, de Janeiro de 1912, annexo á antiga Directoria de Segurança Publica. Em 1922, recebeu o referido Gabinete novo Regulamento, com o Decreto n. 4.979, de 17 de Agosto.

A lei n. 1.541, de Junho de 1925, reorganizou-o completamente, e o Decreto n. 7.230, de Dezembro do mesmo anno, regulamentou-o nos moldes dos gabinetes modernos.

Dessa data em diante foi que o nosso Gabinete de Identificação começou a preencher cabalmente os seus fins. Para estudar todas as modificações que lhe eram indispensaveis, foi designado para permanecer junto ao Gabinete de Identificação do Estado de São Paulo o então delegado auxiliar Dr. João Pereira Netto, que desempenhou a contento a missão que lhe foi confiada pelo Governo. O nosso gabinete, actualmente, satisfaz, com real efficiencia, os seus fins, fornecendo um acervo de informações preciosas á prevenção ou á repressão dos crimes.

E' de inteira conveniencia a creação de uma secção de investigações, dotada dos recursos technicos indispensaveis, para melhor garantir a efficiencia do nosso serviço policial.

As identificações estão distribuidas no Gabinete, em tres especies de promptuarios: o de *registro civil*, o de *legitimação* e o *geral*.

No registro civil foram incluidas, no anno findo, 1.051 pessôas. Nesse mesmo registro foram tomadas 2.102 impressões dactyloscopicas, escripturados 1.051 promptuarios e identico numero de fichas cartonadas.

No registro de legitimação foram incluidas 1.224 pessôas. Organisaram-se 1.224 promptuarios, igual numero de fichas cartonadas "Registro de vida", tendo sido archivadas 2.448 fichas dactyloscopicas.

No registro geral foram incluidos 310 criminosos, tendo sido organisada igual quantidade de fichas cartonadas, "Registro de vida", e tomadas 620 impressões digitaes. Nesses promptuarios foram escripturadas 160 denuncias, 133 pronuncias, 49 condemnações, 34 absolvições e 4 impronuncias.

No registro geral, durante o biennio 1926-1927, foram identificados 571 criminosos.

Os dados estatisticos acima expostos demonstram a actividade e efficiencia do nosso Gabinete de Identificação e Estatistica.

ASSISTENCIA A ALIENADOS

Esse importante problema de indiscutivel interesse publico ainda não poude ter uma solução satisfatoria entre nós. Ao Governo ainda não foi possivel a fundação de um estabelecimento para cuidar da assistencia a alienados e psychopatas indigentes.

A' falta de recursos proprios para attender a assistencia dos alienados tem o Governo mandado recolhel-os ao Asylo "Deus, Christo e Caridade", de Cachoeiro de Itapemirim, e ao Hospicio Nacional, no Rio de Janeiro, sendo de 110$000 mensaes a contribuição do Estado para manutenção de cada doente no primeiro estabelecimento referido.

O movimento do Asylo "Deus, Christo e Caridade", no anno findo, foi o seguinte:

Doentes existentes em 1.º de Janeiro de 1927:		
Homens..	40	
Mulheres.	41	81
Doentes entrados durante o anno:		
Homens..	78	
Mulheres.	68	146
Restabelecidos:		
Homens..	42	
Mulheres.	22	64
Fallecidos:		
Homens..	21	
Mulheres.	21	42
Doentes existentes em 31 de Dezembro de 1927:		
Homens..	55	
Mulheres.	66	121

No ultimo semestre de 1927 as contribuições pagas pelo Governo do Estado para manutenção dos loucos e indigentes importaram em 107:092$407.

Como encarregado de fiscalisar o tratamento dos doentes e de lhes prestar a assistencia necessaria, mantem o Governo junto ao estabelecimento o Dr. Newton Ramos.

ASSISTENCIA A MENDIGOS

O Governo está autorisado, pela lei n. 1.651, de Outubro do anno passado, a crear, nesta Capital, um asylo para abrigo da mendicidade.

Em Victoria, não ha propriamente mendigos aqui vinculados pelos laços de familia ou de nascimento. Isso attesta a laboriosidade do nosso povo. O numero dos que vivem da caridade publica accentuou-se com a entrada de elementos estranhos, vindos attrahidos pela fama de prosperidade que o nosso Estado tem desfructado nesses ultimos tempos.

O Governo auxilia associações religiosas e particulares de assistencia á mendicidade, facilitando-lhes os recursos pecuniarios indispensaveis ao desempenho de sua missão.

ESCOLA DE REGENERAÇÃO

A lei n. 1.574, de Julho de 1926, creou o serviço de protecção aos menores abandonados e delinquentes, cogitando da educação e regeneração dos mesmos por processos racionaes, que aconselha.

Assumpto de palpitante interesse, como o é o da infancia delinquente, exige, effectivamente, a attenção do poder publico. Infelizmente, não me foi possivel crear o estabelecimento proprio, nos moldes do systema de protecção e assistencia previstos na lei federal n. 4.242, de 1921, e com as medidas geraes, premunitorias e repressivas, recommendadas pelo Decreto Federal n. 16.272, de Dezembro de 1923.

Não me foi possivel, entretanto, dar execução á referida lei n. 1.574, dadas as grandes obras já iniciadas e em andamento, a cargo do governo, nesse ultimo biennio.

REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLICIA

A Repartição Central de Policia acha-se funccionando em proprio estadual, que já é insufficiente para as necessidades actuaes dos seus varios serviços. Nelle estão installados o Gabinete do Delegado Geral, as duas Delegacias Auxiliares, com seus respectivos cartorios, o Commissariado, a Policia Maritima, a Inspectoria de Vehiculos, Secção do Expediente, Gabinete Medico-Legal, Serviço de Saude da

Guarda Civil e dos presos da cadeia publica, Gabinete Photographico, Almoxarifado e Guarda Civil (Inspectoria, alojamento e almoxarifado), e o Gabinete de Identificação e Estatistica.

Durante a minha administração, determinei varias reformas no edificio da Repartição Central de Policia. Prevendo a expansão dos seus serviços, adquiri os dois predios que ficam contiguos ao edificio da Policia. Executadas as obras de ampliação, as dependencias do alludido predio comportarão perfeitamente todas as secções em que se desdobram os serviços de nossa policia civil.

Renda da Repartição Central de Policia

As diversas secções da Repartição Central de Policia arrecadaram, em sello adhesivo, para o Estado, as seguintes importancias:

Policia maritima:

Passes expedidos para portos do Estado	1:114$000	
" " " " fóra do Estado.	4:210$000	
" " " " estrangeiros . ..	4:420$000	
Visitas extraordinarias..	550$000	10:294$000

Gabinete de Identificação:

Carteiras de identidade — typo especial	1:550$000	
Idem, typo commum..	952$000	
Idem, para serviço domestico..	448$000	
Certificados de identidade para ingressar na Guarda Civil..	392$000	
Idem, para matricula na Insp. de Vehiculos..	2:328$000	
Idem, para fins diversos..	3:984$000	
Passaportes expedidos..	540$000	
" visados	120$000	10:314$000

Inspectoria de Vehiculos:

159 carteiras expedidas na Capital..	3:084$000	
159 carteiras expedidas para o interior	4:674$600	
67 petições de matricula de automovel.. ..	67$000	
164 petições de licença para aprendizagem de automovel..	164$000	
132 autos de infracção..	1:288$000	
30 carteiras de carroceiros para a Capital. ..	492$000	
A transportar..		9:769$600

Transporte..		9:769$600
16 carteiras de carroceiros para o interior ..	422$400	
14 habilitações para carregador..	28$000	
15 petições (2.ª via) de carteiras para chauffeur..	45$000	
3 ditas, para revalidação de carteira para carroceiro..	48$000	
8 ditas, para revalidação de carteira para chauffeur	144$000	10:457$600
Secção do Expediente:		
Licenças para fins recreativos..	193$000	
Autorisações para desembarque de estrangeiros	140$000	
Alvarás de soltura..	720$000	
Registro de estatutos..	312$000	
Requerimentos diversos..	335$000	
Contractos para fornecimento de alimentação de presos..	12$000	
Registro de livros para hoteis e pensões.. ..	460$000	2:172$000
Cartorios:		
Certidões diversas..	228$000	
Custas..	365$000	593$000
SOMMA TOTAL		33:830$600

CADEIAS PUBLICAS

Quasi todas as comarcas do Estado se acham providas de cadeias. Força é declarar, entretanto, que nem todas têm as necessarias condições de segurança. A da cidade de Alegre, por exemplo, tem defeitos de construcção, que procurei corrigir, para satisfazer ás exigencias de segurança. As novas cadeias, construidas pelo Governo, em Itaguassú, Santa Leopoldina, Santa Thereza, Veado, Collatina, Castello e Affonso Claudio, obedecem a um só typo e se apresentam com os requisitos necessarios para garantir a reclusão dos criminosos que para ellas sejam enviados.

Ainda não temos uma cadeia publica na Capital. Os individuos aqui processados são recolhidos ás prisões correccionaes da Repartição Central de Policia, até serem convenientemente julgados, depois do que, quando condemnados, são recolhidos á Penitenciaria.

HYGIENE PUBLICA

Foram constantes os meus cuidados com o departamento da Hygiene Publica do Estado A' medida dos recursos financeiros, ampliei os serviços da Directoria de Hygiene, dotando-a dos elementos indispensaveis para que ella pudesse, com positiva efficiencia, preencher a sua mssão.

Continúa o serviço sanitario estadual sob a proficiente superintendencia do Dr. Oswaldo Monteiro, cujos esforços, pelo seu desenvolvimento, são geralmente conhecidos.

No primeiro anno de meu Governo, a Directoria de Hygiene combateu uma epidemia de paludismo em Guarapary e uma de typho em Rodeio, Municipio de Rio Novo.

Nesse mesmo anno, foram creados os cargos de Inspector de Prophylaxia e de auxiliar de demographia, tendo sido elevado, tambem, o corpo de guardas sanitarios. Verificou-se, ainda, a installação de um pequeno laboratorio e de um almoxarifado. Para melhor orientação dos serviços a executar, a Directoria de Hygiene levantou, em 1924, o cadastro das condições sanitarias dos predios da Capital.

Em 1925, combateu-se uma epidemia de typho no Municipio de Riacho. Nesse anno, irrompeu a epidemia da variola nesta Capital e em mais dez municipios do Estado, vantajosamente dominada em poucos mezes pela Directoria de Hygiene. Foram creados os cargos de microbiologista e de um escripturario, fazendo-se, tambem, uma completa reorganização no corpo dos guardas.

Nesse periodo de minha gestão, effectuei a construcção do Hospital de Isolamento para 40 enfermos, na Ilha da Polvora, e autorisei a installação do laboratorio bacteriologico e dos serviços de Secretaria, Almoxarifado, garage e auto-ambulancia. Ainda, em 1925, fez-se a hygienisação urbana pela abertura e alargamento de ruas e avenidas.

Em 1926, deu-se combate a uma epidemia de paludismo nos bairros de Maruhype e Jucutuquara, desta Capital. Tendo surgido uma epidemia de typho nos Municipios de Guarapary, Alfredo Chaves, Rio Novo e Domingos Martins, promoveu-se a vaccinação systematica, com resultados magnificos e promptos. Nesse periodo, foram creados dois cargos de inspectores sanitarios, em commissão.

Ainda, em 1926, os serviços de hygiene estadual foram sensi-

velmente auxiliados com a reforma completa e grande ampliação do supprimento de agua á Capital, pela captação dos corregos Panellas e Duas Boccas, no Municipio de Cariacica, e Fradinhos, no arrabalde de Jucutuquara. A esse tempo, executou-se, tambem, o serviço de renovação da rêde de esgotos em varias ruas desta Cidade e houve a inauguração do novo mercado municipal, em predio que construi especialmente para esse fim, satisfazendo os mais rigorosos preceitos hygienicos. Nesse mesmo anno, o Governo adoptou o regulamento sanitario federal de 31 de Dezembro de 1923.

Em 1927, crearam-se para a Directoria de Hygiene os cargos de demographista, chefe de secção, almoxarife e porteiro. Reconstruiu-se o predio do antigo laboratorio de analyses para a nova installação dos serviços de Saude Publica. Adaptou-se o predio novo que construi para os serviços de melhoramentos da Capital, para nelle ser installado o serviço de prophylaxia da lepra e doenças venereas, auxiliado pelo Governo Federal.

Foram sanccionadas nesse periodo as leis creando o serviço de prophylaxia rural, o de hygiene municipal permanente, a que autorisou a ampliação dos serviços sanitarios da Capital e a que obriga os officiaes do registro civel a remetterem, mensalmente, á Directoria de Hygiene mappas estatisticos.

Ainda, em 1927, foi expedido o decreto dando nova organisação á Directoria de Hygiene, tendo sido renovado, tambem, o contracto de prophylaxia da lepra e doenças venereas.

No mesmo anno de 1927, foram organisados os serviços de Hygiene Infantil do Laboratorio Chimico de Fiscalisação do Leite, do de Estatistica Demographo-Sanitaria de todo o Estado, tendo sido aperfeiçoada a fiscalisação de generos alimenticios, com a inspecção obrigatoria das mercadorias importadas.

Merece especial destaque, pela influencia que exerceu na baixa nitida da mortalidade e morbidade typhicas nesta Capital, o trabalho de prophylaxia especifica do typho executado no anno passado, pela vaccinação systematica, nos bairros mais sujeitos aos surtos epidemicos daquelle mal.

Aterros, drenagem e roçadas

A Directoria de Hygiene executou, no anno findo, varios serviços de aterro, drenagens e roçadas nos bairros da Praia Comprida,

Suá e Jucutuquara, prevenindo, dest'arte, os surtos de paludismo, em outros tempos frequentes nesses arrabaldes.

Hospital do Isolamento

O nosso Hospital de Isolamento está situado na ilha da Polvora, que fica fronteira ao arrabalde de Santo Antonio. Foi construido em 1925, para o internamento de doentes variolosos. Está dotado de 4 enfermarias para 8 leitos e 2 quartos menores para 3 leitos. No anno transacto o Hospital de Isolamento recebeu 183 doentes de varias molestias, figurando entre essas, com numero mais elevado, o impaludismo.

Foram ali recolhidos 94 impaludados, 18 atacados de typho e paratypho, 16 de beri-beri, tendo se restabelecido 143 e fallecido 16. Em tratamento ficaram 22 e 2 foram transferidos.

E' medico do Hospital de Isolamento o Dr. Americo Oliveira, funccionario competente e dedicado.

Laboratorio Bacteriologico

O Laboratorio Bacteriologico tem prestado optimos auxilios ao serviço de prophylaxia, especialmente nos casos suspeitos de molestias contagiosas.

O seu apparelhamento, comquanto não seja ainda completo, já attende regularmente ás nossas necessidades. Durante o anno findo, o laboratorio bacteriologico realizou 2.977 exames.

Hygiene Infantil

Muito se tem feito neste assumpto. O movimento do consultorio infantil, no anno passado, foi o seguinte:

Crianças matriculadas	1.372
Consultas dadas	4.991
Formulas distribuidas	2.694
Leite distribuido (litros)	6.284
Consultas avulsas	2.028
Pequenas intervenções cirurgicas	58
Exames no laboratorio bacteriologico	866
Vaccinações contra a variola	731
Impalludados matriculados e medicados	46
Verminoticos matriculados e medicados	392
Infecções	9

Dados demographicos do Estado

O levantamento da estatistica demographo-sanitaria do Estado, embora ainda um tanto incompleto, vae se executando com optimas probabilidades de se conseguir um serviço perfeito. Dos 113 districtos judiciarios em funccionamento, 96 remetteram mappas de todos os mezes do anno, contendo os dados reclamados pela Directoria de Hygiene; 15 enviaram-n'os incompletos e 1 deixou de remetter. Os dados referentes a nascidos mortos e a obitos não exprimem a verdade absoluta, visto que, no interior, ainda se verifica a anormalidade de se fazerem enterros em cemiterios particulares, sem o registro em cartorio.

Os numeros absolutos de casamentos, nascidos vivos, nascidos mortos e obitos, apurados pelo serviço de estatistica, durante o anno de 1927, são os seguintes:

Casamentos realizados em todo o Estado ..	3.725
Nascidos vivos, idem, idem, idem..	15.411
Nascidos mortos, idem, idem..	516
Obitos, idem, idem, idem	6.703

No confronto por districtos occupou o primeiro logar para o numero de casamentos, o de Victoria, com 231, seguindo-se Alegre, com 129, Cachoeiro de Itapemirim, com 120, Muquy, 97, Collatina e Santa Angelica, com 89, São Matheus e Itapemirim, com 83. Para os nascidos vivos tem o primeiro logar Victoria, com 870, seguindo-se Alegre e Cachoeiro de Itapemirim, ambos com 437, Estação de Castello, com 411 e São João do Muquy, com 388.

A mortandade foi mais elevada em Victoria, com 636 obitos, depois em Cachoeiro de Itapemirim, com 523, seguindo-se Mimoso, com 250, Itapemirim, com 237 e S. João do Muquy com 216.

Considerando-se os factos demographicos em conjuncto, por municipios, verifica-se que o maior numero de casamentos occorreu em Alegre, com 460 seguindo-se Cachoeiro de Itapemirim, com 411, S. Pedro de Itabapoana com 303 e Victoria com 262.

O numero de nascidos vivos foi mais elevado no Municipio de Cachoeiro de Itapemirim, onde houve 1.775, seguindo-se Alegre, com 1.620, Collatina com 1.068, S. Pedro de Itabapoana com 1.003 e Victoria com 966.

A mortandade por municipios foi mais elevada em Cachoeiro de Itapemirim com 755, seguindo-se Victoria com 709, S. Pedro de Itabapoana, com 591 e Alegre com 559.

O numero mais elevado de nascidos mortos foi registrado em Victoria, onde attingiu a 102, seguindo-se Cachoeiro de Itapemirim com 56, e S. Pedro de Itabapoana com 53, dos quaes 33 no districto de Mimoso.

Conforme ficou resalvado a principio, houve deficiencia e falhas nas informações prestadas pelos officiaes do Registro Civil á Directoria de Hygiene, sobre os dados demographo-sanitarios do Estado.

Vão juntos varios quadros estatisticos de registro civil do Estado, por municipios e districtos, e um resumo do movimento demographico da cidade de Victoria referente ao triennio de 1925—1927.

SERVIÇO DE PROPHYLAXIA DA LEPRA E DOENÇAS VENEREAS

Havendo terminado a 31 de Dezembro de 1926 o prazo de contracto da União com o Estado para a execução pelo Governo Federal do serviço de prophylaxia rural, o serviço de doenças venereas passou a ser feito pela Directoria de Hygiene, nos dois dispensarios já em funccionamento em Cachoeiro de Itapemirim e Victoria.

Em Maio de 1927 foi installado o dispensario de Collatina, sob a chefia do Sr. Dr. Sylvio Avidos. Em Março do referido anno, o Governo do Estado celebrou com a União novo accordo para a continuação dos serviços de prophylaxia anti-venerea, ficando a seu cargo dois terços das despesas. Para chefiar esses serviços foi nomeado o Dr. Pedro Fontes, que se recommenda por uma grande dedicação ao trabalho que lhe está entregue.

O dispensario desta Capital vinha funccionando no edificio onde esteve installada, ha tempos, a Directoria de Hygiene, tendo-se feito, ultimamente, a transferencia para o predio que foi occupado pela Commissão de Melhoramentos da Capital, o qual soffreu reformas especiaes para a sua perfeita accommodação.

Quanto á prophylaxia da lepra pouco mais se tem podido fazer, além do registro dos leprosos existentes no Estado. Não dispomos de

SERVIÇO DE DEMOGRAPHIA SANITARIA

MOVIMENTO GERAL DE REGISTRO CIVIL NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, DURANTE O ANNO DE 1927, POR MUNICIPIOS E DISTRICTOS

MUNICIPIOS	DISTRICTOS	MOVIMENTO DE REGISTRO CIVIL								Observações
		CASAMENTOS		NASCIDOS VIVOS		NACIDOS MORTOS		OBITOS		
AFFONSO CLAUDIO	Affonso Claudio	36		258		8		83		
	Bôa Sorte	16		102		4		23		
	Rio do Peixe	11		80		3		45		
	Bom Jesus	18		66		2		15		Faltando dados relativos a 6 mezes
	Laranja da Terra	11		34		—		12		Faltando dados relativos a 7 mezes
	Serra Pellada	12		108		—		20		
	São Domingos	21		66		—		29		
	Taquaral	11	136	92	748	3	19	24	251	
ALEGRE	Alegre	129		437		3		112		
	Café	28		161		2		65		
	Santa Angelica	89		183		—		33		
	Valla do Souza	66		242		2		91		
	Verado	68		305		1		127		
	São Thiago	18		125		—		42		
	Caparaó	11		24		—		—		Faltando dados relativos a 10 mezes
	Rio Preto	61	462	163	1.620	4	12	68	559	
ALFREDO CHAVES	Alfredo Chaves	18		152		—		25		
	Santa Marinha Ayrosa	7		31		—		4		
	São Marcos	17		74		—		14		
	Mathilde	8		86		—		14		
	São João	40	90	105	448	—	—	13	70	
ANCHIETA	Anchieta	24		141		12		62		
	Iriritytba	27		81		1		42		
	Jabaquara	23	74	49	271	—	13	44	150	
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	Cachoeiro de Itapemirim	120		437		33		353		
	Virginia	41		228		8		56		
	Vargem Alta	30		143		5		41		
	São Pelippe	61		233		5		116		
	Estação do Castello	79		211		4		59		
	Bananal	34		119		—		37		
	Conceição do Castello	46	411	197	1.775	1	56	53	755	
SANTA LEOPOLDINA	Porto do Cachoeiro	30		133		1		82		
	Mangarahy	19		118		10		42		
	Timbuhy	14		57		3		39		
	Jequitibá	62	125	198	566	4	18	50	213	
CALÇADO	Calçado	24		235		9		123		
	Jardim	43		127		4		86		
	Alto Calçado	20		79		2		30		
	Palmital	17		78		2		16		
	Barra do Calçado	16	132	16	545	—	17	2	259	
COLLATINA	Collatina	89		333		1		116		
	Baunilha	52		229		10		95		
	Motum	21		120		6		41		
	Lage	4		27		—		8		Faltando dados relativos a 9 mezes
	Baixo Guandú	22		159		—		51		Faltando dados relativos a 8 mezes
	Linhares	4		19		—		8		Faltando dados relativos a 6 mezes
	Regencia	4		6		—		7		
	Mascarenhas	41	237	160	1.068	5	22	55	417	
CONCEIÇÃO DA BARRA	Conceição da Barra	16		77		5		72		
	Itaúnas	10	26	57	134	10	15	36	108	
CARIACICA	Cariacica	26		179		18		143		
	Itaquary	38	64	170	349	9	27	98	241	
DOMINGOS MARTINS	Campinho	46		138		—		37		
	Santa Izabel	16		81		2		36		
	Araguaya	16		104		1		26		
	Sapucaia	18		94		2		26		
	São Raphael	2	98	15	432	—	5	—	123	Faltando dados relativos a 10 mezes
ESPIRITO SANTO	Espirito Santo	31		162		15		78		
	Argellas	14		97		8		82		
	Jucú	4	49	36	295	—	23	18	178	
FUNDÃO	Fundão	8		100		7		47		
	Timbuhy	9		77		5		44		
	Nova Almeida	17	34	59	236	1	13	30	121	
GUARAPARY	Guarapary	25		136		6		33		
	Sagrada Familia	—		—		—		—		Faltando dados relativos a 6 mezes
	Todos os Santos	5	30	24	160	—	6	4	37	Não enviou dados estatisticos
										Faltando dados relativos a 6 mezes
ITAGUASSU'	Itaguassú	23		199		1		62		
	Piqueira	36		172		—		30		
	São Francisco	21		160		3		55		
	Parajú	17	101	95	610	1	5	24	160	
ITAPEMIRIM	Itapemirim	23		254		2		232		
	Barra de Itabapoana	5	60	34	288	—	2	47	279	
	Monte Freire	57		180		1		44		
MUNIZ FREIRE	Itaipava	[illegible]		105		—		7		

GR = 13x


CORREÇÃO

HYGIENE PUBLICA

Foram constantes os meus cuidados com o departamento da Hygiene Publica do Estado A' medida dos recursos financeiros, ampliei os serviços da Directoria de Hygiene, dotando-a dos elementos indispensaveis para que ella pudesse, com positiva efficiencia, preencher a sua mssão.

Continúa o serviço sanitario estadual sob a proficiente superintendencia do Dr. Oswaldo Monteiro, cujos esforços, pelo seu desenvolvimento, são geralmente conhecidos.

No primeiro anno de meu Governo, a Directoria de Hygiene combateu uma epidemia de paludismo em Guarapary e uma de typho em Rodeio, Municipio de Rio Novo.

Nesse mesmo anno, foram creados os cargos de Inspector de Prophylaxia e de auxiliar de demographia, tendo sido elevado, tambem, o corpo de guardas sanitarios. Verificou-se, ainda, a installação de um pequeno laboratorio e de um almoxarifado. Para melhor orientação dos serviços a executar, a Directoria de Hygiene levantou, em 1924, o cadastro das condições sanitarias dos predios da Capital.

Em 1925, combateu-se uma epidemia de typho no Municipio de Riacho. Nesse anno, irrompeu a epidemia da variola nesta Capital e em mais dez municipios do Estado, vantajosamente dominada em poucos mezes pela Directoria de Hygiene. Foram creados os cargos de microbiologista e de um escripturario, fazendo-se, tambem, uma completa reorganização no corpo dos guardas.

Nesse periodo de minha gestão, effectuei a construcção do Hospital de Isolamento para 40 enfermos, na Ilha da Polvora, e autorisei a installação do laboratorio bacteriologico e dos serviços de Secretaria, Almoxarifado, garage e auto-ambulancia. Ainda, em 1925, fez-se a hygienisação urbana pela abertura e alargamento de ruas e avenidas.

Em 1926, deu-se combate a uma epidemia de paludismo nos bairros de Maruhype e Jucutuquara, desta Capital. Tendo surgido uma epidemia de typho nos Municipios de Guarapary, Alfredo Chaves, Rio Novo e Domingos Martins, promoveu-se a vaccinação systematica, com resultados magnificos e promptos. Nesse periodo, foram creados dois cargos de inspectores sanitarios, em commissão.

Ainda, em 1926, os serviços de hygiene estadual foram sensi-

velmente auxiliados com a reforma completa e grande ampliação do supprimento de agua á Capital, pela captação dos corregos Panellas e Duas Boccas, no Municipio de Cariacica, e Fradinhos, no arrabalde de Jucutuquara. A esse tempo, executou-se, tambem, o serviço de renovação da rêde de esgotos em varias ruas desta Cidade e houve a inauguração do novo mercado municipal, em predio que construi especialmente para esse fim, satisfazendo os mais rigorosos preceitos hygienicos. Nesse mesmo anno, o Governo adoptou o regulamento sanitario federal de 31 de Dezembro de 1923.

Em 1927, crearam-se para a Directoria de Hygiene os cargos de demographista, chefe de secção, almoxarife e porteiro. Reconstruiu-se o predio do antigo laboratorio de analyses para a nova installação dos serviços de Saude Publica. Adaptou-se o predio novo que construi para os serviços de melhoramentos da Capital, para nelle ser installado o serviço de prophylaxia da lepra e doenças venereas, auxiliado pelo Governo Federal.

Foram sanccionadas nesse periodo as leis creando o serviço de prophylaxia rural, o de hygiene municipal permanente, a que autorisou a ampliação dos serviços sanitarios da Capital e a que obriga os officiaes do registro civel a remetterem, mensalmente, á Directoria de Hygiene mappas estatisticos.

Ainda, em 1927, foi expedido o decreto dando nova organisação á Directoria de Hygiene, tendo sido renovado, tambem, o contracto de prophylaxia da lepra e doenças venereas.

No mesmo anno de 1927, foram organisados os serviços de Hygiene Infantil do Laboratorio Chimico de Fiscalisação do Leite, do de Estatistica Demographo-Sanitaria de todo o Estado, tendo sido aperfeiçoada a fiscalisação de generos alimenticios, com a inspecção obrigatoria das mercadorias importadas.

Merece especial destaque, pela influencia que exerceu na baixa nitida da mortalidade e morbidade typhicas nesta Capital, o trabalho de prophylaxia especifica do typho executado no anno passado, pela vaccinação systematica, nos bairros mais sujeitos aos surtos epidemicos daquelle mal.

Aterros, drenagem e roçadas

A Directoria de Hygiene executou, no anno findo, varios serviços de aterro, drenagens e roçadas nos bairros da Praia Comprida,

Suá e Jucutuquara, prevenindo, dest'arte, os surtos de paludismo, em outros tempos frequentes nesses arrabaldes.

Hospital de Isolamento

O nosso Hospital de Isolamento está situado na ilha da Polvora, que fica fronteira ao arrabalde de Santo Antonio. Foi construido em 1925, para o internamento de doentes variolosos. Está dotado de 4 enfermarias para 8 leitos e 2 quartos menores para 3 leitos. No anno transacto o Hospital de Isolamento recebeu 183 doentes de varias molestias, figurando entre essas, com numero mais elevado, o impaludismo.

Foram ali recolhidos 94 impaludados, 18 atacados de typho e paratypho, 16 de beri-beri, tendo se restabelecido 143 e fallecido 16. Em tratamento ficaram 22 e 2 foram transferidos.

E' medico do Hospital de Isolamento o Dr. Americo Oliveira, funccionario competente e dedicado.

Laboratorio Bacteriologico

O Laboratorio Bacteriologico tem prestado optimos auxilios ao serviço de prophylaxia, especialmente nos casos suspeitos de molestias contagiosas.

O seu apparelhamento, comquanto não seja ainda completo, já attende regularmente ás nossas necessidades. Durante o anno findo, o laboratorio bacteriologico realizou 2.977 exames.

Hygiene Infantil

Muito se tem feito neste assumpto. O movimento do consultorio infantil, no anno passado, foi o seguinte:

Crianças matriculadas	1.372
Consultas dadas	4.991
Formulas distribuidas	2.694
Leite distribuido (litros)	6.284
Consultas avulsas	2.028
Pequenas intervenções cirurgicas	58
Exames no laboratorio bacteriologico	366
Vaccinações contra a variola	731
Impalludados matriculados e medicados	46
Verminoticos matriculados e medicados	392
Infecções	9

Dados demographicos do Estado

O levantamento da estatistica demographo-sanitaria do Estado, embora ainda um tanto incompleto, vae se executando com optimas probabilidades de se conseguir um serviço perfeito. Dos 113 districtos judiciarios em funccionamento, 96 remetteram mappas de todos os mezes do anno, contendo os dados reclamados pela Directoria de Hygiene; 15 enviaram-n'os incompletos e 1 deixou de remetter. Os dados referentes a nascidos mortos e a obitos não exprimem a verdade absoluta, visto que, no interior, ainda se verifica a anormalidade de se fazerem enterros em cemiterios particulares, sem o registro em cartorio.

Os numeros absolutos de casamentos, nascidos vivos, nascidos mortos e obitos, apurados pelo serviço de estatistica, durante o anno de 1927, são os seguintes:

Casamentos realizados em todo o Estado ..	3.725
Nascidos vivos, idem, idem, idem..	15.411
Nascidos mortos, idem, idem..	516
Obitos, idem, idem, idem	6.703

No confronto por districtos occupou o primeiro logar para o numero de casamentos, o de Victoria, com 231, seguindo-se Alegre, com 129, Cachoeiro de Itapemirim, com 120, Muquy, 97, Collatina e Santa Angelica, com 89, São Matheus e Itapemirim, com 83. Para os nascidos vivos tem o primeiro logar Victoria, com 870, seguindo-se Alegre e Cachoeiro de Itapemirim, ambos com 437, Estação de Castello, com 411 e São João do Muquy, com 388.

A mortandade foi mais elevada em Victoria, com 636 obitos, depois em Cachoeiro de Itapemirim, com 523, seguindo-se Mimoso, com 250, Itapemirim, com 237 e S. João do Muquy com 216.

Considerando-se os factos demographicos em conjuncto, por municipios, verifica-se que o maior numero de casamentos occorreu em Alegre, com 460 seguindo-se Cachoeiro de Itapemirim, com 411, S. Pedro de Itabapoana com 303 e Victoria com 262.

O numero de nascidos vivos foi mais elevado no Municipio de Cachoeiro de Itapemirim, onde houve 1.775, seguindo-se Alegre, com 1.620, Collatina com 1.068, S. Pedro de Itabapoana com 1.003 e Victoria com 966.

A mortandade por municipios foi mais elevada em Cachoeiro de Itapemirim com 755, seguindo-se Victoria com 709, S. Pedro de Itabapoana, com 591 e Alegre com 559.

O numero mais elevado de nascidos mortos foi registrado em Victoria, onde attingiu a 102, seguindo-se Cachoeiro de Itapemirim com 56, e S. Pedro de Itabapoana com 53, dos quaes 33 no districto de Mimoso.

Conforme ficou resalvado a principio, houve deficiencia e falhas nas informações prestadas pelos officiaes do Registro Civil á Directoria de Hygiene, sobre os dados demographo-sanitarios do Estado.

Vão juntos varios quadros estatisticos de registro civil do Estado, por municipios e districtos, e um resumo do movimento demographico da cidade de Victoria referente ao triennio de 1925—1927.

SERVIÇO DE PROPHYLAXIA DA LEPRA E DOENÇAS VENEREAS

Havendo terminado a 31 de Dezembro de 1926 o prazo de contracto da União com o Estado para a execução pelo Governo Federal do serviço de prophylaxia rural, o serviço de doenças venereas passou a ser feito pela Directoria de Hygiene, nos dois dispensarios já em funccionamento em Cachoeiro de Itapemirim e Victoria.

Em Maio de 1927 foi installado o dispensario de Collatina, sob a chefia do Sr. Dr. Sylvio Avidos. Em Março do referido anno, o Governo do Estado celebrou com a União novo accordo para a continuação dos serviços de prophylaxia anti-venerea, ficando a seu cargo dois terços das despesas. Para chefiar esses serviços foi nomeado o Dr. Pedro Fontes, que se recommenda por uma grande dedicação ao trabalho que lhe está entregue.

O dispensario desta Capital vinha funccionando no edificio onde esteve installada, ha tempos, a Directoria de Hygiene, tendo-se feito, ultimamente, a transferencia para o predio que foi occupado pela Commissão de Melhoramentos da Capital, o qual soffreu reformas especiaes para a sua perfeita accommodação.

Quanto á prophylaxia da lepra pouco mais se tem podido fazer, além do registro dos leprosos existentes no Estado. Não dispomos de

SERVIÇO DE DEMOGRAPHIA SANITARIA

MOVIMENTO GERAL DE REGISTRO CIVIL NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, DURANTE O ANNO DE 1927, POR MUNICIPIOS E DISTRICTOS

MUNICIPIOS	DISTRICTOS	MOVIMENTO DE REGISTRO CIVIL								Observações
		CASAMENTOS		NASCIDOS VIVOS		NACIDOS MORTOS		OBITOS		
AFFONSO CLAUDIO	Affonso Claudio	30		256		8		83		
	Bôa Sorte	16		102		4		23		
	Rio do Peixe	11		85		3		45		
	Bom Jesus	18		46		2		15		Faltando dados relativos a 6 mezes
	Laranja da Terra	11		24		—		12		Faltando dados relativos a 7 mezes
	Serra Pellada	12		108		—		20		
	São Domingos	21		55		—		29		
	Taquaral	11	136	12	748	2	19	24	251	
ALEGRE	Alegre	129		437		3		142		
	Café	28		161		2		65		
	Santa Angelica	89		163		—		39		
	Valla do Souza	56		242		2		81		
	Vinde	68		305		1		127		
	São Thiago	18		125		—		42		
	Caparaó	11		24		—		—		
	Rio Preto	61	460	163	1.620	4	12	53	559	Faltando dados relativos a 10 meze
ALFREDO CHAVES	Alfredo Chaves	18		152		—		25		
	Santa Marinha Ayrosa	7		31		—		4		
	São Marcos	17		74		—		14		
	Mathilde	8		66		—		14		
	São João	40	90	103	448	—	—	13	70	
ANCHIETA	Anchieta	24		141		12		62		
	Iriritytba	27		81		1		42		
	Jaranquara	23	74	49	271	—	13	46	150	
SANTA LEOPOLDINA	Cachoeiro de Itapemirim	120		437		33		353		
	Virginia	41		228		8		56		
	Vargem Alta	30		145		5		41		
	São Felippe	61		238		5		116		
	Estação do Castello	79		411		4		99		
	Bananal	34		119		—		37		
	Conceição do Castello	46	411	197	1.775	1	56	53	755	
	Porto do Cachoeiro	30		193		1		82		
	Mongaraby	19		118		10		42		
	Timbuhy	14		62		3		39		
	Jequitibá	62	125	198	566	4	18	50	213	
CALÇADO	Calçado	34		225		9		125		
	Jardim	45		187		4		86		
	Alto Calçado	20		79		2		30		
	Palmital	17		78		2		16		
	Barra do Calçado	16	132	16	545	—	17	2	259	
COLLATINA	Collatina	89		353		1		118		
	Baunilha	52		233		10		99		
	Matuna	21		120		6		41		
	Lage	4		27		—		8		Faltando dados relativos a 9 mezes
	Baixo Guandú	23		153		—		61		Faltando dados relativos a 8 meses
	Linhares	4		18		—		8		Faltando dados relativos a 6 mezes
	Regencia	4		6		—		7		
	Mascarenhas	41	237	160	1.008	5	22	55	417	
CONCEIÇÃO DA BARRA	Conceição da Barra	16		77		5		72		
	Itaúnas	10	26	57	134	10	15	36	108	
CARIACICA	Cariacica	26		179		18		143		
	Itaquary	38	64	170	349	9	27	98	241	
DOMINGOS MARTINS	Campinho	46		138		—		37		
	Santa Isabel	16		81		2		36		
	Araguaya	16		105		1		26		
	Sapucaia	18		64		2		26		
	São Raphael	2	98	15	432	—	5	—	125	Faltando dados relativos a 10 mezes
ESPIRITO SANTO	Espirito Santo	31		162		15		78		
	Argollas	14		97		8		82		
	Jucú	4	49	36	295	—	23	18	178	
FUNDÃO	Fundão	8		100		7		47		
	Timbuhy	9		77		5		44		
	Nova Almeida	17	34	59	236	1	13	30	121	
GUARAPARY	Guarapary	25		136		6		33		Faltando dados relativos a 6 mezes
	Sagrada Familia	—		—		—		—		Não enviou dados estatisticos
	Todos os Santos	5	30	24	160	—	6	4	37	Faltando dados relativos a 6 mezes
ITAGUASSU'	Itaguassú	23		199		1		62		
	Pignaria	36		173		—		39		
	São Francisco	25		160		3		55		
	Pedra	17	101	84	616	1	5	24	180	

CARIACICA	Cariacica	39		119		18		143	
	Itaquary	38	61	170	342	9	27	68	211
DOMINGOS MARTINS	Campinho	46		139		—		87	
	Santa Isabel	16		81		2		36	
	Araguaya	18		104		1		26	
	Sapucaia	18		84		2		26	
	São Raphael	2	98	28	432	—	5	—	123
ESPIRITO SANTO	Espirito Santo	38		103		15		78	
	Argellas	14		97		8		22	
	Jucú	4	49	36	235	—	23	18	176
FUNDÃO	Fundão	8		100		7		47	
	Timbuhy	9		77		5		44	
	Nova Almeida	17	34	33	230	1	13	30	121
GUARAPARY	Guarapary	25		126		6		33	Faltando dados relativos a 6 mezes
	Sagrada Familia	—		—		—		—	Não enviou dados estatisticos
	Todos os Santos	5	30	24	160	—	6	4	37 Faltando dados relativos a 6 mezes
ITAGUASSU	Itaguassú	23		100		1		62	
	Figueira	36		122		—		39	
	São Francisco	25		160		3		55	
	Parajá	17	101	85	616	1	5	24	180
ITAPEMIRIM	Itapemirim	83		254		2		222	
	Barra de Itabapoana	5	88	34	288	—	2	47	272
MUNIZ FREIRE	Muniz Freire	57		180		2		44	
	Itaipava	40		105		—		9	
	Vieira Machado	6		22		—		7	Faltando dados relativos a 6 mezes
	Conceição do Norte	27	130	83	391	1	2	24	84
ICONHA	Iconha	23		132		2		10	
	Piúma	13	36	75	207	—	2	39	70
PONTE DE ITABAPOANA	Ponte de Itabapoana	28	28	25	25	4	4	19	19
PAU GIGANTE	Pau Gigante	21		221		8		61	
	João Neiva	42		118		—		26	
	Arcisty de Vasconcellos	27	90	119	458	1	9	47	134
RIO NOVO	Rio Novo	52		201		11		77	
	Rodeio	6	58	57	258	2	13	6	83
RIO PARDO	Rio Pardo	31		80		2		42	
	Cachoeira	7		32		—		16	
	Sant'Anna	54		109		2		38	
	Rosario	19	111	59	267	1	6	20	116
RIACHO	Riacho	21		66		—		37	
	Ribeirão	27	48	124	220	—	—	25	62
S. JOÃO DO MUQUY	S. João do Muquy	97		288		19		216	
	S. Gabriel do Muquy	29	126	43	431	—	19	36	252
S. PEDRO DE ITABAPOANA	S. Pedro de Itabapoana	66		216		6		120	
	Barra Alegre	26		60		2		51	
	Boa Vista	76		210		2		100	
	Conceição do Muquy	38		102		2		58	
	Mimoso	91		362		34		230	
	S. José das Torres	1	300	3	1.000	—	53	0	691 Faltando dados relativos a 11 mezes
SANTA CRUZ	Santa Cruz	41	41	147	147	2	2	58	58
SANTA THEREZA	Santa Thereza	16		102		5		60	
	Alto São Maria do Rio Doce	17		103		2		42	
	S. João de Petropolis	32		101		1		40	
	Tres Barras	6		71		2		13	
	Vinte e Cinco de Julho	29		123		2		42	
	Santa Julia	17	116	113	826	1	15	51	240
SÃO MATHEUS	São Matheus	84		171		17		147	
	Nova Venecia	42	126	132	303	—	17	35	182
SERRA	Serra	31		92		12		86	
	Jacaré	7	38	28	120	—	12	21	117 Faltando dados relativos a 3 mezes
VIANNA	Vianna	31		128		3		90	
	Araçatiba	14	45	90	218	4	7	41	134
VICTORIA	Victoria	231		870		97		636	
	Cruzeiro	29		52		5		47	
	Queimado	2	262	43	966	—	102	26	709
	TOTAL GERAL		3.723		15.411		516		6.703

OBSERVAÇÕES 1) — No Municipio de Victoria não foram computados os obitos de pessoas procedentes do interior do Estado e fallecidas nos hospitaes, os quaes se distribuirão pelos respectivos municipios de procedencias.

2) — No total apurado para o Estado, comprehendendo o movimento dos districtos supra, verifica-se um crescimento vegetativo (excesso de nascidos vivos sobre os obitos) de 8.708.

SERVIÇO DE DEMOGRAPHIA SANITARIA

RESUMO DO MOVIMENTO DEMOGRAPHICO — CIDADE DE VICTORIA — TRIENNIO 1925 — 1927.

População calculada para ... ... 1—7—1925 ... ... 21.732
1—7—1926 ... ... 22.464
1—7—1927 ... ... 23.221

ANNOS	MORTALIDADE							NUPCIALIDADE		NATALIDADE		MORTINATALIDADE	
	MORTALIDADE GERAL				MORTALIDADE INFANTIL								
	Numero de obitos		Coefficiente em 1.000 habitantes		Numero de obitos de menos de 1 anno	Coefficientes		Numero de casamentos	Coefficiente em 1.000 habitantes	Numero de nascidos vivos	Coefficiente em 1.000 habitantes	Numero de nascidos mortos	Coefficiente em 1.000 habitantes
	Incluidos os obitos de pessôas vindas do interior do Estado, occorridos nos hospitaes da Capital	Excluidos os obitos de pessôas vindas do interior do Estado, occorridos nos hospitaes da Capital	Incluidos os obitos de pessôas vindas do interior do Estado, occorridos nos hospitaes da Capital	Excluidos os obitos de pessôas vindas do interior do Estado, occorridos nos hospitaes da Capital		Em 1.000 nascidos vivos	Em 1000 obitos geraes (excluidos os do interior, occorridos nos hospitaes						
1925..	699	569	32,1	26,3	130	189	226	188	8,6	683	31,5	71	3,2
1926..	769	661	34,2	29,4	216	279	326	215	9,5	772	34,3	53	3,6
1927..	753	636	32,4	27,3	180	205	283	231	9,9	870	37,4	97	4,1
TOTAL..	2.221	1.866	32,5 (media)	27,6 (medio)	526	226 (media	281 (medio)	634	9,3 (m)	2.327	34,4 (m)	251	3,6 (m)

SERVIÇO DE DEMOGRAPHIA SANITARIA

COEFFICIENTES ANNUAES DE NUPCIALIDADE, NATALIDADE, MORTINATALIDADE, MORTALIDADE GERAL E MORTALIDADE INFANTIL NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO — ANNO DE 1927

MUNICIPIOS	POPULAÇÃO		NUPCIALIDADE		NATALIDADE		MORTINATALIDADE		MORTALIDADE GERAL		MORTALIDADE INFANTIL	
	Recenseada em 1-9-1920	Calculada para 1-7-1927	Numero de casamentos	Coefficiente em 1.000 habitantes	Numero de nascidos vivos	Coefficiente em 1.000 habitantes	Numero de nascidos mortos	Coefficiente em 1.000 habitantes	Numero de obitos	Coefficiente em 1.000 habitantes	N.º de obitos de menos de 1 anno	Coefficiente em 1.000 nascidos vivos
Affonso Claudio .. .. (somente 6 districtos)	31.903	18.074	107	5.9	678	37.5	17	0.9	224	12.4	45	10 8
Alegre.. .. .. (somente 7 districtos)	40.731	52.953	449	8.4	1.596	30.0	12	0.2	239	10 5	113	70.8
Alfredo Chaves..	10.837	14.080	90	6 3	446	31.7	0	0	70	4.9	12	26.7
Anchieta..	9.611	12.486	74	5.9	271	21.7	13	1.0	51	4.0	38	140.2
Cachoeiro de Itapemirim	46.102	59.991	411	6.8	1.775	29.6	56	0.9	735	12 6	171	96.9
Porto do Cachoeiro..	18.136	23.563	125	5.3	566	24.0	18	0.7	213	9.0	53	93 6
Calçado..	15.288	19.863	132	6.6	545	27.4	17	0.8	259	13.0	66	121.1
Collatina .. .. (somente 5 districtos)	19.372	25.171	225	8.9	1.023	40.6	22	0.8	394	15 6	93	86.0
Conceição da Barra..	5.514	7.161	26	3.6	134	18.7	15	2.0	103	13.0	30	223.8
Cariacica..	12.036	15.637	54	4.0	340	22.3	27	1.7	241	15.4	76	223.5
Domingos Martins .. .. (somente 4 districtos)	14.686	19.094	96	5.0	417	21.8	5	0.2	125	6.5	26	62.3
Espirito Santo..	6.098	7.922	49	6.1	295	37.1	23	2.9	178	22.4	41	138,9
Fundão	8.217	10.675	64	3 1	236	22.1	13	1.2	121	12.2	28	118,6
Itaguassú..	11.603	15.075	101	6.6	618	40.8	5	0.3	180	12.6	57	92,5
Itapemirim..	16.256	21.120	89	4 1	288	13.6	2	0.09	270	12.7	41	142 3
Muniz Freire .. .. (somente 3 districtos)	12.480	16.215	133	8.2	368	22.6	2	0.1	77	4.7	13	35.3
Iconha.. .. .. (somente 1 districto)	2.637	3.426	13	3.7	75	21.8	0	0	39	11.3	8	106 6
Pau Gigante..	11.219	14.575	90	6.1	458	31.4	9	0.6	134	9.1	28	61 1
Rio Novo..	7.466	9.700	58	5.9	258	26 5	13	1.3	83	8.5	21	81 3
Rio Pardo.. .. .. (somente 3 districtos)	8.129	10.562	107	10.1	255	24.1	6	0.5	100	9.4	22	86 2
Riacho..	6.391	8.299	48	5 7	220	26 4	0	0	62	7.4	11	50 0
S. João do Muquy..	12.022	15.620	126	8.0	431	27 5	19	1.2	252	16 0	67	155 4
S. Pedro Itabapoana.. .. .. (somente 5 districtos)	28.755	37.363	302	8.0	1.000	26.7	53	1.4	552	13.5	146	146.0
Santa Cruz..	7.372	9.576	41	4.1	147	15 3	2	0.2	58	6.0	8	54.4
Santa Thereza..	18.298	23.733	110	4 8	826	34.7	15	0.6	240	10.0	47	56 9
São Matheus	14.497	18.837	126	6 6	303	16.1	17	0.9	182	9.6	27	89.1
Serra.. .. .. (somente 1 districto)	6.777	8.805	31	3.5	82	9.3	12	1.4	96	10.9	14	170.7
Vianna..	8.858	11.507	45	3.9	216	18.8	7	0.6	134	11.6	30	137,7
Victoria..	21.866	28.411	262	9.2	966	34.0	102	3.5	709	24.9	199	206 0
TOTAL GERAL .. .. .. (Faltando 16 districtos)	415.157	539.471	3.269	6.0	14.844	27.5	502	0.9	6.504	12.0	1.531	103,1

OBSERVAÇÕES = No municipio de Victoria não foram computados os obitos de pessoas procedentes do interior do Estado e fallecidas nos hospitaes, os quaes se distribuiram pelos respectivos municipios de procedencia.

hospital onde recolher essa especie de doentes. Accresce haver absoluta difficuldade para internal-os nos hospitaes do Rio, os quaes se recusam systematicamente.

Limitam-se as nossas autoridades sanitarias, ante esses impecilios, a fazer recommendações especiaes para vigilancia e isolamento dos doentes leprosos, aliás, em numero reduzidissimo no Estado.

O dispensario anti-venereo teve, no anno passado, o seguinte movimento:

Matriculas em geral:

Homens..	1.359	
Mulheres..	669	
Creanças.	85	
Total..		2.113

Frequencia:

Homens..	16.284	
Mulheres..	8.472	
Creanças.	849	
Total		25.605

Esses dados comprehendem os serviços tambem executados pela Directoria de Hygiene, de Janeiro a Setembro, quando o trabalho passou para a direcção do Governo Federal.

SERVIÇOS NO INTERIOR DO ESTADO

Durante o anno findo, a Directoria de Hygiene manteve, em diversos municipios do Estado, um serviço constante de vaccinação anti-typhica e de combate ao impaludismo.

Os maiores surtos de impaludismo se verificaram nos valles dos rios Dôce, Benevente, Iconha e Itapemirim, o que demonstra a necessidade de serem feitas obras de saneamento para definitivo combate áquella endemia.

Tivemos em funccionamento, no interior, no anno ultimo, diversos postos anti-malaricos, cujo movimento foi o seguinte:

Posto de Piúma (serviço relativo a 3 mezes):

Doentes registrados..	668
Medicações distribuidas	2.880
Quinino gasto (em grammas)	1.629

CONCEIÇÃO DA BARRA	Conceição da Barra	16		77		5		72	
	Itaúnas	10	26	57	134	10	15	36	108
CARIACICA	Cariacica	25		179		18		143	
	Itaquary	38	64	170	349	9	27	98	241
DOMINGOS MARTINS	Campinho	46		138		—		37	
	Santa Isabel	16		81		2		36	
	Araguaya	16		104		1		26	
	Sapucaia	18		94		2		26	
	São Raphael	3	99	15	432	—	5	—	125
ESPIRITO SANTO	Espirito Santo	31		162		15		78	
	Argollas	14		97		8		52	
	Jucú	4	49	36	295	—	23	18	178
FUNDÃO	Fundão	8		100		7		47	
	Timbuhy	9		77		5		44	
	Nova Almeida	17	34	59	236	1	13	30	121
GUARAPARY	Guarapary	25		136		6		33	
	Sagrada Familia	—		—		—		—	
	Todos os Santos	5	30	24	160	—	6	4	37
ITAGUASSU'	Itaguassú	23		139		1		62	
	Figueira	36		172		—		39	
	São Francisco	25		160		3		55	
	Parajú	17	101	85	616	1	5	24	180
ITAPEMIRIM	Itapemirim	83		254		2		232	
	Barra de Itabapoana	5	88	34	288	—	2	47	279
MUNIZ FREIRE	Muniz Freire	57		180		1		44	
	Itaipava	49		105		—		9	
	Vieira Machado	6		22		—		7	
	Conceição do Norte	27	139	83	391	1	2	24	84
ICONHA	Iconha	23		132		2		40	
	Piúma	13	36	75	207	—	2	39	79
PONTE DE ITABAPOANA	Ponte de Itabapoana	28	28	25	25	4	4	19	19
PAU GIGANTE	Pau Gigante	21		221		8		61	
	João Neiva	42		118		—		26	
	Accioly de Vasconcellos	27	90	119	458	1	9	47	134
RIO NOVO	Rio Novo	52		201		11		77	
	Rodeio	6	58	57	258	2	13	6	83
RIO PARDO	Rio Pardo	34		90		3		42	
	Cachoeira	7		32		—		16	
	Sant'Anna	54		106		2		38	
	Rosario	19	114	39	267	1	6	20	116
RIACHO	Riacho	21		96		—		37	
	Ribeirão	27	48	124	220	—	—	25	62
S. JOÃO DO MUQUY	S. João do Muquy	97		388		19		216	
	S. Gabriel do Muquy	29	126	43	431	—	19	36	252
S. PEDRO DE ITABAPOANA	S. Pedro de Itabapoana	68		216		8		120	
	Barra Alegre	26		60		2		54	
	Boa Vista	76		200		7		100	
	Conceição do Muquy	38		102		2		58	
	Mimoso	94		382		34		260	
	S. José das Torres	1	302	3	1.003	—	53	0	691
SANTA CRUZ	Santa Cruz	41	41	147	147	2	2	58	58
SANTA THEREZA	Santa Thereza	15		162		5		46	
	Alto Sta. Maria do Rio Doce	17		163		2		42	
	S. João de Petropolis	32		164		—		46	
	Três Barras	6		71		2		13	
	Vinte e Cinco de Julho	29		123		2		42	
	Santa Julia	17	116	143	826	4	15	51	240
SÃO MATHEUS	São Matheus	84		171		17		147	
	Nova Venecia	42	126	132	303	—	17	35	182
SERRA	Serra	31		82		12		96	
	Itapoca	7	38	38	120	—	12	21	117
VIANNA	Vianna	31		128		3		90	
	Araçatyba	14	45	90	218	4	7	44	134
VICTORIA	Victoria	231		870		97		636	
	Carapina	29		53		5		47	
	Queimado	2	262	43	966	—	102	26	709
	TOTAL GERAL		3.725		15.411		516		6.703

OBSERVAÇÕES 1) — No Municipio de Victoria não foram computados os obitos de pessoas procedentes do interior do Estado e fallecidas nos hospitaes, os quaes se distribuiram pelos respectivos municipios de procedencias.

2) — No total apurado para o Estado, comprehendendo o movimento dos districtos supra, verifica-se um crescimento vegetativo (excesso de nascidos vivos sobre os obitos) de 8.708.

SERVIÇO DE DEMOGRAPHIA SANITARIA

RESUMO DO MOVIMENTO DEMOGRAPHICO — CIDADE DE VICTORIA — TRIENNIO 1925 — 1927.

População calculada para .. .. 1—7—1925 .. .. 21.732
1—7—1926 .. .. 22.464
1—7—1927 .. .. 23.221

ANNOS	MORTALIDADE							NUPCIALIDADE		NATALIDADE		MORTINATALIDADE	
	MORTALIDADE GERAL				MORTALIDADE INFANTIL								
	Numero de obitos		Coefficiente em 1.000 habitantes		Numero de obitos do menos de 1 anno	Coefficientes		Numero de casamentos	Coefficiente em 1.000 habitantes	Numero de nascidos vivos	Coefficiente em 1.000 habitantes	Numero de nascidos mortos	Coefficiente em 1.000 habitantes
	Incluidos os obitos de pessôas vindas do interior do Estado, occorridos nos hospitaes da Capital	Excluidos os obitos de pessôas vindas do interior do Estado, occorridos nos hospitaes da Capital	Incluidos os obitos de pessôas vindas do interior do Estado, occorridos nos hospitaes da Capital	Excluidos os obitos de pessôas vindas do interior do Estado, occorridos nos hospitaes da Capital		Em 1.000 nascidos vivos	Em 1000 obitos geraes (excluidos os do interior, occorridos nos hospitaes						
1925..	699	569	32,1	26,3	130	189	228	188	8,6	685	31,5	71	3,2
1926..	769	661	34,2	29,4	216	279	326	215	9,5	772	34,3	83	3.6
1927..	753	636	32,4	27,3	180	206	283	231	9,9	870	37,4	97	4,1
TOTAL..	2.221	1.866	32,5 (medio)	27.6 (medio)	526	226 (medio	281 (medio)	634	9,3 (m)	2.327	34,4 (m)	251	3,6 (m)

SERVIÇO DE DEMOGRAPHIA SANITARIA

COEFFICIENTES ANNUAES DE NUPCIALIDADE, NATALIDADE, MORTINATALIDADE, MORTALIDADE GERAL E MORTALIDADE INFANTIL NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO — ANNO DE 1927

MUNICIPIOS	POPULAÇÃO		NUPCIALIDADE		NATALIDADE		MORTINATALIDADE		MORTALIDADE GERAL		MORTALIDADE INFANTIL	
	Recenseada em 1-9-1920	Calculada para 1-7-1927	Numero de casamentos	Coefficiente em 1.000 habitantes	Numero de nascidos vivos	Coefficiente em 1.000 habitantes	Numero de nascidos mortos	Coefficiente em 1.000 habitantes	Numero de obitos	Coefficiente em 1.000 habitantes	N.º de obitos de menos de 1 anno	Coefficiente em 1.000 nascidos vivos
... Claudio .. .. (somente 6 districtos)	17.903	18.664	107	5.9	678	37,5	17	0,9	224	12,4	48	70,8
.. .. (somente 7 districtos)	40.751	32.950	449	8.4	1.596	30,0	12	0,2	259	10,5	113	70,8
... Chaves..	10.837	14.080	90	6.3	448	31,7	0	0	70	4,9	12	26,7
...ta..	8.611	12.486	74	5.9	271	21,7	13	1,0	50	4,0	38	140,2
...iro de Itapemirim	46.102	59.901	411	6,8	1.775	29,6	56	0,9	755	12,6	171	96,9
...do Cachoeiro..	18.136	23.563	125	5.3	566	24,0	18	0,7	213	9,0	53	93,6
...o..	15.288	19.863	132	6.6	545	27,4	17	0,8	259	13,0	66	121,1
...ina .. .. (somente 5 districtos)	19.372	25.171	225	8,9	1.023	40,6	22	0,8	394	15,6	88	86,0
...ção da Barra..	5.514	7.161	26	3,6	134	18,7	15	2,0	108	15,0	30	223,8
...ica..	12.036	15.637	64	4,0	349	22,3	27	1,7	241	15,4	78	223,5
...gos Martins .. .. (somente 4 districtos)	14.696	19.094	96	5,0	417	21,8	5	0,2	125	6,5	26	62,3
...to Santo..	6.098	7.922	49	6,1	295	37,1	23	2,9	178	22,4	41	138,9
...o	8.217	10.675	34	3,1	236	22,1	13	1,2	121	12,2	28	118,6
...assú..	11.603	15.075	101	6,6	616	40,8	5	0,3	180	12,6	57	92,5
...uirim..	16.256	21.120	88	4,1	288	13,6	2	0,09	279	12,7	41	142,3
... Freire .. .. (somente 3 districtos)	12.480	16.215	133	8,2	368	22,6	2	0,1	77	4,7	13	35,3
...a.. .. .. (somente 1 districto)	2.637	3.426	13	3,7	75	21,8	0	0	39	11,3	8	106,6
...Gigante..	11.219	14.575	90	6,1	458	31,4	9	0,6	134	9,1	28	61,1
...Novo..	7.466	9.700	58	5,9	258	26,5	13	1,3	83	8,5	21	81,3
...Pardo.. .. .. (somente 3 districtos)	8.129	10.562	107	10,1	255	24,1	6	0,5	100	9,4	22	86,2
...so..	6.391	8.299	48	5,7	220	26,4	0	0	62	7,4	11	50,0
...ão do Muquy..	12.022	15.620	126	8,0	431	27,5	19	1,2	252	16,0	67	155,4
...edro Itabapoana.. .. .. (somente 5 districtos)	28.755	37.363	302	8,0	1.000	34,7	53	1,4	582	15,5	146	146,0
...a Cruz..	7.372	9.576	41	4,1	147	15,3	2	0,2	58	6,0	8	54,4
...a Thereza..	18.298	23.733	116	4,8	826	34,7	15	0,6	240	10,0	47	56,9
...Matheus	14.497	18.837	126	6,6	303	16,1	17	0,9	182	9,6	27	89,1
... . (somente 1 districto)	6.777	8.805	31	3,5	82	9,3	12	1,4	96	10,9	14	170,7
...na..	8.858	11.507	45	3,9	218	18,9	7	0,6	134	11,6	30	137,7
...ria..	21.866	28.411	262	9,2	966	34,0	102	3,5	709	24,9	199	206,0
TOTAL GERAL .. .. .. (Faltando 16 districtos)	415.157	539.431	3.569	6.6	14.844	27,5	502	0,9	6.598	12,0	1.331	103,1

OBSERVAÇÕES = No municipio de Victoria não foram computados os obitos de pessôas procedentes do interior do Estado e fallecidas nos hospitaes, os quaes se distribuirão pelos respectivos municipios de procedencia.

hospital onde recolher essa especie de doentes. Accresce haver absoluta difficuldade para internal-os nos hospitaes do Rio, os quaes se recusam systematicamente.

Limítam-se as nossas autoridades sanitarias, ante esses impecilios, a fazer recommendações especiaes para vigilancia e isolamento dos doentes leprosos, aliás, em numero reduzidissimo no Estado.

O dispensario anti-venereo teve, no anno passado, o seguinte movimento:

Matriculas em geral:

Homens..	1.359	
Mulheres..	669	
Creanças.	85	
Total..		2.113

Frequencia:

Homens..	16.284	
Mulheres..	8.472	
Creanças.	849	
Total		25.605

Esses dados comprehendem os serviços tambem executados pela Directoria de Hygiene, de Janeiro a Setembro, quando o trabalho passou para a direcção do Governo Federal.

SERVIÇOS NO INTERIOR DO ESTADO

Durante o anno findo, a Directoria de Hygiene manteve, em diversos municipios do Estado, um serviço constante de vaccinação anti-typhica e de combate ao impaludismo.

Os maiores surtos de impaludismo se verificaram nos valles dos rios Dôce, Benevente, Iconha e Itapemirim, o que demonstra a necessidade de serem feitas obras de saneamento para definitivo combate áquella endemia.

Tivemos em funccionamento, no interior, no anno ultimo, diversos postos anti-malaricos, cujo movimento foi o seguinte:

Posto de Piúma (serviço relativo a 3 mezes):

Doentes registrados..	668
Medicações distribuidas	2.880
Quinino gasto (em grammas)	1.629

Posto da Panlicéa (serviço relativo a 8 mezes)

Doentes registrados..	931
Medicações distribuidas	5.540
Quinino gasto (em grammas)	4.235
Outras indicações	247

Posto de Linhares (serviço relativo a 8 mezes)

Doentes registrados..	773
Medicações distribuidas	10.087
Quinino gasto (em grammas)	5.327
Outras indicações	81

Posto de Bananal (serviço relativo a 4 mezes)

Doentes registrados..	290
Medicações distribuidas	2.793
Quinino gasto (em grammas).	1.694
Outras indicações..	8

Posto da Villa de Itapemirim (serviço relativo a 2 mezes e 15 dias)

Doentes registrados	542
Medicações distribuidas	6.342
Quinino gasto (em grammas).	3.435
Outras indicações.	272

Posto de Jabaquara (serviço relativo a 2 mezes)

Doentes registrados..	227
Medicações distribuidas	1.572
Quinino gasto (em grammas)..	1.203
Outras indicações	36

Para se ter perfeito conhecimento do trabalho realizado pela Directoria de Hygiene convem a leitura do relatorio do respectivo Director, em que estão reunidos dados interessantes e fartos sobre os serviços do departamento a seu cargo, attestando, de maneira incontestavel, a sua efficiencia e o grau de adiantamento que já alcançamos em semelhante assumpto.

REGIMENTO POLICIAL MILITAR

O Regimento Policial Militar, em virtude da lei n. 1.603, de Junho do anno passado, teve o seu effectivo elevado para 800 praças e 41 officiaes. Em face do contracto celebrado com o Ministerio da Guerra, em 29 de Novembro de 1923, a nossa força policial é considerada auxiliar do Exercito de 1.ª linha.

Durante o meu Governo commandaram o Reginemto Militar do Estado os seguintes Tenentes-coroneis: Abilio Martins, fallecido em Março de 1925; Penedo Pedra, capitão do Exercito Nacional, posto á disposição do Governo do Estado pelo Ministerio da Guerra, e ultimamente, Octavio Araujo, tambem capitão do Exercito Nacional, classificado no 3.° Batalhão de Caçadores, com séde neste Estado.

Conforme accentuei na mensagem do anno passado, a elevação do effectivo do Regimento era indispensavel para attender ás necessidades do policiamento em todo o nosso territorio.

Cumpro com satisfação o dever de assignalar os bons serviços que o Regimento Policial prestou á minha administração.

O seu commando actual esforça-se por levantar o nivel intellectual dessa Corporação, sendo já promissores os resultados alcançados.

Quartel

Diversos melhoramentos fiz executar no predio onde funcciona o quartel do nosso Regimento, sendo, certo, entretanto, que nenhum reparo deu resultado satisfatorio. O edificio é velho, construido sobre terreno sem as necessarias condições de segurança, de modo que serve sempre mal, não obstante os repetidos reparos.

No decorrer do anno de 1927, e em principios deste, foram preparados no quartel dois alojamentos com a área de 250 ms2.; foi ampliada a sala de rancho e no pavimento terreo, ao lado do estado maior, abriu-se vasto compartimento de 120 ms.2, onde se acham actualmente installadas a escola regimental e a bibliotheca da Corporação.

Varias outras dependencias do edificio soffreram reformas, pelo que, presentemente, elle está satisfazendo ás necessidades da Corporação.

Armamento

No almoxarifado do Regimento existem 620 fusis M/B modelos 1895 e 1908 e 396 sabres punhaes. Esse armamento não comporta a distribuição para 800 homens. O numero de sabres, especialmente, é reduzidissimo. Attendendo a isso, autorizei o Secretario do Interior a adquirir, na Allemanha, 200 fusis M/B, modelo 1908 e 550 sabres punhaes. Anteriormente havia me dirigido ao Ministerio da Guerra, solicitando o fornecimento do material referido, não tendo

sido possivel áquelle Departamento Federal attender ao pedido do Governo.

Secção de Bombeiros

O material do nosso Corpo de Bombeiros reclama uma renovação completa. O apparelhamento actual, sobre ser deficiente, está muito estragado. Accresce a circumstancia de já ser indispensavel o aprovisionamento de material em condições de prestar serviços aos edificios de maior altura, ultimamente construidos em a nossa capital.

Para o serviço maritimo não possuimos material algum. Sendo o nosso porto um dos mais movimentados da Republica, torna-se preciso apparelharmos a secção de bombeiros do material necessario para o combate de sinistros no mar.

Neste anno autorizei a compra de cincoenta mangueiras, com as connexões respectivas e de um auto-caminhão "International", com capacidade para duas toneladas, tendo por essa forma concorrido para melhorar um pouco a efficiencia da nossa secção de Bombeiros.

Pharmacia do Regimento

Restabeleci em começo do corrente anno o serviço de pharmacia do Regimento Policial Militar. Para o cargo de Pharmaceutico foi nomeado o Sr. Tenente Abreu Sodré. A pharmacia do Regimento possue grande quantidade de medicamentos, estando em condições de satisfazer cabalmente ás necessidades da Corporação.

Serviço de instrucção e ensino

O serviço de instrucção e ensino do Regimento tem constituido primacial preoccupação do meu Governo. Sem desconhecer o merecimento e a dedicação dos officiaes da nossa Força, dei o seu commando, por duas vezes, a officiaes do Exercito Nacional, levado pelo desejo de apparelhal-a de modo a acompanhar os progressos da verdadeira educação militar. Felizmente os meus propositos foram bem correspondidos.

O nosso Regimento actual recommenda-se pela disciplina e educação civico-militar, prestando optimos serviços ao Governo e ao povo do Espirito Santo.

No quartel vem funccionando, já ha algum tempo, o Curso Profissional Militar, o Curso Policial e a Escola Regimental, estando todos preenchendo, satisfactoriamente, á sua missão.

Leccionam aos officiaes e praças do Regimento os professores Eduardo Andrade Silva, da Escola Normal do Estado, e Elpidio Pimentel, do Gymnasio do Espirito Santo. Além desses, estão designados os Tenentes do Exercito, Wolmar Carneiro da Cunha, Alcino Avidos e Arthur Bahia para darem instrucção militar á tropa.

O Curso Profissional Militar visa habilitar os actuaes officiaes com os conhecimentos necessarios ao bom desempenho de suas funcções de militar combatente, em cooperação com forças do Exercito. Tem tambem por fim preparar os sargentos, candidatos ao primeiro posto do officialato.

O Curso Policial destina-se ao preparo, quer de officiaes, quer de sargentos, para o exercicio de funcções meramente policiaes, habilitando-os para o perfeito desempenho dos cargos de delegados ou subdelegados de policia nos diversos municipios do Estado.

A escola Regimental cogita da alphabetização de todas as praças da Corporação.

O Curso Policial acha-se a cargo do Tenente reformado da Brigada Policial da Capital Federal, Armando Lopes Ribeiro.

Rege a Escola Regimental o professor Braulio de Miranda Franco.

Caixa Beneficente

Esta instituição de Beneficencia, creada pelo Decreto n. 1.085 de 29 de Março de 1912, vem prestando aos seus associados inestimaveis serviços.

O movimento da Caixa Beneficente do Regimento Militar, no anno passado, foi o seguinte:

Arrecadação durante os doze mezes..	17:087$500
Dispendido com o peculio de officiaes e praças fallecidos	16:278$901
Saldo em favor da Caixa e referente ao anno de 1926....	34:049$388
Saldo existente em 1.º de Janeiro de 1928.....	34:857$987

PENITENCIARIA

Este estabelecimento continua sob a direcção do Dr. Archimimo Martins de Mattos. Acham-se presentemente na penitenciaria 87 sentenciados, procedentes das diversas Comarcas do Estado, e 10 detentos, que aguardam sentença.

Escola

Mantive sempre funccionando junto á Penitenciaria do Estado uma escola primaria para alphabetisação dos sentenciados. E' regente da mesma o professor Norberto Silva, normalista, que tambem tem a seu cargo uma aula de musica. Attesta os esforços desse funccionario o facto de já possuir aquelle estabelecimento uma banda de musica composta de 21 sentenciados. Na Penitenciaria encontram-se apenas 6 sentenciados analphabetos.

Conselho Penitenciario

Dando execução ao decreto federal n. 16.665, de 6 de Novembro de 1924, foi creado pelo decreto estadual n. 7.160, de 30 de Setembro de 1926, o Conselho Penitenciario do Estado.

Por Decreto n. 7.192, de 6 de Novembro de 1926, nomeei para membros do Conselho os advogados João Thomé Alves Guimarães, Luiz Adolpho Thiers Velloso e Manoel Lopes Pimenta, e os medicos Eurico Borges de Aguiar e Americo Monjardim. Tendo pedido exoneração o Dr. João Thomé Alves Guimarães, foi nomeado para substituil-o o Dr. José Rodrigues Sette. São membros natos do Conselho o Director da Penitenciaria, o Procurador Geral do Estado e o Procurador da Republica.

Livramento condicional

Pela primeira vez no Estado, realizou-se, a 17 de Setembro do anno passado, na Penitenciaria, a solennidade da entrega das cadernetas de livramento condicional aos sentenciados Deusdedit Ferreira de Sá e Severiano Barbosa da Silva. A essa festividade estiveram presentes as mais altas autoridades do Estado.

Officinas da Penitenciaria

As officinas da Penitenciaria têm ainda um funccionamento precario, por não estarem todas sufficientemente apparelhadas. Estão

funccionando as officinas de carpintaria, alfaiataria, colchoaria e sapataria.

A primeira	forneceu	ao	Estado,	em	1927...		2:098$000
A segunda	"	"	"	"	"	...	2:810$000
A terceira	"	"	"	"	"	...	4:800$000
A quarta	"	"	"	"	"	...	2:638$000

Em deposito ficaram 320 pares de botinas, 125 pares de perneiras, 30 travesseiros, 33 colchões e 40 porta-sabre, num total de 9:100$000.

Com a compra do material necessario á confecção dos artigos mencionados dispendeu-se a importancia de 10:737$500.

Agricultura

Mantém a Penitenciaria serviços de agricultura, nos quaes são aproveitados os sentenciados que não dispõem de trabalho interno. Ha, todavia, falta de terrenos aproveitaveis, pelo que não tem sido possivel dar expansão ás culturas de que estão incumbidos os condemnados.

Alojamento

No meu Governo foram feitas varias reformas no edificio da Penitenciaria. Construi um pavilhão com 42 cellas com todos os requisitos de segurança e de hygiene, para reclusão de homens. Neste anno terminei a construcção de um outro pavilhão para prisão de mulheres, com 5 cellas e varias outras accommodações, satisfazendo todas plenamente ás recommendações legaes e ás exigencias da hygiene.

Ha a accentuar todavia que o numero de cubiculos de que dispõe a Penitenciaria é ainda deficientissimo para accommodação regular dos reclusos.

ARCHIVO PUBLICO

O Archivo Publico está presentemente, bem installado no predio cuja construcção executei, á rua Pedro Palacios, 20.

Ao assumir o Governo encontrei o Archivo numa desorganisação completa, mal installado e muito prejudicado, em suas preciosas collecções devido a successivas mudanças que soffreu.

Em Novembro de 1926, ao tempo em que esteve reunido nesta Capital o VIII Congresso de Geographia e Historia, fez-se a inauguração do novo predio do Archivo Publico. Para reorganisar o Archivo designei uma commissão, sob a chefia do illustrado Desembargador Carlos Xavier Paes Barretto, a qual já tem quasi completo o trabalho de separação, classificação, catalogação e encadernação da secção historica, estando bastante adeantados os trabalhos referentes ás secções administrativa, legislativa e judiciaria.

Bibliotheca Publica

A Bibliotheca Publica do Estado acha-se installada no pavimento superior do mesmo edificio em que se encontra o Archivo Publico. Possue a Bibliotheca, além de diversos volumes em duplicata, 5.347 obras em 9.535 volumes, os quaes foram ultimamente catalogados.

Em 1925 adquiri 846 livros. Durante o ultimo anno administrativo a Bibliotheca Publica teve 1.203 frequentadores. O seu horario continua sendo de 8 ás 10, das 12 ás 15 e das 18 ás 21 horas.

JUNTA COMMERCIAL

Continúa funccionando regularmente a Junta Commercial do Estado.

Havendo terminado o anno passado o mandato dos Deputados José Ribeiro de Souza, Matheus Vasconcellos e dos Supplentes Sylvio Veredino de Aguiar, Oswaldo Serrat Espindula e Hermilio Silva, foi convocado o collegio eleitoral para o preenchimento das vagas, tendo se realizado as eleições nos dias 29, 30, e 31 de Dezembro.

O pleito teve elevada concurrencia dos negociantes matriculados, havendo sido reeleitos os mesmos Deputados e Supplentes, com excepção do Sr. Hermilio Silva, que foi substituido pelo Sr. Elpidio Wanderley.

Movimento da Junta

A Junta Commercial teve no anno findo o movimento seguinte:

Contractos archivados..	93
Registro de firmas individuaes..	52

Idem, de firmas collectivas..	93
Distractos archivados	54
Matriculas de commerciantes..	12
Requerimentos despachados	181
Livros rubricados..	543
Folhas rubricadas..	136.350

SECRETARIA DA INSTRUCÇÃO PUBLICA

O problema da educação popular mereceu do meu Governo o mais desvelado e constante apreço. Certo que sempre estive de que a ignorancia é o maior entrave ás iniciativas de qualquer natureza, em bem do progresso, que o obscurantismo accorrenta as gerações humanas a um passo rotineiro, prejudicial e desolador, entorpecendo-lhe as forças, absorvendo-lhe as ancias de prosperidade, e convencido ainda mais de que é a educação popular que crêa e assegura a riqueza particular, avolumando, consequentemente, a riqueza publica, volvi as vistas da minha administração para esse importante assumpto, dando, quanto pude, para resolvel-o efficientemente.

Nem outro poderia ser o caminho á seguir. O regimen democratico em que vivemos, em que o povo assume a responsabilidade de um governo proprio, reclama dos poderes publicos nacionaes uma vigilancia constante, no sentido de o apparelhar pela educação primaria para a consciente escolha dos seus verdadeiros representantes. Demais ninguem contesta que reside na capacidade do povo a opulencia dos cofres publicos. Combater o analphabetismo é o dever precipuo de todos os Governos. Crear as aptidões individuaes, disseminando a instrucção, levando-a aos mais remotos recantos do nosso territorio, foi o problema que mais me preoccupou, certo que sempre estive de que assim procedendo concorri para augmentar a capacidade creadora de nossa gente, e, consequentemente, criei factores da nossa prosperidade futura.

Temos que progredir. Para isso faz-se mister curarmos da cultura mental do nosso povo, crear-lhe capacidades de trabalho e de civismo, valorizal-o pela instrucção elementar e technica com os conhecimentos indispensaveis, para que elle represente o verdadeiro capital humano de que carecemos.

Não ha como negar o grande progresso já aqui realizado quanto á disseminação do ensino, embora seja mister proseguir, sem

desfallecimentos, na politica iniciada de incrementar o desenvolvimento da acção escolar, para conseguir levar a todos os nucleos de população do Estado os beneficios da escola.

Entre os cinco Estados da Federação Brasileira que dão instrucção elementar a mais de trinta por cento de sua população escolar, está o Espirito Santo. Basta esse facto para attestar os especiaes cuidados com que me volvi para esse importante assumpto no anceio de multiplicar esforços para extirpar o analphabetismo.

Conferencia Nacional de Educação .

Accedendo ao convite que o Governo recebeu, designei para representar o Espirito Santo na Primeira Conferencia Nacional de Educação, que se realizou na cidade de Curityba, Capital do Estado do Paraná, em Dezembro do anno passado, o Dr. Ubaldo Ramalhete Maia, Secretario da Instrucção.

Esse importante certamen intellectual promovido pela notavel instituição de fins educativos, que é a Associação Brasileira de Educação, sob o patrocinio do Governo culto e adeantado daquelle Estado, teve como escopo dos seus trabalhos longa serie de valiosas theses, objectivando questões pedagogicas de alta relevancia, magnificamente discutidas e estudadas, attestando quanto vem preoccupando os nossos homens publicos o maximo problema que temos a enfrentar — que é o de constituir a nossa nacionalidade — formando nas escolas as gerações futuras.

A esse Congresso compareceram delegações de todos os Estados, representantes de academias, collegios e estabelecimentos de educação e associações de varios pontos do Brasil.

Se o Espirito Santo não teve uma posição de grande evidencia naquelle certamen de intelligencia e de civismo, pode-se affirmar todavia, que não foi sem relevancia a sua intervenção na solução de varias questões ali suscitadas.

Nos Annaes da Conferencia o nome do nosso Estado ha de ser mencionado entre os da vanguarda da Republica, pelos trabalhos aqui realizados em prol da educação nacional, conforme o voto unanime daquella grande Assembléa, ao tomar conhecimento da memoria apresentada pelo representante espirito-santense.

Ensino primario

Na nossa organização de ensino, a instrucção primaria elementar é dada num curriculo de 4 annos, havendo um curso complementar de um anno, que abrange o estudo mais completo das materias do curso primario.

A instrucção elementar é ministrada em:

Grupos escolares;
Escolas reunidas;
Escolas isoladas.

Além dos estabelecimentos publicos de ensino primario, conta o Estado com numerosas escolas ruraes de ensino particular e municipal, muitas dellas subvencionadas pelo Governo. Essas escolas são fiscalisadas pela Secretaria da Instrucção, no que diz respeito á organisação e execução dos programmas lectivos e á hygiene escolar.

E' incontestavel que o Grupo Escolar é a melhor escola primaria. Os seus resultados, sejam os que dizem respeito á efficiencia do ensino e sua methodica distribuição, sejam os referentes á disciplina, assidua fiscalisação e vigilancia das classes, são grandemente compensadores, e indiscutivelmente muito mais proficuos que os auferidos na escola isolada.

Logico é, portanto, que a melhor orientação seria a que se determinasse no sentido de crear grupos escolares em todos os centros de população densa. Essa providencia, porém, só se poderá realizar por uma acção lenta do Governo, attendendo-se a que as despesas que ella exigiria seriam por demais superior ás forças do orçamento estadual.

Força é accentuar, entretanto, que de modo algum se poderia prescindir das escolas isoladas, pela razão fortissima de que a população do Estado acha-se disseminada por logares afastados uns dos outros, em grandes distancias, sem meios de communicação e transporte faceis. A esses nucleos de população somente a escola isolada póde levar os beneficios da instrucção.

Consigno, entretanto, que com o objectivo de alcançar melhores resultados na diffusão do ensino primario, cogitamos nesses ultimos annos da installação de escolas reunidas, que offerecem mais vantagens que as escolas isoladas e são estabelecimentos de installação menos dispendiosa que os grupos escolares.

MOVIMENTO ESCOLAR DO ESTADO

A partir de 1908, quando se fez a reforma do ensino no Espirito Santo, o nosso movimento escolar cresce em animadora progressão, quanto ao numero de unidades escolares, matricula e frequencia de alumnos.

Os dados numericos, referentes aos vinte annos decorridos da data daquella reforma, dão idéa exacta de quanto se têm esforçado os Governos por desbravar a ignorancia popular, integrando a população do Estado no seio da civilisação, provendo-a da mentalidade necessaria para que ella represente, effectivamente, a força positiva de que dependem a nossa grandesa e a nossa prosperidade.

O numero de unidades escolares mantidas pelo Estado que era de 124 em 1908, está hoje elevado a 593.

Eis os dados estatisticos:

ANNOS	N.º DE ESCOLAS	MATRICULA	FREQUENCIA
1908	124	3.672	2.967
1909	135	4.621	3.501
1910	219	5.418	4.213
1911	190	6.204	4.826
1912	182	6.780	5.030
1913	181	7.362	5.338
1914	225	7.296	5.464
1915	217	7.129	5.603
1916	235	8.375	6.125
1917	216	11.490	7.804
1918	219	11.978	8.593
1919	242	11.925	8.225
1920	269	12.828	8.974
1921	320	13.871	10.641
1922	338	16.229	11.045
1923	372	18.971	12.804
1924	397	20.067	13.937
1925	455	22.446	15.802
1926	464	23.039	16.245
1927	593	29.346	21.506

De 1924 a 1927 o movimento escolar tomou notavel impulso, como se vê das cifras seguintes:

1924 — 397	unidades	escolares,	com	20.067	alumnos
1925 — 455	"	"	"	22.446	"
1926 — 464	"	"	"	23.039	"
1927 — 593	"	"	"	29.346	"

Os dados estatisticos acima expostos referem-se exclusivamente ás escolas mantidas pelo Estado. Não estão incluidas as escolas particulares e municipaes.

O movimento geral do ensino, no ultimo quinquennio — 1923 a 1927 — póde ser assim apreciado, quanto ao numero de escolas:

1923 — Escolas existentes e que funccionaram — 484 — sendo:

estaduaes..	372
municipaes.	62
particulares	50

1924 — Escolas existentes e que funccionaram — 497 — sendo:

estaduaes..	397
municipaes.	65
particulares	35

1925 — Escolas existentes e que funccionaram — 572 — sendo:

estaduaes..	455
municipaes.	55
particulares	62

1926 — Escolas existentes e que funccionaram — 550 — sendo:

estaduaes..	464
municipaes.	34
particulares	52

1927 — Escolas existentes e que funccionaram — 713 — sendo:

estaduaes..	593
municipaes.	23
particulares	97

A matricula geral e a frequencia das escolas, no mesmo periodo, foram as seguintes:

ANNOS	MATRICULA	FREQUENCIA
1923.	22.019 alumnos	15.316 alumnos
1924.	25.203 "	17.771 "
1925.	23.589 "	19.692 "
1926.	28.557 "	20.377 "
1927.	36.958 "	26.339 "

Quanto á natureza do ensino, as cifras acima assim se decompõem:

1923	MATRICULA	FREQUENCIA
Escolas estaduaes.	18.971 alumnos	12.804 alumnos
" municipaes	1.110 "	869 "
" particulares . ..	1.938 "	1.643 "
Total..	22.019 "	15.316 "

1924	MATRICULA	FREQUENCIA
Escolas estaduaes.	20.067 alumnos	13.937 alumnos
" municipaes	1.326 "	1.020 "
" particulares . ..	3.810 "	2.814 "
Total..	25.203 "	17.771 "

1925	FREQUENCIA	MATRICULA
Escolas estaduaes.	22.446 alumnos	15.802 alumnos
" municipaes	1.436 "	1.075 "
" particulares . ..	3.707 "	2.815 "
Total..	27.589 "	19.692 "

1926	MATRICULA		FREQUENCIA	
Escolas estaduaes.	23.039	alumnos	16.245	alumnos
" municipaes	1.326	"	955	"
" particulares . . .	4.192	"	3.177	"
Total.	28.557	"	20.377	"

1927	MATRICULA		FREQUENCIA	
Escolas estaduaes.	29.346	alumnos	21.506	alumnos
" municipaes	1.028	"	816	"
" particulares . . .	6.584	"	4.017	"
Total.	36.958	"	26.339	"

Esses dados estatisticos demonstram eloquentemente que a instrucção publica, no actual Governo, alcançou a sua phase de maior desenvolvimento, não só pelo numero de escolas providas, como por maior extensão do ensino privado.

Com effeito, o numero de escolas que funccionaram em 1923 foi de 484, sendo 372 estaduaes, 62 municipaes e 50 particulares. Em 1927, o numero de escolas providas se elevou a 713, sendo 593 estaduaes, 23 municipaes e 97 particulares. Ha a registrar o decrescimo sensivel do ensino municipal.

O augmento verificado no provimento das escolas estaduaes no quadriennio 1924—1927, é assim demonstrado:

1924 — augmento verificado sobre o anno de 1923.	25	escolas
1925 — " " " " " " 1924.	58	"
1926 — " " " " " " 1925.	9	"
1927 — " " " " " " 1926.	129	"
Total do augmento verificado nos ultimos 4 annos	221	"

Quanto á matricula nos ultimos quatro annos, demonstram o seu movimento as cifras seguintes:

Das escolas estaduaes:

1924 — augmento verificado sobre a matricula de 1923 . .	1.096	alumnos
1925 — " " " " " " 1924 . .	2.379	"
1926 — " " " " " " 1925 . .	593	"
1927 — " " " " " " 1926 . .	6.307	"

Das escolas particulares:

1924 — augmento verificado sobre a matricula de	1923. .	1.872	alumnos
1925 — differença para menos em comparação com a matricula de	1924. .	103	"
1926 — augmento verificado sobre a matricula de	1925. .	485	"
1927 — augmento verificado sobre a matricula de	1926 .	2.392	"

Das escolas municipaes:

1924 — augmento verificado sobre a matricula de	1923. .	216	alumnos
1925 — " " " " " "	1924. .	110	"
1926 — Differença para menos em comparação com a matricula de	1925. .	110	"
1927 — Differença para menos em comparação com a matricula de	1926. .	298	"

Quanto á frequencia, o augmento verificado no mesmo espaço de tempo foi o seguinte:

Escolas estaduaes:

1924 — augmento verificado sobre a frequencia de	1923. .	1.133	alumnos
1925 — " " " " " "	1924. .	1.865	"
1926 — " " " " " "	1925. .	443	"
1927 — " " " " " "	1926. .	5.261	"

Escolas particulares:

1924 — augmento verificado sobre a frequencia de	1923. .	1.171	alumnos
1925 — " " " " " "	1924. .	1	"
1926 — " " " " " "	1925. .	362	"
1927 — " " " " " "	1926. .	840	"

Escolas municipaes:

1924 — augmento verificado sobre a frequencia de	1923. .	151	alumnos
1925 — " " " " " "	1924. .	55	"
1926 — Differença verificada para menos em comparação com a frequencia de	1925. .	120	"
1927 — Differença verificada para menos em comparação com a frequencia de..	1926. .	139	"

Quanto á idade e filiação dos alumnos, a Secretaria da Instrucção não poude colligir os dados referentes ás escolas municipaes e particulares, não obstante as reiteradas recommendações que lhes di-

rigiu. Organizaram-se apenas as cifras estatisticas que dizem respeito ás escolas estaduaes, as quaes são as que se seguem:

Instrucção primaria:

Alumnos	de 7 a 12 annos..	26.611	
"	maiores de 12 annos..	3.388	
Total da matricula das escolas primarias estaduaes.. ..		28.999	alumnos

Instrucção secundaria:

Alumnos	de 7 a 12 annos..	—	
"	maiores de 12 annos..	347	
Total da matricula das escolas secundarias estaduaes.. ..		347	alumnos

Instrucção primaria:

Alumnos	de filiação brasileira..	25.161	
" " "	estrangeira..	3.838	
Total da matricula das escolas primarias estaduaes		28.999	alumnos

Instrucção secundaria:

Alumnos	de filiação brasileira..	310	
" " "	estrangeira..	37	
Total da matricula das escolas secundarias estaduaes.. ..		347	alumnos
TOTAL GERAL da matricula das escolas estaduaes.. ..		29.346	alumnos

A relação entre a frequencia escolar e a matricula, no ultimo quinquennio, é assim indicada:

1923 — *Escolas estaduaes*:

Matricula..	18.971	alumnos	
Frequencia.	12.804	"	
Porcentagem de alumnos frequentes..			67,4 %

Escolas particulares:

Matricula..	1.938	alumnos	
Frequencia.	1.643	"	
Porcentagem de alumnos frequentes..			84,3 %

Escolas municipaes:

Matricula..	1.110 alumnos	
Frequencia.	869 »	
Porcentagem de alumnos frequentes..		78,2 %

1924 — *Escolas estaduaes*:

Matricula..	20.067 alumnos	
Frequencia.	13.937 »	
Porcentagem de alumnos frequentes..		69,4 %

Escolas particulares:

Matricula..	3.810 alumnos	
Frequencia.	2.814 »	
Porcentagem de alumnos frequentes..		73,8 %

Escolas municipaes:

Matricula..	1.326 alumnos	
Frequencia.	1.020 »	
Porcentagem de alumnos frequentes..		77 %

1925 — *Escolas estaduaes*:

Matricula..	22.446 alumnos	
Frequencia.	15.802 »	
Porcentagem de alumnos frequentes..		70 %

Escolas particulares:

Matricula..	3.707 alumnos	
Frequencia.	2.815 »	
Porcentagem de alumnos frequentes..		75,9 %

Escolas municipaes:

Matricula..	1.436 alumnos	
Frequencia.	1.075 »	
Porcentagem de alumnos frequentes..		74,8 %

1926 — *Escolas estaduaes*:

Matricula..	23.039 alumnos	
Frequencia.	16.245 »	
Porcentagem de alumnos frequentes..		70 %

Escolas particulares:

Matricula.. .. .. 4.192 alumnos
Frequencia. .. .. 3.177 "
Porcentagem de alumnos frequentes.. .. .. .. 75,7 %

Escolas municipaes:

Matricula.. .. .. 1.326 alumnos
Frequencia. .. .. 955 "
Porcentagem de alumnos frequentes.. .. .. .. 72 %

1927 — *Escolas estaduaes*:

Matricula.. .. .. 29.346 alumnos
Frequencia. .. .. 21.506 "
Porcentagem de alumnos frequentes.. .. .. .. 73,2 %

Escolas particulares:

Matricula.. .. .. 6.584 alumnos
Frequencia. .. .. 4.017 "
Porcentagem de alumnos frequentes.. .. .. .. 61 %

Escolas municipaes:

Matricula.. .. .. 1.028 alumnos
Frequencia. .. .. 816 "
Porcentagem de alumnos frequentes.. .. .. .. 79,3 %

RESUMO

Porcentagem de frequencia sobre a matricula:

ANNOS	Esc. estaduaes	Esc. particulares	Esc. municipaes
1923	67,4 %	89,3 %	78,2 %
1924	69,4 %	73,8 %	77 %
1925	70 %	75,9 %	74,8 %
1926	70 %	75,7 %	72 %
1927	73,2 %	61 %	79,3 %

Dos alumnos matriculados nas escolas, em 1927, 20.257 são do sexo masculino e 16.701 do sexo feminino, a saber:

	Sexo masculino	Sexo feminino
Escolas primarias estaduaes..	15.938	13.061
» » particulares	3.191	2.767
» » municipaes.	589	439
» secundarias estaduaes	155	192
» » particulares.	384	242
Total..	20.257	16.701

RESUMO

Instrucção primaria:

Sexo masculino..	19.718	
Sexo feminino.	16.267	
Matricula das escolas primarias		35.985

Instrucção secundaria:

Sexo masculino..	539	
Sexo feminino.	434	
Matricula das escolas secundarias..		973
Matricula geral..		36.958

Dos 26.339 alumnos frequentes, em 1927, 14.215 são do sexo masculino e 12.124 do feminino, a saber:

Escolas primarias estaduaes:

Sexo masculino..	11.541	
Sexo feminino.	9.656	
Total da frequencia media..		21.197

Escolas primarias particulares:

Sexo masculino..	1.806	
Sexo feminino.	1.770	
Total da frequencia media..		3.576

Escolas primarias municipaes:

Sexo masculino..	466	
Sexo feminino.	350	
Total da frequencia media..		816
Total da frequencia media das escolas primarias..		25.589

Escolas secundarias estaduaes:

Sexo masculino..	145	
Sexo feminino..	350	
Total da frequencia media..		495

Escolas secundarias particulares:

Sexo masculino	257	
Sexo feminino..	184	
Total da frequencia media..		441
Total da frequencia das escolas secundarias		750
TOTAL GERAL da frequencia..		26.339

Quanto ao gráo de ensino, a relação entre a frequencia escolar e a matricula, no periodo lectivo de 1927, é a seguinte:

	Matricula	Frequencia	Percent. da frequencia
Instrucção primaria.	35.985	25.589	71 %
" secundaria	973	750	77 %

Considerando-se a frequencia quanto ao gráo de ensino e sua natureza, verifica-se que a maior porcentagem de frequencia, em 1927,

cabe ás escolas estaduaes de instrucção secundaria, vindo as demais na ordem seguinte:

ESCOLAS	Matricula	Frequencia	Porcent. da frequencia
Ensino estadual secundario	347	309	89 %
Ensino municipal primario	1.028	816	79,2 %
Ensino estadual primario .	28.999	21.197	73 %
Ensino partic. secundario	626	441	70 %
Ensino partic. primario. .	5.958	3.576	60 %

Resultados dos trabalhos lectivos

Os resultados dos trabalhos lectivos, no anno passado, podem ser apreciados pelos dados seguintes:

Instrucção primaria:

Alumnos promovidos de anno para anno do curso elementar, até o 3.º	7.995
Idem, que concluiram o curso elementar..	372
Idem, que concluiram o curso complementar	66
Total..	8.433
Alumnos reprovados nos diversos annos do curso elementar	15.069
Idem reprovados no curso complementar..	10
Total..	15.079

O numero de promoções e reprovações, verificado no mesmo periodo escolar, assim se expressa:

Promovidos do 1.º para o 2.º anno do curso elementar..	4.634
Idem do 2.º para o 3.º..	2.256
Idem do 3.º para o 4.º..	1.105
Concluiram o curso elementar	372
Concluiram o curso complementar..	66
Reprovados no 1.º anno do curso elementar..	13.726

Idem, no 2.º anno..	1.006
Idem, no 3.º anno..	280
Idem, no 4.º anno..	57
Idem, no complementar..	10
TOTAL das promoções	8.433
TOTAL das reprovações..	15.079

Instrucção secundaria:

ESCOLA NORMAL "PEDRO II"

Alumnos promovidos do 1.º para o 2.º anno..	42
Idem, idem, do 2.º para o 3.º..	20
Idem, idem, do 3º para o 4.º..	29
Idem, que concluiram o curso..	15
Idem, reprovados no 1.º anno..	60
Idem, reprovados no 2.º anno..	1
Idem, reprovados no 3.º anno..	1

GYMNASIO DO ESPIRITO SANTO (curso seriado)

Alumnos promovidos do 1.º para o 2.º anno..	13
Idem, do 2.º para o 3.º anno..	45
Idem, do 3.º para o 4.º anno..	12
Idem, do 4.º para o 5.º anno..	2
Idem, que concluiram o curso..	8
Idem, reprovados no 1.º anno..	18
Idem, idem, no 2.º anno..	26
Idem, idem, no 3.º anno..	22
Idem, idem, no 4.º anno..	12
Idem, idem, no 5.º anno..	2

RESUMO

Escola Normal:

Total das promoções	106
Total das reprovações..	62

Gymnasio do Espirito Santo (curso seriado)

Total das approvações..	78
Total das reprovações..	80

ENSINO NORMAL

Certo, seria trabalho sem resultado pretender organizar um systematico combate contra o analphabetismo sem cogitar previamente da formação do professorado. Sendo o fim das escolas normaes

"ensinar a ensinar", preparar o professor para que elle possa desempenhar fielmente a sua missão, claro é que o Governo precisa cuidar de sua organisação, corrigindo-lhes as falhas e defeitos, de molde a tornal-as verdadeiramente efficientes na formação do magisterio primario. A nossa Escola Normal, infelizmente, ainda não se encontra em condições de attender, plenamente, ao fim a que se destina. "Falta-lhe a expressão pratica, o caracter technico, a acção pedagogica", como affirma em o seu relatorio o Secretario da Instrucção.

A lei n. 1.572, de 1926, regulamentada pelo Decreto n. 7.994, deu nova distribuição ás disciplinas do curso normal. A referida lei extinguiu os exames finaes de primeira e segunda épocas, restabelecendo o regimen anterior de promoções pelas medias de aproveitamento dos alumnos e provas escriptas trimestraes das diversas materias.

No ultimo anno lectivo matricularam-se na Escola Normal 184 alumnos, sendo 168 do sexo feminino e 16 do masculino.

A matricula esteve assim distribuida pelos varios annos do curso:

1.° anno:— Secção feminina — 96 alumnas. Dessas foram approvadas 39, reprovadas 51, tendo se retirado 6.— Secção masculina — 14 alumnos. Approvados 3, reprovados 9, tendo se retirado 2.

2.° anno:— Secção feminina — 27 alumnas. Dessas foram approvadas, 20, 6 se retiraram e 1 foi reprovada. — Na secção masculina não houve matricula.

3.° anno:— Secção feminina — 31 alumnas. Approvadas 28, retiraram-se 2, reprovada 1. Secção masculina — 1 alumno que foi approvado.

4.° anno:— Secção feminina — 14 alumnas. — Secção masculina — 1 alumno. Nesse anno não houve reprovações.

Continuam equiparados á Escola Normal os Collegios N. S. Auxiliadora, dirigido pelas Irmãs de Caridade de S. Vicente de Paulo, e o Gymnasio São Vicente de Paulo. No primeiro, a matricula no curso normal, no ultimo periodo lectivo foi de 152 alumnas. Em

todos os 4 annos do curso houve 27 reprovações. No Gymnasio São Vicente de Paulo concluiram o curso normal 7 alumnos, tendo sido promovidos do curso complementar ao 1.° anno normal 44 alumnos.

No anno passado, fez-se a substituição de todo o mobiliario do salão de commemorações das escolas Normal e Annexas, do salão de recepção, do gabinete do Director e de algumas classes, sendo, tambem, adquiridos um piano e um orgão portatil para o ensino de canto, além de utensilios para o gabinete de sciencias naturaes e material didactico para todos os cursos.

Assistencia dentaria

O serviço de assistencia dentaria, installado em 1925, nas escolas Normal e Annexas, continúa sendo executado com toda regularidade, sendo indiscutiveis as vantagens que elle tem prodigalizado á infancia escolar.

O movimento da assistencia dentaria, no anno passado, foi o seguinte:

Matricula na Assistencia..	185	collegiaes
Consultas..	624	
Obturações diversas...	273	
Extracções..	287	

O serviço de assistencia dentaria continúa a cargo do cirurgião dentista Dr. A. da Costa Gama e de sua auxiliar Dra. Maria Paoliello.

Grupos Escolares

Existem no Estado quatro grupos escolares, dois na Capital, um em Cachoeiro de Itapemirim e outro em Muquy.

Dos da Capital um funcciona junto á Escola Normal. Como já affirmei em outra parte deste relatorio, o grupo escolar é, não só quanto á efficiencia do ensino, como no que diz respeito á sua distribuição methodica, á disciplina, á fiscalisação e vigilancia das classes, sem duvida, a melhor escola primaria. A installação de grupos escolares, nas varias localidades do Estado, onde elles se fazem necessarios, não foi possivel, por isso que a sua creação acarreta elevadas despesas para o Governo, que neste quadriennio esteve, desde o seu inicio,

sobrecarregado com emprehendimentos vultuosos, todos absolutamente indispensaveis á prosperidade do Espirito Santo, e sobretudo com a regularisação de sua situação financeira.

Escola Modelo "Jeronymo Monteiro"

E' um dos grupos escolares da Capital. Dispõe de oito classes: — quatro para a secção masculina e quatro para a feminina.

A matricula nesse grupo foi a seguinte, no periodo escolar de 1927:

1.º anno feminino	75	alumnas
2.º " "	78	"
3.º " "	70	"
4.º " "	60	"
1.º anno masculino..	62	alumnos
2.º " "	56	"
3.º " "	54	"
4.º " "	37	"
Sexo feminino	283	
Sexo masculino..	209	
TOTAL da matricula..	492	alumnos

Na secção feminina verificaram-se 166 promoções, 77 approvações, tendo se retirado 40.

Na secção masculina foram promovidos 109, reprovados 57, tendo se retirado 43.

Escola Modelo Isolada

E' a escola isolada typo, funccionando junto ás escolas Normal e Annexas. Funccionou no anno passado com uma matricula de 60 alumnos, tendo sido approvados nos diversos annos 43 alumnos, reprovados 13, retirando-se 4.

Escola Complementar

E' a escola intermediaria entre o curso primario e o normal. No ultimo periodo lectivo teve uma matricula de 91 alumnos, sendo 69 do sexo feminino e 22 do masculino.

Dado o elevado numero de alumnos matriculados foi necessario dividil-a, no anno passado, em duas secções. Na 1.ª secção feminina estavam matriculadas 34 alumnas. Dessas foram approvadas 27, reprovadas 3 e se retiraram 4. Na 2.ª secção feminina matricularam-se 35, retiraram-se 6, foram approvadas 28 e 1 reprovada. Na secção masculina foram approvados 11, reprovados 6, tendo se retirado 5.

Grupo Escolar "Gomes Cardim"

Este estabelecimento de ensino está funccionando em predio construido neste Governo, e que offerece bôas condições pedagogicas e hygienicas. A Secretaria da Instrucção forneceu-lhe, por occasião da reabertura das aulas, novas carteiras individuaes e outros moveis e utensilios, assim como copioso material didactico.

A matricula desse instituto de ensino foi, em 1927, de 263 alumnos. A frequencia foi de 190, no maximo; 130 no minimo; e 160 na média.

Completaram o curso 32 alumnos, sendo 15 do sexo masculino e 17 do feminino. Foram reprovados 66 alumnos, sendo do sexo feminino 41 e do masculino 25.

Grupo Escolar "Bernardino Monteiro"

O grupo escolar "Bernardino Monteiro", da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, acha-se em optimas condições, não só quanto á concurrencia de alumnos e grande confiança que merece da população, como no que diz respeito á efficiencia educativa e aos resultados dos trabalhos lectivos.

A matricula desse educandario elevou-se, em 1927, a 473 alumnos, tendo a frequencia média de 405. A porcentagem de alumnos frequentes foi, portanto, além de 85 %.

Houve necessidade de dividir diversas classes, assim como de collocar adjunctas em outras, attendendo-se ao numero excessivo de alumnos matriculados e frequentes.

Grupo Escolar "Marcondes de Sousa"

Os trabalhos desse estabelecimento estiveram prejudicados no primeiro semestre do anno passado pela execução de obras inadiaveis de reparos e consolidação do predio. A matricula no anno passado foi

de 345 alumnos. A frequencia foi muito baixa devido ás condições do edificio, que até certo tempo foram precarias.

Escolas Reunidas

Funccionaram com regularidade, no anno passado, as escolas reunidas "Aristides Freire", da cidade de Collatina, e "Nestor Gomes", da povoação de Castello, no municipio de Cachoeiro de Itapemirim. A primeira teve uma matricula de 272 alumnos, com uma frequencia média de 198. Na segunda verificou-se uma matricula de 142, com uma frequencia média de 113 alumnos.

ENSINO SECUNDARIO

Além do Gymnasio do Espirito Santo, que é mantido pelo Governo, existem no Estado estabelecimentos particulares de ensino secundario, gozando esses do privilegio de bancas examinadoras.

O Estado mantem o seu Gymnasio, provendo-o dos recursos indispensaveis ao seu regular funccionamento, dirigindo-o dentro das normas de orientação traçada pelo Governo Federal.

São os seguintes os dados sobre o anno lectivo de 1927:

Matricula dos seriados	163	
" do curso annexo	28	
" dos assistentes	62	
Inscripções de Dezembro	149	seriados
" " "	89	parcellados
" " "	38	admissões
Reprovações de Dezembro	91	seriados
" " "	40	parcellados
" " "	3	admissões

ENSINO PARTICULAR E MUNICIPAL

A iniciativa particular, auxiliando a acção do Estado, na disseminação do ensino, dia a dia mais se accentúa. Os dados colhidos sobre a matricula e frequencia nas escolas particulares demonstram o valioso concurso que ellas estão prestando, no sentido de attingirmos, dentro do mais curto prazo, a solução do problema educacional no Espirito Santo. Além de dois estabelecimentos particulares equiparados á Escola Normal, muitos outros se encontram no Estado, de ensino

primario e secundario, funccionando sob a fiscalisação da Secretaria da Instrucção, na sua quasi totalidade, subvencionados pelo Governo.

Durante a minha administração prestei sempre o mais solicito apoio á iniciativa privada, encorajando-a com auxilios pecuniarios e com o fornecimento de material didactico e escolar, no proposito de tornal-a verdadeiramente efficiente no trabalho de divulgação do ensino. Por outro lado fiz manter uma fiscalisação constante sobre o ensino privado, concorrendo dest"arte para que elle produzisse resultados uteis á instrucção e educação da infancia.

O ensino municipal, entretanto, apresenta-se com reduzidissimo coefficiente. A acção dos poderes municipaes, que já era insignificante ha tres annos passados, actualmente, é quasi nulla. E' para se lamentar que assim aconteça, porquanto é sabido que a obra de alphabetisação de nossa gente, para que se realize com a prestesa desejada, exige synergia de esforços, entre os quaes seria bom se contassem os das municipalidades.

Dispende o Estado, actualmente, 141:200$000 de subvenções ao ensino privado, além dos auxilios prestados em material e mobiliario escolar, como estimulo e incitamento á iniciativa particular para o desenvolvimento da instrucção publica.

Collegio N. S. Auxiliadora

E' um dos estabelcimentos que mais relevantes serviços presta á instrucção publica.

Funcciona desde 1910, quando foi fundado por D. João Nery, e é dirigido pelas Irmãs de Caridade São Vicente de Paulo. Desde aquelle anno tambem está equiparado á Escola Normal. Annexos ao Collegio N. S. Auxiliadora funccionam o Orphanato Coração de Jesus e o Externato gratuito S. José. Contam-se nesse educandario nove professoras para o ensino normal e treze para o curso primario.

Em 1927 foi este o resultado do anno lectivo:

Curso Normal..	152
Curso Complementar	71
Curso Primario..	377
Total..	600

Terminaram o curso primario	38
» » » complementar	63
» » » normal	18
Analphabetas no inicio das aulas	48
» » fim » »	3
Reprovadas no curso normal	27
» » » complementar	2
» » » primario	49

Gymnasio São Vicente de Paulo

E' um educandario antigo, com bons serviços prestados ao ensino da mocidade espirito-santense. E' tambem equiparado á Escola Normal. No anno passado foi de 326 alumnos a matricula desse estabelecimento, sendo de 275 a frequencia média. Dos alumnos matriculados, 89 eram do curso secundario e 237 do primario, elementar e complementar.

No curso gymnasial prestaram exames 115 alumnos, com os seguintes resultados:

Exames seriados	79	— approvados 66; reprovados 13
Exames parcellados	1	— approvado
Exames de admissão	35	— approvados 33; reprovados 2.

Concluiram o curso normal 7 e foram promovidos do curso complementar ao 1.° anno normal 44 alumnos.

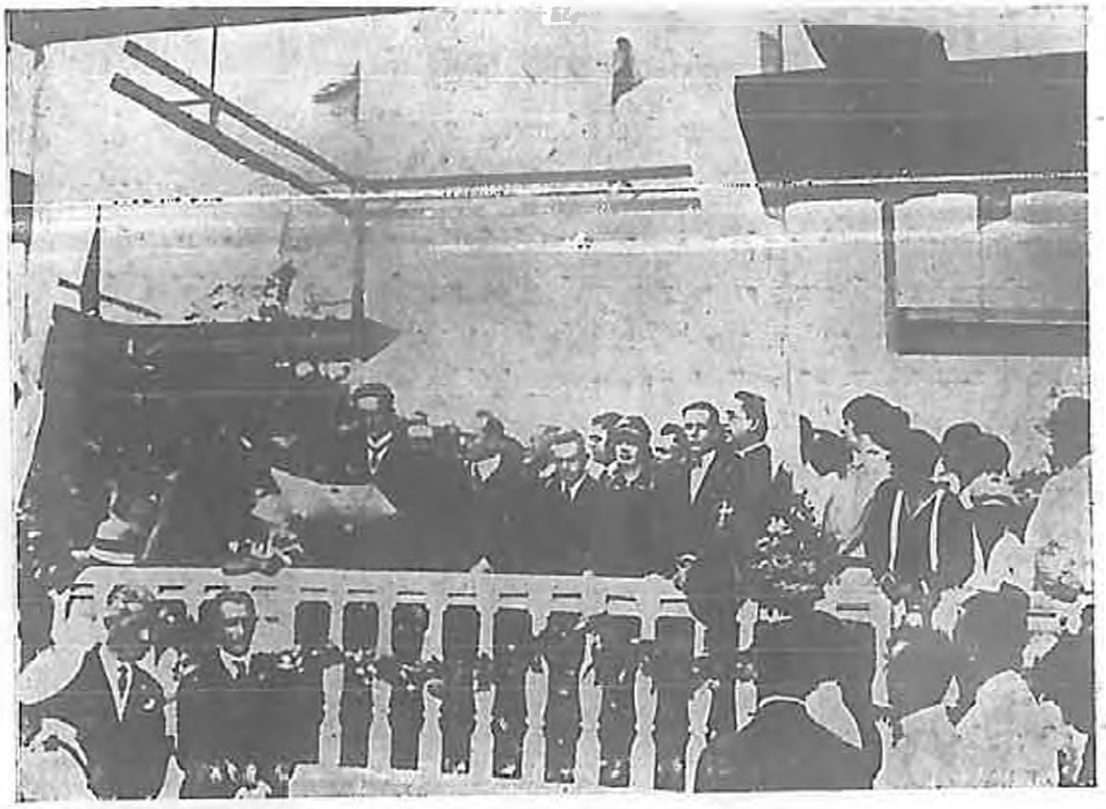
O Gymnasio S. Vicente gosa do privilegio de bancas examinadoras federaes e mantem uma escola de instrucção militar, sob a dependencia e fiscalisação da Inspectoria Regional do Tiro de Guerra.

Collegio Americano

Este instituto de ensino é mantido pela Missão Baptista, já ha muitos annos, e tem prestado assignalados serviços á instrucção publica. Não tem subvenção ou auxilio do Estado. Funcciona em edificios amplos e hygienicos, mantendo internato e externato. Filiados ao mesmo estabelecimento, existem no Estado 16 escolas primarias e 1 jardim de infancia.

Collegio Pedro Palacios

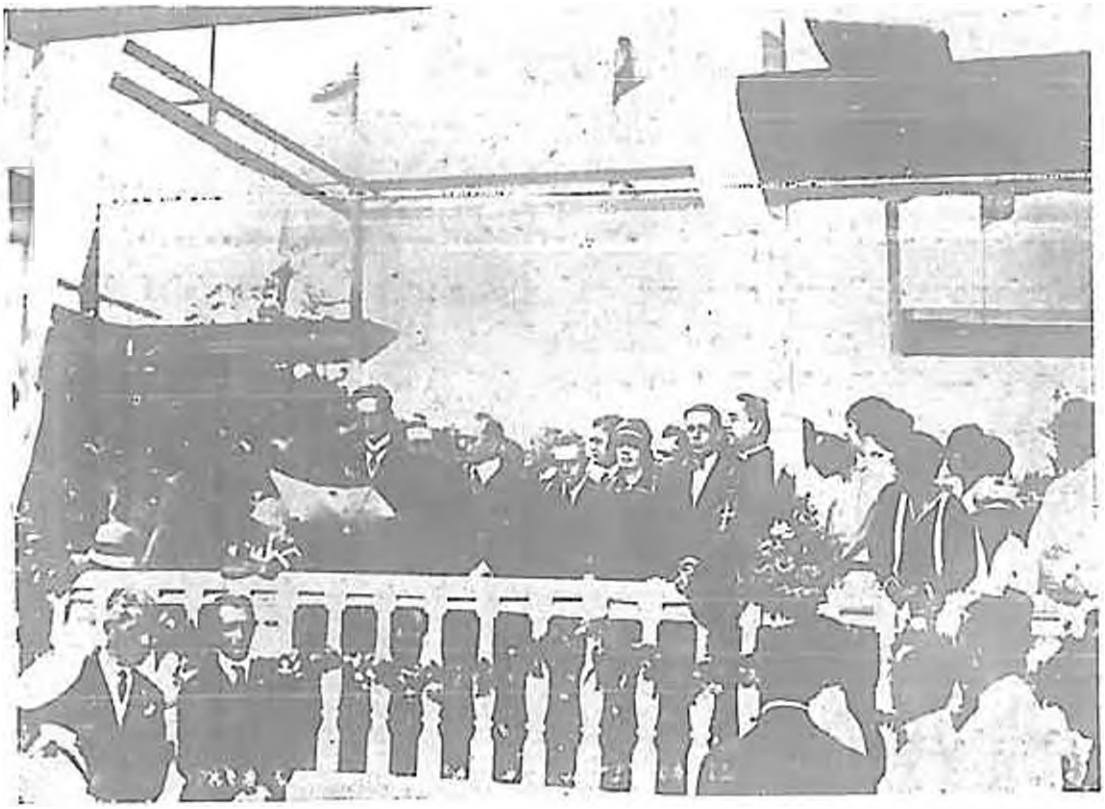
Dirige este estabelecimento de ensino, que funcciona na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, em predio de propriedade do Estado, o



Entrega da folha de serviços ao professor mais velho do Estado
por S. Exa. o Sr. Presidente do Estado por occasião
do centenario da instrucção primaria em outubro — 1927



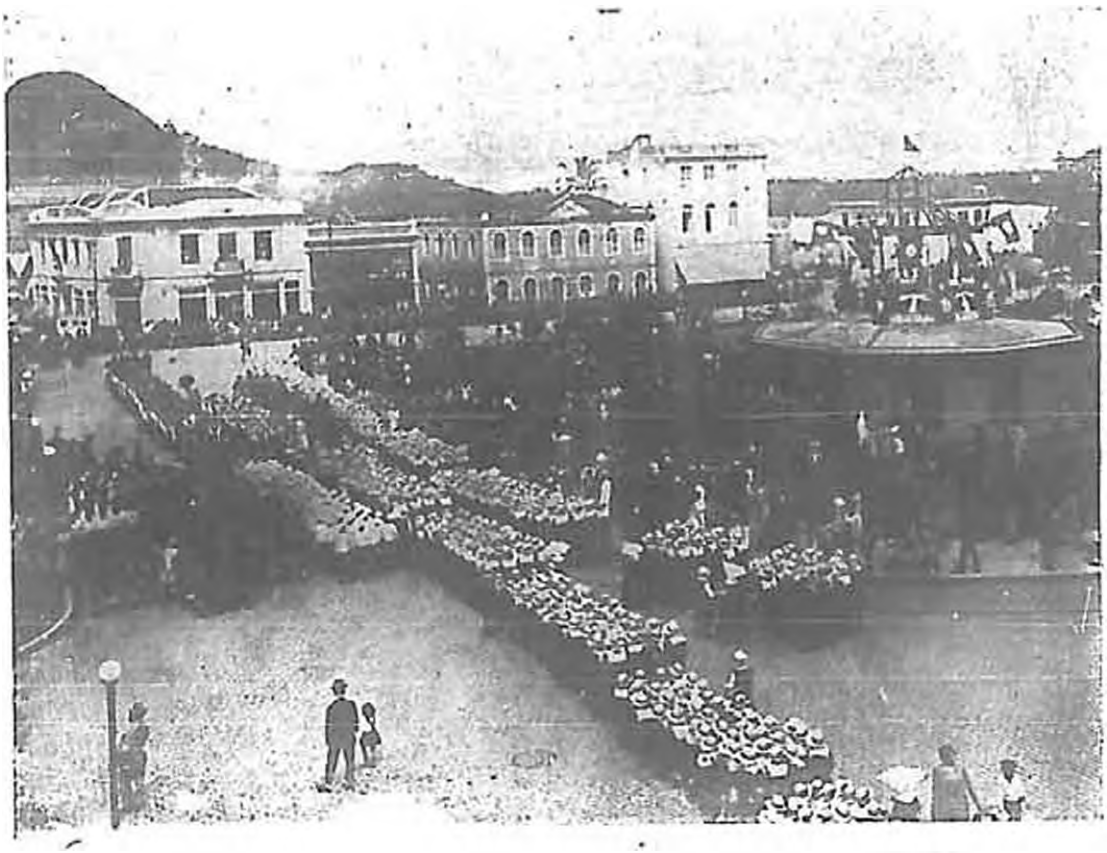
Escolas reunidas de Vianna — 1928



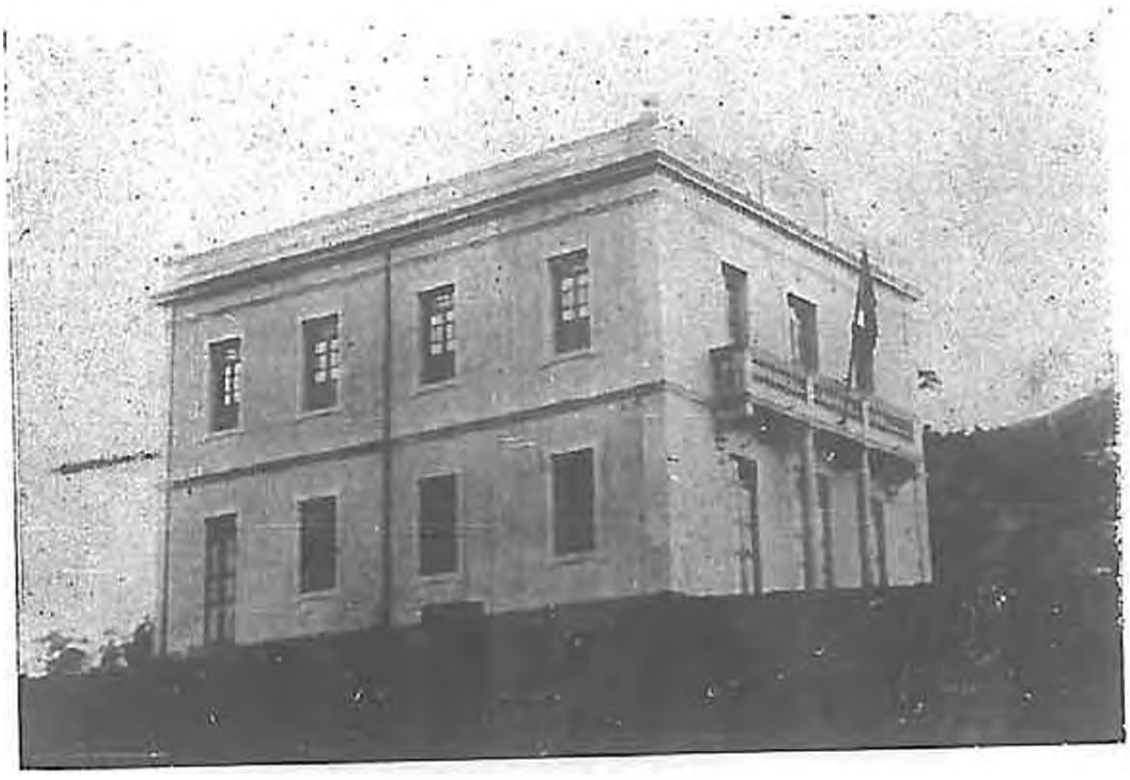
Entrega da folha de serviços ao professor mais velho do Estado
por S. Exa. o Sr. Presidente do Estado por occasião
do centenario da instrucção primaria em outubro — 1927



Escolas reunidas de Vianna — 1928



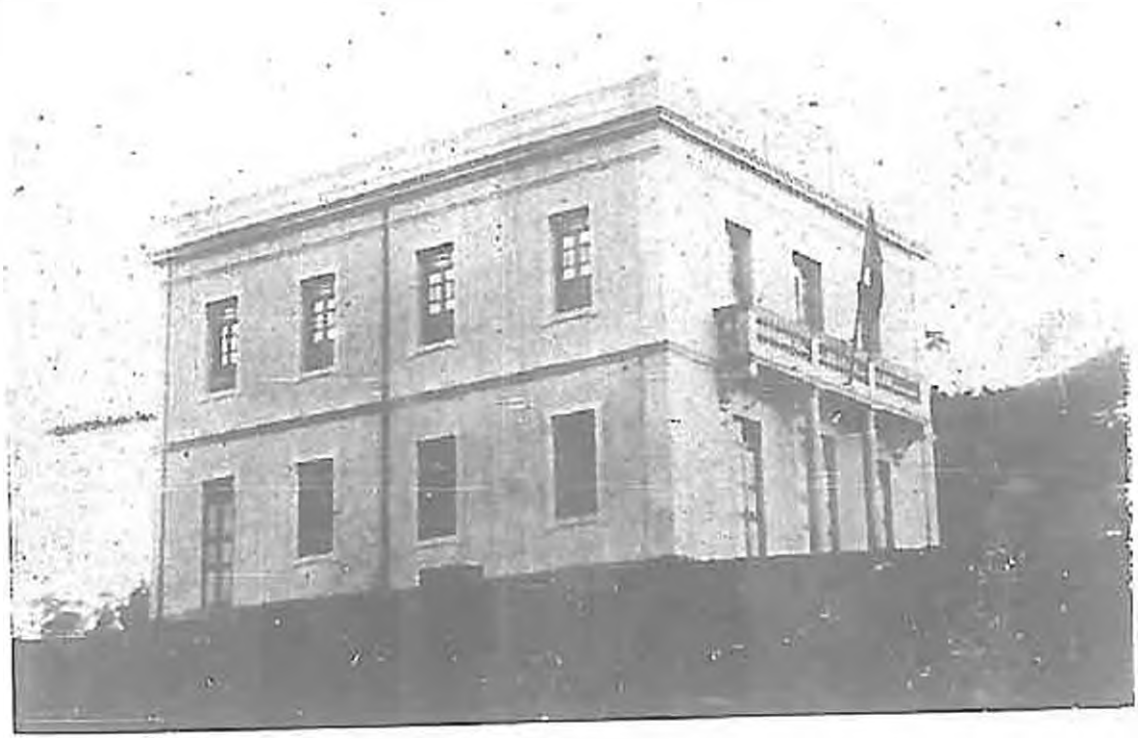
Festa da arvore — Aspecto da parada escolar — 1928



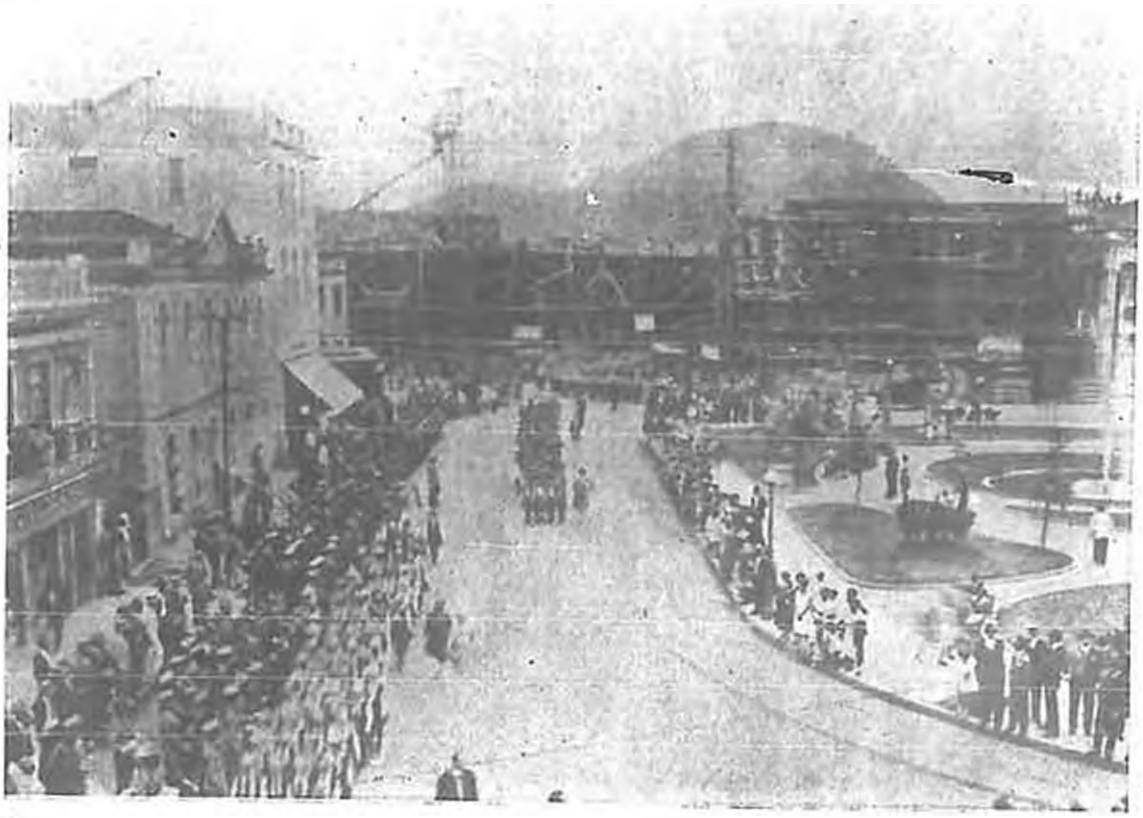
Grupo escolar de Mimoso



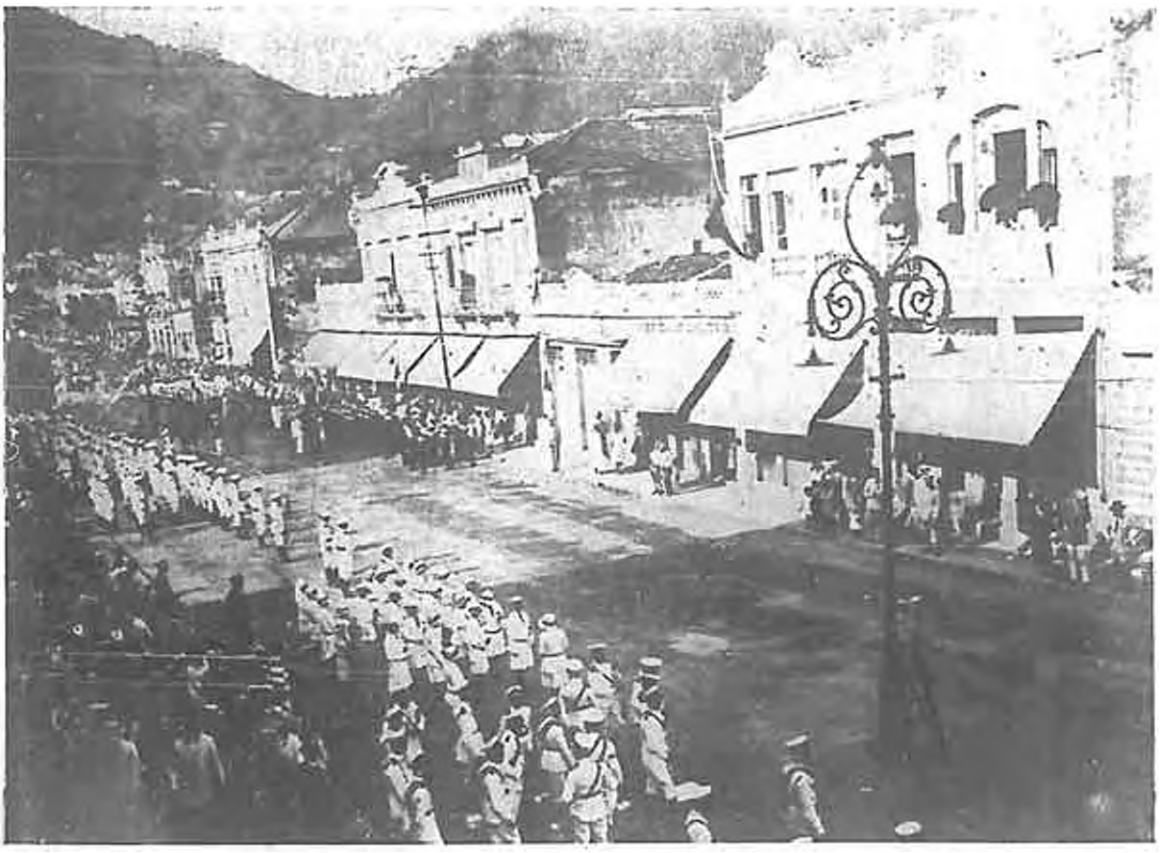
Festa da arvore — Aspecto da parada os o'az — 1928



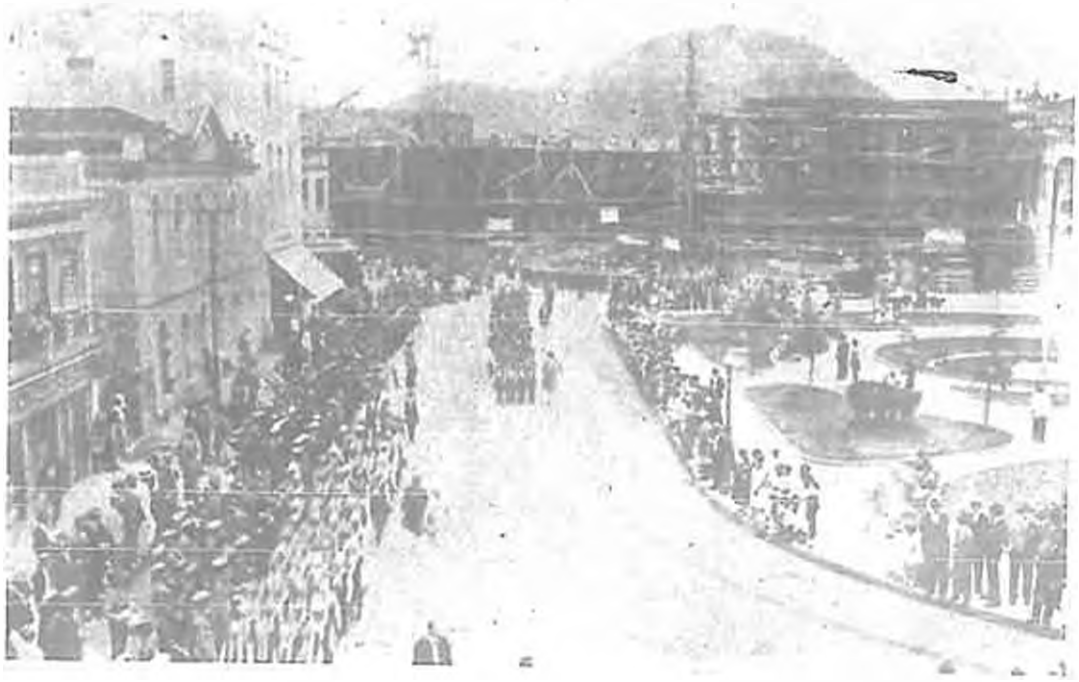
Grupo escolar de Mimoso



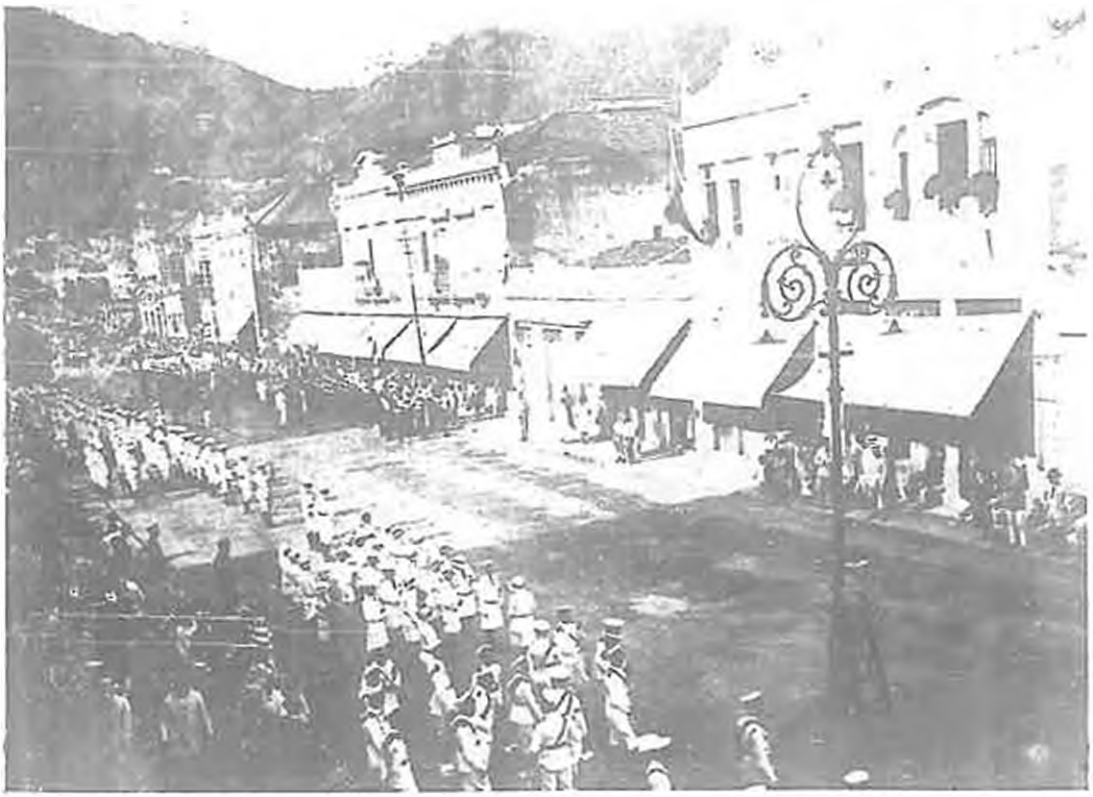
Parada escolar por occasião da festa da arvore



Parada escolar por occasião do centenario dos cursos primarios do Estado



Parada escolar por occasião da festa da arvore



Parada escolar por occasião do centenario dos cursos primarios do Estado

dr. Aristeu Portugal Neves. Este educandario mantem internato e externato e cursos primario e gymnasial, sendo destacados os prestimos com que tem cooperado para o desenvolvimento da instrucção e educação da mocidade.

Gymnasio do Alegre

Já com alguns annos de existencia este estabelecimento vem se impondo pelos resultados de seus trabalhos em prol do ensino, cada dia mais accentuados. Tem curso secundario e primario. Está subvencionado pelo Estado e pela Municipalidade de Alegre.

Collegio Italo Brasileiro

E' um antigo estabelecimento de ensino, que funcciona na villa de Santa Thereza, sob a direcção de frades Capuchinhos. E' subvencionado pelo Governo. Dispõe somente de curso primario.

Externato "Julia Penna"

Subvencionado pelo Estado. Mantem curso primario completo e um jardim de infancia.

Gymnasio "Barão de Macahubas"

Presta relevantes serviços á mocidade espirito-santense, na povoação de Veado, municipio de Alegre. Mantem curso de primeiras letras e de estudos secundarios, em franco progresso. Não recebe subvenção do Governo.

Gymnasio Costa

Este educandario funcciona na cidade de S. Pedro de Itabapoana. Mantem cursos primario e secundario. Os resultados de seus trabalhos demonstram a sua efficiencia educativa, bem como o esforço do seu pessoal docente.

Collegio "Mirabeau Pimentel"

Funcciona este estabelecimento em amplo edificio na cidade de S. José de Calçado, e presta relevantes serviços á instrucção publica. Tem subvenção do Governo do Estado. Mantem cursos primario e secundario.

Além dos estabelecimentos destacados, outros muitos existem mantidos por particulares, que merecem especial registro pela cooperação valiosa com que vêm concorrendo para a diffusão do ensino.

Entre esses assignalam-se — Asylo Christo Rei, Escola União e Progresso e Escola Mirabeau Pimentel, desta capital; Instituto Florentino Avidos, de Mimoso; Collegio D. Fernando Monteiro e Escola Ubaldo Ramalhete, de Muquy; Escola Profissional Ricardo Gonçalves, Atheneu Santa Maria e Centro Operario de Protecção Mutua, de Cachoeiro de Itapemirim; Collegios N. S. da Penha, S. Sebastião e Sagrado Coração de Jesus, de Alegre; Escola Parochial de Santa Izabel, Municipio de Domingos Martins.

Inspecção Escolar

Até 1926 o serviço de inspecção escolar do Estado esteve a cargo de cinco Inspectores. Considerando que a fiscalisação de todas as escolas primarias, publicas, particulares e municipaes, disseminadas pelo teritorio do Estado, não podia ser feita com real efficiencia por cinco funccionarios apenas, promovi a elevação a 10 do numero de inspectores, no anno passado. Os resultados dos trabalhos lectivos de 1927, a matricula e a frequencia das escolas no mesmo periodo, attestam a acção dos serviços de inspectores. Por acto da Secretaria da Instrucção o Estado acha-se dividido em zonas para melhor execução do trabalho dos inspectores escolares. A primeira zona comprehende o municipio da Capital, Serra, Espirito Santo e Cariacica; a segunda abrange os municipios de Collatina, Conceição da Barra e São Matheus; a terceira comprehende Itaguassú, Affonso Claudio; a quarta compõe-se dos municipios de Vianna, Domingos Martins e Alfredo Chaves; a quinta abrange os municipios de Itapemirim, Iconha, Anchieta e Guarapary; a sexta comprehende os municipios de Alegre, Muniz Freire e Rio Pardo; a setima os de Fundão, Santa Leopoldina e Santa Thereza; a oitava compõe-se dos municipios de Cachoeiro de Itapemirim, Muquy e Rio Novo; a nona os municipos de Calçado, S. Pedro de Itabapoana e Ponte de Itabapoana; a decima abrange os municipios de Pau Gigante, Santa Cruz e Riacho.

Segundo os relatorios apresentados pelos inspectores e communicações de professores, o anno passado foram visitados quasi todos os estabelecimentos de ensino officiaes e particulares, sendo que varios receberam mais de uma visita, o que, por certo, tem contribuido para maior efficacia do serviço escolar do Estado.

Não se póde contestar o alcance de uma fiscalisação constante, de uma assistencia assidua e permanente a todas as escolas do Estado. E' o inspector escolar, sem duvida, não só o verdadeiro sustentaculo da actividade do professor, como tambem, quem lhe orienta a conducta profissional, indicando as falhas, apontando os remedios, indicando, emfim, o rumo a seguir para que a sua actuação no campo educativo se exerça com positiva efficiencia. Demais, além da influencia que o inspector exerce sobre a execução dos programmas, sobre o aperfeiçoamento dos methodos, e sobre a actividade profissional dos professores, ha a encarar os serviços que elle presta na distribuição das escolas, concorrendo para promovel-a com segurança e acerto por todo o territorio do Estado, permittindo verdadeiro equilibrio na tarefa que a esse compete de disseminar igualmente por toda a sua população os estabelecimentos de ensino.

Para que o serviço de inspecção escolar do Estado, venha a se executar com real segurança, ainda será necessario augmentar o numero de inspectores existentes.

Commemorações civicas

De conformidade com o regulamento do ensino, foram commemoradas condignamente nas escolas publicas as datas nacionaes. E' indubitavel a grande influencia que essas commemorações exercem sobre a educação civica das novas gerações. A celebração das datas em que se recordam os grandes feitos da Historia Patria e da Historia da Humanidade não tem apenas influencia educativa no meio escolar em que ellas se realizam. Por meio dessas commemorações se consegue pôr a escola mais em contacto com as massas populares, interessando nella directamente o povo.

Além, das commemorações em classe, nos dias festivos, por meio de prelecções dos professores, sobre o motivo civico da solennidade, e canções de hymnos patrioticos pelos alumnos, algumas datas foram festejadas com certo apparato, realizando-se as paradas escolares e festivaes artisticos em que tomou parte a infancia das escolas.

Entre as festas escolares realizadas no ultimo anno, destacaram-se a da Independencia Nacional, a 7 de Setembro, a do Dia da Primavera, a 21 de Setembro, e a commemoração do primeiro centenario do ensino primario official no Brasil, a 15 de Outubro.

A festa commemorativa do primeiro centenario do ensino primario teve, nesta Capital, grande imponencia, prestando-se, por essa occasião, tocante homenagem aos dois professores mais antigos do Estado. Aos decanos do magisterio primario do Estado foram conferidas medalhas de ouro, em attenção aos seus serviços.

O Governo sempre estimulou com o maximo empenho o professorado para que não deixe transcorrer em silencio as datas nacionaes, recommendando-lhe que as celebre de um modo simples, ao alcance da mocidade escolar, expondo a lição que ellas encerram em linguagem apropriada ao entendimento da infancia, de modo impressivo e claro, afim de que as commemorações produzam os resultados educativos, que dellas devemos esperar.

Horarios e programmas

Para attender á conveniencia da uniformidade na distribuição do ensino primario, foram estabelecidos pelo Decreto n. 7.994, de Fevereiro de 1926, o mesmo tempo lectivo e um só programma de ensino para todas as escolas.

Anteriormente á vigencia desse Decreto, o periodo lectivo e programmas das escolas ruraes (de 3.ª entrancia) eram differentes dos de 1.ª e 2.ª entrancias, assim como dos programmas escolares. Actualmente todas as escolas primarias obedecem ao mesmo programma de ensino, sendo de 11 ás 16 horas o periodo de trabalho diario, tanto para os grupos escolares, como para as escolas isoladas, em geral.

O programma e horarios especiaes de 3.ª entrancia que vigoraram até 1925, foram adoptados em 1916, quando se pensou em attender ás necessidades da população do interior, que se encontra na contingencia de aproveitar o trabalho das creanças na lavoura e de satisfazer, ao mesmo tempo, a obrigação de mandal-as á escola.

O alludido Decreto 7.994 simplificou tambem o curso nas escolas primarias, sendo adoptados programmas de ensino mais consentaneos com a exiguidade de tempo consagrado ao estudo das primeiras lettras.

O programma adoptado para as nossas escolas tem um cunho absolutamente pratico, tendo o ensino o objectivo de habilitar o alumno a saber ler, escrever e contar, assegurar a saude e vigor do corpo, saber ouvir, vêr e mover-se e a ter habitos de disciplina moral e civica.

Tambem pelo Decreto 7.994 foi dada nova distribuição ás disciplinas do curso Normal e extinctos os exames finaes de primeira e segunda épocas, adoptando-se o regimen de promoções por médias de aproveitamento dos alumnos e provas escriptas, trimestraes, das diversas materias.

Ainda o mesmo Decreto estabeleceu para os professores primarios de concurso a faculdade de cursarem a Escola Normal, com direito a uma parte dos vencimentos, creando tambem a possibilidade de matricula nos primeiros annos, até o 3.º, o que anteriormente não era permittido.

Material escolar

Desde o começo do meu Governo sempre me preoccupou o apparelhamento do material escolar de nossas escolas. Tendo augmentado o numero de escolas e attendendo ao desenvolvimento posteriormente dado ao fornecimento do material escolar, tornou-se indispensavel a creação do almoxarifado da Secretaria da Instrucção, para recolher e distribuir todo material adquirido.

Anteriormente a guarda do material adquirido era feita numa das salas da propria Secretaria, que o despachava para o interior do Estado á proporção que o ia adquirindo.

O registro de entrada e sahida de material didactico e escolar vem sendo feito com regularidade.

Conforme se verifica pelos relatorios da Secretaria da Instrucção, até 1920 era precaria a situação dos estabelecimentos de ensino official, no que diz respeito a material escolar. De 1921 em diante foi adquirida apreciavel quantidade de moveis e utensilios para as escolas, de modo que além das escolas da Capital, dos grupos escolares, já são numerosas as escolas isoladas do interior, que dispõem do necessario mobiliario e material didactico.

Durante o meu Governo, foi fornecido ás escolas e estabelecimentos de ensino do Estado, inclusive alguns particulares, o material didactico, mobiliario e utensilios escolares constantes da relação abaixo, segundo os relatorios e informações da Secretaria da Instrucção até 23 de Maio do corrente anno:

MATERIAL ESOLAR

Quant.	ESPECIE	Quant.	ESPECIE
4078	carteiras escolares	163	raspadeiras
399	quadros negros	276	duzias de lapis de côr e de borracha para collegines pobres
138	bancos para carteiras escolares	506	escovas para quadro negro
454	contadores americanos	1085	folhas de matta-borrão
120	mappas Mundi	782	pastas para archivo
531	idem do Brasil	79	baldes de zinco
480	idem do Espirito Santo	94	vassouras de piassava
273	idem da America do Sul	287	tinteiros nickelados
182	idem da America do Norte	20	litros de tinta carmin
196	idem da Europa	53	vassourinhas p.ª limpesa de talha
97	idem da Africa	620	borrachas para desenho
82	idem da Asia	653	resmas de papel almasso
19	idem da Oceania	207	mesas para professores
379	idem de Iniciação Geographica	67	reguas
389	idem do Systema Metrico	55	resmas de papel para desenho
365	idem de Linguagem Arithmetica	583	sabonetes para os estabelecimentos de ensino
267	globos geographicos	130	toalhas para mão
391	cartas de Parker	20	tripés para mappas
259	quadros de Historia Patria	369	tinteiros para carteiras
369	relogios de parede	52	capachos de ferro
473	tympanos	93	capachos de côco
233	collecções de solidos geometricos	6	mobilias de sala para estabelecimento de ensino
289	cavalletes para quadro negro	216	placas esmaltadas para escolas publicas
633	bandeiras nacionaes de dois pannos para cathedra de professor	2	pianos para estabelecimentos de ensino
47	mesas secretarias	12	tapetes para grupos escolares
227	talhas "Salus" para as escolas	120	cadernetas para professores
55	escarradeiras para estabelecimentos de ensino	63	armarios para escolas
186	espanadores para as escolas	29	bancos de jardim para recreio de escolas
264	cestos de vime para papel	9	bandeiras nacionaes para fachada
16071	livros didacticos diversos para alunos pobres	3744	bandeirinhas nacionaes de sêda para paradas escolares
488	duzias de lapis preto para collegiaes pobres	44	compassos escolares
465	idem de canetas para collegiaes pobres	303	copos para collegiaes
693	litros de tinta preta	1315	cadeiras austriacas
1309	caixas de giz	1169	canetas lapis para collegiaes
706	idem de pennas para os collegiaes pobres	83	berços para matta-borrão
623	latas de creolina para as escolas	20	estrados para cathedras
397	paus de sapolio	8	espadas para collegiaes
425	vassouras americanas para as escolas	3	caixas de guerra para paradas escolares
420	vidros de gomma arabica	3098	cadernos escolares para collegiaes pobres
112	canecas de agath para collegiaes pobres		

MATERIAL ESCOLAR (continuação)

Quant.	ESPECIE	Quant.	ESPECIE
1500	programmas de ensino	15	cordões para cornetas
21000	folhas de papel para commemorações escolares	20	cathedras
		12	cornetas
16000	impressos para uso da Escola Normal	1221	estojos escolares para premios aos alumnos
5793	boletins de promoção	40	chapéos para escoteiros
156	impressos para certificado de promoção	5	cintas idem, idem
		5	campainhas de metal
40	muchilas para escoteiros	4	flammulas
40	marmitas, idem, idem.	108	metros de fazenda para uniforme de alumnos pobres
75	lampadas electricas para estabelecimentos de ensino	2	lavatorios de ferro
20	peles para tarol	1	microscopio
13	talabartes para collegiaes	17	mastros de bandeira para cathedra de professor
12	tambores surdos		
2	apitos para escoteiros	583	livros de matricula
50	pares de alpercatas para collegiaes pobres	709	idem de chamada
		351	idem de visita
4	brocas americanas para dentista (Assistencia Dentaria)	667	idem para registros de notas
		452	idem para registro do material
12	duzias de brocas odontologicas (Assistencia Dentaria)	735	exemplares do Regulamento da Instrucção
43	bastões para escoteiros	712	horarios
50	metros de brim kaki para uniforme de collegiaes pobres	14732	impressos para extractos de chamada
8	barracas de lona para escoteiros.	11698	idem, idem, de matricula
762	cabides para escolas	19070	fichas do ensino obrigatorio

Foram enviadas ás escolas, pelo almoxarifado, 244 carteiras escolares que tinham sido recolhidas para concerto.

Os dados referidos demonstram a preoccupação que teve o Governo de dotar os seus estabelecimentos de ensino do material conveniente ao seu perfeito funccionamento. Proseguida a orientação até então seguida, dentro em pouco as nossas escolas estarão completamente apparelhadas de todo o material didactico e mobiliario indispensavel ás suas funcções.

MAGISTERIO PRIMARIO

O grande desenvolvimento que tomou a instrucção publica primaria do Estado, e a falta de professores normalistas diplomados para o provimento das escolas creadas, forçaram o Governo a aproveitar no magisterio primario elevado numero de professores de concurso,

distinguindo-os em titulados e provisorios, tendo os primeiros direito á conservação no cargo, em razão do tempo de serviço — cinco annos — e os segundos sujeitos á condição de serem dispensados á medida que forem sendo providos professores normalistas nas escolas do Estado. O Decreto n. 7.994 proporcionou aos professores de concurso, com mais de 2 annos de exercicio, a faculdade de cursar a Escola Normal, com direito a dois terços dos vencimentos e conservação do cargo até a conclusão do curso.

E' indiscutivel a vantagem do provimento de pessoal com habilitação technica, nas escolas primarias.

Cumpre, entretanto, ter em vista que o magisterio primario do Estado não pode prescindir, ainda, dos professores de concurso. A pouca extensão que tem o ensino normal no Estado e mais a difficuldade de se adaptarem os professores normalistas nas zonas ruraes forçariam o Governo a deixar sem instrucção a maioria do povo espirito-santense, se lhe não fosse dado recorrer ao professorado de concurso para o provimento de numerosas escolas estaduaes.

Actualmente, os professores de concurso em exercicio nas escolas do Estado são 380, sendo 94 titulados, isto é, com mais de cinco annos de serviço, na data do Decreto n. 7.994, garantidos nos seus cargos, emquanto bem servirem, e 286 provisorios, isto é, sujeitos á condição de permanencia no cargo, emquanto nenhum normalista concorrer ao seu provimento definitivo.

Dos diplomados pela Escola Normal e estabelecimentos equiparados estão, actualmente, no magisterio 243.

Ao tempo da promulgação do Decreto n. 7.994, de 10 de Fevereiro de 1927, já estavam providos cerca de duzentos professores provisorios, designados sem prova alguma de habilitação, no segundo semestre de 1926. Regularisada a situação dos mesmos, que foram chamados a prestar exames de habilitação, no prazo de 6 mezes, sob pena de perda de logar, no anno passado foram nomeados, com o caracter de provisorios, para reger o elevado numero de escolas ruraes que o governo creou naquelle anno.

Tratando do magisterio primario é opportuno declarar que se torna necessario estabelecer para elle uma situação especial quanto aos direitos e vantagens dos professores.

Os funccionarios do Estado ácham-se submettidos a um só re-

gimen quanto a certos direitos e prerogativas. E' evidente a inconveniencia para a instrucção publica de semelhante systema. Assim como para as ferias e substituições temporarias ha disposições peculiares ao magisterio, pela natureza do trabalho dos professores, tambem a aposentadoria deveria ser regulada, á parte, por principios diversos dos que regulam a dos funccionarios em geral.

São frequentes os casos de professores que não podem permanecer na regencia de escolas, seja por motivo de molestia, não raro contagiosa, seja pela idade avançada, sem que contem tempo de serviço de accôrdo com a lei para o effeito de aposentar-se.

Em taes occasiões vê-se a administração publica no difficil dilemma: ou de afastar o funccionario, sem vantagens pecuniarias de qualquer especie, o que em alguns casos representa verdadeira iniquidade; ou de manter na regencia de escolas professores impossibilitados de leccionar, por incapacidade physica, com prejuizo da instrucção, quando a incapacidade resulta da idade do mestre, e com prejuizo da instrucção e da propria vida das creanças, quando a incapacidade provém de doença contagiosa do professor.

Para taes situações convém a adopção de providencias, que não só assegurem os direitos dos professores impossibilitados de continuar no exercicio do cargo, como garantam ao ensino publico a efficiencia dos seus trabalhos, isentos de perigos para a mocidade escolar.

O Tests

A convite do Governo esteve nesta cidade, em 1925, o lente cathedratico da Escola Normal da Capital Federal, Dr. Manoel Bomfim, que veiu para o fim especial de iniciar o emprego do methodo *tests* nas nossas escolas. E' esse um methodo de verificação de capacidade e de preparo mais preconisados nos ultimos tempos por notaveis pedagogos.

O Dr. Manoel Bomfim fez varias conferencias sobre o assumpto, tendo em seguida dado aulas praticas e applicação, com resultados apreciaveis.

Perante numerosa assistencia foram applicados os *tests* psychologicos para a verificação da intelligencia, da memoria, da imaginação, etc. e bem assim os pedagogicos para apurar o conhecimento e preparo dos alumnos nas diversas materias do curso. Ainda que

sem caracter obrigatorio o emprego desse methodo vae se fazendo nas escolas primarias do Estado, com incontestaveis vantagens.

Escotismo

Como escola de disciplina, o escotismo tem demonstrado, em todos os logares em que se o vem praticando, verdadeira efficiencia. Todos conhecemos e apregoamos a influencia das associações de escotismo nos paizes de civilisação mais apurada, agindo como esplendidos nucleos de ensinamento e de força, onde a mocidade aprende magnificas lições de civismo e a ter confiança em si propria.

Considerando essas vantagens de tão proveitosa instituição, prestigiei o escotismo escolar, integrando-o no programma dos nossos estabelecimentos de ensino, dando-lhe a orientação conveniente para que elle produza resultados compensadores como escola de civismo e de crença. A mocidade escolar acceitou a idéa com grande jubilo, sendo já elevado o numero de batalhões de escoteiros, attestando o florescimento da instituição.

Predios escolares

Cogitou a administração publica, nesse quadriennio, tanto quanto lhe foi permitido pelas forças financeiras do Estado, da construcção de predios para a installação de suas escolas.

E' desnecessario encarecer que para o exito da instrucção publica é indispensavel a localisação das escolas em predios apropriados.

Razões de ordem didactica, hygienica e social exigem que os estabelecimentos de educação occupem edificios que attendam aos requisitos da hygiene e da pedagogia, sem o que, se por um lado é possivel attender-se á disseminação do ensino, por outro, forçosamente ter-se-á que respeitar recommendações especiaes referentes aos cuidados que se devem ter com a saude da mocidade escolar.

O Governo do Estado dispõe de predios escolares nas povoações de Veado, Castello e Mimoso — nas sédes dos municipios de Santa Leopoldina, S. Matheus, Conceição da Barra, Collatina, Itapemirim, Vianna, Guarapary e Affonso Claudio, além de edificios das escolas Modelo e grupos escolares da Capital e das cidades de Cachoeiro de Itapemirim e Muquy.

Acham-se em construcção os predios para as escolas da cidade

de Alegre e das villas de Santa Thereza e Itaguassú, tendo-se construido, no actual governo, os edificios das escolas reunidas de Mimoso, do grupo escolar de Victoria e das escolas isoladas de Itapemirim, Vianna e Guarapary.

Em muitas localidades do interior, tem-se obtido a construcção de predios para escolas isoladas por iniciativa particular, com auxilio do Governo.

SECRETARIA DA FAZENDA

Continúa, felizmente, prospera a situação economica e financeira do Estado.

No penultimo orçamento da receita, tendo sido previsto para

o exercicio 1926 — 1927 uma arrecadação de.....	26.280:000$000
foi, effectivamente, arrecadada a quantia de....	27.585:483$052
com um *superavit de*.....	1.305:483$052

O orçamento para 1927 e 1928 previa uma receita de rs. 29.100:000$000 sem incluir a receita, por lei especial, de 500 réis ouro, destinada ao serviço da defesa do café.

Esta receita da contribuição de 500 réis ouro, creada pela lei

n. 1.616 referida, produziu até 23 de maio ultimo	2.820:059$575
A despesa do mesmo serviço effectuada	
tendo sido até a mesma data de.....	1.854:631$974
resultou um saldo de.....	965:427$601

A renda orçamentaria já apurada até 30 de Abril de 1928, do

exercicio corrente, produziu, em 10 mezes.....	28.340:606$654
que, sommados ao saldo acima de.....	965:427$601
perfazem	29.306:034$255

ficando assim, só nesta parte do exercicio, excedida a receita prevista para o exercicio completo. Tambem os exercicios da receita de 1924 a 1925 e 1925 a 1926 foram encerrados com grande *superavit*. Graças a essa bôa situação, que felizmente me parece permanente com a estabilidade do cambio, me foi possivel construir edificios publicos, estradas de ferro, estradas de rodagem, pontes, uma bôa parte das obras do porto, uma apreciavel relação de emprehendimentos uteis, representando um emprego da quantia approximada de sessenta e tres mil contos de réis (63.000:000$000); e resgatar encargos das administrações anteriores, resgatar quasi toda a divida externa francesa, capital, juros atrazados e juros que se foram vencendo, em somma superior a 63 milhões de francos, equivalentes pelo preço médio de 380 réis, custo dessa moeda, segundo o cambio das épocas em que foi comprado, a cerca de 23.940:000$000, dos quaes cerca de 10.000:000$000 (dez mil contos de réis) foram retirados da renda ordinaria do Estado.

Consegui, assim, deixar o Estado sem divida fluctuante, e com o total de sua divida consolidada interna e externa reduzido a rs. 25.992:320$000.

Ao apresentar minha primeira mensagem em Abril de 1925 informei que se devia, pelo emprestimo de 1919.. Frs. 24.460.800

por 32.001 titulos de 1908 e respectivos

juros de 22 semestres vencidos ..... Frs. 24.800.775

que sommados perfaziam ..... Frs. 49.261.575

Ao preço do franco naquella época, conforme se calculou naquelle documento, essa divida representava..... 24.630:787$500

Sendo então a divida interna e externa em

apolices de ..... 6.765:500$00

o seu total representava..... 31.396:287$500

Entretanto, como demonstrarei em paginas seguintes, a divida proveniente do emprestimo de 1908 não era formada somente por aquelles 32.001 titulos e sim de mais 16.827, para os quaes tive de reconhecer o debito do Estado e de mais 221 por mim adquiridos em bolsa, perfazendo além daquelles, 17.048 titulos a accrescentar.

Como todos elles tinham na data da mensagem, isto é, em Abril de 1925, os mesmos 22 semestres de juros, representavam mais 17.048 x 775 titulos = 13.212.200 francos, que equivaliam então a 6.606:100$000, de sorte que a divida real era naquella data de 31.396:287$500 -|- 6.606:100$000 = 38.002:387$500.

Havendo ainda dividas de exercicios anteriores cujos processos não estavam terminados até 30 de Junho de 1924 e que foram por mim pagas posteriormente, conforme relatorio do Secretario da Fazenda, de 15 de Fevereiro de 1925 (pag. 16 e annexo pag. 5) na importancia de rs. 1.635:480$188,

a divida publica de então sommava.....	39:637:867$688
estando ella agora reduzida a.....	25.992:320$000
Houve uma diminuição effectiva de.....	13.645:547$688

Fiz, pois, na divida do Estado encontrada em Maio de 1924, apurada e descripta na respectiva mensagem, uma reducção superior a 13.000:000$000.

Cumpre ainda salientar que estes calculos estão feitos tomando-se o franco pelo valor daquella occasião, em papel, isto é, a 500 réis, móeda brasileira. O Estado, entretanto, estava sendo executado por um pequeno grupo de portadores do emprestimo de 1908, para ser pago em ouro, tendo esse grupo conseguido o sequestro de uma parte sufficiente dos depositos que o Estado possuia em Paris, e se assim fosse calculado, o encargo seria pelo menos tres vezes maior.

SITUAÇÃO FINANCEIRA ACTUAL DO ESTADO

Até 15 de Junho de 1928 a divida do Estado está constituida das seguintes parcellas:

Divida antiga fundada, constando de apolices dos juros de 5 % e 6 %	6.764:800$000
Apolices internas de 8 %, emissão de 1926, collocadas e com autorisação para serem vendidas	970:000$000
Obrigações de 8 % em dollars, emprestimo tomado ao Banco Italo-Belga, calculado ao cambio de 8$300 e levado em conta o saldo do fundo especial já constituido para o resgate respectivo	17.347:000$000
Titulos do emprestimo 1919, que continuarão em circulação, com juros elevados para 7%, 8755 titulos de 320 francos equivalendo 2.800.000 frs., que representam (a 328 réis) pelo seu valor actual	910:520$000
Total Rs.	25.992:320$000

Considero liquidados os emprestimos de 1908 e 1919 com restricção dos 8.755 titulos, acima mencionados, deste ultimo.

Effectivamente, analysando os encargos actuaes do Estado, encontramos para a situação do emprestimo de 1908, segundo telegrammas de Maio ultimo, do Banco Italo-Belga:

Titulos amortisados, segundo o contracto até Abril de 1914, quando foram suspensos os seus serviços de juros e amortisação	2.140
Titulos comprados em bolsa até Maio de 1924, segundo mensagem do Sr. Presidente Nestor Gomes	8.811
Titulos completamente resgatados por mim	39.868
Titulos de portadores que adheriram ao accordo de resgate e receberam a 1.ª prestação, mas ainda não se apresentaram para receber a segunda	1.229
Titulos de portadores que não se apresentaram, nem se pronunciaram	7.952
Total da emissão	60.000

Esses titulos, ainda a resgatar, tinham 20 semestres de *coupons* vencidos e não pagos, representavam, pois, 750 francos cada um e seu total representava uma divida, em francos, de ..... 36.786.750,00.

Ao cambio daquella época, ella equivaleria, em Maio de 1924, moeda brasileira, a rs. 18.393:375$000.

Se fosse o Estado obrigado a pagar em ouro, como estava sendo cobrado judicialmente, esta somma seria elevada a rs. ..... 58.858:800$000.

Considero liquidado o emprestimo de 1908, visto que restam ainda sem se pronunciarem nem se apresentarem só 7.952 titulos, que ao valor actual de 850 frs., representam.. .. Frs. 6.759.200

Titulos que têm a ultima prestação de 500 frs. a receber, por não se terem ainda apresentado, 1.229, equivalendo a .. .. Frs. 614.500

Somma.. .. .. Frs. 7.373.700

O Governo tem para taes pagamentos no Banco Italo-Belga — francos.. .. .. 5.330.600

Tem á disposição no Banco do Espirito Santo, já em Paris — francos 1.300.000

perfazendo, pois, ... 6.630.600

Faltam, como se vê, somente setecentos e quarenta e tres mil e cem francos.. .. .. 743.100 para completar a quantia integral a liquidar.

Entretanto, podendo-se contar com o desapparecimento de grande quantidade de titulos, que não se apresentarão mais, não haverá necessidade da remessa de fundos para o pagamento desse saldo, além de se poder contar ainda com varios mezes de espera para que os ultimos portadores se apresentem a receber.

Quanto ao emprestimo de 1919 é a seguinte a sua situação:

Constava, em Maio de 1924, de 78.000 obrigações de 320

francos e de juros de 5%, tendo como garantia todos os bens que pertenceram ao Banco Hypothecario e Agricola do Estado do Espirito Santo, cujas acções o Governo encampou com o valor desse emprestimo, além dos remanescentes das garantias do emprestimo 1908.

Ao vender os bens que constituiam os Serviços Reunidos de Victoria, em Agosto de 1927, devia o Governo resgatar todos os titulos deste emprestimo, mas, como estava eu empenhado em varias obras dispendiosas, como as do Porto, E.F. do Littoral, etc., mandei consultar os portadores se preferiam conservar seus titulos, mediante uma bonificação, de uma só vez, de 15 francos por titulo e a elevação de juros de 5 para 7 % ao anno, com reducção do praso de resgate para 15 annos. No prazo que foi fixado para essa decisão somente os portadores dos 8.755 titulos acceitaram a proposta e apresentaram seus titulos, para serem estampilhados com esta alteração.

Dos restantes, em numero de	69.245
foram resgatados e perfurados	56.249
não se tendo ainda apresentado..	12.996

Estes representam pelo seu valor de 320 frs. 4.158.720 Frs.

Para este resgate de 12.996 titulos restantes, o Estado possue um pequeno saldo de 257.400 francos no Banco de Paris et de Pays Bas e conta com o concurso do Banco do Espirito Santo, ao qual o Governo vendeu o saldo do seu credito, a apurar na massa fallida da Société Auxiliaire de Crédit, por mil contos de réis (1.000:000$000), cujo producto se destina a essa liquidação.

Como esses resgates de titulos são demorados, podendo mesmo levar muitos mezes, não haverá difficuldade em se ir attendendo aos portadores que se apresentarem, sobretudo contando o Estado com o credito, que lhe tem facultado os bancos encarregados dos respectivos serviços.

O Governo poderá indistinctamente saccar sobre os fundos que possue, quer para um como para outro resgate, visto que seu deposito não é vinculado a qualquer obrigação.

O credito do Estado na referida massa fallida é superior a onze milhões de francos, dependendo a sua determinação exacta do

laudo de um perito nomeado pelo Juiz do Commercio, o que se deve decidir em curto prazo.

Calcula-se que poderá cada credor apurar de 35 a 40 % do seu credito, porque os fundos existentes são em bôa especie e permittem essa previsão.

Segundo esses esclarecimentos, considero o emprestimo 1919 reduzido aos 8.755 titulos e o de 1908 liquidado, o que constitue, ao meu ver, o mais importante serviço que me foi possivel prestar ao Estado. Restabeleci o seu credito no exterior, e assim tenho o grande jubilo de ver, já sem qualquer fundamento, as tristes referencias de certa imprensa francesa ao nosso Estado, como tive por vezes o dissabor de ler. Já em Abril de 1924, quando simplesmente eleito, magoou-me sobremodo a leitura que fiz em jornaes do archivo da Agencia Americana, no Rio, e desde essa época venho estudando o meio de libertar o Estado da chaga deste emprestimo.

Para isso era preciso o emprego de muitos milhares de contos, e naquella época, em face dos nossos recursos, era uma estulta aspiração. Entretanto, mercê de Deus, posso hoje ver a obra realizada. No mesmo anno de minha posse, em 1924, comecei por accumular os primeiros dez milhões de francos, que custaram então (a 460 réis) quatro mil e seiscentos contos de réis (4.600:000$000).

Aproveitei no anno immediato as taxas mais baixas do franco e, por contractos de opção de cambio, por vezes reformados, com o Banco Italo-Belga, que me prestou valioso concurso nessas operações, me apparelhei com somma sufficiente, em francos, aguardando a disponibilidade de recursos pecuniarios, abrindo, então, uma conta especial em francos no referido Banco, para tal fim.

Apresentou-se essa opportunidade de recursos com a venda dos Serviços Reunidos de Victoria e do Itapemirim, e liquidando os contractos de opção, me foi possivel, não só fazer o aprovisionamento quasi completo da somma necessaria, como ainda baixar um pouco o preço medio do franco, que estava elevado, em face da sua cotação antiga.

Póde parecer que muito simples e facil teria sido pagar juros atrazados do emprestimo de 1908 e retomar os seus pagamentos normalisando-os. Os encargos de juros e amortisação, em face do respectivo contracto, exigiam, porém, a quantia annual de frs. 1.748.344,80

e o respectivo pagamento era exigido em FRANCOS OURO pelo pequeno grupo de portadores que nos estava executando judicialmente. Um tal pagamento ao cambio actual e nessa especie, isto é: a 1$600 réis por franco (valor do franco ouro suisso, que representa hoje a MONNAIE D'OR, da convenção de 23 de Dezembro de 1865, que formou a "União Latina", para uniformidade do systema monetario), custaria o encargo annual de 1.748.344,80 x 1$600 = 2.797:351$680 réis — ATÉ OUTUBRO DE 1949.

Todos sabemos que esta questão de pagamento do franco, em ouro, foi considerada sem importancia nos contractos de pagamento que os estrangeiros tinham de effectuar em Paris, pois a legislação francesa de então e as decisões de seus tribunaes só admittiam como obrigatorio o pagamento em franco francez, papel moeda nacional francesa de curso forçado. De certo tempo, porém, a esta parte, a jurisprudencia francesa mudou, e já conheço varios julgados dos tribunaes franceses condemnando Estados brasileiros e outros ao pagamento do franco EM OURO.

Ora, se de tal emprestimo, que era de trinta milhões de francos, o Estado não chegou a receber, de facto, em dinheiro, mais que sete milhões e duzentos mil francos, equivalendo a 4.320:000$000 ao cambio daquella época, por falta de idoneidade dos banqueiros intermediarios — Charles Victor & Cie. — transformados depois em "Société Auxiliaire de Crédit", seria uma iniquidade que nos vissemos obrigados a uma tal contribuição, que não se poderia justificar.

O emprestimo se destinava, em sua maior parte, ao resgate de um outro, de 1894, que foi liquidado pelo Governo do Estado em 1919, em francos papel. Os seus titulos foram lançados em bolsa, desde o inicio, com depreciação em relação aos de 1894 e nunca chegaram a alcançar o valor par, em moeda francesa papel. Como admittir seu pagamento em ouro, multiplicando o seu valor quatro vezes e meia?

Era urgente uma solução e foi a do seu resgate integral a que adoptei, com exito, podendo consideral-o completo e de desvanecer-me em ser o executor.

Descrevendo acima os encargos que estavam sob a responsabilidade do Thesouro ao inicio de meu Governo, devo citar os principaes fundos que podiam ser convertidos em moeda para liquidal-os: — Eram elles formados por uma reserva approximada de dois milhões de francos, em diversos bancos e tres promissorias do Banco Pelo-

tense, de mil contos de réis cada uma, a vencer nos prazos respectivos de seis, doze e dezoito mezes. Havia tambem o credito a apurar no activo da fallencia da Société Auxiliaire de Crédit. Para contrabalançar a estas disponibilidades tinhamos o pagamento, na mesma época, do serviço de juros e primeira amortisação do emprestimo de 1919, na importancia de 850.000 francos, o abono de fundos e recursos de credito á Companhia Territorial, na importancia de 1.955:165$450 para o pagamento de uma promisoria de 527 contos, endossada pelo Thesouro e vencida desde Abril e outros encargos, conforme exposição feita em mensagem de Maio de 1925; a reposição do deposito da Caixa "Jeronymo Monteiro", que era de 383:138$000, para poder attender ao respectivo serviço e constituir os fundos da carteira de emprestimos aos funccionarios, creada pela lei 1.441 de 8 de Julho de 1924; finalmente, a liquidação, pela importancia de 270:000$000 dos serviços executados e não medidos da E. F. Itaúnas, cuja construcção foi suspensa em Julho de 1924, pelas razões expostas em mensagem de Maio de 1925 e que são de vosso conhecimento. Não me refiro á liquidação de serviços e obras ordenados na administração anterior e que representaram avultados dispendios, porque isso se dá em qualquer época da administração publica, havendo sempre em movimento maior ou menor numero de serviços em andamento ou de contas em processo. Por este motivo, na summula de meu quadriennio deixo de referir-me ao mez de Junho de 1924 e tambem aos de Maio e Junho do corrente anno.

Para comprovar a effectividade das quantias empregadas em obras publicas, a que me refiro em paginas anteriores, aqui junto os quadros das despesas feitas nos exercicios todos da minha administração, especificando em quadro previo o que se refere a obras, estradas e edificios publicos, emprestimos e auxilios a municipios, em prestimos á Santa Casa de Victoria, bem como o dispendio feito com a ampliação dos Serviços de Electricidade e Viação da Capital e somente electricidade em Cachoeiro de Itapemirim, visto que estas despesas foram escripturadas pela Fazenda em titulo de "Patrimonio do Estado" e não no titulo de "Emprehendimentos Geraes".

Após a discriminação dos quadros de despesa acima referidos, passarei a tratar do movimento financeiro do actual exercicio e exporei, a seguir, os detalhes da liquidação do emprestimo de 1908, bem como das disponibilidades que resultaram da venda dos Serviços de

Electricidade de Victoria e de Itapemirim, que foi effectuada á Cia. Central Brasileira de Força Electrica por escriptura publica de Agosto de 1927. Todos os titulos de 1908 resgatados até 15 de Abril do corrente anno, época da partida do Dr. Argêo Monjardim, de Paris, estão guardados na Secretaria da Fazenda. Os titulos resgatados do emprestimo de 1919 estão todos perfurados e guardados no Banco Francez e Italiano, em Paris.

QUADRO DA ARRECADAÇÃO GLOBAL DO THESOURO

Desde Junho de 1924 a 30 de Abril de 1928, conforme relatorios e dados da Secretaria da Fazenda

Exercicios financeiros	Quantias arrecadadas	OBSERVAÇÕES
1924 a 1925..	32.886:942$374	Para não alongar este quadro e não tornal-o confuso deixo de mencionar as operações financeiras realisadas e liquidadas no curso de cada exercicio, figurando-as só pela sua situação actual, isto é, em Junho de 1928.
1925 a 1926..	30.399:032$452	
1926 a 1927..	27.585:483$052	
1927 a 1928..	28.340:606$654	
Idem, pela taxa 500 réis ouro para o Serviço de Defesa do Café..	2.820:059$575	
Venda dos Serviços Reunidos de Victoria e Itapemirim	12.000:000$000	Os Serviços Reunidos eram os bens do Estado que constituiam os serviços de electricidade, viação e telephone em Victoria e somente electricidade em Cachoeiro de Itapemirim.
Total da arrecadação ..	134.032:124$107	

Quadro demonstrativo das quantias empregadas em obras publicas ou em auxilios aos municipios para o mesmo fim, desde maio de 1924 á maio de 1928

Exercicios financeiros	Titulos da despesa effectuada	QUANTIA DISPENDIDA	OBSERVAÇÕES
1924—1925..	Emprehendimentos Geraes .	13.429:782$172	Obras diversas, conforme titulos do orçamento.
" "	Secretaria da Agricultura .	140:211$130	Construcção de linha telephonica.
" "	Lei 1.496 de 22—5—925. .	45:000$000	Obras para o Collegio do Carmo.
1925—1926..	Emprehendimentos Geraes .	8.218:131$182	Vide titulo do orçamento.
" "	" " "	8.359:945$301	Vide quadro final — Lei 1.629.
" "	Lei 1.524.	50:000$000	Construcção Orphanato Christo Rei.
" "	Lei 1.496..	35:000$000	Augmento Santa Casa de Victoria.
" "	Lei 1.569..	2.000:000$000	Obras publicas.
1926—1927..	Emprehendimentos Geraes .	16.314:056$016	Obras, conforme orçamento.
" "	Lei 1.527 (Santa Casa) . .	80:000$000	Casa para hospital em Cachoeiro de Itapemirim.
" "	Lei 1.549 (Orphanato) . .	50:000$000	Orphanato Christo Rei, em Victoria.
1927—1928..	Emprehendimentos Geraes .	11.182:128$810	Vide situação das verbas orçamentarias em 18-5-928.
" "	Construcção e conservação de estradas de rodagem. . .	1.827:224$358	Rodovias.
" "	Construcção e conservação de edificios publicos..	666:558$818	Edificios Publicos.
" "	Construcção e conservação de pontes..	77:594$287	Pontes.
" "	Lei 1.527 (Santa Casa) ..	55:000$000	Predio Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim.
" "	Lei 1.619 (Santa Casa) ..	95:000$000	Santa Casa de Victoria e Orphanato Christo Rei.
" "	Lei 1.654 (Pontes)..	144:948$000	Ponte em Santa Leopoldina.
" "	Secretaria da Agricultura..	444:360$000	Obras — Serviços Extraordinarios.
	TOTAL..	62.944:993$060	
1924 a 1925. 1925 a 1926 e 1926 a 1927..	Dispendido com ampliações dos Serviços Reunidos de Victoria..	5.335:012$718	
Idem "..	Idem, conforme Lei 1.615 de 5—7—927..	1.630:000$000	
" "	Dispendido com os Serviços Reunidos do Itapemirim ..	358:973$263	Dispendido nos exercicios de 1924—1925—1926.
" "	Com a mesma empresa (emprestimo)	300:000$000	Emprestimo para reformas e para viação.
" "..	Custo e acabamento do navio Penedo..	507:662$369	O custo do navio foi de rs.... 587:662$369.
		71.070:671$430	
Exercicios de Maio de 1924 á Maio de 1927..	Leis ns. 1.513 e 1.654.. ..	1.193:000$000	Emprestimo e auxilio aos municipios de Victoria, Serra, Benevente, S. Pedro, Rio Pardo, Pau Gigante e emprestimo á Santa Casa de Victoria.

Observação — Os dados numericos deste quadro não são rigorosos porque a premencia do tempo em que os organisei, para poder incluil-os até hoje (15 de Junho), não comporta uma verificação cuidadosa. Elles servem para uma apreciação muito approximada do que foi feito.

RESENHA FINAL DO QUE SE ARRECADOU E SE GASTOU NO QUADRIENNIO 1924—1928

TOTAL ARRECADADO nos 4 annos — de Junho de 1924 a Maio de 1928.. .. .. 133.032:000$000

TOTAL GASTO NO MESMO PERIODO.

Dispendido com obras publicas conforme quadro acima..	62.945:000$000
Com ampliação dos Serviços Reunidos de Victoria e do Itapemirim, antes de sua venda..	7.624:000$000
Com a construcção do navio "Penedo", para terminal-o (o custo total foi de 587:000$000)..	507:000$000
Com auxilios, emprestimos a varios municipios, conforme quadro junto	1.193:000$000
Com a reducção da divida externa e sua regularisação..	10.000:000$000
Com a administração do Estado, constante dos seus tres Poderes, do funccionalismo, expediente de repartições, etc.	51.763:000$000
	134.032:000$000

Observação — A quantia representada neste resumo, como empregada em resgate e regularisação da divida externa, é inferior á quantia diminuida no valor nominal da referida divida, porque os titulos adquiridos em bolsa por diversos bancos e pelos meus representantes em Paris, o foram por preço muito abaixo do seu valor nominal, constando tudo detalhadamente dos lançamentos escripturados na Secretaria da Fazenda.

SITUAÇÃO DO THESOURO EM 11 DE JUNHO DE 1928

Em 11 de Junho mandei fazer um resumo das contas já processadas e obrigações exigiveis, dentro dos proximos 4 mezes futuros e a receber dentro do mesmo periodo.

Consta elle do seguinte:

IMPORTANCIAS A RECEBER

Obrigações por titulos liquidos diversos..	483:205$000
Do Banco Crédit Financier c/deposito	2.000:000$000
Do Banco Italo Belga c/corrente (dollars)..	780:000$000
Do Banco Italo Belga..	140:000$000
Fundos na Delegacia do Thesouro no Rio..	110:000$000
Diversas procedencias de c/correntes	55:000$000
Da Delegacia Fiscal do Thesouro	75:000$000
Da collocação de titulos em bolsa, já ajustada..	170:000$000
Um stock de café na praça de Victoria a ser exportado, representando 110.000 saccos, cujos impostos darão approximadamente..	2.200:000$000
Saldo da venda dos Serviços Reunidos	300:000$000
	7.183:205$000

IMPORTANCIAS A PAGAR:

Contas processadas que se estão pagando..	2.665:060$000
Conta corrente com o Banco Francez e Italiano s/saldo ..	63:540$000
Banco do Espirito Santo — Quantia necessaria para o Serviço do Café, approximadamente	300:000$000
Banco do Espirito Santo — Obrigações a vencer..	2.000:000$000
Companhia Viação Geral — Obrigações..	50:000$000
Doutor José Pascual — Obrigações (para a Casa de Saude)	50:000$000
Companhia Edificadora — Conta processada..	206:000$000
Funccionarios durante Junho, que recebem pelo Thesouro, e despesas obrigadas de ultima hora, a incluir, visto que levei em conta o imposto a receber do stock de café, nesta praça..	800:000$000
	6.134:600$000

Observação — Não tomei, em conta, os fundos que o Estado tem em c/corrente francos, no Banco Italo Belga, porque estou no proposito de não tocar nesses recursos senão para os resgates já referidos.

EXERCICIO DE 1924—1925

RECEITA ARRECADADA DE JULHO DE 1924 a JUNHO DE 1925

Imposto de exportação	27.654:366$743
Imposto de transmissão	2.580:519$952
Imposto de sello	40:996$832
Licenças estaduaes	371:754$806
Venda de terras	665:253$291
Alugueis e arrendamentos	863:143$462
Venda de madeiras	13:628$300
Emolumentos	33:645$200
Eventuaes	663:633$788
	32.886:942$374

DESPEZA

Dispendido no exercicio de Julho de 1924 *a Junho de* 1925

(COMPREHENDENDO O TRIMESTRE ADDICIONAL, ENCERRADO A 30 DE SETEMBRO DE 1925)

REPRESENTAÇÃO DO ESTADO

Congresso Legislativo:

Subsidio dos deputados	176:500$000	
Ajuda de custo dos mesmos	25:000$000	
Pessoal do quadro	20:555$542	
Expediente	11:031$000	
Trabalhos stenographicos	2:500$000	235:586$542

ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

Presidencia do Estado:

Subsidio do Presidente	30:000$000	
Representação	12:000$000	
Subsidio do Vice-Presidente	18:000$000	60:000$000
A transportar		295:586$542

Transporte..		295:586$542
Secretaria da Presidencia:		
Pessoal do quadro..	41:439$984	
Expediente..	33:668$080	
Zeladores e serventes de Palacio..	3:488$712	
Lanchas e automoveis..	35:408$600	
Material..	26:647$200	
Publicação de Mensagens..	25:800$000	166:452$576
Secretaria do Interior:		
Pessoal do quadro..	415:053$788	
Pessoal da Força Publica..	1.217:036$843	
Pessoal da Guarda Civil..	142:611$022	
Equipamento da Força Publica..	251:367$450	
Equipamento da Guarda Civil..	59:585$500	
Expediente..	6:574$400	
Moveis..	19:956$500	
Transportes..	123:458$750	
Serventes..	3:763$807	
Despesas das Delegacias e Cadeias.. ..	19:167$733	
Manutenção dos detentos — loucos, indigentes e sentenciados..	234:008$470	
Papeis, livros e material..	41:724$900	
Impressões..	10:661$400	
Serviços eleitoraes	6:405$000	
Verba secreta..	20:810$000	
Medicamentos...	24:787$700	
Bibliotheca Publica..	13:080$800	
Assistencia Publica..	61:040$500	
Serviços extraordinarios..	47:468$572	
Officinas da Penitenciaria..	12:666$200	
Expediente da Delegacia Geral de Hygiene..	1:400$000	
Expediente da Delegacia Geral de Policia..	700$000	
Expediente do Quartel de Policia.. ..	1:100$000	2.734:429$335
Secretaria da Fazenda:		
Pessoal do quadro..	249:216$232	
Pessoal das Collectorias..	586:438$673	
Arrecadação por contractos..	275:382$289	
A transportar..		3.196:468$453

Transporte..	1.111:037$194	3.196:468$453
Expediente..	8:550$000	
Lancha da Fiscalisação	12:992$800	
Livros e material..	37:618$850	
Moveis para a Repartição e Collectorias	19:906$980	
Transportes..	18:718$410	
Serventes..	5:060$000	
Expediente das Collectorias..	9:027$065	
Serviços extraordinarios..	21:089$935	1.244:001$234
Secretaria da Agricultura:		
Pessoal do quadro..	158:890$159	
Expediente..	10:282$000	
Transportes..	48:479$000	
Livros e material..	88:457$300	
Moveis..	16:198$000	
Serventes	4:266$300	
Serviços agricolas..	162:409$495	
Premios agricolas..	2:500$000	
Conservação de jardins..	6:932$250	
Serviços extraordinarios..	159:828$744	
Telephones do interior..	140:244$136	
Serviço semaphorico..	6:864$000	
Inspecção do Serviço de Terras..	6:053$000	
Fiscalisação de Medição de Terras da Capital..	4:919$900	
Estudo e inspecção de obras fóra da séde..	3:539$400	819:863$684
Secretaria da Instrucção:		
Pessoal do quadro..	479:786$306	
Escolas isoladas..	1.115:242$604	
Fiscalisação do Gymnasio..	7:500$000	
Expediente..	8:400$000	
Moveis..	3:860$000	
Material escolar..	53:916$940	
Transportes..	12:882$600	
Livros e material..	38:739$820	
Aluguel de casa para escolas..	28:037$248	
Serventes	19:153$843	
Recenseamento escolar..	13:235$714	
Festas escolares..	7:012$000	
Serviços extraordinarios..	12:152$651	1.799:919$726
A transportar..		7.060:253$097

Transporte..		7.060:253$097

MAGISTRATURA

Tribunal Superior de Justiça:

Pessoal do quadro..	163:078$433	
Expediente..	1:699$450	
Material	4:975$800	

Juizados de Direito:

Pessoal do quadro..	257:769$807	
Expediente..	1:800$000	
Material	2:537$300	

Ministerio Publico:

Vencimentos do Procurador Geral	17:473$545	
Pessoal do quadro..	99:114$083	
Expediente..	1:272$500	
Material..	2:891$000	552:611$918

EMPREHENDIMENTOS GERAES

Melhoramentos da Capital	10.300:000$000	
Conservação e construcção de estradas e obras no interior..	1.069:909$680	
Estrada de Ferro S. Matheus....	1.015:539$212	
Estrada de Ferro Itaúnas	285:311$700	
Estrada de Ferro Bom Jesus a Calçado	155:898$995	
Estrada de Ferro Benevente a Alfredo Chaves..	319:480$098	
Estrada de Ferro Itapemirim..	283:642$487	13.429:782$172

SUBVENÇÕES

Santa Casa da Capital..	30:000$000	
Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim	10:000$000	
Asylo Deus, Christo e Caridade..	6:000$000	
Sociedade S. Vicente de Paulo..	2:400$000	
A transportar..	48:400$000	21.042:647$187

Transporte	48:400$000	21.042:647$187
Associação das Senhoras de Caridade ..	3:600$000	
Collegio Maria Auxiliadora..	12:000$000	
Orphanato Santa Luiza..	2:400$000	
Emprezas de Navegação..	67:644$250	
Collegio Pedro Palacios	4:200$000	
Gymnasio S. Vicente de Paulo..	6:000$000	
Gymnasio do Alegre..	4:200$000	
Collegio Italo-Brasileiro..	3:000$000	
Centro Espirito-Santense..	6:000$000	
Escolas primarias, municipaes e particulares..	38:806$666	
Asylo Coração de Jesus..	3:600$000	
Lyceu Philomatico	2:400$000	202:250$916

CREDITO PUBLICO

Serviço da Divida Externa (emprestimo de 1908 — frs. 961.553 e 1.254.240 do emprestimo de 1919 e commissões e amortizações — frs. 499.200)..	1.071:350$200	
Juros da Divida Interna	415:078$000	
Dinheiro de Orphãos	1:191$098	
Divida de exercicios anteriores	1.635:480$188	3.123:099$486

DESPESAS DIVERSAS

Aposentadorias..	221:471$569	
Pensões	12:356$922	
Vantagens especiaes	381:165$821	
Auxilio para diversões..	17:450$000	
Propaganda do Estado..	124:529$000	
Gratificação *pro tempore*..	28:810$729	
Addidos..	12:785$618	
Agua, Luz e Telephones	22:239$850	
"Diario da Manhã"..	105:606$346	
Reforma de lanchas e automoveis.. ..	31:438$190	
Serviços especiaes..	39:205$184	
Custas judiciarias..	3:659$980	
Recepções e hospedagens..	14:559$800	
Reforma de mobiliario..	696$000	
Eventuaes..	658:662$685	1.674:637$694
A transportar..		26.042:635$283

Transporte..		26.042:635$283

LEIS

1.269, de 30—12—1924	2:000$000	
1.286, de 31—12—1924	4:957$600	
1.372, de 28— 3—1924	18:601$910	
1.416, de 21— 5—1924	559$686	
1.421, de 23— 6—1924	31:000$000	
1.426, de 26— 6—1924	10:000$000	
1.430, de 5— 7—1924	10:000$000	
1.431, de 5— 7—1924	996$751	
1.439, de 19— 7—1924	818$063	
1.442, de 10— 7—1924	5:827$096	
1.450, de 26— 7—1924	10:000$000	
1.451, de 26— 7—1924	184:171$778	
1.452, de 29— 7—1924	600$000	
1.455, de 26— 7—1924	35:000$000	
1.456, de 8— 8—1924	16:684$775	
1.460, de 12— 8—1924	10:000$000	
1.461, de 12— 8—1924	42:693$741	
1.462, de 13— 8—1924	39:171$791	
1.467, de 13— 8—1924	6:000$000	
1.470, de 18— 8—1924	100:000$000	
1.475, de 23— 8—1924	635$500	
1.487, de 5— 9—1924	7:520$000	
1.492, de 19— 5—1925	406$451	
1.496, de 22— 5—1925	45:000$000	
1.499, de 30— 5—1925	200$000	
1.500, de 30— 5—1925	1.508$775	
1.517, de 30— 6—1925	680$000	585$051$937
		26.627:687$220

Secção da Contabilidade, 30 de Setembro de 1925.

Ulysses Ribeiro,
Director.

EXERCICIO DE 1925—1926

RECEITA ARRECADADA DE 1.º DE JULHO DE 1925 A 30 DE JUNHO DE 1926

Imposto de Exportação	25.439:751$717
Imposto de Transmissão..	2.041:999$475
Imposto de Sello..	45:036$970
Licenças estaduaes..	422:957$000
Venda de terras..	436:827$939
Alugueis e arrendamentos..	557:034$396
Venda de madeiras	20.184$220
Emolumentos..	25:805$190
Eventuaes..	1.309:435$545
..	30.399:032$452

EXERCICIO DE 1925—1926

DESPEZA

DISPENDIDO PELAS SEGUINTES RUBRICAS DO ORÇAMENTO:

REPRESENTAÇÃO DO ESTADO

Congresso Legislativo:

Subsidio dos deputados..	105:000$000	
Ajuda de custo dos mesmos..	25:000$000	
Pessoal do quadro..	34:800$000	
Expediente..	6:008$100	
Trabalhos stenographicos..	3:000$000	173:808$100
A transportar..		173:808$100

Transporte..		173:808$100

ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

Presidencia do Estado:

Subsidio do Presidente..	30:000$000	
Representação..	18:000$000	
Subsidio do Vice-Presidente	18:000$000	66:000$000

Secretaria da Presidencia:

Pessoal do quadro..	44:125$803	
Gratificação ao ajudante de ordens da Presidencia..	2:400$000	
Expediente..	37:673$300	
Chauffeur e serventes..	7:056$500	
Lanchas e automoveis	43:297$366	
Material	24:647$200	
Publicação de Mensagens	35:800$000	195:000$169

Secretaria do Interior:

Pessoal do quadro	548:605$057	
Expediente..	18:905$000	
Moveis	25:779$200	
Transportes	119:388$128	
Serventes..	9:947$647	
Despesas das Delegacias e Cadeias.. ..	29:519$000	
Manutenção dos detentos, loucos, indigentes e sentenciados..	252:141$508	
Livros e material	62:726$470	
Impressões	10:035$000	
Serviço eleitoral..	10:144$700	
Verba secreta	16:751$300	
Assistencia Publica..	40:174$600	
Serviços Extraordinarios	69:248$286	
Officinas da Penitenciaria..	31:055$090	
Lanchas e automoveis..	76:377$558	
A transportar..	1.320:798$544	434:808$269

Transporte..	1.320:798$544	434:808$269
Directoria de Hygiene:		
Apparelhos..	21:649$530	
Medicamentos e desinfectantes	21:592$130	
Hospital de Isolamento..	11:251$392	
Regimento Policial Militar:		
Pessoal	1.161:010$129	
Fardamento	203:413$800	
Equipamento..	20:197$400	
Armamento	5:455$980	
Forragem e ferragem	58$000	
Guarda Civil:		
Pessoal..	181:387$866	
Fardamento..	50:262$000	
Bibliotheca Publica..	6:975$000	3.004:051$771
Secretaria da Fazenda:		
Pessoal do quadro..	276:519$077	
Pessoal das Collectorias..	753:446$561	
Arrecadação por contractos..	283:703$630	
Expediente..	13:499$500	
Lancha da Fiscalisação..	16:547$800	
Livros e material..	53:061$900	
Moveis para a Repartição e Collectorias	19:067$300	
Serventes..	7:200$000	
Expediente da Delegacia do Thesouro e Collectorias	9:784$732	
Transportes..	14:333$900	
Serviços extraordinarios..	31:224$584	
Representação do Delegado do Thesouro, no Rio..	6:000$000	1.484:388$984
A transportar..		4.923:249$024

Transporte..		4.923:249$024
Secretaria da Agricultura, Terras e Obras:		
Pessoal do quadro..	203:650$895	
Expediente..	14:760$000	
Transportes..	48:702$095	
Livros e material	40:020$010	
Moveis..	4:240$000	
Acquisição de plantas, sementes e animaes	70:006$200	
Diarias e ajudas de custo..	50:490$250	
Custeio da Fazenda Maruhype..	30:327$110	
Serviços agricolas..	179:316$648	
Premios agricolas..	1:000$000	
Conservação de jardins..	10:841$500	
Exposição de productos inter-municipaes	64:945$014	
Serviço de Café e Algodão..	48:171$700	
Registro Territorial, Agricola e Pecuario	1:871$400	
Serviços extraordinarios..	52:243$121	
Immigração e Colonização..	169:335$050	
Serviço Semaphorico..	10:296$000	
Serviço de Fiscalisação..	3:513$000	1.003:729$093
Secretaria da Instrucção:		
Pessoal do quadro..	577:429$213	
Escolas Isoladas..	1.196:464$371	
Fiscalisação do Gymnasio	12:000$000	
Expediente..	18:540$000	
Moveis..	5:567$800	
Material escolar..	106:989$000	
Transportes..	22:345$800	
Livros e material	75:765$000	
Aluguel de casas para escolas	40:790$328	
Serventes..	31:221$979	
Festas escolares..	882$100	
Serviços estraordinarios	26:115$000	
Assistencia Dentaria..	10:423$500	2.124:534$091
A transportar..		8.051:513$108

Transporte..		8.051:513$106
Representação de 6:000$000 a cada Secretario de Estado..	33:709$677	33:709$677

MAGISTRATURA

Tribunal Superior de Justiça:

Pessoal do quadro..	151:264$344	
Expediente..	3:487$900	
Material..	8:274$000	

Juizados de Direito:

Pessoal do quadro	268:188$635	
Expediente..	2:400$000	
Material..	4:051$800	

Ministerio Publico:

Vencimentos do Procurador Geral.. ..	15:900$000	
Pessoal do quadro..	99:854$489	
Expediente..	2:011$032	
Material..	19:458$100	574:890$300

EMPREHENDIMENTOS GERAES

Melhoramentos da Capital e Obras do Porto..	3.000:000$000	
Estradas de rodagem e outras obras.. ..	2.321:767$835	
Conservação de estradas e edificios do Estado	183:033$768	
Telephones..	169:973$927	
Navegação do Rio Doce..	55:079$100	
Serviço de Prophylaxia..	236:776$000	
Estrada de Ferro Alfredo Chaves—Benevente..	349:410$994	
Estrada de Ferro Itapemirim..	301:758$664	
Estrada de Ferro São Matheus..	1.298:788$500	
Estrada de Ferro Bom Jesus — Calçado	33:449$842	
Estrada de Ferro Rio Doce..	298:093$182	8.248:131$812
A transportar..		16.908:244$897

Transporte		16.908:244$897

SUBVENÇÕES

Santa Casa da Capital	39:999$996	
Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim	9:999$998	
Asylo Deus, Christo e Caridade..	6:000$000	
Sociedade S. Vicente de Paulo..	2:400$000	
Associação das Senhoras de Caridade ..	3;600$000	
Collegio N. S. Auxiliadora..	24:000$000	
Orphanato Santa Luiza..	2:400$000	
Emprezas de Navegação..	23:376$000	
Gymnasio S. Vicente de Paulo..	12:000$000	
Gymnasio do Alegre..	8:400$000	
Collegio Italo-Brasileiro..	4:200$000	
Centro Espirito- Santense..	6:000$000	
Escolas primarias, municipaes e particulares..	62:557$358	
Asylo Coração de Jesus..	3:600$000	
Lyceu Philomatico	2:400$000	
Collegio N. S. da Penha (Alegre).. ..	3:000$000	213:993$352

CREDITO PUBLICO

Serviço da Divida Externa:

Juros do emprestimo de 1908 e commissões de frs. 802.995	401:497$500	
Juros, amortizações e commissões do emprestimo de 1919, frs. 1.699.495..	601:879$000	1.003:376$500

Serviço da Divida Interna:

Juros de apolices estaduaes..	393:570$400	
Juros de apolices de Orphãos..	$	
Divida de Exercicios anteriores..	250:502$913	644:073$313
A transportar..		18.769:688$062

Transporte..		18.769:688$062

DESPESAS DIVERSAS

Aposentadorias	321:389$685	
Pensões..	13:437$118	
Vantagens especiaes..	209:282$647	
Auxilio para diversões	15:950$000	
Propaganda do Estado..	77:023$000	
Gratificação *pro-tempore*..	21:410$151	
Addidos..	5:194$553	
Luz e telephones..	19:110$300	
"Diario da Manhã"	72:000$000	
Reforma de lanchas e automoveis	18:004$200	
Custas Judiciarias..	3:603$162	
Aluguel da Delegacia no Rio..	8:385$000	
Reforma de mobiliario..	14:791$300	
Questões de limites..	92:500$000	892:081$116
		19.661:709$178

EVENTUAES — Dispendido por esta verba no corrente exercicio.. .. .. 799:770$920

LEIS

Dispendido pelas seguintes:

Lei n.º 1.286, de 31—12—1920	4:240$000	
" " 1.362, de 16— 3—1923	6:000$000	
" " 1.456, de 9— 8—1924	39:237$000	
" " 1.460, de 12— 8—1924	20:000$000	
" " 1.452, de 13— 8—1924	39:833$576	
" " 1.493, de 22— 5—1925	1:950$000	
" " 1.496, de 22— 5—1925	35:000$000	
" " 1.498, de 22— 5—1925	8:062$000	
" " 1.499, de 30— 5—1925	17:506$634	
" " 1.505, de 27— 6—1925	18:000$000	
" " 1.507, de 27— 6—1925	4:134$612	
A transportar..	193:963$822	20.461:480$098

Transporte	193:963$822	20.461:480$098
Lei n.º 1.508, de 27— 6—1925	225$000	
" " 1.512, de 27— 6—1925	105:420$104	
" " 1.515, de 30— 6—1925	58:000$000	
" " 1.523, de 1— 7—1925	13:125$000	
" " 1.524, de 4— 7—1925	50:000$000	
" " 1.525, de 4— 7—1925	8:400$000	
" " 1.526, de 4— 7—1925	500:000	
" " 1.527, de 4— 7—1925	15:000$000	
" " 1.535, de 7— 7—1925	3:300$000	
" " 1.538, de 7— 7—1925	980$646	
" " 1.539, de 8— 7—1925	4:500$000	
" " 1.540, de 10— 7—1925	391$954	
" " 1.541, de 9— 7—1925	33:359$305	
" " 1.555, de 30— 6—1926	10:062$501	
" " 1.569, de 21— 7—1926	2.000:000$000	
" " 1.573, de 26— 7—1926	477:310$330	
" " 1.578, de 28— 7—1926	44:660$394	3.019:199$056
Dispendido com os *Serviços de Melhoramentos de Victoria*, conforme a lei n. 1529, de 4—7—1925, que autoriza o Executivo a dispender os saldos orçamentarios, verificados e por verificar..		8.159:945$301
		31.640:624$455

RECEITA

Pela arrecadação que se verificou no exercicio	30.399:032$452
Deficit verificado	1.241:592$003
	31.640:624$455

RESUMO

DESPESA:

Despesa bruta		31.640:624$455		
Despesa orçada.	20.549:767$900			
Eventuaes..	799:770$920			
Leis especiaes	3.019:199$056	24.368:737$876	7.271:886$579	
RECEITA:				
Receita arrecadada..		30.399:032$452		
Despesa demonstrada, conforme orçamento e leis..		24.368:737$876		6.030:294$576
Deficit verificado				1.241:592$003
			7.271:886$579	7.271:886$579
Differença entre a Despesa bruta 31.640:624$455 e a despesa demonstrada conforme orçamento e leis ..... 24.368:737$876..				7.271:886$579
Differença entre a Despesa orçada 20.549:767$900 e a que foi dispendida pelas rubricas do orçamento ..... 19.661:709$178..				888:058$722
Dispendido pela rubrica *Serviços de Melhoramentos de Victoria,, extra-orçamentos*, conforme a lei n. 1.529, de 4 de Julho de 1925..			8.159:945$301	
			8.159:945$301	8.159:945$301

Secção da Contabilidade, em 15 de fevereiro de 1927.

ULYSSES RIBEIRO,
Director.

Visto.
ALZIRO VIANNA,
Secretario da Fazenda.

RECEITA ORÇADA E ARRECADADA

EXERCICIO DE 1926—1927

Para o exercicio de 1926—1927, orçou a lei n. 1.546, de 26 de Junho de 1926, a seguinte receita:

TITULO I

Imposto de exportação..	22.650:000$000	
Imposto de transmissão	2.000:000$000	
Imposto de sello..	37:000$000	
Licenças estaduaes..	370:000$000	25.057:000$000

TITULO II

Vendas de terras..	615:000$000	
Alugueis e arrendamentos..	545:000$000	
Vendas de madeiras..	22:000$000	1.182:000$000

TITULO III

Emolumentos..	27:000$000	27:000$000

TITULO IV

Divida Activa	14:000$000	
Eventuaes..	$	14:000$000
		26.280:000$000

A arrecadação total do exercicio foi a que se segue:

Imposto de exportação..	22.534:034$116	
Imposto de transmissão	1.831:649$072	
Imposto de sello..	49:953$816	
Licenças estadoaes..	440:832$200	
Vendas de terras..	372:432$773	
Alugueis e arrendamentos	209:059$021	
Venda de madeiras..	8:054$200	
Emolumentos..	20:378$050	
Divida Activa	$	
Eventuaes..	2.119:089$804	27.585:483$052
		27.585:483$052

Despeza effectuada no exercicio de 1.º de Julho de 1926 a 30 de Junho de 1927, comprehendendo o trimestre addicional, encerrado em 30 de Setembro de 1927

REPRESENTAÇÃO DO ESTADO

Congresso Legislativo:

Subsidio dos Deputados	106:200$000	
Ajuda de custo dos mesmos	25:000$000	
Pessoal do quadro	34:500$000	
Expediente	11:140$600	
Trabalhos stenographicos	6:000$000	182:840$600

ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

Presidencia do Estado:

Subsidio do Presidente do Estado	30:000$000	
Representação	18:000$000	
Subsidio do Vice-Presidente do Estado	18:000$000	66:000$000

Secretaria da Presidencia:

Pessoal do quadro	45:999$000	
Gratificação ao Ajudante de Ordens	2:400$000	
Expediente	40:836$300	
Chauffeur e Serventes	12:680$000	
Lanchas e Automoveis	40:124$100	
Material	28:751$400	
Publicação de Mensagens	21:500$000	
Representação do Secretario	6:999$999	
Transportes	43:841$650	242:433$448

Secretaria do Interior:

Pessoal do quadro	645:776$617	
Expediente	31:726$000	
Moveis	23:623$500	
Transportes	226:830$358	
Serventes	14:556$085	
Serviços extraordinarios	150:147$108	
Reorganização do Archivo Publico, da Bibliotheca e Acquisição de Livros	101:789$940	
Livros e Material	100:161$340	
Impressões	7:689$500	
Serviço Eleitoral	123:847$400	
Verba Secreta	39:209$000	
Assistencia Publica	9:515$380	
Manutenção de loucos e indigentes	107:092$417	
Officinas da Penitenciaria	21:811$280	
Lanchas e automoveis	58:006$333	

Repartição Central de Policia:

Delegacias e Cadeias	33:366$719	
Manutenção de Detentos e Sentenciados	215:075$618	
Pessoal da Guarda Civil	230:573$511	
Fardamento e Equipamento da Guarda Civil	54:396$000	

Regimento Policial Militar:

Pessoal	1.324:285$188	
Fardamento e Equipamento	221:639$600	
Material	42:072$142	

Directoria de Hygiene:

Medicamentos e Desinfectantes	76:285$120	
Apparelhos	18:674$200	
Hospital de Isolamento	42:092$000	
Saneamento de terrenos	42:244$875	
Representação do Secretario	6:000$000	3.968:521$111

Secretaria da Fazenda:

Pessoal do quadro	333:784$328	
Pessoal das Collectorias	869:803$356	
Arrecadação por contractos	238:554$182	
Expediente	13:200$000	
Lancha da Fiscalisação	20:581$920	
Livros e Material	61:191$970	
Moveis para a Repartição e Collectorias	19:489$900	
Serventes	10:550$000	
Expediente da Delegacia do Thesouro e Collectorias	10:522$819	
Transportes	52:407$180	
Serviços Extraordinarios	44:616$858	
Representação do Secretario	6:000$000	
Representação do Delegado do Thesouro	6:000$000	1.686:704$513
A transportar		6.146:499$672

Transporte..		6.146:199$072
Secretaria da Agricultura:		
Pessoal do quadro..	209:317$259	
Expediente..	19:261$100	
Transportes..	231:270$730	
Livros e Material..	34:370$430	
Moveis..	7:996$000	
Acquisição de Plantas, Sementes e Animaes	33:515$160	
Diarias e Ajudas de Custo..	77:398$226	
Serviços Agricolas e de Veterinaria..	83:042$835	
Conservação de Jardins	7:785$000	
Premios Agricolas..	$	
Exposição Estadoal de Victoria..	145:295$228	
Serviço de Café e Algodão..	105:556$188	
Pessoal Extranumerario..	165:732$707	
Serviços Extraordinarios..	182:430$477	
Immigração e Colonização..	12:629$000	
Serviço Semaphorico..	9:993$000	
Serviço de Fiscalização..	21:188$800	
Serviço Telephonico..	126:744$542	
Navegação do Rio Doce..	103:831$342	
Representação do Secretario	6:000$000	1.683:381$104
Secretaria da Instrucção:		
Pessoal do quadro..	625:681$133	
Escolas Isoladas..	1.587:146$245	
Fiscalisação do Gymnasio..	12:000$000	
Expediente..	22:560$000	
Moveis	13:034$000	
Mobiliario Escolar	277:441$000	
Livros e Material..	296:834$986	
Transportes..	63:983$560	
Aluguel de casas para Escolas..	73:866$225	
Serventes..	61:234$187	
Festas Escolares..	9:338$200	
Serviços Extraordinarios..	50:400$118	
Assistencia Dentaria..	10:729$200	
Representação do Secretario..	5:999$999	3.111:055$653
MAGISTRATURA		
Tribunal Superior de Justiça:		
Pessoal do quadro..	163:543$547	
Expediente..	3:900$000	
Material..	12:393$300	
Juizados de Direito:		
Pessoal do quadro..	272:788$357	
Expediente..	2:000$000	
Material..	1.572$000	
Ministerio Publico:		
Vencimentos do Procurador Geral	18:000$000	
Pessoal do quadro..	95:932$490	
Expediente..	2:400$000	
Material	6:302$500	
Serviços Extraordinarios..	3:200$000	582:032$191
EMPREHENDIMENTOS GERAES		
Melhoramentos da Capital..	3.754:896$164	
Obras do Porto..	3.574:390$815	
Construcção e Conservação de Estradas de Rodagem..	1.779:397$862	
Conservação de Edificios Publicos..	157:846$617	
Construcção de Cadeias..	15:905$690	
Construcção de Predios Escolares..	254:185$085	
Construcção de Pontes..	262:856$923	
Estrada de Ferro do Littoral (comprehendendo E. F. Itapemirim)..	2.259:855$956	
Estrada de Ferro São Matheus..	904:241$324	
Estrada de Ferro Rio Doce..	759:968$101	
Estrada de Ferro Alfredo Chaves-Benevente..	383:940$319	
Estrada de Ferro Bom Jesus-Calçado..	75:941$415	
Serviços Reunidos de Victoria..	2.190:629$745	16.314:056$016
SUBVENÇÕES		
Santa Casa de Misericordia..	39:999$996	
Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim..	9:999$994	
Asylo Deus Christo e Caridade..	6:000$000	
Sociedade São Vicente de Paulo..	2:400$000	
Associação das Senhoras de Caridade..	3:600$000	
Collegio Nossa Senhora Auxiliadora..	24:000$000	
Orphanato Santa Luiza	2:400$000	
Emprezas de Navegação..	10:800$000	
Gymnasio S. Vicente de Paulo..	12:000$000	
Collegio Italo-Brasileiro..	2:400$000	
A transportar..	113:299$990	27.737:024$539

Transporte..	113:299$990	27:737:024$839
Instituto Anchieta..	6:300$000	
Centro Espirito Santense..	6:000$000	
Escolas Primarias Municipaes e Particulares..	74:101$926	
Asylo Coração de Jesus..	3:600$000	
Lyceu Philomatico..	2:400$000	
Collegio N. S. da Penha de Alegre..	3:600$000	
Gymnasio do Alegre..	7:700$000	
Instituto Historico e Geographico do Espirito Santo..	12:000$000	229:001$916
CREDITO PUBLICO		
Serviço da Divida Externa:		
Juros do Emprestimo de 1908 e commissões (frs.802.995)..	401:497$500	
Juros, amortisações e commissões do Emprestimo de 1919 (frs. 1.677.748)..	589:763$400	991:260$900
Serviço da Divida Interna:		
Juros de Apolices Estaduaes..	383:810$000	
Juros de Depositos de Orphãos..	1:568$151	
Divida de Exercicios Anteriores..	489:753$913	875:132$064
DESPEZAS DIVERSAS		
Aposentadorias..	497:328$543	
Pensões..	13:549$989	
Vantagens Especiaes..	529:362$842	
Auxilio para Diversões..	26:300$000	
Propaganda do Estado..	218:679$000	
Gratificação Pro-Tempore	20:469$401	
Addidos..	2:593$333	
Luz e Telephones..	18:000$000	
Diario da Manhã..	72:000$000	
Serviço de Prophylaxia Rural e Molestias Venereas..	162:314$116	
Aluguel da Delegacia no Rio..	12:000$000	
Reforma de Lanchas e Automoveis..	19:126$900	
Custas Judiciarias..	14:813$680	
Reforma de Mobiliario..	4:869$000	
Questões de Limites..	27:000$000	
Eventuaes..	820:981$777	2.459:388$581
LEIS		
1.262 — de 16—3—1923..	3:000$000	
1.456 — de 11—8—1924..	121:233$250	
1.527 — de 4—7—1925..	80:000$000	
1.549 — de 28—6—1926..	50:000$000	
1.553 — de 30—6—1926..	4:650$000	
1.555 — de 30—6—1926..	1:300$000	
1.560 — de 3—7—1926..	58:125$000	
1.562 — de 10—7—1926..	22:354$838	
1.565 — de 13—7—1926..	30:000$000	
1.566 — de 13—7—1926..	6:000$000	
1.572 — de 22—7—1926..	45:533$580	
1.575 — de 29—7—1926..	3:400$000	
1.581 — de 2—8—1926..	13:125$000	
1.587 — de 5—8—1926..	17:170$000	
1.589 — de 6—8—1926..	7:334$676	
1.617 — de 9—7—1927..	37:500$000	500:726$344
TOTAL — Rs.		32.792:534$644

Secção de Contabilidade, 30 de Setembro de 1927.

VISTO.

Ulysses Ribeiro,
Director da Contabilidade

Alziro Vianna,
Secretario da Fazenda

RECEITA ARRECADADA NO PRIMEIRO SEMESTRE DO EXERCICIO DE 1927 A 1928

A receita orçada foi de 29.100:000$000.

Conseguiu o Thesouro arrecadar, no primeiro semestre, a importancia de rs. 18.185:825$212, assim discriminada:

TITULO I

Imposto de exportação..	16.009:401$948	
Imposto de transmissão	1.028:737$199	
Imposto de sello..	27:140$373	
Licenças estaduaes..	216:955$300	17.282:234$820

TITULO II

Vendas de terras	254:098$124	
Alugueis e arrendamentos..	76:019$962	
Venda de madeiras..	5:150$200	335:268$286

TITULO III

Emolumentos..	11:476$266	11:476$266

TITULO IV

Divida Activa..	$	
Eventuaes	556:845$840	556:845$840
		18.185:825$212

DESPESA

A despesa para o actual exercicio foi fixada em 28.869:384$000, pela lei n. 1.605, de 25 de Junho de 1927, conforme os titulos que se seguem:

Demonstração da despeza effectuada no 1.º semestre do exercicio de 1927 - 1928
(1.º de Julho a 31 de Dezembro de 1927)

REPRESENTAÇÃO DO ESTADO

Congresso Legislativo:

Subsidio dos Deputados	.....	
Ajuda de Custo dos mesmos	.....	
Pessoal do quadro	17:400$000	
Expediente	560$000	
Acquisição de Livros	4:000$000	
Trabalhos Stenographicos	6:000$000	27:960$000

ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

Presidencia do Estado:

Subsidio do Presidente do Estado	15:000$000	
Representação	9:000$000	
Subsidio do Vice-Presidente do Estado	9:000$000	33:000$000

Secretaria da Presidencia:

Pessoal do quadro	24:600$000	
Representação do Secretario	3:600$000	
Gratificação do Ajudante de Ordens	1:200$000	
Expediente	37:349$250	
Chauffeur e Serventes	12:199$980	
Lancha e Automoveis	19:773$740	
Material	23:501$600	
Publicação de Mensagens	.....	122:127$570

Secretaria do Interior:

Pessoal do quadro	338:335$325	
Representação do Secretario	3:000$000	
Expediente	14:201$700	
Moveis	2:066$410	
Transportes	103:470$790	
Serventes	11:485$171	
Serviços Extraordinarios	119:468$279	
Livros e Material	15:323$700	
Impressões	11:920$800	
Serviço Eleitoral	7:110$500	
Verba Secreta	14:627$000	
Manutenção de Loucos e Indigentes	49:295$842	

Repartição Central de Policia:

Delegacias e Cadeias	12:603$300	
Manutenção de Detentos	59:130$700	
Pessoal da Guarda Civil	142:998$864	
Fardamento e Equipamento da Guarda Civil	9:545$000	
Lanchas e Automoveis	19:784$599	

Regimento Policial Militar:

Pessoal	573:850$222	
Diarias e Vantagens	52:771$228	
Etapas	422:840$000	
Fardamento e Equipamento	97:582$900	
Material	21:436$010	

Directoria de Hygiene:

Medicamentos e Desinfectantes	16:953$150	
Apparelhos	15:598$700	
Hospital de Isolamento	31:524$212	
Alugueis de Casas	400$000	
Fardamento dos Guardas	15:085$500	
Lanchas e Automoveis	13:657$653	

Penitenciaria:

Manutenção de Sentenciados	36:052$650	
Material para as Officinas	7:504$900	
Lancha	3:120$000	

Bibliotheca:

Acquisição de Livros	3:328$000	
Reorganização do Archivo	7:452$189	

Junta Commercial:

Livros e Material	.....	2.255:468$324
A transportar		2.438:575$894

Demonstração da despeza effectuada no 1.º semestre do exercicio de 1927 - 1928
(1.º de Julho a 31 de Dezembro de 1927)

REPRESENTAÇÃO DO ESTADO

Congresso Legislativo:

Subsidio dos Deputados	.....	
Ajuda de Custo dos mesmos	.....	
Pessoal do quadro	17:100$000	
Expediente	580$000	
Acquisição de Livros	1:000$000	
Trabalhos Stenographicos	6:000$000	27:080$000

ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

Presidencia do Estado:

Subsidio do Presidente do Estado	15:000$000	
Representação	9:000$000	
Subsidio do Vice-Presidente do Estado	9:000$000	33:000$000

Secretaria da Presidencia:

Pessoal do quadro	21:600$000	
Representação do Secretario	3:500$000	
Gratificação do Ajudante de Ordens	1:200$000	
Expediente	37:349$250	
Chauffeur e Serventes	12:199$980	
Lancha e Automoveis	19:773$740	
Material	23:601$600	
Publicação de Mensagens	.....	122:127$570

Secretaria do Interior:

Pessoal do quadro	338:335$325	
Representação do Secretario	3:000$000	
Expediente	14:201$700	
Moveis	2:060$410	
Transportes	103:470$790	
Serventes	11:485$171	
Serviços Extraordinarios	119:468$279	
Livros e Material	15:323$700	
Impressões	11:920$800	
Serviço Eleitoral	7:110$500	
Verba Secreta	14:627$000	
Manutenção de Loucos e Indigentes	49:295$812	

Repartição Central de Policia:

Delegacias e Cadeias	12:603$300	
Manutenção de Detentos	59:130$700	
Pessoal da Guarda Civil	142:998$864	
Fardamento e Equipamento da Guarda Civil	9:515$000	
Lanchas e Automoveis	19:781$509	

Regimento Policial Militar:

Pessoal	573:850$222	
Diarias e Vantagens	52:771$228	
Etapas	422:840$000	
Fardamento e Equipamento	97:582$900	
Material	21:435$040	

Directoria de Hygiene:

Medicamentos e Desinfectantes	18:953$150	
Apparelhos	15:598$700	
Hospital de Isolamento	31:524$212	
Alugueis de Casas	400$000	
Fardamento dos Guardas	15:085$500	
Lanchas e Automoveis	13:657$053	

Penitenciaria:

Manutenção de Sentenciados	36:052$650	
Material para as Officinas	7:501$900	
Lancha	3:120$000	

Bibliotheca:

Acquisição de Livros	3:328$000	
Reorganização do Archivo	7:452$189	

Junta Commercial:

Livros e Material	.....	2.255:468$324
A transportar		2.438:575$894

Transporte..		2.438:575$894
Secretaria da Fazenda:		
Pessoal do quadro..	153:772$575	
Representação do Secretario	3:000$000	
Representação do Delegado do Thesouro, no Rio..	3:000$000	
Porcentagens do Pessoal das Collectorias..	553:010$329	
Arrecadação por Contractos..	145:767$188	
Expediente..	15:031$015	
Lancha de Fiscalisação..	6:883$166	
Livros, Material e Mobiliario..	51:202$970	
Serventes..	4:800$000	
Serviços Extraordinarios..	59:952$831	997:050$405
Secretaria da Agricultura:		
Pessoal do quadro..	99:585$000	
Representação do Secretario..	3:000$000	
Diarias e Ajudas de Custo..	35:702$300	
Pessoal Extranumerario..	110:856$000	
Expediente	12:300$000	
Transportes..	110:907$900	
Livros e Material..	81:208$050	
Moveis..	.....	
Acquisição de Plantas, Sementes e Animaes..	28:828$100	
Mappa do Estado..	3:000$000	
Immigração e Colonização..	7:028$600	
Navegação do Rio Doce..	33:529$000	
Construcção e Conservação de Estradas de Rodagem..	773:517$861	
Construcção e Conservação de Edificios Publicos..	151:182$332	
Construcção e Conservação de Pontes..	30:566$360	
Construcção e Conservação de Jardins..	3:000$000	
Serviços Agricolas e de Veterinaria..	49:261$576	
Serviço de Café e Algodão..	29:531$872	
Serviço Telephonico..	44:857$164	
Serviço Meteorologico..	5:860$272	
Serviço Semaphorico	4:850$000	
Serviço de Fiscalização..	23:291$220	
Serviços Extraordinarios..	240:396$521	1.886:258$731
Secretaria da Instrucção:		
Pessoal do quadro..	366:349$874	
Representação do Secretario..	2:500$000	
Escolas Isoladas..	887:191$538	
Fiscalisação do Gymnasio..	6:000$000	
Assistencia Dentaria..	6:000$000	
Expediente..	12:230$000	
Livros, Mobiliario, Material Pedagogico e de Expediente..	384:777$516	
Transportes de Material e Passagens..	67:778$900	
Festas Escolares..	20:812$500	
Serventes..	37:929$354	
Aluguel de Casas para Escolas..	49:398$000	
Serviços Extraordinarios..	36:272$115	1.885:239$797
MAGISTRATURA		
Tribunal Superior de Justiça:		
Pessoal do quadro..	83:750$000	
Expediente..	999$300	
Livros e Material..	8:963$000	
Automovel e Chauffeur..	4:400$000	
Juizados de Direito:		
Pessoal do quadro..	129:132$666	
Forum de Victoria:		
Expediente..	1:200$000	
Material..	521$500	229:966$166
MINISTERIO PUBLICO		
Pessoal do quadro..	54:479$644	
Representação do Procurador Geral..	2:919$358	
Expediente..	1:800$000	
Material..	7:491$000	
Serviços Extraordinarios..	2:866$665	69:559$667
EMPREHENDIMENTOS GERAES		
Melhoramentos da Capital..	526:795$230	
Obras do Porto..	2.978:877$532	
Estrada de Ferro São Matheus..	370:749$416	
Estrada de Ferro Alfredo Chaves—Benevente..	100:034$797	
Estrada de Ferro Rio Doce e Ponte..	1.079:547$320	
Estrada de Ferro Litteral e Itapemirim..	1.659:779$121	6.715:783$616
A transportar..		14.221:134$576

Transporte..		14.221:434$576
SUBVENÇÕES		
Santa Casa de Misericordia da Capital..	16:666$666	
Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim	10:000$000	
Asylo Deus, Christo e Caridade..	2:000$000	
Sociedade de São Vicente de Paulo..	1:000$000	
Associação das Senhoras de Caridade..	600$000	
Collegio Nossa Senhora Auxiliadora..	8:000$000	
Orphanato Santa Luiza..	1:000$000	
Asylo Coração de Jesus..	1:200$000	
Collegio Nossa Senhora da Penha de Alegre..	.....	
Gymnasio do Alegre..	1:400$000	
Gymnasio São Vicente de Paulo..	5:000$000	
Collegio Italo Brasileiro..	.....	
Externato Julia Penna..	2:000$000	
Escolas Primarias, Municipaes e Particulares..	37:260$000	
Instituto Historico e Geographico do Espirito Santo	5:000$000	
Centro Espirito Santense..	1:000$000	
Emprezas de Navegação.	3:500$000	95:626$666
CREDITO PUBLICO		
Serviço da Divida Externa:		
Juros do Emprestimo de 1908 e commissões (Frs. 802.995)..	.....	
Juros e Amortisações do Emprestimo de 1919 (Frs. 1.646.829)..	.....	
Serviço da Divida Interna:		
Juros de Apolices Estaduaes..	.....	
Juros de Depositos de Orphãos..	.....	
Divida de Exercicios Anteriores..	1.026:933$055	1.026:933$055
DESPEZAS DIVERSAS		
Aposentadorias..	231:091$267	
Auxilios e Pensões..	15:260$016	
Vantagens Especiaes	204:732$069	
Propaganda do Estado..	161:822$000	
Gratificações Pro-Tempore..	9:201$612	
Luz e Telephones..	4:765$000	
"Diario da Manhã"..	44:000$000	
Aluguel da Delegacia no Rio..	4:200$000	
Aluguel da Escola de Aprendizes Artifices..	.....	
Reforma de Lanchas e Automoveis..	10:026$000	
Auxilio para Diversões..	16:050$000	
Custas Judiciarias..	16:995$590	
Reforma de Mobiliario..	.....	
Questões de Limites..	22:121$120	
Serviço de Prophylaxia da Molestias Venereas..	33:540$000	
Eventuaes..	291:867$742	1.065:675$716
LEIS		
1.362 de 16—3—1923..	3:000$000	
1.527 de 4—7—1923..	40:000$000	
1.579 de 30—6—1926..	881:808$373	
1.611 de 1—7—1927..	49:004$095	
1.612 de 5—7—1927..	15:898$385	
1.616 de 5—7—1927..	1:200$000	
1.617 de 9—7—1927..	20:625$000	
1.619 de 18—7—1927..	95:000$000	
1.621 de 2—8—1927..	2:400$000	
1.622 de 2—8—1927..	33:540$000	
1.624 de 9—8—1927..	450$000	
1.625 de 9—8—1927..	500$000	
1.626 de 12—8—1927..	1:573$068	
1.628 de 13—8—1927..	6:276$484	
1.634 de 24—8—1927..	25:455$662	
1.635 de 26—8—1927..	1:370$000	
1.636 de 27—8—1927..	82:250$000	
1.638 de 30—8—1927..	900$000	
1.639 de 30—8—1927..	461:441$205	
1.640 de 31—8—1927..	40:428$387	
1.641 de 19—9—1927..	9:550$000	
1.642 de 24—9—1927..	653$647	
1.643 de 24—9—1927..	2:310$000	
1.645 de 26—9—1927..	1:120$000	
1.646 de 26—9—1927..	2:400$000	
1.654 de 6—10—1927..	53:869$513	1.818:680$809
TOTAL — Rs.		18.228:350$831

Secção de Contabilidade, 31 de Dezembro de 1927.

VISTO.

Ulysses Ribeiro,
Director da Contabilidade

Alziro Vianna,
Secretario da Fazenda.

Segue abaixo outro quadro, demonstrando o café espirito-santense sahido pelo nosso porto e transportado para o Rio, pela Leopoldina, durante o anno passado, com o respectivo valor official:

MEZES	Porto de Victoria		Leopoldina Railway		TOTAL	
	Saccos	Valor official	Saccos	Valor official	Saccos	Valor official
Janeiro. . .	53.303	8.139:000$000	24.895	3.286:000$000	78.198	11.425:000$000
Fevereiro . .	33.251	5.070:000$000	16.500	2.178:000$000	49.751	7.248:000$000
Março. . . .	29.814	4.906:000$000	9.552	1.201:000$000	39.366	6.107:000$000
Abril. . . .	33.970	5.355:000$000	3.734	493:000$000	37.704	5.848:000$000
Maio	51.660	7.542:000$000	15.238	2.010:000$000	66.898	9.552:000$000
Junho. . . .	65.966	8.716:000$000	51.236	6.842:000$000	117.302	15.559:000$000
Julho. . . .	79.105	10.709:000$000	37.939	5.008:000$000	117.134	15.777:000$000
Agosto . . .	111.416	15.082:000$000	47.511	6.271:000$000	158.927	21.353:000$000
Setembro . .	87.601	11.311:000$000	54.377	7.178:000$000	141.978	18.489:000$000
Outubro. . .	117.532	15.866:000$000	65.858	8.693:000$000	183.390	24.559:000$000
Novembro. .	121.743	16.745:000$000	63.815	8.424:000$000	185.558	25.169:000$000
Dezembro. .	98.666	13.348:000$000	72.123	9.520:000$000	170.789	22.868:000$000
TOTAL. .	884.117	122.849:000$000	463.378	61.164:000$000	1.347.495	184.013:000$000

SERVIÇO DE DEFESA DO CAFE'

Diz o Sr. Secretario da Fazenda:

"Pela sua importancia como factor economico, é o café um producto que não deve estar desamparado do apoio official.

As grandes especulações de alta e baixa, que constituem o jogo de Bolsa nas praças importantes, apenas se attenuam, em seus effei-

tos, pela acção vigilante e energica dos governos, que, em dado momento, intervêm no mercado para conter as manobras.

Já assistimos á queda soffrida pelo commercio de borracha, no norte do paiz, por falta de um apparelho de protecção do producto.

O café, que sustém a nossa grandeza, não podia ficar á mercê das negociações de Bolsa, sem a decisiva assistencia official, e assim varias vezes se têm congregado esforços no sentido de dotar com um mechanismo de defesa o nosso principal mercado.

O convenio de Taubaté, a valorização no Governo Epitacio, para falar só dos mais importantes, são episodios conhecidos de quantos estudam ou acompanham o que podemos chamar a politica do café.

Ultimamente, porém, com o incremento da cultura caféeira nas Republicas centraes e o augmento da nossa producção, mais accentuada se apresentou a necessidade de um apparelho permanente de defesa do nosso ouro negro.

Coube a leadernça do movimento ao Estado de São Paulo, por intermedio do seu Instituto de Café, que é uma organização modelar a que tive opportunidade de me referir no meu Relatorio de 1925.

O Instituto convocou para Maio do anno findo uma reunião dos Estados interessados no problema, realizando-se essa conferencia em sua séde na Capital paulista.

O Convenio então assignado ficou sendo provisorio, mas todas as suas medidas foram ratificadas, com pequenas modificações, pelo Convenio de Setembro, que foi uma assembléa memoravel a que compareceram sete Estados brasileiros.

Este Serviço, creado pela lei n. 1.616, de 5 de Julho do anno proximo terminado, foi uma resultante dos compromissos assumidos pelo Estado na assembléa de Maio.

Nesse Congresso, ficou assentado o criterio da limitação dos embarques e, consequentemente, da retenção proporcional dos stocks, sendo desprezado o antigo criterio dos duodecimos.

Com os elementos de estatistica que reuni e a que fiz menção no meu ultimo Relatorio, pleiteei para o nosso Estado uma quota que nos permittisse attender ás necessidades do mercado.

Distribuida para o porto de Victoria a quota mensal de setenta e nove mil saccos da producção espirito-santense e vinte e um mil saccos da producção mineira e cabendo sobre o stock mensal da praça do Rio a porcentagem de 13 %, — convoquei no meu regresso uma

reunião dos exportadores, banqueiros e commerciantes, afim de communicar os resultados do Convenio e assentar as novas directrizes do commercio de café.

Houve a principio, como sempre acontece em taes casos aliás, um certo clamor, não da parte dos verdadeiros interessados, mas de intermediarios ou mesmo de pequenos lavradores que não conheciam o plano adoptado exactamente para protegel-os das continuas oscillações e arruinadoras baixas.

Ficou organizado o Serviço de Defesa do Café, instituimos para custeal-o a menor taxa ouro que vigora nos Estados caféeiros, contractámos com o Banco do Espirito Santo, de accôrdo com a lei n. 1.616, mencionada, e o decreto n. 8.273, de 20 de Julho do anno findo, a execução do serviço, ficando desse modo perfeitamente normalizada a situação advinda das obrigações do Convenio.

Foi assim que, em Setembro, quando o Estado se fez representar nao reunião para o Convenio definitivo, já estava em pleno funccionamento a nossa organização.

Nesta assembléa, conseguimos obter o augmento da quota de exportação para Victoria, que passou a ser de 150.000 saccos mensaes, sendo 110.000 do nosso café e 40.000 do mineiro, sendo reduzida de 1 ¼ % a nossa porcentagem sobre o stock mensal do Rio.

Essa solução veiu melhorar a situação da nossa praça, pois com a diminuição das entradas no Rio e o augmento da quota de embarques aqui, realizámos a drenagem dos cafés do sul, em grande parte, para a Capital.

Tambem o financiamento e a retenção foram estudados e resolvidos da maneira mais intelligente, como se vê da acta do Convenio, approvada em tempo opportuno pelo Congresso Legislativo e na mesma occasião publicada pelo jornal official.

O exito da frente unica na defesa do café está comprovado não só pela propria marcha dos negocios como ainda pelas declarações feitas pelos mais autorizados conhecedores do assumpto, nos Estados Unidos, de que o nosso paiz está inteiramente senhor do mercado mundial daquelle producto.

Em todo o caso, releva notar que o nosso apparelhamento, quanto ao commercio do café, ainda exige aperfeiçoamentos, entre os

quaes avulta o serviço de Bolsa e a installação de uma Caixa Registradora, para as operações a termo.

Ainda ha pouco tempo, quando os nossos cafés foram apontados como determinadores de uma ligeira baixa verificada nas offertas de Nova York, tive opportunidade de salientar, em officio que dirigi ao Presidente do Instituto de Café, que era impossivel evitarmos essas occurrencias, dada a situação de dependencia em que se encontra o nosso mercado em relação ao do Rio.

Para ficar em nossas mãos o contrôle dos negocios de café, quer a respeito das transacções, quer sobre os preços pelo typo do producto, estamos cuidando de regulamentar a lei n. 1.297, de 21 de Dezembro de 1927, que creou a Bolsa de Mercadorias, devendo asim entrar esse serviço em execução dentro de breve prazo.

Para as vendas a termo, são indispensaveis as Caixas Registradoras instituidas por lei federal, que facultou a sua organização a qualquer entidade.

Dadas, porém, as condições da nossa praça, que só agora vae ter o serviço de Bolsa, julgo conveniente que seja estabelecida uma Caixa Registradora official ou semi-official."

A ARRECADAÇÃO DA TAXA OURO

Diz ainda o Sr. Secretario da Fazenda:

"A taxa de $500 ouro por sacco de café, creada pela lei n. 1.616, de 5 de Julho do anno passado, para attender ao custeio do serviço de Defesa do Café e que entrou em vigor no dia 7 de Agosto do mesmo anno, produziu até 31 de Dezembro ultimo a importancia de rs. 1.752:194$765, como se vê do quadro que transcrevemos abaixo.

A despesa que correu por essa verba attingiu á somma de rs. 717:880$249, estando incluida nessa cifra a quantia de cento e dois contos novecentos e doze mil réis (102:912$000), recentemente paga ao Instituto de Café do Estado de São Paulo, relativa á quota de propaganda no trimestre de Setembro a Novembro do anno findo.

Pelos Armazens Reguladores — Victoria — passaram até 31 de Dezembro ultimo 153.529 saccos de café e pelos Armazens Reguladores — Rio, no mesmo periodo, 93.867 saccos.

—— Por occasião do ultimo Convenio de São Paulo, foi alvitrada e discutida a conveniencia de se uniformizar, em todos os Estados caféeiros, a taxa ouro de rs. 1$000 por sacco para a defesa do café.

Realmente, para manter um apparelhamento completo como o que iremos organizar, não é sufficiente uma taxa inferior a mil réis ouro.

Segue o quadro referente á arrecadação da taxa de quinhentos réis ouro dentro do periodo de 7 de Agosto a 31 de Dezembro do anno transacto, discriminando a cobranga feita mensalmente em cada posto:

MEZES	SECRETARIA DA FAZENDA	POSTO FISCAL	LEOPOLDINA RAILWAY	COLLECTORIAS	TOTAL DA ARRECADAÇÃO MENSAL
Agosto.	91:837$555	5:096$460	44:604$700	5:434$540	147:573$255
Setembro	162:824$970	38:864$050	114:125$800	18:812$190	334:627$010
Outubro	243:862$290	16:016$900	157:824$270	22:520$340	440:223$800
Novembro	222:952$800	61:458$300	130:883$400	17:225$000	432:519$500
Dezembro.	171:727$800	55:690$200	155:740$300	14:173$900	397:242$200
TOTAL. . . .	893:205$415	177:635$910	603:178$478	78:174$970	1.752:194$765

FINANCIAMENTO DO CAFE' RETIDO

Pela disctribuição das quotas de exportação destinadas ao Porto de Victoria, a retenção feita neste porto não tem excedido a 110.000 saccos e para isso os exportadores e os bancos locaes têm servido aos productores sem interferencia do Governo.

Quanto á exportação pelo porto do Rio de Janeiro, houve necessidade de reter mais de 200.000 saccos. Durante muitos mezes a firma Vivacqua, Irmãos & Cia., encarregada dos armazens reguladores, fez com os seus proprios recursos e o seu credito bancario os supprimentos que se foram tornando necessarios aos productores, mediante warrantagem do café, conforme ajuste com seus posuidores. Em 11 de Novembro de 1927, tornando-se muito elevada a quantia por ella empregada nessas operações, excedendo a seis mil contos, teve ella necessidade de um reforço de credito junto ao Banco Italo Belga, que o Governo deu, primeiro para mil contos e depois, em 17 de Janeiro ultimo, para mais 60.000 libras esterlinas. Esse reforço, dado por um contracto com aquelle banco, tem um effeito puramente nominativo, visto que a garantia é a do proprio café warrantado. Em 3 de Abril ultimo, tornando-se onerosa a retenção, visto que a firma pagava os impostos e o frete do café retido, logo ao retiral-o das estações ou trapiches, precisou que o Governo lhe facilitasse, com responsabilidade directa do Estado o emprestimo de 3.000 contos, garantido por contracto com a mesma firma, pelo proprio café retido, como despesas diversas de frete, carreto e outras que o oneram e que têm a preferencia obrigatoria de pagamento.

Por essa forma está quasi terminada a safra de 1927 com uma retenção de café visivel, de 300.000 saccos, sem sacrificio directo do Thesouro, que tem recebido até os impostos de exportação do que tem sido destinado ao Rio.

Garantido com o proprio café, como está o Governo e tendo como responsavel directo uma firma conceituada, de amplos recursos, considero felizmente vencida por nós essa primeira quadra de encargos provenientes do convenio do café, medida sabia que vem produzindo bom resultado.

EMPRESTIMOS TOMADOS COM O BANCO ITALO-BELGA

Com o proposito firme de resgatar o emprestimo de 1908, pelos motivos já expostos, não só empreguei na compra de francos grande

parte do saldo orçamentario de 1924, como fechei contractos de cambio para a compra de francos logo que elle desceu a 300 réis, para avultadas parcellas, pois que o resgate exigia perto de quarenta milhões. Durante certo periodo o cambio francez continuou a peorar e fui tomando mais cambiaes, ao mesmo tempo que era obrigado a cobrir as differenças para menos em relação ao preço das que eu havia tomado. Empreguei desse modo sommas importantes, que retirei da receita, difficultando de modo bem apreciavel a execução das obras diversas por mim iniciadas e me obrigando a operações de credito a curto prazo. Depois de ter estado a menos de 180 réis, o franco se elevou novamente e resultou que as compras contractadas de cambiaes me permittiram obter um preço médio muito favoravel para o deposito que tive de realizar em Paris.

Para taes operações eu podia collocar apolices internas do Estado, porém, achei prudente não expôr o seu credito a algum revez e preferi fazer operações bancarias a prazo de 4 e 5 annos, que me facultou o Banco Italo Belga, prestando ao meu Governo um valioso serviço, de modo a ter eu podido continuar com prudencia, porém, sem interrupção, as obras diversas que foram executadas em meu quadriennio e vão mencionadas na parte desta mensagem relativa a taes trabalhos.

Tomei primeiro em Março e Abril de 1927 um emprestimo de £ 150.000, referido em minha ultima mensagem. Este emprestimo foi ao par, a juros de 8 % ao anno e autorisado pela lei n. 1.580 de 30 de Julho de 1926, considerado como antecipação de receita.

Verificando a impossibilidade de satisfazer com a receita ordinaria o resgate do emprestimo de 1908 e a execução das obras, contractei com o mesmo banco, em Outubro do mesmo anno, novo emprestimo de 1.750.000 dollars, deduzindo deste o saldo devedor do emprestimo anterior. Este emprestimo foi aos mesmos juros de 8 %, ao typo de 97 liquidos e prazo de 5 annos, constituido por 350 obrigações de 5.000 dollars cada uma, dividida em nove séries,, para amortisação semestral e garantido com o imposto de exportação de café pelo porto do Rio.

Prevendo ainda a deficiencia da arrecadação para cobrir a retirada feita da receita ordinaria, com os resgates conhecidos da di-

vida francesa, contractei em Março do corrente anno a ampliação do dito emprestimo, nas mesmas condições para 2.500.000 dollars.

Como o seu prazo é somente de 4 annos, o seu serviço de juros exige uma contribuição mensal de 510 contos, que ficam retidos em conta especial, a juro, para resgates semestraes das obrigações assumidas. Esta ampliação do dito emprestimo foi constituida por 300 obrigações de 2.500 dollars, nas mesmas condições, estando o seu custeio incluido na quota acima mencionada, tanto de juros como de amortisação. Este emprestimo, comprehendidas as duas parcellas, levado em conta o fundo constituido para juros e amortização, deve representar na presente data 17.347:000$000, calculado o valor do dollar a 8$300 réis.

BANCO DO ESPIRITO SANTO

E' felizmente muito prospera a situação desse banco, que tem á sua frente homens dedicados, competentes e conhecedores dessa especialidade.

Muito interessado sempre pelo seu desenvolvimento, evitei qualquer interferencia do Governo em seus negocios, para que seus directores orientassem seus passos só de accordo com os interesses do Banco e interesses geraes do Estado. Desembaracei-o tanto quanto me foi posivel das empresas em que tinha capital immobilisado e assim lhe permitti facil execução de seu programma expansivo por todo o Estado, tendo elle já agencia ou filial em varios municipios.

Sempre procurando facilitar tudo ao Governo, tem elle por vezes servido ao Estado e, reciprocamente, em todas as opportunidades.

Assim vem servindo de longa data como intermediario do Estado para o resgate dos nossos emprestimos francezes e em varias outras operações do Governo.

Na execução do convenio do café, como na administração da usina Paineiras e da fabrica de cimento Monte Libano tem sido importante a sua collaboração. Tambem muito tem servido ao Estado na liquidação de varios creditos de tempo anterior ao contracto de consorcio, pelos quaes, em virtude do mesmo contracto é o Estado responsavel. Por tudo isso aqui deixo consignados os meus agradecimentos.

Exportação de café do Estado do E. Santo pelo porto do Rio de Janeiro durante o anno de 1927

PAIZES	1.º Semestre Saccas	2.º Semestre Saccas	ANNO Saccas	PORTOS DE DESTINO
EUROPA				
Allemanha	2.136	19.903	22.049	Hamburgo e Bremen
Belgica	3.021	9.378	12.399	Antuerpia
Dinamarca	1.702	3.438	5.140	Copenhague
Finlandia	4.575	3.579	8.154	Helsingfors e Abo
França	18.313	19.553	37.866	Havre, Bordeaux e Marselha
Grecia	1.310	875	2.185	Pireu
Hespanha	1.260	550	1.810	Vigo e Barcelona
Hollanda	2.700	14.939	17.639	Amsterdam
Inglaterra	1	229	230	Londres e Glasgow
Italia	22.082	50.326	73.008	Trieste, Napoles e Genova
Noruega	2.250	2.780	5.030	Oslo
Polonia	125	250	375	Via Dantzig
Portugal	4.961	2.744	7.695	Lisbôa e Leixões
Possessões inglezas	218	912	1.130	Malta e Gibraltar
Rumania	—	50	50	Constanza
Suecia	9.518	13.183	22.701	Stockolmo, Malmo e Gotheborg
Turquia	625	1.438	2.063	Constantinopla
Varios	1.912	143	2.055	(Amostras e consumo de bordo)
TOTAL	77.309	144.270	221.579	
ASIA				
Possessão portugueza	—	15	15	Macau
Syria	250	—	250	Smyrna
TOTAL	250	15	265	
AFRICA				
Algeria	25.303	18.874	44.177	Alger e Oran
Egypto	1.000	—	1.000	Alexandria
Marrocos (francez)	125	250	375	Casa Blanca
Marrocos (hespanhol)	—	250	250	Ceuta
Senegal francez	250	—	250	Dakar
Tunisia	125	313	438	Tunis
União Sul Africana	8.597	13.528	22.125	Cap Town, Durban, E. London, D. Bay
TOTAL	35.400	33.215	68.615	
AMERICA				
Argentina	14.943	6.395	31.343	Buenos Aires e Rosario
Chile	3.243	1.266	4.509	Valparaizo, Antofogasta e Punta Arena
E. U. da America	16.732	30.147	46.879	Nova Orleans e Nova York
Paraguay	30	—	30	Assumpção
Perú	—	70	70	Iquitos
Possessões inglezas	175	358	533	Barbados
Uruguay	3.625	3.506	7.131	Montevidéo
TOTAL	38.753	51.742	90.495	
Estados:	**BRASIL**			
Amazonas	3.460	2.052	5.632	Manãos e Itacoatiára
Pará	3.612	3.061	6.673	Belem e Santarem
Maranhão	1.235	395	1.630	São Luiz
Piauhy	425	90	515	Amarração
Ceará	2.065	1.725	3.790	Fortaleza e Camocim
Rio Grande do Norte	60	1.049	1.109	Natal e Mossoró
Alagôas	270	155	431	Maceió
Paraná	—	110	110	Paranaguá
Santa Catharina	445	460	905	Florianopolis, São Francisco e Itajahy
Rio Grande do Sul	8.790	5.970	14.760	Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande
TOTAL	20.388	15.067	35.455	
Total exportado	172.100	244.308	410.409	

Secção da Estatistica, em 15 de Fevereiro de 1928.

José Lugon,
Director.

VISTO.

Alcino Vianna,
Secretario da Fazenda

QUADRO DEMONSTRATIVO DA EXPORTAÇÃO DE CAFE' PARA PORTOS DO PAIZ E DO ESTRANGEIRO, PELO PORTO DE VICTORIA, NO ANNO DE 1927

PAIZES	QUANTIDADE		
	Producto do E. Santo	Producto do E. de Minas	TOTAL
EUROPA			
França	72.022	17.505	89.527
Italia	62.403	15.131	77.534
Suecia	15.226	10.949	26.175
Belgica	13.875	7.509	21.384
Hollanda	14.535	5.477	20.012
Allemanha	10.184	2.391	12.575
Dinamarca	2.500	250	2.750
Inglaterra	1.750	—	1.750
Finlandia	750	—	750
Noruega	504	121	625
Dantzig	460	105	565
Hespanha	375	63	438
TOTAL	194.584	59.501	254.085
ASIA			
Turquestão	886	500	1.386
AFRICA			
Argelia	2.207	1.296	3.503
AMERICA			
Estados Unidos da America do Norte	565.189	153.701	718.890
BRASIL			
Amazonas	7.416	1.990	9.406
Pará	19.800	4.740	24.540
Maranhão	4.151	759	4.910
Piauhy	140	—	140
Ceará	3.616	1.784	5.400
Rio Grande do Norte	5.777	1.791	7.568
Parahyba	515	350	865
Pernambuco	46.145	680	46.825
Sergipe	230	—	230
Districto Federal	4.905	782	5.687
São Paulo	1	—	1
Rio Grande do Sul	26.555	3.424	31.979
TOTAL	121.251	16.300	137.551
RECAPITULAÇÃO			
EUROPA	194.584	59.501	254.085
ASIA	886	500	1.386
AFRICA	2.207	1.296	3.503
AMERICA	565.189	153.701	718.890
BRASIL	121.251	16.300	137.551
TOTAL	884.117	231.298	1.115.415

Secção da Estatistica, 14 de Fevereiro de 1928.

JOSE' LUGON, Director.

EXPORTAÇÃO DE CAFE' PELO PORTO DE VICTORIA, NO ANNO DE 1927

MEZ	Producto do Espirito Santo			Producto de Minas			TOTAL GERAL
	Portos Estrangeiros	Portos Nacionaes	TOTAL	Portos Estrangeiros	Portos Nacionaes	TOTAL	
1.° SEMESTRE:							
Janeiro.	45.221	8.082	53.303	8.811	590	9.401	62.704
Fevereiro.	25.239	8.012	33.251	5.489	561	6.050	39.301
Março.	25.167	4.647	29.814	1.377	1.214	2.591	32.405
Abril.	25.253	8.717	33.970	1.654	340	1.994	35.964
Maio.	42.984	8.676	51.660	716	——	716	52.376
Junho.	56.260	9.706	65.966	7.490	400	7.890	73.856
SOMMA.	220.124	47.840	267.964	25.537	3.105	28.642	296.606
2.° SEMESTRE:							
Julho.	68.848	10.347	79.195	14.092	1.409	15.501	94.696
Agosto.	105.044	6.372	111.416	29.057	3.245	32.302	143.718
Setembro.	71.056	16.545	87.601	26.803	640	27.443	115.044
Outubro	96.386	21.146	117.532	43.759	1.280	45.039	162.571
Novembro.	108.694	13.049	121.743	33.330	1.136	34.466	156.209
Dezembro.	92.714	5.952	98.666	42.420	5.485	47.905	146.571
SOMMA.	542.742	73.411	616.153	189.461	13.195	202.656	818.809
TOTAES POR ANNO	762.866	121.251	884.117	214.998	16.300	231.298	1.115.415

Secção da Estatistica, 14 de Fevereiro de 1928.

JOSE' LUGON, Director

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS EXPORTADORES DE CAFE', PELO PORTO DE VICTORIA, DURANTE O ANNO DE 1927

EXPORTADORES	E. SANTO	E. MINAS	TOTAL
Hard Rand & Cia.	216.147	43.497	259.644
Vivacqua, Irmãos & Cia.	202.105	27.124	229.229
Arens & Langen..	126.680	36.606	163.286
A. Prado & Cia.	121.285	22.192	143.477
Oliveira Santos & Filhos	86.431	53.959	140.390
Theodor Wille & Cia.	37.875	17.843	55.718
Cruz, Sobrinhos & Cia...	16.607	24.319	40.926
Arbuckle & Cia.	36.084	3.452	39.536
Leon Israel & Cia.	18.373	892	19.265
Vianna Leal & Cia.	14.487	1.033	15.520
D. B. Leal & Cia.	8.039	381	8.420
Outros..	4	——	4
Total em saccas	884.117	231.298	1.115.415

Secção da Estatistica, 14 de Fevereiro de 1928.

JOSE' LUGON, Director.

Arrecadação feita pelas Collectorias e pela Delegacia do Thesouro do Estado, no exercicio de 1926 - 1927

COLLECTORIAS	Arrecadado de Julho a Dezembro de 1926	Arrecadado de Janeiro a Julho de 1927	Arrecadação total do exercicio
Affonso Claudio	67:410$414	61:321$378	129:731$792
Alegre	113:364$146	105:642$218	219:006$364
Alfredo Chaves	25:694$007	16:818$611	42:512$618
Anchieta	19:957$086	10:082$488	30:039$574
Baixo Guandú	31:577$096	29:454$603	61:031$699
Barra de Itabapoana	16:981$000	15:260$900	32:241$900
Barra de Itapemirim	23:380$219	14:642$970	38:023$189
Bom Jesus de Itabapoana	663:064$671	281:505$100	944:569$771
Cachoeiro de Itapemirim	85:292$981	53:978$925	139:271$906
Calçado	43:165$364	50:620$696	93:786$060
Carangola	17:085$070	14:521$911	31:606$981
Castello	61:296$185	58:226$219	119:522$404
Cidade do Espirito Santo	9:331$500	15:494$040	24:825$540
Conceição da Barra	32:644$845	7:998$300	40:643$145
Collatina	117:296$426	77:008$102	194:304$528
Guarapary	44:379$383	19:214$820	63:594$203
Itaguassú	51:940$925	40:785$772	92:726$697
Linhares	33:613$900	22:781$400	56:395$300
Mimoso	29:853$950	23:227$200	53:081$150
Moniz Freire	23:391$650	18:232$100	41:623$750
Natividade	28:668$100	9:474$199	38:142$299
Pau Gigante	38:077$482	20:481$344	58:558$826
Piúma	22:258$500	23:635$300	45:893$800
Ponte de Itabapoana	30:765$211	35:953$601	66:718$812
Principe	123:733$700	28:083$700	151:817$400
Riacho	36:966$129	32:517$550	69:483$679
Rio Novo	10:814$250	5:916$016	16:730$266
Rio Pardo	19:503$337	10:016$976	29:520$313
Rio Preto	54:396$695	37:344$920	91:741$615
Santa Cruz	12:790$616	10:830$094	23:620$710
Santa Isabel	36:685$685	29:658$259	66:343$944
Santa Leopoldina	46:238$773	62:878$977	109:117$650
Santa Thereza	145:512$627	87:810$309	233:352$936
São Matheus	51:850$832	66:975$840	118:826$672
São João do Muquy	32:268$188	33:991$976	66:260$164
São Pedro do Itabapoana	398:288$092	157:540$673	555:828$765
Serra	10:026$220	10:906$350	20:932$570
Timbuhy	9:481$900	7:862$300	17:344$200
Veado	39:406$988	27:488$783	66:895$771
Vianna	11:756$600	6:001$281	17:757$881
Posto Fiscal de Cajuby	———	1:553$400	1:553$400
Delegacia do Thesouro do Estado no Rio de Janeiro	133:773$800	133:453$558	267:227$358
SOMMA	2.803:984$543	1.777:223$059	4.581:207$602

Secção de Contabilidade, 30 de Setembro de 1927.

VISTO.

Ulysses Ribeiro,
Director da Contabilidade.

Alziro Vianna,
Secretario da Fazenda.

Balancete da escripta geral do Thesouro do Estado, extrahido em 31 de Dezembro de 1927

ACTIVO

Caixa		340:322$717
Collectorias do Estado c/ de Sellos		43:657$600
Collectorias		205:059$886
Contas Correntes		24.139:900$102
Cauções		5.776:700$000
Divida Activa		144:101$359
Depositos e Cauções para Garantias Diversas		418:081$624
Devedores em c/ de Habitação para Funccionarios		1.881:666$659
Despeza		18.228:350$821
Emprestimos aos Municipios		142:544$000
Hypotheeas para Garantias Diversas		223:000$000
Obrigações a Receber		1.214:968$320
Patrimonio do Estado		30.650:192$277
Responsabilidades		88:336$738
Sello Adhesivo		1.439:657$600
Titulos e Valores:		
Apolices Federaes	7:000$000	
Apolices Estaduaes	6:000$000	
Apolices Municipaes	83:000$000	
Acções do Banco do Espirito Santo	1.994:000$000	
Acções da Companhia Territorial	3.398:400$000	5.488:400$000
Titulos em Cobrança		357:381$378

PASSIVO

Caixa Beneficente da Força Publica	34:857$987
Caixa Beneficente "Jeronymo Monteiro"	318:733$490
Cauções dos Serviços de Agua e Esgotos	73:231$300
Aluguel de Terras	23:827$247
Contas Correntes	2.099:746$399
Depositos em Dinheiro	658:476$791
Emprestimo Externo de 1908	2.524:667$460
Emprestimo Externo de 1919	10.223:603$215
Emprestimo Interno	14.794:800$000
Exercicios Futuros	13.164:725$560
Garantias Diversas	636:081$624
Imprensa Estadual	4:505$500
Medições de Terras a Pagar	30:811$784
Orphãos e Ausentes	96:887$286
Obrigações a Pagar	15.992:623$710
Receita	13.185:825$212
Serviço de Defesa do Café	1.187:216$516
Titulos Caucionados	5.776:700$000
	90.777:321$081

Secção da Contabilidade, em 31 de Dezembro de 1927

Ulysses Ribeiro,
Director.

VISTO.

Alziro Vianna,
Secretario da Fazenda

CONTAS CORRENTES

BALANCETE EXTRAHIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1927

Banco Mercantil do Rio de Janeiro	725$400	
Bank of London & South America Ltd.	1:278$000	
Banco Allemão Transatlantico, c/ depositos de terceiros	199:505$150	
Banco Hypothecario e Agricola do Estado de Minas Geraes	17:198$400	
Banco do Espirito Santo, c/responsabilidades	1:942$200	
Banco do Espirito Santo, c/Serviço de Defesa do Café	313:350$470	
Banco do Espirito Santo, c/especial em francos, frs: 22.807.903,70, a $500	11.403:951$850	
Banco Italo Belga, c/especial em francos, frs: 10.501.050,92, a $500	5.250:525$460	
Banque de Paris et des Pays Bas, c/do reembolso das obrigações do emprestimo de 1894, frs: 256.370,00, a $500	128:185$000	
Banco Francez & Italiano, c/especial, em francos, frs: 47.864,95, a $500	23:932$475	
Banco Italo Belga, c/movimento em francos, frs: 29.566.35, a $500	14:783$175	
Banco Italo-Belga, c/movimento	177:008$200	
Banco Italo Belga, c/vinculada especial	1.408:944$400	
Companhia Territorial	267:437$519	
Cimpanhia Central Brasileira de Força Electrica, c/deposito	300:000$000	
Crédit Foncier du Brésil, c/deposito	2.000:000$000	
Delegacia do Thesouro do Estado	11:650$433	
Delegacia do Thesouro do Estado, c/deposito de terceiros	37:132$200	
Delegacia do Thesouro do Estado, c/a receber	63:303$000	
F. Soares & Cia.	280$754	
João Ferreira Soares	33:600$000	
Moneyr Monteiro Avidos, c/de adeantamento, frs: 73.331,80, a $500	36:665$900	
Mario Lopes de Rezende	9:471$630	
Posto Fiscal	114:471$800	
The Leopoldina Railway Co. Ltd., c/arrecadação	1.131:016$529	
Diversas Contas	1.193:540$157	
Banco Francez & Italiano, c/movimento		63:152$680
Banco Commercial do Estado de S. Paulo		30$400
Banco do Espirito Santo, c/Usina Paineiras		743:911$180
Banco do Espirito Santo, c/Liquidação de Immoveis		231:922$590
Banco do Espirito Santo, c/movimento		78:179$080
Cia. Central Brasileira de Força Electrica, c/de materiaes a serem debitados		248:818$498
General Electric S. A.		36:865$970
Société de Construction du Port de Bahia		565:432$211
Santa Casa da Capital		20:237$700
The Leopoldina Railway Co. Ltd., c/transportes		111:196$090
	24.139:900$102	2.099:746$399

Secção da Contabilidade, em 31 de Dezembro de 1927.

Ulysses Ribeiro,
Director.

VISTO.,
Alziro Vianna,
Secretario da Fazenda

Quadro demonstrativo da Receita e Despeza no quatriennio de 1924 - 1928

EXERCICIOS	Receita orçada	Receita arrecadada	Arrecadado a mais	Despeza orçada	Despeza effectuada	Dispendido a mais
1924—1925	14.016:000$000	32.886:942$374	18.870:942$374	13.986:876$880	26.627:687$220	12.640:810$340
1925—1926	20.550:000$000	30.399:032$452	9.849:032$452	20.549:767$900	31.640:624$455	11.090:856$555
1926—1927	26.280:000$000	27.585:483$052	1.305:483$052	26.266:332$500	32.792:534$644	6.526:202$144
		Arrecadado no 1° semestre			Dispendido no 1.° semestre	
1927—1928	29.100:000$000	18.185:825$212	———	28.869:384$000	18.228:350$821	
	89.946:000$000	109.057:283$090	30.025:457$878	89.672:361$280	109.289:197$140	30.257:869$039

OBSERVAÇÃO : — As despezas effectuadas a mais foram autorizadas por leis especiaes do Congresso do Estado.

Secção da Contabilidade, em 15 de Fevereiro de 1928.

Ulysses Ribeiro,
Director.

VISTO.

Alziro Vianna,
Secretario da Fazenda.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA EXPORTAÇÃO DE CAFE' DO ESTADO

(1903 — 1927)

ANNOS	Kilos	Valor official	Direitos pagos
1903.....	42.018.572	18.035:432$888	2.169:182$888
1904.....	30.406.517	18.590:175$730	2.234:153$163
1905.....	13.601.614	15.015:456$091	1.721:263$662
1906	33.329.638	14.699:615$907	1.763:953$907
1907.....	44.856.221	16.649:611$295	1.997:953$352
1908.....	42.501.207	14.628:854$980	1.773:577$887
1909.....	27.667.631	12.173:575$058	1.460:828$235
1910.....	24.478.255	12.229:862$998	1.469:938$129
1911.....	29.034.440	23.049:694$817	2.766:348$064
1912.....	34.095.554	29.676:508$852	3.561:273$155
1913.....	35.854.201	22.832:018$672	2.740:278$951
1914.....	37.750.105	17.628:464$395	2.115:440$873
1915.....	58.092.942	28.471:066$976	3.416:528$037
1916.....	42.778.277	26.650:962$100	3.198:112$356
1917.....	43.338.588	23.726:211$325	2.847:145$359
1918.....	40.042.320	24.765:971$000	2.971:916$520
1919.....	48.151.230	59.101:628$567	7.092:195$428
1920.....	50.783.653	47.532:438$099	5.703.892$571
1921.....	66.242.026	71.863:367$750	8.623:604$130
1922.....	60.872.660	90.657:567$236	10.878:908$088
1923.....	64.312.504	115.522:704$159	13.862:724$499
1924.....	76.850.745	206.412:134$350	24.757:939$068
1925.....	73.203.780	209.866:926$818	25.184:031$218
1926.....	74.666.040	181.635:573$300	21.796:198$846
1927.....	82.093.080	188.909:893$550	22.669:187$234

Secção da Estatistica, em 15 de Fevereiro de 1928.

José Lugon,
Director.

Confere.

Ulysses Ribeiro,
Director da Contabilidade.

VISTO.

Aiziro Vianna,
Secretario da Fazenda.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA EXPORTAÇÃO GERAL DO ESTADO,

(1908 — 1927)

ANNOS	Valor official	Direitos pagos
1908.....	16.282:619$713	1.931:114$655
1909.....	13.841:802$883	1.710:134$590
1910.....	14.697:527$113	1.955:624$866
1911.....	26.684:497$368	3.186:465$588
1912.....	32.589:265$812	3.928:149$447
1913.....	25.591:674$378	2.993:825$986
1914.....	20.856:026$315	2.272:413$439
1915.....	33.196:684$326	3.589:207$723
1916.....	30.963:882$315	3.434:052$746
1917.....	28.036:032$899	3.215:677$489
1918.....	30.422:556$000	3.538:631$305
1919.....	65.656:224$636	7.626:519$504
1920.....	53.667:338$304	6.254:959$722
1921.....	78.950:258$555	9.265:938$488
1922.....	98.327:117$380	11.552:147$488
1923.....	123.139:563$148	14.510:576$249
1924.....	214.804:555$235	25.459:632$918
1925.....	219.212:449$674	26.029:697$778
1926.....	191.927:813$700	22.558:239$346
1927.....	198.206:215$100	23.421:923$494

Secção da Estatistica, em 15 de Fevereiro de 1928.

José Lugon,
Director.

Confere.

Ulysses Ribeiro,
Director da Contabilidade.

VISTO.

Alziro Vianna,
Secretario da Fazenda.

DO RELATORIO DA FAZENDA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 1928

DIVIDA INTERNA

A divida interna do Estado, por apolices, ao juro de 6 %, é de rs. 6.763:800$000, actualmente, estando em dia o pagamento dos juros semestraes.

—— A lei n. 1.498, de 22 de Maio de 1925, reforçada pela de n. 1.579, de 30 de Julho de 1926, autorizou o Governo a resgatar os emprestimos externos de 1908 e 1919, habilitando-o para isso a emittir e vender apolices de sua divida publica interna, de juro de 8 %, até a importancia que fosse necessaria.

Usando dessas autorizações, emittiu o Governo 12.500 apolices dessa especie e obteve permissão do Ministerio da Fazenda para a sua cotação em Bolsa. Não as vendeu, entretanto, e foi empregando os fundos da receita ordinaria, de emprestimos e de renda eventual na acquisição de moeda franceza e, em sua applicação parcial, na compra dos referidos titulos dos emprestimos de 1908 e 1919, com o objectico de resgatal-os.

As quantias assim empregadas constam, em numeros redondos, do quadro a seguir:

No exercicio de 1924—1925..	4.150:000$000	
No exercicio de 1925—1926..	1.336:000$000	
No exercicio de 1926—1927, inclusive o producto do emprestimo de 27-4-1927, de £ 50.000..	3.868:000$000	
No exercicio de 1927—1928, quantia gasta e compromisso para o resto do exercicio..	3.080:000$000	12.434:000$000
Verbas consignadas nos respectivos orçamentos para esse fim..		5.207:000$000
DIFFERENÇA		7.227:000$000

Verifica-se, portanto, que, fóra das dotações orçamentarias, foi empregada uma quantia superior a sete mil e duzentos contos em moeda estrangeira e valores da divida externa.

Tendo o Governo resolvido dar execução ás referidas leis ns. 1.498 e 1.579, pela continuação da compra e inutilização dos titulos dos emprestimos de 1908 e 1919, resulta que a somma retirada dos depositos e saldos assim formados desfalca os fundos orçamentarios pelos quaes têm de correr os varios encargos e serviços publicos.

Para substituil-os por valores correspondentes em apolices da divida publica interna, nos termos da mencionada lei n. 1.498, afim de que o Governo possa utilizar-se dellas para vender livremente, uma vez que o seu valor se acha de facto empregado consoante o destino que a lei determinou, — foram consideradas emittidas oito mil e trinta (8.030) apolices, ao typo de 90, juros de 8 %, num total de rs. 7.227:000$000, que se acham depositadas no Thesouro, para cobertura das lacunas que o orçamento terá de apresentar, em virtude da execução dos serviços e despesas autorisadas.

DELEGACIA DO THESOURO DO ESTADO

A Delegacia do Thesouro, como tenho assignalado em meus relatorios anteriores, vem prestando os melhores serviços, attendendo ao nosso movimento de compra de materiaes, pagamento de juros de apolices, fiscalisação geral dos productos do nosso Estado que se escôam pelo Rio e outros negocios naquella Capital.

A Inspectoria de Fiscalização da Exposição de Café, que era subordinada á Delegacia, foi extincta em virtude da nova organização do Serviço do Café, mantendo a Commissão Directora desse Serviço um Inspector Geral, no Rio, sob a sua immediata direcção.

CAIXA BENEFICENTE "JERONYMO MONTEIRO"

A situação da Caixa Beneficente "Jeronymo Monteiro" é muito lisonjeira, como o attestam os quadros seguintes, relativos ao exercicio de 1926—1927 e ao semestre de Julho a Dezembro do anno proximo terminado:

I — Movimento da Caixa Beneficente — de 1.º de Julho de 1926 a 30 de Junho de 1927

Saldo do Fundo de Contribuições, em 30 de Junho de 1926..	484:054$237	
Arrecadado de Julho de 1926 a Junho de 1927..	201:134$366	
Juros de emprestimos da Carteira..	37:672$232	
Juros de depositos no Thesouro do Estado	20:136$444	742:997$279
DEDUZ-SE:		
Peculios pagos neste exercicio..	95:819$037	
Dispendido com o serviço da Caixa e acquisição de materiaes..	8:715$300	
Restituido por contribuições indevidas.. ..	4:628$316	109:162$653
SALDO — Rs..		633:834$626

O saldo de rs. 633:834$626, de que se compõe o Fundo de Contribuições da Caixa, acha-se: em adeantamento para funeral — 700$000; em deposito no Thesouro — 373:645$292: em movimento na Carteira de Emprestimos — 259:489$334.

Vae a seguir o segundo quadro referente ao semestre passado:

II — Movimento da Caixa Beneficente — de 1.º de Julho a 31 de Dezembro de 1927:

Saldo do Fundo de Contribuições em 30 de Junho de 1927..	633:834$626	
Arrecadado de Julho a Dezembro..	95:163$665	
Juros de emprestimos da Carteira..	35:925$160	
Juros de deposito no Thesouro do Estado	8:209$348	773:132$799
DEDUZ-SE:		
Peculios pagos neste semestre..	50:833$333	
Dispendido com vencimentos do Encarregado da Caixa, neste semestre..	2:800$000	
Dispendido com acquisição de materiaes..	15$000	53:648$333
SALDO do Fundo de Contribuições..		719:484$466

Ao apresentar-me o seu relatorio após o encerramento do exercicio passado, alvitrou o encarregado da Caixa Beneficente a idéa de ser feito anualmente, por essa instituição, o sorteio de um premio de vinte ou trinta contos de réis, ficando estabelecida a condição de ser applicada a importancia, pelo contribuinte contemplado, na construcção de um predio para a sua familia.

CARTEIRA DE EMPRESTIMOS

Com as ampliações autorizadas pela lei n. 1.620, de 18 de Julho do anno findo, foi augmentado sensivelmente o movimento da Carteira de Emprestimos, segundo se vê dos quadros adeante transcriptos, referentes ao movimento no exercicio de 1926—1927 e no periodo de Julho a Dezembro proximo findo.

Movimento da Carteira de Emprestimos (annexa á Caixa Beneficente "Jeronymo Monteiro") — De 1.º de Julho de 1926 a 30 de Junho de 1927:

Importancia a receber de diversos, em 30 de Junho de 1926..	147:189$614	
Importancia retirada da Caixa Beneficente, por emprestimos neste exercicio ..	405:499$420	
Juros contados	37:672$232	
Importancia recolhida ao Thesouro por diversos, para amortização de emprestimos		330:871$932
Importancia a receber de diversos, por emprestimos feitos..		259:489$334
	590:361$266	590:361$266

De 1.º de Julho a 31 de Dezembro de 1927:

Importancia a receber de diversos, em 30 de Junho de 1927..	259:489$334	
Importancia retirada da Caixa Beneficente, por emprestimos neste semestre..	334:613$338	
Juros contados..	35:925$150	
Importancia recolhida ao Thesouro por diversos, para amortização de emprestimos..		232:126$846
Importancia a receber de diversos, por emprestimos feitos..		397:900$976
	630:027$822	630:027$822

COLLECTORIAS

As nossas Collectorias no interior do Estado e nas zonas de fronteira continuam a ter uma actuação bastante efficiente na arrecadação de impostos e serviço de fiscalisação em geral, tendo algumas feito um movimento bem apreciavel, como se póde ver dos quadros referentes ás mesmas repartições.

Nota-se, por esses quadros, que houve um decrescimo nas rendas da Collectoria de Aymorés. Isto, porém, se explica com a sahida dos cafés que, em virtude do serviço de distribuição de quotas, bus-

cam outros pontos em communicação com aquella zona, taes como Baixo Guandú, Santa Leopoldina e Castello, deixando o antigo escoamento pela via-ferrea.

Por um novo accordo com a Companhia Leopoldina Railway modifiquei o contracto de arrecadação de imposto celebrado em 19 de Outubro de 1914.

Por essa modificação passou a Companhia a fazer o mesmo serviço como vinha fazendo, antes, porém, recebendo uma percentagem geral e uniforme de 1 ½ % sobre o total que arrecadar.

Este novo ajuste entrou em vigor a 15 de Março do corrente anno e trouxe apreciavel reducção de despesas.

SELLO ADHESIVO

No serviço de 1926—1927, foi o seguinte o movimento de venda dos nossos sellos:

Caixa do Thesouro	26:634$000
Collectorias, Posto Fiscal e Delegacia do Thesouro, no Rio..	124:806$400
	151:440$400

PROCESSO FISCAL

Entrou a vigorar em Setembro do anno findo o novo Processo Fiscal do Estado, reformado de accordo com as exigencias do nosso movimento actual.

AS LEIS DE AUGMENTO PROVISORIO

As leis ns. 1.639 e 1.640, estabelecendo o augmento provisorio sobre os vencimentos do funccionalismo e verbas de representação para a magistratura, entraram em vigôr tambem em Setembro do anno passado.

Sobre o *Nosso Serviço Interno* diz o Sr. Secretario da Fazenda:

"Acompanhando o grande movimento que vem caracterisando a actual situação do Estado, o nosso serviço tem sido intenso, — mas, como salientei no inicio deste relatorio, vem se mantendo sempre em dia.

Adoptei um systema de expedição de cheques na Secção do Expediente, para todos os pagamentos, quer sejam requeridos directamente pelos interessados, quer sejam pedidos por officios dos diversos departamentos de Estado, ficando assim, além do registro no Protocollo Geral, um resumo da despeza, sua origem, o beneficiario, a verba, os descontos e outros caracteristicos, para qualquer conferencia ou informação de momento.

Depois de effectuado o pagamento, fica o cheque na Thesouraria, indo para a Contabilidade o documento que lhe deu origem, e assim a escripturação do "Caixa" e do "Diario", em cada uma dessas Secções, póde ser feito independentemente, sem dar logar a quaesquer atrazos.

Para os vencimentos, continúa a Secção da Despeza a expedir os seus cheques, que são diariamente arrolados, na Thesouraria, numa demonstração com todos os caracteristicos, verbas e descontos, extrahindo a Secção do Expediente, em face da demonstração assim feita, o cheque geral em uso.

Mandei proceder á reorganização do archivo da Secretaria e fiz a installação do mesmo, de accordo com as modernas exigencias, nos commodos vagos da galeria de Palacio, sob o pavimento em que se acha esta Secretaria e dei tambem á Thesouraria, quanto ao seu aspecto material, uma nova organização, fazendo collocar portas envidraçadas na parte interna e grades na externa, como se usa nos estabelecimentos bancarios.

O PATRIMONIO DO ESTADO

Apresenta uma cifra bastante expressiva e reveladora das condições de firmeza da nossa prosperidade o titulo — Patrimonio do Estado — que é de rs. 30.650:192$277, já deduzida a importancia referente aos Serviços Reunidos de Victoria, como se vê do balanço do Activo e Passivo extrahido em 31 de Dezembro ultimo e que figura em quadros juntos.

E' tanto maior a expressão dessa riqueza, quando se sabe que não estão incluidas naquelle titulo as nossas terras devolutas, e sim apenas os proprios estaduaes na Capital e no interior e outros bens como a Usina de Paineiras, Estrada de Ferro do Littoral e Itapemirim, Fabrica de Tecidos, Fabrica de Cimento, Estrada de Ferro São

Matheus, Estrada de Ferro Benevente, exceptuando a Companhia Territorial e a nossa parte de capital no Banco do Espirito Santo, representadas em acções no valor de 5.392:400$000".

DIVIDAS EXTERNAS

Emprestimo de 1908

Já vos expliquei a situação desse emprestimo, cujos serviços de juros e amortisação estavam suspensos desde Abril de 1914. A esse tempo, entretanto, eu não conhecia um detalhe importante e que vinha constituindo impossibilidade absoluta para um accordo com os portadores respectivos, tendente á sua liquidação.

Quando foi elle contractado em 1908 e modificado em 1910, o Governo do Estado deixou ao Banqueiro intermediario, Charles Victor & Cie., nesta ultima modificação, o encargo de liquidar e pagar todos os titulos restantes em circulação do emprestimo externo de 1894, num total de 19.910 titulos, quando lhe conviesse, isto é, sem praso determinado.

Ao mesmo tempo permittio que o banqueiro debitasse em conta do Estado a importancia desses titulos a resgatar, creditasse por uma venda acabada e firme na mesma conta o valor de todos os titulos ainda não postos em circulação do emprestimo de 1908, que assim passaram a pertencer, para todos os effeitos, ao dito banqueiro intermediario, recebendo o Governo do Estado, pela forma estabelecida, o saldo credor de tal conta que importava então em 4.927.980,00 francos.

Ficou o banqueiro obrigado a resgatar os titulos todos de 1894, mas se não cumprisse essa obrigação, sendo elles ao portador, ficavam em circulação uns e outros como divida, não do Banqueiro, que era simples intermediario, mas incontestavelmente do Estado. E foi o que aconteceu.

Junto aqui trechos do relatorio do Dr. Moacyr Avidos com a exposição clara e a consulta feita por elle a um conceituado advogado de Paris, bem como o respectivo parecer, que resolvi seguir. Resolvido que todos os titulos de 1908 deviam ser pagos, pois que os de 1894 já o haviam sido pelo Estado, o meu representante em Paris, então o Dr. Moacyr Avidos, procurou fazer o accordo do respectivo resgate com a Association Nationale des Porteurs Français de Va-

leurs Mobiliéres e entrar logo tambem em accordo com o representante do pequeno grupo de portadores que estava cobrando judicialmente os coupons vencidos dos titulos em seu poder.

Emquanto se discutia condições e se aguardava os prasos necessarios para todas as operações dessa natureza, o representante do Estado foi adquirindo em bolsa os titulos que se apresentavam e assim se foi reduzindo com o maior esforço o numero de titulos em circulação. Voltando elle de Paris e sendo indispensavel a permanencia alli de um representante do Estado, de absoluta idoneidade, solicitei ao Sr. Dr. Argeu Monjardim esse valioso serviço ao nosso Estado, que elle resolveu prestar com a maior solicitude.

O primeiro emissario resolveu, com alto criterio, os mais delicados casos, agiu com a maior prudencia e acerto, ultimando a primeira parte dessa importante commissão com a compra em condições muito favoraveis de numerosos titulos e a celebração do contracto de accordo para resgate com a Association Nationale.

O seu substituto continuou com grande habilidade e rara dedicação o desempenho final dessa delicada missão, de executar o accordo, em que importantes decisões teve de tomar, tendo conseguido em compras de titulos, em resgate dos que estavam em penhor bancario, assim como dos que dependiam do liquidatario da fallencia e do juiz do Commercio apreciavel reducção nos preços que tinha o Estado de pagar.

A esses meus representantes aqui deixo consignada a minha gratidão, pelo grande esforço e incomparavel dedicação aos interesses do Estado, com que se conduziram, assim como ao emerito ministro do Supremo Tribunal Federal Dr. Heitor de Souza, que prestou egualmente ao Estado e ao meu governo grandes serviços, sobretudo com relação a este emprestimo, antes da sua alta investidura actual.

Nota summaria extrahida do relatorio do Sr. Secretario da Agricultura, Dr. Moacyr Avidos, apresentado ao Sr. Presidente do Estado

"Quando parti para a Europa, nosso Estado, por intermedio do advogado Maitre G. Triantaphilydés e por instrucções do seu respectivo Governo tinha em Paris tres processos, em dois dos quaes era o auctor, e no outro, o réu. Eram os primeiros: — Um — e da reivindicação de 6.000 titulos dados em *nantissement* (penhor) *á So-*

ciété Generale pour favoriser l'Agriculture et l'Industrie en France e á Société Française des Banques et Depôts, pelo Banco Charles Victor & Cie., transformado mais tarde na Société Auxiliaire de Crédit; outro — o em que o Estado reclamava da massa fallida da Société Auxiliaire de Crédit a devolução de 2.975 titulos que ainda ahi se achavam na *souche*, a devolução de 2.140 titulos resgatados pelo Estado, nos annos de 1912 e 1913 por intermedio do antigo banco Charles Victor & Cie., e ao mesmo tempo pleiteava a sua admissão na fallencia, como credor chirographario pelo capital correspondente a 7.852 obrigações de 1908, postas em circulação, sem que os respectivos fundos houvessem sido pagos ao Estado, directamente ou de accordo com seu contracto com aquelle estabelecimento, mediante seu emprego nos resgates das obrigações do antigo emprestimo do Espirito Santo de 1894. Esses dois processos constavam de uma mesma *signation*, cuja copia vai annexa. O terceiro processo era movido por um portador de titulos representando pequeno grupo que reclamava do Estado o pagamento dos juros vencidos de seus titulos e mais, *reclamava tal pagamento en ouro*, allegando que o previu o prospecto de emissão do emprestimo, o texto de suas respectivas obrigações e o contracto de emissão entre o Governo do Estado e o respectivo banqueiro emissor. Como disse em linhas acima, não recebi instrucção alguma de V. Exa. ao partir para a Europa, com relação a essas questões, ou por outra, V. Exa. persuadido, como eu mesmo me achava, de que deveriamos ganhar as tres pendencias, consoante as informações dadas ao Governo, ordenou-me que apressasse nosso advogado para fazermos julgar o mais cedo possivel as differentes questões para, uma vez dellas desembaraçado, ficar o Estado em condições de regularisar a situação do emprestimo e ficar mesmo habilitado a contractar um novo, talvez necessario ao acceleramento das obras de vulto emprehendidas pelo Espirito Santo.

Desse modo, assim cheguei a Paris procurei Maitre Triantaphilydés, que no dia seguinte partia para suas férias e mesmo numa rapida entrevista lhe fiz ver o seu desejo de se liquidar o mais cedo possivel as pendencias que tinhamos em Paris. Nesse interim, obtive os contractos originaes feitos pela Société Auxiliaire de Crédit com os dois bancos acima referidos, Société Generale e Société Française des Banques et Depôts. Verifiquei que o nosso advogado que nos estava orientando, mal conhecia em seus detalhes a nossa causa. Notei profunda divergencia entre as allegações de sua *signation* e o texto

do contracto do emprestimo. Elle não soube responder ás minhas perguntas nem ás minhas observações.

Para reforçar meus argumentos, fiz uma consulta a um advogado, a mim indicado como homem de valor e membro do conselho da ordem dos advogados de Paris, e. infelizmente para o Estado todas as conclusões que eu já havia transmittido ao nosso advogado pelos meus proprios raciocinios, foram confirmadas conforme V. Exa. verificará da consulta e do parecer desse advogado, que vão annexos ao presente. Seu parecer vai mais longe e por elle verá V. Exa. que não temos direito de reclamar a restituição nem dos titulos ainda na fallencia, pois, acha este advogado que pelo contracto de 1910, todo o saldo de titulos de 1908, na data desse contracto, passou para a propriedade do banqueiro emissor, sendo o Governo credor delle, apenas da somma que devia ter sido paga por elle e que não o foi até a data de sua fallencia. Ficaram desse modo, sem o menor cabimento os nossos dois processos em que o Estado era autor.

Processo ouro. — Restava o terceiro processo em que o Estado era réu, o da cobrança em ouro dos coupons vencidos.

A meu ver, temos em nosso favor. um valioso documento que resulta do facto de ter sido o emprestimo de 1908 feito com destino, em primeira linha, até concurrencia de 7/12 de sua importancia total, ao resgate do antigo emprestimo de 1894, tambem lançado na França e cujo *prospectus* de emissão, que aqui junto em original, obtido em Paris do Banco de Paris et Pays Bas, não faz referencia a pagamento em ouro, como tambem não o faz o contracto, segundo o qual foi feita sua emissão. Ora, em casos taes, não tem sido discutida a natureza do emprestimo, acceitando-se, sem discussões, que se trata effectivamente de francos papel. Desse modo chegámos a conclusão de que não era possivel o Estado fazer um novo emprestimo em ouro, em 1908, para resgatar um antigo em papel, e além disso, dar aos antigos titulos um valor real maior que aos novos, conforme foi previsto no contracto de 1908 e tambem em sua reforma em 1910. Accresce ainda que as garantias para o novo emprestimo de 1908. foram as mesmas dadas ao antigo emprestimo de 1894. Ora, não é justificavel que se tratando de um emprestimo em ouro se possa ter acceito as mesmas garantias anteriormente dadas para um emprestimo em papel. De tudo isso resulta que não pode haver duvidas sobre as intenções do Estado ao fazer o emprestimo de 1908. Elle nunca pen-

sou em contractar um emprestimo ouro e si acceitou a formula apresentada pelo banqueiro emissor, foi apenas por ser emprestimo lançado na França. Esse importante argumento, que quando não servisse para fazer o Tribunal nos dar ganho de causa, elle juntamente com os outros acontecimentos de que fomos victimas, com relação ao emprestimo de 1908, acontecimentos que fizeram com que o Estado só recebesse effectivamente em dinheiro cerca de 7.200.000 francos quando ficou devedor, de facto, de 30 milhões, como disse, serviria para fazer o Tribunal ser equitativo a nosso favor.

Junto tambem uma serie de cortes de jornaes que se referem ao nosso Estado, que confirmavam a opinião desfavoravel que faziam de nós e cuja dureza de critica e injustiça das accusações, em alguns casos, chegam a tocar os nossos mais delicados sentimentos de Estado que aspira ser honrado e honesto, mas que pela serie de occorrencias havidas com relação ao seu emprestimo de 1908, muitas vezes nem se podia defender.

Desse modo e mais em face da entrevista que tive com a Association Nationale des Porteurs Français de Valeurs Mobilieres, sobre a possibilidade de entrarmos em accordo para regularisar a situação do emprestimo de 1908, em cuja resposta ella me declarou que como havia um processo em andamento, a ser julgado dentro de pouco tempo, ella só poderia tratar de accordo com o Estado uma vez julgado o processo, achei de bom conselho, entrar em accordo com nosso adversario, de modo a não deixar julgar o processo. Foi nessa ordem de factos que pedi autorisação a V. Exa. para effectivar tal accordo com o compromisso da parte de nosso adversario de retirar seu processo, desistindo da instancia e acção contra o Estado. Devidamente autorisado por V. Exa. liquidamos a pendencia adquirindo-lhe eu seus titulos em quantidade de 334, e lhe pagando mais 30.000 francos como compensação pelas suas despezas com o processo.

Foi tambem retirada a ordem de sequestro de fundos do Estado, que havia sido ordenada pelo Juiz, attendendo á solicitação de nosso adversario. De tudo, junto em originaes os respectivos documentos.

Accordo com a Association Nationale — Como disse acima, antes de realisar o accordo para a suppressão do PROCESSO OURO acima referido, fui á Association Nationale des Porteurs Français de Valeurs Mobiliéres para tratar da possibilidade de um accordo para

por termo á situação do emprestimo de 1908. Ahi tratei com o Mr. Barde, seu director geral. Como disse, este senhor me recebeu muito bem particularmente, mas de modo muito desagradavel como representante do Estado.

Começadas minhas novas entrevistas com o Sr. Barde, com bastante reluctancia de sua parte, quanto á acceitação do pagamento de nosso emprestimo em francos francezes papel, depois de lhe esclarecer convenientemente da situação verdadeira do emprestimo em apreço e mais da série de prejuizos, de toda natureza, por nós soffridos em consequencia de um banqueiro deshonesto, consegui por fim demovel-o de seus propositos e elle obteve o apoio de seu *comité* de administração em nosso favor, tendo sido possivel a negociação do accordo que adiante descrevo. Esse accordo feito com a Association Nationale, para ella consultar e obter a adhesão da maioria dos titulos em circulação, á proposta de resgate do emprestimo de 1908, e que foi por ella acceito e recommendado aos portadores, quando não garanta ao Estado a regularisação de sua velha pendencia, lhe dá grandes probabilidades de conseguir essa regularisação, que sendo feita de accordo com a proposta por ella feita, é operação digna, porque pagaremos uma divida pelo seu valor nominal, como prevê o contracto de emissão e porque nesse resgate, elle Estado não cogita dos titulos que foram indevidamente postos em circulação e que se acham hoje em mãos de portadores de boa fé. Além disso, tendo sido a proposta feita para o pagamento em francos francezes, não EM OURO, deixa á margem esta questão, em face da situação injusta de que foi o Estado victima, o que é justificavel, pelo destino do proprio emprestimo que fôra o de pagar um outro em francos papel, absolvendo-lhe sete duodecimos. E' em summa uma operação cujas vantagens não precisam ser encarecidas por serem muito conhecidas de V. Exa. Quanto a se prever si os portadores acceitarão a proposta que lhes endereçaremos por intermedio da Association, nada se póde dizer. Dada a autoridade que tem essa Association. nos meios francezes, sendo ella pertencente á companhia dos agentes de cambio de Paris, sendo ella reconhecida de utilidade publica pelo Governo Francez e sendo dirigida por homens de reputação firmada, é de suppor que si não todos, um grande numero de portadores acceitará seu conselho e adherirá á proposta por nós feita. Mesmo, entre-

tanto, que tal não aconteça, o simples facto de termos feito um accordo, plenamente acceito pela Association, para resgate de um titulo em determinadas condições, já é argumento bem poderoso em nosso favor, contra as pretenções que possam surgir de futuro a proposito do nosso Estado, quer nos processos judiciaes que contra nós possam ser intentados, quer por meio diplomatco, pois, em geral, é por intermedio desta Association que têm logar as reclamações diplomaticas.

COPIA DO ACCORDO COM A ASSOCIATION NATIONALE DES PORTEURS FRANÇAIS DE VALEURS MOBILIÉRES

22. BOULEVARD DE COURCELLES — PARIS — 17

Adresse télegraphique: — ASSONATION — PARIS

S. C. ESPIRITO SANTO — EMPRUNT 5 % 1908

Paris, le 17 Janv 1927.

Monsieur le Secrétaire d'Etat,

Nous nous référons á votre lettre du 10 de ce mois.

En réponse, et suivant les instructions de notre conseil d'administration, nous avons l'honneur de vous faire savoir que l'Association Nationale se dispose á transmettre aux porteurs les propositions de rachat débattues anterieurement entre nous et qui sont fixées comme suit:

"1.° — Le gouvernement de l'État de Espirito Santo offre aux porteurs des obligations de son emprunt 5% 1908, placé en France et actuellement en circulation, le remboursement de leurs titres en capital et tous les coupons arriérés depuis le 5 octobre 1914 (coupons n. 13) inclus, jusqu'au 5 avril 1927 inclus, au prix total forfaitaire de huit cent vingt-cinq francs français, net d'impôts français á la charge des porteurs.

"2.— La présente proposition sera transmisse aux porteurs de l'emprunt sus-visé par l'Association Nationale qui recommandara le présent arrangement aux porteurs et á laquelle il sera laissé un délai de troi mois au moins, renouvelable d'un commun accord avec l'Etat d'Espirito Santo, afin d'obtenir l'alhesion des porteurs aux propositions ci-dessus.

3.— Les presentes propositions ne seront effectivement mises en vigueur qu'a l'expiration du délai de trois mois ci-dessus visé, ou du délai prolongé, pour la consultation des porteurs et si, á la suite de cette consultation le quorum minimum de 55% des obligations actuellement en circulation a été obtenu en faveur de l'acceptation des propositions qui font l'objet du présent accord.

"4.° — Il est entendu que le prix de rachat forfaitaire ci-dessus visé á l'art. 1. comprendra la valeur en principal du titre et de tous ses coupons

arriérés et échus jusqu'au 5 avril 1927 inclus. Au cas oú la présente proposition ferait l'objet de prorogations successives le montant du rachat s'accroitrait de la valeur courue au taux de 5% á dater du 5 avril 1927.

"A' l'expiration du délais prévu pour la consultation des porteurs et si le minimum de 55% d'adhésions est atteint, les propositions seront effectivement mises á exeution par l'entremise d'un établissement financier á Paris, choisi d'accord avec l'Association Nationale.

"Le prix de rachat des titres sera effectué en deux versements, le premier, de 325 francs français au 5 avril 1927 ou á une date ulterieure en cas de prolongation du délai de consultation des porteurs, le second, de 500 francs français, augmenté des intérêts courus depuis le 5 avril 1927, huit mois au plus tard aprés la date du prémier versement.

"Toutefois, au cas oú l'Etat d'Espirito Santo viendrait á contracter un nouvel emprunt sur quelque place que ce soit avant l'expiration du second délai visé au paragraphe précedent, le second versement de 500 francs français, augmenté des intérêts courus depuis le 5 avril 1927, sera payé par l'Etat dans le mois qui suivra la publication officielle des prospectus du nouvel emprunt.

"5.— Avant de passer á l'expiration, l'Etat d'Espirito Santo devra justifier d'un dépôt auprés de l'Etablissement visé á l'article précédent d'une somme suffisant pour effectuer le premier versement sur un nombre de titres égal á celui des titres présentés au rachat et recensés par l' Association Nationale. De même, l'Etat d'Espirito Santo devra verser, a la signature des présentes, á L'Association Nationale, la somme de 30,000 francs français correspondant pour moitié aux frais d'impression et de publicité déjá engagés lors de la précédente consultations des porteurs en avril 1923, et pous l'autre moitié, au montant des frais á engager pour la consultation necessitée par l'application du présent accord.

"En outre, l'Etat d'Espirito Santo s'engage á verser la somme de 3 francs français par titre adhérant aux présentes propositions.

"Les frais de la Banque seront, en autre, á la charge de l'Etat.

6.—L'Etat d'Espirito Santo s'engage á ne faire, en aucun cas, des propositions meilleurs á un ou plusiers porteurs d'obligations du même emprunt, étant entendu que s'il passe outre á cette disposition, il aura la charge d'étendre le benefice des propositions plus favorables aux porteurs des mêmes obligations qui ont adhéré au présent accord.

"7.— L'Etat d'Espirito Santo déclare qu'il existe 2.975 obligations á la souche entre les mains du Syndic de la faillite de la Société Auxiliaire de Crédit, dont les numéros sont réproduits á l'état ci-joint, et que pour 6.000 titres qui sont dans les caisses de la Société Générale et de la Société Française de Banque et de Depôts, il déposera successivement avec affectation espéciale chez l'établissement financier prévu ci-dessus, les montants correspondant aux deux étapes de remboursement de ces titres jusqu'a l'issue du procés en revendication actuellement en cours."

Nous ne pouvons que vous confirmer, suivant votre désir, notre acce-

ptation de publier les propositions ci-dessus en vue de les soumettre à l'approbation des porteurs français.

Il doit être également entendu entre nous, que les titres déposés auprés de l'etablissement choisi d'un commum accord ne seront á la libre disposition de l'Etat d'Espirito Santo qu'aprés paiement complet du deuxiéme versement en ce qui concerne les titres ainsi déposés.

De même, avant votre départ qui est prochain, nous souhaiterions obtenir de vous des précisions sur les dispositions que vous comptez prendre pour rendre effective la garantie de versement du complement de 500 francs par obligation, sur le produit du nouvel emprunt et si — pous préciser notre pensée — vous envisagez dés maintenant de procéder á cet emprunt.

Veuillez agréer, Monsieur le Secrétaire d'Etat, l'assurance de nos sentiments les plus distingués.

Le Directeur (signé) Illisible

Monsieur Monoyr Avidos.

8. avenue de la Motte-Picquet. PARIS.

CONSULTA AO ADVOGADO MAITRE CHRISTEIL SOBRE A SITUAÇÃO DOS DIREITOS DO ESTADO EM RELAÇÃO AOS TITULOS DO EMPRESTIMO DE 1908

N O T E

pour une consultation sur les faits et points suivants

E X P O S E'

En 1908 l'un des Etats du BRESIL, l'Etat d'ESPIRITO SANTO, émit en FRANCE, un emprunt de 30.000.000 de francs divisé en 60.000 obligations de 500 francs portant intérêt á 5% l'an, remboursable en 40 années á partir de 1910.

Le produit de cet emprunt devait servir:

1. — a concurrence de 7/12 au rachat ou amortissement d'un emprunt du même E'tat emits em 1894.

2. — á concurrence de 5/12 pour être employé aux besoins de lEtat d'ESPIRITO SANTO.

Pour faciliter le rachat de l'emprunt 1894, on offrit aux obligataires de 1894 qui y consentiraient, l'échange de leurs titres de 1894 contre des titres de l'emprunt 1908, avec paiement d'une soulte de dix francs par titre.

L'émission de l'emprunt 1908 fut effectuée par la banque Ch. VICTOR & Cie, aux termes, clauses et conditions d'un contrat entre cette banque et l'Etat d'ESPIRITO SANTO en date du 13 avril 1908.

L'emprunt 1908 se trouvant être d'un placement difficile et l'Etat ayant un besoin pressant de recevoir la partie du produit de cet emprunt lui revenant, un nouveau contrat intervint entre la banque Ch. VICTOR & Cie et l'Etat á la date du 24 Octobre 1910.

A ce moment l'exécution du contrat du 13 avril 1908 se présentait de la maniére suivante:

La banque avait échangé 8.132 obligations 1894 contre autant d'obligations 1908.

Elle avait en plus placé 16.860 obligations 1908 dont elle avait versé, sous diverses formes le produit á l'Etat d'ESPIRITO SANTO, soit au total: 24.992 obligations 1908 pour francs 10.411.667.20.

Il restait en circulation de l'emprunt 1894 — 19.910 obligations, et a placer 35.002 obligations de l'emprunt 1908.

Par le contrat du 24 octobre 1910 la banque Ch. VICTOR & Cie. prenait ferme le solde de l'emprunt 1908 non placé au taux du contrat de — 1908 á 416.60 par titre soit pour 14.584.332.80

et s'engageait á racheter á sa convenance les 19.910 obligations 1894 restant de l'emprunt 1894 qu'elle prenait au taux du contrat de 1908 á 485 par titre soit 9.656.350

Différénce au profit de l'Etat.. . . . . 4.927.98

dont il fut crédité par son compte.

Le compte de L'Etat fut réglé au moyen de traites á 90 jours payées á l'échéance par la banque CH. VICTOR & Cie.

De 1908 á Avril 1914 inclus, l'Etat d'Espirito Santo, fournit semestriellement á la Banque Ch. Victor & Cie. le montant des arrerages et de l'amortissement de l'emprunt 1908; de son côté á partir de 1910 la banque Ch. Victor & Cie. paya les coupons de l'emprunt de 1908 á de celui de 1894 et amortit uniquement 3.083 obligations de cet emprunt au moyen de rachat en bourse, les cours du titre étant au dessous du pair.

En 1911 le Gouvernement de l'Etat d'Espirito Santo reçu de la Banque de Paris et des Pays Bas, des réclamations sur le service de l'emprunt de 1894 ce qui a donné lieu á l'échange de lettres entre son Président et la banque Charles Victor (voir copie ci-joint).

En 1914, octobre, la guerre eupopéenne dont l'effect sur l'exportation brésilienne (café) a été trés sensible, n'a pas permis á l'Etat d'Esp. Santo d'effectuer le paiement des arrerages et de l'amortissement, que devaient avoir lieu á cette époque.

D'autre part la situation financiére de la banque Ch. Victor & Cie. á cette époque était trés douteuse et l'Etat soupçonnait que cette banque avait déjá placé la presque totalité des titres de l'emprunt de 908, sans racheter les

obligations correspondantes de l'ancien emprunt de 1894. Ces suspectes, d'ailleurs toutes confirmées plus tard ont fait que l'Etat suspendisse les payements définitivement, jusqu'á avoir bien éclairci la véritable situation des affaires.

En 1915 — 1916 l'Etat envoya en Europe un représentant, dont les pourparlers avec la banque, ont été toujours sur la question des titres de 908, dont la vente devait être appliqué au rachat des titres de 1894. L'Etat pour reprendre le service des arrerages et de l'amortissement de l'emprunt 1908, demandait á la banque, la restitution des obligations 908 encore non placées et dont la vente devait servir au rachat de 894, l'Etat en contre partie lui même redevenant chargé de l'emprunt 894. Les négociations n'ont pas abouti. En même temps que l'Etat suspendit de paiement des arrerages la banque Ch. Victor suspendit aussi celui de l'emprunt de 1894.

En Janvier de 1914 la banque Ch. Victor et Cie. devenue en décembre 910 la Société Auxiliaire de Crédit (ancienne banque Ch. Victor et Cie), fut objeet d'ataque en bourse sur les valeurs qu'elle patronnait et soutenait. Ces attaques se traduisirent par ce qu'on a appelé á cette époque "la défaillance" de la société Auxiliaire de Crédit. Elle réduisit son capital de 10 á 6 millions. Malgré cet événement comme on a dit, l'Etat envoya á la banque les fonds necessaires au paiement des arrerages et de l'amortissement d'Avril de 914 de l'emprunt de 908 et la banque paya également les arrerages d'avril de l'emprunt de 1894.

A la suite de la suspension de paiement par l'Etat aprés le pourparler dont nous avons parlé, en 1925—1926, a eut lieu une autre pourparler entre l'Etat et la banque par l'intermédiaire de l'Office National des Porteurs de Valeurs Mobiliers Etrangéres aussi sans résultat.

Aprés avoir suspendu les paiements de l'emprunt de 908, l'Etat ayant pris connaissance qu'il y avait encore 16.827 titres de 1894 en circulation, reprit leur service d'arrerages et d'amortissement et un peu plus tard, en 1920 usant d'une clause du contract d'emission de l'emprunt, remboursa le solde en circulation par la somme de 8.413.500 francs.

Le 8 Novembre 1918 la banque, Sté .Auxiliaire de Crédit, fut dissoute par assemblée de ses actionistes et le Tribunal de Commerce la déclara en état de cessation de paiements, par jugement du 4 Février 1919.

Sur opposition, puis appel des liquidateurs, et aprés une enquête ordonnée en Mars de 1921 par la Cour d'Appel, celle-ci par arrêt de 23 Janvier 1924, confirme la Sté Auxiliaire de Crédit en état de cessation de paiement en fixant la date de celle-ci au 17 Janvier de 1914.

De plus, par conclusion d'avoué, en date de 29 décembre 1923, l'Etat signifie á la Sté Auxiliaire de Crédit et au syndic de celle-ci, qu'il entendait intervenir dans l'appel des liquidateurs contre le syndic et qu-il se prétendait créancier de la Sté pour le remboursement de l'emprunt de 1894 éffectué par lui en 1920 pour une somme de 8.413.500 frs. et qu'il revendiquait en outre

16.827 obligations de l'emprunt de 908. La Cour par son arrêt de 23 Janvier 1924 qui maintenait la cessation de paiement de la Sté Auxiliaire de Crédit, admit l'intervention de l'Etat et lui *en donna acte en le renvoyant á se pourvoir devant le Tribunal du Commerce de la Seine et le syndic pour produire et faire admettre sa créance.*

C'est dans ces conditions, qu'ayant l'Etat pris connaissance de la situation passive de la Sté Auxiliaire de Crédit et ayant constaté que la Sté avait deux créanciers nantis, la Ste GENERALE et la Société Française de BANQUE & de DEPÔTS, filiale belge de la Ste. GENERALE, dont le nantissement consistait en 6.000 obligations 1908 de l'emprunt d' ESPIRITO SANTO, et ayant vu sa production á la cessation de paiements de la Sté Auxiliaire de Crédit, refusée par le syndic, l'Etat d'ESPIRITO SANTO, assigna le 1 décembre 1925 la Sté Auxiliaire de Crédit en la personne de son syndic devant le Tribunal de Commerce,

la Sté GENERALE et
la Sté Française de Banque & de Dépôts
en demandant:

1. — la restitution á son profit, sans indemnité, par da Sté GENERALE & la Sté. Française de Banque & de Depôts des 6.000 obligations de l'emprunt 1908 de l'Etat d'ESPIRITO SANTO a elles remises en nantissement par la Sté Auxiliaire de CREDIT.
2. — la restitution á son profit, sans indemnité, par la Sté Auxiliaire de Crédit de 2.975 obligations de l'emprunt 1908 de l'ETAT D'ESPIRITO SANTO. se trouvant dans les caisses de la Société.
3.° — son admission au passif de la Societé chirographiquement pour somme de 3.926.000 frs.

Les nantissements faits par la Sté Auxiliaire de Credit a la Sté GENERALE et la Sté. Française de BANQUE et de DEPÔTS l'ont été dans les conditions suivantes:

La Sté Auxiliaire de CREDIT avait depuis 1906 a la Sté GENERALE, un compte d'avances renouvelables et garantis par des depôts de titres. Ce compte d'avances fluctuait et était renouvelé.

Il fut renouvelé par la derniére fois le 30 octobre 1912, pour une avance de 1.500.000 frs. contre rémise en garantie de 4.000 obligations de l'emprunt de l'Etat d'ESPIRITO SANTO 1908, renouvelable pour — 1.000.000 seulement jusqu'au 15 Janvier 1913.

Ce contrat fut ensuite renouvelé jusqu'au mois d'avril 1914, et a ce moment la Sté Auxiliaire de CRÉDIT n'était plus débitrice de la Sté GENERALE que de 886.249 frs.

Sur la demande de renouvellement par la Sté Auxiliaire de CRÉDIT pour 1.500.000 frs la Sté GENERALE lui consentit le renouvellement du contrat en le scindant en deux parties: l'une par la Sté GENERALE, pour le solde de son compte avances 886.249.90 avec le nantissement existant déjá de 4.000 obligations ESPIRITO SANTO 1908 — l'autre par sa filiale la Sté Française de Banque & DEPOTS pour 614.000 frs. avec nantissement de 2.000 obligations de léemprunt 1908 de l'Etat d'ESPIRITO SANTO.

Ce renouvellement, sous cette forme fut effectué pour la Sté GENERALE le 17 avril 1914 et pour la Sté Française de Banque et de DEPOTS le 25 avril 1914 contre remisse de 614.000 frs. par la Sté de Banque et de Dépôts..

En ce qui concerne la prétention de l'Etat pour revendiquer les titres donnés en nantissement á la Société Générale et á la Société Française de Banque et de Dépôts, l'Etat d'Espirito Santo dit que la Société Auxiliaire de Crédit n'avait pas la propriété sur les titres qu'elle a donné en nantissement, par ce que, si d'une part elle a acheté ferme le solde de l'emprunt de 1908. d'autre part elle était obligé á racheter les titres de 1894 encore en circulation, de façon que seulement aprés avoir satisfaite complétement cette obligation, elle se deviendrait propriétaires des obligations de 1908. En outre, il y a un arrêt du 3 Mars 1923 du Tribunal Correctionnel de la Seine, (copie ci-joint) que déclare faux les bilans de la Sté Auxiliaire de Crédit de 1912 et 1913: En face de cet arrêt les contracts de nantissements ont été faits dans la période suspect de la faillite, d'ailleurs le contract avec la Société Française a été fait aprés la date de cessation de paiement fixée par la Cour de Paris, dans son arrêt de Janvier de 1924.

CONSULTATIONS

1. — Est ce que l'Etat d'Espirito Santo a le droit de revendiquer les 4.000 titres donnés en nantissement á la Société Générale, aussi bien que les 2.000 donnés á la Société Française de Banque et de Dépôts?
2. — Est ce qu'il a le droit de revendiquer les titres qui sont encore á la souche et qui n'ont été jamais placé dans le public; et, de produire á la faillite par la somme correspondante aux titres. (valeur nominal plus interêts jusqu'a la presente date) qui ont été vendus' á des tiers de bonne foi?
3. — Dans le cas de perte du procés de revendication contre les banques. des 6.000 titres, a l'Etat le droit de produire encore á la faillite, pour être admis comme créancier chirographaire par la somme correspondante á ces 6.000 titres (capital plus interêts), étant donné que l'Etat a déjá fait une premiére signation á la faillite, d'accord avec la copie ci-joint?
4. — Enfin si l'Etat est mal fondé dans son orientation (la quelle on peut connaitre par la signation ci joit), quel est l'orien-

tation la plus sure et celle qu'on lui doit conseiller pour lui assurer le meilleur resultat. dans cette liquidation avec la faillite et avec les banques créancier gagistes?

REPONSE:

Le 21 janvier 1927.

Monsieur le Secrétaire,

Vous avez bien voulu m'exposer les circonstances et les conditions dans lesquelles l'Etat d'ESPIRITO SANTO a procédé á l'émission en France de son emprunt de 1908, et les difficultés qui sont nées des accords conclus pour le placement de cet emprunt, tant avec la Sté Ch. VICTOR & Cie., qu'avec la Sté Auxiliaire de Crédit qui lui a succédé.

Vous m'avez également fait part du procés engagé en 1925 par l'Etat d'ESPIRITO SANTO tout á la fois contre le syndic de la faillite de la Sté Auxiliaire de Crédit et contre la Sté GENERALE et la Sté FRANÇAISE de BANQUE et de DÉPÔT, et vous me faites l'honneur de me consulter sur le bien fondé des demandes ainsi portées devant le Tribunal de Commerce.

Avant de répondre aux questions que vous m'avez posées á ce sujet, je crois nécessaire de bien préciser les circonstances de fait, que ont provoqué le litige dont il s'agit.

Ainsi que vous me l'avez indiqué, l'émission de 60.000 obligations de 500 frs. constituant l'emprunt de 1908 devait, aux termes d'accords passés avec la Banque Ch. VICTOR le 13 avril 1908, être assurée par les soins de cette Banque qui se réservait, aprés l'offre en souscription publique, le droit de placer pendant un certain délai pour le compte de l'Etat d'ESPIRITO SANTO les titres non souscrits.

En même temps, l'emprunt de 1908 ayant pour objet le retrait d'un emprunt émis en 1894, la Banque Ch. VICTOR devait assurer l'échange ou le rachat des titres de cette émission á des conditions diverses qu'il est inutile de rappeler ici. Il suffit d'indiquer que ces accords n'ont été exécutés qu'en partie, la Banque ayant échangé 8.132 obligations 1894 et placé 16.860 obligations 1908, dont elle avait fait tenir le montant á l' Etat.

Les choses en étaient lá quand est intervenu le 24 octobre 1910 entre l'Etat d'ESPIRITO SANTO et la Sté Auxilinire de Crédit (Ancienne Banque Ch. VICTOR & Cie.) un nouveau contrat qui apporta une *modification capitale á cette situation de fait*.

Aux termes de ce contrat, la Sté Auxiliaire de CRÉDIT est devenue acheteur ferme du solde de l'emprunt de 1908 aux conditions de prix déjá fixées par le contrat du 13 avril 1908 c'est á dire 416.60 par titre. Elle s'est obligée d'autre part á procéder au rachat au taux de 485 frs. des obligations de l'emprunt 1894 restant encore en circulation.

Par l'effet de ces stipulations, l'Etat d'Espirito Santo s'est trouvé créditeur pour prix des obligations de 1908 ainsi achetées ferme, d'une somme globale.. .. .. 14.584.332.80

et d'autre part la Banque a débité le compte de l'Etat du prix total de 19.910 obligations 1894 restant á racheter, soit.. .. .. 9.656.352f.00

en sorte que d'aprés le compte ainsi établi la Banque s'est finalement reconnue débitrice envers l'Etat d'une somme de.. .. .. 4.927.980f00

qu'elle lui a effectivement payés.

Sans qu'il soit nécessaire de s'arrêter aux difficultés que se sont alors produites et qui ont trait au paiement des arrérages et á l'amortissement de l'emprunt de 1908, je préeise seulement qu'en novembre 1918, la Sté Auxiliaire de Crédit s'est dissoute puis a été déclarée en faillite, par jugement du 4 fevrier 1919, sans avoir tenus engagements envers l'Etat. Le jugement qui avait prononcé sa faillite a été confirmé par un arrêt de la Cour de Paris du 23 janvier 1924, lequel a raporté la date de la cessation des paiements au 17 janvier 1914.

La défaillance de la Sté AUXILIAIRE s'est traduite, au regard de l'Etat d'ESPIRITO SANTO, principalement par ce fait que 16.827 titres de 1894 sont restés en circulation et que l'Etat a du procedér á leur rachat au lieu et place de la Sté AUXILIAIRE, déboursant de ce chef une somme totale de 8.413.500 frs.

D'autre part, il a été constaté que 2.975 obligations de l'emprunt de 1908 étaient restées á la Banque non placés et se trouvaient encore attachées á la souche, tandis que 6.000 de ces obligations étaient détenues á titre de gage et comme garantie d'une ouverture de crédit, á concurrence de 4.000 par la Sté Générale et de 2.000 par la Sté Française de Banque et de Dépôt.

C'est dans ces conditions que l'Etat á engagé l'instance actuellement pendante devant le Tribunal de Commerce et qui tend notamment á la revendication de 6.000 titres donnés en nantissement, ainsi que'á celle des obligations se trouvant encore dans les caisses de la Société AUXILIAIRE DE CRÉDIT. En même temps cette assignation solicité du Tribunal l'admission de l'Etat au passif de la faillite de la Société Auxiliaire de Crédit á concurrence d'une somme de 3.936.000 frs.

Je crois devoir vous dire immédiatament que je n'aperçois pas, quant á moi, quelles raisons de droit et de fait peuvent justifier la revendication des 6.000 titres dont il s'agit.

Tout d'abord, je dois vous indiquer que la validité des nantissements ainsi consentis par la Sté AUXILIAIRE de CRÉDIT, au profit de la Société Générale et de la Société de BANQUE et de DÉPÔT, ne parait pas pouvoir

être sérieusement contestée. S'il est vrai, en effet, que les contrats réglant la dation en garantie des titres dont il s'agit sont d'avril 1914 et se placent ainsi á une date postérieure á celle du 17 janvier 1914 fixée par la Cour comme étant celle de la cessation des paiements, l'operation dont il s'agit n'en échappe pas moins á l'application de l'article 446 du Code de Commerce.

Aux termes de cet article, pour qu'un droit de nantissement concédé par le débiteur en faillite depuis l'époque de la cessation de paiements soit nul et de nul effet á l'égard de la masse des créanciers, il faut que ce nantissement ait été constitué sur les biens du débiteur pour garantir une dette contractée antérieurement á la date oú ce nantissement est consenti.

La loi française, en effet, a voulu en cas de faillite d'un commerçant, assurer autant que possible l'égalité entre ses créanciers. C'est pourquoi l'article 446 sus visé édicte la nullité de certaines mesures ou de certaines dispositions, du fait qu'elles ont pour conséquence de porter atteinte á ce principe d'égalité.

Par exemple, la loi ne permet pas qu'un créancier, plus favorisé qu'un autre, puisse bénéficier, alors que la dette dont il se prévaut est déjá contractée envers lui et que son débiteur est en état de cessation de paiement, d'une garantie ou d'une sureté qu'il n'avait pas jugé bon d'exiger *lorsq'il* a fait crédit á ce débiteur.

Mais il en est tout autrement lorsque les suretés dont bénéficie le créancier lui ont été consenties au moment même oú la dette s'est trouvée contractée: il apparait alors que la sureté á été la condition même du prêt, qu'elle en est l'accessoire indivisible et qu'on ne pourrait l'annuler sans commetre une véritable injustice.

C'est pourquoi la jurisprudence française a toujours affirmé de la façon la plus catégorique que les suretés constituées pendant la période suspecte échappent á l'article 446 lorsqu'elles sont consenties en même temps que les obligations qu'elles sont destinées á garantir. Plus spécialement, il á été jugé, á de nombreuses reprises, que les garanties données pour une dette á venir, notamment pour une ouverture de crédit, ne tombent pas sous le coup de l'article 446, même si ces garanties sont ainsi concédés aprés la date de la cessation des paiements.

Tel est précisément le cas des accords passés en avril 1914 entre la Société AUXILIAIRE de CRÉDIT d'une part et la Société GENERALE ainsi que la Société FRANÇAISE de BANQUE et de DÉPÔT d'autre part.

Sans doute, des conventions antérieurs avaient reglé les conditions d'ouvertures de crédit en faveur de la Société AUXILIAIRE de CRÉDIT, ouvertures de crédit que avaient été, á plusuerus réprises, renouvelés ou prorogées, et dés alors, les 6.000 obligations litigieuses avaient été remises en garantie.

Mais, en avril 1914, les crédits étant venus á expiration, de nouvelles avances ont éte consenties, dont une partie devait être assurée par la Société

GENERALE moyennant la dation en garantie de 4.000 obligations et le solde, versé par la Société FRANÇAISE de BANQUE et de DÉPÔT se trouvait garanti par la rémise des 2.000 autres obligations.

Une opération conclue dans de telles conditions est, á mon avis, tout á fait inattaquable, bien qu'elle se place á une date postérieure á celle qui a été déclarée, par la suite, comme étant le point de départ de la cessation des paiements. Elle ne rentre en effet dans aucune des hypothéses prévues par l'article 446 puisqu'il existe, entre la formation de la dette et remise de la garantie, une concomittence certaine qui rend l'opération inattaquable.

Les accords ainsi passés ne pourraient éventuellement se trouver annulés que si, dans les termes de l'article 447 du Code de Commerce, l'Etat était en mesure de démontrer que ces accords ont été conclus avec connaissance par les Banques de la cessation des paiments de leur débiteur.

Une telle hypóthese ne peut pas être sérieusement envisagée. La faillite de la Société AUXILIAIRE de CRÉDIT n'a été prononcée qu'en 1919 et si, par la suite, la Cour de Paris a fait remonter la cessation des paiements jusqu'en janvier 1914, elle n'a pu décider ainsi qu'aprés une expertise comptable et parce qu'elle a constaté que la prosperité apparente de la Société AUXILIAIRE de CRÉDIT, en 1914, était fictive.

Il n'en reste par moins que pour tous ceux qui ne pouvait juger la Société que sur les apparences, rien, en 1914 ne permettait de penser qu'elle était alors en état de faillite virtuelle.

Je conclus donc á l'impossibilité de faire reconnaitre par les Tribunaux la nullité des nantissements consentis sur les 6.000 obligations de l'emprunt de 1908.

J'ajoute au surplus que même si l'Etat parvenait á faire triompher sa demande en nullité, il ne pourrait pas cependant revendiquer á son profit les titres que seraina ainsi restitués á la masse de la faillite par plus que l'Etat ne peut, selon moi, revendiquer comme il le fait, les 2.975 obligations de 1908 qui sont encore dans les caisses de la Société AUXILIAIRE de CRÉDIT. Il me suffira pour vous en convaincre de préciser á ce point de vue la situation juridique:

Par l'effet des conventions de 1910, toutes les obligations de l'emission de 1908 qui n'avaient pas encore éte placées par la Banque ont fait l'objet d'une vente ferme é cette derniére, et leur prix a été partiellement payé á l'Etat ainsi qu'il a été dit ci-dessus. Mais il apparait que, par suite de la défaillance de la Banque et du manquement á son obligation de racheter les titres de l'emprunt de 1894, elle n'a pas complétement rempli son engagement de paiement pour les obligations de 1908 ainsi achetées ferme. On peut donc considérer que notamment, les 2.975 obligations 1908 dont il s'agit, ne sont pas encore payées par la Banque.

D'aprés le droit civil français, le vendeur de meubles impayé peut demander la résolution de la vente et se faire restituer sa marchandise (Code

Civil, art. 1654) mais le Code de Commerce apporte (par les articls 550 paragraphe 6 et 576 á 578) d'importantes dérogations á ce principe.

L'article 550 dispose notamment que le privilége et le droit de revendication établis au profit du vendeur d'effets moliliéres, ne peuvent être exercés contre la faillite.

En cas de faillite, la revendication du vendeur est subordonnée á cinq conditions qui sont les suivantes:

1.° — Que le prix n'ait pas été payé ou que le vendeur n'ait pas été satisfait d'une autre maniére;

2.° — Que l'identité des choses vendues soit prouvée;

3.° — Que la tradition des marchandises ou des meubles revendiqués n'ait pas encore été effectuée dans les magasins du débiteur;

4.° — Qu'avant leur livraison au débiteur, les marchandises n'aient pas été vendues sans fraude;

5. — Qu'enfin, ces marchandises n'aient pas été constitués en gage á un tiers de bonne foi.

Or, il apparait qu'en l'espéce, au moins l'une des conditions ainsi exigées fait défaut, les titres revendiqués par l'Etat ayant été depuis longtemps livrés au failli qui les détient encore á l'heure actuelle.

J'estime dons que tant pour les 6.000 titres données en gage. que pour les 2.975 encore dans les caisses de la Société AUXILIAIRE de CRÉDIT, l'Etat est mal fondé dans sa revendication.

En prévision d'un rejet par le Tribunal de la demande, que me parait inévitable sur ce point, il importe donc de modifier la procédure engagée et de poursuivre, tout au moins sous forme de demande subsdiaire, l'admission á la faillite de la totalité de la créance dont l'Etat peut se prévaloir contre la Banque.

Il est á mon avis relativement facile de faire déterminer la chiffre de cette créance et de la faire admettre au passif. La créance de l'Etat est, selon moi, justifiée par le fait que la Banque, contrairement á ses engagements, n'a pas retiré de la circulation, la totalité des titres de l'emprunt de 1894. Cette opération incombait entiérement á la Banque et c'est en compensation de ce retrait que l'Etat n'a touché ainsi qu'il a été dit plus haut, qu'une somme de 4.927.960 frs pour reglement de la cession ferme consentie par le contrat de 1910.

Comme l'État a du, au lieu et place de la Banque, recheter les titres de l'émission de 1894 au nombre de 16.827 et décaisser de ce chef une somme totale de 8.413.500 frs. c'est á concurrence du montant de cette somme avec les intérêts, á partir du jour du remboursement, que l'Etat doit, selon moi, demander et obtenir son admission au passif de la faillite.

A cet égard, je me permet d'attirer tout particuliérement votre attention sur la necessité de faire reconnaitre par um jugement, le montant de

cette créance aprés discussion contradictoire devant le Tribunal de Commerce. Sans doute, la prétention de l'Etat quant á la production á la faillite pour la valeur des titres rachetés a dejá formulée devant la zême Chambre de la Cour de Paris, lors que l'Etat est intervenu dans le litige alors pendant entre la Société AUXILIAIRE de CREDIT et M. ARMAND, son syndic. Mais il ressort du *texte même de l'arrêt du* 23 *janvier* 1924 *que la Cour n'a nullement reconnu et fixé le chiffre de la créance de l'Etat et n'a, en aucune maniére, prononcé son admission au passif de la faillite*. L'arrêt s'est borné á *donner acte de ce que l'Etat* se réservait le droit de se porter créancier et de produire pour une créance de 9.413.500 frs. en principal.

Le litige quant á l'admission de l'Etat á la faillite, et quant au chiffre de la créance á faire admettre au passif — est donc demeuré entier; et il importe, selon moi, de le faire trancher le plus tôt possible par le Tribunal de Commerce au moyen d'une assignation nouvelle reprenant et complétant l'assignation déjá signifié le premier décembre 1925.

Telle est, Monsieur le Secrétaire, ma réponse aux diverses questions que vous avez bien voulu me soumettre. Je reste, faut'il vous le dire, tout á votre disposition et á celle de son Excellence M. le Président de l'Etat d'ESPIRITO SANTO pour examiner á nouveau ces difficultés, si vous le jugez nécessaire et vous fournir tous renseignements complémentaires que paraitraient désirables. — Veuillez agréer, Monsieur le Secrétaire, l'expression de ma haute considération et de mes sentiments devoués, — (a) — *Chrestéil*.

TRECHOS DO RELATORIO DO SR. DR. ARGEU MONJARDIM

RESGATE OU REEMBOLSO DO EMPRESTIMO EXTERNO 5 % DE 1908 DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Ficou conhecido com a denominação de — Accordo com a Association Nationale — o bem inspirado e feliz ajuste que, depois de longos entendimentos, foi concluido, em Paris, em 17 de Janeiro de 1927, entre o Governo de V. Exa., representado por seu digno auxiliar Sr. Dr. Moacyr Avidos, então em commissão na Europa, e a Association Nationale des Porteurs Français des Valeurs Mobiliéres, para o resgate ou reembolso do emprestimo externo 5% de 1908, deste Estado, collocado na França, o qual, ha muitos annos, encontrava-se em anormal situação, tendo os seus serviços em atraso e suspensos, com a aggravação de não quererem mais os portadores de suas obrigações acceitar, senão em ouro, os pagamentos que lhe eram devidos, e que, anteriormente, foram sempre feitos em francos francezes, mesmo no caso em que fossem retomados os serviços do referido emprestimo.

No mez de Maio do anno passado, quando cheguei a Paris, portadores em numero de 1464, representando 8.344 obrigações, já haviam prestado adhesão ás proposições de V. Exa. transmittidas e recommendadas, como já referi, pela Association Nationale. Todavia, nessa epoca, o resgate ou reembolso não podia ainda ter força obrigatoria para o Estado, por não ter, até então, reunido a adhesão de portadores, representando 55% do numero das obrigações, em circulação, nos termos previstos no Accordo. Mesmo assim, conhecedor do pensamento de V. Exa., que não era procrastinar a execução a pretexto algum, e, ao contrario, apressal-a, para pôr termo a uma situação desagradavel, tanto para o Estado, como para os portadores, entendi-me com a Directoria da Association sobre o assumpto, e, encontrando-a nas mesmas idéas e disposições, autorisei-a, em nome de V. Exa. a annunciar a execução do mesmo Accordo.

Neste sentido, a Association Nationale expediu a sua informação n.° 657, de 30 de Maio do anno findo; e, em seguida, o Accordo entrou em execução no dia 1 de Junho.

Em consequencia, os portadores já adherentes e os que continuaram a adherir passaram a receber a primeira prestação de 325 francos francezes, accrescida dos juros vencidos, a contar de 5 de Abril de 1927 até 31 de Maio, vespera do inicio do pagamento, na importancia de francos 2,55 ou, seja dito, um total de francos francezes 327,55, correspondente aos coupons vencidos, de ns. 13 á 38, observando-se neste pagamento o expresso nas disposições praticas da dita Informação. (Doc. n.° 2).

A segunda e ultima prestação começou a ser paga, em 20 de Janeiro do corrente anno, consistindo no reembolso do nominal do titulo; isto é, 500 francos francezes, augmentados de juros de 5%, contados de 5 de Abril de 1927, á 19 de Janeiro, vespera do pagamento annunciado, na importancia de francos 20,0694, ou seja dito, um total de francos francezes 520,0694, por titulo, observando-se, tambem, neste pagamento as disposições contidas na Informação n. 692, de 19 de Janeiro passado. (Doc. n. 3).

Até o dia 20 de Abril, quando sahi de Paris, haviam adherido ás proposições de V. Exa. portadores, representando 17.241 titulos, dos quaes 14.443 haviam já recebido a segunda e ultima prestação, na forma estabelecida no Accordo, e 1273 depois de estampilhados com o carimbo de adhesão foram vendidos na Bolsa e comprados

em nome do Banco do Espirito Santo, achando-se, pois, pagos e reembolsados.

Esses 1.273 titulos que comprei na Bolsa, são os que constam da relação junta, (Doc. n.º 4), da qual V. Exa. verificará os mezes e dias em que estas operações tiveram lugar, e o preço de cada titulo.

Nos termos do Accordo, o Estado se obrigava a pagar, somente, os coupons de ns. 13 a 38, correspondentes á primeira prestação. Tendo sido, porém, apresentados á adhesão muitos titulos que ainda traziam ligados coupons de numeros anteriores, concordei, por considerar acto de justiça, que esses coupons tambem fossem pagos e resgatados. Assim, foram pagos e resgatados 511 coupons nas condições referidas, e constantes das respectivas relações numericas.

Autorisei ainda ao Banco Italo-Belga a mandar comprar, na Bolsa, por conta do Banco do Espirito Santo, todos os titulos do emprestimo de 1908, que apparecessem á venda, mesmo por preço superior ao da offerta de outros concurrentes, desde que esse preço fosse inferior ao determinado no accordo. Deste modo, consegui tambem, a preço vantajoso, comprar e retirar da circulação 2.327 titulos do alludido emprestimo os quaes constam da relação junta, (Doc. n. 5), da qual V. Exa. verificará, igualmente, os mezes e dias em que essas compras se realisaram e o preço de cada titulo.

Não bastavam, porém, estas providencias. Para o exito do resgate do emprestimo 5% de 1908 era imprescindivel que, além dos titulos em circulação, o Estado entrasse, tambem, na posse das demais obrigações que figuravam no activo da fallencia da Société Auxiliaire de Crédit; isto é, dos seis mil (6.000) titulos, dos quaes, quatro mil (4.000) estavam caucionados na Société Générale, e dous mil (2.000) na Société Française de Banque et de Depôts, para garantia de contas correntes daquellas sociedades; e dos dous mil novecentos e setenta e cinco (2.975) titulos, que, em grande numero, se achavam ainda presos aos respectivos tócos, não tendo entrado em circulação. Era preciso mais, que fossem tambem entregues ao Estado os dous mil cento e quarenta (2.140) titulos amortisados, nos annos de 1912 e 1913, os quaes, a despeito das reclamações do Governo, permaneciam, irregularmente, em poder da mesma sociedade fallida.

Para alcançar este resultado, o Estado, no anno de 1925, intentara no Juizo do Commercio do Sena, na cidade de Paris, uma

acção de reivindicação desses titulos, contra a Société Generale, a Société Française de Banque et de Depôts e o Syndico da massa fallida da Société Auxiliaire de Crédit. Promover o andamento dessa causa, que se achava parada, teria sido o meu primeiro cuidado, se o actual advogado do Estado Maitre George Chresteil e, eu mesmo, a considerassemos amparada em solidos fundamentos juridicos, para chegarmos ao fim que se tinha em vista. Entretanto, o dito advogado, em longo e luminoso parecer, que V. Exa. teria tido occasião de ler, arguiu-a de improcedente, declarando, até, que não percebia as razões de direito e de facto, que pudessem legitimar a reivindicação desses seis mil (6.000) titulos e, tambem, dos dous mil novecentos e setenta e cinco (2.975), porquanto, em virtude de estipulações do contracto de 24 de Outubro de 1910, a Société Auxiliaire de Crédit comprara, firme, ao Estado o saldo do emprestimo de 1908, pelo preço fixado no contracto de emissão, de 13 de Abril de 1908, saldo, em que esses titulos estavam comprehendidos.

Deante deste pronunciamento expresso, franco e leal do proprio advogado do Estado, que, aliás, formara o seu juizo, baseado em documentos e provas indestructiveis, considerei que seria um desserviço e até mesmo uma impertinencia minha, insistir nessa demanda, mal fundada, e cujo insuccesso seria inevitavel.

Restava-me, pois, desistir da acção para mandar propôr outra, cabivel, o que, entretanto retardaria o resgate, pois, as demandas são sempre demoradas em seu andamento, quando não se eternisam nos archivos dos cartorios; ou, então, adoptar outra providencia mais simples, pratica e summaria, para fazer voltarem á posse do Estado esses titulos que já não lhe pertenciam por effeito do citado contracto.

Entre as duas soluções, preferi a segunda, de accordo com o advogado do Estado e a previa approvação de V. Exa.

Como vê V. Exa. foram estas as operações que tive de realisar para o resgate ou reembolso do emprestimo de 1908, as quaes se resumem no seguinte:

1.° — Execução do Accordo celebrado entre o Estado e a Association Nationale, em sua primeira e segunda e ultima parte;

2.° — Resgate ou reembolso, por este modo, de 15.716 titulos, dos quaes 1.273, depois de terem os seus portado-

res recebido a primeira prestação, foram vendidos na Bolsa e por mim comprados, em conta do Banco do Espirito Santo, já estampilhados com o carimbo de adhesão;

3.° — Compra de 2.327 titulos tendo ligados os coupons de juros vencidos e em atraso, cujos portadores preferiram vendel-os na Bolsa;

4.° — Compra dos 6.000 titulos caucionados;

5.° — Compra dos 2.975 titulos pertencentes ao activo da fallencia;

6.° — Recebimento, pura e simplesmente, de 2.140 titulos que haviam sido amortisados pelo Estado.

———

Incluo entre os titulos em circulação uma grande quantidade de obrigações inteiramente inutilisadas ou esfaceladas, de tal maneira, que não pude concordar no seu pagamento e reembolso, por não ser, absolutamente, possivel identifical-as. E' grande tambem o numero de titulos perdidos durante a guerra européa, não tendo eu attendido ás allegações e reclamações dos interessados, por me julgar sem competencia para resolver a respeito.

O serviço de pagamento aos portadores adherentes foi e continúa a ser feito pelos conceituados Bancos Italo-Belga e Union Parisienne, segundo fôra combinado entre o Governo de V. Exa. representado pelo Sr. Dr. Moacyr Avidos, e a Association Nationale, por uma conta corrente aberta pelo Banco do Espirito Santo no primeiro dos estabelecimentos citados, conta essa pela qual tambem correm a compra na Bolsa, das demais obrigações e todos os serviços decorrentes do reembolso.

O saldo dessa conta, no fim de Abril, conforme telegramma, era de 1.670.000 francos.

———

CREDITO DO ESTADO NA FALLENCIA DA SOCIE'TE' AUXILIAIRE DE CRÉDIT

Como sabe V. Exa. o Estado é credor da massa fallida da Société Auxiliaire de Crédit, principalmente, pela somma de francos: — 11.232.433,90, provisão que fez o Governo ao Banco de Paris et

des Pays Bas, em 1920, para o resgate geral de 16.827 obrigações do emprestimo externo 5% de 1894, restantes em circulação, em 5 de Outubro de 1910, e para o respectivo serviço de pagamento de juros, em atraso, resgate esse que, nos termos das estipulações do contracto de 24 de Outubro de 1910, a que já alludi, devera ter sido feito por aquella sociedade, que, para isso, fôra em tempo, habilitada.

Esse credito, porem, para ser admittido no passivo da fallencia, precisava, primeiramente, ser verificado, em Juiso, quanto á cifra exacta do seu montante, e, em seguida, fixada e reconhecida esse cifra por um julgamento do Juiso do Commercio, após discussão contraditoria entre os interessados.

Não se tendo, nunca, preenchido essa exigencia legal, entendi-me, sobre o assumpto, com o advogado do Estado, que promoveu e obteve do Juiso a nomeação de um arbitro para o dito fim, isto é, para examinar a escripturação existente, e proferir o seu laudo sobre o montante do credito a ser admittido no passivo da fallencia.

O arbitro nomeado pelo Juiso foi o Sr. Roy. Para facilitar-lhe o trabalho, e acautelar, convenientemente, os direitos e interesses do Estado, offereci-lhe um *dossier* com toda a documentação que julguei necessaria, a qual, a pedido de V. Exa. me foi fornecida pelo Banco de Paris et des Pays-Bas, que se encarregara do serviço do reembolso das alludidas obrigações do emprestimo 5% de 1894 e do pagamento dos coupons atrazados do referido emprestimo.

O serviço de exame e verificação das contas ia em bom andamento. Varias reuniões contradictorias se succederam, nellas tomando parte o advogado do Estado, o Syndico e o Liquidatario da fallencia. Emfim, o Arbitro já se achava habilitado a pronunciar o seu laudo, que, em breve, seria conhecido, quando, em meio do mez de Janeiro, foi accommettido de um grave incommodo cerebral, que o impossibilitou para qualquer trabalho. Assim, foi forçado a pedir dispensa do seu encargo, tornando-se sem effeito todo o serviço, até então, já realisado.

Para substituir o Sr. Roy, em audiencia do Juiso, que teve lugar, em 15 de Março, foi nomeado um outro Arbitro, Sr. M. Rode, que já está examinando as contas, afim de dar o seu laudo.

Este negocio está exclusivamente a cargo do advogado do Estado, que delle cuida com o maior interesse.

Con relação á cessão do alludido credito, já feita pelo Estado ao Banco do Espirito Santo, os documentos, que dizem respeito a essa cessão, se acham em poder do mesmo advogado, que fará a devida notificação ao Syndico da fallencia, na occasião que julgar opportuna.

EMPRESTIMO DE 1919

Além dos encargos de minha commissão, coube-me tambem a honra de, como delegado de V. Exa. assignar as proposições dirigidas aos portadores das obrigações do emprestimo externo do Estado 5% de 1919, em 28 de Novembro do anno findo, consistentes no seguinte:

> Reembolso immediato do montante do nominal da obrigação; isto é, 320 francos francezes e do coupon de juros (8 francos), a vencer-se em 31 de Dezembro do anno passado;
>
> ou, então:
>
> Conservação, por parte dos portadores, de seus titulos, mediante as vantagens que se seguem: elevação da taxa de juros, de 5% para 7%, (deduzido o imposto francez), a contar de 1 de janeiro deste anno; uma bonificação de 15 francos francezes, por cada obrigação, (menos o imposto francez,) e, finalmente, modificação da tabella de amortisação, de modo a ser inteiramente amortisado o mesmo emprestimo até Dezembro do anno de 1943, em vez de Dezembro de 1973, como estipulava o contracto, por meio de compras, na Bolsa, ou sorteios semestraes, a contar de Dezembro do anno corrente.

No momento da publicação das proposições de V. Exa. existiam, em circulação, 72.540 obrigações do dito emprestimo.

Até o dia 17 de Abril proximo passado, quando recolhi as ultimas informações por mim solicitadas, dessas 72.540 obrigações já haviam sido reembolsadas 50.175. Portadores representando 8.730 obrigações tinham preferido continuar com as mesmas, mediante as vantagens offerecidas. Existiam em circulação apenas 13.635 titu-

los. Todos os pagamentos e serviços concernentes a este emprestimo continuam a cargo do Banco Francez e Italiano para a America do Sul, (Paris), e são feitos, como V. Exa. determinou, por uma conta corrente, que o Banco do Espirito Santo abriu e mantem no referido estabelecimento.

Agradeço a V. Exa. a consideração e fineza de sentimentos com que me penhorou pessoalmente, durante a minha estadia na Europa, e o apoio moral que a alta autoridade de V. Exa. sempre me prestou, concorrendo, assim, para que eu pudesse, dar desempenho a minha commissão.

Aproveito a opportunidade para apresentar a V. Exa. as minhas felicitações por mais este assignalavel serviço que acaba de prestar, com coragem e com patriotismo, resgatando, de um só golpe, dous grandes emprestimos externos, e consolidando o nosso credito no estrangeiro, ao mesmo tempo que, cheio de fé no futuro e confiante nos nossos destinos, augmenta e enriquece o patrimonio do Estado com realisações custosas e de inestimavel e indiscutivel utilidade publica.

Victoria, 22 de Maio de 1928.

Argeo Monjardim

CONTRACTO DE EMPRESTIMO

1908

(CLAUSULAS MAIS IMPORTANTES)

EMISSION DE L'EMPRUNT

I — Nature de l'Emprunt

Article 1 — L'Etat d'Espirito Santo contracte un emprunt de treinte millions de francs, monnaie d'or française dont les intérêts seront payés aux taux de cinq pour cent l'an. Cet emprunt sera divisé en 60.000 obligations de 500 francs chacune.

Les obligations émises donneront droit á un payement semestriel de Frs. 12,50 d'intérêts et seront remboursables dans un délai qui n'excedera pas le 5 Octobre 1949.

Le remboursement de l'emprunt et le payement des intérêts seront effectués á Paris en monnaie d'or française ou de l'Union Latine.

Les intérêts seront payables les 5 Avril et 5 Octobre de chaque année, et pour la prémiére fois le 5 Octobre 1908.

II — Mode et date d'Emission

Article 2 — L'emprunt sera offert pour compte de l'Etat de Espirito Santo en une souscription que sera ouverte á Paris dans telles Banques que M. M. Ch. Victor & Cie. désigneront et en outre s'ils jugent á propos dans telles maisons de Paris, de province ou de l'étranger qu'ils se réservent de choisir.

Au cas oú cette émission ne serait pas couverte, M. M. Ch. Victor & Cie *conserveront* le droit de placer pour compte de l'Etat d'Espirito Santo, *pendant* un an, á partir de la date d'emission, les titres non souscripts avec jouissance du coupon en cours. Dans ce cas ils fourniront á la fin de chaque mois á l'Etat ou au représentant qu'il designera, un décompte des titres ainsi placés.

Article 3 — L'émission publique du présent emprunt devra avoir lieu, par les soins de M. M. Ch. Victor & Cie, *au plus tard le sept Mai* 1908.

Article 4 — Tout événement politique ou financier qui pourrait troubler le marché de Paris ou faire baisser l'emprunt de Espirito Santo déjá coté au dessous de 470 pourra permettre á M. M. Ch. Victor & Cie. d'annuler le présent contrat ou d'en ajourner l'émission jusqu'au moment oú ces obstacles auront disparu. *Cet ajournement* en aucun cas ne pourra dépasser *le delai d'une année*.

III — Formalité d'Admission á la Côte.

IV — Forme des obligations émises et frais d'impression et de publicité

GARANTIES AFFECTE'ES A' L'EMPRUNT

Article 8 — Le service des intérêts de cet Emprunt et son amortissement seront assurés:

1 — par le produit des droits d'exportations que sera affecté en prémiére ligne et par privilége aux nouveaux obligataires au fur et á mesure de l'échange ou rachat des obligations 1894 et pour autant qu'ils ne soient pas affectés á ces derniéres;

2 — au moyen de toutes les autres resources ordinaires et extraordinaires de l'Etat de Espirito Santo avec rang de privilége et de priorité par rapport á tout autre emprunt tant extérieur qu'intérieur que sera crée sous qualque forme que ce soit, posterieurment á l'emprunt qui fait l'objet des présentes conventions.

Article 9 — Le Gouvernement devra remettre á M. M. Ch. Victor & Cie, dans le plus bref délai possible, c'est-á-dire, aussitôt aprés le remboursement

de la dette extérieure existant á ce jour, une piéce établie dans les formes requises constatant que les produits des droits d'exportations perçus par l'Etat de Espirito Santo sera affecté par privilége et sans restriction au payement intégral des intérêts de l'amortissement des soixante mille (60.000) obligations qui font l'object du présent emprunt.

PRODUIT DE L'EMPRUNT

1 — *Echange des Obligations* 1894

Article 10 — Le présent emprunt ayant tout d'abord pour object, conformément á la loi n. 446, *le retrait de l'emprunt émis en* 1894, *M. M. Ch. Victor & Cie.* offriront aux détenteurs des titres de l'ancien emprunt, l'échange de leurs titres, ex-coupons d'Avril 1908, contre des titres du présent emprunt et le payement d'une soulte calculée en raison de la difference du taux d'émission du présent emprunt et du cours des titres de l'emprunt 1894.

L'ensemble du taux et de la soulte ne pourra pas comporter pour le Gouvernement un montant supérieur á celui de 485 frs., par obligation ancienne.

La dite soulte sera payée par les soins de M. M. Ch. Victor & Cie pour le compte de l'Etat de Espirito Santo sur les fonds á provenir de l'emprunt et sera portée au débit de l'Etat.

M. M. Ch. Victor & Cie. sont autorisés á maintenir ces conditions d'échange *pendant six mois* á partir de la *date d'émission*.

Article 11 — *Si au bout de six mois* que mentionne l'article 10 il restait encore des obligations anciennes en circulation, M. M. Charles Victor & Cie. auront le droit de demander au Gouvernemente d'exercer sous son contrôle et d'accord avec ses instructions le rachat et, au bésoin, le remboursement au pair des dites obligations.

L'affectation des sommes destinées á la conversion ou rachat des titres de l'emprunt de 1894 ne pourra en aucun cas excéder les 7/12 du produit du présent emprunt quel que soit le montant des titres placés, 5/12 restant devant toujours étre tenus á la disposition du Gouvernement d'accord avec les dispositions de l'article 15 et sous réserve des stipulations formulées á l'article 14.

Article 12 — Les obligations échangées ou rachatées en vertu des articles ci.dessus seront immédiatement annulées par les soins de M. M. Ch. Victor & Cie., qui en fourniront un décompte au Gouvernement ou á son réprésentant. Les titres annulés seront remis á Paris au fur et á mesure á l'agent du Gouvernement ou directement au Gouvernement chaque fois que le nombre de ceux-ci aura atteint un maximum de 1.000 titres.

---

2 — *Prix des Obligations émises.*

Article 13 — M. M. C. Victor & Cie émettront l'emprunt ci-dessus pour compte de l' Etat d'Espirito Santo au prix qu'ils jugeront convenable, au

moment où ils procéderont á cette opération, étant entendu que le prix d'émission qu'ils fixeront ne dépassera pas Frs. 475 par obligation.

Ils devront tenir compte dans les conditions indiquées ci-aprés á l'Etat de Espirito Santo de la somme de Frs. 416,60 par obligation émise ou échangée et en plus des intérêts courus. Étant donné la date *du six mai convenue pour l'émission*, les intérêts seront toujours diminúes du montant d'un mois d'arrerages.

La différence entre le prix payé á l'Etat de Espirito Santo et le prix des obligations émises ou échangées, sera conservée par eux pour subvenir aux frais de timbre, á leurs propres frais, soins et démarches de toutes sortes en dehors de ceux prévus á l'article 7 pour la publication et la confection des titres.

---

3 — *Compte des sommes revenant á l'Etat*

Article 14 — M. M. Ch. Victor & Cie. porteront au credit du compte de l'Etat, conformément á l'article 13 ci-dessus, une somme de Frs. 416,60 (quatre cent seize francs soixante) par obligation émise ou échangée, ainsi que les intérêts courus par ces titres, mais d'accord avec l'article 13.

Ils porteront au débit du même compte:

1.° — la somme de 396.000 frs. prévue á l'article 7 pour frais de confection de titres et de publicité;

2.° — le montant au prix émission des obligations données en échange conformément á l'article 10;

3.° — le montant des soultes payées en espéce conformément á l'article 10;

4.° — les sommes éventuelles payées par eux conformément á l'article 11 pour rachat des obligations 1894 non échangées.

Copie de ce compte sera envoyé mensuellement á l'Etat de Espirito Santo.

4 — *Payement á l'Etat*

Article 15 — L'Etat d'Espirito Santo pourra disposer mensuellement des sommes qui lui reviendront d'aprés les comptes ci-dessus au moyen des traites tirées á 90 jours de vue sur M. M. Ch. Victor & Cie ou sur telle banque que ceux-ci désigneront.

Toutefois M. M. Ch. Victor & Cie devront conserver une somme de Frs. 485 par obligation de 1894 restant sur le marché pour opérer les rachats prévus á l'article 11 ci-dessus.

Les sommes conservées par M. M. Ch. Victor & Cie conformément aux deux paragraphes ci-dessus, porteront intérêts au profit de l'Etat á raison de 2% l'an; ainsi que toutes autres sommes portées chez eux au crédit de l'Etat.

---

5 — *Emploi des sommes revenant á L'Etat.*

AMORTISSEMENT ET PAYEMENT DES INTÉRETS

Article 17 — Le service des intérêts pendant les années 1908 et 1909 sera fait á raison de Frs. 1.500.000 par an et á partir *de l'année* 1910, le service des intérêts et de l'amortissement sera fait moyennant une annuité constante de Frs. 1.748.344,80 payée pendant 40 ans par le Gouvernement, á partir de l'année 1910, de maniére que l'emprunt soit remboursé au plus tard le 5 Octobre 1949 (mil neuf cent quarante neuf). Les fonds nécessaires pour le payement *des deux prémiers semestres á échoir seront retenus par M. M. Ch. Victor & Cie,* sur le produit de l'émission pour le montant des titres placés par eux.

Article 18 — L'amortissement s'opérera par voie de *rachat en* Bourse ou par voie de tirages au sort, selon que les titres seront côtés ou non au dessus du pair.

Les droits de Porteurs et Causes diverses.

Article 25 — Les porteurs qui viendraient á perdre leurs titres ou leurs coupons pourront s'en faire délivrer de nouveaux dans les conditions de la loi française du 6 février 1902.

Le treize Avril mil neuf cent huit.

Lu et approuvé.

Suivant les signatures.

Signé: Ch. Victor & Cie., Le délégué de l'Etat de Espirito Santo, Signé: Jean Zinzen.

MODIFICAÇÃO DO CONTRACTO DE EMPRESTIMO DE 1908, FEITA EM 1910

Entre les soussignés:

1.° — Mr. Charles Victor, agissant, en qualité d'administrateur Delegué de la Société Auxiliaire de Crédit (ancienne Banque Ch. Victor Cie.) Société Anonyme dont le siége est á Paris, 13 Boulevard Haussmann, d'une part;

2.° — et Mr. Domingos A. Braga demeurant á Paris, 32 Avenue Henri Matrin, agissant comme delegué officiel et porteur des pouvoirs que lui ont été délegués á cet effet par Mr. Jeronymo de Souza Monteiro, Président de l'Etat d'Espirito Santo (Etats-Unis du Brésil), demeurant á Victoria (Brésil) Palais du Gouvernement, en vertu d'une procuration datée de Victoria le *douze Septembre* 1910 et legalisée par Mr. l'Agent consulaire de France dans celle ville, le dit jour 12 Septembre 1910.

d'autre part;

Il a été expliqué et convenu ce qui suit:

Le vingt-huit Aout 1910, les propositions suivantes ont été faites par Mr. Ch. Victor, esqualités, au Gouvernement de l'Etat d'Espirito Santo par l'entremise de Mr. Domingos de A. Braga, qui se trouvait alors á Rio de Janeiro:

1 — De prendre le solde de l'Emprunt de l'Etat d'Espirito Santo de 1908 aux conditions du contrat du 13 Avril 1908 et d'emporter le montant au crédit du compte du dit Etat d'Espirito Santo, valeur 9 Septembre 1910.

2 — De payer le coupon á échoir de 5 *Octobre* 1910 *sur les obligations* en circulation des Emprunts 5% 1894 et 5% 1908, par le débit du compte de l'Etat d'Espirito Santo.

3 — De payer, á quatre vingt dix de vue, á l'Etat d'Espirito Santo une ou plusieurs traites d'un chiffre total de un million cinq cent mille francs par le débit du compte du dit Etat d' Espirito Santo.

4 — De verser á l'Etat d'Espirito Santo, trois mois aprés le paiement de la prémiére traite le montant du solde créditeur du compte de l'Etat d'Espirito Santo tel qu'il résultera, a cette époque, des livres de la Société Auxiliaire de Crédit.

5 — De débiter le compte de l'Etat d'Espirito Santo du montant du rachat, á 485 francs l'une des Obligations restant en circulation de l'Emprunt 5% 1894, la Société Auxiliaire de Crédit garantissant ce rachat, qu'elle effectuera á sa convenance. Ces propositions ayant été agrées le 19 Septembre 1910 par un cablogramme du Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, Président de l'Etat d'Espirito Santo confirmant deux cablogrammes de Mr. Domingos Braga, delegué plénipotentiaire du dit Etat, des 20 Aout 1910 et 3 Septembre 1910, en conséquence desquels cablogrammes Mr. Ch. Victor, es-qualités, a payé le coupon du 5 Octobre 1910, les parties déclarent par les présentes, les ratifier purement et simplement.

Il n'est fait novation par les présentes aux engagements pris par le Président Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, de faire toutes démarches personnelles en vue d'obtenir l'intervention fédérale pour la cotation officiele á la bourse de Paris de l'Emprunt 5%, et cela dans le plus bref délai possible.

Fait triple á Paris, le vingt quatre Octobre mil neuf cent dix.

Lu et aprouvé.

(Assignés) *M. Victor.* — *Domingos A. Braga,* délegué officiel de l'Etat d'Espirito Santo.

EMPRESTIMO DE 1919

A situação de difficuldades financeiras, quasi invenciveis, em que se achava o Estado em 1912, provinha dos encargos do emprestimo de 1908 acima expostos e da garantia de juros, dada ao capital do Banco Hypothecario e Agricola do Estado do Espirito Santo, que era de 50 milhões de francos. Contando com a garantia do Estado,

tal banco empregou em aventuras industriaes autorisadas pelo Governo e em emprestimos mal amparados, a quasi totalidade do seu capital. Essas industrias já descriptas em minha ultima mensagem deram no geral, resultados negativos, ficando o Estado obrigado ao pagamento quasi integral da garantia de 5 ½ % assegurada sobre 50 milhões de francos. Para tirar o Estado dessa embaraçosa situação com relação a esse banco que seus recursos não comportavam, é que foi tomado o emprestimo de 1919, do valor nominal de 24.960.000 francos, para serem seus titulos dados em troca das acções, com juros atrasados do dito Banco Hypothecario e Agricola, que por essa forma foi encampado. Essa operação libertou o Estado de uma situação difficilima, ficando a opprimil-o ainda o famoso emprestimo 1908 que agora se póde considerar liquidado.

Este emprestimo 1908 tinha como garantia todas as rendas *ordinarias* e *extraordinarias* do Estado, o de 1919 tinha para sua garantia todo o acervo dos bens do banco encampado e todos os remanescentes das rendas dadas ao de 1908.

Por essa forma, nenhuma operação de credito podia o Governo fazer. Todas as suas rendas estavam compromettidas e tal era a situação do Estado em 1924, já agora quasi completamente desembaraçada.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, TERRAS E OBRAS

Esta Secretaria não constituia um corpo technico devidamente apparelhado para o desempenho cabal dos serviços de Agricultura, terras, colonisação, pecuaria, intensificação das vias de communicação e obras e não podia, pois, corresponder ás necessidades do Estado.

O seu fim principal quasi que se cingia exclusivamente á venda de terras.

Veiu preencher as principaes lacunas o Decreto n. 6.443 de 6 de Novembro de 1924 que regulamentou o serviço distribuindo-o em duas Directorias: a de Agricultura, Terras e Colonisação e a de Viação, Obras Publicas, Industria e Commercio.

A organisação prescripta em tal Decreto foi a seguinte:

Gabinete do Secretario:
Um official de Gabinete e um Dactylographo

Secção do Expediente:

Um Chefe de Secção, tres escripturarios, um almoxarife, um protocollista, um archivista, um porteiro, um continuo e um servente.

Directoria de Agricultura, Terras e Colonisação

Um Director

Secção de Agricultura:

Um chefe de secção (agrónomo), um veterinario e dois auxiliares de Agricultura

Secção de Terras e Colonisação:

Um chefe de Secção (engenheiro), um solicitador, tres inspectores de districto, tres escripturarios, um desenhista de 2.ª classe e um agrimensor da Capital

Directoria de Viação, Obras Publicas, Industria e Commercio:

Um Director

Secção de Viação e Obras Publicas:

Um chefe de Secção (engenheiro), dois engenheiros de districto, um engenheiro ajudante, um conductor de obras, um desenhista de 1.ª classe e tres escripturarios.

Secção de Industria e Commercio:

Um auxiliar.

Os trabalhos de cada Directoria vão separadamente descriptos.

DIRECTORIA DE AGRICULTURA, TERRAS E COLONISAÇÃO

Comprehende os serviços da antiga Secção de Terras e Colonisação, já em andamento, quando assumi o Governo, e os de Agricultura e Pecuaria, creados durante a minha administração.

Na organisação dos serviços de Agricultura e Pecuaria visei sempre, quer no Regulamento da Secretaria, quer nos decretos ns. 6.255, 6.518 e 6.519; todos de 1924, apparelhar o Governo para cumprir, de modo permanente, o seu papel na orientação que lhe compete, da actividade agricola e pastoril do Estado.

Pelos decretos citados, foram creados os serviços do café e algodão, os campos de demonstração por cooperação e o registro territorial, agricola e pecuario.

Tal organisação não está ainda completa, fazendo-se mistér novas providencias tendentes a facilitar e ampliar o nosso desenvolvimento agricola.

Dentre essas medidas, merece menção, o estabelecimento do serviço meteorologico, que está em andamento.

Além das leis e regulamentos que permittiram ao Governo uma assistencia permanente, foram innegavelmente de grande alcance as exposições, os premios agricolas, o fornecimento vantajoso de machinas agricolas e a distribuição gratuita de sementes. Em todos esses sentidos foi intenso o trabalho da Secretaria de Agricultura, neste periodo administrativo.

Si considerarmos que, conforme as estatisticas, 90% approximadamente da producção de nosso Estado provém da Agricultura e da Pecuaria e que 95% de sua receita, provém da sua producção agricola, verificaremos logo a attenção que deve merecer do poder publico esse ramo de actividade.

E' para lamentar, que embora já diversos Governos anteriores tivessem feito a respeito, esforços, não fossem taes esforços proseguidos de modo permanente, o unico capaz de produzir resultados seguros e apreciaveis.

Penso haver dado ao assumpto a orientação que era para desejar e de me haver dedicado a elle sem exaggeros, mas com segurança e firmeza, encarando o problema pelo aspecto verdadeiro—o da instrucção pratica dos lavradores, de modo a lhes fazer sentir a vantagem dos melhores methodos de trabalho, e da diversidade de culturas.

O serviço de terras continuou sua marcha normal durante este quatriennio, tendo sido bastante melhorado com uma serie de providencias tomadas por leis, decretos e portarias.

SECÇÃO DE AGRICULTURA E PECUARIA

— AGRICULTURA —

Serviço de Café

Sendo a cultura por excellencia do Estado, mereceu, por isso mesmo, desde o inicio do meu Governo a maior attenção, dentro dos recursos orçamentarios.

Creado pelo decreto n.° 6.518 de 29 de Dezembro de 1924, teve seus serviços iniciados em 1925.

Para maior efficiencia dos serviços, os logares de auxiliares do Serviço de Café foram prehenchidos por agronomos.

Estão trabalhando, presentemente, 4 agronomos, além do chefe do serviço.

Para melhor distribuição dos trabalhos dos auxiliares, foi o Estado dividido nas 5 seguintes regiões:

1.ª —)Séde em Muquy) — Cachoeiro do Itapemirim, Muquy, São Pedro do Itabapoana, Ponte do Itabapoana, Calçado e Rio Novo.

2.ª — (Séde em Santa Leopoldina) — Santa Leopoldina, Santa Theresa, Domingos Martins, Alfredo Chaves, Iconha, Anchieta, Guarapary, Vianna, Cariacica, Espirito Santo e Victoria.

3.ª — (Séde em Alegre) — Alegre, Rio Pardo e Muniz Freire.

4.ª — (Séde em Collatina) — Serra, Nova Almeida, Santa Cruz, Riacho, Pau Gigante, Collatina, Itaguassú, Affonso Claudio.

5.ª — (São Matheus) — Conceição da Barra e São Matheus.

Pelos auxiliares foram feitas inspecções nas fazendas e armazens, trabalhos nos campos de demonstração de culturas de café e dadas instrucções sobre trabalhos de póda e adubação.

Os serviços extraordinarios que surgiram, como o da Exposição Estadual de 1926, estatistica de café e Exposição Commemorativa do Segundo Centenario da Introducção do Cafeeiro no Brasil, exigiram grande actividade desses auxiliares e do seu chefe.

Dentre os trabalhos executados pelo Serviço de Café, mostra-se mais efficiente o da póda, que é o que mais attenção tem despertado ao agricultor.

Os trabalhos de póda de café até 31 de Dezembro de 1927 foram:

1925	2650	demonstrações
1926	4625	"
1927	19930	"

Em 1924, quando irrompia alarmantemente, em São Paulo, o Stephanoderes Coffeae, convidei o illustre entomologista Dr. Angelo Moreira da Costa Lima, para orientar a Secretaria da Agricultura quanto ás medidas de defeza a serem tomadas contra o poderoso inimigo da nossa principal riquesa.

Esteve aqui o distincto naturalista, que organisou as bases para a vigilancia que se devia exercer, afim de evitar a introducção do insecto ou denunciar sua existencia em qualquer zona do Estado de modo a circumscrevel-a immediatamente.

Foram as seguintes as bases de defeza:

1.ª — Prohibir a entrada do café não beneficiado, de cafeeiros ou de qualquer parte de cafeeiro de qualquer procedencia;

2.ª — Prohibir a entrada de café beneficiado procedente das regiões infestadas do Paiz;

3.ª — Prohibir a entrada de saccaria já empregada no acondicionamento de café, excepto a que vem acompanhada de certificado de expurgo passado por auctoridade competente, no ponto de embarque;

4.ª — Inspeccionar perfeitamente o chefé nas casas exportadoras do Estado, de modo a se poder ajuizar sobre as condições de sanidade do mesmo, em todo o Estado;

5.ª — Inspeccionar perfeitamente os cafezaes, antes, durante e logo após a colheita, e o café nas tulhas e machinas de beneficiamento, de modo a se poder verificar o inicio de qualquer surto de molestia que, assim, poderá ser combatido desde o inicio;

6.ª — Determinar a notificação compulsoria e immediata não só pelos fazendeiros como pelos proprietarios de casas que negociam em café, o apparecimento de café perfurado por qualquer insecto suspeito de ser o Stephanoderes coffeae;

7.ª — Determinar ás Companhias de transporte, com linhas que interessam outros Estados, não recebam para despachos, nesses Estados, café em côco, cafeeiros ou quaesquer partes de cafeeiros de qualquer procedencia, café beneficiado oriundo das regiões infestadas do paiz, saccaria já usada no transporte do café que não seja acompanhado do respectivo certificado de expurgo;

8.ª — Determinar ás auctoridades competentes nos municipios limitrophes com os Estados visinhos, detenham para exames nas estradas e caminhos vicinaes, cargas

que contenham café em côco ou quaesquer partes de cafeeiro, saccos já usados no transporte de café e demais artigos que possam ser vehiculos do Stephanoderes coffeae;

9.ª — Exercer rigorosa fiscalização na admissão dos colonos que procedam de outros Estados, especialmente dos que venham das regiões infestadas pelo Stephanoderes coffeae;

10.ª — Entrar em accordo com as municipalidades, no sentido de cooperarem para que tenham a maxima efficiencia as medidas das presentes bases e outras que sejam futuramente ditadas pelos serviços de defeza contra a praga do café;

11.ª — Baixar actos officiaes relativos ás medidas de defeza contra a praga, de conformidade com as disposições do Regulamento de Defeza Sanitaria Vegetal contida nos Artigos 31 a 38 e 75 alineas a), b), c) e d).

A's empresas de transportes enviou a Secretaria da Agricultura o officio abaixo, communicando-lhes as medidas que deviam observar quanto ao movimento de saccaria:

Illmo. Sr.: — Com o fim de evitar a introducção, no Estado, do Stephanoderes coffeae, e baseado no disposto do artigo 34 do decreto n.º 6.518 de 29 de Dezembro de 1924, que regula a Lei n.º 1.473 do mesmo anno, communico-vos que, a partir desta data, fica prohibida a entrada no Estado:

1.º — De café não beneficiado ou de qualquer parte de cafeeiro, de qualquer procedencia;

2.º — De café beneficiado procedente de zona infestada;

3.º — De saccaria usada no transporte de café, desde que não seja acompanhada do respectivo certificado de expurgo.

Tratando-se de uma medida de grande alcance economico e altamente patriotica, estou certo de que V. S. dará cabal desempenho á mesma, favorecendo, assim, os altos interesses de todo o Estado".

Felizmente não se verificou, até agora, caso algum no Estado de apparecimento do Stephanoderes Coffeae, de modo que a acção governamental foi apenas de vigilancia preventiva.

A Estatistica da producção cafeeira do Estado, foi regularmente organizada pela Secção de Agricultura que resenceou 19.155

propriedades cafeeiras com o total de 237.934.899 pés de café, sendo 161.462.790 cafeeiros em producção e 76.472.109 novos.

Demonstrou essa estatistica ter havido no Estado a producção de 5.134.119 arrobas em 1926 e permittiu o calculo da safra de 1927 em 7.575.453 arrobas. Segundo esses dados a producção media por 1.000 pés em 1926 foi de 31,1 e na safra seguinte 47,9.

São medias baixas, mas que estão perfeitamente de accordo com as condições precarias de cultivo do café.

A despeza com o serviço de estatistica, que ficou terminado em Maio, serviu de base á fixação da taxa de exportação tocada ao Espirito Santo no convenio para defesa do café, montou em Rs. 49:509$900.

As conclusões da estatistica, levantada quanto ao anno de 1926, coincidem com a nossa exportação e as relativas ao anno seguinte, se bem que consideradas optimistas, tem sido confirmadas com a approximação que era de desejar.

Para instrucção especial de cafeicultura foram organizadas demonstrações em diversas fazendas, de accordo com as disposições do artigo 8.º do decreto 6.518.

E' a seguinte:

Relação dos campos de demonstração de culturas de café

COLLATINA

Baixo Guandú — Fasenda da Serra
Pódas — 6.670 pés
Collatina — Arthur Coutinho
Fazenda Jovem Arminda

SÃO PEDRO DE ITABAPOANA

Fazenda Pury — Francisco Pinto Figueiredo.
820 pés podados — adubações salitradas.

SANTA LEOPOLDINA

Fazenda Santa Rosa
Dr. Francisco de Almeida
6.250 pés podados

SÃO JOSE' DO CALÇADO

Alfredo Vrgilio Lobo
5 hectares preparados mechanicamente e plantados com café.

Além desses trabalhos, tem o Serviço do Café realizado demonstrações sobre adubação com salitre do Chile, palha de café e estrume de curral. Por instrucções do chefe desse serviço, foi construida uma estrumeira na fazenda Santa Maria, no municipio de Muniz Freire.

O quadro detalhado demonstrativo da producção cafeeira do Estado do Espirito Santo vai a seguir:

MUNICIPIOS	Nº de propriedades recenseadas	Cafeeiros em producção	Cafeeiros novos	Producção em arrobas 1926	Producção em arrobas 1927,	Média de producção por mil pés
Affonso Claudio	1.571	6.681.019	3.430.799	211.542	372.823	55 Arrobas
Anchieta	152	1.236.150	425.590	23.904	39.319	31 »
Alfredo Chaves	507	2.277.300	364.400	177.998	230.875	78 »
Alegre	1.410	18.206.200	10.872.488	507.725	977.603	53 »
Barra de Itapemirim	12	13.000	25.100	473	631	48 »
Calçado	306	3.355.230	1.524.530	194.431	257.651	77 »
Cachoeiro de Itapemirim	1.517	12.695.100	6.637.743	493.594	716.008	58 »
Cariacica	257	1.251.850	246.420	30.409	50.239	40 »
Collatina	1.128	13.924.569	6.905.490	417.330	569.818	40 »
Conceição da Barra	300	538	276.000	9.000	16.000	30 »
Domingos Martins	931	4.332.300	1.300.230	111.127	189.486	43 »
Espirito Santo	257	1.251.850	246.420	30.409	50.239	40 »
Guarapary	80	130.087	57.825	2.113	4.335	41 »
Iconha	705	4.272.600	1.309.550	114.217	130.990	30 »
Itaguassu	529	4.228.500	2.341.845	174.682	200.278	47 »
Mucury	800	8.124.050	2.336.400	236.192	444.870	54 »
Muniz Freire	222	4.837.360	2.530.620	146.872	245.716	50 »
Nova Almeida	424	5.435.560	2.341.500	176.530	252.065	39 »
Ponte de Itabapoana	301	4.350.500	1.133.100	62.256	130.268	29 »
Pau Gigante	65	850.580	750.050	26.711	35.987	42 »
Rio Novo	834	4.711.300	3.175.797	276.775	301.835	61 »
Rio Pardo	329	2.069.400	710.320	73.687	103.906	50 »
Riacho	272	1.279.300	975.900	39.710	58.261	45 »
São Pedro Itabapoana	437	1.824.900	1.016.700	50.187	77.908	42 »
Santa Cruz	742	17.790.360	9.971.375	580.631	845.225	47 »
São Matheus	635	4.127.060	7.738.400	75.540	121.915	29 »
Santa Thereza	636	3.125.600	1.250.000	102.600	125.000	40 »
Santa Leopoldina	1.318	14.798.770	3.462.373	410.686	508.872	34 »
Serra	1.102	6.187.310	2.792.269	146.908	282.749	41 »
Victoria	695	4.461.340	4.698.015	44.793	132.793	29 »
Vinnna	256	1.241.045	204.555	25.285	40.361	32 »
	682	3.048.310	1.547.925	57.127	82.297	27 »

Algodão

O Governo Nestor Gomes procurou incrementar nos ultimos annos de seu Governo a cultura do algodão.

Dentre os contractos a respeito figura o firmado com Brandão & Cia. que obrigava o Estado á concessão de certa área de terreno e a construcção de uma estrada.

Achei preferivel comprar por 60:000$000 a fasenda Araçatyba que estava em condições de preencher as exigencias do contracto e sendo servida por via fluvial dispensava ao Estado a construcção da estrada.

Não correspondeu, entretanto, o cultivo do algodão ao esforço governamental. Não tendo a firma Brandão & Cia. podido cumprir o contracto o Governo, rescindiu-o, vendendo-lhe a fazenda pelo mesmo preço, em prestações.

Concorreu grandemente para o desanimo dos agricultores a instabilidade do mercado de algodão, além de sua tendencia para o plantio do café, cuja remuneração tem sido mais efficiente.

Em 1925, fez a Secção de Agricultura grande propaganda em favor dessa cultura, que encontrava terrenos apropriados em nosso Estado, sobretudo nos municipios do norte. Naquelle anno existiam 300 hectares cultivados em Baixo Guandú, Lage e Maylasky e cerca de 417 hectares cultivados em todo o Estado.

Foram creados 3 campos de cooperação para a cultura do algodão em Maylasky, Lage e Collatina.

Houve grande procura de sementes tendo sido distribidos 2.730 kgs. em 1925. Essa actividade, entretanto, diminuiu muito no anno seguinte, porque, tratando-se de cultura incipiente, a baixa brusca de preços verificada desanimou inteiramente os lavradores principiantes. Em 1926 a área cultivada pouco augmentou, tendo attingido a 464 hectares e tendo sido distribuidos 1.863 kgs. de sementes. Em 1927 tambem continuou sem grande animação a cultura algodoeira, tendo sido distribuidos 886 kgs de sementes. As observações feitas pela Directoria de Agricultura demonstraram que temos boas terras para o plantio do algodão.

Serviço de cacau

Podemos dizer que a propaganda feita de 1916 a 1921, em favor da cultura do cacau no Espirito Santo, está produzindo satis-

factorios resultados, tendo transformado o aspecto do baixo rio Doce, que estando, em 1916, praticamente abandonado, apresenta hoje regular actividade agricola. Na media dos recursos orçamentarios attendeu sempre a Directoria de Agricultura á lavoura cacaueira, distribuindo sementes e por ultimo providenciando a distribuição de trilhos por diversos agricultores para lhes facilitar o preparo dos seccadores de cacau.

Nos primeiros annos do Governo procurei obter da União a entrega da estação experimental de Goytacazes crendo poder ,desse modo, prestar melhor serviço á cultura cacaueira.

Não foi, entretanto, possivel a cessão. A estação de Goytacazes ainda continua prestando poucos serviços por não estar inteiramente concluida.

Serviço de trigo

Manteve a Secretaria um campo de demonstração dessa cultura em Laginha, municipio de Affonso Claudio, onde foi plantado, com proveito, em 1927, meio hectare; 5 hectares foram plantados em 1928.

Bicho da Sêda e Vinha

Apezar de, desde o inicio de meu Governo, ter dedicado toda attenção a este assumpto, considerando que a uva, como a amoreira, produzem admiravelmente bem, nas zonas altas do Estado, atravessadas pela E. F. Leopoldina e em outras onde o café produz mal, não foi possivel um trabalho de efficiencia. Solicitei á União um technico especializado no assumpto em 1925, não tendo sido, porém, possivel sua vinda. Em 1927 foram distribuidas 5.000 mudas de amoreira e para 1928 se encommendaram 100.000, afim de distribuir.

Distribuição de sementes e venda de machinas agricolas

O serviço de distribuição de sementes, instituido a partir de 1924, foi mantido até esta data e continúa, apezar de não dispormos de apparelhos para seu expurgo nem para seu deposito, não sendo facil encontrar no Paiz as sementes muitas vezes desejadas. O quadro

a seguir dá uma idéa do que foi esse trabalho de 1925 a 1927. Tambem desde 1924 adquiri, por importação directa, machinas agricolas para fornecer pelo custo aos agricultores espirito-santenses e comquanto não tenha havido grande procura, mantivemos sempre o serviço. Em Victoria, conservei na fasenda Maruhype um deposito e mostruario de machinas e installei um em Cachoeiro do Itapemirim. A differença de preço entre as machinas importadas e as que se podem comprar em nossa praça é enorme, havendo casos até de 100%.

A relação das machinas compradas pela Secretaria da Agricultura é a seguinte:

Arados americanos	10
" Chatanooga ns. 57 e 210	44
" de disco	9
Arreios para arado	12
Carrinhos de mão	30
Chibancas	141
Cultivadores	35
Debulhadores de milho	6
Enxadas	171
Enxadões	108
Extinctores Werneck	50
Facões	11
Foices	148
Serrotes para podar	1
Tesouras para podar	23
Grades de discos	34
Machados	57
Machinas para formigar (Buffalo)	1
Picaretas	3
Moinho de fubá	1
Pás	26
Pás de cavallo n. 1	2
Peças sobresalentes para arados	35
Pulverisadores	20
Podões	22
Semeadeiras	40
Grades de dentes	12
Sulcadores	5

Para dar uma ideia da economia realisada com algumas das importações de machinas agricolas feitas pelo Governo, é bastante confrontar os algarismos seguintes:

Machinas agricolas	Preços de mercado	Preços de importação
Semeadeira simples P & O	220$000	160$000
Grade de 30 dentes..	175$000	120$000
Cultivador..	175$000	130$000
"	130$000	——
"	150$000	130$000
Arado typo B 1	140$000	130$000
" Chatanooga	370$000	——
" "	370$000	200$000
" de disco reversivel..	900$000	——
" " " "	1:200$000	——
" " " "	1:020$000	500$000

— PECUARIA —

Poucas são as zonas do Estado apropriadas para a creação.

Por intermedio da Secretaria da Agricultura procurei, não somente melhorar a qualidade da creação, facilitando a compra de bons reproductores, como combater, por meio de distribuição de vaccinas, epizootias e enzootias que iam apparecendo.

Pelo recenceamento de 1920, foram computados 161.170 bovinos, 50.106 equinos, 31.833 muares, 11.627 ovinos e 362.770 suinos.

Acceitando-se esses numeros pode-se avaliar em mais de 100.000:000$000 o capital representado por animaes de criadores espiritosantenses. Entretanto, são ainda insufficientes os nossos rebanhos especialmente em bovinos, equinos e muares, mesmo para as necessidades do Estado, o que nos força a importar dos Estados limitrophes animaes para o corte, tracção, sella e tropa.

Em 1924, creei o logar de medico veterinario no quadro da Secretaria da Agricultura, sendo então iniciado o trabalho regular em favor da pecuaria estadual.

Para a boa ordem nos trabalhos organisou-se o Serviço de Veterinaria, confiada a sua chefia ao medico veterinario que tem como auxiliares 4 vaccinadores, ficando sob sua direcção os serviços de vaccinação, distribuição e tratamento dos animaes de raça adquiridos pelo Governo, estudo de epizootias, levantamento da estatistica dos animaes

existentes no Estado, organisação das exposições de pecuaria e do laboratorio de veterinaria.

Os auxiliares vaccinadores tiveram a seu cargo o serviço ambulante, tendo por principaes funcções applicar vaccinas, recensear os rebanhos, fazer propaganda das medidas que o Governo punha em pratica, favorecendo o desenvolvimento pastoril e inspeccionar as fazendas, transmittindo ao medico veterinario avisos sobre as molestias observadas e os pedidos dos criadores.

A organisação do serviço foi, pois, a mais simples possivel e respeitou o limite maximo de economia. Os resultados auferidos desse serviço demonstram evidentemente o que se pode obter em serviços publicos, com organisações simples, dispondo-se, porém, de pessoal competente e honesto. Foi de grande acerto a escolha feita do Dr. Henrique Blanc de Freitas para preencher aqui as funcções de medico veterinario.

Importação de reproductores

Pelo Governo do Estado foram adquiridos 29 bovinos de raças puras, 15 carneiros Ronney Marsh e 5 casaes de porcos Duroc Jersey. Os bovinos eram 3 Hereford, 3 Polled Angus, 4 Flamengos e 19 Hollandezes.

Os 6 primeiros touros vindos para o Estado, foram gratuitamente cedidos pelo Ministerio da Agricultura; a compra dos restantes foi feita a criadores de Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

Foram vendidos 4 Hollandezes e 2 Flamengos. Como premio ao expositor do melhor animal apresentado á exposição de Novembro de 1926, foi offerecido um casal de Hollandezes.

Para melhor aproveitamento dos reproductores, a Secretaria os enviou por emprestimo á creadores das fasendas seguintes:

Collatina — Fazenda do Sr. Pedro Vital, touro Polled Angus.

Cariacica — Fazenda do Sr. Antonio Mariosi, touro Polled Angus.

Cariacica — Fasenda do Sr. Antonio Rosetti, touro Hereford.

Victoria — Fazenda dos Srs. Vivacqua & Cia., touro Hereford.

Victoria — Fazenda dos Srs. Vivacqua & Cia., touro Hereford

São Matheus — Fazenda do Dr. Guilherme Raymundo, touro Hereford.

S. P. Itabapoana — Fazenda do Sr. Joaquim P. Gonçalves. touro Hereford.

Adoptei este systema de emprestimo por ser de mais resultados que a creação de estações de monta.

Esse processo reduziu as despezas com a manutenção dos animaes e permittiu que, com numero reduzido delles, se pudesse prestar auxilio aos criadores de muitos municipios.

As vendas de animaes feitas pela Directoria de Agricultura montam a 13:800$000 como se segue:

Um casal de bovinos Flamengos..	3:500$000
" touro Hollandez	5:000$000
" casal de Novilhos Hollandezes..	1:300$000
" " " " "	3:200$000
" " porcos Duroc Jersey	400$000
" porco Duroc Jersey..	200$000
" " " "	200$000
Total..	13:800$000

Vaccinação

Esteve, como já disse, a vaccinação do gado a cargo de 4 auxiliares. Embora seja reduzidissimo o pesosal, consegui, com elle, expandir consideravelmente a acção do Serviço de Veterinaria no Estado, apresentando-se, sobretudo, benefica a implantação do uso das vaccinas e sôros que dão aos animaes a immunidade, a resistencia e a cura.

Durante o anno de 1927 foram visitadas pelos vaccinadores 986 fazendas e applicadas 64.289 doses de vaccinas e sôros diversos.

A comparação desses numeros com os dos segundos annos anteriores mostra o progresso que se tem operado nesse sentido.

ANNOS	Faz. visit	Carbun	Manqu	Pneu Ent	Baled	Epith	Soros	Raiva	TOTAES
1925...	58	6.490	3.710	2.188	860	—	—	—	13.248
1926...	722	10.038	13.135	6.366	2.603	1.470	690	—	34.302
1927...	986	16.540	21.235	13.165	7.635	3.010	1.485	1.219	64.289
Total..	1.766	33.068	38.080	21.719	11.098	4.480	2.175	1.219	111.839

Tomando-se como ponto de partida o anno de 1925 em que foram applicadas pouco mais de 13.000 doses, verifica-se que para 1926 houve um augmento de 150,4%. Comparado o movimento vaccinico de 1927 ao do anno anterior, observa-se um augmento de doses applicadas na proporção de 87,4%.

Nos quadros a seguir estão as relações das doses de vaccinas applicadas no Estado nos 3 ultimos annos, com discriminação por qualidade e municipio.

Recenseamento animal

Ao mesmo tempo que fazem a applicação de vaccinas, executam os vaccinadores o recenceamento do gado. Por insufficiencia de pessoal, o trabalho não ficou concluido.

Laboratorio de Veterinaria

O Laboratorio de Veterinaria está actualmente montado de modo a satisfazer qualquer exigencia do serviço. Podem ser feitos, não só exames bacteriologicos de puz, pesquizas de parasitas no sangue, fezes, exame de urina etc., e quaesquer outros trabalhos de technica mais delicada e complexa, como tambem diagnosticos diversos, por cultura e inoculação, — trabalhos de histo-pathologia.

Seu valor actual em apparelhos de laboratorio, material cirurgico, vasilhame, medicamentos, reactivos corantes e material diverso, se eleva a mais de 25:000$000.

Embora de installação modestissima, sua montagem na opinião dos entendidos é das mais completas de todos os serviços de veterinaria estaduaes do Brasil.

Em 1927, nas multiplas experiencias que se fizeram, foram empregados 157 animaes, sendo:

15 cobayos
25 morcegos
29 coelhos
55 cães
23 bovinos

Epizootias e enzootias

Occorreram no Estado surtos epizooticos communs, sendo mais violentos os de aphtosa e raiva.

Para a primeira dessas molestias, dispõe actualmente a veterinaria de um producto efficaz, cuja applicação foi introduzida na clinica pelo Dr. Paulo Parreiras Horta.

Trata-se da Tripaflavina. O emprego desse medicamento exige porém technica especial e só deve ser feito por pesosas habilitadas.

Raiva

A raiva constitue ainda no Estado o maior flagelo dos rebanhos e pelo seu caracter é a molestia que maior desanimo traz aos criadores.

Foram observados casos de animaes raivosos (bovinos, equinos e cães) em 16 municipios, sendo que, em alguns casos, os symptomas accusam uma alta virulencia do germen rabico.

Innoculações experimentaes em coelhos, com material revificado, de bois mortos em Cariacica, produziram a morte em 7 dias. Os dados abaixo, colhidos pelo Serviço de Veterinaria, revelam o grande prejuizo soffrido pelos criadores de dois dos municipios atacados e que são dos de menor producção animal.

MUNICIPIO	BOVINO	EQUINO	MUAR	VALOR
1925 — Serra..	202	13	30	77:800$000
Cariacica..	653	47	94	268:200$000
Total	855	60	124	346:000$000
1926 — Serra..	296	11	55	105:060$000
Cariacica..	490	62	26	195:480$000
Total	786	73	31	300:740$000
1927 — Serra..	269	24	12	103:000$000
Cariacica	—	—	—	—
Total	269	24	12	103:000$000

Por intermedio da Secretaria da Agricultura tenho dedicado attenção especial á debellação da molestia. Não sendo possivel fazer-se efficientemente a prophilaxia, por não estarem todos os transmissores ao alcance de qualquer campanha, somente para animaes domesticos se deve appellar com probabilidade de exito.

Foram iniciadas, em Julho de 1925, as primeiras experiencias de vaccinação anti-rabica em grandes mamiferos, com uma unica injecção, seguindo o exemplo do que já tinha conseguido quanto á vaccinação de cães. Os resultados das experiencias foram satisfactorios.

Em todas as propriedades onde se applicou a vaccina, sem excepção de uma unica siquer, a mortalidade occasionada pela raiva cessava inteiramente 30 dias após a vaccinação.

Em 1219 vaccinações feitas em animaes, não houve um unico caso negativo, deccorrido o periodo da incubação. De todos os animaes vaccinados, morreram apenas 8, mas, entre 5 e 22 dias, isto é, dentro do periodo negativo da vaccina.

Para fabricação de vaccinas são empregados cães.

O custo médio das doses fabricadas é de $835 réis. Será reduzido esse custo, produzindo-se em maior escala.

EXPOSIÇÕES

São as exposições innegavelmente de grande valor, não só como forte estimulo para as classes trabalhadoras que nella se representam, como para a economia do Estado, por facilitarem o conhecimento de riquezas ignoradas.

Tres exposições foram organizadas no meu Governo, sendo que duas em occasiões sobre modo proprias, a 1.ª em Victoria por occasião do VIII Congresso Brasileiro de Geographia, a 2.ª em S. Paulo, pela comemoração do bi-centenario da introducção do Cafeeiro no Brasil e a 3.ª em Abril de 1928, tambem em Victoria.

Exposição Estadual de Victoria

De accordo com o decreto que baixei a 7 de Outubro de 1925, sob o n.º 7.166, ficou subordinada á Directoria de Agricultura, Terras e Colonisação, a Exposição Estadual que deveria se inaugurar em Novembro do mesmo anno, por occasião da reunião do VIII Congresso Brasileiro de Geographia, nesta Capital.

Foi das mais felizes a iniciativa do Governo, para a realização desse certame, no momento em que Victoria ia hospedar os embaixadores da cultura dos Estados irmãos, proporcionando-lhes uma impressão real e clara das riquezas do solo e das grandes variedades da producção espirito-santense, indice verdadeiro do progresso e operosidade do nosso povo.

Designado, em Setembro de 1925, o engenheiro agronomo Armando da Costa Coelho para exercer a funcção de Delegado Geral da Exposição tiveram tambem os chefes dos serviços de Algodão, Café e Veterinaria, instrucções para cooperarem nos trabalhos de propaganda e collecta de productos, entrando todo o pessoal desses serviços em acção.

Solicitamos tambem o concurso das repartições do Ministerio da Agricultura e obtivemos a collaboração da Inspectoria Agricola Federal a cargo do Dr. Paulo Americo Silvado.

O numero de expositores do Municipio foi o seguinte:

1	Cachoeiro do Itapemirim.	683
2	Santa Cruz..	39
3	Collatina	281
4	São Matheus..	68
5	Victoria..	497
6	Santa Thereza	29
7	Santa Leopoldina	261
8	Anchieta..	68
9	Serra..	98
10	Itaguassú..	205
11	Pau Gigante	146
12	Itapemirim	48
13	Alegre..	37
14	Muniz Freire	39
15	Muquy..	363
16	Barra de São Matheus..	61
17	Affonso Claudio..	19
18	Vianna..	16
19	Calçado..	33
20	Rio Novo..	19
21	Iconha..	30
22	Domingos Martins..	28
23	Alfredo Chaves..	70
24	Guarapary..	76
25	São Pedro do Itabapoana.. ..	145

26	Ponte do Itabapoana..	15
27	Villa Velha..	71
28	Nova Almeida..	36
29	Riacho..	20
30	Cariacica..	104
31	Rio Pardo (este foi o unico municipio que se não apresentou).	—
	Total. . . .	3.505

Os productos foram distribuidos em duas secções e em grupos, como se segue:

1.ª SECÇÃO

1.º	Grupo	Café
2.º	"	Productos agricolas em geral
3.º	"	Fructicultura e floricultura
4.º	"	Fibras
5.º	"	Resinas, plantas oleoginosas e medicinaes
6.º	"	Madeiras
7.º	"	Zootechnica
8.º	"	Mineraes
9.º	"	Ceramica
10.º	"	Varias industrias
11.º	"	Economia geral do Estado
12.º	"	Pedagogia, Hygiene
13.º	"	Couros, pelles e artefactos de couro

2.ª SECÇÃO

1.º	Grupo	Machinas agricolas
2.º	"	Machinas de beneficiamento
3.º	"	Agricultura
4.º	"	Zootechnica
5.º	"	Construcções ruraes
6.º	"	Industrias em geral

A primeira secção reunia os productos originaes do Estado e a segunda trabalhos de propaganda agro-pecuaria e industrial.

A variedade e o valor dos mostruarios, em todos os grupos, patentearam as possibilidades economicas do Estado.

Mereceram attenção especial dos visitantes os grupos de café, madeiras, oleos, couros e pelles.

O 7.º grupo que constituiu a 1.ª Exposição pecuaria realizada no Estado, alcançou successo.

Não somente o numero de animaes expostos, como os seus typos, excederam a espectativa geral. Tivemos demonstração enthusiasticas de varios criadores, sobre a bôa impressão deixada pela Exposição desse grupo e do estimulo que ella produziu entre os fazendeiros.

Figuraram nelle: — Bovinos. . . . 47
Equinos . . . 5
Muares . . . 2
Suinos 7
Ovinos 5
Caprinos . . . 4

Os transportes e o tratamento dos animaes ficaram sob a responsabilidade do Serviço de Veterinaria.

A Exposição veio demonstrar a necessidade de serem introduzidos no Estado animaes de raças fixas. Somente de gallinaceos foram apresentados especimens puros, por particulares.

As especies mais importantes, bovinos e equinos, não tiveram representação de raças aperfeiçoadas, a não serem os de propriedade do Estado.

Como premio foi dado ao Sr. José Justino Pereira, um casal de novilhos Hollandezes da variedade Oestfriesland.

As despezas com os trabalhos da Exposição Estadual pertazem Rs.: 167:370$778, assim discriminadas:

DESPESAS GERAES

Com os Delegados Municipaes da Exposição Estadual..	44:733$328
Despesas com transporte e aluguel de animaes para viagens dos Srs. Delegados Municipaes..	8:338$600
Despesas com photographias e confecções de armarios..	102:139$850
Confecção de cartazes e outras pequenas despesas..	12:159$000
Total	167:370$778

A affluencia de visitantes foi bastante apreciavel, correspondendo á media diaria de 1.010 pessoas. Fizemos passar, todas as noites, films de diversas zonas do Estado e de serviços federaes, de propaganda agro-pecuaria.

Terminada a Exposição foram reunidos os mostruarios de mais valor e organizada a representação do Espirito Santo, no Museu Agricola e Commercial do Rio de Janeiro, com seus productos.

Exposição commemorativa do Bi-centenario do Café

e Congresso do Café

Commemorou-se em Outubro do anno findo a introducção do primeiro cafeeiro no Brasil. São Paulo, tomou a iniciativa e todos os demais Estados productores de café adheriram.

O Espirito Santo, convidado pela Commissão Organizadora da Exposição e Congresso do Café, comquanto um dos Estados brasileiros de menor densidade de população e de menor extensão territorial, não podia deixar de se fazer representar, pois que, graças ao café, occupa um dos primeiros logares dentre seus co-irmãos pela sua situação economica e financeira, com uma producção annual media de 1.200.00 saccos de café, avaliada em mais de 120.000 contos de réis de riqueza que se vem incorporar ao patrimonio da Nação, pelo fortalecimento de seu cambio, pelo enriquecimento de seu povo, pelo desenvolvimento de suas vias de communicação. Coube á Directoria da Agricultura, a organização de nossos mostruarios.

Adquirido em São Paulo o mobiliario, escolhido de accordo com a Commissão organizadora da Exposição, a sala para o Espirito Santo, providenciou o nosso representante sobre sua ornamentação.

Levámos á Exposição não só mostruarios de café, como de cacau e madeira que constituem nossas principaes riquezas actualmente aproveitadas.

O mostruario do café do Espirito Santo compunha-se de 1.400 amostras provenientes dos municipios e typos seguintes:

MUNICIPIOS	Nº dos Expositores	TYPOS DE CAFE'				
		Moka	Capitania	Robusta	Bourbon	Maragogipe
Coch. de Itapemirim	42					
Barra de S. Matheus	8	"	"	"	"	"
Santa Leopoldina . .	4	"	"	"	"	"
Santa Thereza . . .	17	"	"	"	"	"
Rio Novo	2	"	"	"	"	"
Vianna.	6	"	"	"	"	"
Carinceica.	8	"	"	"	"	"
Guarapary	4	"	"	"	"	"
Alegre.	26	"	"	"	"	"
Alfredo Chave. . . .	12	"	"	"	"	"
Muquy.	38	"	"	"	"	"
Victoria.	11	"	"	"	"	"
Collatina	35	"	"	"	"	"
Itaguassu'.	14	"	"	"	"	"
Serra.	7	"	"	"	"	"
Affonso Claudio. . .	27					
S. P. Itabapoana .	15	"	"	"	"	"
Pau Gigante. . . .	7	"	"	"	"	"
Rincho.	40	"	"	"	"	"
Nova Almeida. . .	2	"	"	"	"	"
São Matheus. . . .	3	"	"	"	"	"
TOTAL	328					

Nesses mostruarios se encontravam typos de café, desde os mais communs até os mais finos, demonstrando positivamente que nos falta apenas maior cuidado na cultura e no beneficiamento para produzirmos typos de primeira ordem. Além dos mostruarios de cacau e madeiras, despertou extraordinario interesse a collecção de photographias de nossas principaes obras em andamento, destacando-se as do Porto de Victoria, com sua ponte, as da ponte sobre o Rio Doce, as das prin-

cipaes obras de remodelação da Capital e os quadros com graphicos representando a localização de cultura cafeeira, a trajectoria de sua exportação, a intensidade de sua cultura e producção.

Para represenar o Espirito Santo nesse certame, foi nomeada a commissão de 5 membros composta dos Srs. Dr. Aristeu Aguiar, então candidato á presidencia do Estado; Dr. Moacyr Avidos, Secretario da Agricultura, Deputado Geraldo Vianna, Dr. Bemvindo Novaes, Director da Agricultura e Coronel Manoel Vivacqua, do alto Commercio de Victoria, pessoas todas integradas na actividade politica, administrativa, commercial e industrial do Estado.

Para cada Estado que se fez representar, foi escolhida uma data, afim de prestar sua homenagem ao café. No dia do Espirito Santo, sobresahio como das mais importantes, a conferencia pronunciada pelo Dr. Aristeu Aguiar, sobre o Espirito Santo e suas possibilidades economicas e que obteve notavel successo.

2.ª Exposição Estadual de Pecuaria

Regida pelo Decreto n.º 8.408 de 29 de Setembro de 1927, foi inaugurada em Victoria, em 21 de Abril do corrente anno, a 2.ª Exposição Estadual de Pecuaria.

Dado o interesse assás crescente que nestes ultimos tempos tem merecido a Pecuaria no Espirito Santo, era de esperar que esta Exposição tivesse muito maior vulto do que a de 1926. Fizeram-se assim necessarias ampliações das installações da Fazenda Maruhype, tendo sido autorizados e construidos mais dois estabulos e as gaiolas necessarias para a secção avicola.

A organisação geral da Exposição ficou a cargo da Directoria de Agricultura, sob a direcção immediata do medico veterinario do Estado.

Adquiriram-se em São Paulo dois reproductores puro sangue Hollandez, no valor de 4:000$000 cada um, para serem offerecidos como premio aos possuidores dos melhores animaes expostos, bem como um touro puro sangue Flamengo que já se achava na fazenda Maruhype.

Além desses animaes, foram conferidos como premio um carneiro da raça Roney Marsh e um reproductor suino Duroc Jersey.

Offereci ao certame a "Taça Progresso", acto este que foi secundado pelo Prefeito offerecendo a "Taça Prefeitura Municipal", pelo Secretario da Agricultura interino a "Taça Maruhype", pelos Srs. Duarte, Fundão & Cia. a "Taça Moacyr Avidos", pelos Srs. Cerqueira & Cia., a "Taça Bemvindo Novaes", dos Srs. Ayres, Coelho & Cia um artistico bronze.

Para fazerem parte da Commissão Julgadora, convidamos aos Drs. Archimedes de Lima Camara, Director de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro; Paulo Americo Silvado, Inspector Agricola Federal e Samuel Henrique Silveira Lobo, Director do Serviço de Protecção aos Indios.

Concorreram á 2.ª Exposição 213 animaes assim distribuidos:

Bovinos	156
Equinos	8
Azininos	1
Muares	1
Suinos	16
Ovinos	5
Aves	26

Foi muito sensivel o augmento de animaes inscriptos, se considerarmos que na 1.ª exposição figuraram apenas 75 animaes

Não somente este facto, bem como a accentuada e bem apreciavel melhoria dos typos, denota o interesse que, por taes realizações, vão tomando os criadores espirito-santenses.

Fazenda Maruhype

Em Março de 1925, ficou esse proprio estadual entregue á Secretaria da Agricultura e directamente administrado por ella. Em inicio foi dada a verba de 27:502$277 para limpeza de pastos, e reconstrucção de cercas que se faziam necessarias. Mais tarde, foi nelle construida uma estrumeira por 4:962$397, um estabulo por 20:086$680 e feito reparos no predio da fazenda, no montante de 6:118$450; por

occasião da exposição em 1926, foi feito um estabulo rustico por 6:324$000 e um banheiro carrapaticida por 9:300$000. De 1925 a esta parte a fazenda tem se custeado por si, graças á venda de leite que é hoje sua exclusiva fonte de receita. Ha presentemente na fazenda 40 vaccas, 9 bois, 21 novilhas, 25 bezerros, 7 garrotes, 10 vaccas Hollandezas, 7 touros de raça, 4 carneiros Roney Marsh, 11 ovelhas e 9 porcos Duroc Gersey.

Os animaes de raça foram todos obtidos no meu Governo, inclusive as 10 vaccas Hollandezas, adquiridas para substituirem as vaccas ordinarias que formam o grosso do rebanho da fazenda, de modo, a se precisar de menor quantidade de animaes, para termos a renda para o seu custeio e podermos na propria fazenda obter reproductores para distribuição como premios nas exposições ou distribuir em estações de monta.

Está installado convenientemente na fazenda Maruhype o laboratorio de veterinaria.

Empresa de Lacticinios

Gerida pelo mesmo administrador da Fazenda, Sr. Homero Campo Bello Barreto, funcciona a Empreza de Lacticinios.

Foi tal installação pasteurisadora do leite adquirida do Dr. Iddio Ferreira Leal pelo Governo do Estado pela quantia de 45 contos de réis. E' excusado encarecer a vantagem do beneficiamento do leite, em se tratando de meio como o nosso, onde os estabulos não satifazem, em sua maioria, aos desejados preceitos hygienicos.

Registro Territorial, Agricola e Pecuario

E' elle medida de grande alcance, indispensavel para a organisação e melhoria dos serviços de agricultura e pecuaria, pois é o meio efficaz de acompanharmos com a estatistica nosso desenvolvimento nesse terreno.

Foi creado pelo decreto n.° 6.519 de 29 de Dezembro de 1926,

Quadro demonstrativo das fichas remettidas e propriedades recenseadas

MUNICIPIOS	Fichas remettidas	Proprds. recenceadas
Anchieta	250	—
Affonso Claudio	1.750	—
Alfredo Chaves	600	129
Alegre	2.000	58
Itapemirim	200	20
Collatina	2.050	108
Cariacica	350	58
São José do Calçado	800	100
Cachoeiro do Itapemirim	2.150	160
Domingos Martins	1.100	175
Espirito Santo	200	18
Guarapary	900	—
Iconha	600	—
Itaguassú	1.000	122
Muniz Freire	500	—
Fundão	400	—
Ponte de Itabapoana	100	—
Pau Gigante	1.000	26
Rio Novo	400	—
Rio Pardo	550	—
Riacho	550	20
S. Pedro Itabapoana	800	128
Santa Cruz	700	39
S. Matheus	1.000	50
SantaThereza	1.500	—
Santa Leopoldina	1.250	—
Serra	1.000	69
Vianna	400	10
Conceição da Barra	400	—
Muquy	500	—
Total	25.000	1.290

Premios agricolas

O Congresso Legislativo tem sempre na lei, fixando a despeza, ou em lei especial, aberto creditos para premios agricolas, cabendo especial referencia á lei n.º 1.644 que creou premios para lavradores,

agricultores, creadores, isentou de impostos e abriu credito para a realisação de uma exposição pecuaria em Victoria.

E' a seguinte:

O Presidente do Estado do Espirito Santo, cumprindo o que determina o artigo 39 da Constituição, manda que tenha execução a presente lei do Congresso Legislativo:

Art. 1.° — Ficam creados tres premios de 15:000$000 para os lavradores que apresentarem os talhões de cafeeiros mais bem cultivados e não inferiores a 10 mil pés.

Art. 2.° — Ficam creados dois premios de 15:000$000 e tres de 10:000$000 aos agricultores que, adoptando processos mechanicos, fizeram as maiores culturas de arroz, não inferiores a 20 hectares, no Estado.

Art. 3.° — Ficam creados dois premios de 10:000$000 e tres de 5:000$000 para os agricultores que fizerem, por processos mechanicos, as maiores e melhores culturas de batata ingleza, não inferiores a 10 hectares, até fins de 1928.

Art. 4.° — Ficam creados tres premios de 10:000$000 aos agricultores que, por processos mechanicos, fizerem as maiores e melhores culturas de milho, não inferiores a 30 hectares, no Estado.

Art. 5.° — Ficam creados tres premios de 5:000$000 e cinco de 2:000$000 aos agricultores que fizerem, por processos mechanicos, as maiores culturas de alfafa, não inferiores a 20 hectares no Estado.

Art. 6.° — Ficam creados dois premios de 10:000$000 e tres de 5:000$000 aos agricultores que, adoptando processos mechanicos, fizerem os maiores e melhores plantios de trigo, não inferiores a 20 hectares, no Estado.

Art. 7.° — Ficam creados tres premios de 5:000$000 aos creadores que possuirem maiores e melhores creações de suinos, obedecendo aos preceitos basicos de zootechnia.

Art. 8.° — Os agricultores e criadores que se candidatarem aos premios de que trata a presente lei, deverão dar disso conhecimento, no praso determinado, á Secretaria da Agricultura, para que esta mande proceder ás necessarias inspecções.

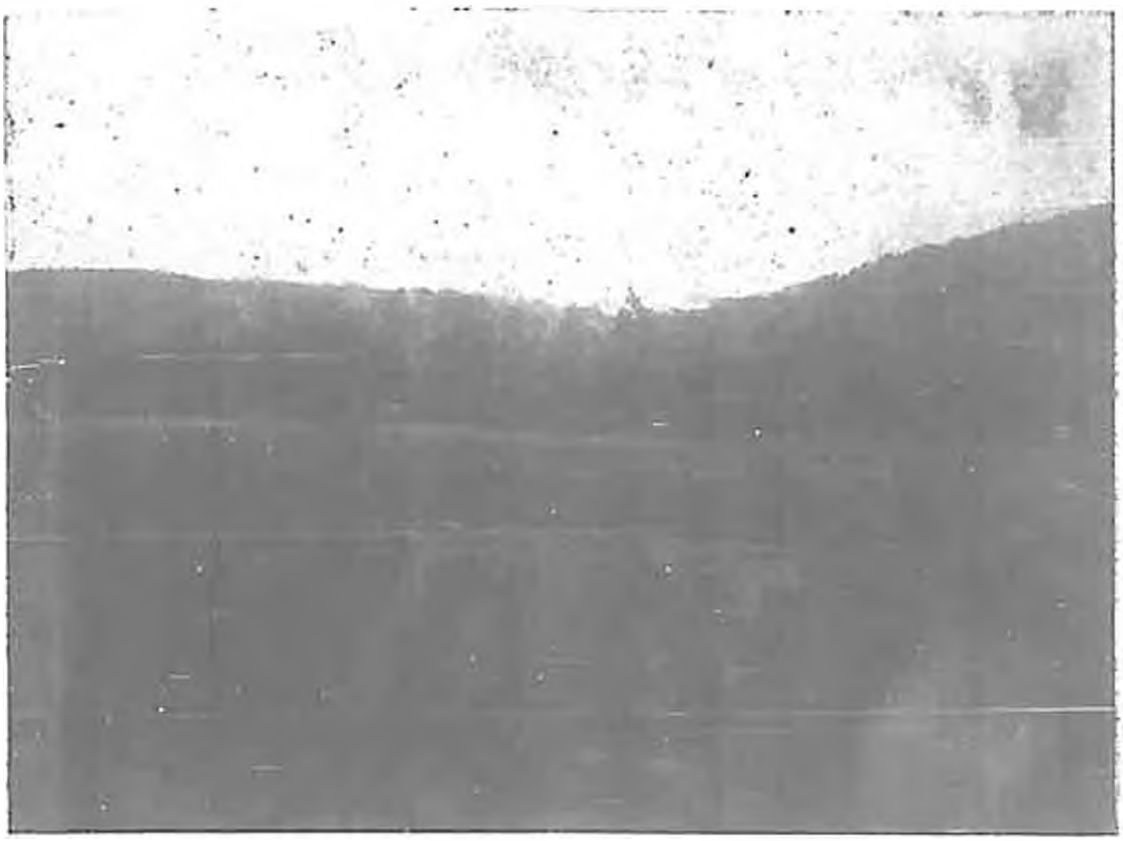
Art. 9.° — Ficam isentos dos impostos de exportação, por tres annos, os productos de que trata a presente lei, excepção feita para o café.



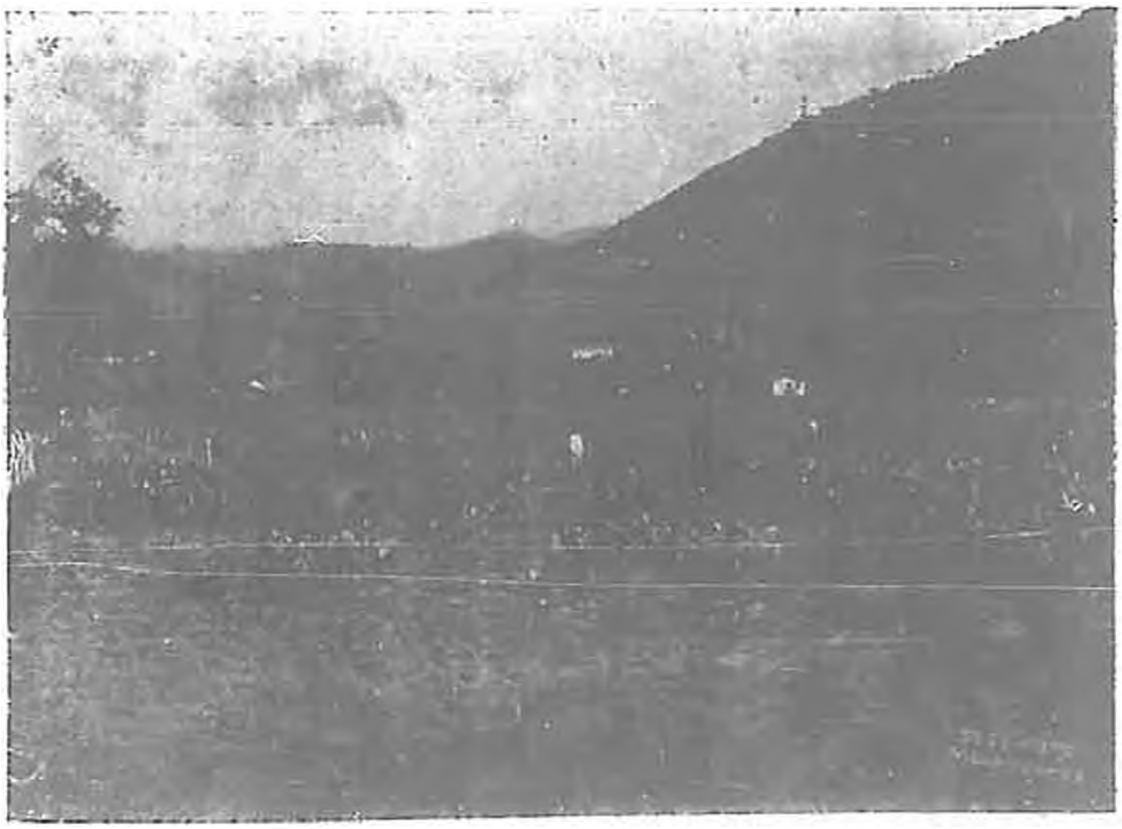
Campo de demonstração do plantio de arroz, em Cariacica



Aspecto de um campo de demonstração de arroz, em Cariacica



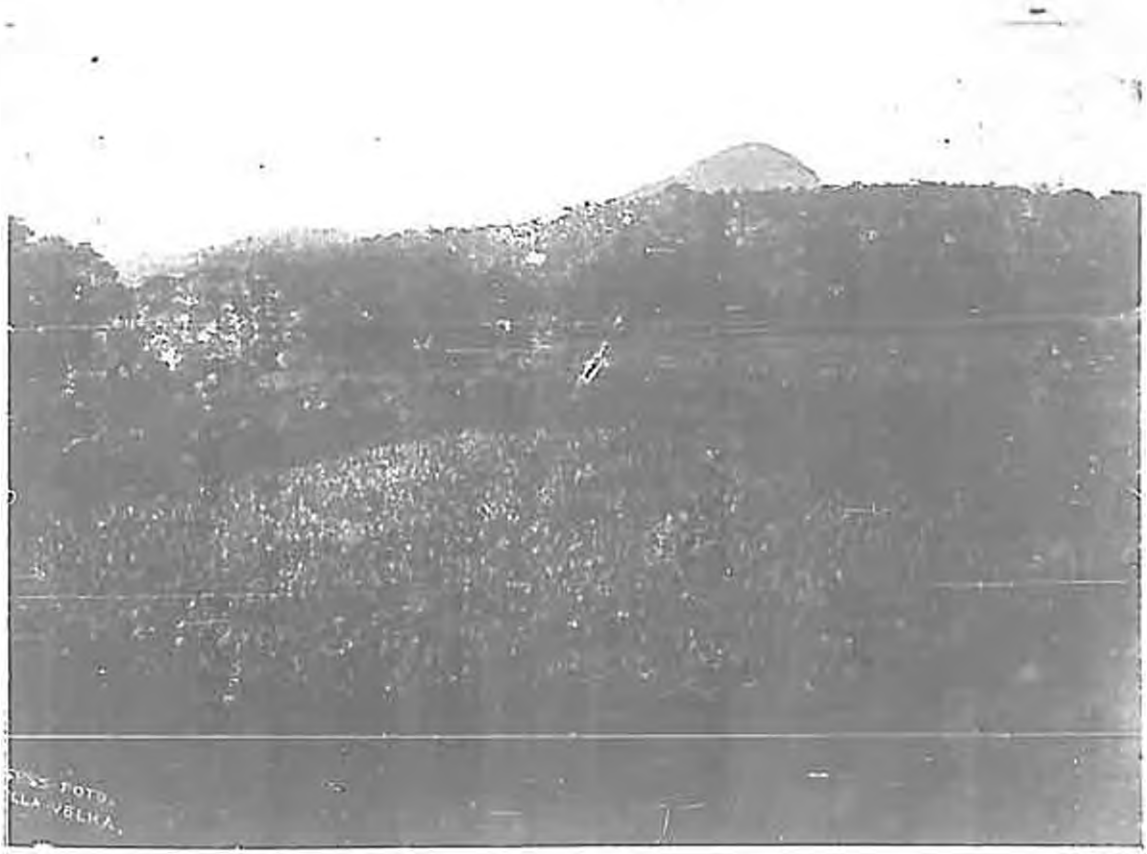
Campo de demonstração do plantio de arroz, em Cariacica



Aspecto de um campo de demonstração de arroz, em Cariacica



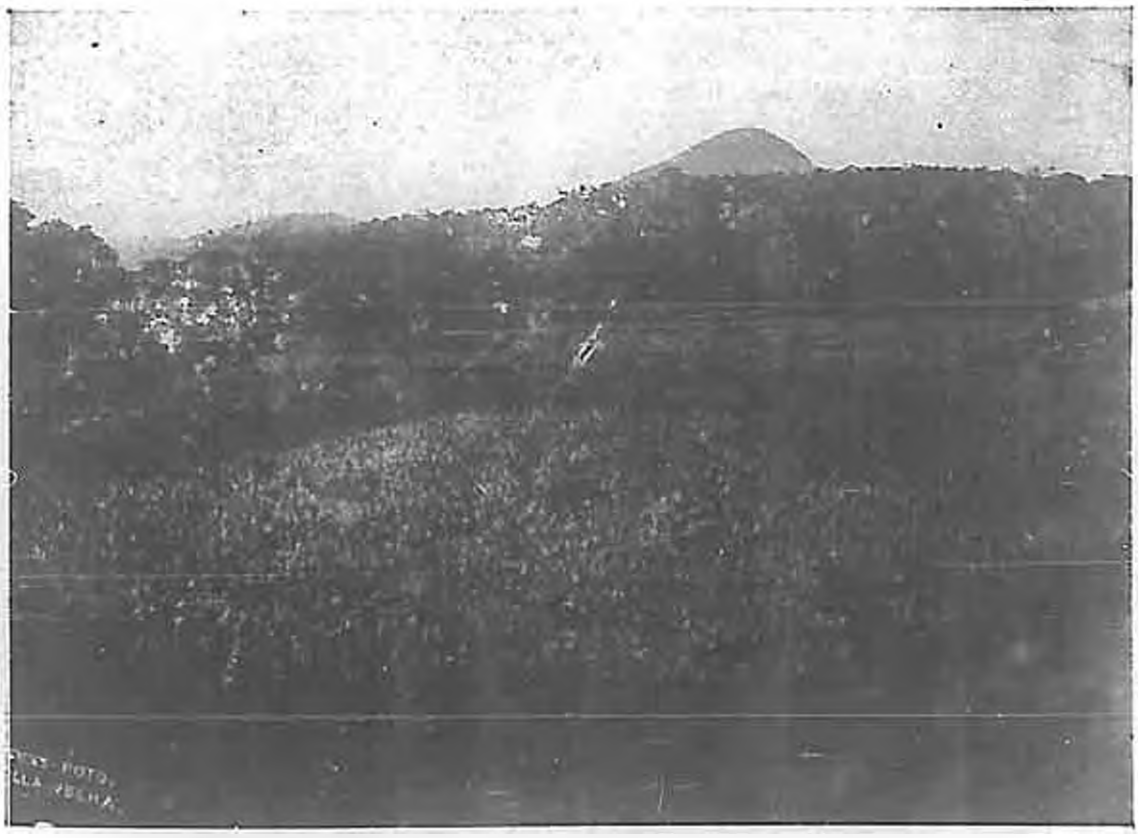
Campo de demonstração de milho, em Santa Leopoldina — 1928



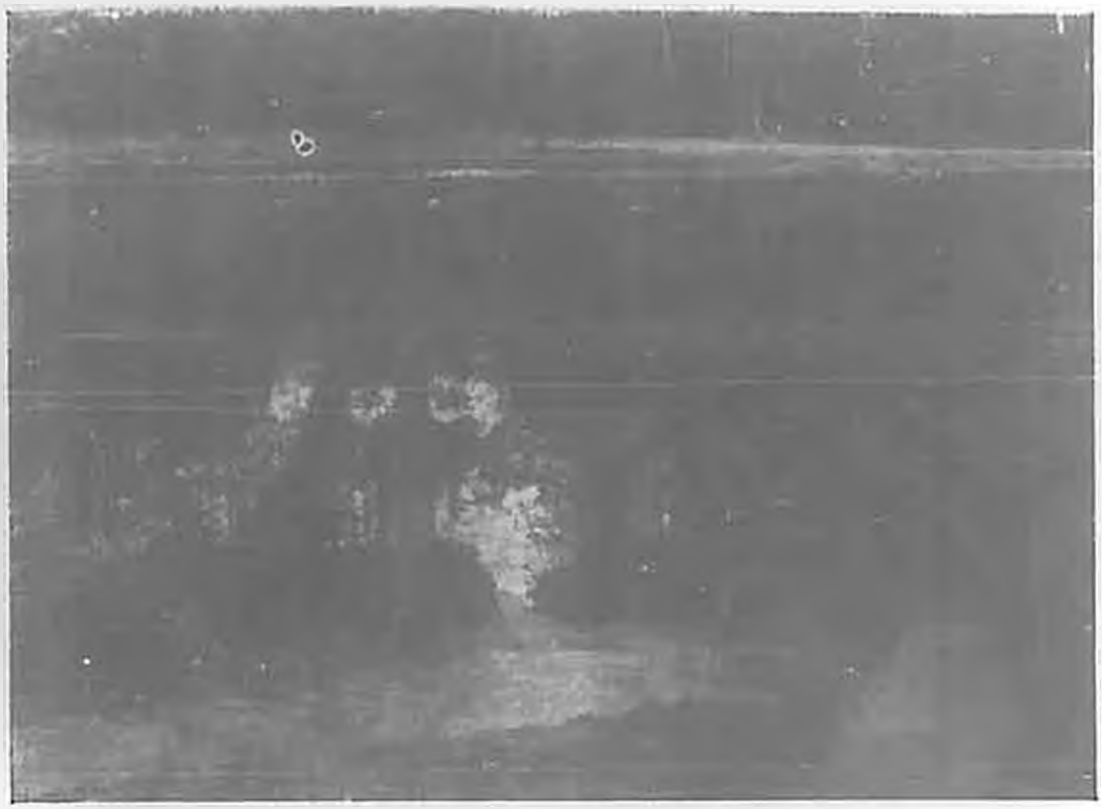
Campo de demonstração de milho, em Cariacica — 1928



Campo de demonstração de milho, em Santa Leopoldina — 1928



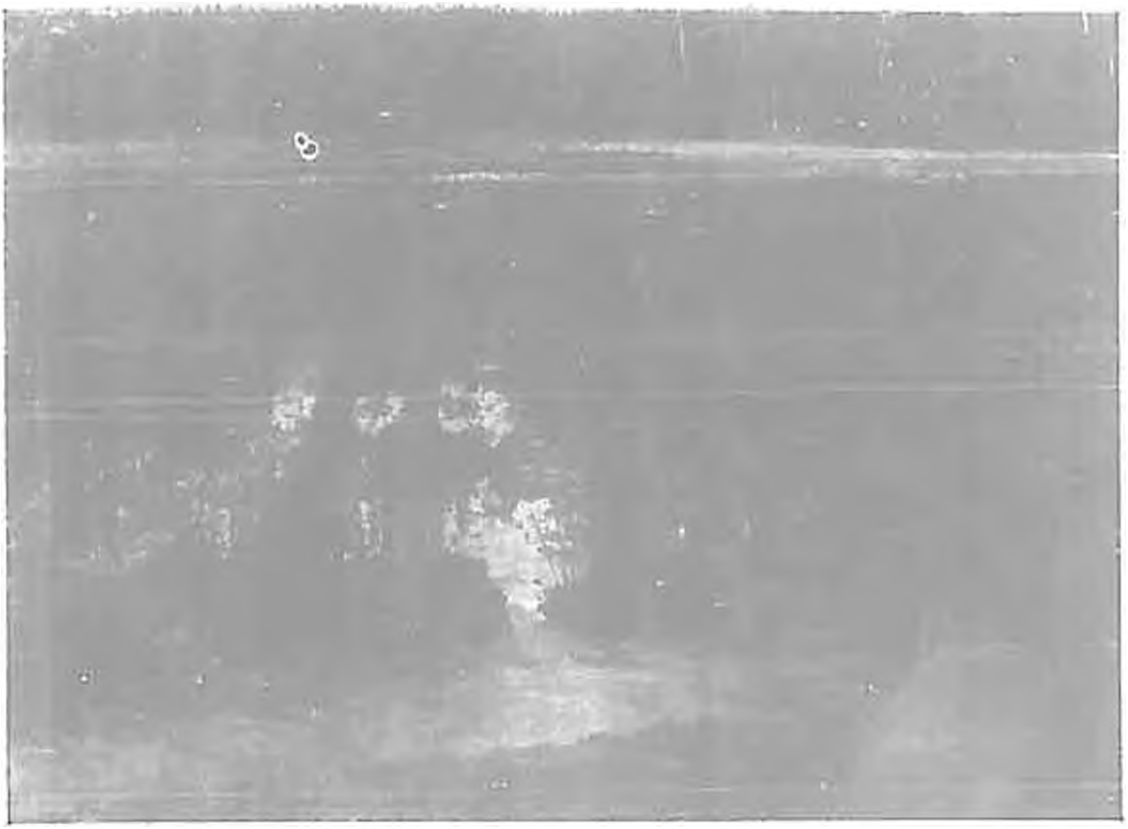
Campo de demonstração de milho, em Carinecica — 1928



Campo de demonstração de arroz, vendo-se a irrigação — Cariacica — 1928



Campo de demonstração de arroz, em Cariacica



Campo de demonstração de arroz, vendo-se a irrigação — Carinaica — 1928



Campo de demonstração de arroz, em Carinaica



Fazenda Santa Rita, em Muquy



Aspecto de uma fazenda de café, no sul do Estado



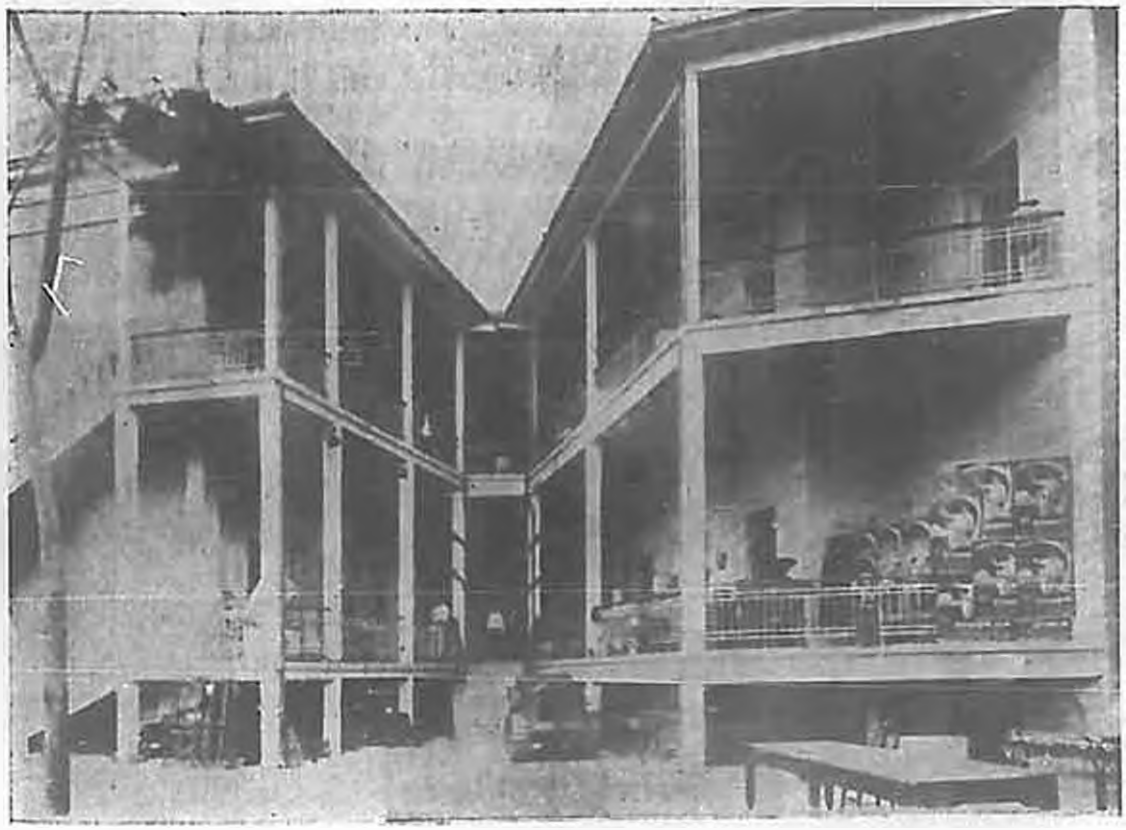
Fazenda Santa Rita, em Muquy



Aspecto de uma fazenda de café, no sul do Estado



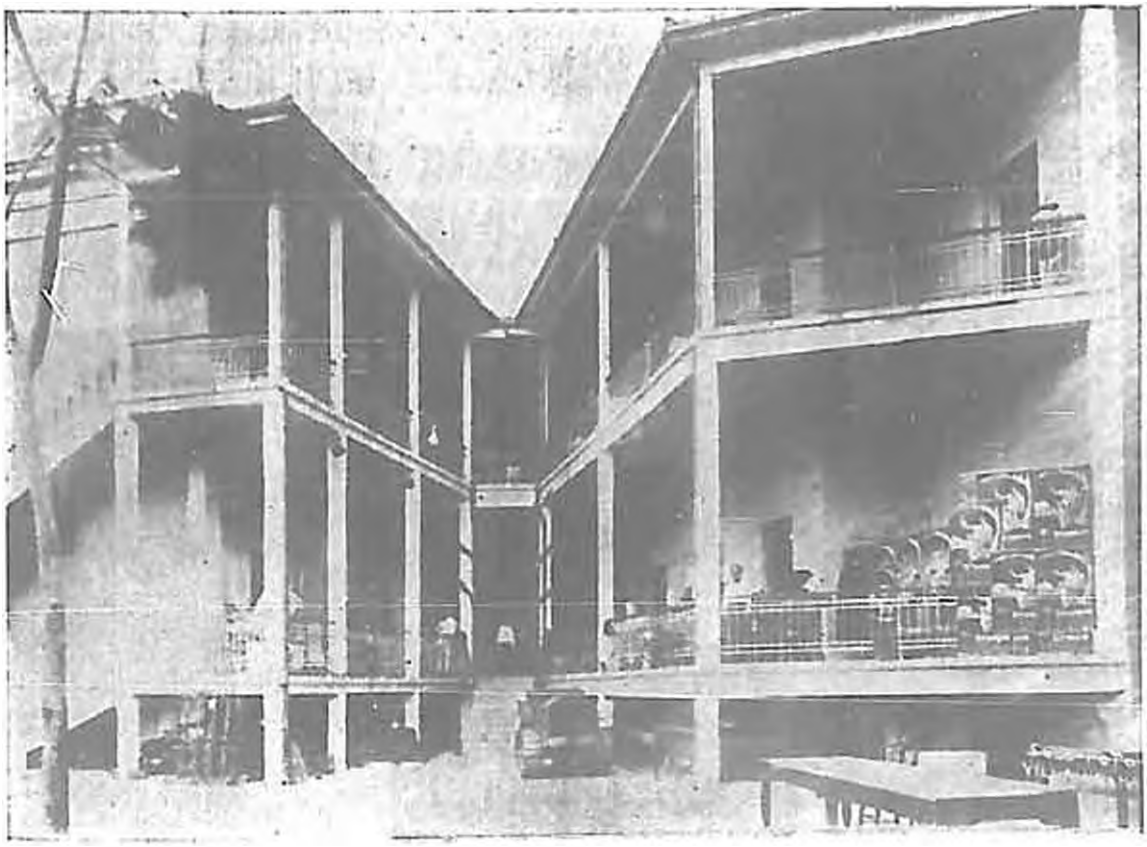
Aspecto da Exposição Estadual de Victoria, em 1926



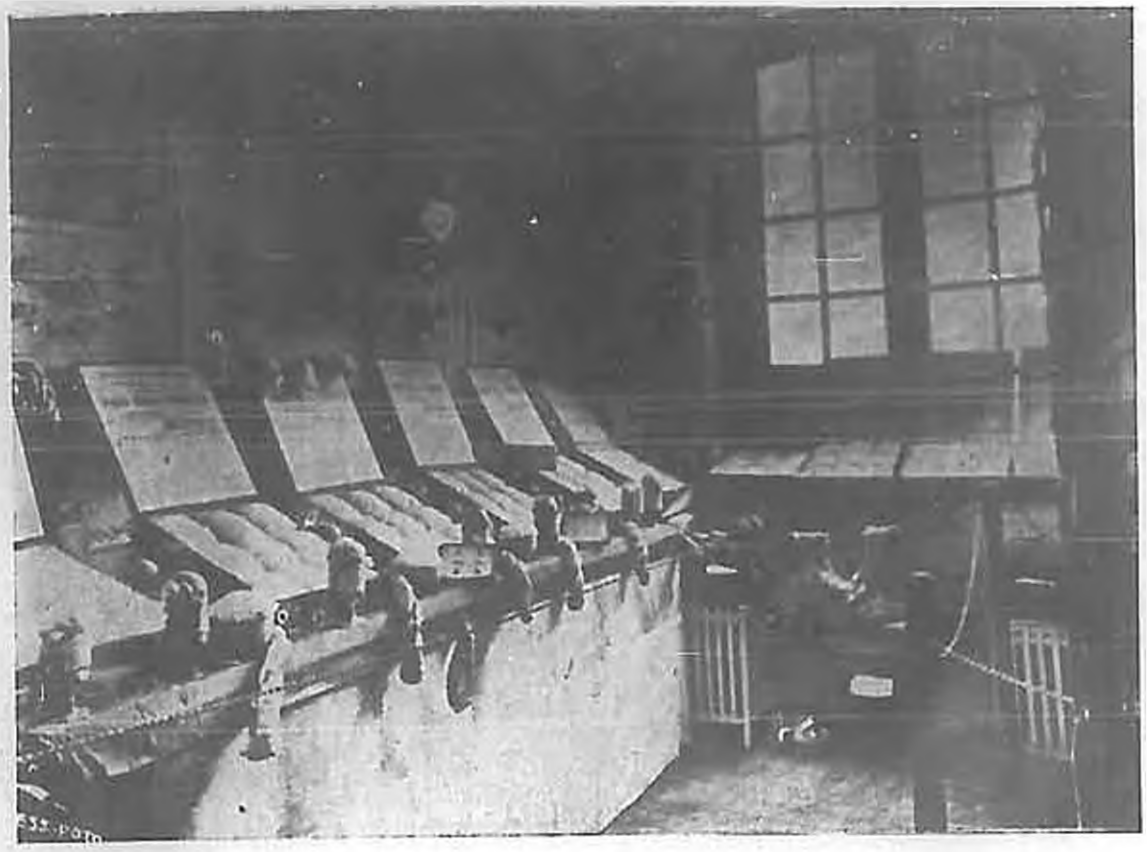
Grupo Escolar Gomes Cardim por occasião da exposição estadual de Victoria em 1926



Aspecto da Exposição Estadual de Victoria, em 1926



Grupo Escolar Gomes Cardim por occasião da exposição estadual de Victoria em 1926



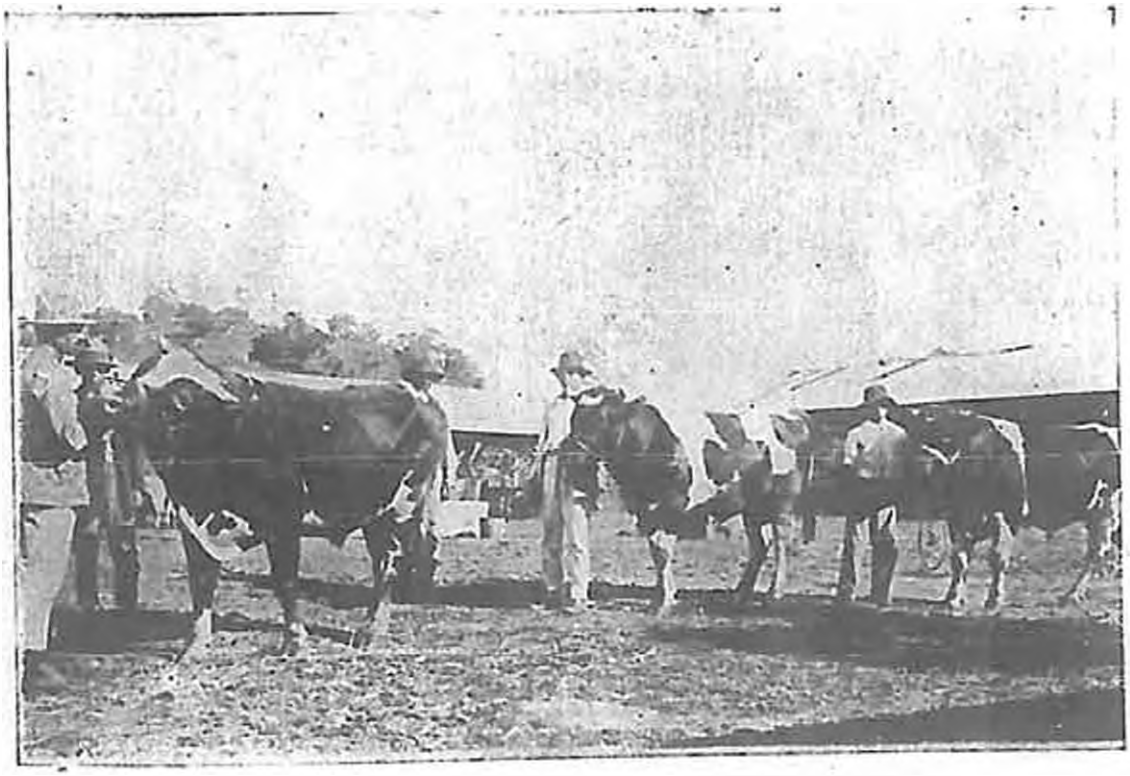
Aspecto da Exposição Estadoal de Victoria — 1926



Exposição Estadoal de Victoria de 1926 — Aspecto dos mostruarios



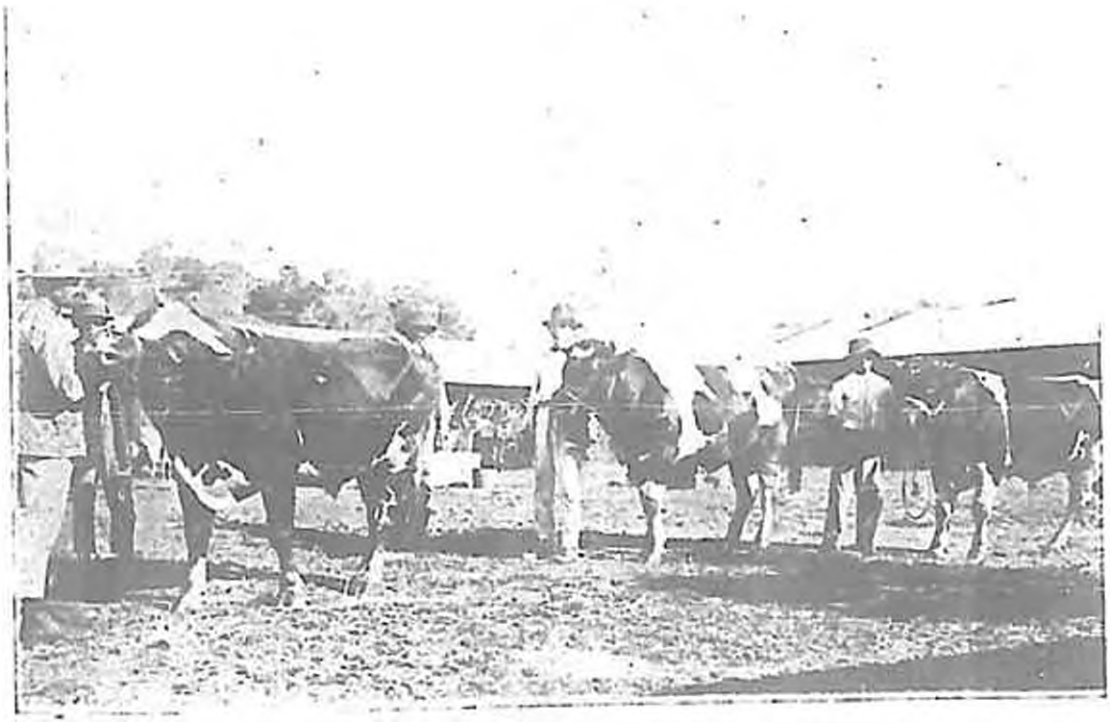
Secção do Espirito Santo na Exposição do Centenario do Café em São Paulo



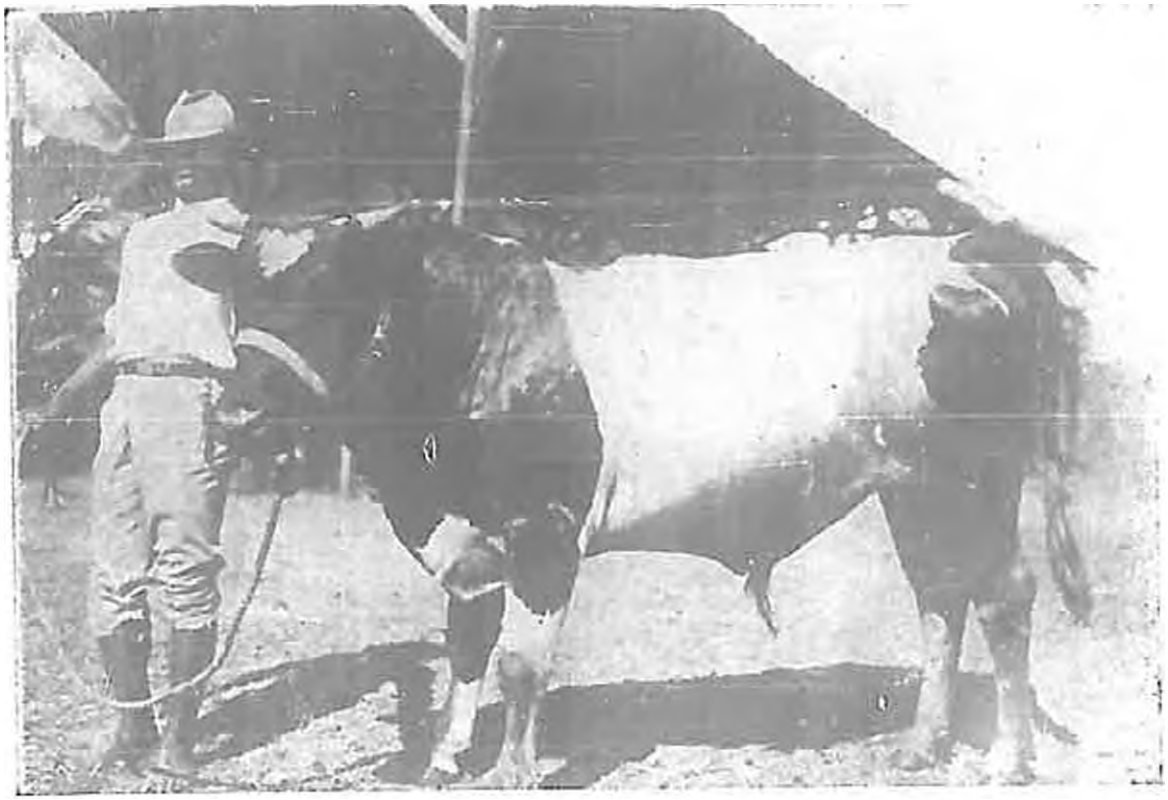
Reproductores que figuraram na 2.ª Exposição
de Pecuaria em Victoria — 1926



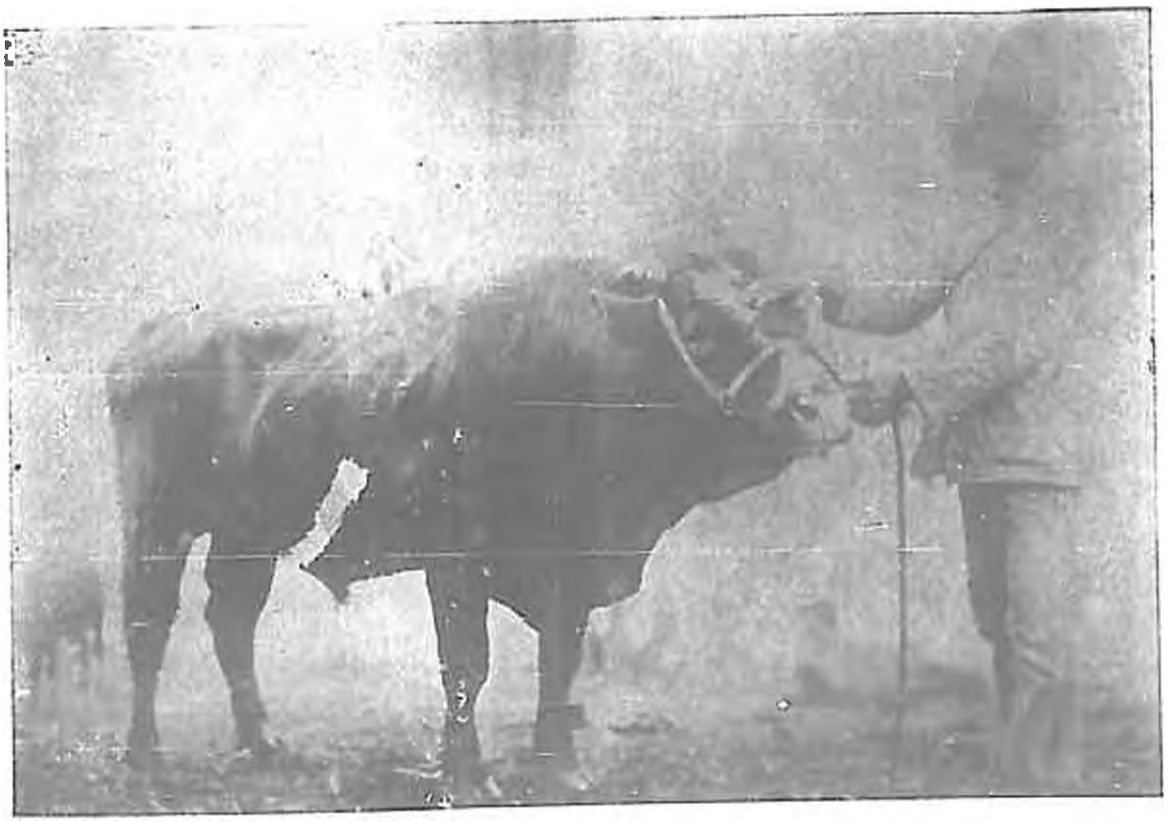
Secção do Espirito Santo na Exposição do Centenario do Café em São Paulo



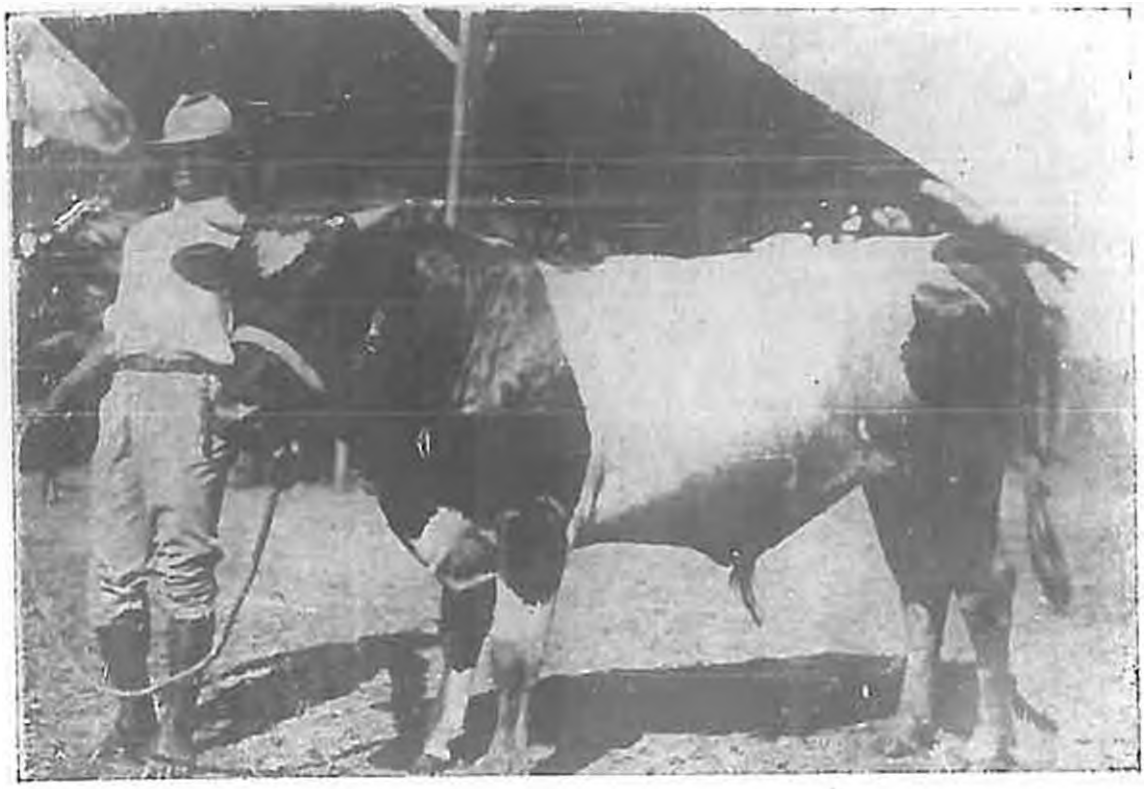
Reproductores que figuraram na 2.ª Exposição
de Pecuaria em Victoria — 1926



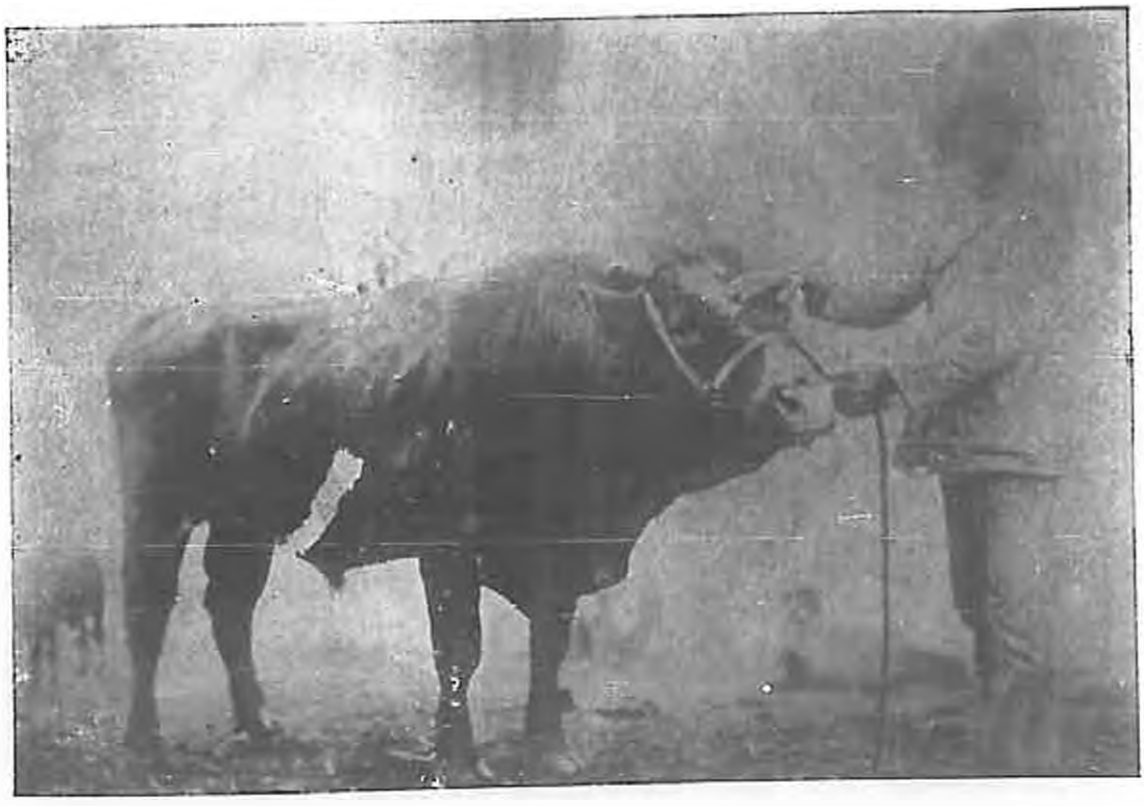
Reproductor distribuido como premio na Exposição



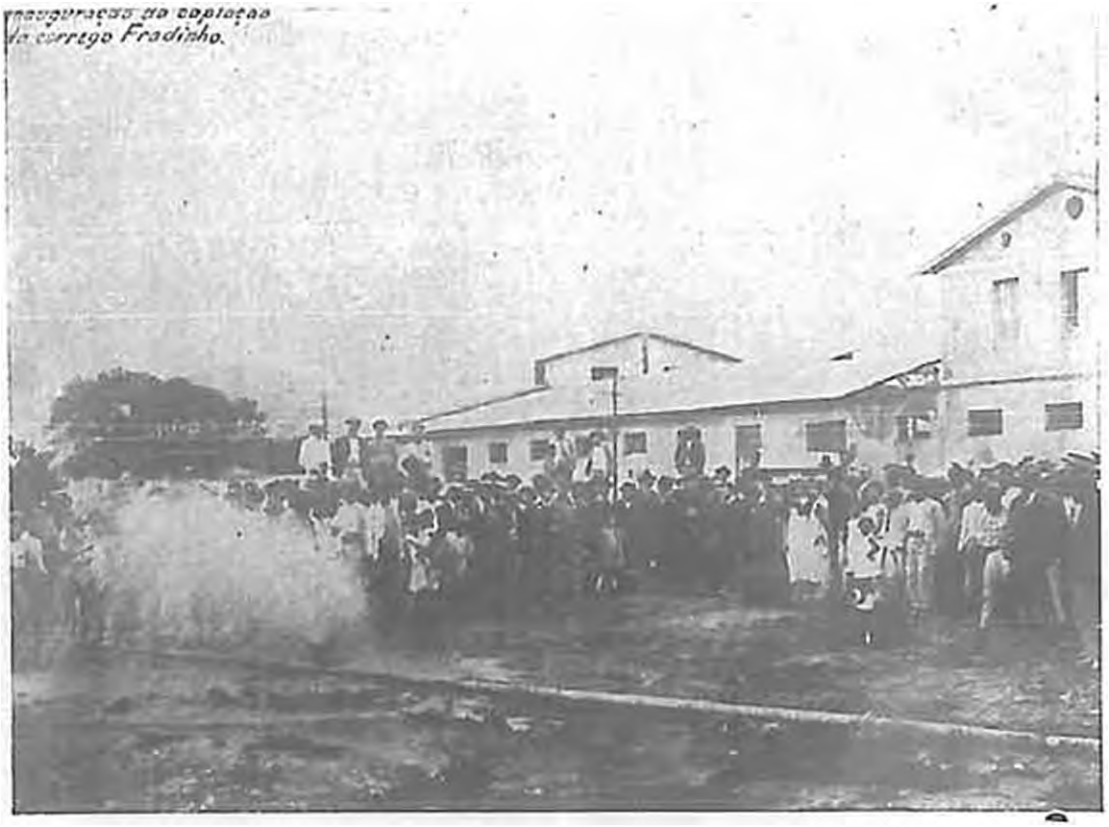
Reproductor distribuido como premio na Exposição Pecuaria de 1928



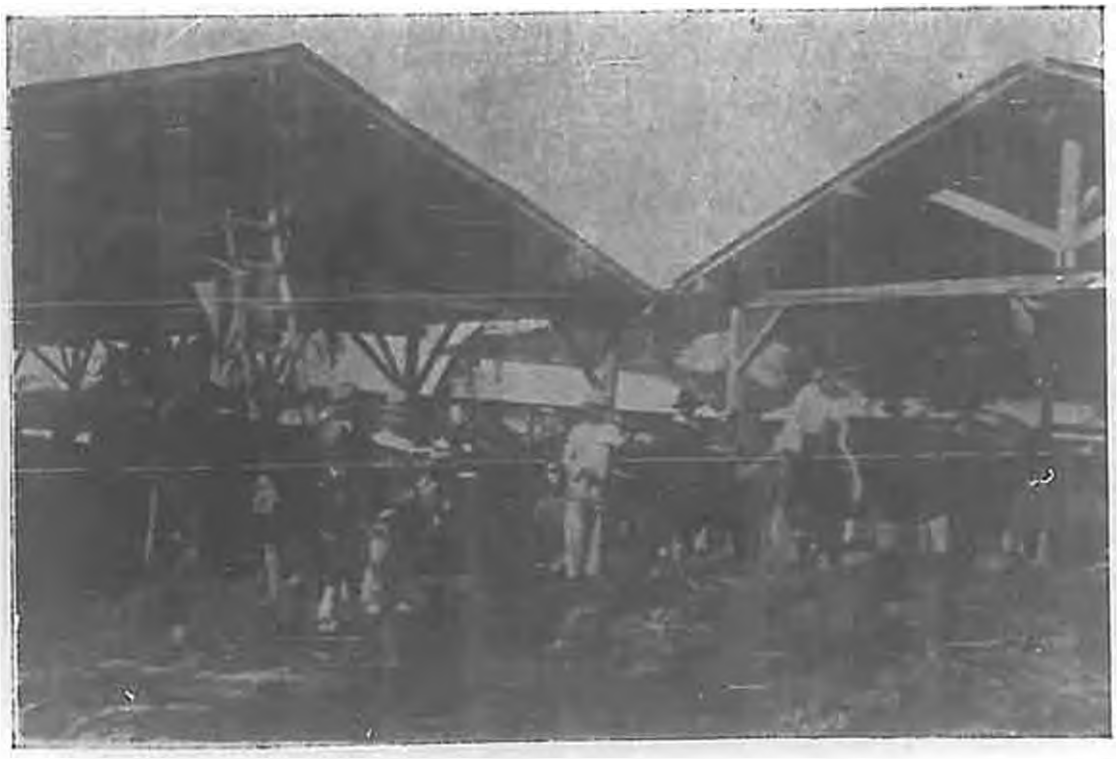
Reproductor distribuido como premio na Exposição



Reproductor distribuido como premio na Exposição Pecuaria de 1928



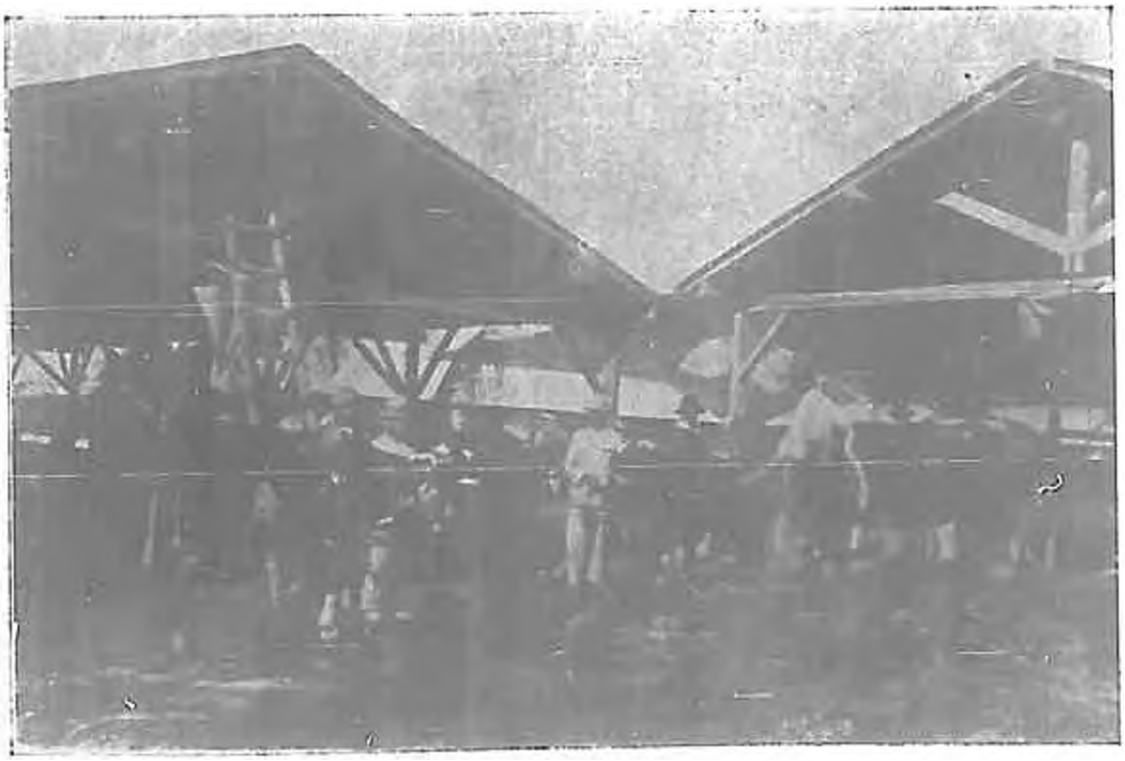
Inauguração da captação de agua dos Fradinhos



Exposição pecuaria de 1928



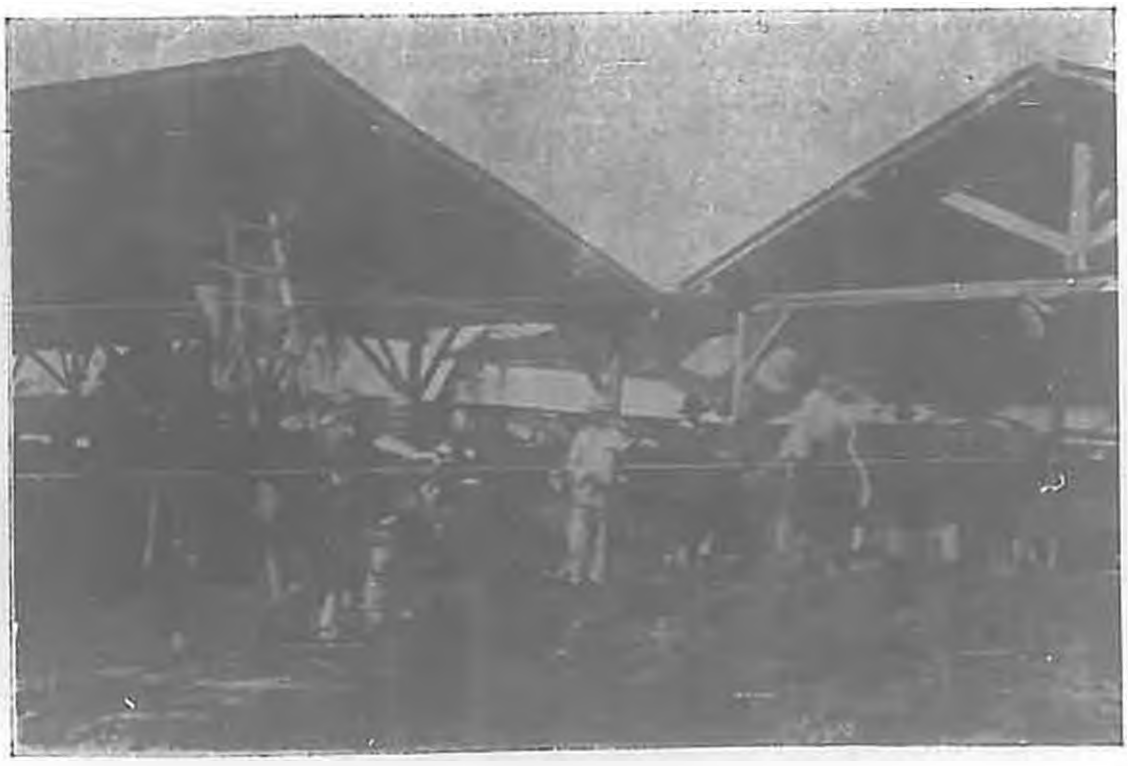
Inauguração da captação de agua dos Fradinhos



Exposição pecuaria de 1928



Inauguração da captação de agua dos Fradinhos



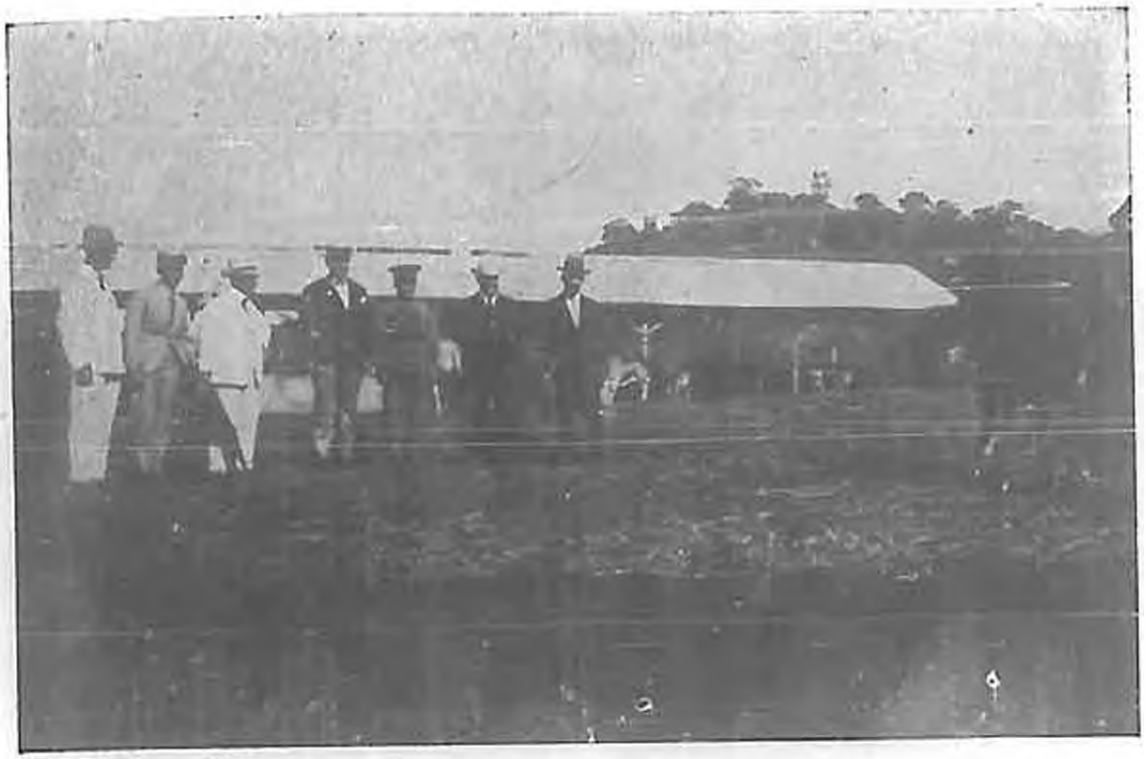
Exposição pecuaria de 1928



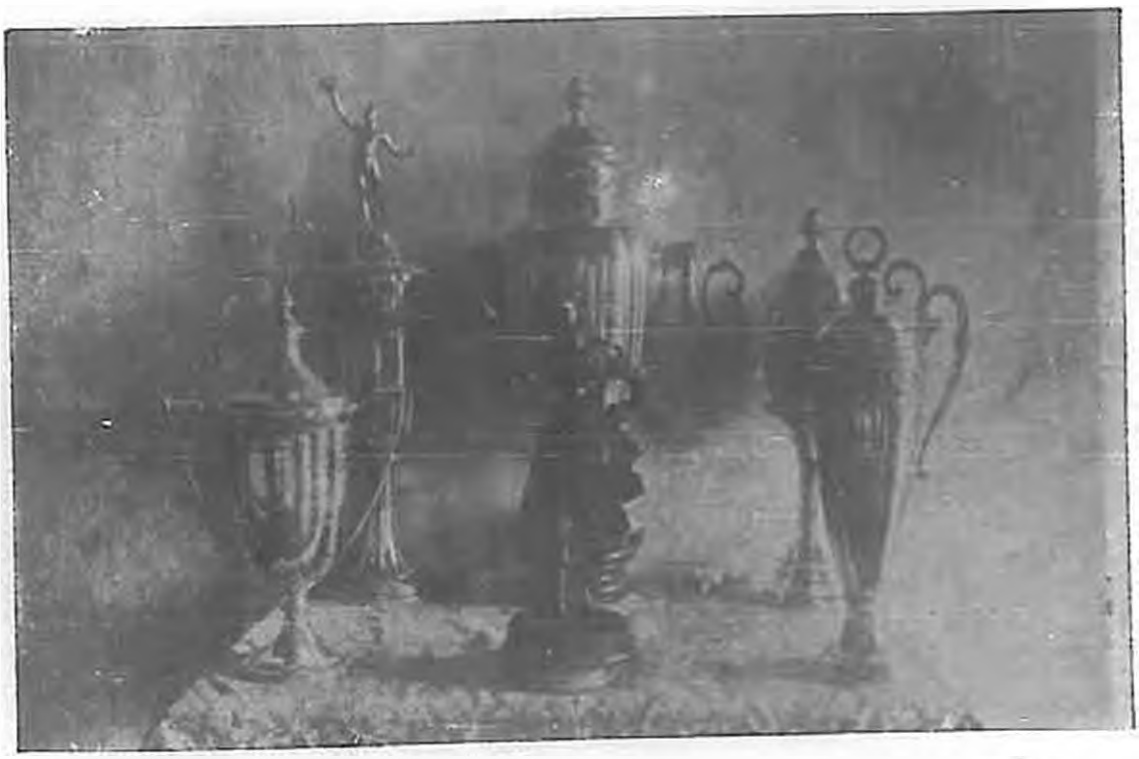
Exposição permanente de productos do Estado, no saguão da Secretaria da Agricultura



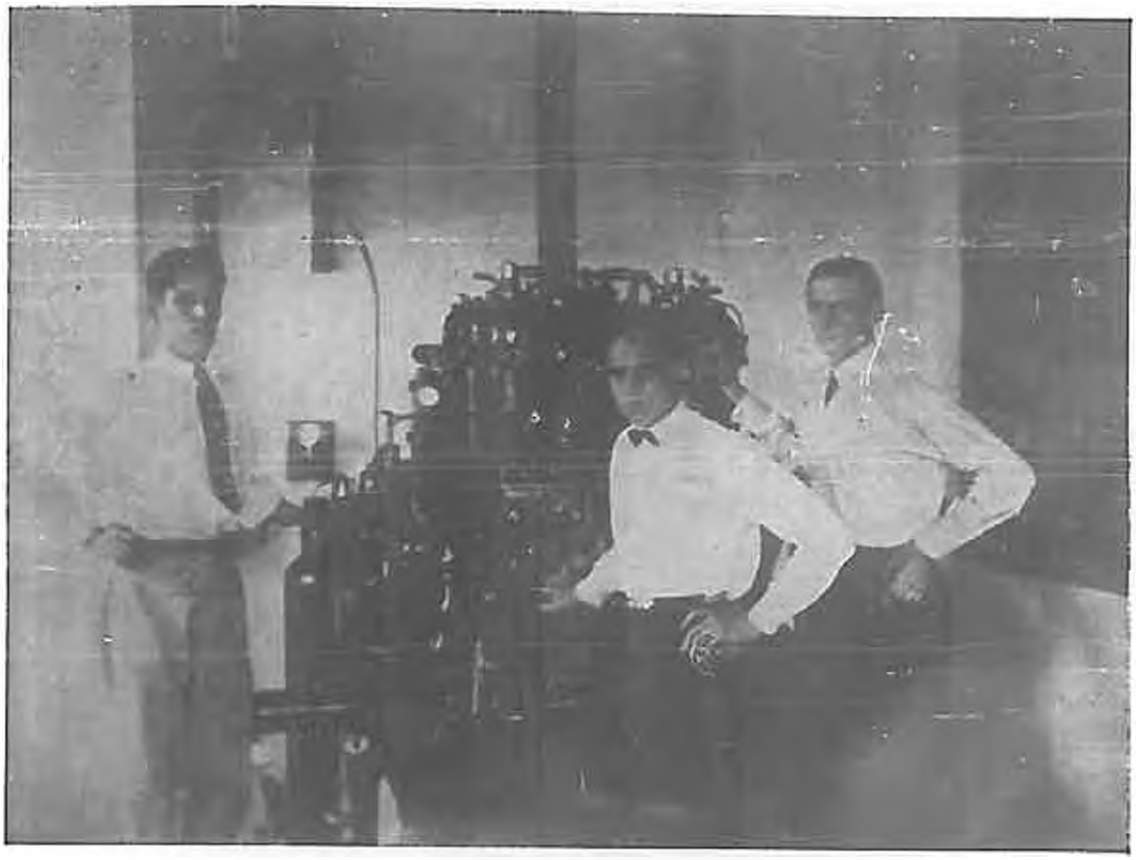
Exposição peenaria de 1928



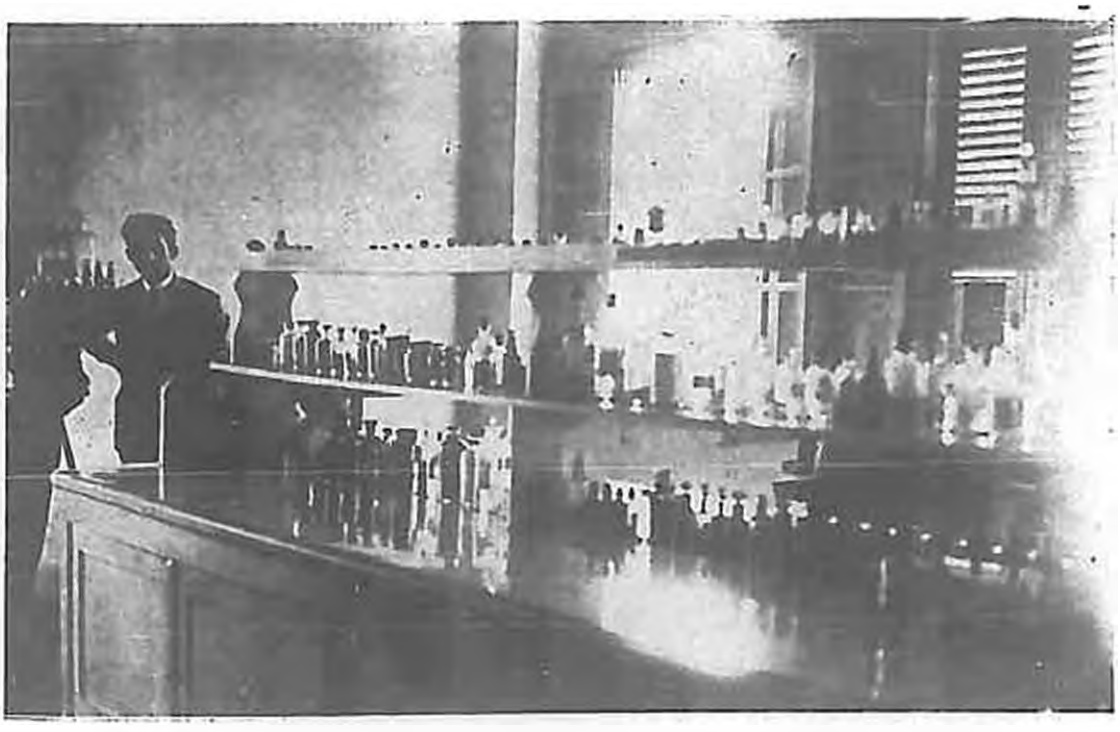
Exposição de Pecuaria de 1928 — Visita do Exmo. Sr. Presidente



Exposição Estadual de 1928 — Taças distribuidas como premios



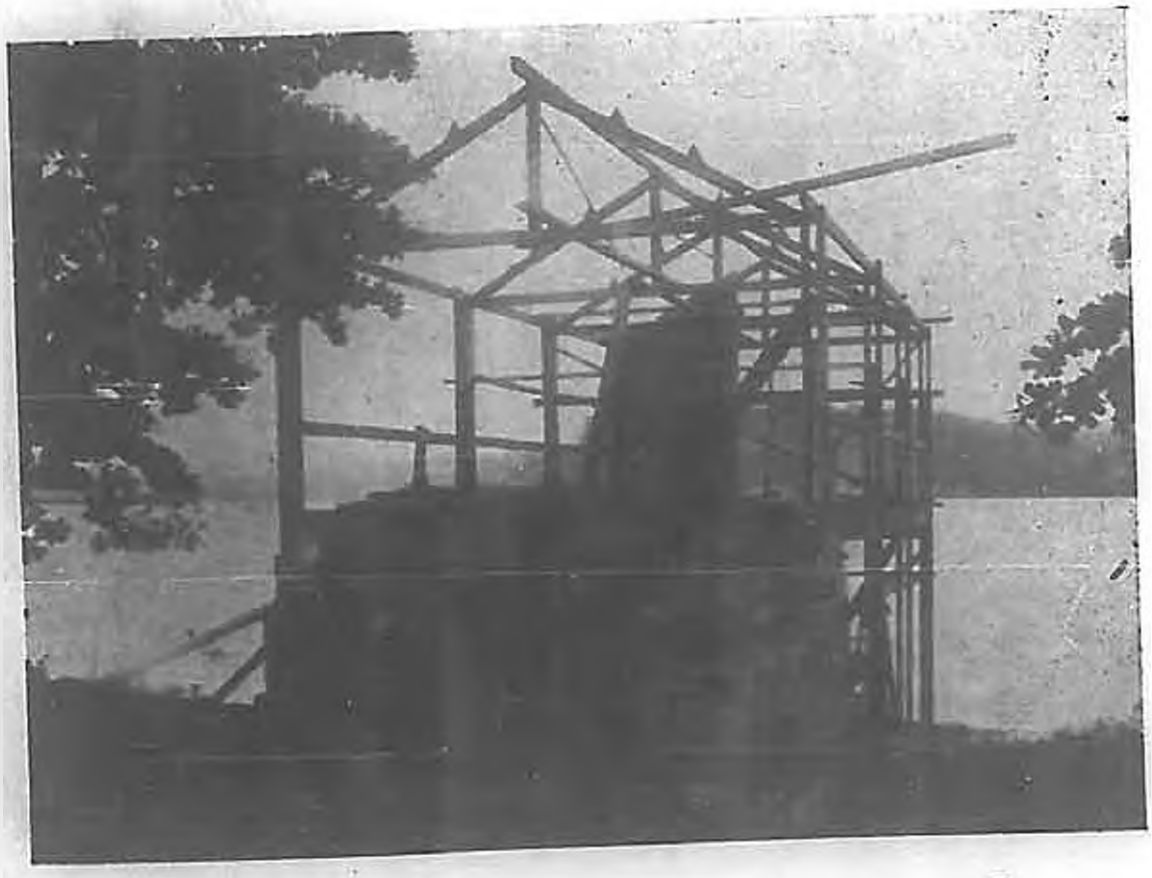
Inauguração da installação electrica da Serra



Laboratorio de Veterinaria da Fazenda Maruhype — 1927



Vapor "Penedo"



Armazem para a navegação do rio Dôce, em construcção



Inauguração do vapor "Juparanã", da navegação do Rio Dôce



Vapor "Juparanã" adquirido e inaugurado em 1927

Art. 10. — Ficam isentos do imposto de exportação, por cinco annos, os productos nesta mencionados, das propriedades dos agricultores e criadores que obtiverem os premios de que tratam os artigos 1.°, 2.°, 3.°, 4.°, 5.°, 6.° e 7.°.

Art. 11. — Fica aberto o credito de 50:000$000 para a realização de uma exposição estadual de pecuaria em Victoria, e premios para os criadores que mais se distinguirem.

Art. 12. — A Secretaria da Agricultura fornecerá as sementes necessarias aos interessados que se inscreverem para concorrer aos premios acima previstos; igualmente ella fornecerá, por preços modicos, as machinas necessarias aos serviços e prestará gratuitamente toda a assistencia technica de que tiverem necessidade os interessados.

Ordena, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e façam cumprir como nella se contém. O Secretario do Interior faça publical-a, imprimir e correr.

Palacio do Governo do Estado do Espirito Santo, em 24 de Setembro de 1927. — *Florentino Avidos*. — *Moacyr Monteiro Avidos*. — *Alziro Vianna*.

Sellada e publicada nesta Secretaria do Interior do Estado do Espirito Santo, em 27 de Setembro de 1927. — *Octavio Schneider*, Pelo Director do Expediente.

Nossa intenção distribuindo premios para aquelles que, empregando methodos mechanicos, apresentarem talhões mais perfeitos de determinadas culturas, visou animar nossa gente á melhoria dos methodos de trabalho na lavoura e á diversidade de culturas.

Foram impressos milhares de exemplares da lei 1.644, como tambem da lei do Regulamento da Exposição Pecuaria e enviados a todos os Presidentes de Camaras e Prefeitos Municipaes.

SECÇÃO DE TERRAS E COLONISAÇÃO

Terras

Não foi possivel uma completa organisação dos serviços de terras, embora tivesse procurado com leis, decretos, portarias e intrucções, melhoral-o alguma cousa.

A lei 1.148, que regula o processo de venda de terras no Estado, é uma excellente lei, mas não tem sido possivel o seu rigoroso cumprimento.

Em 1925, a Secretaria da Agricultura, para melhor ordem no serviço de medições, baixou aos respectivos encarregados desse serviço as instrucções abaixo, cujo cumprimento, dessa data a esta parte, tem sido exigido.

INSTRUCÇÕES PARA MEDIÇÃO DE TERRAS

1.° — As medições para venda, discriminação de terras devolutas, concessão ou revalidação, divisão de propriedade, serão feitas pelo processo de caminhamento, podendo applicar outros processos para verificações e determinações dos detalhes.

2.° — Os trabalhos de campo obedecerão ás seguintes regras:

a) — Serão orientados pela declinação magnetica determinada pelo encarregado de medições, onde se fizer a medição.

b) — O apparelho empregado será o TRANSITO DE GURLEY, ou outro de maior precisão, não sendo tolerado erro de mais de um minuto nem de mais de 3 metros por kilometro. O uso do transito será exigido de Fevereiro de 1926 em deante.

c) — Os alinhamentos serão orientados por deflexão, devendo o agrimensor notar além della os azimuths lidos e calculados.

d) — Seguindo os alinhamentos do perimetro, serão abertos rumos de 2 metros de largura, sendo um metro para cada lado, perfeitamente derribado e roçado.

e) — Deverão ser fixados marcos de madeira de lei ou de pedra, nos vertices dos polygonos e intermediarios, de 300 metros do ponto inicial dos alinhamentos.

f) — Os marcos deverão ter 1,10 de comprimento, sendo enterrados 0,60 e lavrados na parte superior, tendo 4 faces de 0,22.

g) — Cada vertice do lado do polygono será referido a um ponto fixo, e devidamente marcado da area medida á distancia não superior a 15 metros do mesmo, podendo servir de referencia arvore de diametro não inferior a 30 cms.

h) — Na falta de um ponto de referencia, nas condições indicadas na letra anterior, serão affixados 4 marcos de referencia, de pedra ou de madeira de lei, á distancia de 2 metros do principal, dispostos segundo orientação NS. EO. lavrados como este, e tendo 1,10 de comprimento que deverão ser enterrados 0,60 cms.

i) — Deverão constar da caderneta de campo todos os elementos da medição, especialmente os cursos d'agua que cortarem o perimetro.

j) — Sempre que for possivel, terão os lotes frentes para os cursos d'agua e estradas existentes ou projectadas.

k) — As medições devem ser conduzidas de modo a não deixarem sobras de terras nas cabeceiras de valles e altos de morros, em recantos ou em outros logares sem agua corrente permanente.

Colonisação

Para o trabalho de colonisação resente-se o Estado de vias de transportes e hospedaria de emigrantes.

Grandes florestas da região mais alta entre os rios Pancas e São Matheus têm sido até agora impenetraveis por falta de estradas e grandes difficuldades na travessia do rio Doce.

Voltei as vistas para a construcção de estradas como um meio seguro de encaminhamento do problema de povoamento.

Durante o meu governo foram votadas as seguintes leis referentes aos serviços de terras e colonisação.

LEI N.º 1.472 — *Isenta terras do aluguel instituido pelo Estado.*

O Presidente do Estado do Espirito Santo, usando da attribuição que lhe faculta o art. 39 da Constituição, manda que tenha execução a presente lei do Congresso Legislativo:

Art. 1.º — São consideradas do dominio privado e isentas desde o vigor desta lei, do aluguel instituido pelo Estado:

1.º) — As terras cujo possuidor tiver titulo habil, de dominio obtido até 1.º de Janeiro de 1904;

2.º) — As terras que se acharem na posse de particulares, em virtude de sentença proferida, em Juizo contencioso até 1.º de Janeiro de 1904;

3.º) — As terras, com moradia habitual e cultura effectiva possuidas, independentemente de titulo, pelos actuaes possuidores e seus antecessores por 30 annos, ininterruptos até á data da presente lei.

Art. 2.º — A prova da posse, para os effeitos do artigo anterior, far-se-á pelos meios em geral admittidos em direito, sendo sempre necessaria a citação do Estado em todos os processos judiciaes para esse fim.

Art. 3.º — A area das posses determinar-se-á, salvo direito de terceiros:

a) — Pelo têor dos titulos em que se basearem;

b) — Pelos actos possessorios que servirem para extremal-as.

Art. 4.º — O cancellamento do aluguel será requerido ao Secretario da Agricultura, em requerimento, devidamente instruido com documentos previstos nos artigos 1.º e encaminhado pela collectoria da zona a que pertencer o immovel lançado, devendo ser dado ao requerente recibo especificado de todos os papeis entregues.

§ 1.º — Recebido o requerimento e protocollado no livro proprio, o collector remettel-o-á, em original, sob registro do correio, dentro de 5 dias, ao Secretario da Agricultura, com o seu parecer e o do encarregado de medições.

Art. 5.º — O Despacho do Secretario da Agricultura, deverá ser proferido dentro do praso de 60 dias, contado da data do recebimento dos papeis do requerente.

Art. 6.º — Ao possuidor nas condições do art. 1.º não assistirá o direito de restituição quanto aos alugueis pagos de accordo com as Leis do Estado.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Ordena, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e façam cumprir, como nella se contem.

O Secretario do Interior faça imprimir, publical-a e correr.

Palacio do Governo do Estado do Espirito Santo, em 13 de Agosto de 1924. — *Florentino Avidos, Moacyr Monteiro Avidos.*

Publique-se. Em 19—8—1924. — *José Antonio Lopes Ribeiro.*

L. S. Sellada e publicada nesta Secretaria do Interior do Estado do Espirito Santo, em 20 de Agosto de 1924. — *Clovis Nunes Pereira,* Director do Expediente.

LEI N.º 1.490 — *Concede, gratuitamente, lotes de terras a brasileiros, chefes de familia que provarem ser homens de trabalho.*

O Presidente do Estado do Espirito Santo, cumprindo o que determina o art. 39 da Constituição, manda que tenha execução a presente lei do Congresos Legislativo.

Art. 1.º — A brasileiros, chefe de familia, que provarem ser

homens de trabalho, poderá ser concedido gratuitamente um lote de 25 hectares de terras de cultura ou de 50 de terras de criação.

Art. 2.° — O concessionario se obrigará a cultivar o lote ou utilizal-o para industria pastoril, e nelle edificar e residir dentro do prazo de um anno, recebendo uma escriptura provisoria.

Art. 3.° — Dentro do prazo de 2 annos deverá o concessionario effectuar o pagamento do preço correspondente á medição do lote.

Art. 4.° — Nenhum requerente poderá por si ou interposta pessoa, obter a concessão de mais de um lote.

Art. 5.° — O concessionario só poderá derrubar arvores, além das necessidades da cultura ou deixar de plantar nas derrubadas, depois que tiver escriptura definitiva.

Art. 6.° — Não se haverão por principio de cultura, para os effeitos legaes, os simples roçados ou queima de mattos e campos, nem levantamento de rancho ou actos semelhantes.

Art. 7.° — Cumpridas as obrigações constantes dos artigos 2 e 3 e verificado isso pelo engenheiro ou funccionario a quem competir, a Secretaria da Agricultura ordenará o lavramento da escriptura definitiva.

Art. 8.° — O inadimplemento das condições acima referidas, dentro dos prazos legaes, dá logar á pena de commisso com perda das bemfeitorias.

Art. 9.° — A concessão é pessoal e intransferivel.

Art. 10.° — Si o concessionario fallecer antes de satisfeitas as condições dos artigos 2 e 3, a viuva ou herdeiros poderão assignar o competente termo, tomando a si as obrigações do *de cujus*.

§ Unico. — Si não houver viuva nem filhos, ou si o filho ou filhos maiores forem concessionarios de outros lotes, o terreno voltará ao dominio do Estado.

Art. 11.° — Nas mesmas condições e de accordo com as mesmas regras estabelecidas nesta Lei, aos estrangeiros que o requererem poderão ser concedidos lotes de terras, si provarem os seguintes requisitos:

a) — terem constituido familia no Estado, juntando certidão de casamento legalmente realisado;

b) — terem residencia no Estado por mais de 5 annos e serem homens de trabalho e moralisados, juntando affirmações das autorida-

des judiciarias da Comarca e de lavradores conhecidos na Secretaria da Agricultura;

c) — serem ordeiros, apresentando folha corrida.

Art. 12.° — As terras concedidas nas condições determinadas nesta lei, não poderão ser penhoradas para pagamento de dividas, salvo as provenientes:

a) — de impostos federaes, estaduaes ou municipaes;

b) — de multas por delictos ou quasi delictos;

c) — de salarios ou jornaes de operarios empregados no serviço de installação, conservação e cultura dos lotes;

d) — das obrigações contraidas para o custeio, desenvolvimento e valorisação dos lotes.

Art. 13.° — No caso de dividas de outras proveniencias e contrahidas depois da expedição da escriptura definitiva, o lote com as bemfeitorias é sujeito á penhora, mas na execução separar-se-ão, á escolha do executado, bens de valor equivalente a 5:000$000 que constituirão o peculio da familia.

§ Unico. — Quando o executado possuir outros bens, além dos gratuitamente cedidos pelo Governo, a penhora só recahirá sobre estes, depois de excluidos aquelles.

Art. 14.° — Nos inventarios, havendo dividas nas condições especificadas no art. 11, se procederá á separação determinada no mesmo artigo para a instituição do peculio.

Art. 15.° — O peculio de familia é inalienavel em quanto existir a viuva do concessionario ou algum dos seus filhos menores.

Art. 16.° — O poder executivo consolidará todas as disposições de leis estaduaes vigentes sobre terras, no regulamento que baixar para a execução desta.

Art. 17.° — E' facultado ao adquirente de terrenos do Estado constituir procurador ao solicitador de terras, para assignar a respectiva escriptura.

Art. 18.° — Revogam-se as disposições em contrario.

Ordena, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e façam cumprir como nella se contém.

O Secretario do Interior faça publical-a, imprimir e correr. Palacio do Governo do Estado do Espirito Santo, em 5 de Setembro de 1924. — *Florentino Avidos*. — *Moacyr Monteiro Avidos*.

Publique-se. Em 9 de Setembro de 1924. — *José Antonio Lopes Ribeiro*. — L. S. Sellada e publicada nesta Secretaria do Interior do Estado do Espirito Santo, em 9 de Setembro de 1924. — *Octavio Schneider*, pelo Director do Expediente.

LEI N.° 1.586 — *Declara que, nos logares em que o Estado possuir grande extensão de terras devolutas o Poder Executivo poderá mandar demarcar lotes agricolas de área determinada, vendendo-as independentemente das formalidades estabelecidas na lei de terras vigente.*

O Presidente do Estado do Espirito Santo, cumprindo o que determina o art. 39 da Constituição manda que tenha execução a presente lei do Congresso Legislativo:

Art. 1.° — Nos logares em que o Estado possuir grande extensão de terras devolutas, o Poder Executivo, por intermedio da Secretaria da Agricultura, poderá mandar demarcar lotes agricolas de área nunca superior a 60 hectares, vendendo-as independentemente das formalidades estabelecidas nos arts. 11 e seguintes da lei de terras vigente.

§ 1.° — Medidos e demarcados, os referidos lotes serão vendidos pelo preço em vigor, mediante um requerimento do interessado ao Secretario da Agricultura.

§ 2.° — Sempre que a área demarcada confrontar-se com terras particulares, a Secretaria da Agricultura antes de ordenar a demarcação, publicará os necesarios editaes, na forma e modo estabelecidos pela lei vigente de terras.

Art. 2.° — Para os effeitos da isenção do aluguel de terras a que se refere a lei n.° 1.472 de 1924, a Secretaria da Agricultura ordenará, quando julgar necessaria, a demarcação da respectiva área.

Art. 3.° — Aos que estiverem nos casos da lei acima citada, n. 1.472 de 1924, a Secretaria da Agricultura expedirá o competente titulo de reconhecimento de direito, independentemente de quaesquer impostos e emolumentos.

Art. 4.° — A venda das terras devolutas poderá ser feita na extensão maxima de 150 hectares, pelo preço da tabella vigente.

§ Unico — As areas superiores a 150 hectares poderão ser vendidas á razão de 50$000 o hectare, excluidas as despezas de medição.

Art. 5.º — Fica o Poder Executivo autorizado a reorganizar os serviços de terras do Estado, consolidando as disposições vigentes e adoptando as medidas que julgar necessarias.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Ordena, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e façam cumprir como nella se contém. O Secretario do Interior faça publical-a, imprimir e correr. Palacio do Governo do Estado do Espirito Santo, em 4 de Agosto de 1926. *Florentino Avidos*. — *Benvindo Novaes*. — *Publique-se*. Em 5 de Agosto de 1926. — *José Antonio Lopes Ribeiro,* Secretario do Interior. — L. S. — Sellada e publicada nesta Secretaria do Interior do Estado do Espirito Santo, em 5 de Agosto de 1926.—*Octavio Schneider,* pelo Director do Expediente.

Relação demonstrativa das importancias arrecadadas pela venda de terras no anno de 1927

MEZES	Deposito medição	VENDAS DE TERRAS	TOTAL GERAL
Janeiro	—	38:042$969	—
Fevereiro	—	23:734$928	—
Março	—	33:482$904	—
Abril	—	32:872$463	—
Maio	—	37:676$796	—
Junho	—	45:804$153	—
Julho	—	51:961$321	—
Agosto	—	36:165$983	—
Setembro	—	20:744$744	—
Outubro	—	53:864$112	—
Novembro	—	75:089$030	—
Dezembro	—	51:550$073	—
Janeiro a Dezembro	98:371$209	—	—
Sommas	98:371$209	500:989$476	599:360$685

DIRECTORIA DE VIAÇÃO, OBRAS PUBLICAS, INDUSTRIA E COMMERCIO

A Directoria de Viação Obras Publicas, Industria e Commercio superintende:

a) — todos os serviços de estudos, projecto e construcção de todas as obras publicas, como estradas de ferro e de rodagem, edificios publicos rede de telegraphos e telephonios estadoaes e serviço de navegação fluvial;

b) — a conservação e administração dos mesmos serviços;

c) — a organização de dados que interessem o desenvolvimento commercial e industrial do Estado.

Por motivos especiaes e transitorios, não foram subordinados a esta Directoria os serviços de estradas de ferro estadoaes, com excepção da de Benevente a Alfredo Chaves. Os trabalhos estão divididos em 2 secções:

a) — Viação e Obras Publicas

b) — Industria e Commercio.

A secção de Viação e Obras compõe-se de uma sala technica e 3 Districtos com séde respectivamente em Victoria, Cachoeiro de Itapemirim e Figueira. A sala technica e os Districtos são dirigidos por engenheiros com os auxiliares necessarios.

A Secção Industria e Commercio apesar de installada, não está completamente apparelhada.

Durante o actual quatriennio os serviços desta Directoria foram os que vão descriptos a seguir.

ESTRADAS DE RODAGEM

Estrada de Victoria-Affonso Claudio

Comprehende os cinco trechos a seguir:

Victoria — Cariacica	14.000	metros
Cariacica — Santa Leopoldina	34.000	"
Santa Leopoldina — Santa Thereza	29.000	"
Santa Thereza — Figueira	50.000	"
Figueira — Affonso Claudio	60.000	"

Victoria-Cariacica

Até principios de 1926, foram concluidos 12.000 metros, tendo a Estrada o Porto do Itaquary como ponto de partida provisorio. Attendendo-se, porém, ao objectivo de alcançar a ponte de ligação de Victoria ao Continente, e consequentemente completar a ligação da Capital a Affonso Claudio, foram atacados os dois kilometros restantes, que já se acham concluidos, como tambem a ponte sobre o rio Marinho.

Até esta data, foram gastos 328:736$074, resultando o preço kilometrico de 23:481$148 incluindo todas as obras de arte.

Cariacica-Santa Leopoldina

Atacada em Abril de 1925, foi concluida em Junho de 1926, com a extensão total de 34.000 metros, dos quaes 16.000 metros são de construcção nova e comprehende a secção que vae de Cariacica a confluencia do rio Una com o Santa Maria da Victoria e 18.000 metros que vão d'ahi a Santa Leopoldina, constituem reconstrucção da antiga Estrada Costa Pereira, que, comquanto trafegada por automoveis, não possuia os caracteristicos necessarios para uma Estrada de rodagem, pelo que essa reconstrucção exigiu grandes trabalhos para tornal-a parte integrante da rodovia tronco Victoria — Affonso Claudio, sendo em parte macadamisada.

Foi gasta até agora a importancia de 669:432$500 incluindo todas as obras de arte, resultando o preço kilometrico de 19:689$191.

Santa Thereza-Figueira

Esta Estrada foi concluida antes do actual governo. Em serviços de reparos e melhoramentos, foram feitas despesas apreciaveis, no trecho de Alto Caratinga a Figueira.

Figueira-Affonso Claudio

Depois de cuidadoso reconhecimento, foi adoptado o traçado que partindo de Figueira pelo valle do rio Socego, segue pela encosta da Serra do Bananal com rampas de 4% até o alto e, galgando a Serra da Samambaia vae attingir o rio Lagoas por cujo valle corre até a margem direita do Guandú e continua, acompanhando este rio, até Affonso Claudio.

Começada a sua construcção em 23 de Dezembro de 1925, já se achavam construidos cerca de 12.000 metros até principios do anno de 1927, quando resolvi mandar atacal-a com mais intensidade; acha-se hoje concluida com a extensão total de 60 kilometros. Foram gastos até Maio de 1928 — 1.101:402$318, com o preço de 20:000$000 por kilometro. Vem satisfazer esta estrada, á maior aspiração do povo de Affonso Claudio, que não dispunha de meios de transporte. Ella permittirá o escoamento de sua producção para a estação de Itá da E. F. Victoria a Minas.

Estrada de Santa Thereza-Collatina

Subdivide-se em tres trechos, como se segue:

1)—Santa Thereza — São João Petropolis 22.000 metros
2)—São João Petropolis — Mutum .. .. .. 21.000 "
3)—Mutum á Collatina .. .. 18.000 "

Santa Thereza-S. João de Petropolis

Exactamente por interessar a uma zona accidentadissima, constitue a Estrada mais cara dentre todas as que foram emprehendidas em meu Governo, ao mesmo tempo que vae servir a uma das regiões mais productoras do Estado, com o objectivo, tambem, de pôr a cidade de Collatina em communicação directa com Victoria, servindo a 2 municipios.

Foi iniciada em 1.° de Julho de 1925, com a plataforma de 5 metros, rampa maxima de 8% e raio minimo de 20 ms., quando ao attingirmos 3.260 metros os serviços foram suspensos provisoriamente, para se proceder a novos estudos, com melhores condições technicas.

Foram reiniciados em 1 de Fevereiro de 1927, com rampa maxima de 6% e raio minimo de 20 ms. Nessa occasião o Governo entrou em accordo com a população da zona, por intermedio da Companhia de Viação Geral de Santa Leopoldina, para o financiamento da construcção. Por esse accordo o Governo se compromettеu a concorrer com a importancia de 300:000$000, devendo o restante ser pago pelos commerciantes e lavradores.

A extensão total do trecho é de 22 kilometros dos quaes 9 na Serra do Timbuhy que constituem o trecho mais difficil.

A impotrancia dispendida até Maio de 1928 foi de 813:070$730. Ainda ha serviços por medir no valor approximado de 200:000$000. O preço kilometrico approximado será de 46:000$000.

A sua conclusão depende apenas de retoques finaes de algumas obras d'arte pequenas e do alargamento do trecho entre a viuva Pretti e Barracão de Santo Antonio, sem embargo de já estar a estrada entregue ao trafego.

S. João de Petropolis-Mutum

O trecho atacado em Maio de 1925, ficou concluido em 1.440 metros apenas. Suspensos os serviços, a estrada foi construida pela firma Viuva Pagani & Filhos, tendo o Estado feito os estudos e a locação. Concluida, o Governo resolveu encampal-a, pagando as despezas feitas num total de 204:205$000. A extensão do trecho é de 21 kilometros.

Estrada de Mutum-Collatina

Foi iniciada no Governo passado, de Collatina para Mutum, tendo sido construidos então 9.400 metros, que apezar de aproveitados exigiam a regularização do leito, construcção de obras d'arte e drenagem.

Em Maio de 1925 foram recomeçados os serviços até Mutum numa extensão de 8.600 metros, tendo sido gasta a importancia de 157:174$000.

A extensão total do trecho é de 18.000 metros.

Estrada de Lage á Figueira

Aberta tambem no Governo passado, tem como pontos obrigados os arraiaes de S. Francisco, Palmeiras á villa de Itaguassú e serve a uma zona de grandes possibilidades. Não possuia os caracteristicos de estrada de rodagem para automovel, pelo que se impunha a sua reconstrucção, desviando-se mesmo o traçado em muitos pontos. Atacada em 1925, com rampas maximas de 8%, raio minimo de 20 metros e plataforma de 5 metros, foram reconstruidos até Outubro de 1925, 15.000 metros, de Itaguassú a Palmeiras e até 31 de Dezembro de 1926, mais 16.400 metros, sendo 12,600 a partir de Lage e 3.800 entre Palmeiras e S. Francisco ficando reconstruidos, ao todo 31.400

metros de estrada com todas as obras de arte necesasrias. Sendo a extensão total da Estrada de 41.400 metros ficaram 10.000 metros, entre Itaguassú e Lage por serem reconstruidos. Mais tarde, porém, tratando-se de um trecho leve, contractou o Governo com a Municipalidade de Itaguassú o retoque dos 10.000 metros restantes que estão sendo trafegados. Foram gastos 542:616$297, resultando o preço kilometrico de 17:689$191 para a parte reconstruida.

Estrada de Baixo Guandú-Affonso Penna

Teve o actual Governo necessidade de auxiliar nos reparos de que precisava esta rodovia e os serviços foram contractados com a Prefeitura Municipal de Collatina. Os reparos consistiam em reconstruir todas as obras de arte e construir outras que faltavam. Foram reconstruidas 5 pontes, 1 boeiro e construidos muitos drenos, gastando-se a importancia total de 38:666$657, não incluindo o preço de 60 tubos de concreto armado e de 1 metro de extensão por 0,60 de diametro que foram fornecidos á Municipalidade. Acham-se em trafego nesta Estrada, 28 kilometros e o Governo Municipal de Collatina prosegue na construcção em direcção a Affonso Claudio. Esta Estrada serve a uma das zonas mais prosperas e ricas do Estado(tendo sido a exportação do café, pela estação de Baixo Guandú, em 1927, cerca de 16.500 saccas).

Estrada de Alegre-Rio Pardo

Com uma extensão approximada de 72 kilometros, achava-se esta Estrada em máu estado de conservação, necessitando de uma reconstrucção geral.

Foram reconstruidos 10.250 metros de estrada, construidos 5 boeiros de 0,50 x 0,60 e desobstruidos os existentes, gastando-se a importancia de 30:690$000 em 1927, além da ponte sobre o rio Norte que custou 25:000$000.

Estrada do Muquy-Conceição de Muquy

Os reparos que necessitava esta Estrada constavam de movimento de terraplenagem e da construcção de 5 boeiros, gastando o Governo neste serviço a quantia de Rs. 14:973$316.

Estrada de Ponte do Itabapoana-S. Pedro de Itabapoana

Não só para completar a rede rodoviaria do Municipio de S. Pedro de Itabapoana, como porque ia interessar a uma zona bastante productora, ordenou o Governo fosse feita a ligação Ponte Itabapoana — S. Pedro de Itabapoana, numa extensão de 7.360 metros. Partiu a construcção do klm. 5, além da Ponte de Itabapoana e, depois de percorrer 6.360 metros, entroncou com a Estrada de São Pedro — D. America a 1 km. antes de São Pedro. Os seus caracteristicos são os seguintes: — rampa maxima de 8%, raio de curva minimo de 20 metros e plataforma de 3 metros. O serviço feito importou em Rs. 66:896$587. Falta concluir uma ponte que para o acabamento necessita a importancia de 10:000$000.

Estrada de Ponte do Itabapoana-Rio Preto

Por força do contracto feito com o Sr. Dermeval Amaral, mandou o governo, em Fevereiro de 1924, fossem atacados os serviços desta estrada, que tem cerca de 20 klms. de extensão. Um anno depois, tendo em vista a construcção da E. F. Littoral, foram suspensos os serviços, ficando construidos cerca de 6.000 metros. A importancia gasta attingiu á 49:120$419, incluindo a construcção de 9 boeiros de concreto armado.

Desvio da Fabrica de Cimento Monte Libano

Foi construido em parte pelo governo este desvio, dispendendo-se a importancia de 8:948$014 tendo, entretanto, a fabrica deixado de funccionar, foi suspensa sua construcção.

Estrada do Amarello

Esta estrada que é de interesse puramente local, liga a cidade de Cachoeiro de Itapemirim ao Asylo Deus, Christo e Caridade, e foi iniciada no governo passado. Devido a ter a construcção da Estrada de Ferro Itapemirim atravessar esta Estrada passado em aterro, impedindo o movimento de vehiculos, foi construida uma variante com a qual se dispendeu a importancia de 14:186$925.

Estrada do Vallão

Foi dispendida com a conserva desta estrada a importancia de 6:298$000, necessitando ainda de reparos .

Variante da Estrada de Monte Libano

Foi feita por ter sido interrompido o trafego no logar Caieiras, em consequencia dos trabalhos da Companhia de Cimento Monte Libano.

Custou esse serviço 4:220$780.

Estrada de C. de Itapemirim á Fazenda Cachoeira Alegre

Foi dispendida com a conserva desta Estrada a importancia de 3:091$675. Esta Estrada é toda dentro do municipio de Cachoeiro de Itapemirim.

Estrada de Paineiras-Rio Novo

Tem approximadamente 14 klms. de extensão, tendo sido construida pela firma Athayde, Gomes & Belisario e pela municipalidade de Rio Novo. Não possue drenagem e não foi bem construida, principalmente entre a ponte Rio Novo e a de Villa de Rio Novo. O serviço depois de feito foi vistoriado pela Directoria de Viação e Obras, afim de que pudesse ser dado o auxilio promettido pelo Governo de 10:000$000. Este auxilio foi elevado para 20:000$000, tendo além disso feito o Governo a ponte sobre o Rio Novo que custou 21:848$000.

Estrada de Mimoso á S. Pedro de Itabapoana

Até 31 de Dezembro, haviam sido construidos 2.014 ms. de leito e um pontilhão. O custo até essa data foi de 17:408$722. Está sendo construida pela municipalidade de S. Pedro de Itabapoana, auxiliada pelo Estado com metade das despesas.

Estrada de Mimoso-Fazenda Pratinha

Foram construidos 5.480 metros no valor de 28:027$547, não tendo sido feito ainda o serviço de drenagem.

Estrada Mimoso-Fazenda Santa Rosa

Situada no municipio de S. Pedro de Itabapoana. Construida numa extensão de 8.400 metros o Governo auxiliou a sua construcção com 12:500$000.

Santa Rita-Palmital

Esta estrada é de interesse particular, tendo o Estado fornecido os estudos com o que foi dispendida a importancia de 3:081$700.

Cavallinho á Linhares

Foi feito um reconhecimento, tendo sido verificado boas condições topographicas para a construcção. Não tive disponibilidade pecuniaria para construil-a, embora a reconheça necessaria.

Estrada de Castello á Conceição do Castello

Construida no Governo passado, não offerece boas condições de construcção. Em serviços de reparos foram gastos 6:906$050. O Governo resolveu concedel-a por contracto de que fará menção em paginas seguintes.

Estrada S. Pedro-D. America

Concluida no actual governo. A sua extensão total é de 17 klms. Liquidei os pagamentos, tendo dispendido nessa liquidação 50:000$000.

Estrada Affonso Claudio á Araguaya

A extensão total desta Estrada é de cerca de 80 kilometros dos quaes 63 foram construidos pelo Governo passado sem condições technicas. O actual Governo dispendeu 5:000$000 em liquidação.

Estrada de Piúma á Iconha

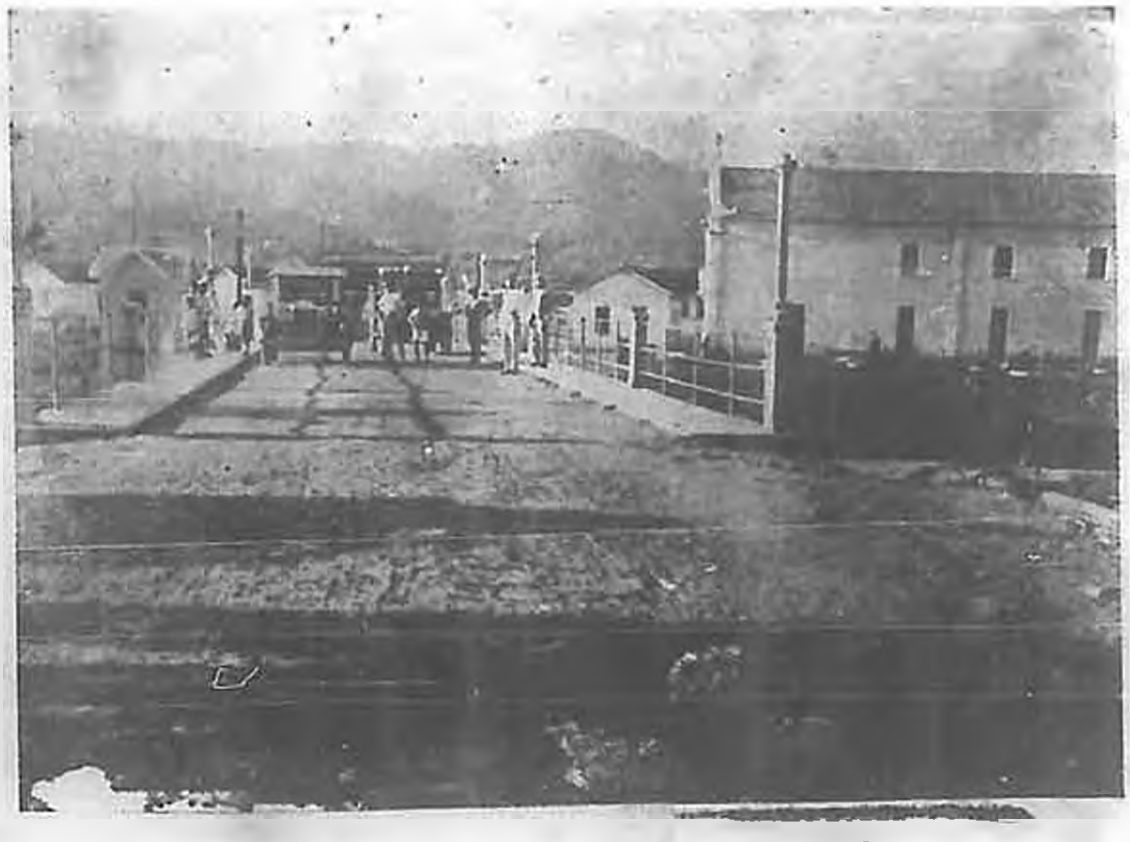
Havendo a municipalidade de Iconha solicitado ao Estado um auxilio para a construcção de uma estrada que ligasse aquella localidade ao porto de Piuma, mandei pela Directoria de Viação e Obras proceder os esutdos. O traçado acompanha o rio Iconha, tendo a estrada um desenvolvimento de 15 kilometros. O Governo auxiliou com a quantia de 41:000$000.

Estrada Bom Jesus á Calçado

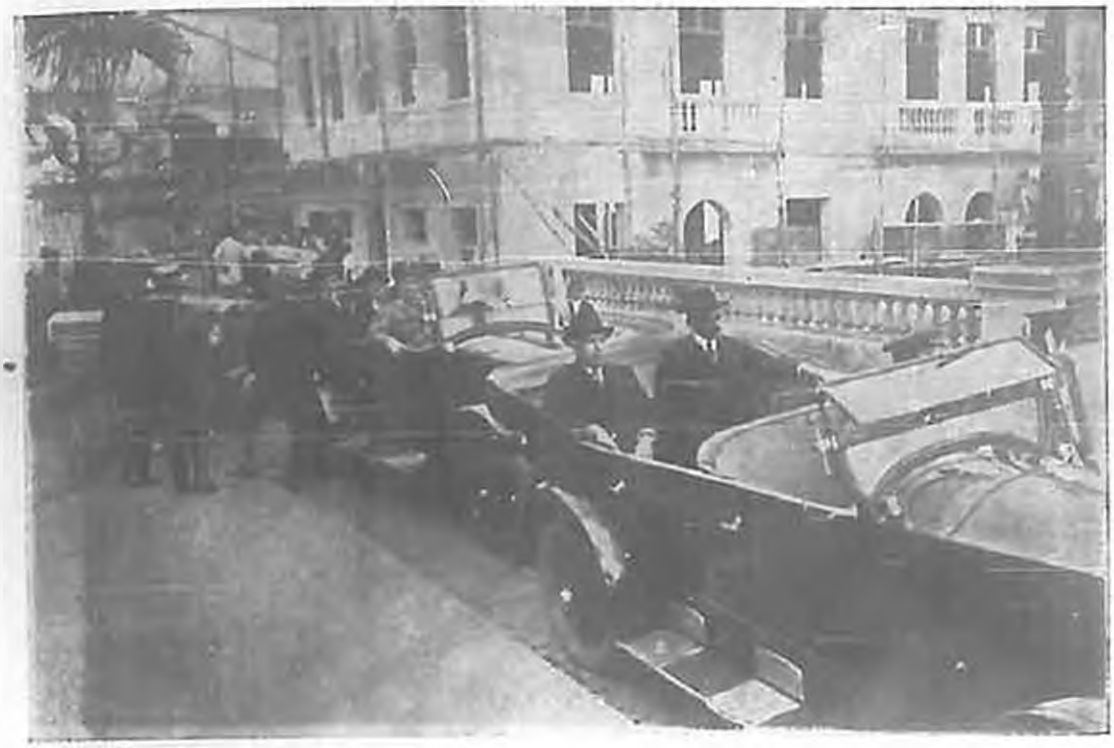
No inicio do meu quatriennio, esta estrada se encontrava atacada, pretendendo-se fazer della uma estrada de ferro. O serviço te-



Ponte interestadual de Bom Jesus do Itabapoana, em construcção



Ponte de Bom Jesus, depois de inaugurada



Visita do Presidente Sodré ao Espirito Santo — Excursão a Santa Thereza



Recepção dos Srs. Presidentes Avidos e Feliciano Sodré, em Bom Jesus do Itabapoana, quando foram inaugurar a ponte interestadual sobre o rio Itabapoana



Estrada de Ferro, hoje de rodagem, de Bom Jesus a Calçado



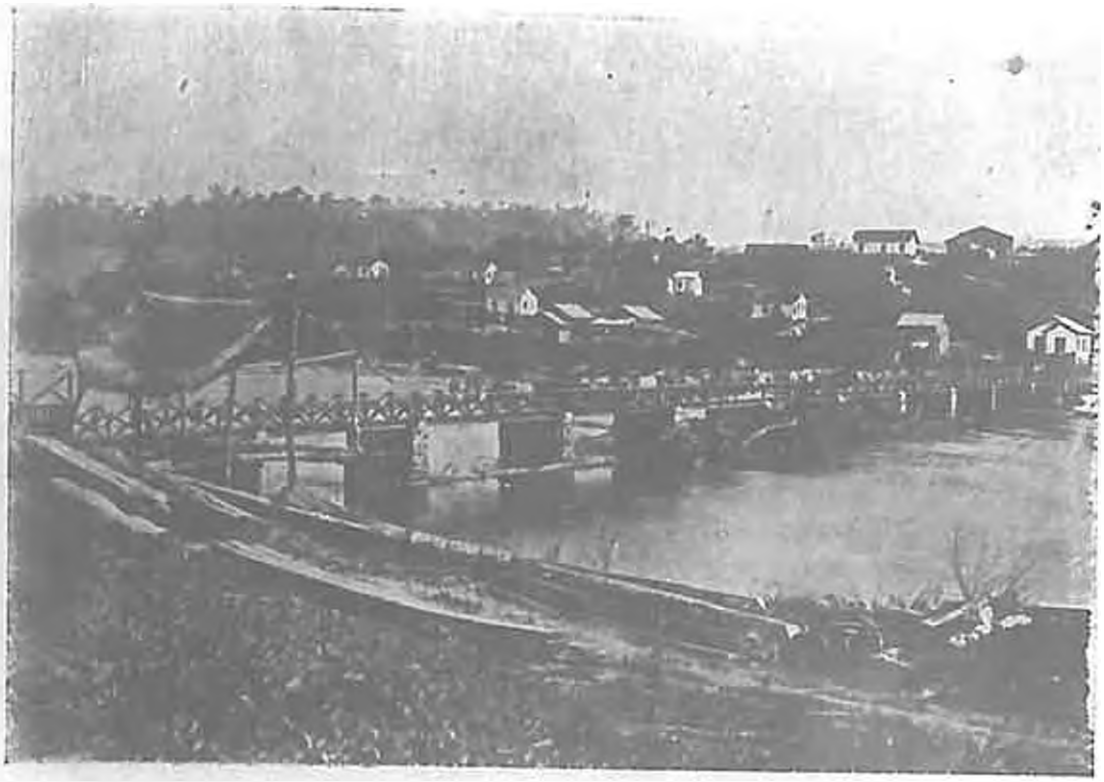
Aspecto da estrada de automoveis de Bom Jesus a Calçado



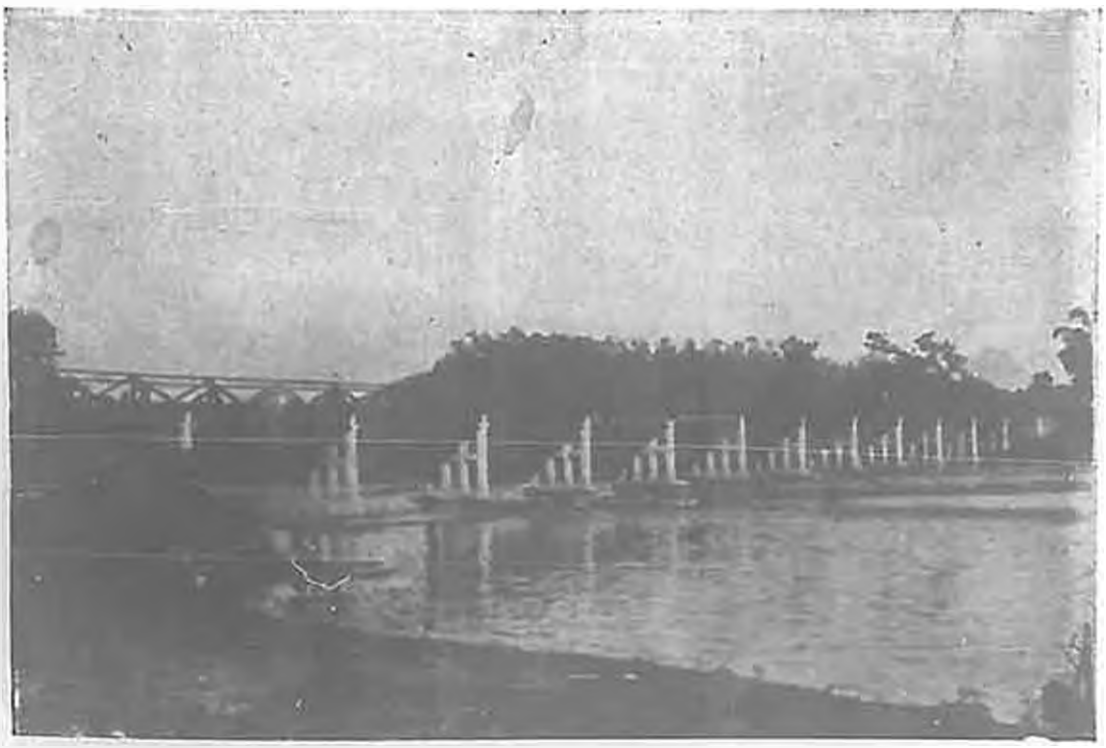
Estrada de Calçado ao Alto Calçado



Estrada de Calçado ao Alto Calçado



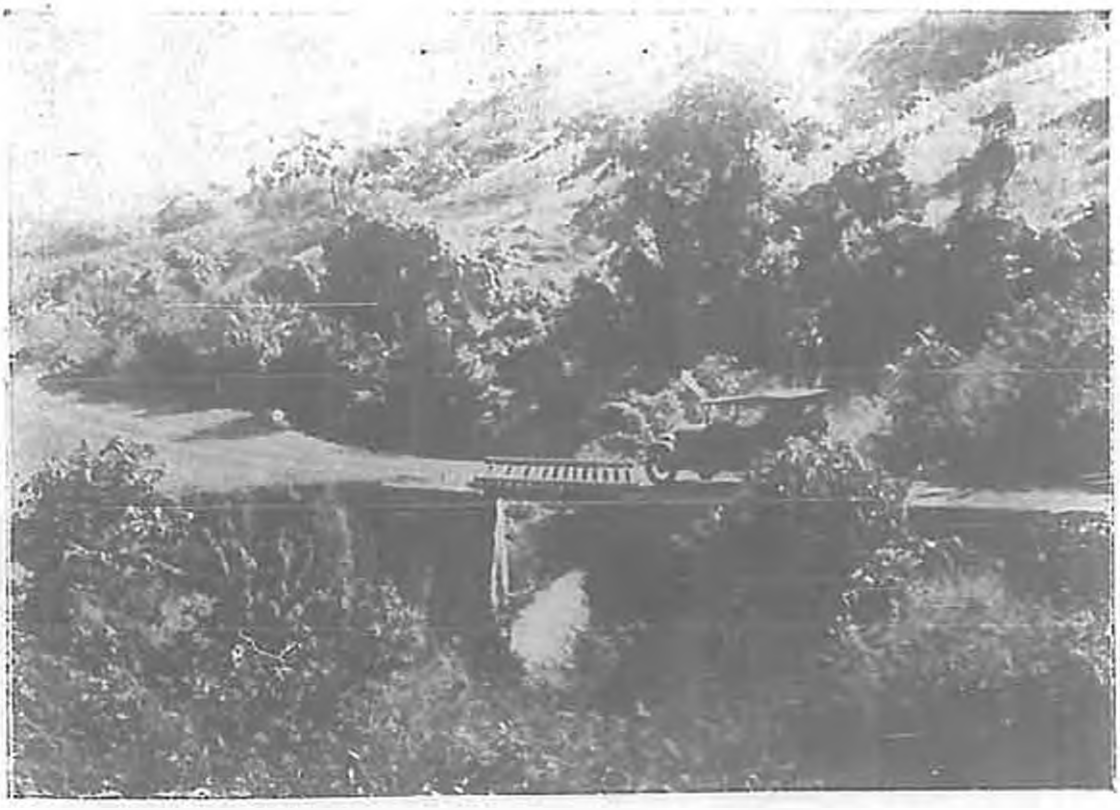
Ponte sobre o braço sul do Rio S. Matheus, em Nova Venecia — 1925



Ponte sobre o Rio Itapemirim, na estação de Bananal



Estrada de rodagem de Santa Leopoldina



Estrada de Santa Thereza á Collatina



Aspecto de um trecho em construcção da estrada de automoveis de Mimoso a Muquy



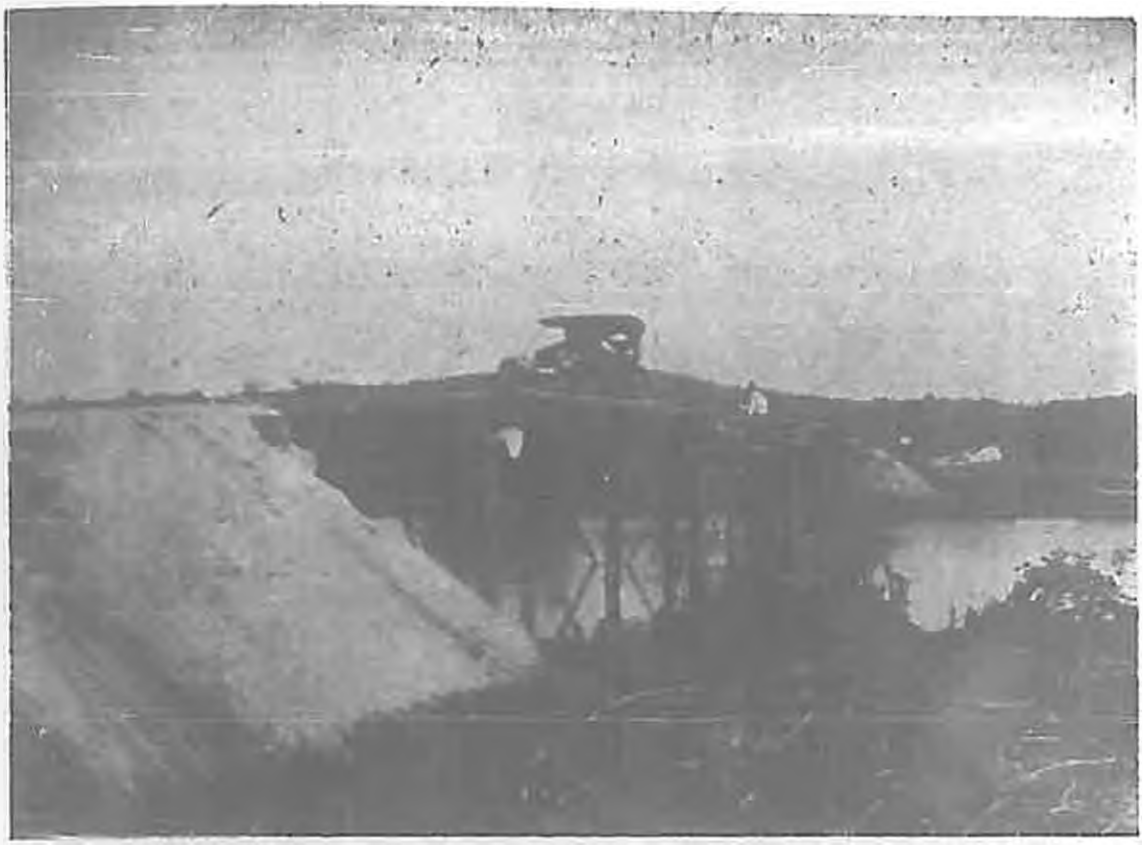
Construcção da estrada de automoveis de Victoria á Cariacica



Aspecto de um trecho da estrada de automoveis de Victoria a Cariacica



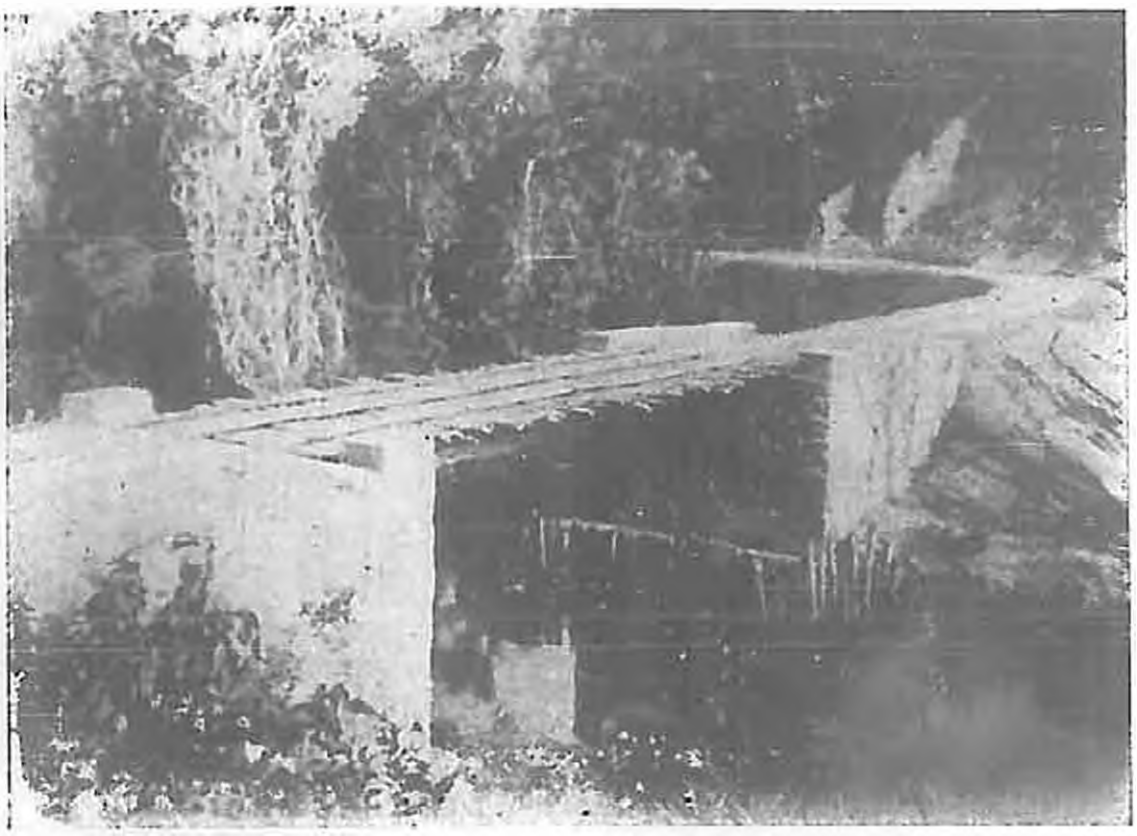
Estrada de Cariacica — Santa Leopoldina — Um trecho concluido



Estrada de automoveis de Victoria a Cariacica. Ponte sobre o rio Marinho



Aspecto da estrada de rodagem de Victoria a Cariacica



Aspecto da estrada de rodagem de Cariacica a Santa Leopoldina — Vista de uma ponte provisoria



Aspecto de um trecho da estrada de automoveis de Figueira a Affonso Claudio



Estrada de Mimoso a São Pedro



Estrada de rodagem de Figueira a Affonso Claudio, em construcção



Estrada da Serra a Nova Almeida — Construcção da ponte sobre o rio Novo



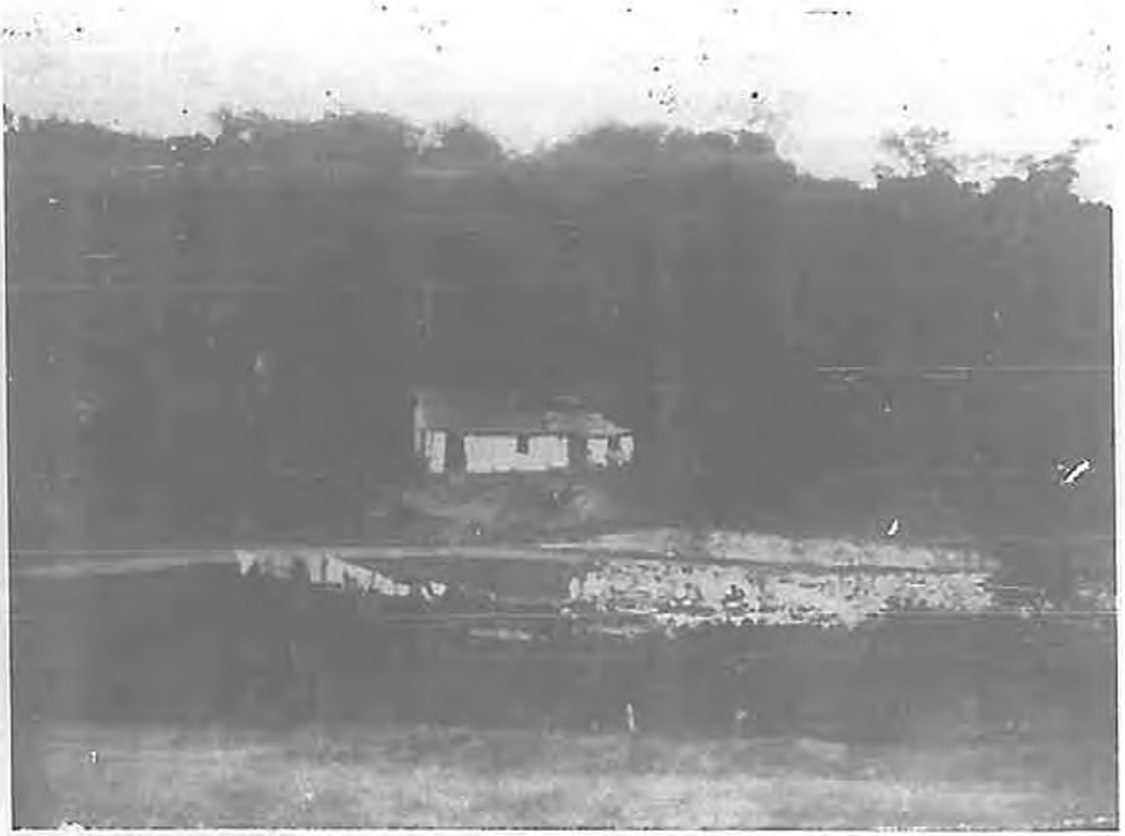
Estrada da Serra a Nova Almeida



Estrada de rodagem de Victoria a Villa Velha



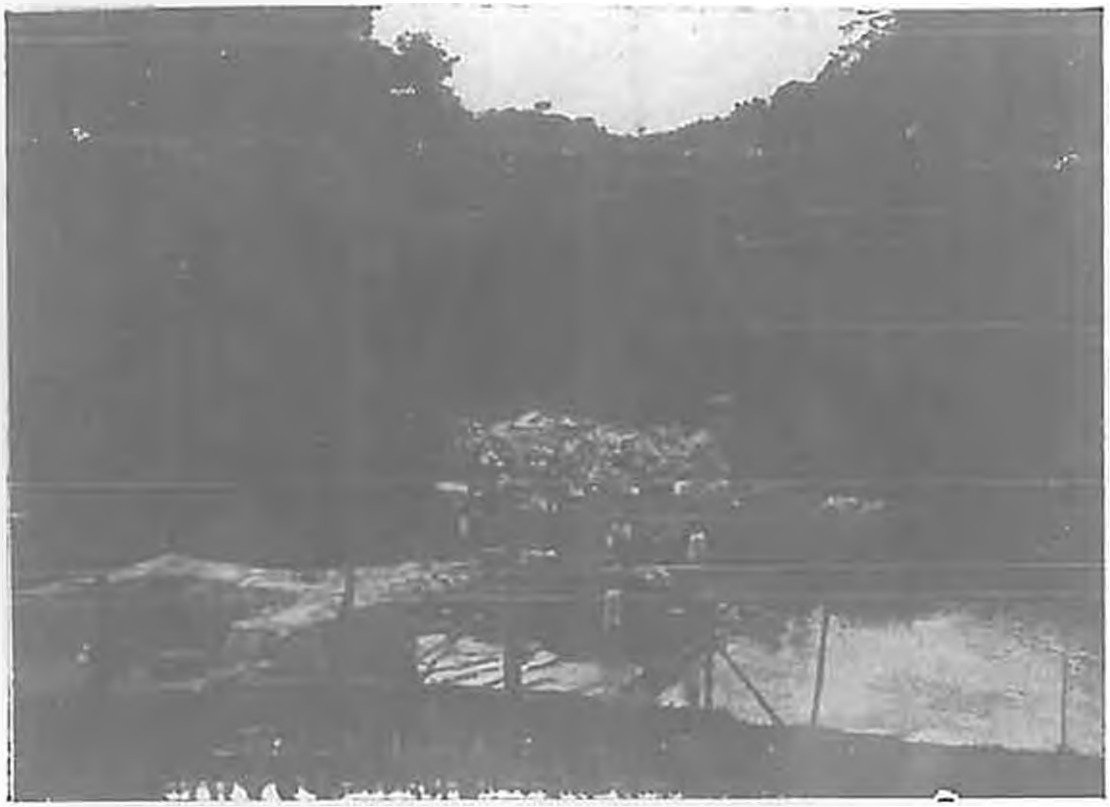
Aspecto da estrada de rodagem de Victoria a Serra, depois de remodelada



Estrada de Victoria a Serra, remodelada — 1925



Estrada de Victoria a Serra, remodelada — 1926



Ponte da Lagôa, na estrada de Figueira a Affonso Claudio



Estrada de Figueira a Affonso Claudio



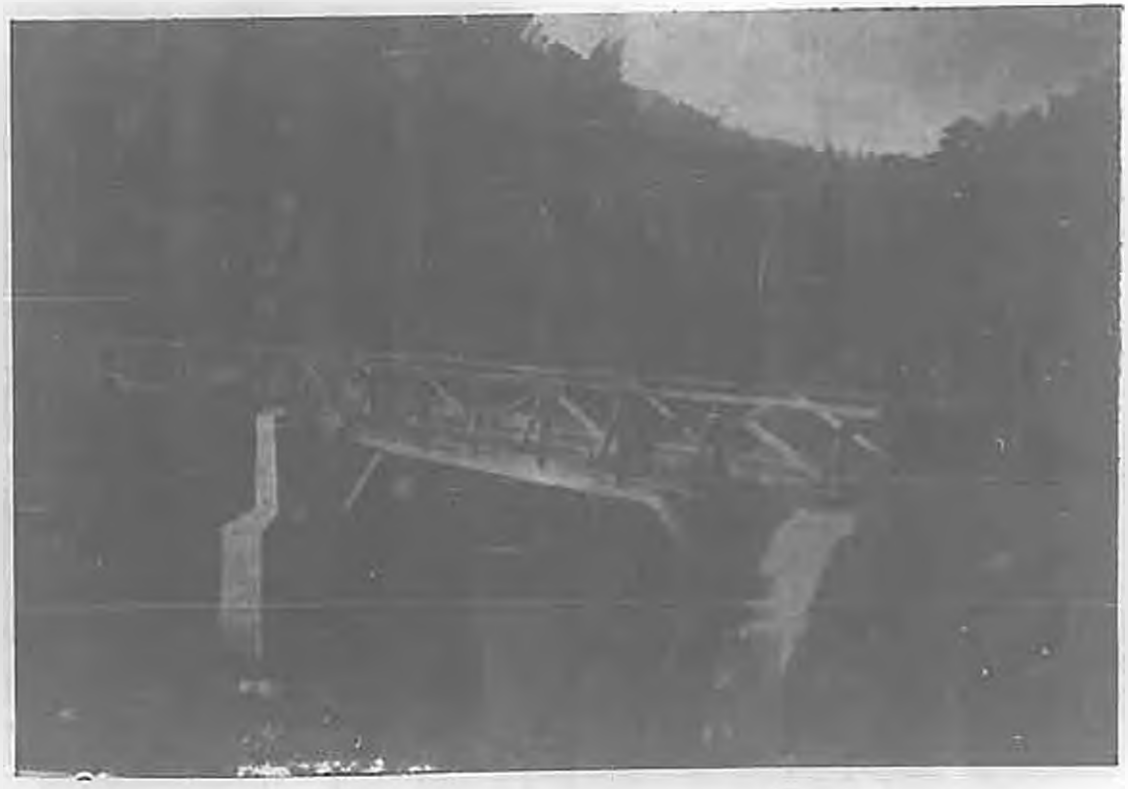
Aspecto da construcção da estrada de Figueira a Affonso Claudio



Estrada de rodagem Figueira a Affonso Claudio — aspectos, 1928



Estrada de Affonso Claudio



Ponte em São Felippe, na estrada de S. Felippe a Flexeiras

ria um custo bastante elevado e obter-se-ia uma pequena via de 18 kilometros que não se prestaria a exploração como Estrada de Ferro. O despendio desse serviço, construido em parte como Estrada de Ferro e ligado para servir como rodovia, custou no actual Governo 153:197$387.

Suspensos os serviços em Novembro de 1925, foram retomados em Julho de 1926, com o fito de construir-se uma estrada de rodagem aproveitando o leito da estrada de ferro e o trecho feito pelo municipio, na extensão de 5.500 metros á partir de Calçado.

A extensão total de estrada é de 18 klms. Com a conclusão dos serviços o governo dispendeu 136:000$000 o que eleva a despeza total desta rodovia, no actual quatriennio, a 289:197$387, até 31 de Dezembro de 1927.

Victoria á Serra

Iniciada em 1921 pelo Governo passado, tem 28 klms. de extensão. No inicio do actual quatriennio achava-se em estado precario devido á sua construcção pouco satisfactoria, com o leito plano, baixo, sem abahulamento e drenagem. As obras d'arte da estrada, excepto uma ponte, pouco antes da Serra, eram todas provisorias com sobrestructura de madeira roliça. O trabalho do actual quatriennio consistio em refazer boa parte da Estrada, elevar seu grade, fazer o abahulamento, construir definitivamente as obras de arte.

E' actualmente uma boa estrada, facilmente trafegavel em qualquer época.

A despeza total com esses serviços, feitos pela D. V. e Obras foi de 24:970$387, além dos effectuados pela Commissão Serviços Melhoramentos no restante de 203:146$753, representando todo .. .. 228:117$140.

Serra-Nova Almeida

Atacada em Junho de 1927 com a verba de 5:000$000 mensaes, teve a sua administração contractada com a Municipalidade da Serra que executou os serviços até o 4.° kilometro, tendo sido dispendida a importancia de 2:824$800 com estudos e 24:109$497 com a construcção. Em 1.° de Janeiro de 1928, os serviços passaram a ser administrados pelo Estado, tendo-se attingido Nova Almeida com 21 kms.,

A despeza total, incluindo as despezas citadas attinge á rs. ..... 128:557$620 até Maio de 1928.

Santa Cruz-Nova Almeida

Está sendo feita pela Municipalidade de Santa Cruz, auxiliando o Estado com os estudos e a importancia de 13:200$000. A extensão total é de 17 klms.

Para estabelecer a continuidade desta estrada com a de Nova Almeida á Serra, torna-se necessaria apenas a construcção de uma ponte de 80 metros de comprimento sobre o rio Tres Reis Magos em Nova Almeida.

E. R. Victoria-Vianna

Attendendo-se á conveniencia de estabelecer rapidamente communicação por automovel entre Vianna e esta capital, o Governo mandou abrir uma estrada de baixo custo. Os serviços feitos montaram a 27:412$070, além de mais 5 contos pela sua administração. A estrada que se acha em trafego está sendo melhorada em suas condições, devendo esse acabamento ficar prompto dentro de pouco tempo. Tem ella 22 klms. approximadamente.

Victoria á Villa Velha

Esta estrada, uma vez concluida a ponte de ligação de Victoria ao continente, tem como resultado immediato permittir um facil accesso á população da vizinha cidade do Espirito Santo a esta capital. Partindo de Villa Velha vem entroncar no 1.° klm. da Estrada de Cariacica, junto á cabeceira da ponte de ligação ao continente, do lado deste, com uma extensão de 10.300 ms. Como ramaes desta estrada, foram construidos os seguintes: — de Villa Velha ao Convento da Penha e de Aribiry á Penitenciaria do Estado. O preço kilometrico é de cerca de 10:000$000, excluindo o trecho sobre o mangue que custou 35:000$000 por 940 metros. Os serviços já feitos orçam por 140:000$000 e estão quasi terminados, inclusive os dous pequenos ramaes.

Marechal Floriano á Sapucaia

Construida pelo Governo passado, estava em más condições de conservação. Foi feito um reparo geral que custou 3:000$000 por klm. em sua extensão total de 30 kilometros, sejam 90:000$000.

Caminhos de Penetração

Estes caminhos tem por intuito facilitar a colonisação das terras incultas e despovoadas. Embora se destinando a tropas, essas estradas foram sendo construidas com os cuidad os neecessarios para uma adaptação facil ao trafego de vehiculos. Foram evitadas as declividades muito fortes. A largura da picada é de 5 a 6 metros e a largura do leito é de 2 a 3 metros. A maioria destes caminhos tem sido feita no municipio de Collatina. O preço kilometrico variou de 2:500$ á 3:000$000, conforme a difficuldade de execução. Até agora foram concluidos os seguintes caminhos:

1) Liberdade

Margeando o corrego de Liberdade, affluente do Rio Doce. Extensão 8 kilometros ao preço de 1:500$000 por kilometro, importando em 12:000$000.

2) Transylvania

Na margem do Rio Doce e seguindo o valle do Transylvania até encontrar a estrada do Pancas. Extensão 15.150 metros ao preço de 2:500$00 por kilometro, importando em 37:875$000.

3) S. João Grande

Acompanhando o rio S. João Grande affluente do rio Doce. Extensão 18 kilometros ao preço de 3:000$000 por kilometro, importando em 54:000$000.

4) Mutum do Norte

Parte da margem esquerda do Rio Doce em frente a Maylasky e acompanha o valle do Mutum do Norte. Extensão 10 kilometros ao preço de 3:000$000 por kilometro, que representam 30:000$000.

5) Rio Dôce

Parte da margem esquerda do Rio Doce em frente a Collatina e acompanha este rio até S. João Grande. Tem 10 kilometros de extensão ao preço de 3:000$000 por kilometro, no valor de 30:000$000.

6) Barbados á Santo Antonio

Parte da Serraria de Barbados e segue pela margem direita do rio Doce. Tem 11 kilometros ao preço de 2:500$000 por kilometro, representa 27:500$000.

7) S. Felippe á Flecheiras

No municipio de Cachoeiro de Itapemirim. Dispendeu-se com esta estrada 5:234$000.

Pequenos detalhes: — Foi feito um ramal da estrada de Victoria a Cariacica, passado pelos terrenos do Sr. Gabino Vasconcellos, numa extensão de 720 metros para vir a Itaquary. Foi dispendida a importancia de 5:215$852.

Estrada de Parajú

No municipio de Itaguassú, partindo da estrada de Lage a Figueira vae a Parajú. Construida pela municipalidade e auxiliada pelo Estado com 8:000$000.

Estrada de Socego

No municipio de Itaguassú. Parte da estrada de Figueira a Lage e vae a Socego. Construida pela municipalidade e auxiliada pelo Estado.

PONTES

I. Ponte Interestadoal de Bom Jesus

Esta ponte tem um comprimento total de 58 metros divididos em dois extremos de 8 metros e tres centraes de 14 metros. Construida de accordo com o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Cada Estado concorreu com a metade do seu custo. E' construida sobre o rio Itabapoana e liga os dois povoados de Bom Jesus. E' de cimento armado, para via dupla, tendo uma largura total de 7 metros. Foi concluida em Julho de 1927 e inaugurada com a presença dos Presidentes dos dois Estados. O custo total da ponte foi 280:123$837.

II. Ponte de Santa Leopoldina

Esta ponte fica sobre o rio Santa Maria na estrada de Santa Leopoldina a Santa Thereza, dentro da cidade de Santa Leopoldina.

Existia uma ponte metallica que estava em pessimo estado, tinha os pilares feitos com argamassa de barro e vãos deseguaes, tornando-se necessario fazer-se uma nova ponte. Foi esta construida em cimento armado. A nova ponte tem 4 vãos de 16 metros, largura carroçavel de 3 metros e largura total de 5,5 metros. As despezas até 30 de Abril ultimo montam a 275:186$298.

III. Ponte de Nazareth

Esta ponte fica na Estrada de Cariacica a Santa Leopoldina sobre o rio Crubixá Assú, distando tres kilometros de Santa Leopoldina. E' construida em cimento armado, tendo o comprimento total de 31 metros, dividido em 3 vãos, sendo os dois extremos de 9 metros e o central de 13 metros. E' para via singela, tendo uma largura carroçavel de 2,80 ms. e uma largura total de 3,50 ms. Custou ao governo a importancia de 86:128$617.

IV. Ponte de Bananal

Sobre o rio Itapemirim, junto a estação de Bananal na E. F. Leopoldina. O Sr. Argemiro Amorim forneceu toda a madeira necessaria para esta ponte. Tem o comprimento total de 104 metros, dividido em 13 vãos de 8 metros. Os encontros são de alvenaria de pedra e os 12 pilares são constituidos cada um por 4 columnas de cimento armado travejadas na parte superior e no meio. A sobrestructura é de madeira, formada de 4 vigas rectas e pranchões. Até 30 de Abril ultimo foram pagos 53:000$473.

V. Ponte de Nova Venecia

Sobre o rio S. Matheus. Tem 106 metros de comprimento dividido em 11 metros, sendo 9 de 10 metros e 2 de 8 metros. Os pilares são de alvenaria de pedra e a sobrestructura é de madeira; custou ao Estado 46:681$749.

VI. Ponte sobre o Rio Dourado

Construida por ordem do Governo passado, fica sobre o Rio Dourado, affluente do Rio Itaunas. E' feita de estacas de madeira com estrado de achas. Tem 199 metros de comprimento e 2,90 ms. de largura total. Serve para o transito de tropas e pedestres, custou ao Estado 19:300$000.

VII. Ponte Sabino Pessôa

Sobre o rio Itapemirim. Tem 116 metros de comprimento e 2,10 ms. de largura e 10 pilares de alvenaria de pedra. O Custo total é de 27:132$391.

VIII. Ponte sobre o Rio Norte

Situada na E. R. de Alegre a Rio Pardo, distante 32 kilometros de Alegre. Aproveitaram-se o encontro da margem esquerda e parte do madeiramento existente na ponte velha que foi arrastada pelas enchentes. Foi paga á Prefeitura Municipal de Alegre pela reconstrução desta ponte a importancia de 25:000$000.

IX. Ponte sobre o Rio Muquy, em S. Felippe

Tem um comprimento total de 36 metros, dividido em 2 vãos de 18 metros. A sobrestructura é de madeira sobre pilares de alvenaria. Custou 34:012$498.

X. Ponte sobre o Rio Muquy, em Paineiras

Foi demolida uma ponte antiga sem o aproveitamento do material. Tem 15 metros de comprimento, sobrestructura de madeira com vigas armadas systema Howe, sobre encontros de alvenaria de pedra. Custou 16:014$945.

XI. Ponte sobre o Rio Novo

Na estrada de Paineiras a Rio Novo, typo e vãos identicos aos da precedente. Custou 21:648$390.

XII. Ponte sobre o Rio Castello, em Angá

Custou ao Estado 7:000$000.

XIII. Ponte sobre o Rio Castello em, Fim do Mundo

Construida no governo passado. O actual Governo pagou o seu custo na importancia de 8:457$595.

XIV. Ponte do Amarello

Sobre o corrego Amarello, na Estrada do mesmo nome. Tem 10 metros de vão e uma largura total de 3 metros. A sobrestructura é de madeira com vigas armadas, custou 11:087$359.

XV. Ponte sobre o rio S. Pedro

Situada na estrada de Ponte de Itabapoana a S. Pedro de Itabapoana. Tem 15 metros de vão e 3 metros de largura. A sobrestructura é de madeira com vigas armadas, custou ao Estado a importancia de 5:529$363.

XVI. Ponte Ibiapaba

Situada sobre o riacho Grande na estrada de Cariacica a Santa Leopoldina. Tem vinte metros de comprimento dividido em 2 vãos de 10 metros. Os encontros e pilar são de alvenaria de pedra. A sobrestructura será metallica com o aproveitamento das vigas retiradas da ponte velha de Santa Leopoldina. O custo desta ponte está incluido no da estrada que faz parte. E' de 32:571$128.

XVII. Ponte de Cambê

Situada na estrada de Cariacica a Santa Leopoldina. Tem um vão de 10 metros. A sobrestructura, como a da ponte anterior será metallica com o aproveitamento das vigas da ponte velha de Santa Leopoldina. O seu custo tambem está incluido no da estrada. E' de 23:336$043.

XVIII. Ponte da Passagem

Liga a ilha de Victoria ao Continente pelo seu lado Norte. Está em pessimo estado. Fizemos alguns pequenos reparos urgentes, tendo-se iniciado sua reconstrucção que não poude ser concluida.

XIX. Ponte sobre o Rio Marinho

Situada na estrada de Victoria a Cariacica. Tem 40 metros de comprimento dividido em 3 vãos centraes de 10 metros e dois extremos de 5 metros. A sobrestructura é de madeira, sendo as vigas armadas inferiormente com tirantes de ferro. Os pilares são feitos de estacas de cimento armado. Até agora foram pagos 20:210$500. O seu custo total será cerca de 40:000$000.

XX. Outras Pontes

Foram construidas ainda outras pontes de menor importancia como:

1) — Cinco Tocos que custou 4:000$000

2) — Monte Libano que custou 3:000$000

3) — Imbetiba, Appolinario e Rio Preto em Iconha que custaram 4:500$000 reunidas

4) — Rio Novo em Vargem Alta que custou 7:500$000 e outras.

EDIFICIOS PUBLICOS

— ESCOLAS —

I. Collegio Pedro Palacios

Situado em Cachoeiro de Itapemirim. As obras effectuadas neste collegio vieram satisfazer á clausula terceira do contracto celebrado com o Dr. Aristeu Portugal. Consistiram na construcção de um barracão nos fundos do edificio, de um passadiço coberto para accesso a esse barracão, installações sanitarias, um muro de fechamento e um muro de arrimo nos fundos do edificio. A despeza feita em meu periodo foi de 153:088$975, incluindo as despezas realisadas com um boeiro e o nivelamento do terreno.

II. Grupo Escolar de Santa Thereza

Ficou apenas com as paredes externas e a cobertura concluidas, terá 4 salas de aula, além de gabinetes para Director e professoras. Orçado em 203:225$975, as despezas já feitas, attingem a 120:677$986.

III. Escolas Reunidas de Guarapary

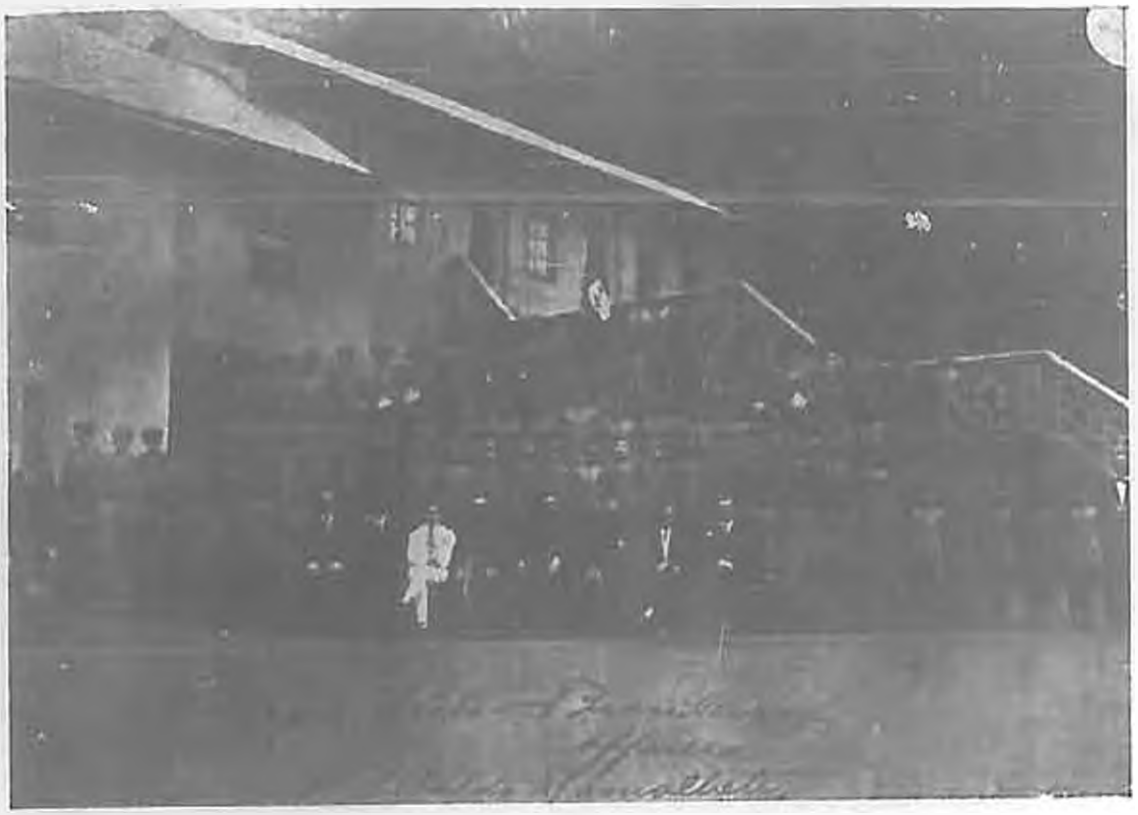
Tem 2 salas de aula. Acha-se concluido e custaram as obras 38:013$500 até 1926, tendo sido seu custo elevado a 53:000$000 até sua conclusão final.

IV. Grupo Escolar Bernardino Monteiro

Situado em Cachoeiro de Itapemirim. Foram executadas pequenas obras neste predio, como reparos na installação sanitaria e drenagem externa, tendo-se gasto a importancia de 5:074$488.

V. Grupo Escolar Nestor Gomes

Situado em Castello. Iniciado em Julho de 1923 foi liquidado no actual quatriennio, tendo se pago 70:000$000. Soffreu alguns ligeiros reparos.



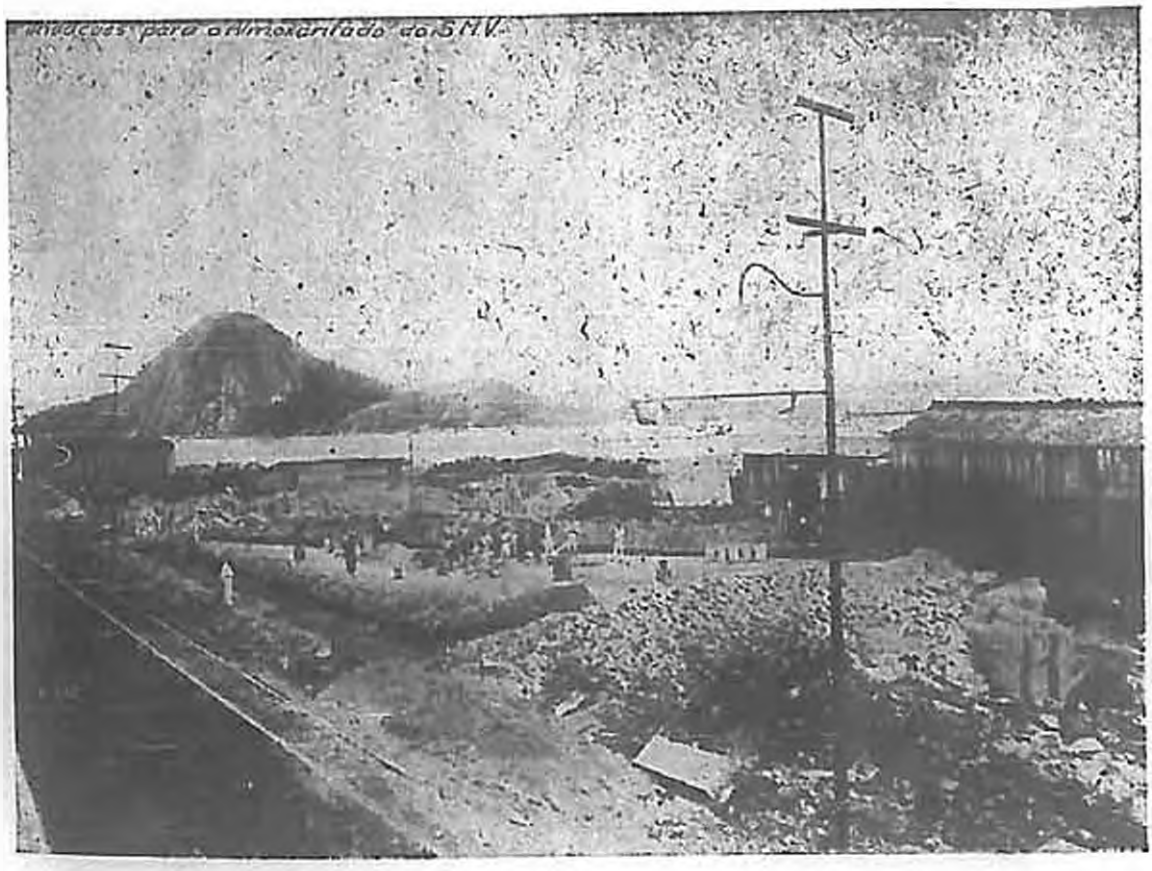
Collegio dos frades capuchinhos de Santa Thereza



Grupo escolar de Santa Thereza, em construcção



Local em que foi construido o edificio dos Serviços de Melhoramentos de Victoria, antes de iniciada a construcção, na rua do Oriente—1924



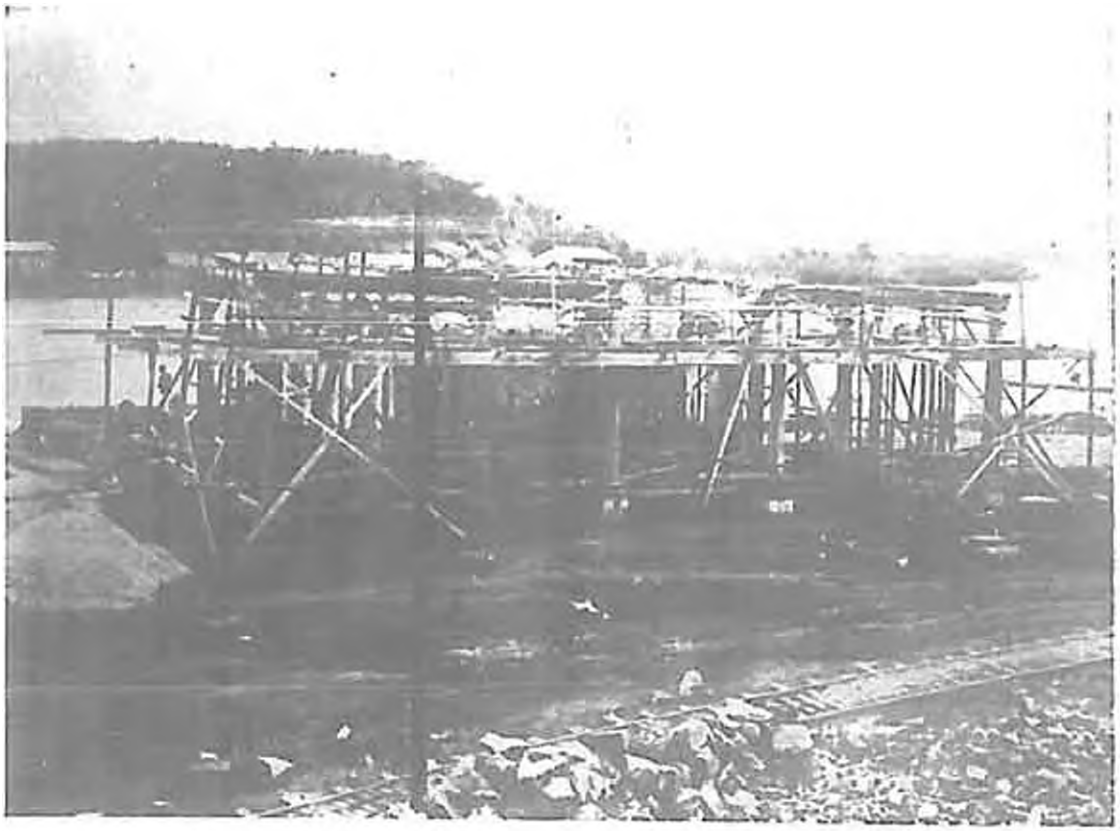
Fundações do grande edificio para o Almoxarifado da S. M. V.



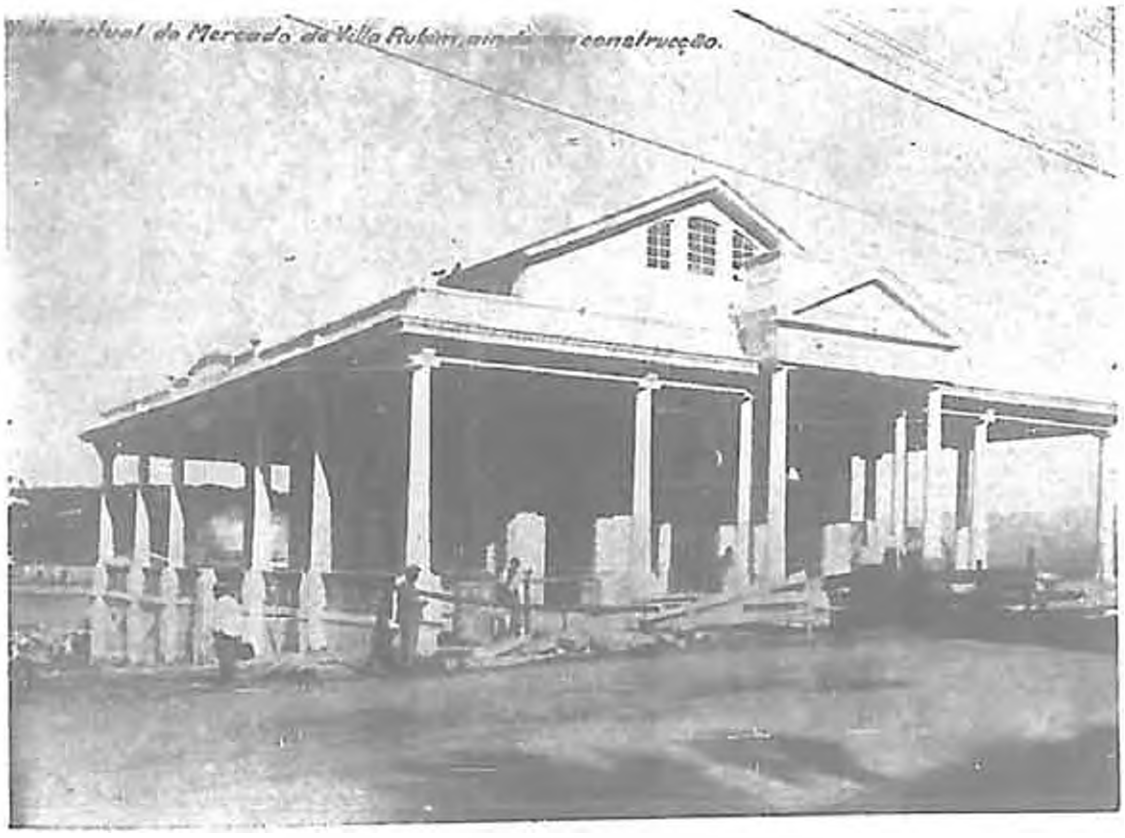
Predio para os Serviços de Melhoramentos, em construcção — 1925



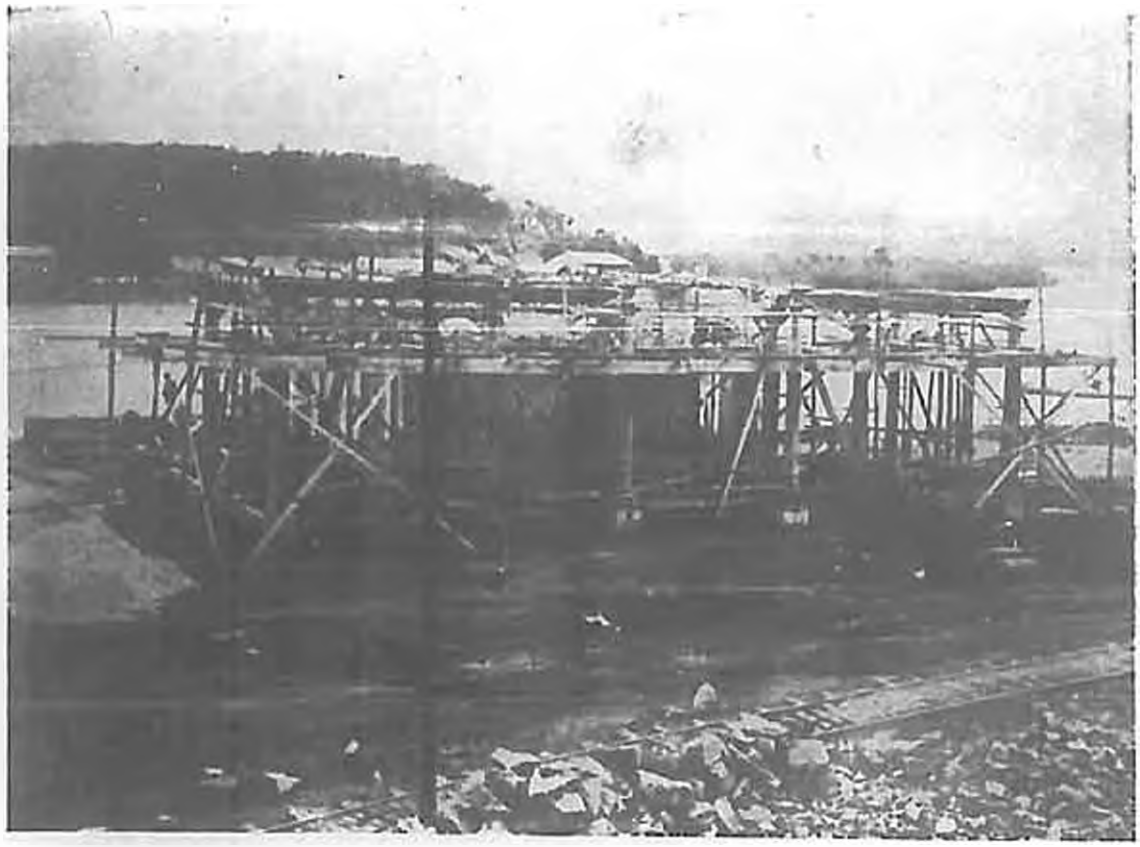
Edificio para os Serviços de Melhoramentos de Victoria, concluido



Mercado de Villa Rubim, em construcção



Mercado de Villa Rubim, em conclusão — 1926



Mercado de Villa Rubim, em construcção



Mercado de Villa Rubim, em conclusão — 1928



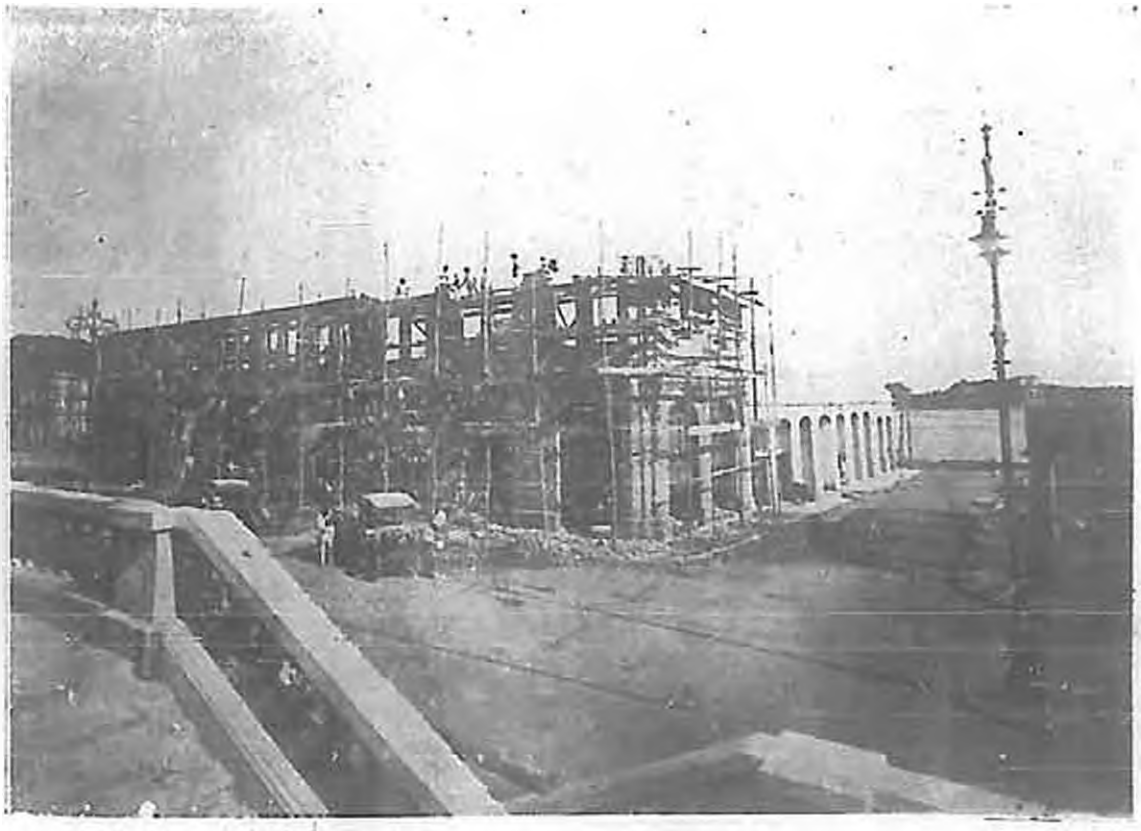
Mercado de Villa Rubim, concluido



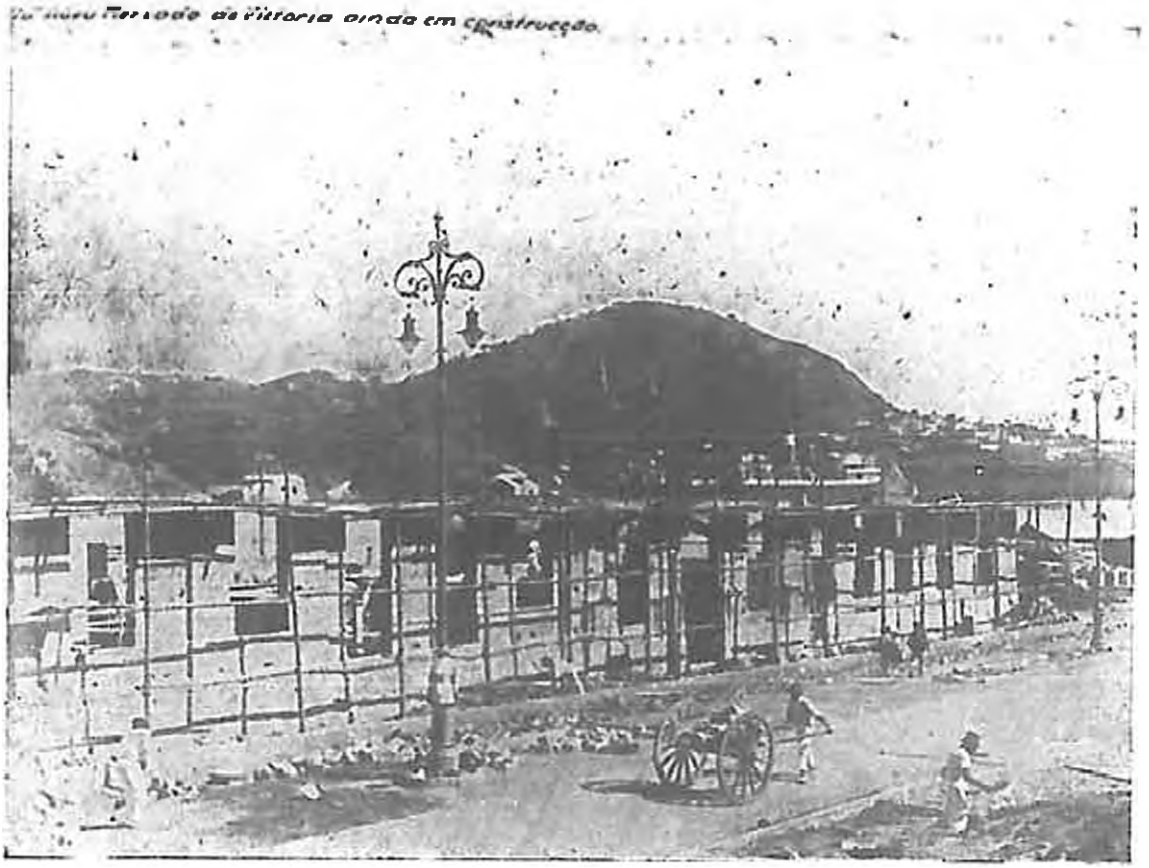
Antigo mercado de Victoria



Construcção do Mercado da Avenida Capichaba



Mercado da Avenida Capichaba, em construcção



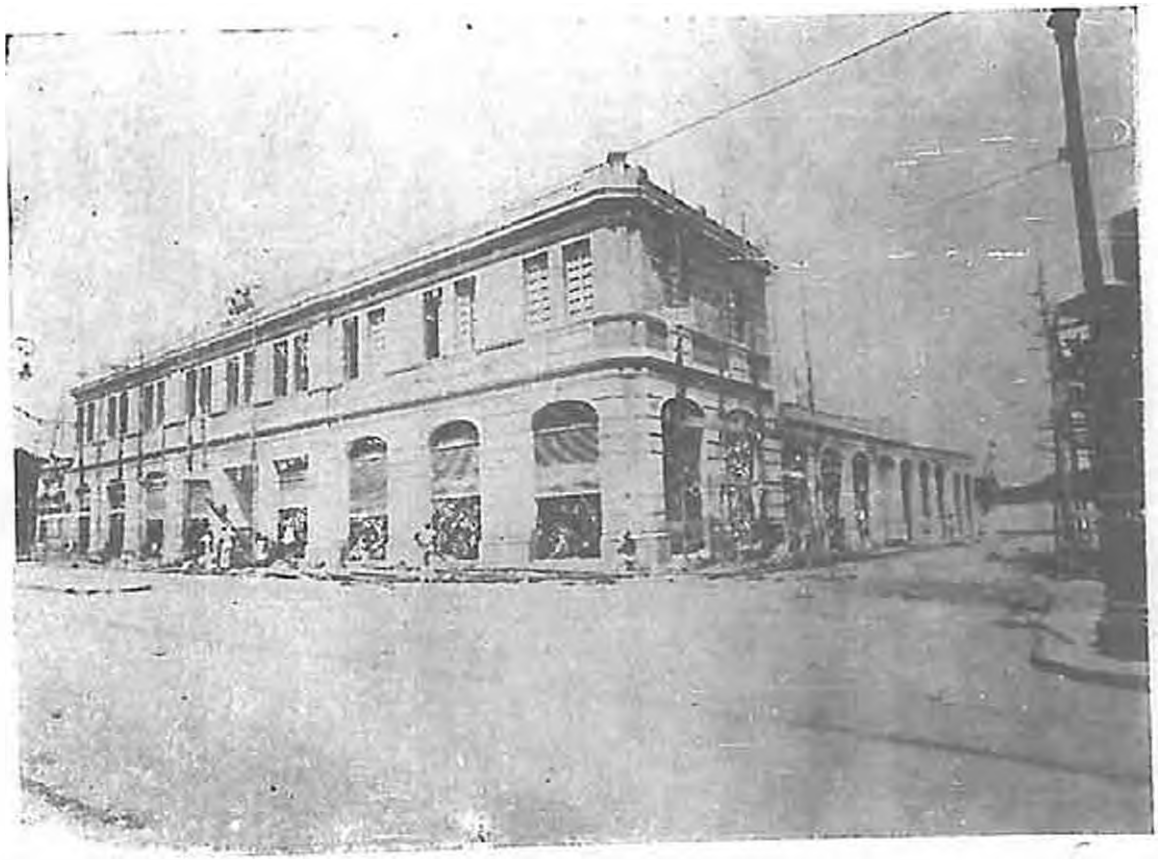
Novo mercado na Avenida Capichaba, em construcção — 1925



Aspecto da Avenida Capichaba vendo-se o novo mercado e antigas casas a demolir



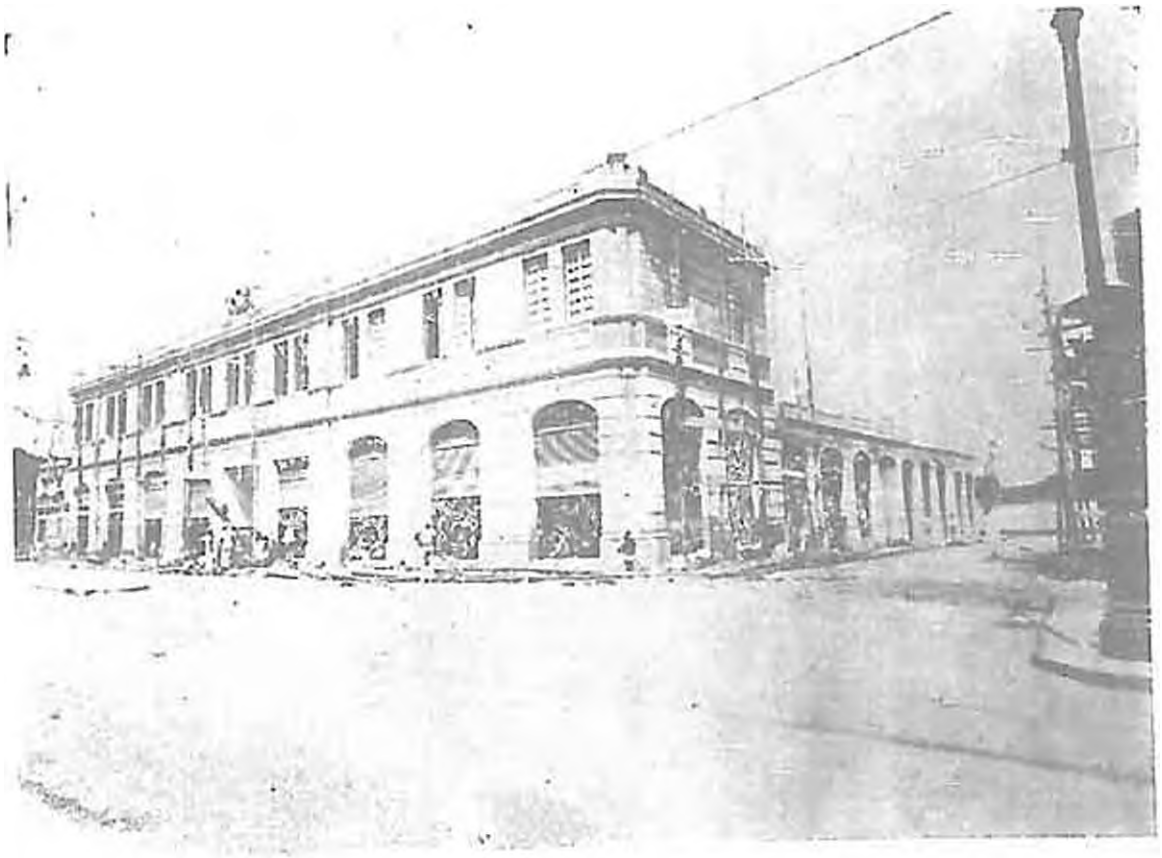
Mercado da Avenida Capichaba, em construcção



Mercado da Avenida Capichaba, em conclusão



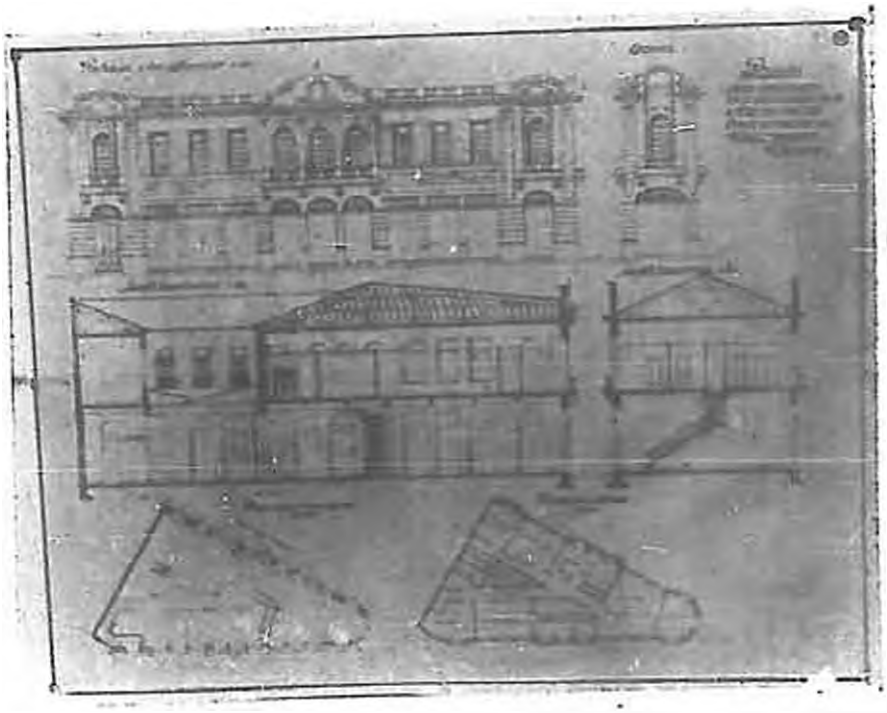
Mercado da Avenida Capichaba, em construcção



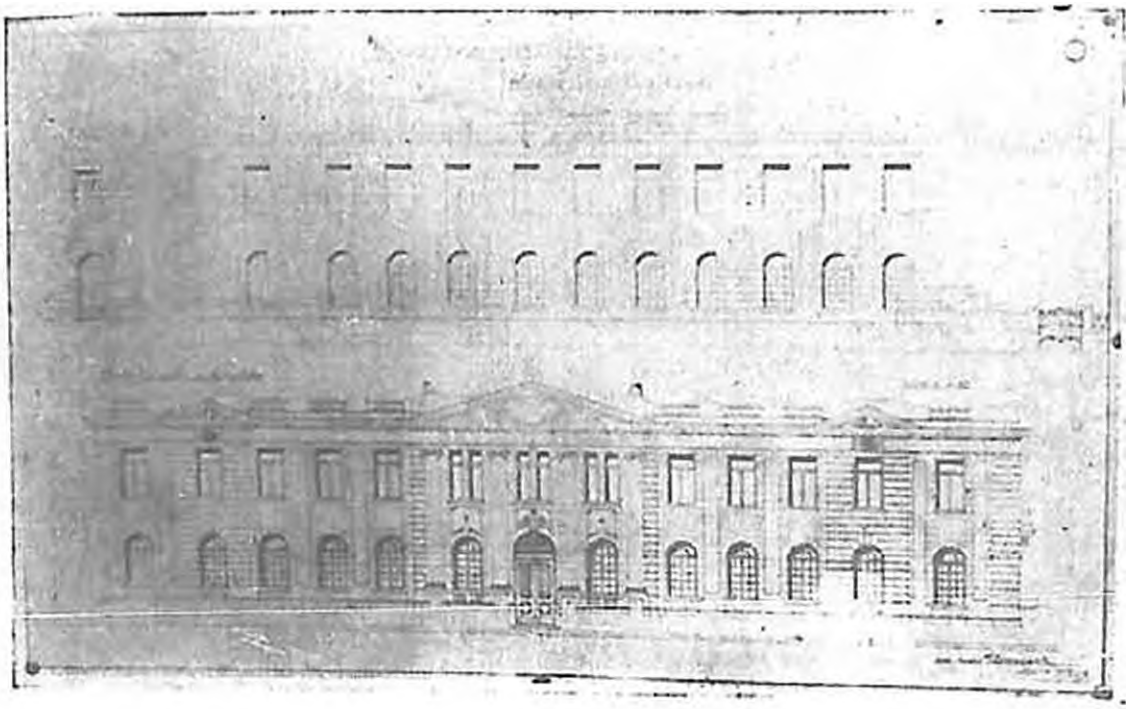
Mercado da Avenida Capichaba. em conclusão



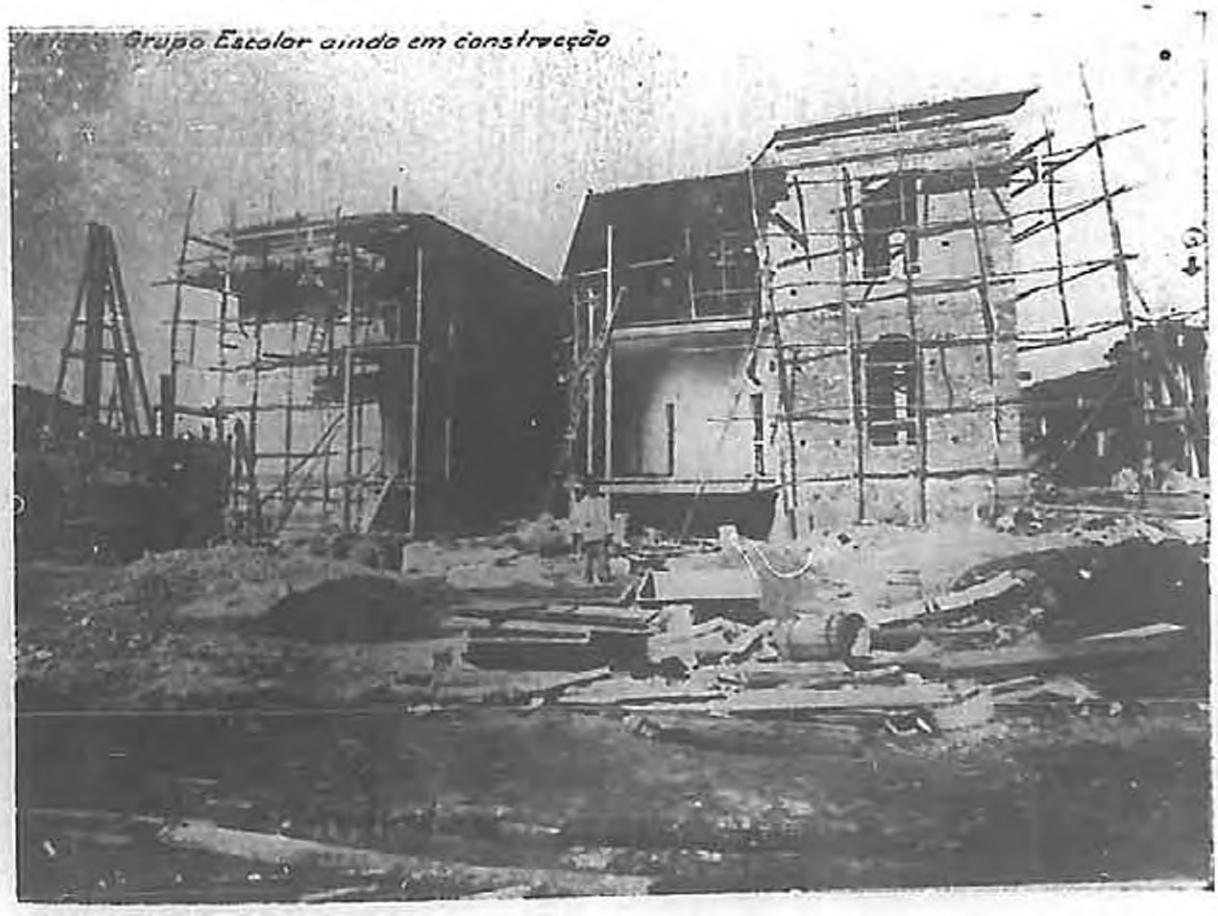
Mercado da Avenida Capichaba depois de concluido



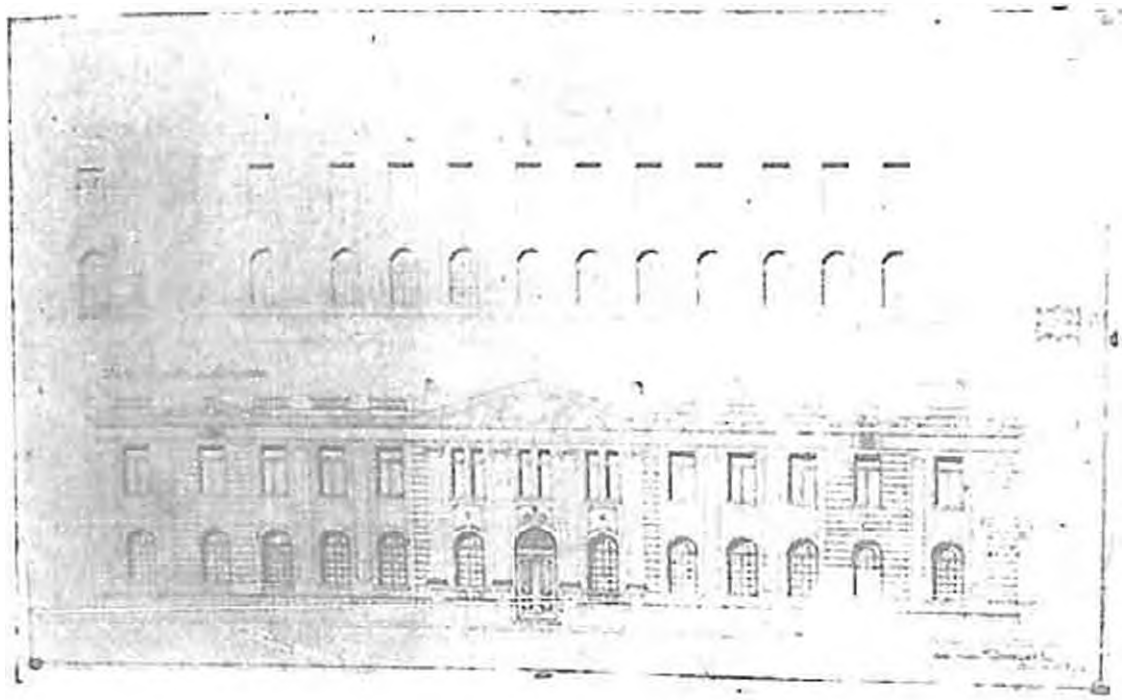
Projecto do edificio para séde dos Serviços de Melhoramentos de Victoria



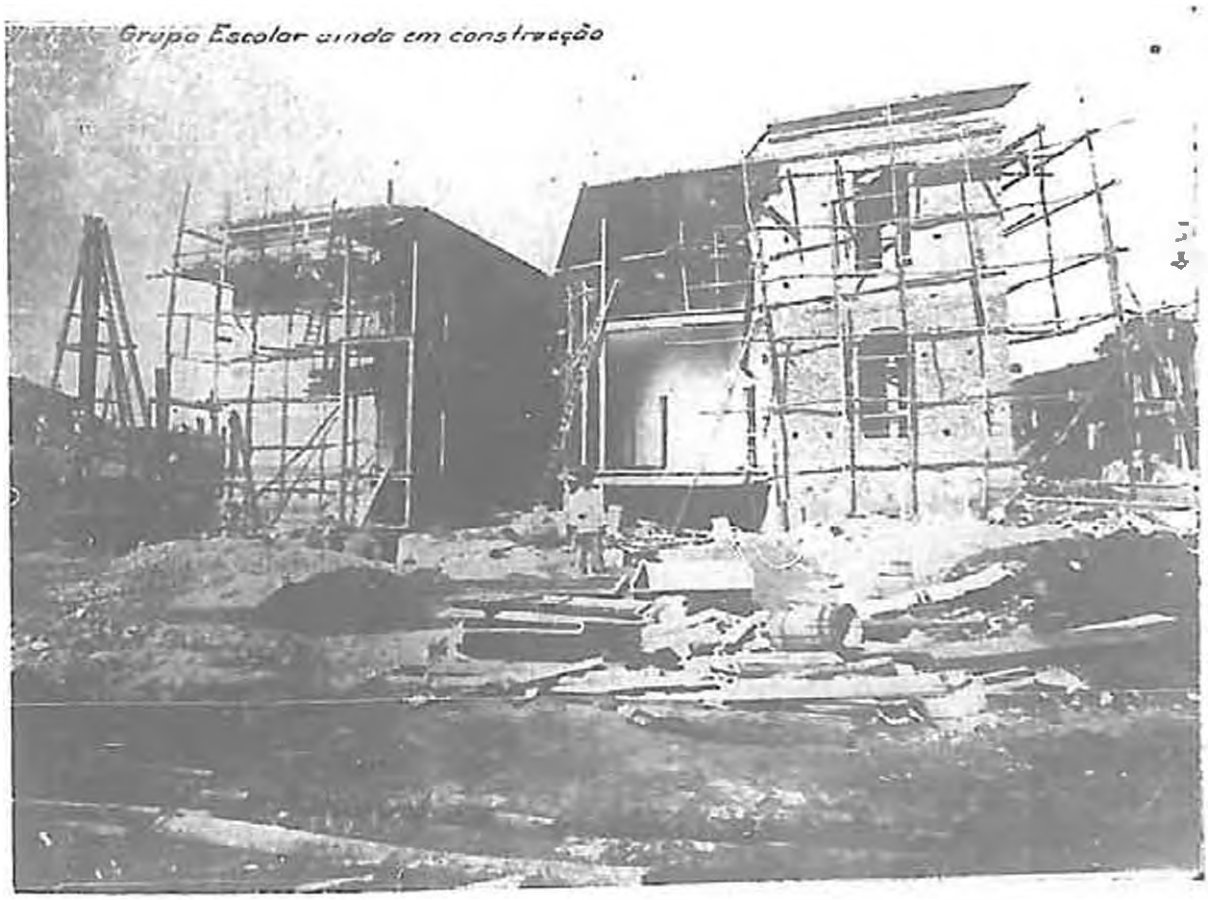
Projecto do Grupo Escolar "Gomes Cardim"



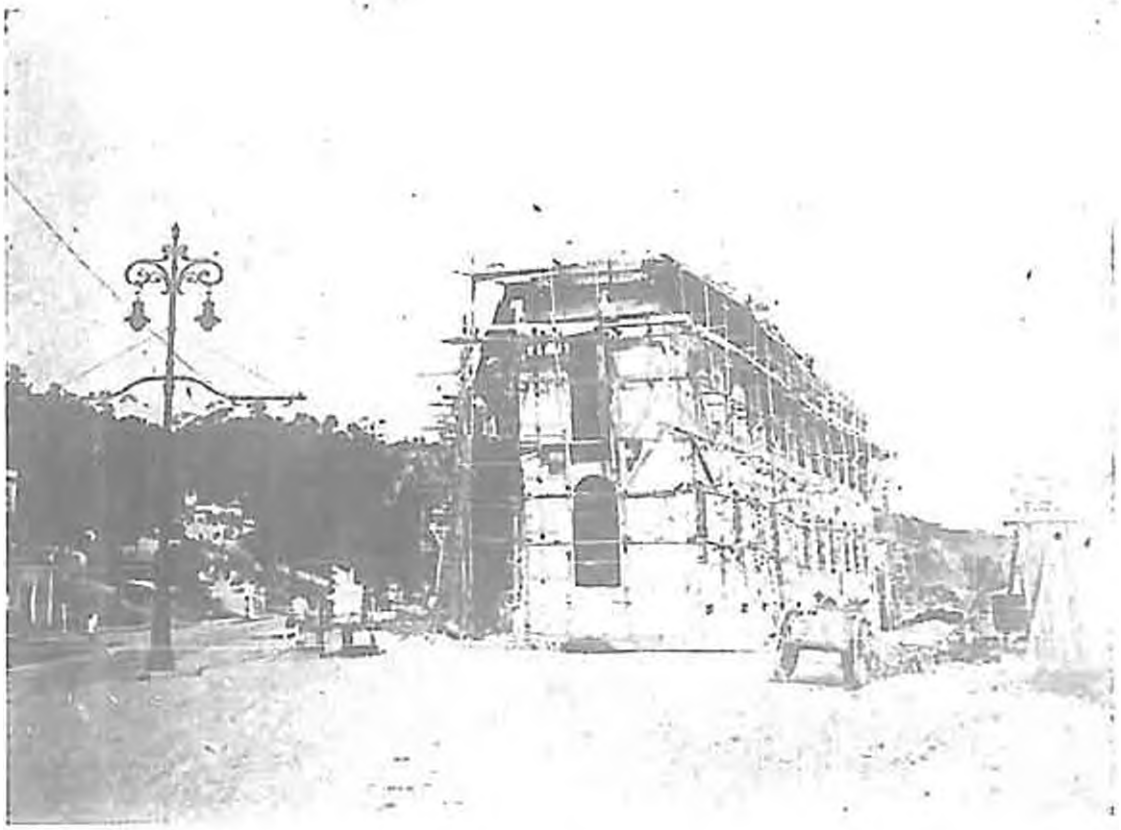
Grupo Escolar "Gomes Cardim", em construcção



Projecto do Grupo Escolar "Gomes Cardim"



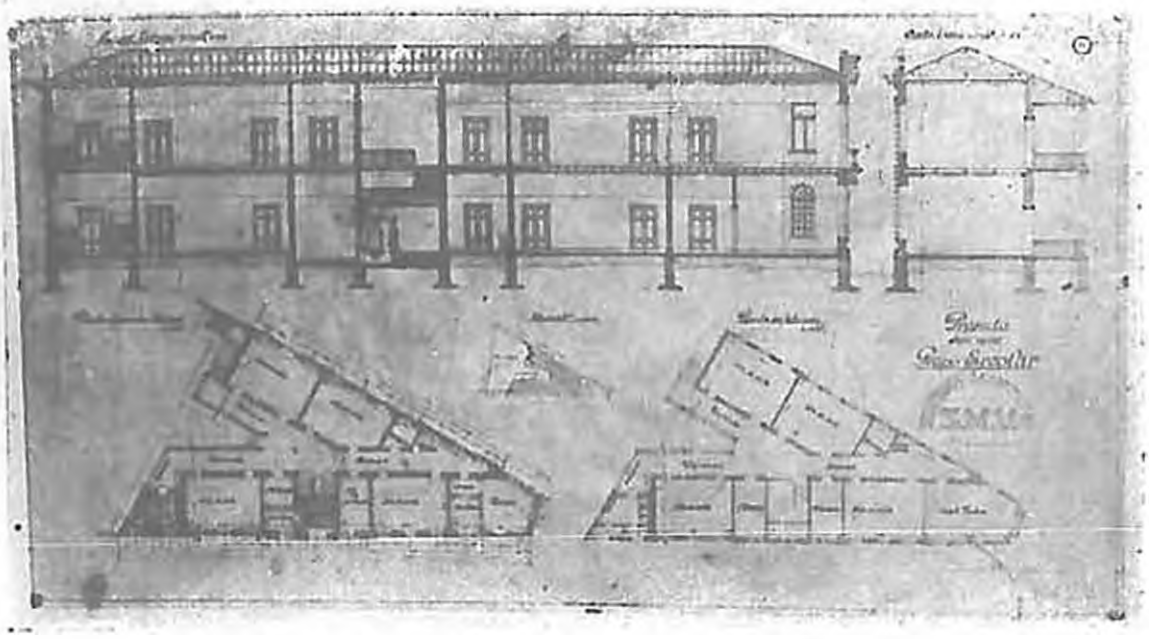
Grupo Escolar "Gomes Cardim", em construcção



Novo Grupo Escolar "Gomes Cardim", em construcção



Grupo Escolar "Gomes Cardim, concluido



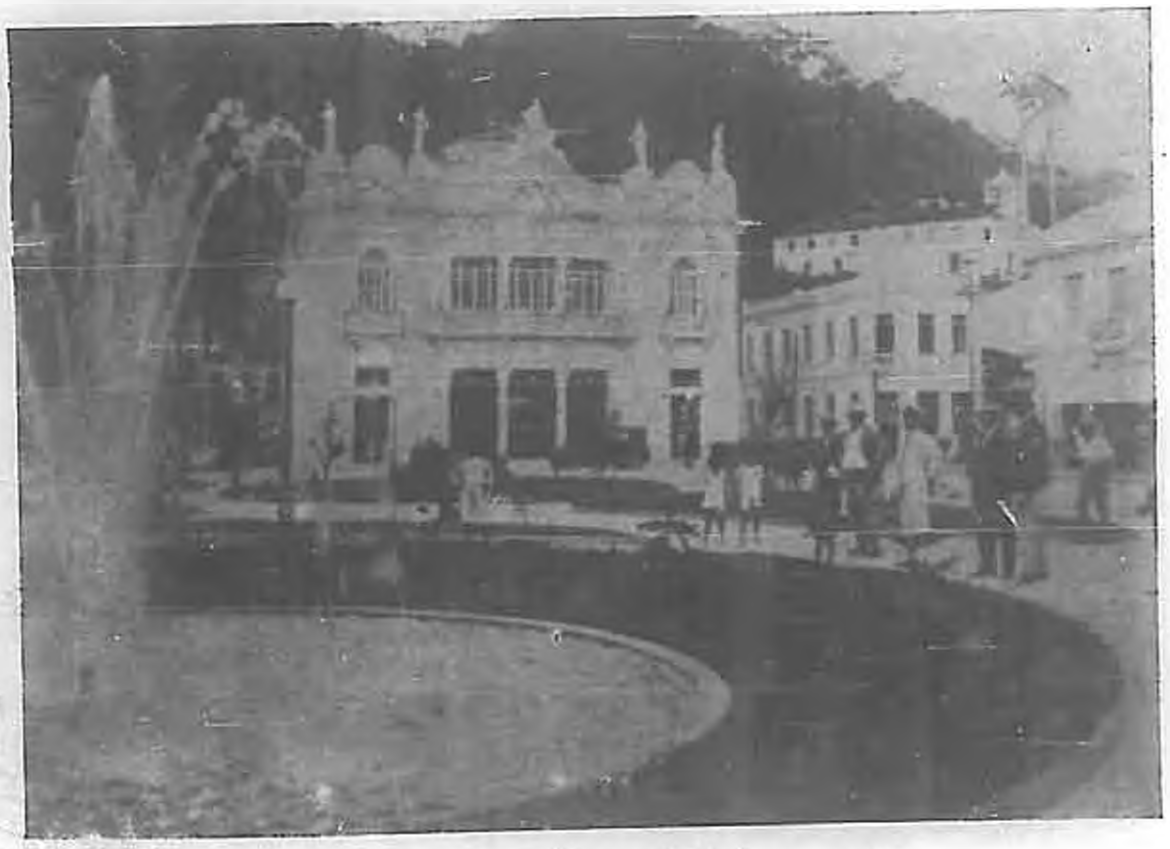
Projecto do Grupo Escolar "Gomes Cardim" construido na Avenida Capichaba



Escolas reunidas de Collatina — 1924



Antigo Theatro Melpomene



Theatro Carlos Gomes depois de inaugurado



Delegacia Geral de Policia — Construcção de um edificio para sua ampliação — 1924



Hospital de Isolamento na Ilha da Polvora, em Victoria — 1926



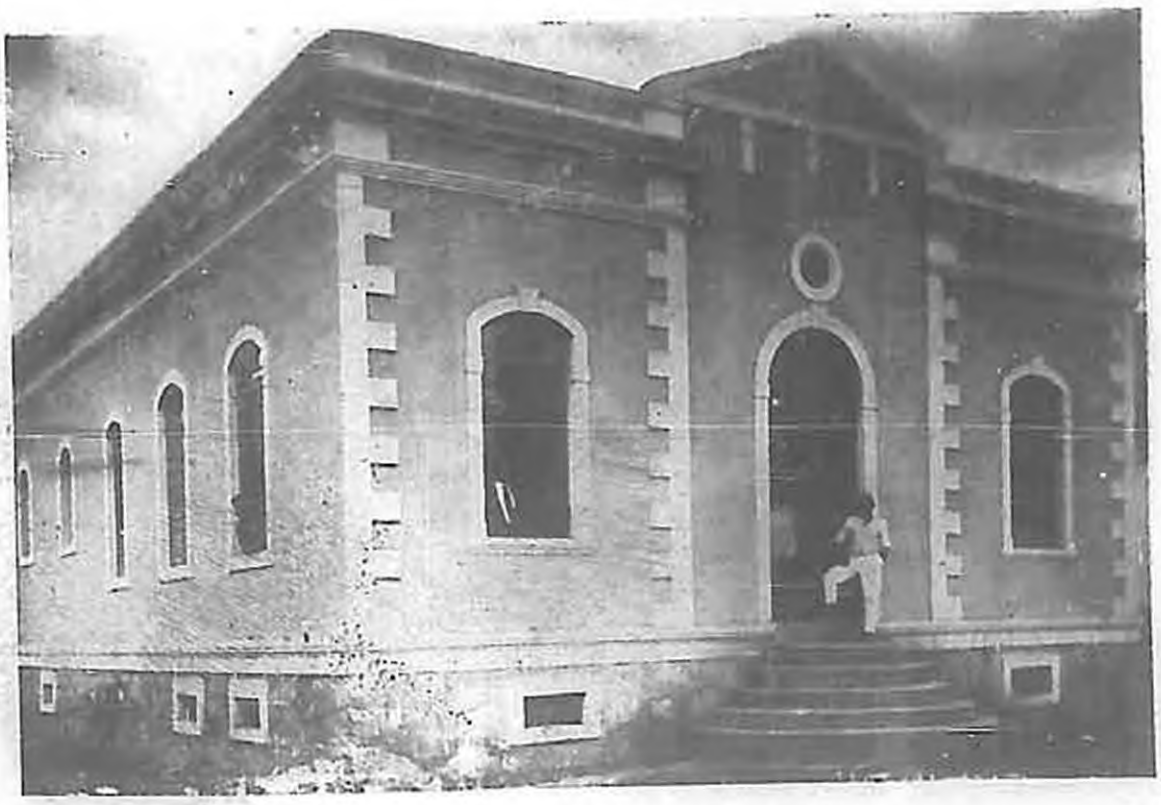
Grupo Escolar de Mimoso — 1928



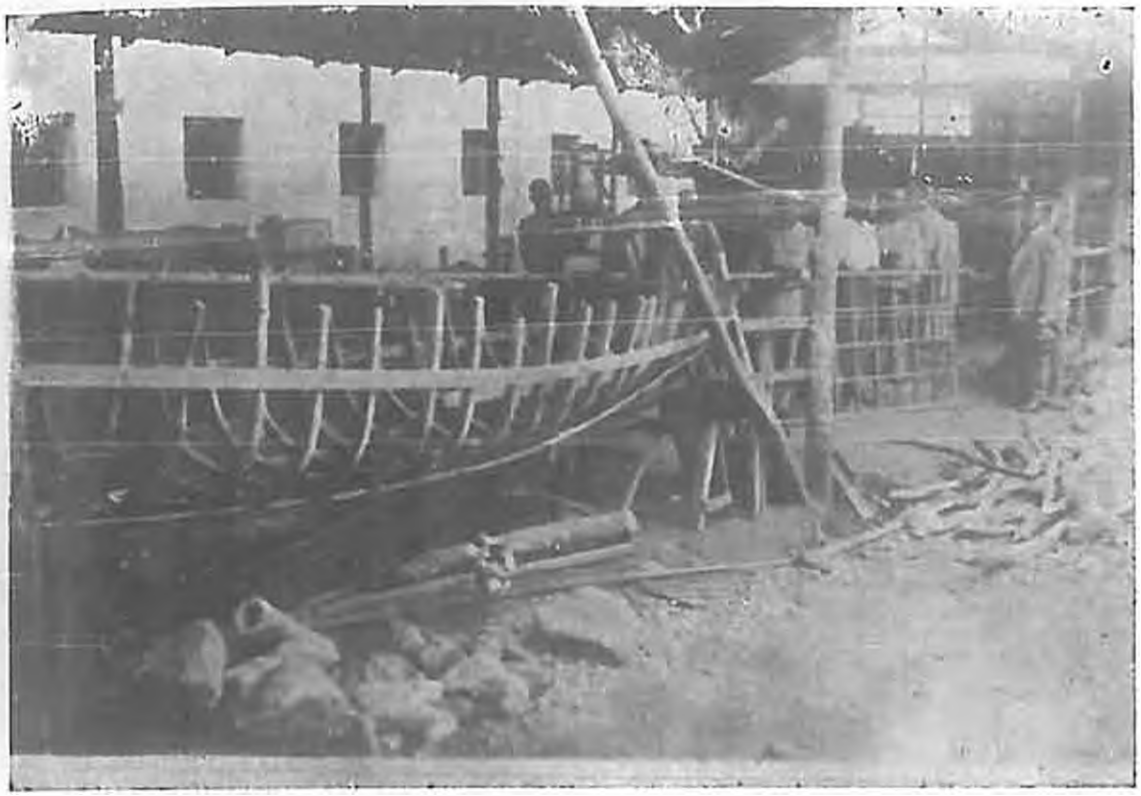
Escolas de Barbados — Municipio de Collatina — 1928



Cadeia de Itaguassú



Cadeia de Santa Thereza — 1927



Serviços de carpintaria na Penitenciaria do Estado



Proprio estadoal occupado pela Administração dos Correios de Victoria, quando em adaptação — 1924



Grupo Escolar "Gomes Cardim", concluido



Cadeia de Affonso Claudio

VI. Grupo Escolar Marcondes de Sousa

Situado em Muquy. Tem 8 salas de aula. Autorizado em fins do Governo passado. Ficou concluido em principios de 1925, ficando ao Estado por 98:000$000. Em 1927 foram feitos neste predio reparos geraes no valor de 18:385$550.

VII. Escolas Reunidas de Conceição de Castello

Este edificio foi iniciado no quatriennio passado e terminado em fins de 1924. Custou ao Estado 36:000$000. Não foi bem construido. Fizemos ligeiro reparo no valor de 450$000.

VIII. Grupo Escolar de Alegre

Foi projectado para 8 salas de aula, além de gabinetes para Director e professores, salão nobre e portaria. Será um edificio de dois pavimentos. O seu orçamento é de 244:842$926, excluindo as fundações e o aterro necessario. Com estas ultimas despezas o orçamento ficará elevado a cerca de 320:000$000. O terreno foi cedido pela municipalidade. As obras já feitas importaram em 108:156$045, estando o predio com as fundações promptas e as paredes até meia altura do andar terreo e o aterro com um terço concluido. Como esse terreno era foreiro a egreja, o governo adquirio a propriedade respectiva, do Bispado por 12:000$000.

IX. Grupo Escolar de Affonso Claudio

Foram iniciadas as obras no quatriennio passado, foi projectado para 5 salas de aula. Não ficou concluido, estando com as paredes externas e cobertura promptas e as paredes divisorias a meia altura. Os serviços feitos importaram em 49:072$300.

X. Grupo Escolar de Itaguassú

Foi projectado com um corpo central e duas salas de aula. O orçamento total é de 79:541$898. Tendo sido suspensos os serviços o empreiteiro se propoz a concluir a obra, recebendo a metade do orçamento e deixando para mais tarde a liquidação de contas. Ainda não foi liquidado.

XI. Escolas Reunidas de Vianna

E' um predio singelo com duas salas de aula. Está concluido e custou 31:734$643.

XII. Escolas Reunidas de Baixo Guandú

Typo egual ao precedente e o seu custo foi o mesmo. Acha-se concluido, tendo o empreiteiro recebido 22:000$000.

XIII. Escolas Reunidas de Itapemirim

O Governo adquiriu um predio e adaptou-o para este fim, reconstruindo-o quasi totalmente. Está concluido tendo custado 26:304$525.

XIV. Escolas Reunidas de Veado

Necessitava este edificio da construcção de um muro para isolar o predio e sustentar as terras. Os serviços executados importaram em 12:192$428, não tendo ficado concluidos. O orçamento para a conclusão é de 5:305$118.

XV. Escolas Reunidas de Barbados

Typo identico ao das escolas de Baixo Guandú. A Serraria de Barbados offereceu toda a madeira necessaria, pelo que o seu custo foi apenas de 23:011$088. Está concluido.

XVI. Escolas Reunidas de Conceição da Barra

O Estado adquiriu por 16:000$000 um predio para adaptar a este fim. Não foi feita a adaptação, funccionando mesmo assim as escolas neste predio.

XVII. Grupo Escolar de Collatina

Construido no quatriennio passado, teve grande parte paga pelo actual Governo. Custou ao Estado a importancia de 40:000$000.

XVIII. Escolas Reunidas de Santa Leopoldina

Construido no quatriennio passado, teve grande parte paga pelo actual Governo. Custou 50:000$000.

XIX. Gymnasio S. Vicente de Paulo

O Governo mandou executar em um predio seu, occupado por este Gymnasio á rua Pedro Palacios, nesta Capital, adaptações no valor de 7:447$440.

XX. Escolas Reunidas de Pau Gigante

Necessitavam de concertos que foram executados pelo Governo no valor de 1:425$000.

XXI...Escolas de Nova Venecia

Situado no municipio de S. Matheus. Custou ao Governo 8:000$000.

Predio para a Directoria de Hygiene

Estando esta Directoria funccionando ainda no andar terreo do predio do Instituto Historico no Parque Moscoso, acha-se mal installada. O Governo mandou adaptar o predio onde funccionava a Prophylaxia Rural. A adaptação consistiu numa reforma completa com o aproveitamento apenas das paredes externas e da cobertura. Concluida essa reforma teremos a Directoria de Hygiene devidamente installada. Os serviços estão em conclusão. Até 31 de Dezembro de 1927 foram dispendidos 28:107$119. O orçamento total dos serviços é de 80:000$000;

Inspectoria de Lepra e Molestias Venereas

O predio onde funccionava a Commissão de Melhoramentos de Victoria foi adaptado para esta Inspectoria, tendo sido feitas todas as divisões e installações. O serviço está concluido. A despeza total attingiu a 34:132$165.

CADEIAS

I. Cadeia de Castello

Iniciada em Junho de 1923 e contractada pelo preço de 25:100$ o serviço está concluido e pago. Soffreu mais tarde reparos no valor de 218$000.

II. Cadeia de Itaguassú

Iniciada em Agosto de 1923. Os serviços já estão concluidos e pagos. Dispendeu-se a importancia de 36:167$702.

III. Cadeia de Sta. Thereza

Iniciada em Setembro de 1926 e concluida em Maio de 1925. Custou 32:608$245. Foram feitos reparos no valor de 2:004$106.

IV. Cadeia de Veado

Iniciada em 1923 foi concluida em 1925. Foi contractada por 35:000$000. Posteriormente foi paga uma indemnização por prejuizos resultantes da construcção. Foram feitos reparos no valor de 1:749$000.

V. Cadeia de Pau Gigante

Está concluida. Custou 56:340$784. Posteriormente foram feitos acabamentos e o abastecimento de agua que custaram 3:309$100

VI. Cadeia de Cachoeiro de Itapemirim

Foram effectuados diversos concertos e caiação geral do edificio. O custo total atingiu á 12:806$904.

VII. Cadeia de S. Pedro de Itabapoana

Construida pela Prefeitura local com auctorização do Governo passado, foi paga neste quatriennio pelo preço de 43:917$975.

VIII. Cadeia de S. João do Muquy

Está concluida. Custou 51:945$732.

IX. Cadeia de Benevente

Ainda não está concluida. O typo é o mesmo da de Pau Gigante. O seu orçamento é de 47:135$708. Já foram pagos 15:000$000.

X. Cadeia de Alegre

Este edificio foi ampliado e melhorado para ter bôas condições de accommodação e hygiene. Este trabalho custou a importancia de 43:203$417.

XI. Penitenciaria do Estado, em Villa Velha

Foi feita completa remodelação de um dos pavilhões com 52 cubiculos pela Commissão de Melhoramentos de Victoria, gastando-se 131:740$248. Ultimamente construimos uma prisão para mulheres que custou 53:876$316, ao todo 185.616$564.

REDE TELEPHONICA ESTADOAL

No principio do actual quatriennio havia já rede telephonica administrada pelo Governo e linhas entregues por arrendamento a terceiros. Estas ultimas são as seguintes:

1) — Cachoeiro de Itapemirim, Paineiras, Villa e Barra de Itapemirim, ligada á Usina Paineiras;

2) — Cachoeiro, Pedreira, Santo André e Castello;

3) — Cachoeiro, Vargem Alta, Virginia e Guiomar, estas duas linhas ligadas ao serviço de electricidade de Cachoeiro;

4) — Victoria, Vianna, Marechal Floriano, Campinho e Mathilde;

5) — Victoria, Villa Velha, estas duas linhas ligadas aos S. R. de Victoria. A rede independente ligava Victoria, Cariacica, Santa Leopoldina, Santa Thereza, Figueira, Itaguassú e Affonso Claudio. Esta linha destinava-se exclusivamente ao serviço interurbano.

As linhas ligadas sob os numeros 2, 3, 4 e 5 aos diversos serviços foram ultimamente alienadas pelo Governo, a de n.° 1 faz parte da E. F. Itapemirim.

A ultima rede foi sempre administrada, ampliada e conservada por administração do Estado. O serviço desta rede, ainda que não compensador sob o ponto de vista financeiro, presta bons serviços ás localidades servidas, que na sua maior parte não dispõem de telegrapho. Os serviços realizados pelo actual Governo nesta rede são os seguintes:

a) — Construcção dos ramaes de Itaguassú a Lage e Santa Thereza a Collatina;

b) — Construcção de uma nova linha de Victoria a Santa Leopoldina não só para melhorar as condições da mesma, como para mudar o seu traçado que era inconveniente.

c) — Remodelação completa com a substituição dos fios de ferro por fios de cobre da linha de Santa Leopoldina até cerca de 20 kilometros além de Santa Thereza.

d) — Remodelação das centraes telephonicas.

Com estes serviços o Governo dispendeu a importancia de 272:187$334, além do preço dos fios de cobre adquiridos.

O serviço telephonico tem dado deficit, devido em parte as linhas

ainda não estarem todas em bom estrado. E' de esperar que este deficit desappareça logo que as linhas estejam todas remodeladas. No inicio do actual Governo a renda media mensal era de cerca de 2:000$000 e a sua despeza de custeio de cerca de 2:700$000. Em 1927 a receita media mensal pouco havia crescido, estando em 2:869$700, tendo a despeza crescido para 5:590$000, deixando um deficit de 2:720$300 mensaes. O crescimento do deficit em 1927, parece exaggerado, mas temos que levar em consideração que por diversas vezes tivemos que admittir pessoal extraordinario para limpeza e alargamento das picadas que estavam em mão estrado e eram, na sua maioria, estreitas excepção feita, dos trechos novos ou reconstruidos. A receita media mensal das estações em 1927, foi a seguinte:

Victoria..	961$700
Santa Leopoldina..	794$100
Santa Thereza..	306$200
Figueira..	176$400
Affonso Claudio..	228$300
Itaguassú..	145$200
São Francisco..	143$700
Lage..	114$100

A central de Cariacica foi supprimida por não comportar a localidade a estação.

O ramal de Santa Thereza a Collatina está sendo explorado pelas municipalidades, apezar de ter o Estado fornecido o material e pago quasi totalmente a sua construcção.

Foram reformadas as tabellas de preços para as communicações, estabelecendo-se taxas diversas, de accordo com as distancias e uma taxa fixa para o serviço de entrega dos telephonemas.

Para o effeito da cobrança das taxas, as estações se dividem em dois grupos, sendo o primeiro constituido por Victoria, Cariacica, Santa Leopoldina e Santa Thereza, e o segundo por Figueira, Affonso Claudio, Itaguassú e Lage.

Taxas

1.°)—Para ligação do apparelho ao centro (além do custo da linha)	20$000
2.°)—Para vistoria do serviço, quando feita por pessôa estranha..	10$000
3.°)—Assignatura mensal..	5$000
4.°)—Para entrega de avisos escriptos..	1$000
5.°)—Para ligação á rêde dos Serviços Reunidos de Victoria..	$600

6.°)—Por communicação directa durante 3 minutos:

a) entre duas estações do 1.° grupo..	2$000
b) entre duas estações do 2.° grupo..	2$000
c) entre Santa Thereza e qualquer outra estação..	2$000
d) entre duas estações de grupos differentes..	2$500
7.°)—Por minuto excedente..	$500
8.°)—Por aviso escripto, até 20 palavras:	
a) de uma estação para outra de grupo differente	1$500
b) de uma estação para outra do mesmo grupo	1$000
9.°)—Por palavra excedente..	$050
10.°)—Por communicação directa entre o apparelho da central e qualquer outro, além da taxa n.° 7..	$200

NAVEGAÇÃO FLUVIAL

Dada a configuração do Espirito Santo com extenso littoral onde vão ter diversos rios francamente navegaveis por pequenas embarcações e a cujas margens já encntramos varios centros de população, com o seu desenvolvimento retardado em grande parte á falta de meios de transportes regulares, o serviço de navegação interior, e o de pequena cabotagem se apresentaram dignos de attenção. Nosso Estado apresenta uma faixa littoranea baixa que se prolonga para o interior em grande extensão, attingindo a mais de 30 kilometros em alguns pontos. Dada a fraca declividade e curso sinuoso dos rios nessa faixa, estes são sujeitos a obstrucção com madeiras das mattas marginaes ligadas por vegetação fluctuante que chega ao ponto de impedir a passagem de embarcação e o livre escoamento das aguas. O Governo tratou desse problema, conforme passamos a expor.

Rio Muquy do Norte

Teve desobstruido uma grande extensão do seu curso.

Esse serviço custou 110:920$000, dos quaes metade foi pago pela Usina Paineiras, sendo o restante pago neste periodo.

Rio Itaúnas

O Governo passado fez abrir um canal de ligação entre as barras dos rios Itaunas e S. Matheus. Este canal tem uma extensão total de 6.300 metros, sendo que destes, 1.000 são em areia. Este ultimo trecho é de conservação difficil e cara, pelo que esse canal não tem

dado resultado satisfactorio. O rio Itaunas é francamente navegavel em cerca de 60 kilometros, porém a sua barra é muito baixa, não dando passagem a embarcações.

No contracto de exploração de madeira e colonisação assignado com o sr. Raulino Costa, ficou este senhor obrigado a desobstruir o rio Itaunas, ficando o governo obrigado a conservar o canal de ligação. Verificando-se que seria a manutenção desse canal muito dispendiosa, resolveu o governo auxiliar com 30:000$000 a construcção de uma estrada de ferro que substituisse esse canal e com 10 contos uma ponte de atracação no rio S. Matheus. Foram desobstruidos 75 kilometros de curso do Rio Itaunas.

Rio Barra Secca

O Governo contractou a desobstrucção do leito pelo preço kilometrico de 1:000$000, com o dr. Antonio dos Santos Neves. Em 31—12—927 já se achavam desobstruidos mais de 20 kilometros.

Rio Benevente

O Governo concedeu aos Srs. Pedro José & Cia. uma subvenção mensal de 500$000 para a manutenção de um serviço de navegação com uma lancha entre Benevente e Alfredo Chaves. A subvenção será suspensa logo entre em trafego a Estrada Benevente — Alfredo Chaves.

Rio São Matheus

O governo concede ao Sr. Eugenio dos Santos Neves uma subvenção de 400$000 mensaes para um serviço regular de navegação com uma lancha, tres vezes por semana entre S. Matheus e Conceição da Barra.

Rio Doce

O actual governo encontrou o serviço da navegação deste rio sendo feita normalmente com dois navios, Tupy e Tamoyo. O Tupy naufragou e perdeu-se em frente de Collatina, o Tamoyo ultimamente encalhou em Regencia, tendo se retirado o motor e ficado o casco bastante estragado. A reforma deste navio está em andamento. Actualmente este serviço está sendo feito com o navio a vapor Juparanã que foi adquirido pelo actual Governo pelo preço de 2.715 libras ester-



Estrada da Penitenciaria á Victoria e Villa Velha



Penitenciaria do Estado — Exercicio dos presos



Penitenciaria do Estado — Pavilhão de mulheres — 1928



Penitenciaria do Estado — Galeria de cubiculos



Banda de musica composta de sentenciados



Penitenciaria do Estado — Instrucção aos presos

linas cif. Victoria. Com a montagem do navio e a construcção de toda a parte de madeira, convéz e divisões foi despendida a importancia de 38:726$610.

O navio tem o casco de aço, calado de 60 centimetros com 20 toneladas de carga e é movido por meio de roda de popa. São feitas actualmente 5 viagens redondas por mez de Collatina a Regencia, tendo o Governo entrado em accordo com os srs. Mesquita & Cia., para o serviço de navegação maritima regular entre Regencia e Victoria, em correspondencia com o serviço fluvial. A linha a partir de Collatina, passa por Linhares, e tem seu ponto terminal em Regencia. Além dessc portos ha diversos pontos de parada..

O serviço é deficitario, apezar de o novo levar sempre bòa carga. Entretanto, o Governo o mantem por ser o unico meio de transporte de todo o baixo Rio Doce, onde se vae desenvolvendo a lavoura do cacáo.

Foi construido em Collatina um armazem para este serviço. Ultimamente foi adquirida uma caldeira para aproveitar-se o casco do primeiro navio Juparanã que naufragou ha tempos no rio Doce. Esta caldeira custou 9.500$000.

Em 1927 a receita bruta deu 29:648$500 e a despeza de 37:620$000, de que resulta um deficit de 7:971$500 ou seja um deficit mensal de 664$491.

NAVEGAÇÃO MARITIMA

Linha de Victoria á São Matheus

Navio "Penedo"—Iniciado por ordem do Governo passado que contractou a sua construcção com o Sr. Brasil Vasconcellos, foi construido em Conceição da Barra.

O casco é de madeira, tem 40 metros de comprimento total e 7ms50 de bocca. Munido de um motor a oleo bruto de 200HP desenvolve uma velocidade de 9 á 10 nós. Tem accommodações para 52 passageiros de 1.ª classe e lotação para 180 toneladas de carga. Faz regularmente 3 viagens redondas por mez, de Victoria a S. Matheus. O Estado nada tem recebido de arrendamento deste navio, estando actualmente entregue á firma Ludovina Diaz Gonçalves.

Custou ao Estado a importancia de 587.000$00 dos quaes foram pagos neste meu periodo 507.000$000. O governo tem sido res-

ponsavel pela sua conservação, já tendo soffrido o navio 2 reparos de monta, com apreciavel despeza.

"*Moniz Freire*" — O governo concedeu, até a inauguração do navio Penedo em 10 de Julho de 1925, uma subvenção mensal de 1:000$ á firma Mesquita & Cia., para que este hiate motor fizesse o serviço entre Victoria e S. Matheus.

Linha Victoria á Benevento

O Governo concede á firma Pedro José & Cia. uma subvenção de 500$000 mensaes para o hiate motor Zgarth fazer esta linha.

Linha de Victoria á Regencia

O serviço feito em correspondencia com o serviço de navegação fluvial do Rio Doce foi ajustado ultimamente com os Srs. Mesquita & Cia., conforme acima foi dito.

CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Antes de 1927, não tinhamos serviço de conservação das estradas de rodagem organizado com um plano de conjuncto e distincto dos serviços de construcção. Em 1927, iniciamos a organisação definitiva deste serviço, tornando-o distincto do de construcção. Dispendemos com este serviço em 1927 157:194$071, dando uma media de cerca de 70$000 por kilometro por mez.

Além destes serviços tinhamos a conservação de 26 kilometros da estrada de Cariacica a Santa Leopoldina, contractada com a Viação Geral de Santa Leopoldina pelo preço de 1:071$000 mensaes.

O Governo ainda auxiliou as municipalidades de Santa Thereza e Itaguassú com 2:000$000 por mez a cada, para a conserva das estradas dentro dos respectivos municipios.

CONSERVAÇÃO DE EDIFICIOS PUBLICOS

Com a conservação dos predios publicos desta Capital, foi gasta no actual governo, até 31 de Dezembro de 1927, a importancia de rs. 381:752$274, dando uma media mensal de 8:877$959. Esta importancia assás elevada, tem sido dispendida em reparos, reconstrucções e adaptações de predios. A Villa Militar consumiu uma grande parte

desta quantia, vindo depois o Palacio do Governo e em seguida o Congresso Legislativo.

SERVIÇOS DIVERSOS

I. Abastecimento de agua de Guarapary

O Governo fez a reforma da rede de abastecimento de agua de Guarapary. Os serviços consistiram na desobstrucção da represa e substituição da adufa de descarga, substituição de 2.000 ms. de tubos estragados e raspagem interna e fixamento dos 7.000 ms. restantes e reparos no reservatorio. Os serviços custaram 43:091$057.

II. Abastecimento de agua de Vianna

Foram construidas a represa, a linha adductora e o reservatorio. Este serviço se tornava indispensavel para o fornecimento de agua á escola local construida pelo Governo. A linha adductora tem 2.260 metros de desenvolvimento e o diametro de 1"1/4. Custou ao Estado 29:597$987. Toda a villa ficou bem abastecida com esse pequeno dispendio.

III. Abastecimento de agua de Timbuhy

Procedemos aos estudos deste serviço. Gastamos nestes estudos 4:956$200. O orçamento dos serviços é cerca de 100:000$000.

IV. Calçamento da Rua Moreira, em C. de Itapemirim

Foram calçados 400 metros lineares desta rua com a area de 3.174 metros quadrados. Custou este serviço 78:593$000.

V. Barcas para a travessia do Rio Doce

Estas barcas são captivas e constituidas por uma balsa com leme, de forma a se moverem impulsionadas com a propria corrente do rio. Foram construidas duas, uma em Collatina, pelo preço de 12:000$000 e outra em Porto Bello, por 10:000$000.

VI. Elevador no Palacio Presidencial

Foi installado um elevador A. B. S e com capacidade para 8 pessoas, do saguão do Palacio para o segundo andar. Esse serviço custou, incluindo a transmissão de força e trabalhos preparatorios, 47:437$733.

VII. Levantamento das linhas de força

Foi feito o levantamento topographico de todas as linhas de transmissão electrica, alienadas á Companhia Brasileira de Força Electrica, ajustado este levantamento pelo preço kilometrico de 200$000 o km. Este serviço ainda não está concluido.

VIII. Pequenos serviços

Foram feitos outros pequenos serviços, como sejam:

a) Reparos na estação de Vargem Alta..	1:642$000
b) Reparos na estação de Condurú..	3:336$700
c) Reparos na estação de Santo André..	2.350$000
d) Muro de arrimo em Vargem Alta..	650$000
e) Levantamento da Villa de Itabapoana	5:775$000
f) Demarcação do campo de aviação de Goiabeiras.. ..	320$000
g) Inicio dos serviços de kilometragem das estradas de rodagem..	1.485$000
	15:558$700

ESTRADAS DE FERRO

Estrada de Ferro Benevente a Alfredo Chaves

No inicio do quatriennio, havia nessa estrada 3.467 metros de leito construido, dos quaes 2.520 com a sobrestructura assentada, 5 boeiros capeados e 4 pequenos pontilhões. Actualmente temos todo o leito construido, linhas assentadas, obras de arte definitivas e a estação de Alfredo Chaves. A extensão total da estrada é de 32 kilometros, sendo, 17 de Benevente a Jabaquara e 15 de Jabaquara a Alfredo Chaves. As condições technicas desta estrada são as seguintes: Raio minimo 36 metros, rampa maxima 2,5% e bitola de 0,60. Temos melhorado as curvas de raio apertado, afim de o não deixar inferior a 70 metros. O seu traçado acompanha o rio Benevente, desde Anchieta até Alfredo Chaves, passando pela Usina Jabaquara. O governo não adquiriu material rodante e de tracção. O material que circula nas linhas é de propriedade dos Srs. Pedro José & Cia., proprietarios da Usina, Jabaquara.

Não ha ainda trafego regular, pelo que não temos a apresentar dados, sobre os serviços de custeio e transportes.

Desde Maio de 1924 até Novembro de 1927, a despeza total de



E. F. S. Matheus — Casa do Engenheiro-residente



E. F. S. Matheus — Trecho em construcção — 1926



E. F. S. M. — Estação "Santa Leocadia", concluida



E. F. S. M. — Estação "Nestor Gomes" na E. F. de São Matheus — 1925



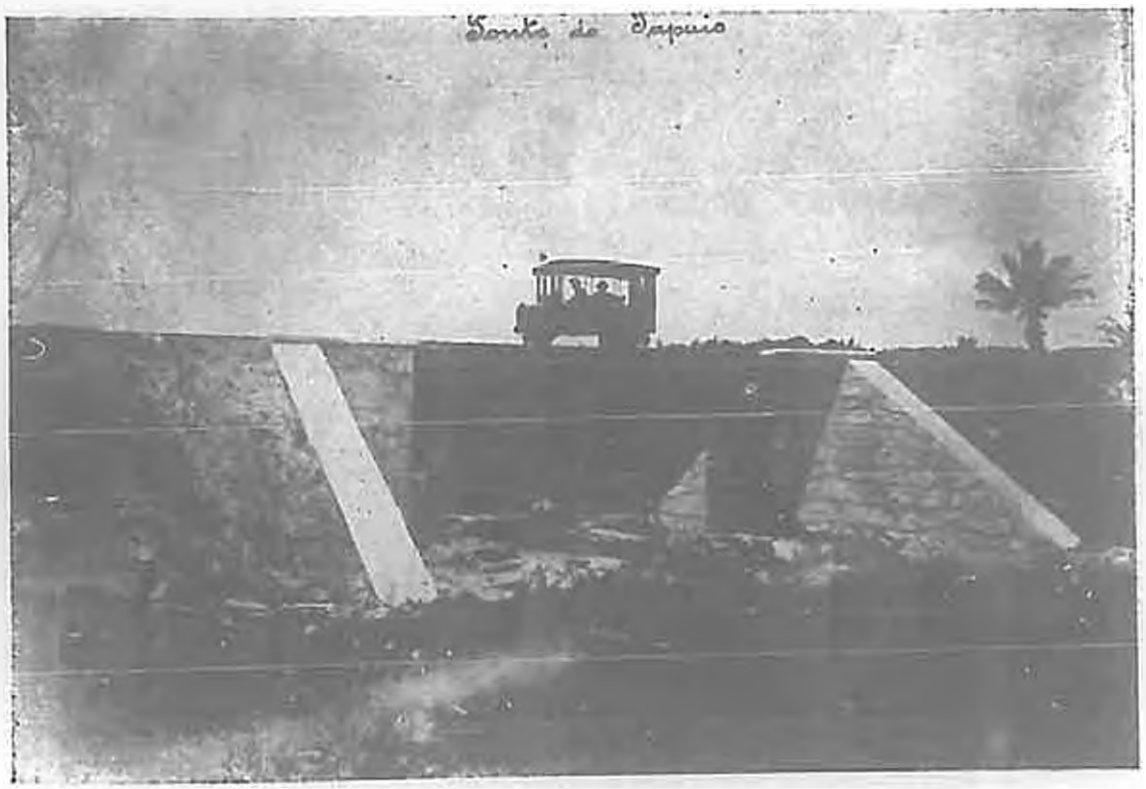
Estrada de Ferro São Matheus: Aspecto de um trecho concluido



Corte na Estrada de Ferro São Matheus



Aspecto da construcção da Estrada de Ferro São Matheus



Estrada de ferro S. Matheus — Ponte sobre o rio Tapuyo

construcção foi de 1.092:769$176. Os serviços realizados foram: construcção de 28,5 kilometros de leito, adquisição e assentamento de 29,5 kilometros de sobrestructura, construcção de obras de arte definitivas, construcção da estação de Alfredo Chaves e algumas reformas parciaes do leito antigo, etc.

Estrada de Ferro de Itapemirim

Encontrei, ao assumir a administração, a E. F. de Itapemirim a cargo da firma Mello Mattos & Maciel ex-arrendataria da Usina Paineiras, e que, allegando constantes prejuizos, executava o serviço de trafego com descontentamento publico. Como a estrada fizesse parte da Estrada de Ferro do Littoral, procurei retiral-a do contracto de arrendamento da Uzina, para que fosse apparelhada e administrada directamente pelo Estado. Feito isso, em Fevereiro de 1926, designei para gerente o Sr. Aprigio Freire, que conseguiu transformal-a, tirando-a do descredito em que era tida e fazendo actualmente della o meio de transporte preferido para o centro distribuidor que é Cachoeiro de Itapemirim.

Antes de passar para o Governo a Estrada de Ferro de Itapemirim, tinhamos em conclusão, por conta do Estado, a sua ligação com a Leopoldina Railway.

Os principaes serviços effectuados em 1926 e 1927, constam dos quadros annexos nos 1 e 2.

Além dos serviços acima mencionados, convem referir os seguintes:

Linha Telephonica

Foi reconstruida com substituição dos postes estragados, o trecho de Barra a Paineiras (21.000 ms.) e construida:

De Barra a Marathayses	3.900,00
Do Klm. 21 — 600.00 ao 22 — 400,00	800,00
Do Klm. 33 — 300,00 ao 36 — 100,00	2.800,00

Triangulo de reversão e officinas

Para evitar que as locomotivas continuassem a viajar de recuo de Cachoeiro a Barra, mandei construir e assentar trilhos num triangulo de reversão no km. 45. Com a reforma do armazem adquirido

na Barra, dos Srs. Soares & Irmão, foi montada nelle a officina mechanica constando do seguinte:

1 locomovel
1 motor electrico de 12 HP.
1 plaina para ferro
1 machina de furar
3 tornos diversos
1 forno para fundição de bronze
1 machina de serrar ferro
1 ventilador
2 installações de alvenaria de tijolos para forjas
2 " " eixos de transmissões com diversas polias
1 serra pendulo circular para serrar lenha
1 esmeril
1 torno limador

Com taes installações, acham-se a Estrada em condições de fazer todos os seus reparos, seja em locomotivas, carros ou outros vehiculos, sem necessidade de recorrer a outra parte.

Com taes installações já se poude fazer muito serviço como reforma de 30 plataformas; de dois carros fechados para cargas; reparo geral num carro antigo de 2.ª classe, inclusive pintura.

Com esses reparos e com a acquisição de mais 2 carros, de 1.ª e de 2.ª classes e de mais 4 plataformas para madeira, cinco carros fechados para mercadorias e uma locomotiva, muito melhoraram as condições de transporte, quer de cargas quer de passageiros;

Casas de turma, Estações e Via Permanente

Foi terminada a estação de Safra, construida a estação de Paineiras, a melhor da Estrada e feito o assentamento de trilhos na linha de ligação com a Leopoldina Railway, num total de 1.860,00.

Por ter desabado a ponte de madeira do Coqueiro, km. 24, houve necesisdade de reconstruil-a para evitar paralysação do trafego. Acha-se agora quasi ultimada a obra de alvenaria.

Foram construidos de taipa, rebocados, caiados e cobertos de zinco: — um barracão de 12x6 e uma barraca de 8x5 para o feitor e pessoal da turma de conserva, no km. 16; e mais outros dois das mesmas dimensões para o mesmo fim no km. 30 e mais outro de 16x8 no km. 44 tambem para o feitor e pessoal da turma de conserva.

Tambem foi totalmente reformada uma casa de turma no km. 23, coberta de telhas, asosalhada; e cobertura, reboco e caiação totalmente refeitos.

O trecho do kilometro 32 ao 49 (Cachoeiro) ficou totalmente reformado de dormentes e feito o lastramento e cobertura da linha com as respectivas obras de arte necessarias promptas.

Tambem foram muito melhorados o trecho de Barra a Marathayses, e o de Barra com grande substituição de dormentes.

Nos dois trechos acima, foram construidas todas as obras de alvenaria necessarias, restando apenas um pontilhão em vias de acabamento.

Foram comprados em 1927, 57.522 dormentes, que com 12.528 comprados em 1926, perfazem o total de 70.050, dos quaes foram empregados:

Na variante do Ouvidor..	2.205
Na variante de Safra..	1.808
Na variante do Degredo..	1.000
No prolongamento de Marathayses	570
No ramal da cidade..	2.440
Distribuidos para a E. F. do Littoral..	8.990
Empregados na linha em trafego em 1927..	24.952
Empregados na linha em trafego em 1926..	12.528
Total..	54.493
Em stock..	15.557
	70.050

Vê-se, pois, que já foram substituidos 37.480 dormentes, em 1926 e 1927, que para um total de 71.500, o quanto deve comportar todo o trecho em trafego, attingirá uma porcentagem de 52 e quasi meio por cento.

Devido a linha em muitos trechos vir servindo de estrada de rodagem por não existir uma que sirva para o publico, fomos forçados a construir algumas centenas de metros de estrada ao longo da nossa linha; forçado tambem a, em alguns logares, construir boeiros, para assim poder cercar a linha, afim de evitar o transito de animaes e viajantes por ella e poder se fazer a reforma necessaria.

Trafego

Muito tem augmentado o movimento de passageiros, de modo que com cinco carros que possue a Estrada (2 de 1.ª e 3 de 2.ª classe), já aos sabbados e domingos elles não comportam os passageiros que viajam para Villa, Barra e Marathayses.

Outrotanto se pode dizer com relação ao movimento de cargas e sobre a renda da estrada que, apesar de seu constante crescimento, ainda deixa deficit, devido ao baixo preço das tarifas que tenho mantido para servir a importante região do Estado.

São suggestivos e animadores os numeros constantes dos quadros annexos ns. 3 a 12.

Estrada de Ferro do Littoral

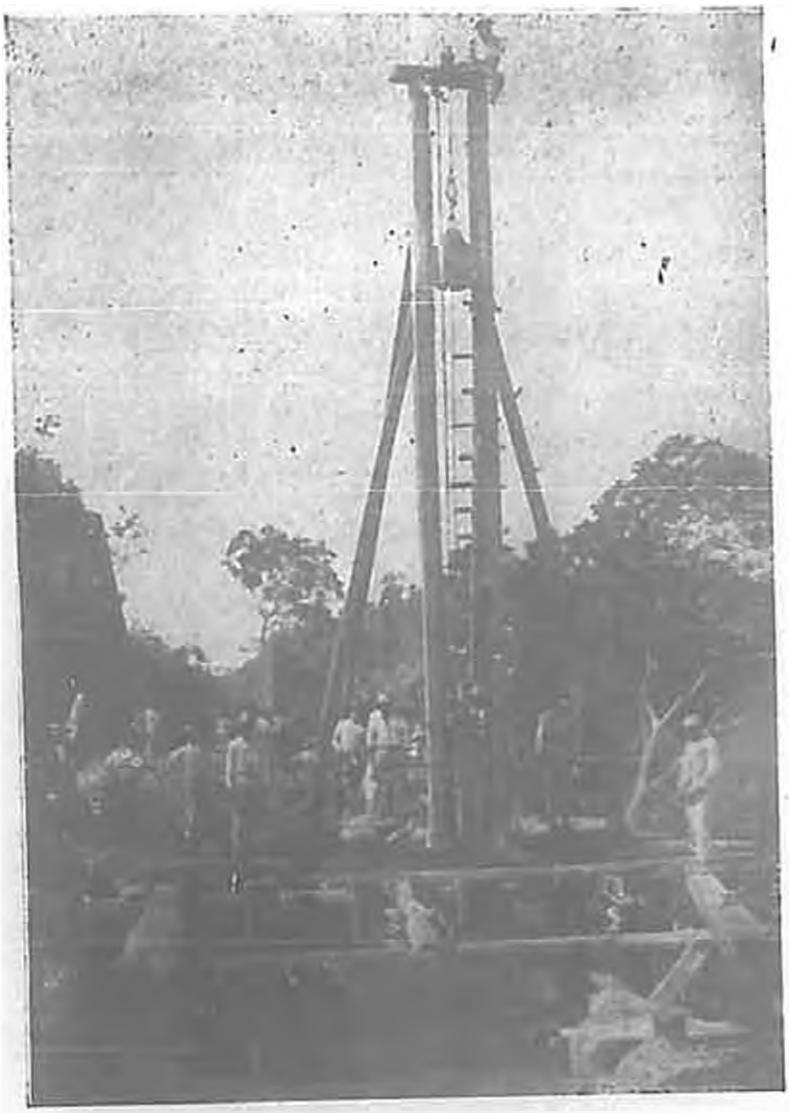
RELATORIO GERAL dos estudos e trabalhos realizados na Estrada de Ferro do Littoral, desde 12 *de Março de* 1925 (*data do inicio dos estudos*) *a* 31 *de Dezembro de* 1927.

Incumbi, em meiados de Março de 1925, ao Dr. Flavio Ribeiro de Castro, de fazer taes estudos, e esse profissional procedeu pessoalmente ao reconhecimento geral de toda a região interessada, desde Victoria até Ponte do Itabapoana, passando pela Usina Paineiras, á margem do rio Itapemirim, e organisou a planta geral do serviço e respectivo relatorio.

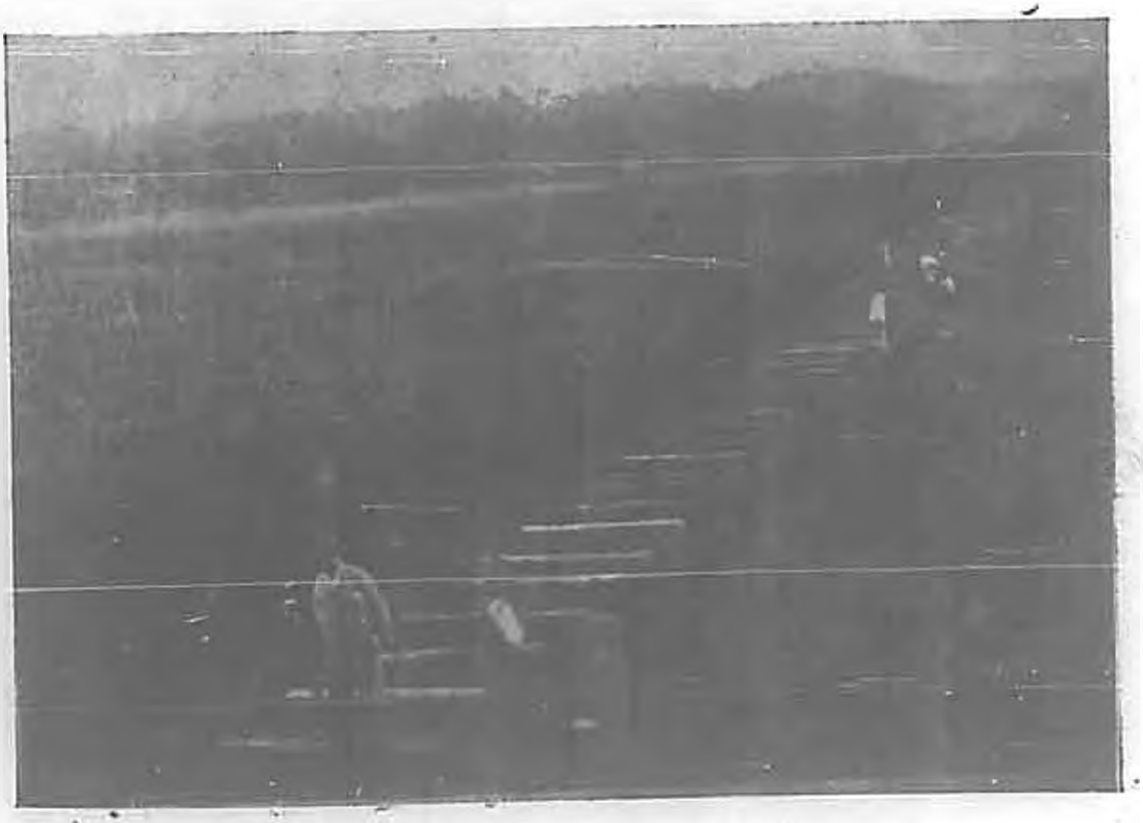
Em seguida dividiu em trechos essa grande extensão, que conta cerca de 214 klms. e entregou a tres turmas de exploração. Ao mesmo tempo, organisou o escriptorio central nesta Capital e deu inicio ao preparo das plantas e ao projecto por partes, á medida que iam chegando do campo as cadernetas.

Em Agosto de 1927, estavam completamente projectados o grande trecho comprehendido entre Victoria e Paineiras, com 125 kms. 657 ms. e mais 20 kms. de Ponte do Itabapoana em direcção a Paineiras.

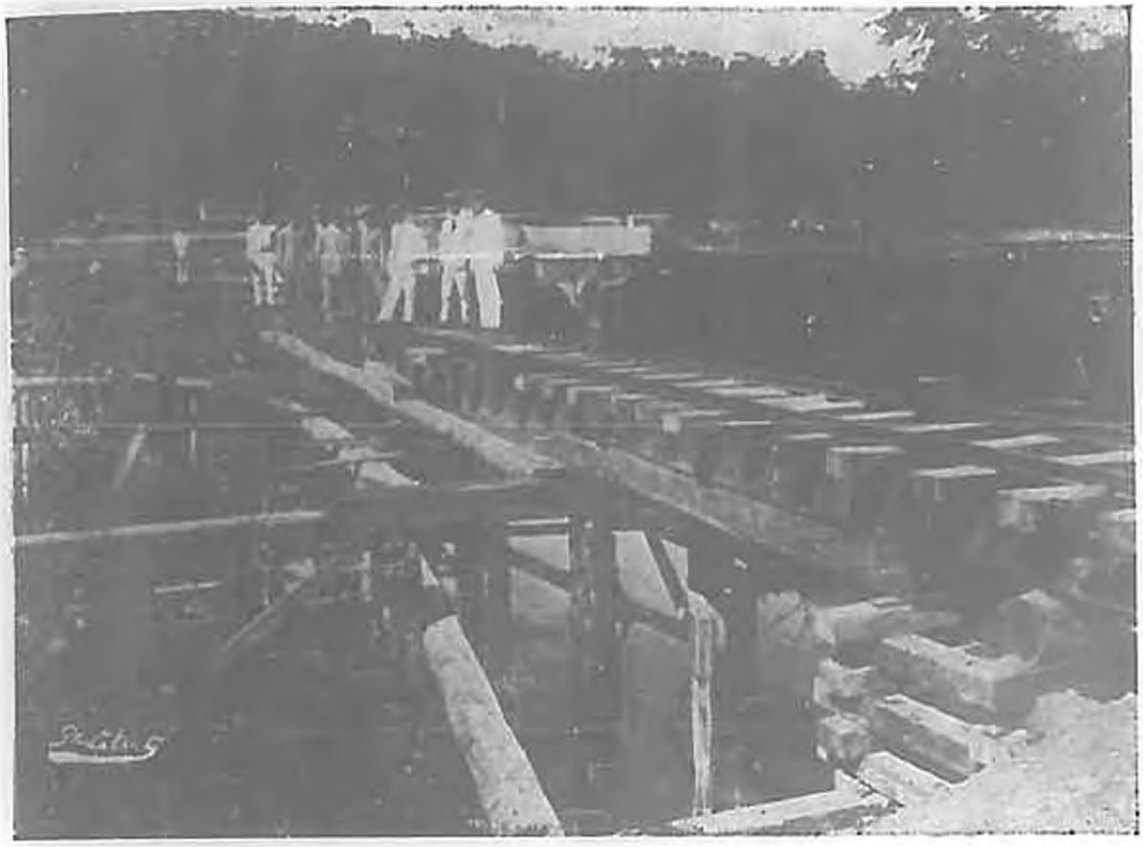
A esse tempo já estavam atacados e adeantados os trabalhos de construcção a partir de Paineiras em direcção a Rio Novo e em 31 de Dezembro daquelle anno, bastante adeantado o projecto do outro grande trecho que vae de Paineiras a Ponte do Itabapoana, com cerca de 90 kms., segundo a linha de exploração. Está concluido o leito e já tem



E. F. Itapemirim — Bate estacas cravando pilares da ponte provisoria sobre o rio Itapemirim



E. F. Itapemirim — Assentamento de linha



E. F. Itapemirim — Ponte provisoria sobre o rio Itapemirim para a estrada de ferro



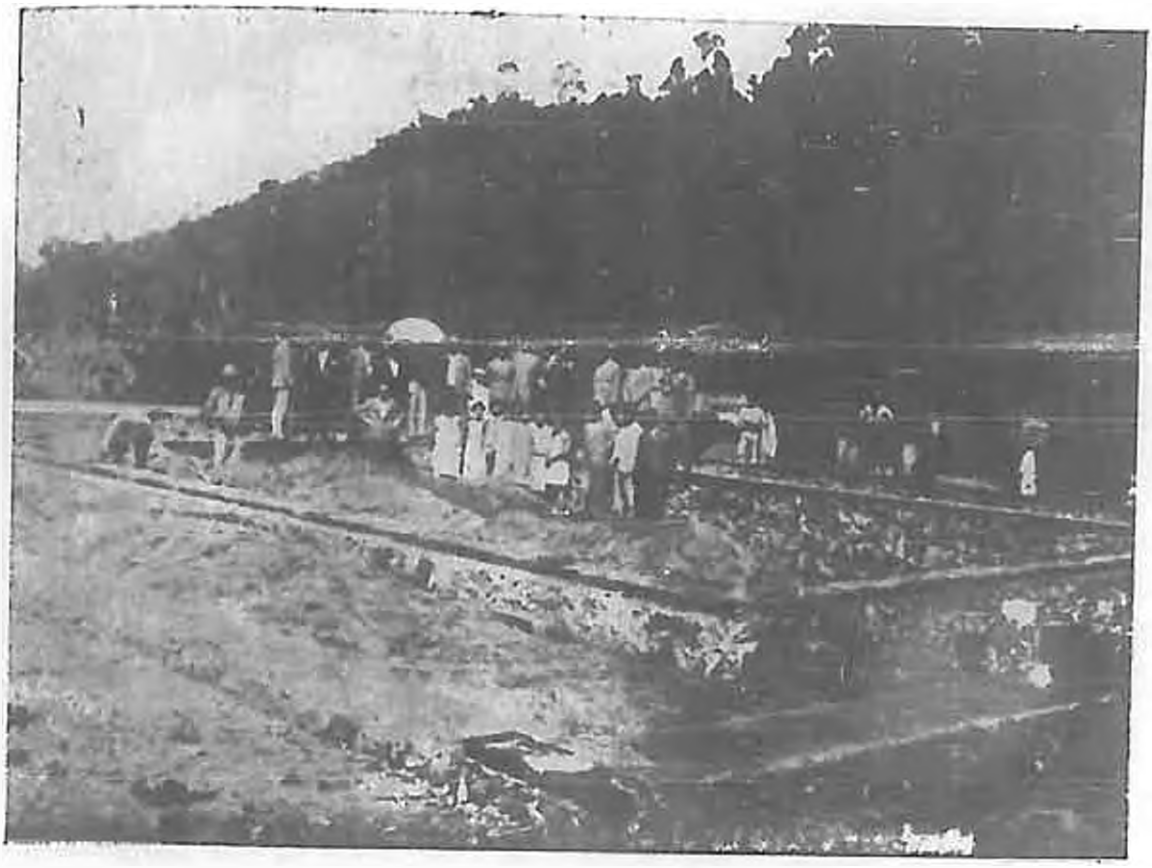
E. F. Itapemirim — chegada de uma composição á estação Bernardino Monteiro



E. F. Itapemirim — Ponte sobre o Rio Itapemirim



E. F. Itapemirim — Estação da Safra



E. F. do Littoral — Inicio da construcção da Estação de Rio Novo



E. F. do Littoral — Estação de Rio Novo, concluida — 1928



E. F. do Littoral — Aspecto da construcção da linha de Rio Novo



E. F. do Littoral — Aspecto da construcção da linha até Rio Novo

os trilhos assentados o seu trecho de Paineiras a Rio Novo, devendo esta estação ser entregue ao trafego brevemente. Acha-se adiantada a construcção do leito até Iconha e locada quasi toda a linha até sua provavel intersecção com a E. F. Leopoldina, no km. 12 desta estrada a contar de Victoria.

Descripção geral do traçado

O traçado da E. de F. do Littoral, como seu nome indica, differe essencialmente do da E. de Ferro Leopoldina entre os mesmos extremos—Victoria e Ponte de Itabapoana, pelo facto de correr entre esta ultima via ferrea e o littoral do Estado; mas d'ahi se não deve inferir que esteja subordinado á condição de acompanhar de perto as sinuosidades da costa, atravessando terrenos estereis de restinga, praticamente despovoados e incolonisaveis.

Em primeiro logar a faixa de terras entre a Leopoldina e o littoral é bastante larga: cresce de 35 kms. na confrontação de Guarapary, a cerca de 50 kms. em Itabapoana e, dadas as condições federaes de concessão das linhas daquella Companhia, não ha obstaculos ao livre traçado da E. de F. do Littoral ao longo dessa faixa. Em segundo logar, as ramificações do cordão de serras que de Victoria se estende para o S. O., formando os divisores de aguas dos rios Jucú, Benevente, Iconha, Novo, Itapemirim, Muquy do Norte, Preto, Muquy do Sul e Itabapoana, sob as denominações de serras de Guarapary, de São Felippe, e Muribeca, etc. se esbatem ou dispersam, não tornando obrigatorio, por motivos de ordem physica, a passagem do traçado pela restinga, o que sobre alongal-o em demasia, seria prejudicial, já sob o da conservação do seu material fixo e rodante.

O objectivo principal da E. F. do Littoral

Certo, o seu *objectivo principal* não é servir immediatamente ao desenvolvimento economico da extensa e larga faixa de terras acima referida, mas sim, dadas as más condições naturaes dos portos maritimos e da navegação fluvial da região, offerecer á avultada producção exportavel do Sul do Estado escoadouro mais prompto, mais economico, pelo porto de Victoria, do que os facultados pela E. F. Leopoldina.

Basta para demonstral-o a comparação das distancias reaes e virtuaes, relativas as duas estradas.

Embora sem absoluto rigor, quanto aos elementos relativos á Estrada de Ferro Itapemirim, entre Cachoeiro e Paineiras, cujo perfil longitudinal definitivo está sendo ainda objecto de modificações, pode-se, admittir para essa estrada um coefficiente virtual egual a 2 o que dá:

Paineiras a Cachoeiro do Itapemirim, pela E. F. Itapemirim:

Distancia real..	30 kilometros
Distancia virtual (app.)..	60 kilometros

Combinando estes ultimos dados com os que constam dos estudos procedidos pelo Dr. Flavio, na parte da E. F. Littoral, temos:

Victoria a Cachoeiro do Itapemirim, pelas Estradas de Ferro do Littoral e Itapemirim:

Distancia real..	155 kilometros
Distancia virtual	311 kilometros

Idem, pela Estrada de Ferro Leopoldina:

Distancia real..	160 kilometros
Distancia virtual	632 kilometros

Dada a significação propria de *distancia virtual* em materia ferroviaria — vê-se que a linha littoranea reduzirá, praticamente, á metade o trabalho de tracção dos trens da actual linha da E. F. Leopoldina.

Caracter Economico da E. F. do Littoral

O caracter, portanto, da E. F. do Littoral é o de uma *linha tronco* para servir á exportação bastante apreciavel de vasta zona S. O. do Estado do Espirito Santo e parte dos Estados visinhos do Rio de Janeiro e Minas Geraes, transformando as actuaes linhas da Estrada de Ferro Leopoldina em vias *tributarias*. Com tal caracter, não seria criticavel o traçado daquella estrada atravez de terrenos safaros e de restingas arenosas da visinhança *immedita* do mar, si a isso forçassem as condições topographicas da região, ou as exigencias legaes das concessões pre-existentes. Mas nada a isso nos obriga, como acima já ficou dito; pelo que, mandei fazer o reconhecimento, procurando tornar a E. F. do Littoral um util factor de forma-

ção economica para a extensa faixa de terras colonisaveis, comprehendida entre a Leopoldina Railway e o oceano.

Municipios atravessados pelo traçado

Os municipios atravessados pelo traçado são os seguintes, a contar de Victoria:

Pelo recenseamento de 1925:

Vianna — com..	8.858	habitantes
Espirito Santo..	6.098	»
Guarapary	10.904	»
Benevente (Anchieta)	9.611	»
Piúma..	10.489	»
Rio Novo..	7.466	»
Itapemirim..	16.256	»
Cachoeiro de Itapemirim	46.102	»
São Pedro do Itabapoana	31.054	»
Ponte do Itabapoana..	3.101	»

Actualmente a producção destes municipios escoa-se, em parte, pelos portos de Itapemirim, Piuma, Benevente e Guarapary com precaria navegação fluvial (canoas) e maritima (lanchas e vapores de pequeno calado), e em parte pela E. F. Leopoldina, depois de penosa subida da serra em tropas, recurso de que lançam mão os exportadores, em caso de penuria de agua nos rios que vão ter aos citados portos.

Municipios servidos atravez da E. F. Leopoldina

A população interessada *atravez das linhas da E. F. Leopoldina como linhas tributarias da E. F. do Littoral*, é a de todos os demais municipios do sul do Estado e de parte dos Estados limitrophes de Rio de Janeiro e Minas Geraes. Os quadros estatisticos que seguem contém dados officiaes fornecidos pela Inspectoria Federal das Estradas e pela Secretaria da Fazenda do Espirito Santo, discriminando respectivamente a natureza dos productos e as procedencias.

Della se conclue que 50.000 a 60.000 toneladas de productos, sendo metade exclusivamente café, sahem annualmente pela E. F. Leopoldina, que as conduz ao Rio de Janeiro.

INSPECTORIA FEDERAL DE ESTRADAS (3.º Districto) — *Leopoldina Railway* — Tonelagem de Mercadorias despachadas pelo Estado do Espirito Santo para o Rio de Janeiro:

ARTIGOS	1922	1923	1924	1925	1926
Café	24.881	27.336	33.074	32.015	33.155
Assucar	125	66	23	20	62
Canna	—	—	—	—	—
Milho	124	359	257	11	40
Sal	—	—	—	2	—
Farinha de trigo	1	7	—	—	—
Aguardente	—	—	—	—	—
Arroz	3	1	—	1	12
Feijão	2.379	672	17	213	9
Fumo	—	1	—	2	1
Algodão	1	—	—	—	—
Madeira	26.921	24.681	28.563	19.527	13.769
Dormentes	—	—	—	—	—
Lenha	—	15	12	—	—
Areia, pedra, etc.	—	20	50	—	—
Machinismos	138	13	12	25	712
Gado	5	—	—	—	—
Porcos	—	—	—	—	—
Outros	—	—	—	—	—
Diversos	1.055	1.007	1.344	1.874	1.683
Materiaes de construcção	—	—	—	525	1.628
	55.633	54.178	63.352	54.215	51.098

(a) *Francisco Thiago,*
3.º escripturario da Inspectoria Federal de Estradas

INSPECTORIA FEDERAL DE ESTRADAS (3.º Districto) — *Leopoldina Railway* — Movimento de passagens vendidas da estação de Victoria para o Rio e Nictheroy e vice-versa:

ANNOS	VICTORIA PARA O RIO E NICTHEROY	RIO E NICTHEROY PARA VICTORIA
1922	3.311	2.068
1923	3.288	2.569
1924	3.155	2.442

(a) *Francisco Thiago,*
3.º ecripturario da Inspectoria Federal de Estradas

INSPECTORIA FEDERAL DE ESTRADAS (3.º Districto) — *Leopoldina*

Movimento de passageiros entre as estações de Victoria e Nictheroy e vice-versa, em 1925—1926.

1925			1926		
Rio a Victoria	Victoria ao Rio	TOTAL	Rio a Victoria	Victoria ao Rio	TOTAL
4.650	5.450	10.100	3.632	5.662	9.294

(a) *C. W. Bayne*, Director Gerente da Leopoldina Railway.

(a) *Francisco Thiago*, 3.º Escripturario da I. F. de Estradas.

Café exportado para o Rio de Janeiro, durante o anno de 1924, pela Estrada de Ferro Leopoldina, segundo as procedencias

PROCEDENCIAS	KGS.
Alegre	3.893.549
Faria Lemos	191.955
Itapemirim	589.758
Dona America	906.742
Caparaó	780
Guiomar	24.000
São Felippe	194.079
Pedra Menina	14.845
Collatina	057
Paulicéa	26.227
Mathilde	36.000
Victoria	060
Vargem Alta	116.179
Veado	2.887.366
Celina	262.566
Castello	5.255.867
Reeve	962.895
Manhumirim	499.986
Divisa	349.672
Muquy	4.486.018
Sabino Pessôa	310.499
A transpórtar	21.009.100

PROCEDENCIA	KGS.
Transporte	21.009.100
Itabapoana..	4.335.779
Soturno..	107.700
Lage..	031
Mimoso..	4.294.532
Virginia	441.542
	30.188.684

Madeiras exportadas para o Rio de Janeiro, durante o anno de 1924, pela Estrada de Ferro Leopoldina, segundo as procedencias

PROCEDENCIAS	PESO KGS.
Itapemirim..	13.887.400
Itabapoana..	1.060.000
Dona America....	623.300
São Felippe..	640.900
Celina..	226.800
Sabino Pessôa..	77.200
Reeve..	12.000
Victoria..	90.200
Virginia	41.900
Condurú..	3.100
Pedra Menina	210.200
Castello..	212.900
Muquy..	904.600
Mimoso	114.700
Bananal..	7.877.100
Alegre	719.300
Vargem Alta	82.400
Divisa..	140.600
Santo André	863.400
Santo Eduardo..	18.300
Veado..	94.100
	27.900.400

Cereaes exportados para o Rio de Janeiro, durante o anno de 1924, pela Estrada de Ferro Leopoldina, segundo as procedencias

PROCEDENCIAS	KGS.
Celina	4.446
Muquy	97.940
Itapemirim	39.639
Sabino Pessôa	60.609
Itabapoana	6.757
Veado	48.456
Reeve	51.679
Dona America	132
Bananal	290
Alegre	58.740
Castello	72.567
São Felippe	12.460
Mimoso	15.820
Mathilde	120
	469.655

Diversas mercadorias exportadas para o Rio de Janeiro, durante o anno de 1924, pela E. F. Leopoldina, segundo as procedencias

PROCEDENCIAS	KGS.
Itapemirim	537.813
Itabapoana	59.503
Bananal	21.926
Coutinho	811
Veado	52.905
Soturno	4.445
Sabino Pessôa	9.437
Guiomar	2.970
Reeve	3.864
Celina	809
Collatina	1.192
Marechal Floriano	197
Araguaya	46
A transportar	965.918

PROCEDENCIAS	K. G. S.
Transporte..	695.918
Vargem Alta	349
Vianna..	30
Baixo Guandú..	638
Guiomar	4.687
Virginia	16.853
Parada Benjamin..	665
Mathilde..	249
Mathilde..	1.330
Lage..	434
Victoria..	66.591
Mimoso	94.792
Dona America..	23.084
Alegre..	90.429
Tombos	25
Alfredo Maia..	25.838
Divisa..	4.966
Argolas	23
Domingos Martins..	377
Chave de Pedreiras	1.449
Santo André..	1.089
Espera Feliz..	111
Engano..	1.661
Valla do Souza..	376
Chave Satyro	364
São Felippe..	6.381
Muquy	100.192
Castello..	106.340
	1.245.241

População, riqueza florestal, salubridade e culturas possiveis na região de Paineiras a Ponte de Itabapoana

Toda região entre os rios Itapemirim e Itabapoana, na faixa limitada pelo oceano e pela E. F. Leopoldina, e a ser servida pela E. F. Littoral, está semeada de pequenos sitios no meio das mattas, mas nota-se que a população é insufficiente para seu aproveitamento economico.

Devido á difficuldade de transporte, as madeiras de lei derrubadas nos roçados para plantio de café e cereaes, são reduzidas a cinza.

As margens dos rios Muquy do Norte, proximo á confluencia com o rio Itapemirim, e as dos rios Preto, Novo e Benevente, são alagadiças e insalubres; mas, fóra da visinhança immediata desses cursos d'agua, as condições de salubridade são perfeitamente comparaveis ás das zonas de maior densidade de população rural do Estado.

Todos esses terenos a serem atravessados pela E. F. Littoral, parecem aptos para a cultura de café, que ahi já se vê iniciada nas pequenas derrubadas, e, bem assim, de cereaes e canna de assucar. Nada se pode dizer de positivo sobre o cacau e o algodão, si bem que aqui e acolá se encontrem alguns pés bem desenvolvidos desta planta. A extracção da madeira será, fóra de duvida, a industria mais facil e rendosa por muito tempo, desde que haja transporte ferroviario. A região comprehendida entre Paineiras e Victoria, é mais extensa e, tambem, mais habitada e desenvolvida que a de Paineiras a Ponte de Itabapoana.

Condições technicas e confronto com a E. F. Leopoldina, antiga Estrada de Ferro Sul do Espirito Santo

As condições technicas dentro das quaes foi projectada e está sendo construida a Estrada de Ferro do Littoral, sem sacrificio financeiro, são as seguintes:

Raio minimo..	150 metros
Rampa Maxima	1,5 %
Tangente minima (entre curvas de sentidos contrarios)..	40 metros
Palier minimo (entre rampa e contra-rampa)	100 metros

Tomando, como é mais usual, uma locomotiva "Consolidation" de 11 toneladas por eixo e, portanto, 44 toneladas de peso adherente, ter-se-ha um esforço de tracção de:

$$0{,}25 \times 44.000 = 11.000 \text{ kgs.}$$

susceptivel de rebocar um trem de 400 toneladas brutas ou 13 vagões carregados, de 30 tons. de peso bruto, em rampa de 1,5% coincidindo com curvas de 150 ms. de raio, que são as condições da E. F. do Littoral.

Devido á difficuldade de transporte, as madeiras de lei derrubadas nos roçados para plantio de café e cereaes, são reduzidas a cinza.

As margens dos rios Muquy do Norte, proximo á confluencia com o rio Itapemirim, e as dos rios Preto, Novo e Benevente, são alagadiças e insalubres; mas, fóra da visinhança immediata desses cursos d'agua, as condições de salubridade são perfeitamente comparaveis ás das zonas de maior densidade de população rural do Estado.

Todos esses terenos a serem atravessados pela E. F. Littoral, parecem aptos para a cultura de café, que ahi já se vê iniciada nas pequenas derrubadas, e, bem assim, de cereaes e canna de assucar. Nada se pode dizer de positivo sobre o cacau e o algodão, si bem que aqui e acolá se encontrem alguns pés bem desenvolvidos desta planta. A extracção da madeira será, fóra de duvida, a industria mais facil e rendosa por muito tempo, desde que haja transporte ferroviario. A região comprehendida entre Paineiras e Victoria, é mais extensa e, tambem, mais habitada e desenvolvida que a de Paineiras a Ponte de Itabapoana.

Condições technicas e confronto com a E. F. Leopoldina, antiga Estrada de Ferro Sul do Espirito Santo

As condições technicas dentro das quaes foi projectada e está sendo construida a Estrada de Ferro do Littoral, sem sacrificio financeiro, são as seguintes:

Raio minimo..	150 metros
Rampa Maxima	1,5 %
Tangente minima (entre curvas de sentidos contrarios)..	40 metros
Palier minimo (entre rampa e contra-rampa)	100 metros

Tomando, como é mais usual, uma locomotiva "Consolidation" de 11 toneladas por eixo e, portanto, 44 toneladas de peso adherente, ter-se-ha um esforço de tracção de:

$$0{,}25 \times 44.000 = 11.000 \text{ kgs.}$$

susceptivel de rebocar um trem de 400 toneladas brutas ou 13 vagões carregados, de 30 tons. de peso bruto, em rampa de 1,5% coincidindo com curvas de 150 ms. de raio, que são as condições da E. F. do Littoral.

Uma locomotiva do mesmo typo na E. F. Leopoldina tem capacidade para rebocar 7 carros de carga de 20 toneladas (Peso bruto).

A mesma locomotiva terá capacidade para rebocar 13 carros mesmo de carga de 20 tonls. quasi o dobro, portanto, praticamente com as mesmas despesas de tracção, dado o facto de ser o custo do trem kilometro praticamente constante.

Uma locomotiva, typo "American", das usadas pela E. F. Leopoldina (segundo a Estatistica Official) e com as seguintes especificações:

Peso em ordem de marcha	25,5 toneladas
Peso adherente..	16,3 "
Timbre..	10,6 atms.
Curso dos pistões	0,457 "
Diametro dos cylindros	0,320 ms.
" das rodas motrizes	1,067 "

seria *incapaz* de rebocar a composição acima figurada, mesmo trabalhando a plena pressão, isto é, com a velocidade minima compativel com o seguimento do trem.

Duas locomotivas typo americano, puxando um trem de passageiros de 110 tons. desenvolveriam, entre Cachoeiro e Victoria, pela linha da Leopoldina a velocidade maxima, gastando seis horas entre aquelles dois pontos.

Na linha do littoral, *uma só dessas locomotivas* rebocará, entre Victoria e Paineiras, *o mesmo trem de passageiros,* com velocidade media de 40 a 45 kms. por hora; isto é, fará o percurso de Victoria a Cachoeiro de Itapemirim em 3 ½ horas, seja, com reducção de *duas horas e meia* em relação ao horario actual da E. F. Leopoldina. No percurso de Victoria a Ponte de Itabapoana haverá uma economia de tempo de 4 horas, fazendo-se a viagem em 5 horas em vez de 9.

Tendo agora em vista os actuaes horarios da E. F. Leopoldina, entre Victoria e Rio de Janeiro, obtem-se uma differença em tempo de 7 horas a menos, pela E. F. Littoral.

Accrescente-se a essa vantagem, as que decorrem da composição dos trens com carros-dormitorios *em todo o percurso do Rio a Victoria,* em qualquer dos sentidos, e comprehender-se-á a conveniencia e conforto que poderá proporcionar ao publico a nova via littoranea.

Este confronto das duas estradas conduz ao exame da hypothese de uma possivel electrificação da E. F. Leopoldina neste Estado, com solução para as presentes difficuldades de tracção, decorrentes do seu mau traçado.

As conclusões do memorial sobre este assumpto apresentado ao Governo pelo Dr. Flavio, são francamente em favor da Estrada de Ferro do Littoral.

Custo kilometrico da linha da E. E. do Littoral

E' claro que se o custo da electrificação da E. F. Leopoldina, nas condições acima, fôr egual ou pouco inferior ao custo da construcção da linha da E. F. do Littoral, mais valerá construir esta ultima e para ahi levar o material rodante de tracção da primeira.

Quanto á capacidade de reboque de uma locomotiva commum, a vapor nas linhas, tomando-se a mesma locomotiva "Mogul", de 30 toneladas de peso adherente, com tender carregado pesando 24 toneladas, carros de 20 e 30 toneladas, obtem-se em resumo, os resultados que se seguem nos trechos typicos da linha da E. F. Leopoldina entre Victoria e Ponte de Itabapoana.

Esforço de tracção (da mesma locomotiva acima referida com coefficiente de adherencia de 0,25 7.500kgs.

Lotações maximas:

a) com vagões de 30 toneladas .. .. 9 vagões
b) com vagões de 20 toneladas .. .. 13 vagões

As condições technicas da E. F. do Littoral *duplicam*, praticamente, a capacidade de tracção das locomotivas (a vapor) da E. F. Leopoldina. Em algarismos redondos, o trafego seria feito com trens de 250 toneladas de lotação.

Para a estimativa do custo da electrificação da E. F. Leopoldina, poder-se-á tomar por base a linha entre Cachoeiro de Itapemirim e Victoria, deduzindo em seguida o custo medio kilometrico.

Deixando de lado os pormenores, que aqui não têm cabimento, pode-se resumir esse custo como segue:

Locomotivas..	3.600:000$000
Usina geradora..	3.000:000$000
Sub-estações..	2.000:000$000
Linhas de transmissão e de contacto	6.400:000$000
Somma..	15.000:000$000
Eventuaes (10 %)..	1.500:000$000
Total..	16.500:000$000

Sejam, com sufficiente approximação, 100 contos de reis por kilometro.

Além desses motivos, ha outras circumstancias importantes que, tambem, precisam ser levadas em conta, a saber:

O custeio da via permanente

O desenvolvimento do trafego

O custo da energia electrica.

E' sabido que as linhas de serra são sempre de uma conservação muito mais onerosa que as de planicie ou de moderado perfil longitudinal.

A linha da E .F. Leopoldina, neste Estado, com os seus cortes e aterros altos, encostas escarpadas, viaductos e pontes de aço, curvas e contra-curvas successivas, terá sempre uma conservação muito mais dispendiosa do que a linha da E. F. do Littoral, que tem grandes *paliers,* curvas mais abertas, cortes e aterros baixos e obras de arte pouco importantes.

Mantida a linha da serra, o desenvolvimento do trafego será sempre difficultado pela grande resistencia á tracção: o effeito do augmento do peso das locomotivas e carros — recurso geral de que forçosamente se terá de lançar mão — será sempre pouco apreciavel e oneroso; ao passo que na linha pelo littoral, um moderado augmento de peso; do material rodante e de tracção, quando opportuno, facultará resultados apreciaveis em rendimento economico para o trafego.

Os successos de algumas electrificações, inclusive o da E. F. Paulista, é devido, em grande parte, ao facto de *não* montarem as companhias usinas geradoras para seu abastecimento proprio, e *sim* comprarem energia a preço baixo de grandes empresas de distribuição de electricidade.

Movimento de Terras, Obras de Arte, Altitudes maximas attingidas pela Estrada de Ferro do Littoral

Um dos caracteristicos do traçado da E. F. do Littoral é o seu pequeno movimento de terras, sem prejuizo das condições technicas, regulando de 5 a 9 metros cubicos a media de excavação por metro linear, conforme os trechos.

Ha relativamente pouca occurrencia de rocha; não ha tuneis nem grandes pontes, sendo a maior destas a que transpõe o rio Itapemirim, em Paineiras, com 75 metros de extensão, dividida em tres lances parabolicos de 25 metros, em concreto armado.

Foi construida ahi uma provisoria de madeira com cavalletes de estacas que vai servir temporareamente ao trafego.

O outro rio maior da região — o Benevente — pode ser transposto em Jabaquara por uma ponte de 50 metros.

As demais pontes serão de 35.ms. para menos.

As altitudes maximas attingidas pelo "grade" são: entre Victoria e Paineiras, 62 metros acima do nivel do mar, no km. 77 a contar de Victoria, na garganta da Fazenda Sympathia; entre Paineiras e Ponte de Itabapoana, pelo projecto que está em vias de conclusão, prevê-se que a altitude maxima pouco excederá áquella.

No traçado em planta tenho procedido á compensação das curvas e "grades", mantendo a equivalencia ás condições acima mencionadas, a saber: rampa maxima de 1,5% coexistentes com raio de 150 metros; ao mesmo tempo têm sido respeitados os seguintes limites:

No patamar: raio minimo	100 metros
Em recta: rampa maxima	1,9 %

As taxas de alinhamentos rectos e de patamares (nivel) excedem 65%.

Andamento dos trabalhos

O reconhecimento — ficou inteiramente concluido.

Ficou afastado o plano mantido muito tempo no Estado a respeito desse traçado de descer o rio Itabapoana até abaixo de Limeira, (passando no Zenza) para atravessar o rio Preto perto da Fazenda Rolim, (hoje em ruinas).

Por tal forma, atravessar-se-ia terrenos excessivamente pantanosos e insalubres e, além disso, alongar-se-ia inutilmente o traçado encarecendo-o. Abandonou-se o valle do Itabapoana logo abaixo da Fazenda Outeiro, em demanda de um ponto para travessia do rio Muquy do Norte em direcção á Paineiras para seguir depois esse rumo e d'ali para Victoria, passando pela Villa de Rio Novo, Iconha, Jabaquara e Araçatiba.

Exploração

Esse trabalho, comprehende levantamento a transito, nivelamento e contra-nivelamento, secções transversaes com 40,60 e 80 ms. para cada lado do eixo, e a obtenção dos demais elementos usuaes para projecto da via ferrea (niveis de maximas enchentes, limites de propriedades, etc.) ficou terminado em 22 de janeiro de 1927.

1.ª Secção:

Serviço aproveitado..	83km,449	
Serviço não aproveitado..	26km,551	
Serviço total executado..		110km,000

2.ª Secção:

Serviço aproveitado..	79km,490	
Serviço não aproveitado..	19km,383	
Serviço total executado..		98km,873

3.ª Secção:

Serviço aproveitado..	71km,152	
Serviço não aproveitado..	17km,358	
Serviço total executado..		88km,510

Total aproveitado	234km,152	
Total não aproveitado	63km.292	
Total executado..		297,383

Projecto

Estava projectada em planta e perfil, em 31 de dezembro de 1927, toda a linha desde Victoria até a usina Paineiras, e mais 20 kms. de Ponte de Itabapoana, em direcção a essa usina.

A linha de Paineiras a Ponte de Itabapoana foi dividida, para os fins do projecto, em dois trechos, conforme o sentido crescente do estaqueamento da respectiva exploração. O restante do traçado foi dividido em 5 trechos, conforme o estaqueamento do projecto.

Esses sete trechos, com as respectivas extensões segundo a exploração e o projecto feito até 30 de Abril de 1927, são os seguintes:

TRECHOS	Exploração	Projecto
1.° Victoria—Araçatiba	26,933	27,334
2.° Araçatiba—Iguape..	16,960	16,380
3.° Jabaquara—Iguape	28,172	27,658
4.° Iconha—Jabaquara	23,065	23.092
5.° Paineiras—Iconha..	31,314	31,400
6.° Paineiras—S. Joaquim..	34,193	34,000
7.° P. Itabapoana—S. Joaquim	55.906	em projecto
Somma..	216.443	——

Os serviços de desenho do sexto trecho (parte restante, além dos vinte kilometros já completamente projectados) e do setimo trecho estão bastante adeantados.

Foram organisados tambem pelo escriptorio Central da E. F. instrucções de serviço, executados os calculos de cubação de estabilidade das obras, etc.

Locação

Estiveram em serviço até Dezembro tres turmas de locação. A primeira deu inicio aos seus trabalhos nos ultimos dias de Fevereiro de 1927.

Com a locação de Itaquary, no trecho Victoria-Araçatiba, terminou em Agosto (1927) esse trecho com a seguinte metragem: 0 a 1.359 1,10 = 27 kms. 181 ms.

Procedeu-se depois a locação de Iconha em direcção a Jabaquara, alcançando, em fins de Dezembro de 1927, a metragem de 16 klms. a contar de Iconha.

Deu-se inicio ainda aos trabalhos de locação em Ponte de Itabapoana a 20 de Fevereiro de 1927, após a conclusão da exploração do trecho Paineiras-São Joaquim, tendo-se executado o trabalho em 10 klms. 135 ms.

Ficou concluida a locação do trecho Paineiras-Rio Novo-Iconha.

Em 30 de Abril ultimo, achava-se esse serviço na estaca 1.581 -|- 1.638 sejam a 31.636 ms. a contar de Paineiras.

Em resumo: para ficar concluida a locação de todo o projecto, desde Victoria até Rio Novo, até onde se acham ligados os trechos da construção iniciada em Paineiras, faltavam, em fins de Abril de 1928, as seguintes extensões:

Entre Iconha e Jabaquara..	7 kms. 092 ms.
Entre Jabaquara e Iguape..	27 kms. 658 ms.
Entre Araçatiba e Iguape..	6 kms. 433 ms.

Construcção

O 1.° trecho atacado foi o de Paineiras-Rio Novo-Iconha confiado, a principio ao Sr. Aprigio Freire, gerente da E. F. de Itapemirim.

A 12 de Julho de 1927, data em que foi installada a residencia de Rio Novo, já estava quasi concluida a terra plenagem daquelle trecho, entre Paineiras e Rio Novo, executado pelo pessoal da E. F. Itapemirim que a principio, trabalhava por administração e bem assim, adeantados os trabalhos de uma ponte provisoria de madeira sobre o rio Itapemirim, proxima á usina de assucar.

Foram os seguintes os principaes serviços executados, até 31 de dezembro de 1927, na Estrada de Ferro do Littoral, no trecho de Paineiras a Rio Novo.

DESIGNAÇÃO DA OBRA	QUANTIDADE
Locação:	
Aviventação das explorações..	9000 m. 00
Locação primitiva..	8940 m. 00
Locação de variante..	4580 m. 00
Locação de pequenas modificações..	23.40 m. 00
Secções transversaes de locação..	27216 m. 00
Secções transversaes das variantes	28432 m. 00
Nivelamento e verificação..	31720 m. 00
Segurança de PCC. e PTT.	10000 m. 00
Estudos de variantes:	
Da estaca 0 a 65	1500 m. 00
Da estaca 129 a 293..	3280 m. 00
Construcção das plantas e projectos..	4580 m. 00

Designação da obra	QUANTIDADE
Installações:	
Barracões cobertos de palha e embarreados de 24 x 7	5
Barracões, idem, de 8 x 5	20
Trabalhos preparatorios:	
Roçada e limpeza em capoeiras..	87000 m2.00
Roçada e limpeza em capoeirão..	31000 m2.00
Idem, em capoeira, de machado..	33200 m2.00
Destocamento..	4100 m2.00
Desvio da estrada de rodagem..	1845 m2.00
Preparo do leito:	
Reconstrucção de córtes e aterro..	3799 m1.00
Installações:	
Construcções de barracões cobertos de palha e embarreados, de 24 x 7	2
Construcções de barracões cobertos de palha e embarreado de 12 x 7	2
Construcções de barracas cobertas de palha e embarreadas, de 8 x 5	8
Construcções de barracões cobertos de zinco e embarreados..	2
Trabalhos preparatorios:	
Roçada em capoeira..	6800 m2.00
Roçada em capoeirão..	14500 m2.00
Roçada em matta virgem..	18500 m2.00
Destocamento..	5100 m2.00
Rolação..	4000 m2.00
Desvio de estrada de rodagem	4355 m1.00
Preparo do leito:	
Construcção de córtes e aterros..	6121 m1.00
Valletas de protecção dos córtes..	2241 m1.
Valletas de protecção dos aterros..	677 m1.00
Valletas de exgotto de córtes..	2938 m1.00

Designação da obra	QUANTIDADE
Obras d'arte:	
Poços de mata-burros..	9
Boeiros abertos..	2
Boeiros simples capeados..	8
Boeiros de tubos de cimento..	2
Filtros..	1

De Novembro de 1927 em deante, proseguiram por empreitada, entregues ao Sr. Manoel Trajano Rogerio, os trabalhos de construcção, a partir do rio Itapemirim, do entroncamento da E. F. Littoral com a E. F. Itapemirim, e na direcção de Rio Novo-Iconha, a partir da estaca 438, até encontrar o trecho entregue ao Sr. Cypriano da Silveira, a partir de Iconha. A medição dos serviços deste empreiteiro até Fevereiro montou a 23:937$305. O total das medições daquelle empreiteiro, de Dezembro a Março, importou em 272:424$950.

Continuaram, ainda por administração, alli, a ponte provisoria sobre o Itapemirim, bem como o assentamento dos trilhos para Rio Novo.

Sob esse regimen, proseguiam em Dezembro, tendo sido atacados os trabalhos de construcção da estação de Rio Novo, já concluido.

Iniciou-se apenas o serviço de Victoria para Araçatiba, começando por concertar a ponte sobre o rio Itaquary, na estrada de Vianna que ameaçava cahir, e por alargar e melhorar essa estrada desde o seu entroncamento com a de Cariacica, em cerca de 11 kms. de extensão até o km. 15 de E. F. Littoral.

Despesas realizadas

Os quadros abaixo contém a synopse das despezas realizadas desde o inicio dos primeiros estudos, em Março de 1925, até 31 de Dezembro de 1927 e dessa época a 30 de Março de 1928. Nos quadros da E. F. Itapemirim temos o resumo das outras despezas em serviços da E. F. Littoral.

Quadro demonstrativo das despezas realizadas pelo Escriptorio Central e Residencias da Estrada de Ferro do Litoral, de Janeiro a Abril de 1928

MEZES	CLASSIFICAÇÃO	ESCRIP. CENTRAL		1ª RESIDENCIA		2ª RESIDENCIA		3ª RESIDENCIA		TOTAL GERAL
		PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL	
Janeiro	Pessoal.	18:565$000		17:814$850		6:824$000		8:794$000		
	Material	3:400$000		17:530$230		1:505$200				
	Diversos.	5:190$500	27:155$500	1:130$000	36:475$080	100$000	8:519$200	529$700	9:323$700	81:473$480
Fevereiro	Pessoal.	8:000$000		6:642$900		———		8:295$500		
	Material	———		———		———				
	Diversos.	1:903$200	9:903$200	———	6:642$900	———		317$100	8:612$600	25:158$700
Março	Pessoal.	8:345$000		———		———		6:054$050		
	Material	2:226$100		———		———				
	Diversos.	4:068$050	14:639$150	———		———		143$400	6:197$450	20:836$600
Abril	Pessoal.	8:570$000		———		———		3:624$000		
	Material	———		———		———		———		
	Diversos.	1:218$100	9:788$100	———		———		———	3:624$000	13:412$100
			61:487$950		43:117$980		8:519$200		27:757$750	140:880$880

NOTA — Nas Despezas da 3.ª Residencia, mez de abril, estão faltando os totaes referentes a MATERIAES E DIVERSOS por não ter vindo o Balancete do mesmo mez.

VISTO

22 de maio de 1928.

J. ALVES BRAGA,
pelo Engenheiro Chefe

Victoria, 22 de Maio de 1928.

O. COSTA

Quadro das despezas effectuadas com estudos e trabalhos da Estrada de Ferro do Littoral, de 12 de Março de 1926 a 31 de Dezembro de 1927

PERIODOS	RECONHECIM. E EXPLORAÇÃO			LOCAÇÃO			CONSTRUCÇÃO			ESCR. CENTRAL	TOTAL
	1ª Secção	2ª Secção	3ª Secção	1ª Secção	2ª Secção	3ª Secção	1ª Residencia	2ª Residencia	3ª Residencia		
11—3—25 a 12— 3—26 . ..	45:298$130	17:133$800	13:923$660							28:586$500	104:942$090
12—3—26 a 30— 6—27 . ..				87:895$950	104:776$430	68:977$440				95:329$630	356:979$350
30—6—27 a 31—12—27 . ..				31:130$000	24:373$870		51:003$500	11:133$500	37:689$444	51:385$870	206:716$184
	45:298$130	17:133$800	13:923$660	119:025$850	129:150$300	68:977$440	51:003$500	11:133$500	37:689$444	175:302$000	668:637$624

NOTA I—As despezas constantes deste quadro referem-se não só a pessoal e material de consumo, como tambem a material de installação, comprehendendo moveis, utensilios e instrumentos de engenharia, cuja existencia em 31 de dezembro de 1927 vae demonstrada noutro quadro.

NOTA II—Não estão incluidas nas despezas acima as de construcção do trecho Paineiras--Rio Novo, as quaes foram pagas directamente pela Secretaria da Fazenda e se encontram nos quadros da E. F. Itapemirim rubricados pelo gerente sr. Aprigio Freire.

VISTO:

14 de janeiro de 1928

FLAVIO DE CASTRO
Engenheiro-Chefe

Victoria, 9 de Março de 1928

WLADYR BARROSO, Guarda Livros.

Estrada de Ferro São Matheus

Continuei, dentro dos recursos orçamentarios, os trabalhos de construcção dessa ferro-via, iniciada no governo Nestor Gomes.

Mantive o trafego ferroviario que, entretanto, tem se apresentado sempre com deficit, como tem tambem acontecido com a E. F. Itapemirim. Aqui nesta estrada a situação é mais desfavoravel, porque as tarifas da estrada já são bastantes altas e ao nosso ver, não comportam, por ora, maior elevação. A solução é manter a situação actual até que com o augmento do volume transportado sejam equilibradas as finanças da estrada.

Em Maio de 1924 a E. F. São Matheus tinha 25 km. em trafego definitivo, 41 km. em trafego provisorio, 44 km. de linha assentada sem nivelamento, cerca de 56 km. de leito preparado mas não ligado, 52 km de linha telephonica e telegraphica nos mesmos postes, as estações de Santa Leocadia, S. Matheus e Nestor Gomes em construcção e as officinas em ultimação de montagem. Estava tambem adquirido seu material rodante, com um emprego total de cerca de 4.000:000$000, por parte do Governo do Estado. Hoje tem ella 64 kms. de linha assentada e 60 kms. em trafego, 66 Kms. de leito concluido, faltando pequenas ligações, a linha telephonica e telegraphica em trafego até Nova Venecia; as estações acima referidas e a do Tapuyo concluidas e iniciada a de Rio Preto. Os trabalhos de construcção da estrada estão continuando, faltando menos de um km. para ficar ligado todo leito da estrada até Nova Venecia e restando assentamento de linha em pouco mais de 3 km. para se chegar a Nova Venecia, ponto terminal do 1.° trecho da Estrada.

Renda do trafego da Estrada

A renda em dinheiro proveniente do trafego da Estrada de Ferro de São Matheus de Junho de 1924 a Dezembro de 1927 foi a seguinte:

2.º SEMESTRE	1924	1925	1926	1927
Janeiro		9:585$700	16:348$200	13:357$600
Fevereiro		11:411$300	11:947$100	10:363$800
Março..		9:070$183	8:413$300	16:473$000
Abril..		10:344$275	11:612$300	16:115$400
Maio		12:856$100	17:492$800	18:601$700
Junho..	4:292$600	18:396$414	15:327$300	21:003$000
Julho..	6:902$400	19:248$800	17:276$000	26:853$800
Agosto	8:074$900	21:457$900	11:837$500	28:657$400
Setembro..	12:484$800	20:035$200	17:388$300	21:364$000
Outubro..	10:207$200	12:683$800	10.741$800	14:627$900
Novembro	10:510$500	13:631$300	17:894$600	12:837$100
Dezembro	9:764$800	16.022$700	18:940$600	11:225$900

Deve-se ter em consideração que o augmento da renda em 1926 corresponde a uma maior exportação de madeiras, sendo que os transportes na estrada dependem da época de colheita do café e oscillação nas cotações desse producto e nas de madeira.

E' ainda de interesse a seguinte demonstração de renda do trafego da estrada, por verbas respectivas.

1.º SEMESTRE	1924	1925	1926	1927
Viajantes..	20:099$100	54:119$752	43:236$400	53:700$700
Encommendas	1:536$300	11:209$500	8:758$300	8:520$300
Mercadorias	32:884$400			
Frete pago..		48:930$600	45:974$400	82:463$300
Frete a pagar..		40:380$700	28:640$700	16:423$200
Especiaes de madeira		4:076$200	30:783$200	44:824$400
Telegrammas	963$200	3:406$600	2:473$600	3:499$300
Armazenagens		344$700	805$500	;
Diversos (inclusive impostos).	6:753$000	12:275$620	15:185$300	11:508$090
Fretes gratuitos..	;	6:590$500	52:683$200	66:423$200

O movimento de mercadorias importadas e exportadas pela E. F. e o movimento de passageiros foi de 1924 até 31—12—927 o seguinte:

	2.° sem. 1924	1925	1926	1927
a) Viajante..	6783	7350	11369	8529
1.ª classe..	—	—	—	1603
2.ª classe..	—	—	—	5818
I. V. 1.ª classe.. ..	—	—	—	1109
b) Encommendas.	—	—	7243 vols	— 16921 vols. 80,55 ton.
c) Mercadorias	— 1.673 tons.	— 3120,00	—	— 45894 " 2101,00 ton.
Frete pago..	—	— 1937,00	47435 vols	— 30274 " 1158,00 ton.
Frete "a pagar"	—	— 1183,00	13014 vols	— 15620 " 945,00 ton.
d) Especiaes madeira ..	—	— 200,00	869 vol	— 1910 Ta. 2954,00 ton.
Especiaes Jacarandá .	—	—	—	— 351 " 140,00 ton.
e) Telegrammas	—	— 13348 pls.	8059 pls	— 1039 Tls. 1294 Pls.

Outro quadro inteiramente demonstrativo da colonisação que tem havido na zona atravessada pela estrada é o seguinte:

MOVIMENTO DE VENDAS DE TERRAS

RELAÇÃO DE TERRAS MEDIDAS E ESCRIPTURAS LAVRADAS NO PERIODO DE 1924 A 1927

COM RESPECTIVA RENDA PELA VENDA DE TERRAS & ALUGUEIS

ANNOS	HECTARES		VALORES		SALDOS A RECEBER	
	Vend & med.	PAGOS	Vend. & med.	PAGOS	Hectares	VALORES
1924..	1.407	1.262	28:140$	23:240$	145	2:900$
1925..	2.154	543	43:080$	10:860$	1.611	32:220$
(Concessão de A. Soares, caduca)	3.000	1.500	48:000$	25:000$	1.500	23:000$
1926..	4.559	2.210	91:118$	43:580$	2.349	47:538$
1927..	6.347	3.232	134:940$	64:640$	3.115	70:300$
Total geral..	17.457	8.747	345:278$	169:320$	8.720	175:958$

NOTA: Neste quadro não estão incluidos os requerimentos e signaes de medições o a renda de alugueis, sendo bom observar a quantidade de processos já terminados e não pagos o que dá uma idéa do indice da pobreza dos requerentes. A área devoluta em Dezembro de 1927, entregue á Estrada de Ferro para ella administrar e fazer as respectivas vendas, era de 79.000 hectares.

Despesa feita com a Estrada

A Estrada de Ferro São Matheus recebeu de Maio de 1924 até 31 de Dezembro de 1927:

DO GOVERNO DO ESTADO:

Em dinheiro..	2.458:479$308
Em materiaes..	1.119:113$156

DE SUAS RENDAS:

Terras, vendas e alugueis	271:588$252
Contribuição de madeiras..	3:769$203
Luz e Força..	103:326$733
Deposito de luz..	845$100
Trafego..	585:150$377
Caixa de Aposentadorias e Pensões..	1:569$100
Juros e Descontos..	106$300
Contas correntes..	145:677$854
Valla do Itaúnas..	284$540
Restante do saldo em Caixa em 1924..	931$665
Somma..	4.690:842$098

Applicou essas importancias em:

a) *Serviços determinados pelo Governo do Estado*:

Diversos	
Saneamento..	
E. F. Itaúnas..	
Navio motor "Penedo"	
	325:379$377

b) *Serviços annexos á Estrada*:

Terras vendas e alugueis..	
Luz e Força..	
Typographia..	
Hospital e Assistencia	
Hospital e Assistencia..	
Prophylaxia Rural..	
Auxilio a Agricultores e Criadores..	
Serviço de Estatistica..	
Serviço de Estatistica..	
Escola Operaria..	

Caixa de Aposentadorias e Pensões.. .. ..
Cargas e Descargas.. .. ..
Dispensa Operaria.. .. ..

396:060$266

(Exclusive rendas de Novembro e Dezembro de 1924 que foram escripturadas este anno).

c) *Em seus serviços proprios*:

1 — Construcção da infra e da superstructura da Estrada (inclusive material):

Estudos .. ..
Desapropriação.. .. ..
Trabalhos preliminares.. .. ..
Trabalhos de excavação.. .. ..
Trabalhos de alvenaria (obras d'arte).. .. .. ..
Assentamento de trilhos.. .. ..
Ferraria do Tapuyo.. .. ..
Almoxarifado da Construcção.. .. ..
Acquisição de pessoal .. ..
Accidentes no trabalho.. .. ..

1.240:142$336

2 — *Installações*:

Edificios e Estações.. .. ..
Bemfeitorias.. .. ..
Obras diversas.. .. ..

171:730$199

3 — *Exploração da Estrada*:

Via Permanente.. .. ..
Officina Trabalho de Madeira.. .. ..
Officina Mechanica.. .. ..
Montagem e Conservação de Carros.. .. ..
Material Rodante.. .. ..
Locomoção e Tracção.. .. ..
Trafego.. .. ..
Impostos Federaes.. .. ..
Centro Telephonico.. .. ..
Material de Tracção.. .. ..
Abastecimento d'agua.. .. ..
Carros de Passageiros.. .. ..
Telegrapho e Telephone .. ..

1.425:111$012

4 — *Administração*:

Pessoal Administrativo	
Despesas geraes..	
Material do Expediente..	
Contencioso..	
	518:559$152

5 — *Materiaes*:

Almoxarifado..	576:992$000

6 — *Titulos de escripta*:

Adiantamentos..	
Contas correntes	
Lucros e Perdas..	
Commissões..	
Juros e Descontos..	
	36:867$909

O stock de materiaes inventariados e existentes no almoxarifado era, em 31 de Dezembro de 1927, de 947:684$584, sendo que os de interesse da secção da Via Permanente na sua maior parte trilhos, importavam em 704:601$631.

Em resumo, de 31 de Maio de 1924 á 31 de Dezembro de 1927, os recebimentos e despezas da estrada importaram em 5.081:889$364 sendo 390:047$417 dispendidos de 31 de Maio a 31 de Outubro de 1924, e o restante especificado no respectivo balancete.

Comparando a renda do trafego (585:150$377) nesse periodo, com os gastos de exploração commercial da estrada (1.425:111$012) houve um deficit que foi custeado parte com as rendas liquidas dos serviços annexos, principalmente o de terras, auxilio esse que não correspondeu ao que era de esperar e outra parte com os adeantamentos dados pelo Governo do Estado para os trabalhos da construcção. E' preciso notar, que essa situação não tende a melhorar tão cedo, pois, si é verdade que a extensão da linha em trafego é hoje maior, entretanto, o movimento da estrada em quantidade de mercadoria transportada tem

diminuido a falta de numerario e credito existente no municipio, não permittindo emprehendimentos que possam melhorar esse estado de cousas.

Diversos serviços executados

Além desses, fizemos trabalhos de conserva, adaptação melhoramentos no Hospital da Estrada, Usina de força distribuidora de energia electrica em S. Matheus para estações, casa de turmas, casas de residencia, almoxarifado, material rodante, officina mechanica e de trabalhos de carpintaria, escriptorio central etc.

A Estrada auxiliou ainda a lavoura local, com favores diversos e prestou sempre seus serviços de assistencia a operarios.

Os serviços effectuados da Secção de construcção constam do quadro annexo n.° 13.

E F. Victoria Santa Cruz e Santa Cruz Barbados

Victoria-Santa Cruz:

Acha-se archivado na Secretaria de Agricultura, Terras e Obras o reconhecimento que, conforme já mencionei em Mensagens, mandei fazer para a Estrada Santa Cruz a Victoria.

Tomei o alvitre de determinar tal trabalho, porque, no meu modo de entender, essa ligação ferrea tem estreita relação com a linha Santa Cruz-Barbados e assim ficaria o governo melhor orientado sobre o assumpto quando tivesse de deliberar, a respeito, opportunamente.

Santa Cruz-Barbados

A concessão dessa Estrada foi dada a "Companhia E. de F. Santa Cruz-Barbados", em virtude de contracto firmado com o meu antecessor a 9 de Maio de 1924. Desempenhando-se de obrigações oriundas de clausulas desse contracto, a Companhia apresentou os estudos respectivos e, dentro do prazo, iniciou a construcção. As condições da linha estudada são de rampa maxima de 0.6 % com amplas curvas e longos alinhamentos rectos.

Os trabalhos de construcção effectuados até 31 de Maio, na E. F. Santa Cruz Barbados, foram os seguintes:

N. da ordem	Designação dos Trabalhos	Especies	Quants.
	Trabalhos preliminares		
1	Extensão entre Sta. Cruz e Barbados. ..	Klms.	97.107,00
»	Extensão da ligação da E. F. Santa Cruz Barbados com a E. F. Victoria a Minas em João Neiva..	Klms.	4.100,
2	Extensão dos estudos approvados..	Klms.	101.217,10
3	Linha locada..	Klms.	104.110,
»	Linha locada, extensão da modificação de Barbados..	Klms.	5.000,
»	Extensão da modificação da E. F. Victoria a Minas, em Barbados, para uma estação commum..	Klms.	1.020,
4	Roçada e limpa em capoeira	Ms.2	210.000
5	Derribada e rolação em matta virgem ..	Ms.2	280.000
	Movimento de terras		
6	Excavação em terra..	Ms.3	53.820
7	Excavação em moledo..	Ms.3	7.210
8	Excavação em pedra..	Ms.3	6.150
9	Transporte médio..	M.L.	200
	Obras d'arte		
10	Excavação para fundação em terra.. ..	Ms.3	526.100
»	Excavação para fundação com escoramento..	Ms.3	42.000
11	Alvenaria ordinaria de pedras seccas.. ..	Ms.3	321.110
12	Alvenaria de lajões..	Ms.3	62.162
13	Alvenaria arg. cimento areia..	Ms.3	225.620
14	Alvenaria Concreto..	Ms.3	45.000
15	Transporte médio..	M.L.	500
	Obras conclyidas		
16	Extensão do serviço feito..	M.L.	6.100
17	Extensão do serviço atacado..	M.L.	12.000
18	Boeiros capeados..	N.º	7
19	Boeiros abertos..	N.º	1

N. de ordem	Designação dos Trabalhos	Especiaes	Quants.
20	Drenos feitos	N.º	3
21	Enrocamento no Rio Doce, est. 50, com 200 m3. pedras..	N.º	1
22	Casas removidas e reconstruidas..	N.º	2.200
23	Casa desapropriada por compra..		1
24	Cercas de arame feitas..	M.L.	2.200
25	Valletas..	M.L.	825

INDUSTRIA E COMMERCIO

Possue o Estado uma secção de Industria e Commercio subordinada á Secretaria da Agricultura, Terras e Obras e mantem seu mostruario, a cargo de um delegado nosso, no Museu Commercial do Rio de Janeiro.

Na 1.ª secção encontram-se collecção de graphicos de exportação de 1915 a 1925, relações de serrarias e industrias do Estado, lista dos exportadores, em ordem de especie do genero exportado e collecção de madeiras do Espirito Santo.

No Museu Commercial possuimos 55 amostras de varias industrias e 73 de madeiras do Estado.

SERVIÇOS DE MELHORAMENTOS DE VICTORIA

Os Serviços de Melhoramentos de Victoria foram instituidos pelo Decreto n. 5.248 de 10 de Fevereiro de 1923 que os fazia gyrar dentro de pequena verba de 500:000$000.

Fui eu proprio o encarregado, no Governo Nestor Gomes, de iniciar os trabalhos.

Muito havia por fazer.

As longas crises que advieram, após a administração de 1908 a 1912, não permittiram a construcção de obras necessarias para o desenvolvimento de nossa Capital e nem, ao menos, a regular conservação dos grandes serviços de abastecimento de agua, esgoto, electricidade e viação urbana.

Ruas apertadas, ladeadas de velhos predios, ameaçando desa-

bamento, calçadas em geral com alvenaria de pedras seccas, roliças, sem drenagem, com serviços de agua e esgotos, defeituosos em grande parte, com frequentes interrupções, quasi todos precisando de completa reforma; eis a situação encontrada. Salvo algumas ruas do bairro do Parque Moscoso, em toda a cidade havia falta de calçamento e de drenagem de aguas pluviaes.

Ruas, como a Sete de Setembro, eram completamente alagadas com qualquer aguaceiro, pondo em sobresalto os moradores. Não havia calçamento de especie alguma para os bairros proximos e nem como se expandir a cidade pela falta de estradas de rodagem.

A viação era embaraçada pela estreitesa das ruas principaes, que, não permittindo linha dupla, de bondes, obrigava os passageiros á penossa demora nos cruzamentos. Este mal, si bem que ainda não corrigido completamente, se acha muito diminuido.

Por outro lado; era de zig-zag o serviço de bondes por falta de espaço para fazer curva. Mister se tornava que a nossa cidade proporcionasse certo conforto, para que as fortunas aqui adquiridas fossem desfructadas por seus possuidores, sem necessidade de buscar em outras localidades a desejada commodidade.

Pela falta de calçamento das ruas, não havia sinão 4 ou 6 automoveis, numero que hoje se eleva a mais de 300, tornando mais apreciaveis os passeios, mais facil a vida commercial e o transito em geral e dando mais movimento á capital.

Assumindo a administração, mantive o mesmo plano de melhoramentos e dei forte incremento aos trabalhos, fazendo, para elles, convergir o melhor dos meus esforços, no intuito de terminar, quanto antes, o incommodo periodo de demolições e construcções.

Procurando attenuar taes incommodos, sem aggravar a escassez de habitações, executei, simultaneamente, com as demolições a parte do contracto de 1.° de Setembro de 1922, em que o Estado se comprometteu a fazer casas para funccionarios e operarios.

Foi muito maior o numero das construcções novas do que o das velhas casas demolidas.

O plano geral de melhoramentos visou não somente a ampliação da cidade, com a creação de varios bairros e as obras de salubridade como tambem, trabalhos de embellezamento e conforto, que viessem dar á cidade o aspecto compativel com sua belleza natural.

Ficou formado, desde 1924, o bairro de Jucutuquara, tornaram-

se mais accessiveis os de Praia Comprida, Suá, Bomba, Maruhype, Ilha Santa Maria e Santo Antonio.

Adquiridas as chacaras Muniz Freire e Mulundum e reunidas á nova rua da Varzea, vieram constituir um bom agrupamento de ruas.

Em beneficio da salubridade, demoli velhas casas detestaveis, reconstrui serviços de esgotos, remodelei e ampliei o serviço de agua e melhorei o dos esgotos pluviaes. Alarguei e calçei varias ruas, fazendo escadarias, corrigi alinhamentos extravagantes, dando realce ás novas fachadas e aspecto elegante á nossa praia, com ruas de contorno e construcção de edificios publicos modernos, que vão mencionados no decorrer deste relatorio.

Commissão encarregada dos serviços

Attendendo á complexidade das obras de remodelação da Capital e de outras como as do Porto, a E. F. e Ponte do Rio Doce, resolvi organisar, para sua execução, uma commissão technica e baixar o Decreto n. 7.063 de 5 de Agosto de 1925, regulamentando os serviços que ficaram superintendidos pelo respectivo Director Dr. Moacyr Avidos que exercia, então, o cargo de Secretario da Agricultura.

Foram os trabalhos distribuidos pela 5 seguintes divisões:

1.ª — Direcção e escriptorio technico.

2.ª — Obras de melhoramentos e remodelação da Capital.

3.ª — Serviços de agua e esgotos e sua ampliação.

4.ª — Serviços de Obras do Porto e Ponte de ligação.

5.ª — Obras fóra da séde, formadas pela ponte do Rio Doce e E. F. Rio Doce a S. Matheus.

Darei separadamente os trabalhos das divisões encarregadas da execução dos serviços. Começaremos pela 1.ª e 2.ª Divisões sendo que a cargo da 2.ª estiveram as obras de Melhoramentos e remodelação da Capital.

Administração geral e remodelação da Capital

O grosso das despezas com o escriptorio technico e a administração geral dos serviços correram nos annos de 1924, 1925 e 1926 pelo titulo de Melhoramentos da Capital por terem sido elles os de mais

vulto, emquanto que em 1927 e 1928 já foram distribuidos pelos titulos de Obras do Porto e obras da 5.ª Divisão que, por essa época, tiveram maior incremento.

Como o titulo respectivo indica, ficaram a cargo da 1.ª Divisão os serviços de direcção geral, technica e administrativa, comprehendendo os de estudos technicos, orçamentos, expecificações para obras, serviços de compra de materiaes, de contabilidade, de ponto de pessoal operario, expediente, etc. Com elles gastou-se:

Em 1924..	100:054$863
Em 1925..	600:000$000
Em 1926..	497:362$617.

As despezas de 1927, anno em que foi supprimida a 2.ª Divisão e annexados seus serviços á Directoria de Obras da Secretaria da Agricultura, estão descriminadas nas despezas das demais divisões.

Além destas despezas, propriamente de administração, teve o Governo necessidade de gastar parcellas apreciaveis com o angariamento de pessoal, serviços medicos, conservação e manutenção de automoveis para occorrer despezas de transportes do pessoal administrativo e de materiaes de construcção.

Para dar uma idéa do dispendio, basta dizer que no anno de 1925, em que foram ellas separadas, gastou-se — 349:939$316.

Essas despezas não se acham separadas nas mencionadas a seguir, onde foram incluidas englobadamente.

Com os trabalhos de melhoramentos e remodelação da Capital dispendemos, inclusive desapropriações, acquisições de propriedades, compras necessarias e serviço de agua e esgotos, em 1924, de Junho a Dezembro, 2.146:984$621.

Nos annos de 1925 e 1926 attingiram a 11.024:851$524 e 3.240:871$522 respectivamente. Assim se resumem os principaes serviços executados:

RUAS E AVENIDAS

Avenida Capichaba

Os trabalhos da Avenida Capichaba consistiram em desapropriações, indemnisações, excavações, aterros, demolição de predios, reconstrucção de outros, serviços de calçamento, construcção de passeios



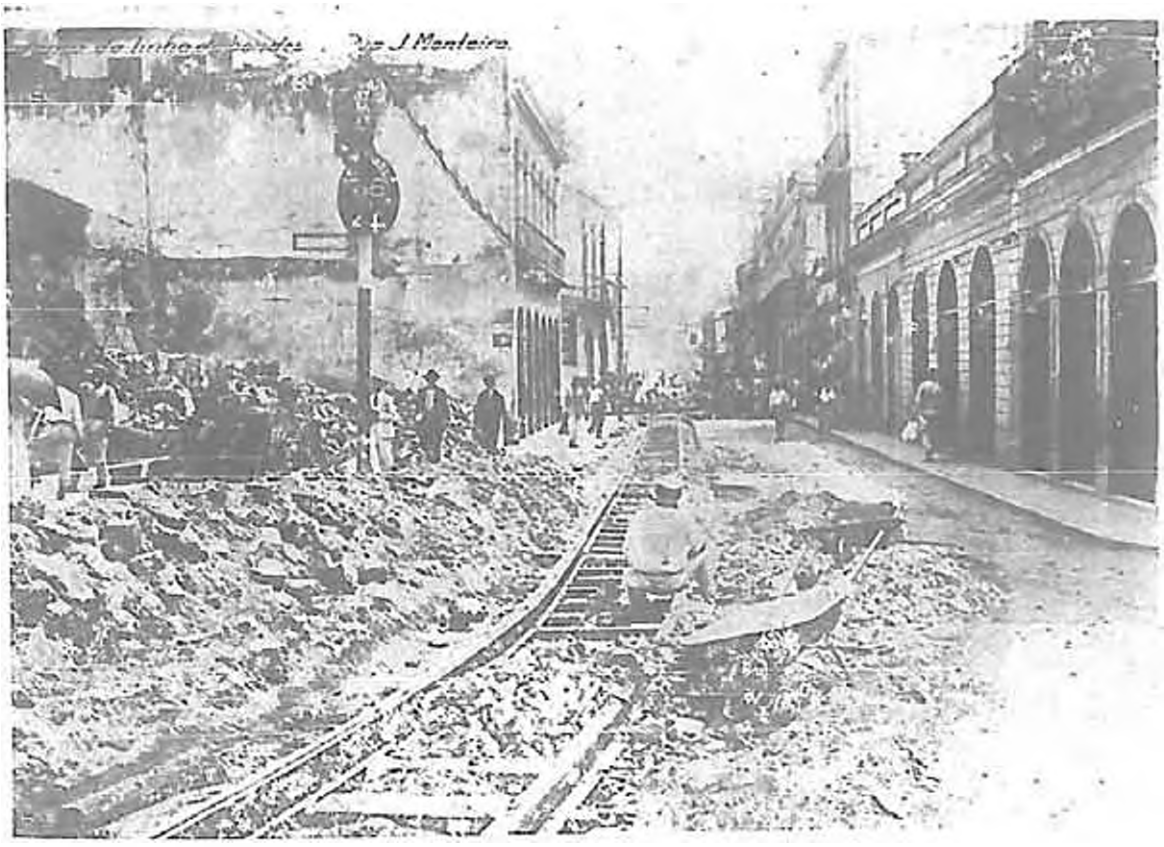
Vista das ruas 1.º de Março e Jeronymo Monteiro antes de seu alargamento e da demolição do antigo edificio dos Correios para abertura da Avenida Capichaba — 1924



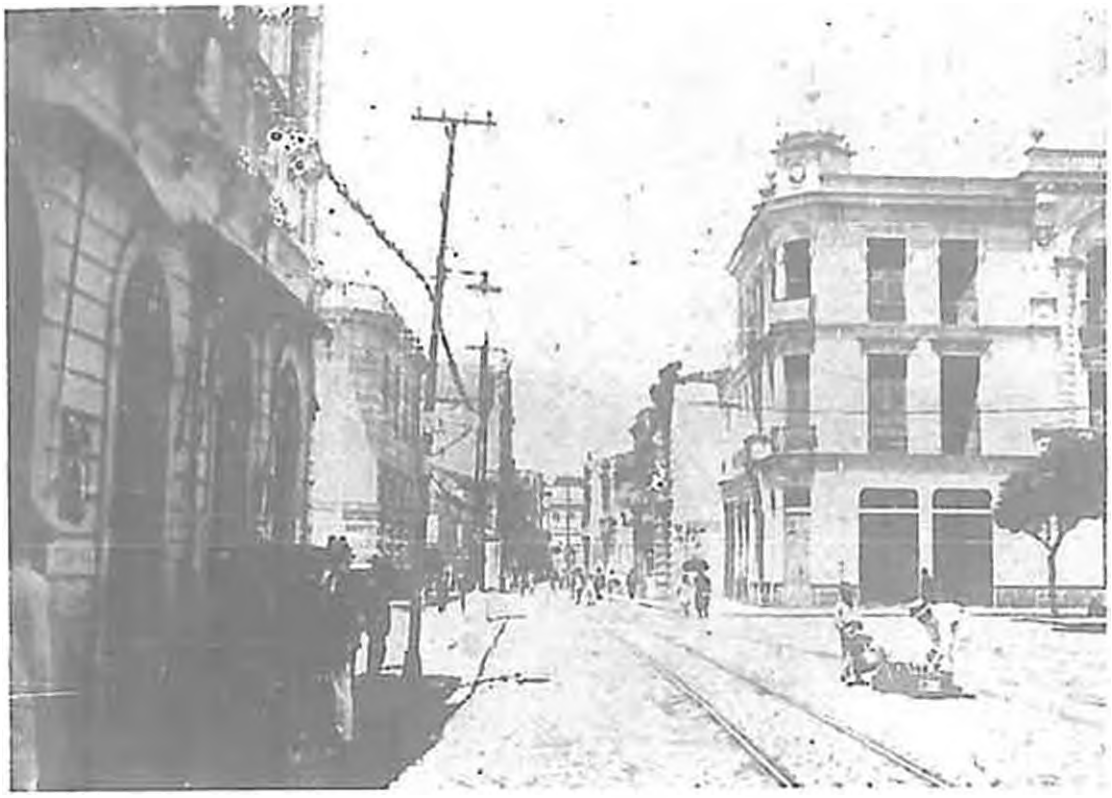
Rua Jeronymo Monteiro antes de ser alargada — 1924



Rua Jeronymo Monteiro sendo alargada, vendo-se nos fundos o edificio antigo dos Correios



Mudança dos trilhos de bonde da rua Jeronymo Monteiro



Trecho da rua Jeronymo Monteiro e 1.º de Março antes de seu alargamento — 1924



Predios da rua Jeronymo Monteiro antes de recuados



Execução do alargamento da rua Jeronymo Monteiro — 1925



Rua Jeronymo Monteiro com o lado impar alargado — 1925



Alargamento da rua Jeronymo Monteiro — Aspecto dos serviços



Predio da rua Jeronymo Monteiro antes de ser recuado — 1924



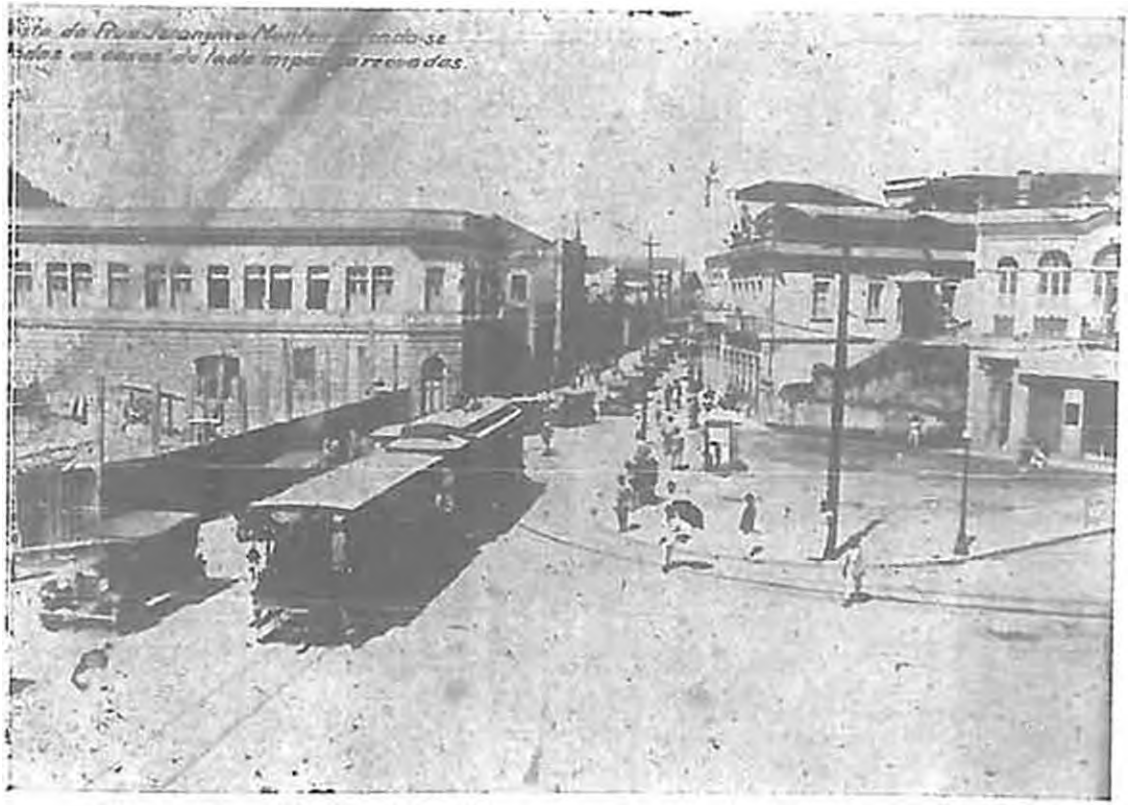
Alargamento da rua Jeronymo Monteiro



Serviços de alargamento da rua Jeronymo Monteiro



Predio recuado pelo governo para alargamento da rua Jeronymo Monteiro



Outra vista da rua Jeronymo Monteiro com os predios impares já recuados — 1925

e refugios com respectivo ladrilhamento e collocação de meios-fios, drenagem, illuminação com remoção de postes antigos e collocação de novos, serviços de agua e esgotos, mudança de linha de bondes e collocação da nova etc.

Corresponde esta avenida ao prolongamento da rua mais central, mais commercial e mais importante de Victoria, a que possue edificios mais valiosos e a de maior transito, com o completo arrazamento da antiga rua Christovam Colombo, Praça Marechal Floriano e parte da rua do Oriente.

As despezas effectuadas com tal serviço de Junho a Dezembro de 1924 foram as seguintes:

Excavação em terra e em rocha com respectivos transportes, construcção de boeiros, acquisição de postes e sua collocação etc. 164:971$682; de predios para abertura da Avenida Nova, 47:846$739.

Em 1925 dispendemos a verba de 608:387$346 nos serviços da Avenida, do seguinte modo:

Calçamento e preparo de leito..	215:544$983
Passeios, meios fios de refugios e serviços connexos..	68:885$908
Recúo de predios, indemnisações de terrenos..	168:598$889
Illuminação, postes, mudanças de linha..	35:950$920
Drenagem, aterros e desaterros..	119:406$646
	608:387$346

Em 1926 com o proseguimento dos mesmos serviços foi o dispendio de.. .. ..Rs. 121:598$751

Attingiram, pois, as despesas durante os 3 annos em .. ..Rs. 942:804$518

Rua Jeronymo Monteiro

Os serviços feitos na rua Jeronymo Monteiro foram da mesma natureza dos executados na Avenida Capichaba, isto é, consistiram de desapropriações, indemnisações a proprietarios e a inquilinos, aterros, calçamento etc.

No exercicio de 1924 dispendeu-se com alargamento, recuos, cortes etc. 89:298$251.

Dispendemos em 1925 a quantia de 865:448$080 assim discriminada:

Calçamento em 2714 m2., e preparo de 1029 m2. de passeio com drenagem	95:184$168
Posteação e illuminação	23:317$900
Recúo de predios	615:368$762
Desapropriações	95:000$000
Serviços diversos por administração	36:578$150
	865:448$980

e em 1926, com acabamentos de serviços iniciados em 1925, a de rs. 24:297$378.

Rua Primeiro de Março

Os serviços effectuados consistiram em recuo de predios, calçamento, mudança de linha de bondes, mudança de postes de illuminação publica, demolição de predios e respectivas remoções de material demolido.

Na parte desses trabalhos feita por administração dispendeu-se 33:578$150.

Foram tambem, adquiridos, para o alargamento da rua, os predios ns. 19, 21 e o que fica nos fundos do n. 21 com frente para a ladeira Nestor Gomes.

Foi o gasto de 95:000$000.

Taes predios foram transferidos ao Sr. Elpidio Wanderley, pelo mesmo preço, com a obrigação de fazer o recuo, sem onus para o Governo, quando para tal fim, for intimado.

Rua Duque de Caxias

No trecho comprehendido entre o London Bank e a ladeira Maria Ortiz foi feito todo o serviço de alargamento, calçamento, reforma de illuminação etc.

As despezas mais importantes constam do recuo do predio dos herdeiros Aguirre, do de Constancio Espindula e do de Manoel Rodrigues.

Ladeira e Palacio e Jardim de Palacio

Foram concluidos os serviços de abertura da ladeira do Chafariz; rebaixado o sólo, sua maior extensão em rocha viva, feito o servi-

ço de esgoto, de agua, collocação de meios fios, passeios, calçamentos, atrros necessarios, illuminação, etc., dispendendo-se em 1926 — Rs. 27:522$261.

De accordo com o projecto organisado, conclui a abertura da ladeira de Palacio e a completa construcção da antiga ladeira do Chafariz, hoje rua Nestor Gomes, que além da grande utilidade, trazida como obra de viação urbana, dando facil accesso á cidade alta para vehiculos de toda a especie, de descongestionamento para o trafego da rua 1.º de Março, entre as ruas General Osorio e Sete de Setembro, constitue um relevante serviço de embellezamento a toda a circumvisinhança do Palacio do Governo que hoje apresenta aspecto bastante agradavel.

Consistiam os trabalhos em desapropriações da maioria das casas da antiga ladeira do Chafariz, arrazamento de muros, excavações em grande quantidade de rochas e blocos de pedras soltas, serviços de illuminação subterranea, passeios, drenagem e serviços de agua e esgotos.

Na ladeira e jardim de Palacio, em 1924, gastou-se 48:816$796, e em 1925 a quantia de 108:868$782 e no serviço da ladeira do Chafariz dispendeu-se em 1924 9:567$250 em 1925 108:800$000 e em 1926 27:522$261. Mandei collocar no jardim marginal á ladeira de Palacio uma estatua do Deus Mercurio, em homenagem ao Commercio e no jardim marginal á ladeira Nestor Gomes uma em homenagem á industria. As estatuas custaram 20:000$000, afóra as despezas com assentamento e transporte.

Rua Sete de Setembro

Executei o prolongamento dessa rua, até o mar desapropriando o antigo edificio do Banco do Espirito Santo e fazendo o recuo do predio dos herdeiros de Martinho de Freitas. Fiz sua completa remodelação, recuando predios dos quaes foi o mais importante o do Sr. Antonio Pinto Aleixo, no numero 41. Fiz todo o calçamento a paralellepipedos, a mudança de linha de bondes para pol-a no alinhamento desejado, passeios, meios fios, e toda a drenagem que, por si só, custou mais de cem contos de réis.

Com os principaes serviços dispendemos em 1925, 280:043$285 e em 1926, 15:999$990.

Rua Graciano Neves

Effectivei a abertura dessa rua, desapropriando e demolindo predios, adquirindo terrenos necessarios á sua passagem, executando os aterros e desaterros precisos, toda a sua drenagem e providenciando sobre os serviços de agua e esgoto. Em 1925 dispendemos 112:008$474 e em 1926, 21:234$811.

Rua Coronel Monjardim

Realizei grande parte da remodelação dessa rua, consistente em rebaixamento de seu leito, excavação e remoção de pedra e terra; dispendendo com taes serviços e trabalho de drenagem, passeios, lucros cessantes á antiga Companhia Serviços Reunidos, por interrupção de sua linha de bondes, desapropriações etc., a quantia de 45:199$582 em 1925 e em 1926, 5:405$950.

Além dos trabalhos do Governo do Estado, concorreu tambem com seus esforços a Prefeitura Municipal

Rua Treze de Maio

Foi essa rua, que era a antiga rua do Piolho, completamente remodelada. Com desapropriações, calçamento, passeios, drenagem etc. em 1925 gastou-se 32:359$072.

Rua do Oriente

Fiz tambem a completa remodelação, nesta rua, aterrando-a para pol-a no nivel, calçando-a a parallelepipedos, drenando-a e fazendo seus passeios. Taes serviços em 1925, importaram em 39:407$512.

Rua do Rosario

Alguns serviços de aterro para pol-a no nivel; importaram em 1925 em 7:306$565 e em 1926 em 3:428$935.

Rua Gama Rosa

No seu prolongamento até o largo de São Francisco, demolindo predios, rebaixando o Largo de São Francisco, fazendo toda a sua drenagem, calçamento, agua e esgoto, excavações, passeios, remoções de terra e pedra, gastou-se em 1925 a quantia de 95:783$579.

Rua CoutinhoMascarenhas e Travessa Coronel Monjardim

Fiz a completa remodelação dessa rua, constando os principaes trabalhos em calçamento, passeios, meios fios e drenagem. Nas duas ruas gastou-se 41:778$842.

Ladeira Professor Balthazar

Em calçamento a paralellepipedos, passeios, drenagem, meios fios e recuo da casa do Sr. Pedro Bós, dispendeu-se 10:110$340.

Rua Henrique Coutinho

Calçamento a macadam, passeios, drenagem, modificação da linha de bondes etc., importaram em 46:700$210.

Rua Washington Pessôa

Com calçamento de macadam, passeios, drenagem e outros pequenos serviços, gastou-se 11:880$000.

Rua General Camara

Com calçamento, passeios, meios fios e drenagem, dispendeu-se 10:677$436.

Rua Ararigboia

Com calçamento, paseios, drenagem, meios fios 10:143$511.

Rua General Osorio

Gastamos com o recuo dos predios ns. 20, 28, e acquisição do de n. 51 serviços de dreno 11:968$780.

Rua Caramurú

Com a acquisição dos predios ns. 21, 25 e 29, do da esquina da rua S. Francisco, dispendeu-se 38:000$000.

Rua e Ladeira de São Francisco

O objectivo desta ladeira é dar accesso do bairro do Parque Moscoso para a cidade alta e o bairo da rua Sete de Setembro.

Os serviços de sua abertura consistiram em desapropriações, indemnisações, construcções de muros, fechando as propriedades atravessadas pelas ruas, excavações de terras e pedras, construcção de muros de arrimo.

Na rua S. Francisco foram feitos alguns recuos de predios. Na ladeira gastou-se em 1924 33:613$442 em 1925 75:490$000 e em 1926, 8:279$268, e na rua de São Francisco dispendemos em 1925 13:875$000.

Viaducto ligando a Ladeira de S. Francisco á Rua do Egypto

A abertura da ladeira São Francisco levou-nos a projectar um viaducto, ligando-a á rua do Egypto, em passagem superior pela rua Caramurú.

Adoptou-se o projecto de um viaducto de cimento armado com 40 metros de comprimento, dividido em vãos de 10 metros.

Sua largura é de 8 metros, tendo 5 para vehiculos e 2 passeios de 1 ½ metros para pedestres. Foi calculado para supportar uma machina compressora de 12 tonelladas, bondes e auto caminhão de 9 tonelladas. Está inteiramente concluido com a despeza total de 153:393$973.

Ruas Nova e Velha do Egypto

Importantes foram os trabalhos em ambas essas ruas sendo maiores os realizados com a abertura da rua Nova que é o prolongamento do viaducto a sahir na Praça João Climaco, onde está edificado o Palacio do Governo, dando, desse modo, accesso entre a rua Gama Rosa e essa Praça. Com o serviço, em virtude de grandes cortes em rocha, gastou-se em 1925, 61:195$610.

Ainda sob tal titulo, dispendeu-se em 1926, com abertura da rua Nova e construcção do grande muro que contorna e ampara a egreja de São Gonçalo, a quantia de 25:475$937.

Acha-se em acabamento o serviço de caiçamento, illuminação, passeio para completa conclusão da obra.

Rua Beira Mar

Esta rua foi iniciada para o aproveitamento de pedras e terras,

extrahidas da abertura da Avenida Capichaba e com o fito de compôr a praia deste bairro dando-lhe um melhor aspecto.

Exgottados taes materiaes e as pedras e terras de outras procedencias, não ficou a rua concluida.

O projecto organizado, levando-a até a subida para o Forte de São João, valorisará os terrenos marginaes, em parte propriedade do Estado.

Fecharemos, com ella, a Capichaba, por meio de um caes de saneamento e uma avenida de 15 metros.

Pode parecer que a obra é inutil e inopportuna pelo facto do projecto da 3.ª Secção do Porto envolver nosso caes de saneamento. Mas, além de ainda demorar tal serviço, porquanto por um longo curso de tempo serão sufficientes para a Victoria os trabalhos da 1.ª e 2.ª Secções do Porto, succede que, mesmo quando levado a effeito o fechamento do nosso caes, não será de dispensar o estudo do projecto de um amplo canal de drenagem, que aproveite o actual caes de saneamento em um dos seus lados, construindo-se, do outro lado, outra rua de 15 metros formando uma rua larga de 30 metros muito util ao movimento futuro da cidade. Ficaria no centro o canal dando accesso ao novo mercado. Tal serviço teria a vantagem de não alterar o actual systema de drenagem de toda a cidade e de facilitar ao mercado novo o franco accesso de canôas e pequenas embarcações para o transporte barato dos productos da pequena lavoura.

As despezas com a rua, em sua grande maioria, representam a valorização dos terrenos de propriedade do Governo, de onde retiramos a pedra e a terra.

Proseguiram, até meiado de 1926, os trabalhos que comprehendem a continuação do enrocamento e respectivo muro de sustentação, e trabalhos de drenagem e de aterro, ficando estacionados no prolongamento da rua Sete de Setembro. As construcções que vão surgindo á margem dessa via publica, graças aos serviços feitos, dizem melhor das vantagens de sua effectivação. Em 1925 dispendeu-se 54:701$921, em 1925 216:359$285 e em 1926, a importancia de 70:970$686.

Avenida José Carlos

Foi calçada a paralellepipedos e teve seus passeios e drenagem; a despeza executada elevou-se a 37:425$650.

Escadaria Maria Ortiz

Bella obra executada em 1924, em que gastou-se 69:928$038; os acabamentos, em 1925, exigiram a despeza de 8:487$340, e em 1926 a de 269$400.

Avenida Cleto Nunes.

Em 1925 com pequenos reparos, dispendeu-se 2:677$860.

As aguas pluviaes que desciam da rua do Egypto pela escadaria não tinham escoadouro pelo que foi preciso preparar-se o serviço de drenagem até a Avenida da Republica e a reforma da rede de esgoto. Com estes trabalhos e reparos, gastou-se em 1926 17:000$000.

Escadaria da Avenida Cleto Nunes

Ficou terminada e inaugurada esta obra de utilidade apreciavel, que havia sido iniciada em 1925. Naquelle anno dispendemos 21:385$090. Os serviços realizados em 1926 importaram em 17:573$885.

Avenida da Republica

Custou do recuo da casa do Sr. Aphrodisio Coelho que custou 54:000$000.

Escadaria da Ladeira Pernambuco

Ficou prompta e inaugurada. Destina-se esta escadaria a ligar a Avenida Capichaba á rua Pernambuco defronte ao Grupo Escolar. Em 1925, com seus serviços, gastou-se 13:706$185, em 1926 os gastos attingiram a 8:764$356.

Ladeira Pernambuco

Foi aberta para aproveitar terrenos do Governo do morro posterior á Avenida Capichaba. Ficou essa Ladeira aberta em 1926 com os meios fios, pelo lado do barranco, já collocados, e com o passeio empedrado estando seu calçamento sendo ultimado. Com estes serviços gastaram-se em 1926, 19:498$614.

PRAÇAS

Praça Costa Pereira

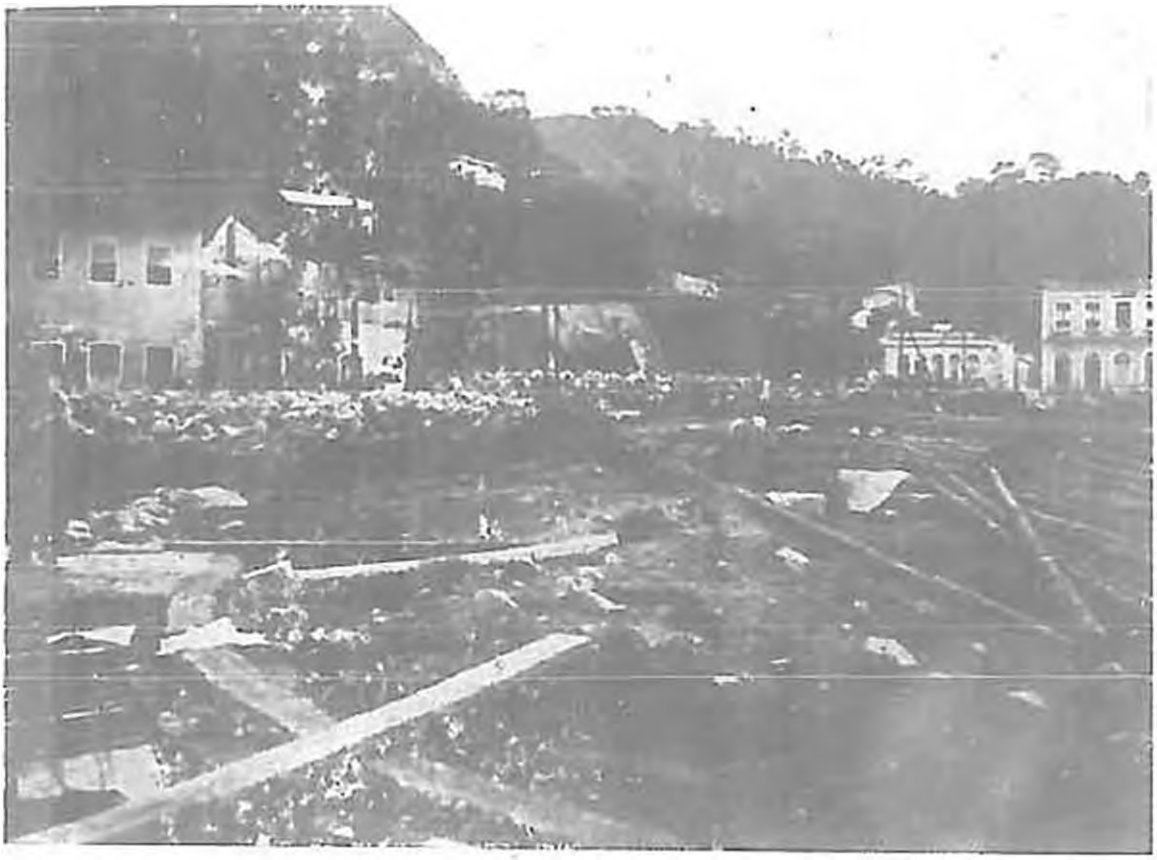
Ficou inaugurada e officialmente terminada esta Praça, cuja importancia se torna desnecessario salientar, tal o aspecto novo e a-



Predios a serem demolidos para a abertura da Avenida Capichaba



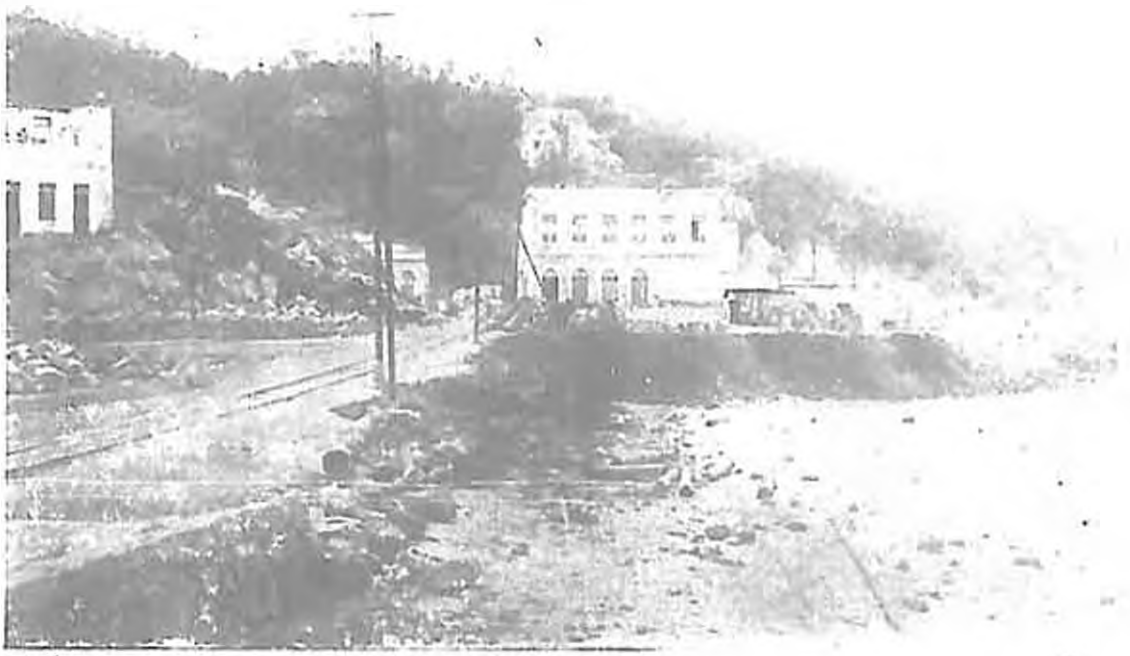
Aspecto dos serviços de abertura da Avenida Capichaba



Avenida Capichaba, vendo-se a grande quantidade de pedra arrebentada e as casas de um trecho a serem demolidas



Avenida Capichaba — Serviços de sua abertura



Preparo do terreno para o Mercado da Avenida Capichaba



Cravação da 1.ª estaca do Mercado da Avenida Capichaba



Vista das obras iniciaes de abertura da Avenida Capichaba



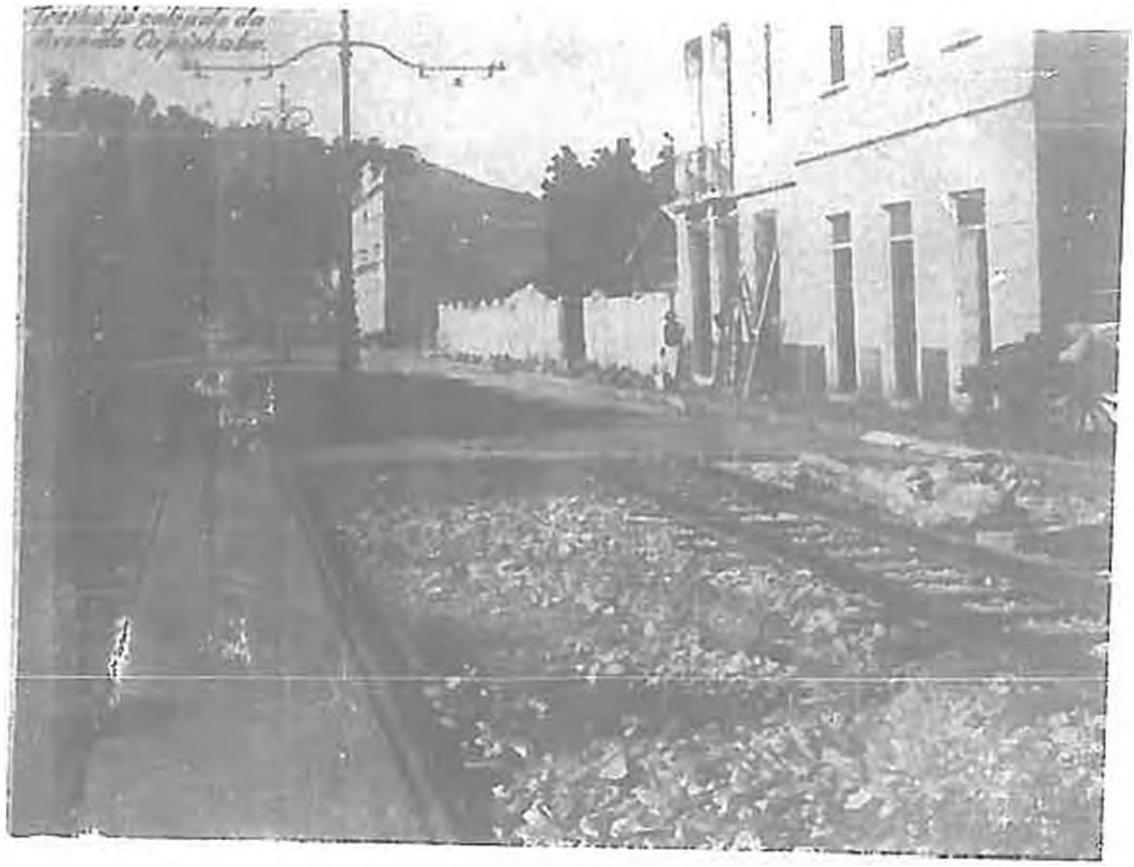
Avenida Capichaba — Aspecto dos serviços de drenagem



Drenagem da Avenida Capichaba



Drenagem da Avenida Capichaba



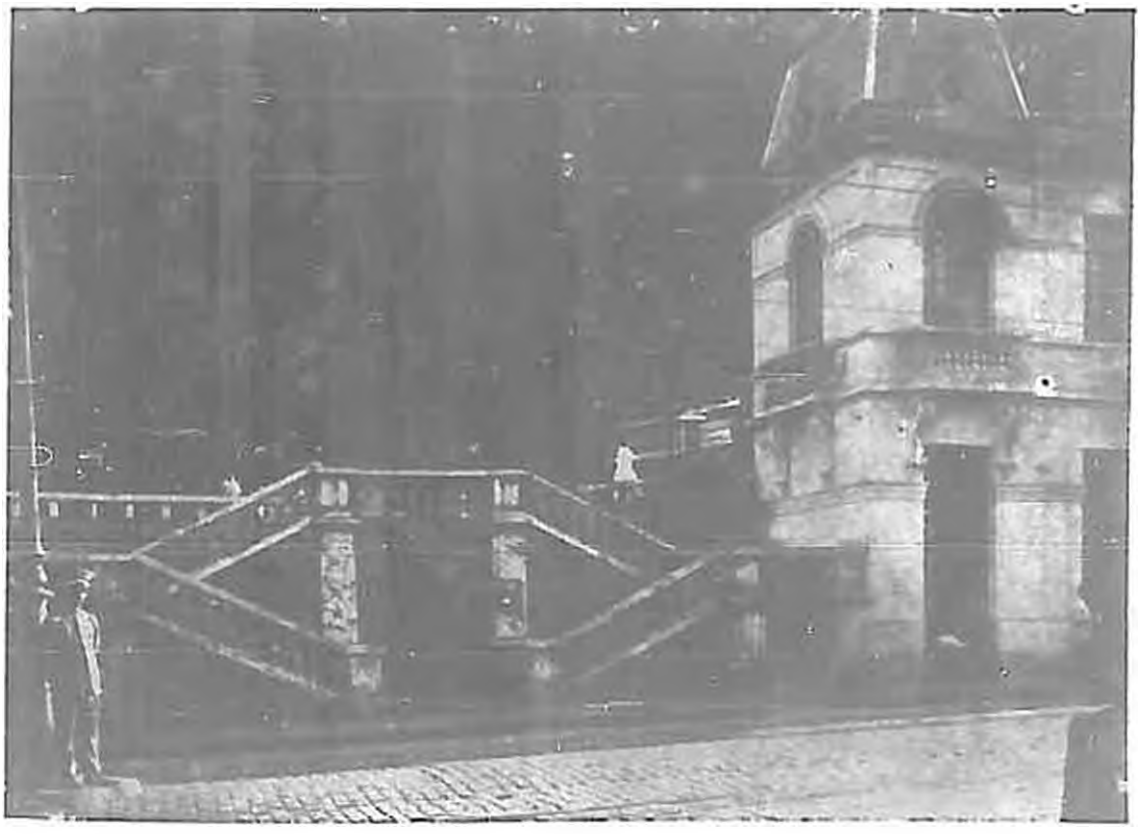
Avenida Capichaba, em calçamento



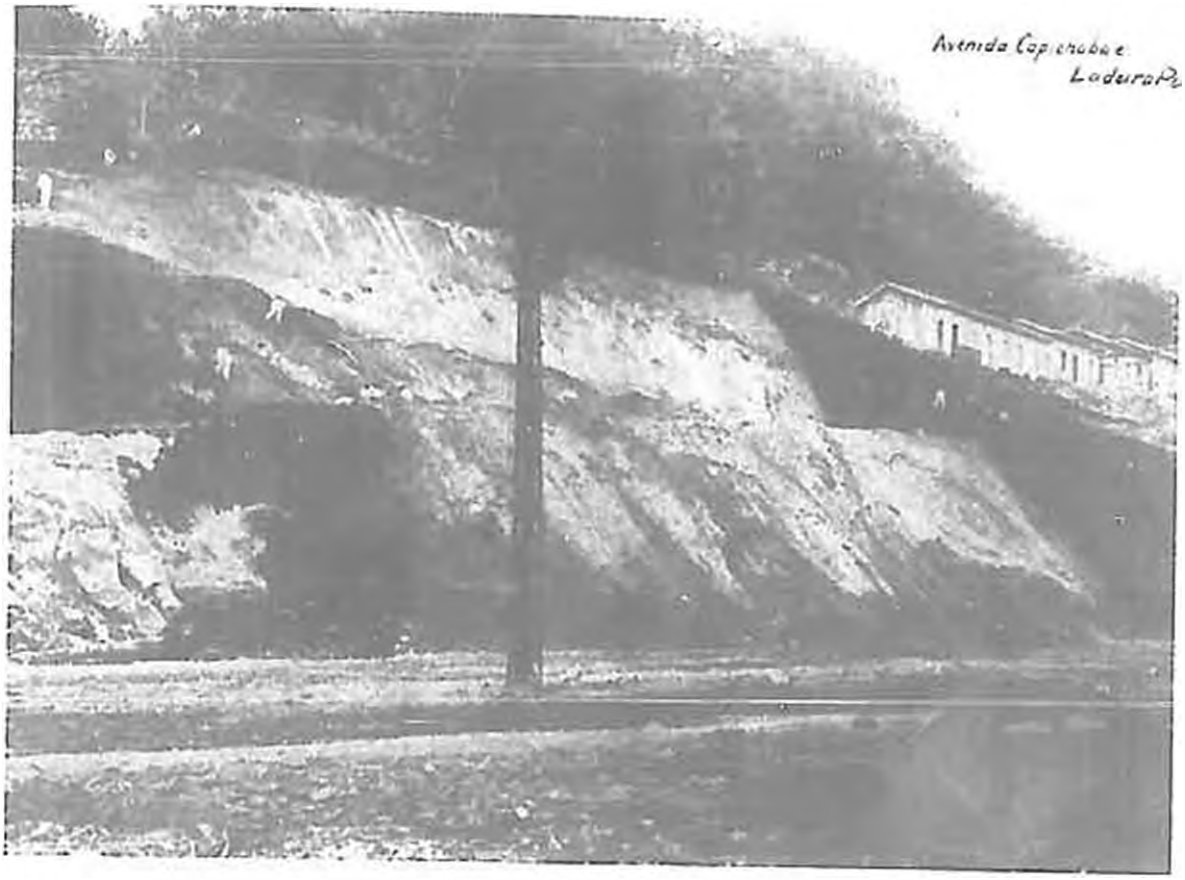
Serviços da Avenida Capichaba, em andamento



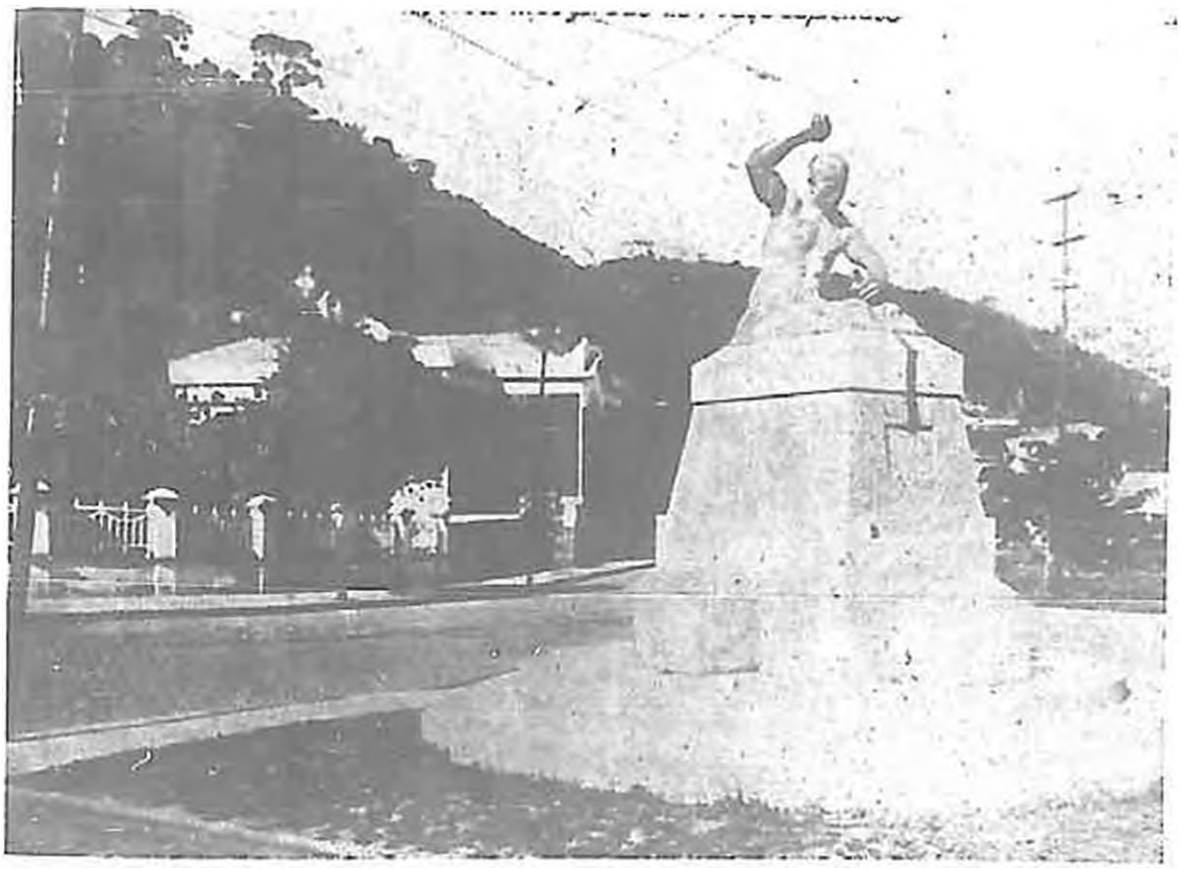
Abertura da Avenida Capichaba — Casas demolidas e a demolir



Escadaria ligando a Ladeira Pernambuco á Avenida Capichaba



Aspecto da Ladeira Pernambuco, em construcção



Monumento ao Trabalho erigido no fim da Avenida Capichaba — 1928



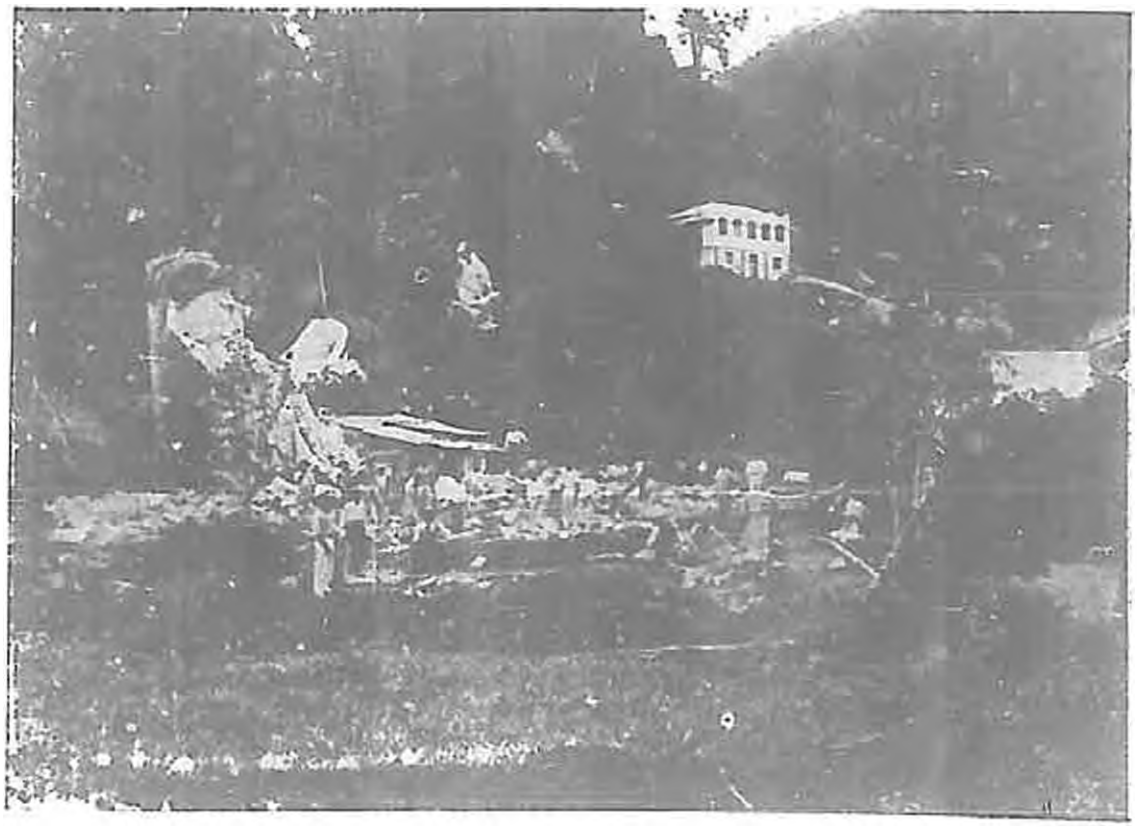
Avenida Capichaba depois de aberta — vista do alto do morro do Forte de S. João



Outro aspecto da Avenida Capichaba depois de aberta — 1927



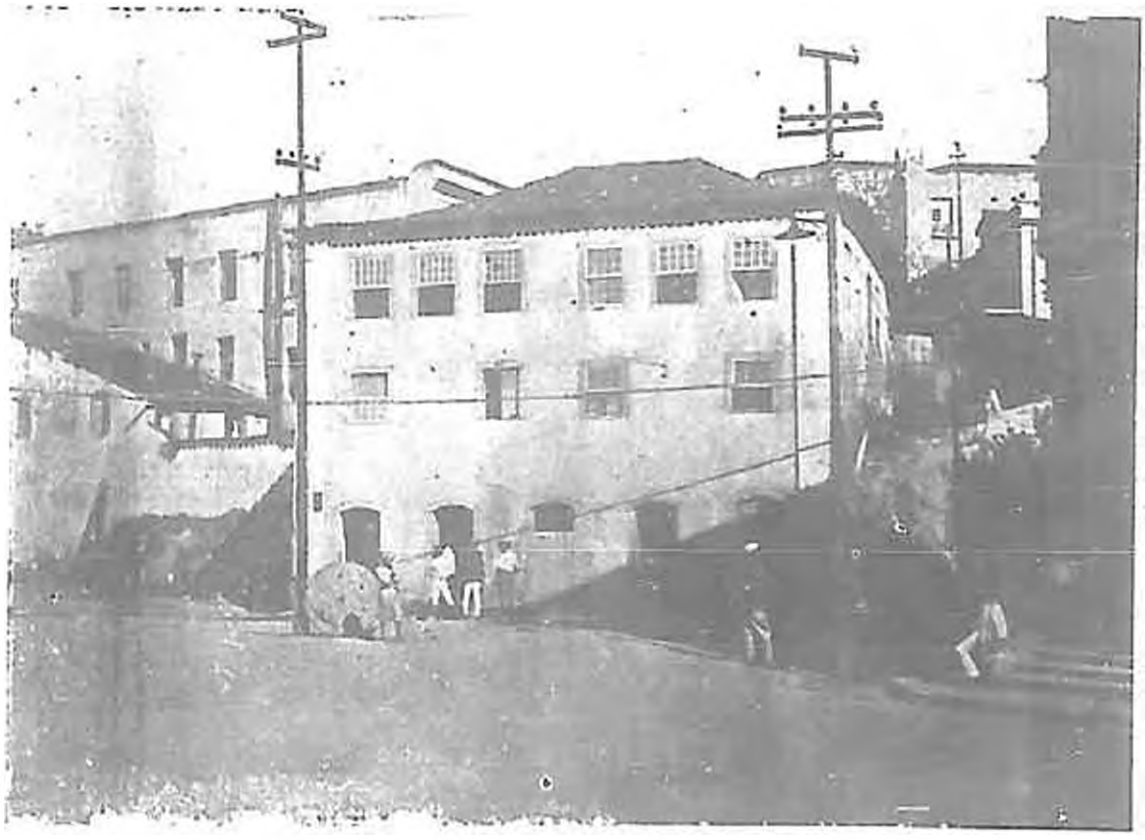
Paralelepipedos na pedreira onde foram extrahidos, para calçamentos diversos — 1924



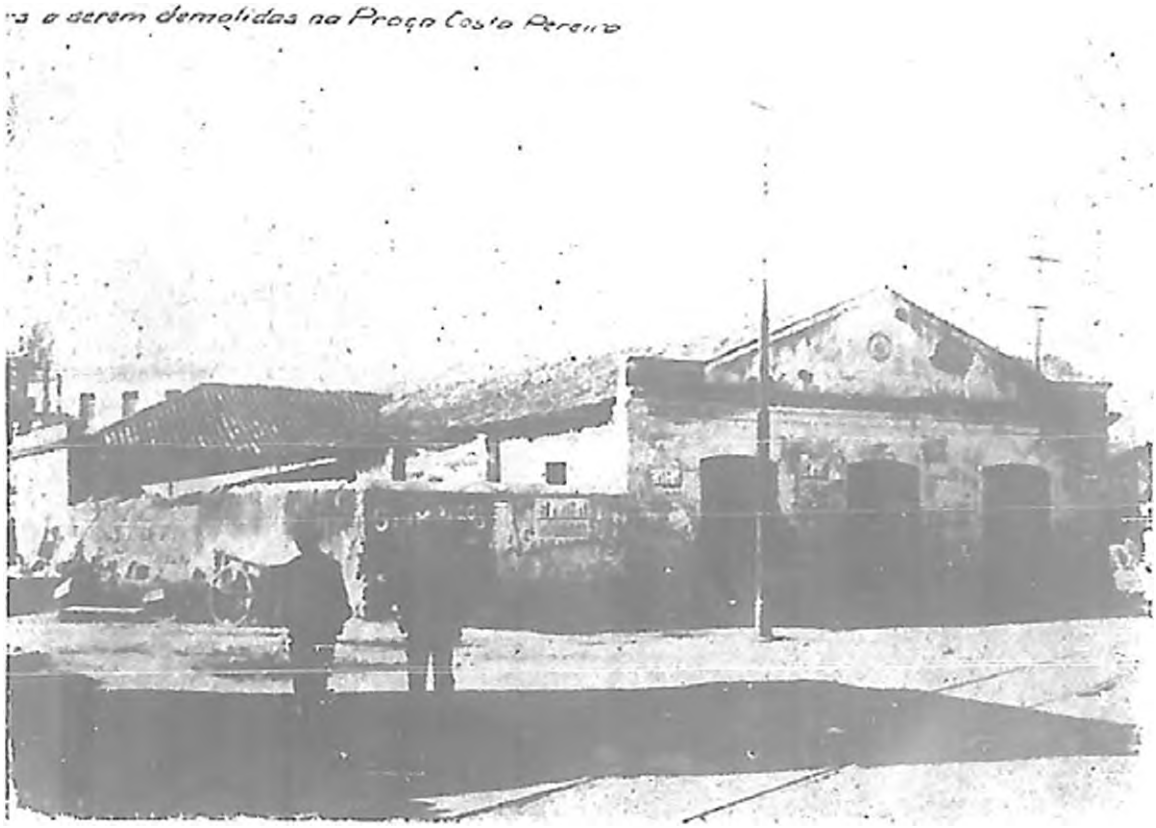
Exploração de pedreiras, para calçamento de ruas



Vista do local da Praça Costa Pereira, antes de sua abertura



Predio a demolir, para abertura da Praça Costa Pereira



Predios a demolir para abertura da Praça Costa Pereira — 1924



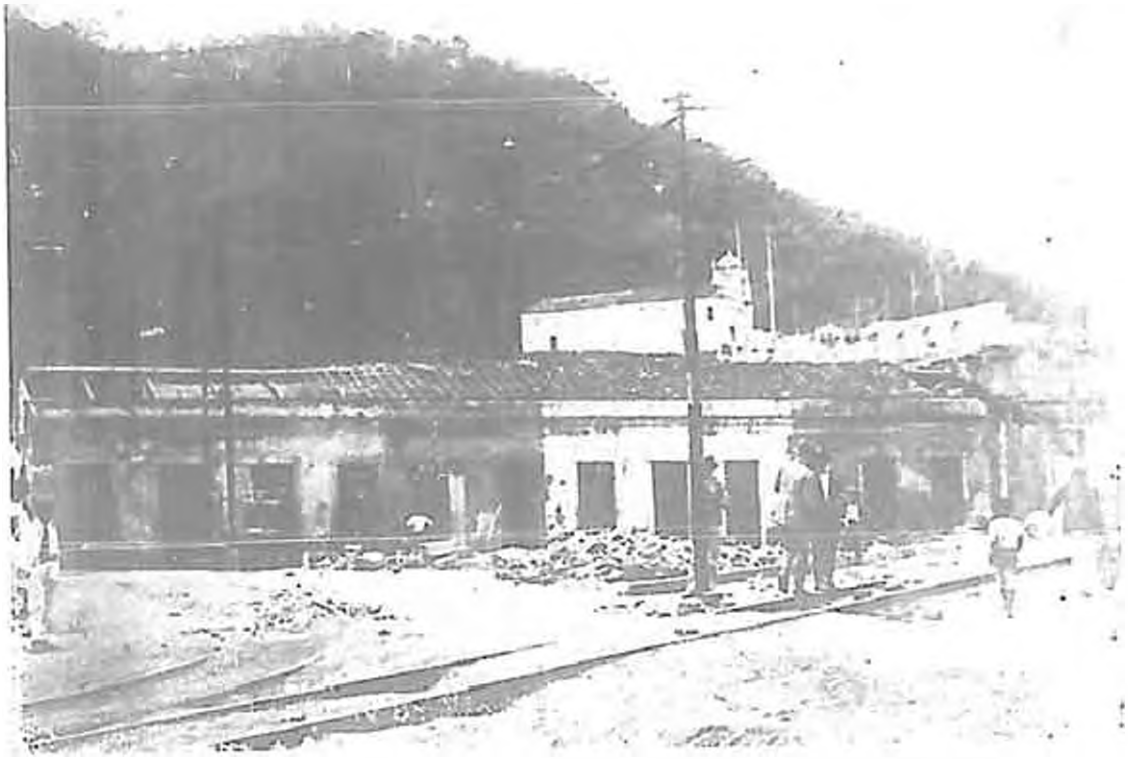
Praça da Independencia antes das obras de remodelação



Praça da Independencia antes das obras de remodelação



Abertura da Praça Costa Pereira — 1924



Casas em demolição, para abertura da Praça Costa Pereira



Abertura da Praça Costa Pereira



Praça da Independencia — obras de remodelação em proseguimento



Praça Costa Pereira depois de aberta



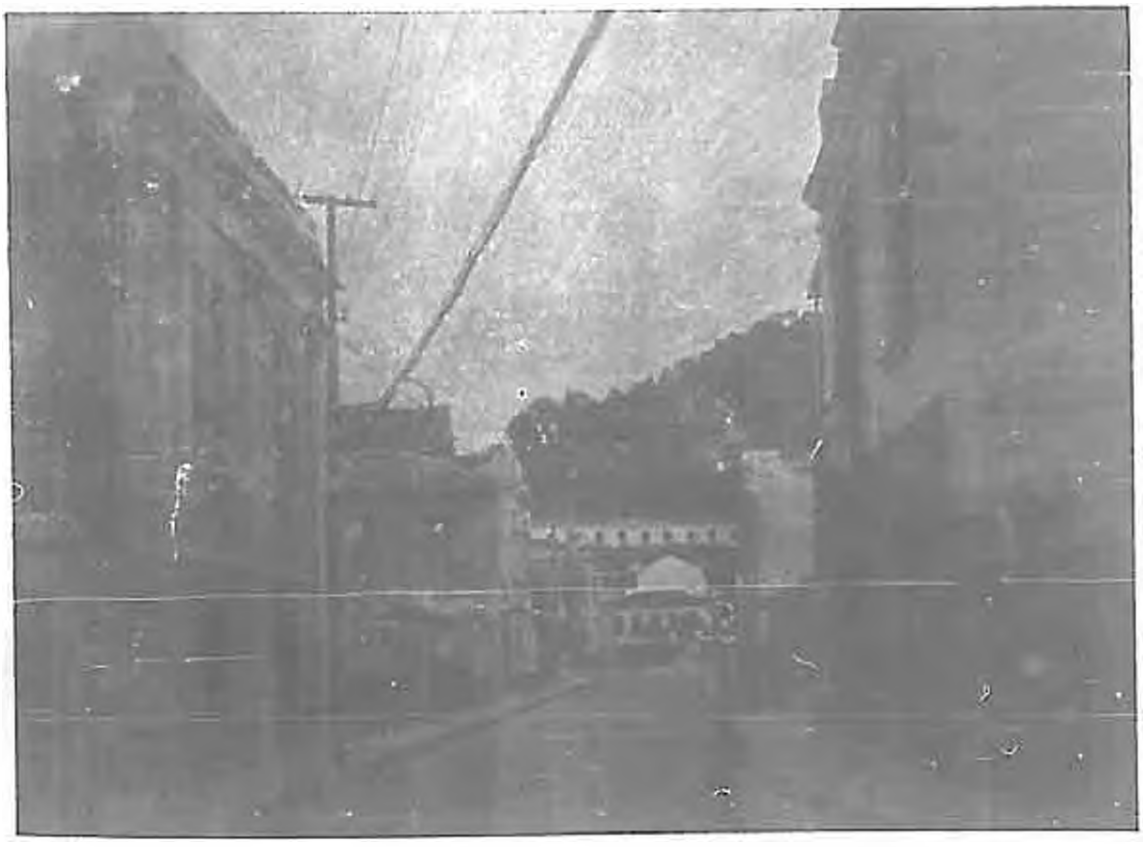
Vista da Praça Costa Pereira, concluida



Praça Costa Pereira, já concluida



Abertura da rua 13 de Maio



Aspecto da rua Treze de Maio, depois de remodelada



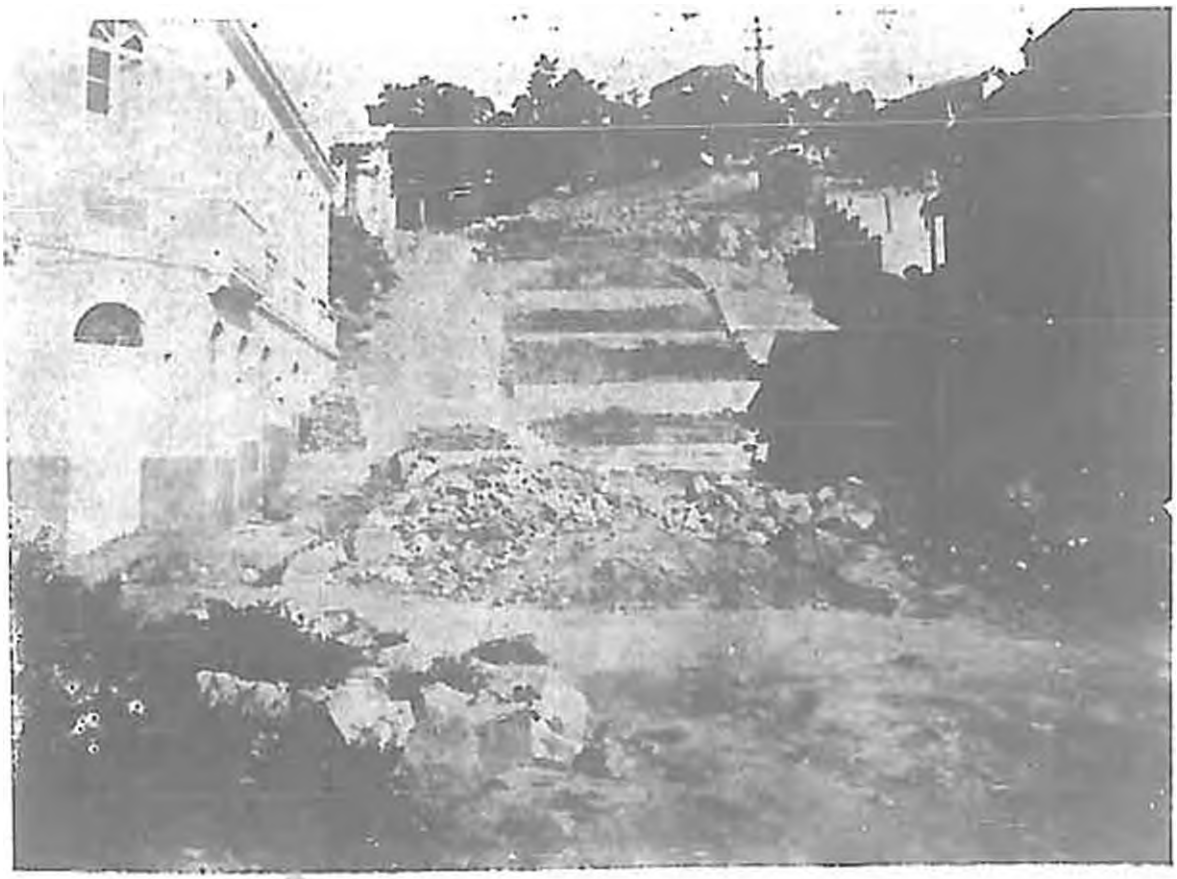
Macadamisação da rua Henrique Coutinho — 1926



Rua Henrique Coutinho, depois de remodelada



Antiga ladeira, hoje escadaria Cleto Nunes no fim da avenida do mesmo nome



Escadaria Cleto Nunes, em construcção



Aspecto da escadaria Maria Ortiz, em construcção — vista da rua Domingos Martins



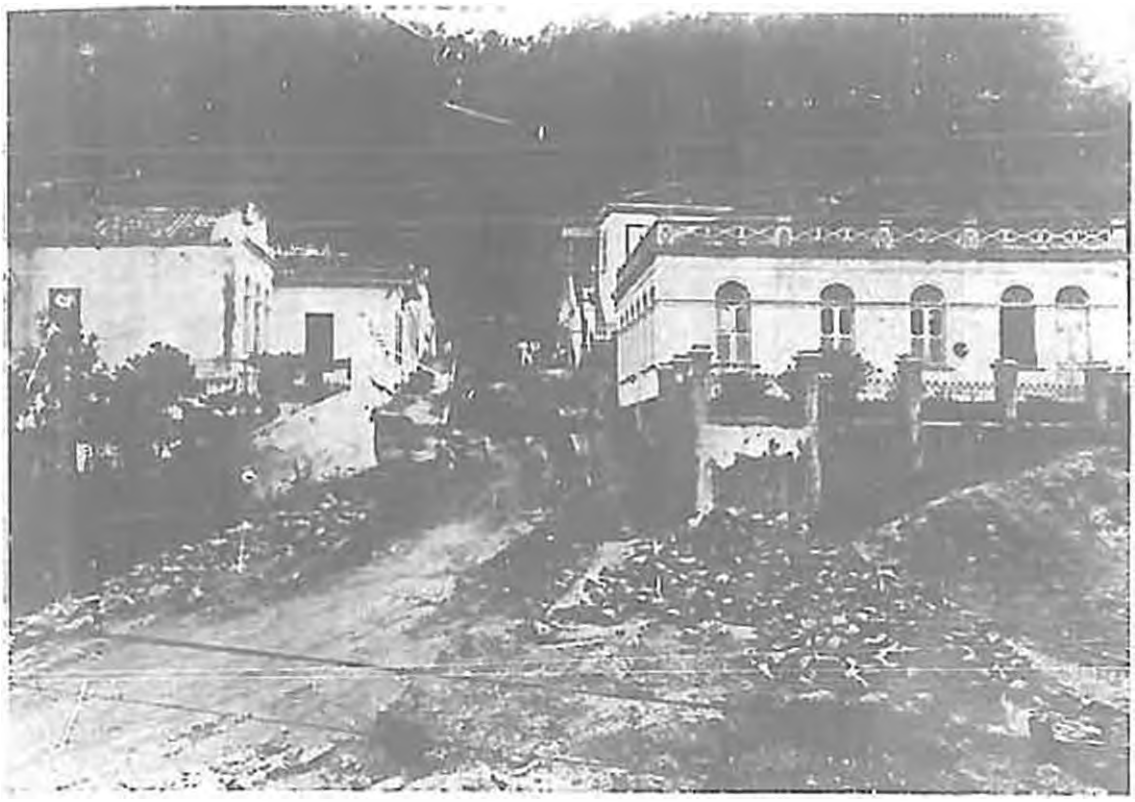
Escadaria Cleto Nunes, depois de concluida — 1926



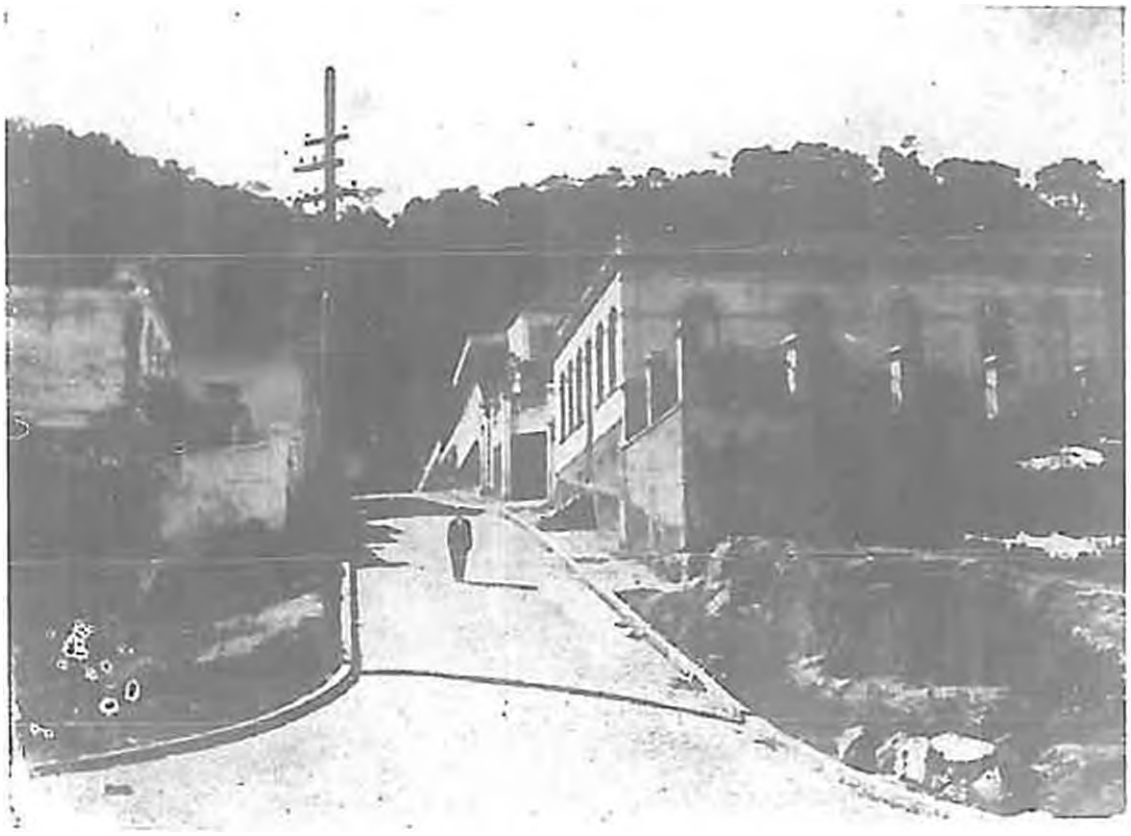
Abertura da Ladeira S. Bento. em Victoria



Abertura e remodelação da Ladeira S. Bento



Ladeira São Bento, em construcção



Ladeira de São Bento, depois de concluida



Avenida José Carlos, em reconstrucção — Vê-se a rêde de esgotos defeituosa — 1925



Avenida José Carlos, remodelada e calçada — 1925



Reforma do serviço de agua da rua Gama Rosa, antes de calçada



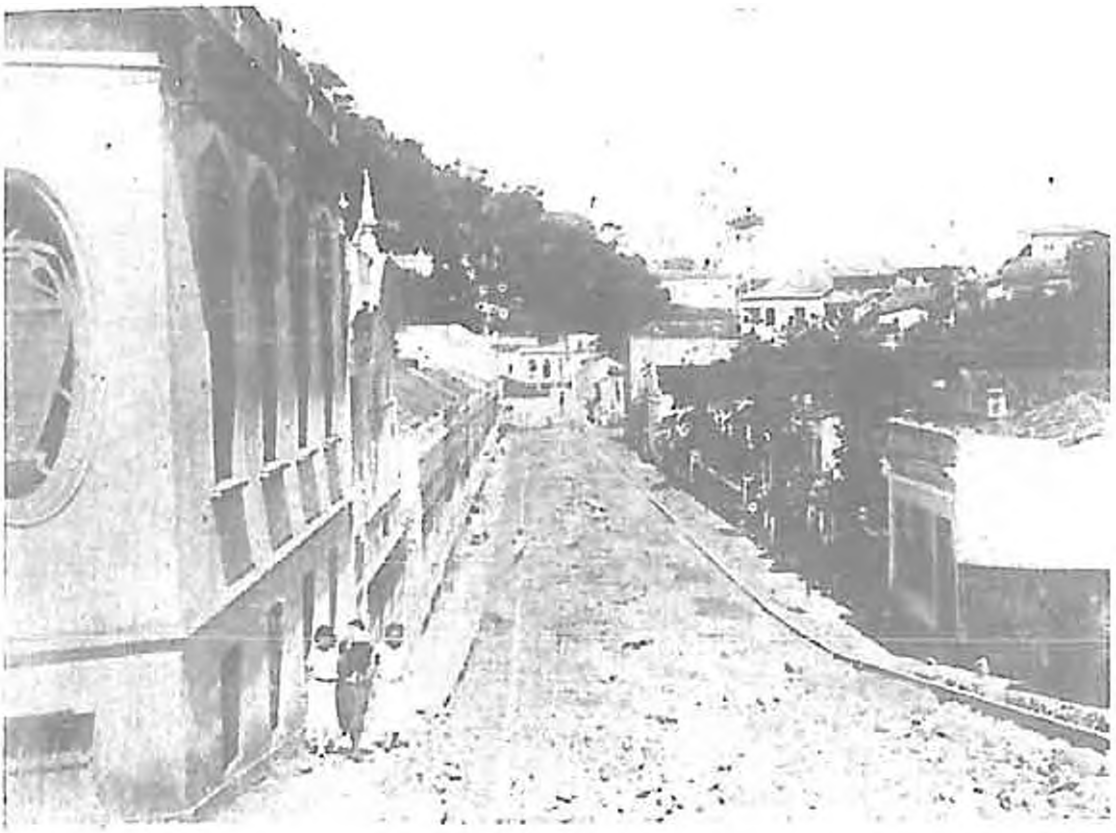
Rua Gama Rosa em remodelação — 1924



Remodelação da rua Gama Rosa — Aspecto dos serviços



Rua Gama Rosa, em remodelação



Rua Gama Rosa antes de calçada



Rua Gama Rosa depois de concluidas as obras de calçamento e de escoamento de aguas pluviaes e de exgôtos



Rua Gama Rosa, depois de aberta — 1927



Rua 9 de Janeiro, em Victoria, depois de remodelada e calçada — 1925



Serviços da rua Coutinho Mascarenhas



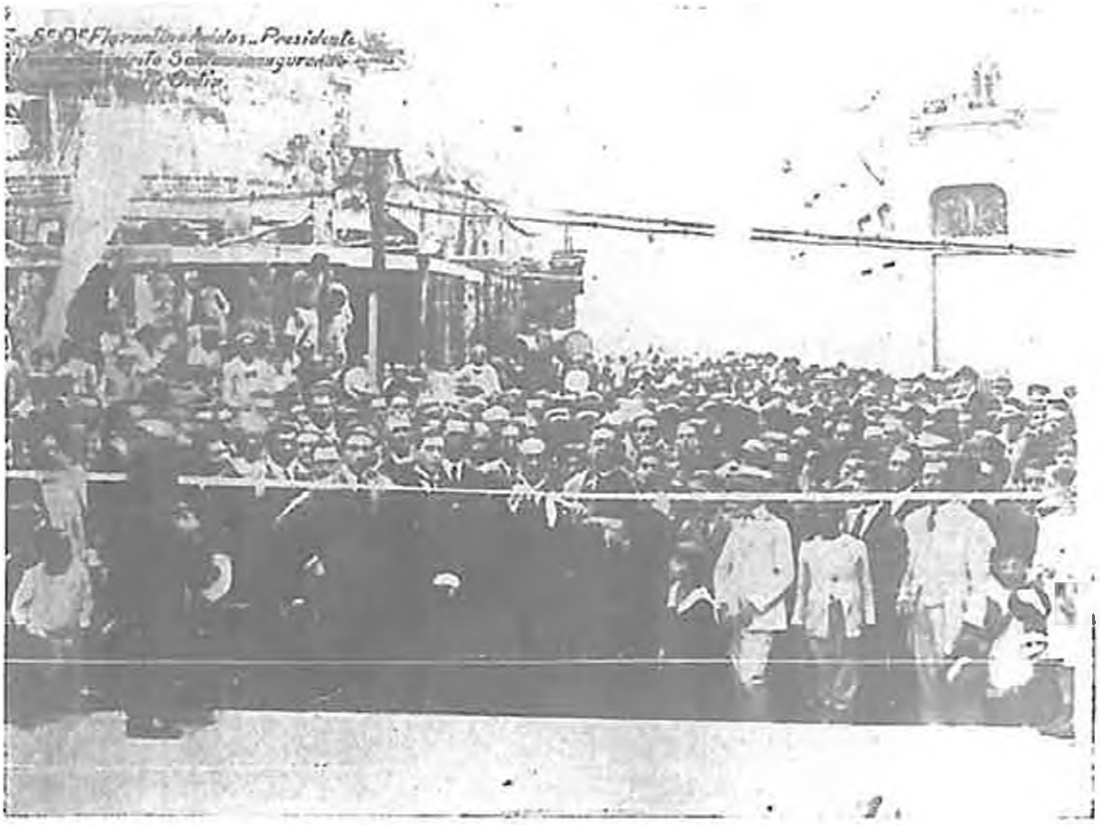
Remodelação da rua Coutinho Mascarenhas



Ladeira Maria Ortiz — Escadaria em construcção



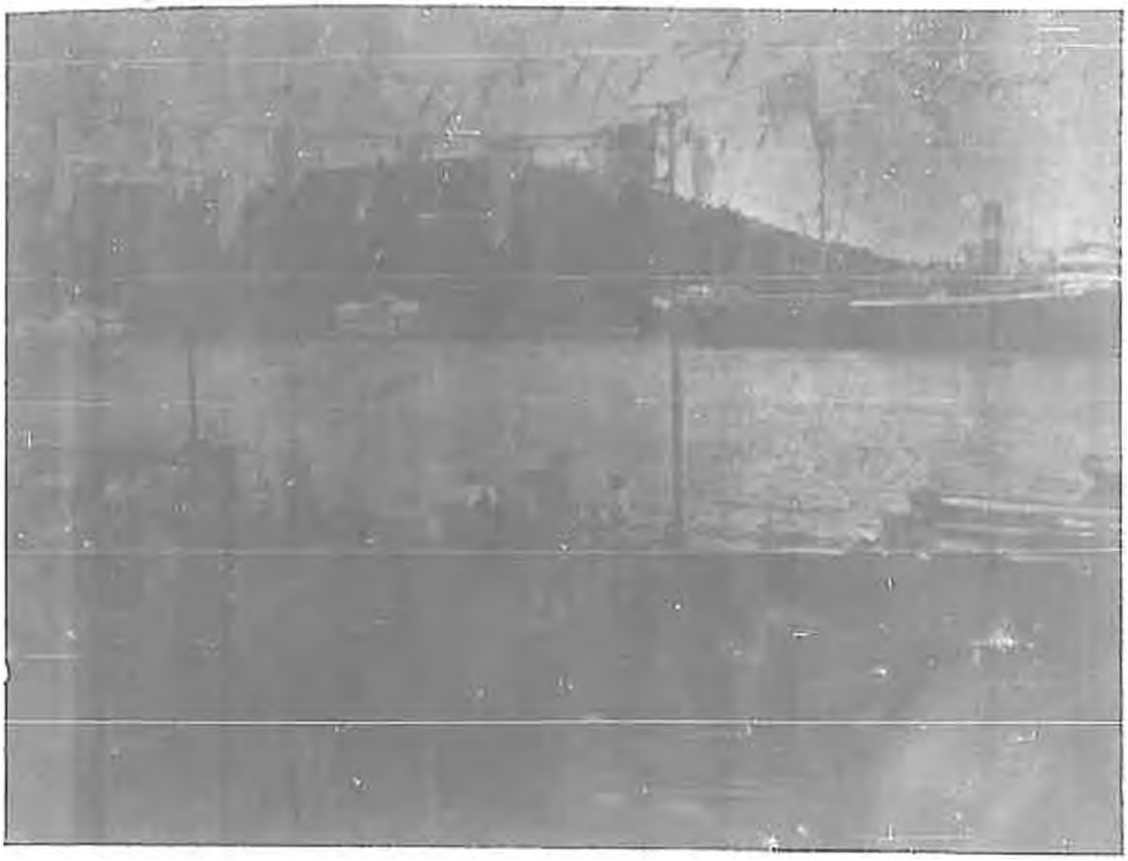
Ladeira Maria Ortiz, ainda em construcção



Inauguração da ladeira Maria Ortiz



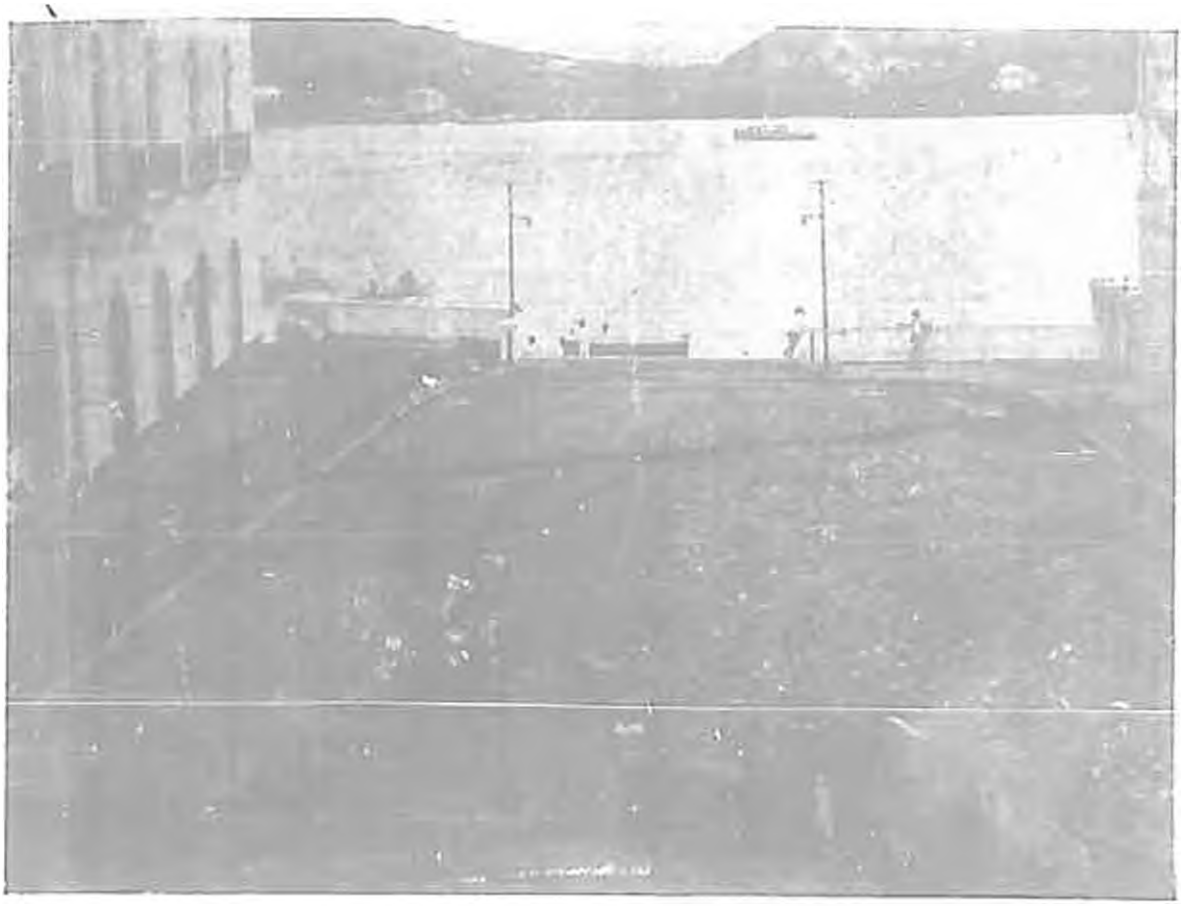
Ladeira, hoje Escadaria Maria Ortiz, depois de concluida



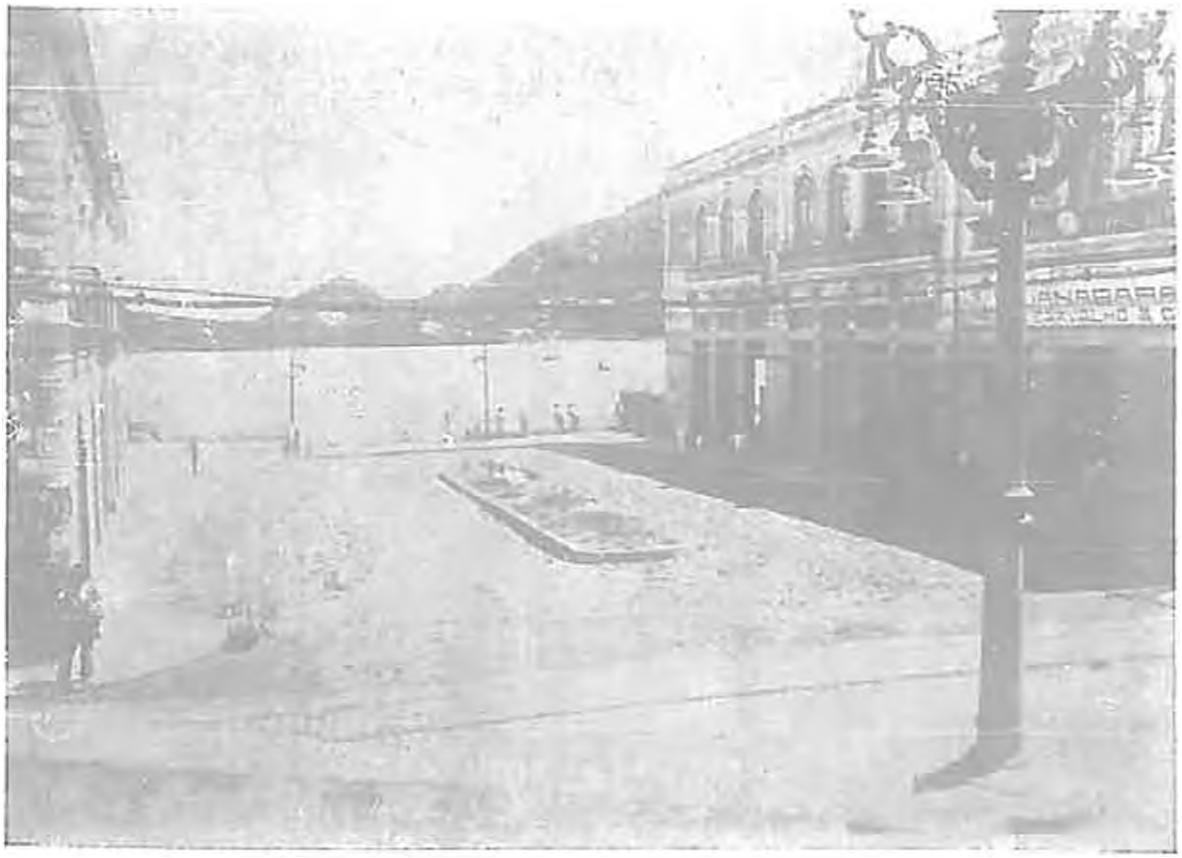
Praça do Imperador, em Victoria, antes de remodelada — 1924



Praça do Imperador, vendo-se ao fundo o Palacio do Governo



Caes do Imperador, em construcção



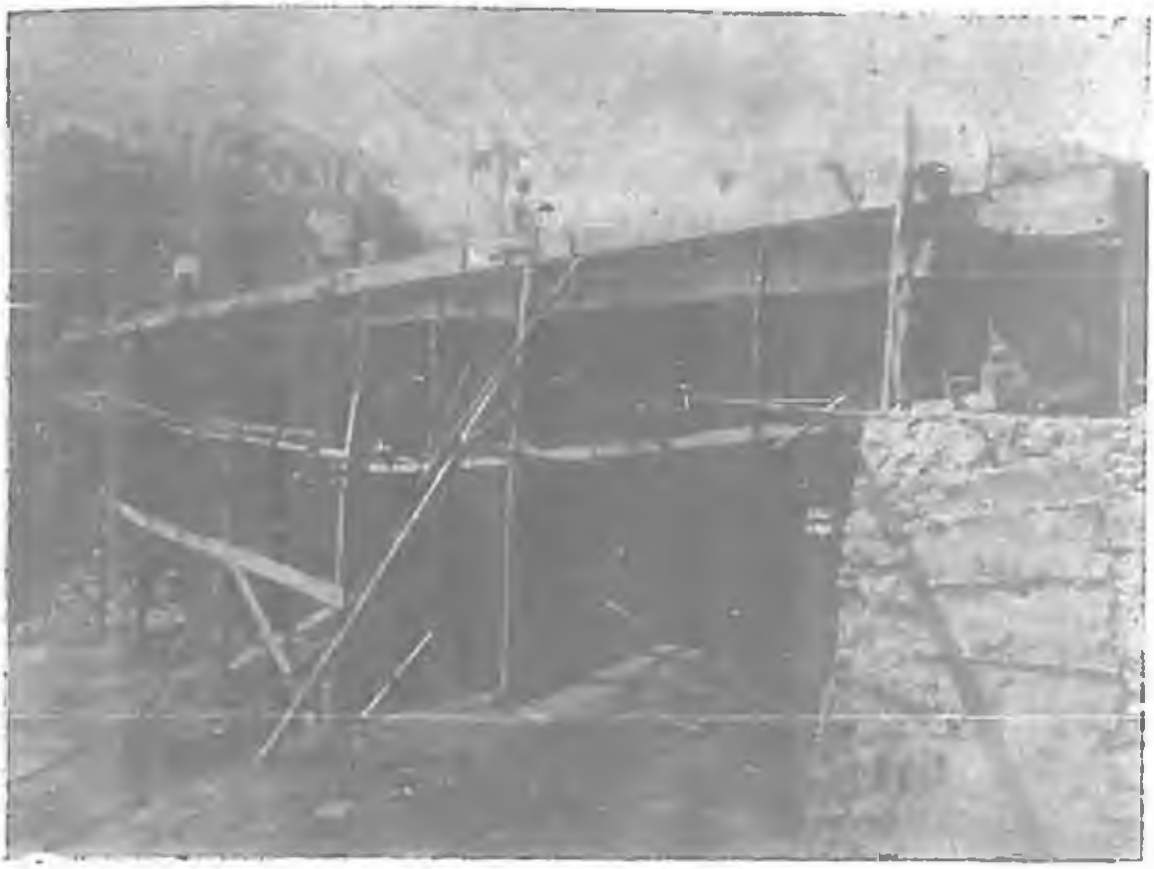
Caes do Imparador em remodelação



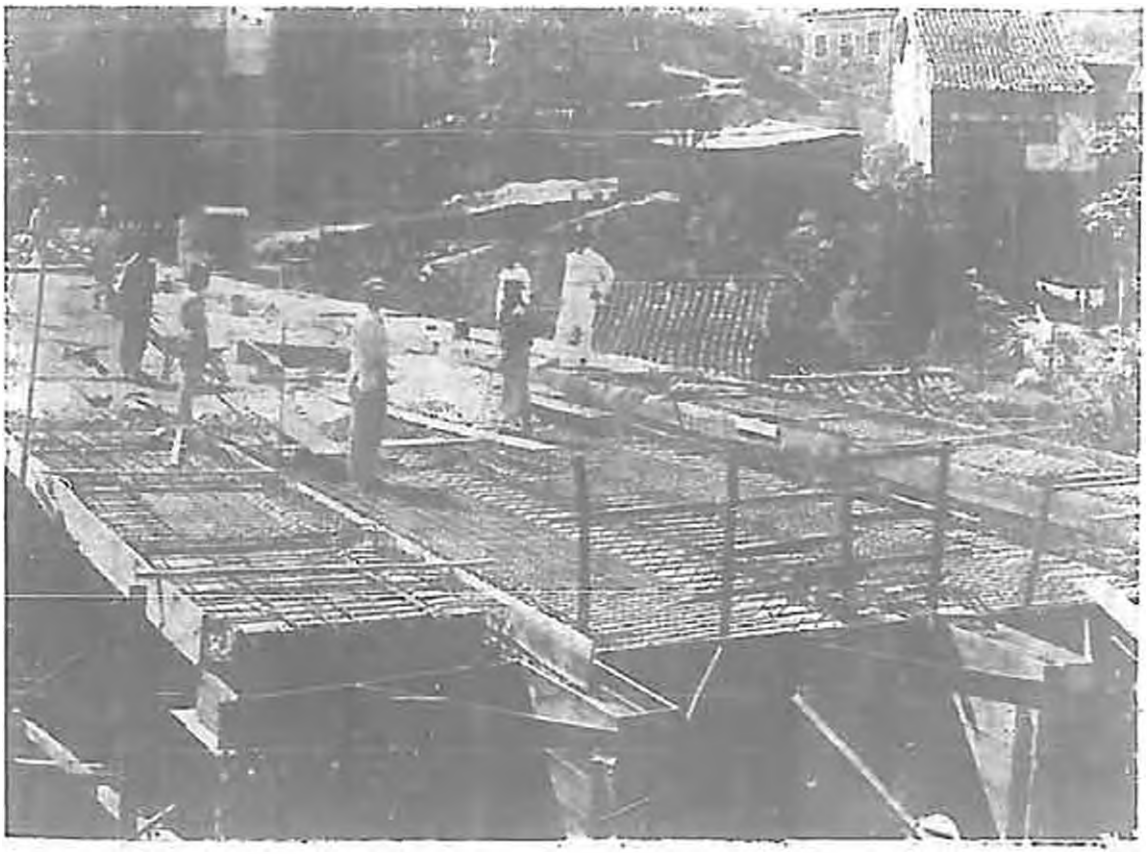
Viaducto de São Francisco, em construcção



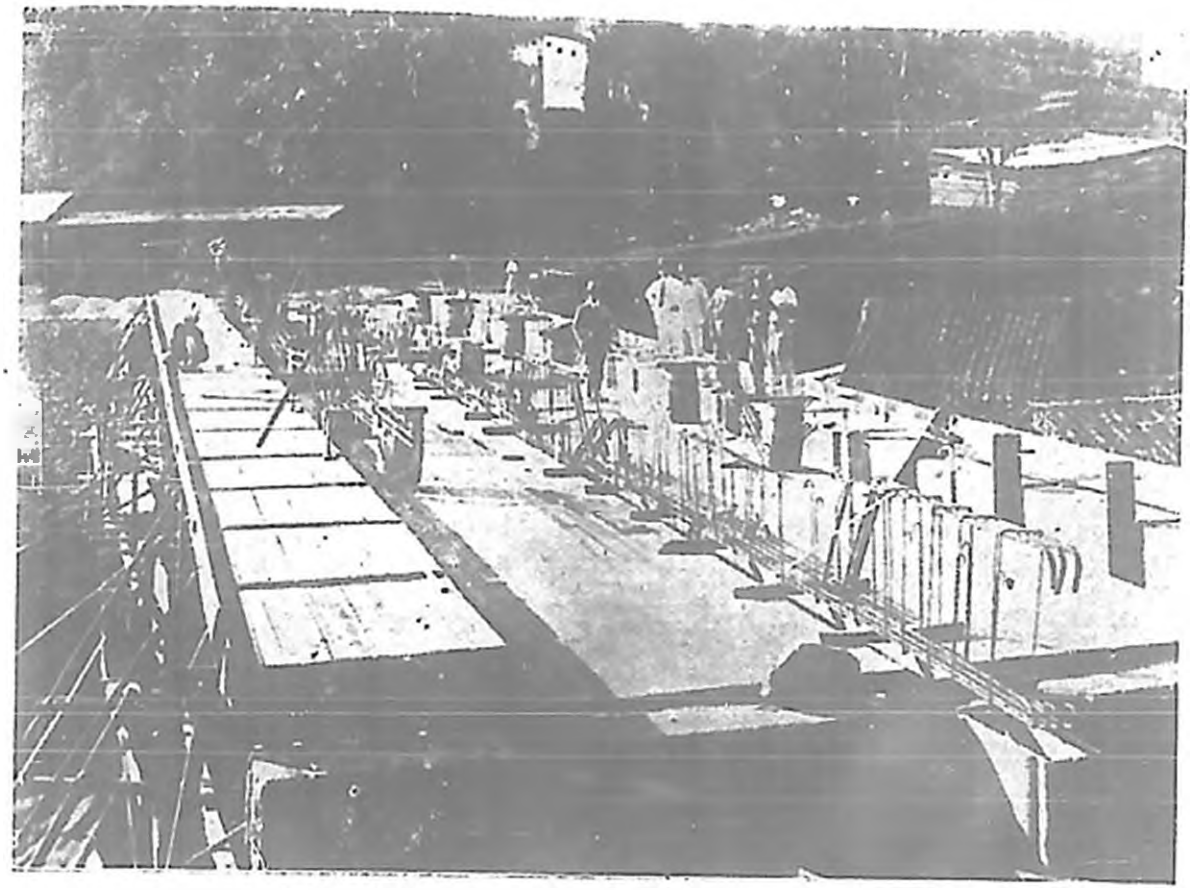
Viaducto em construcção — ligando a Avenida Pedro Palacios á Praça do Quartel



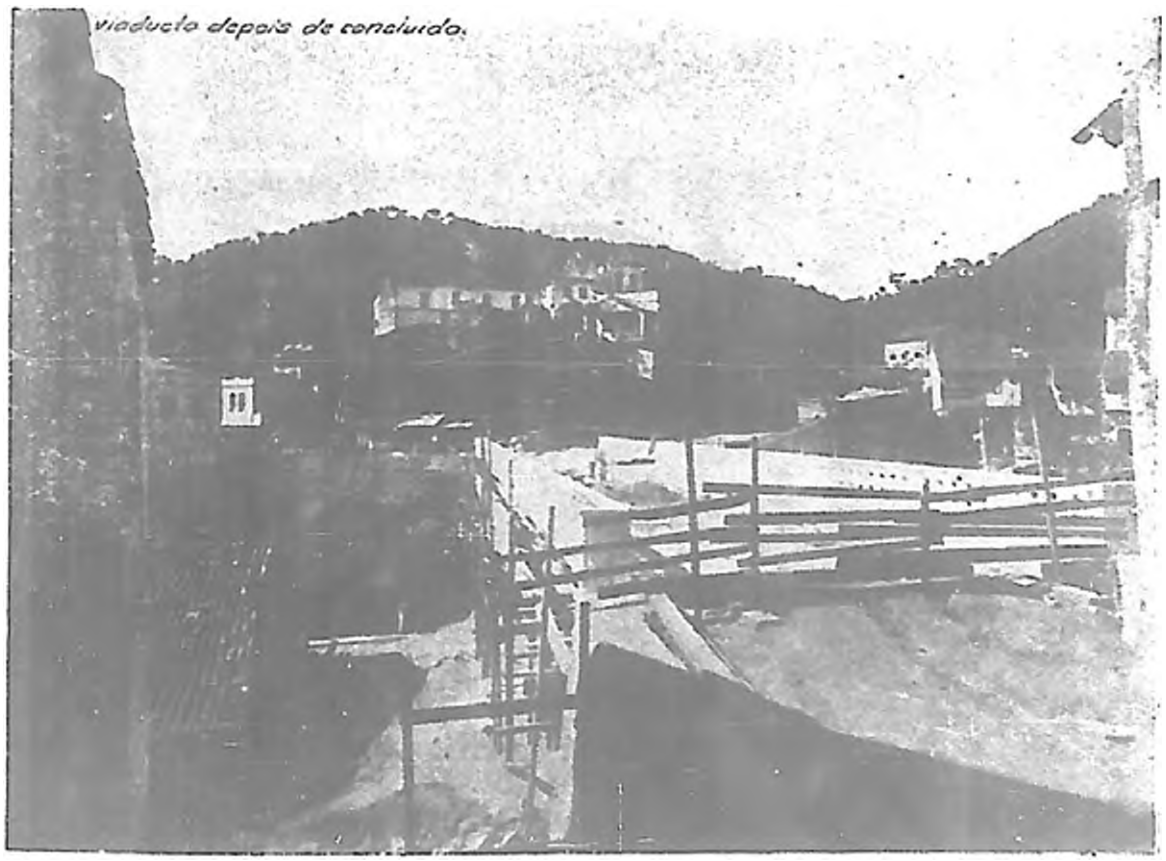
Aspecto do viaducto de São Francisco, em Victoria, em construcção



Viaducto de São Francisco, em construcção



Viaducto de S. Francisco, em construcção — Victoria — 1925



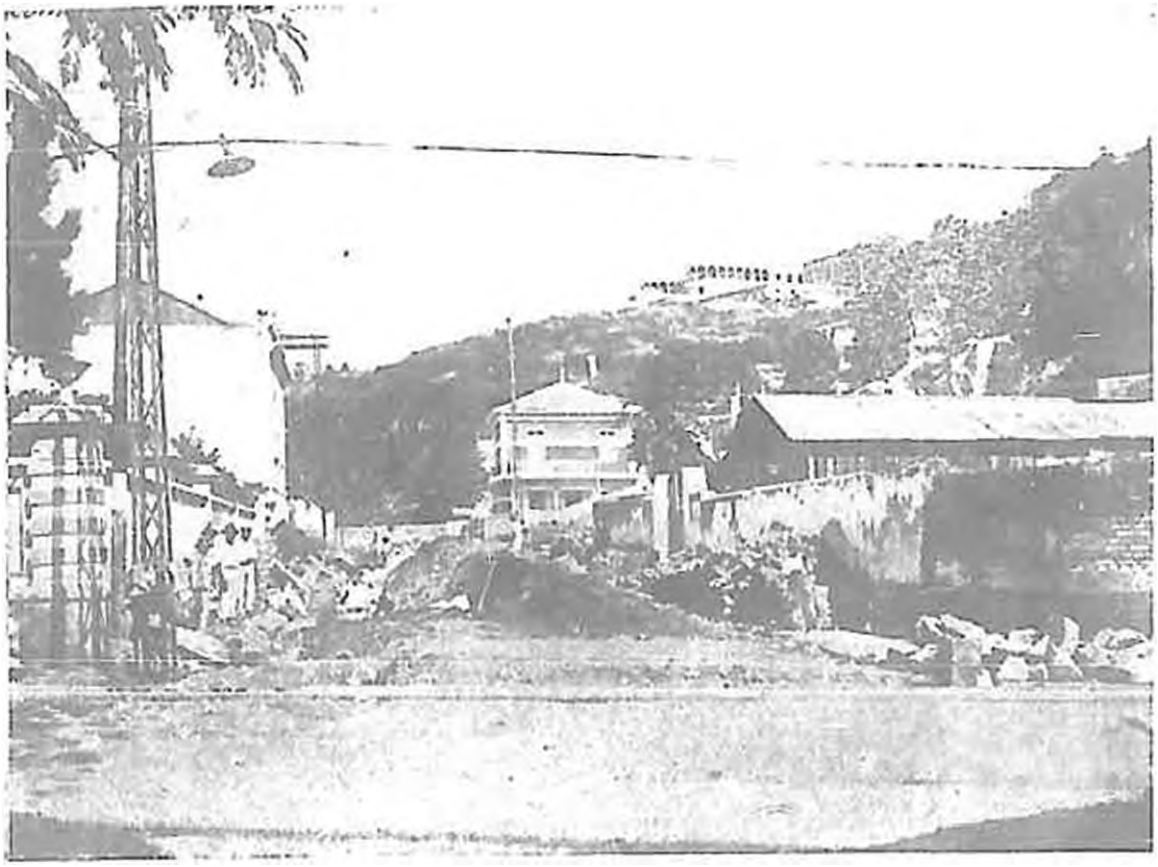
Aspecto do viaducto em Victoria, em conclusão



Abertura da rua nova de São Francisco



Abertura da rua nova do Egypto



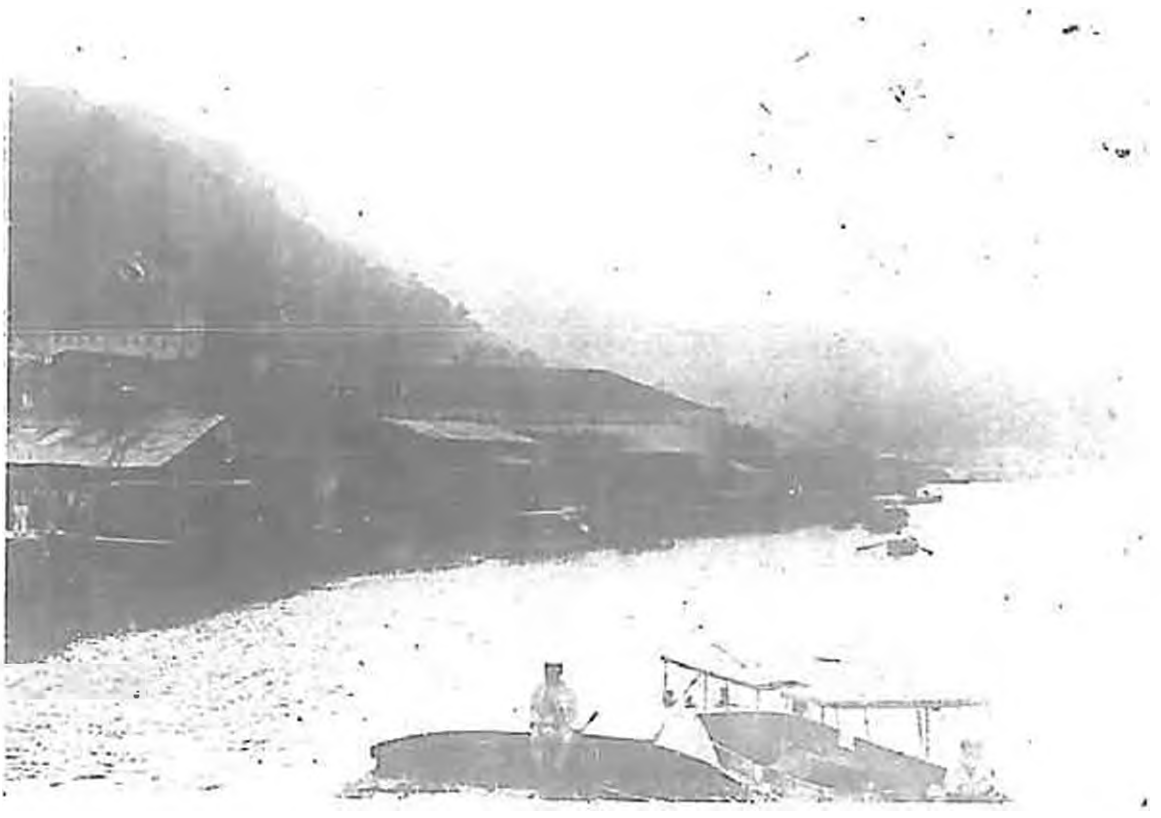
Rua 9 de Janeiro — Serviço de calçamento e de escoamento de aguas pluviaes



Rua 9 de Janeiro, depois de calçada



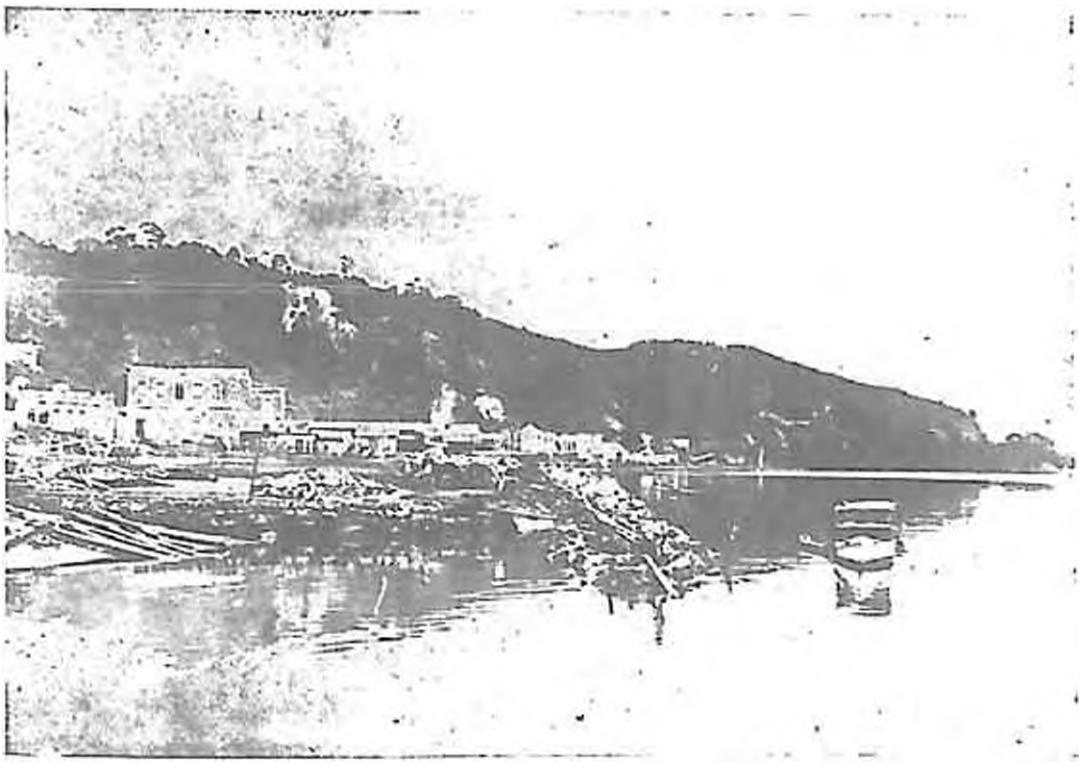
Avenida Beira Mar



Vista da Avenida Beira Mar, vendo-se parte aberta e parte a abrir



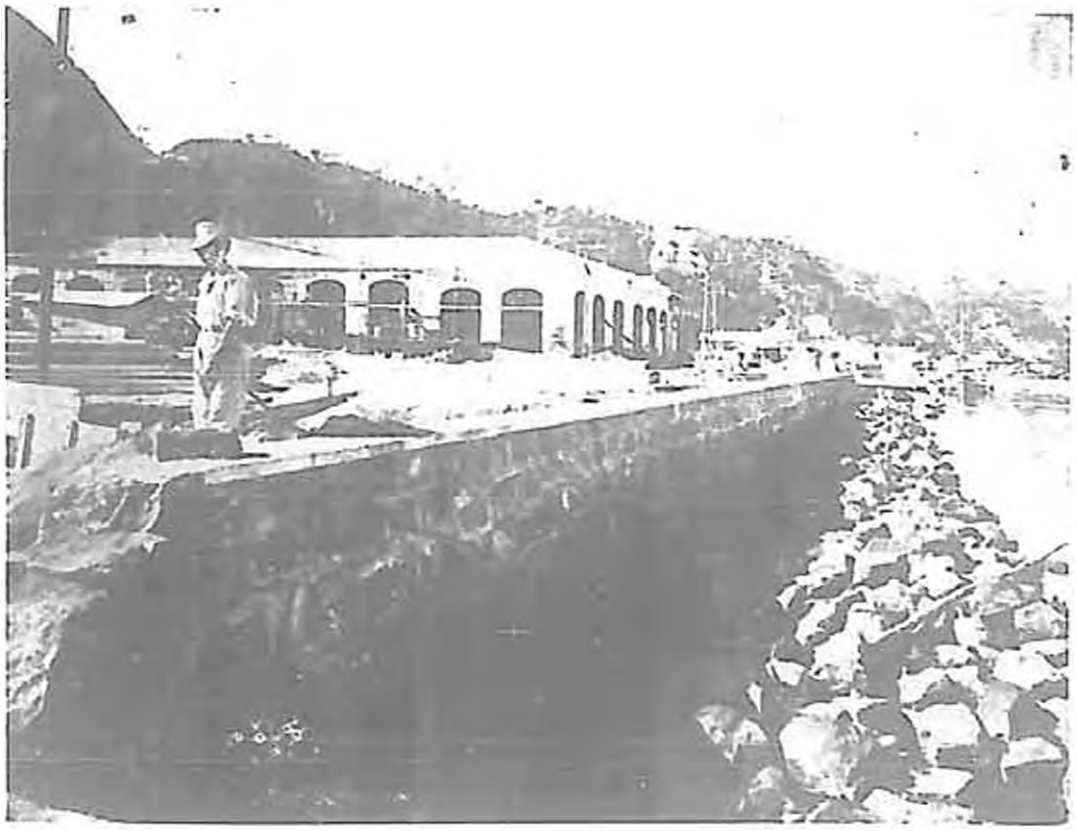
Construcção da Avenida Beira-Mar



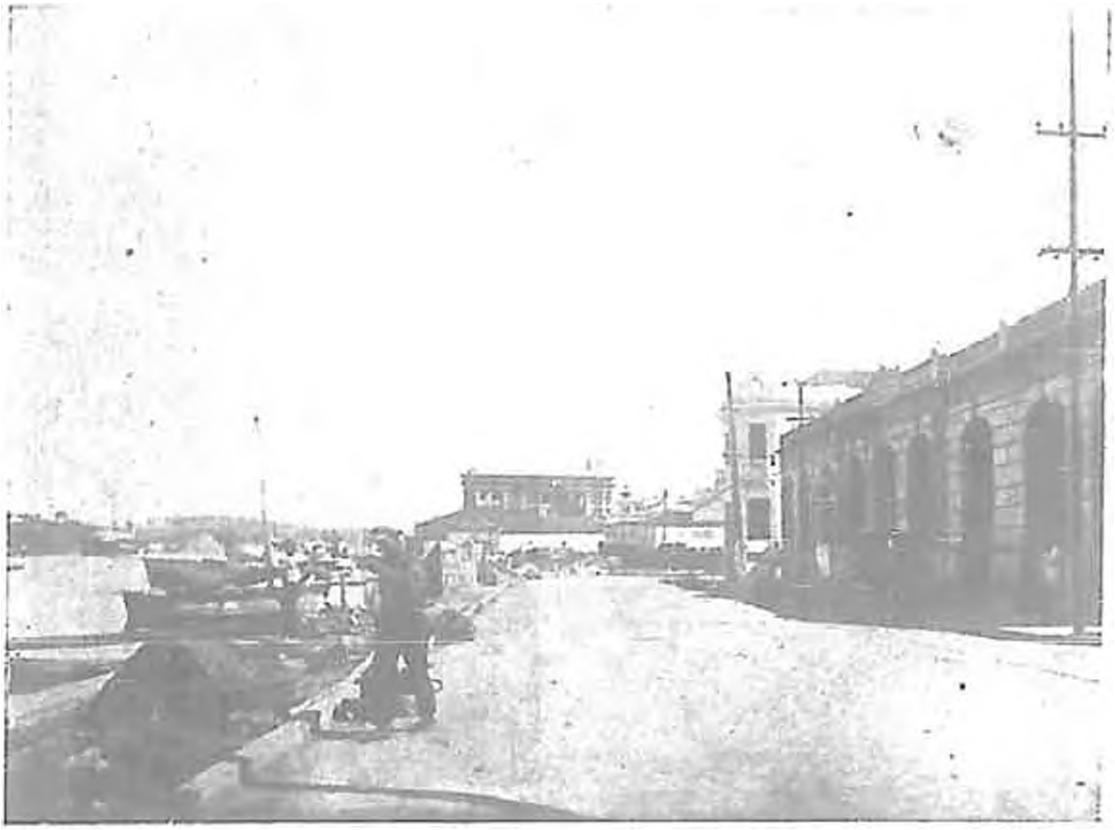
Caes de saneamento para construcção da Avenida Beira-Mar



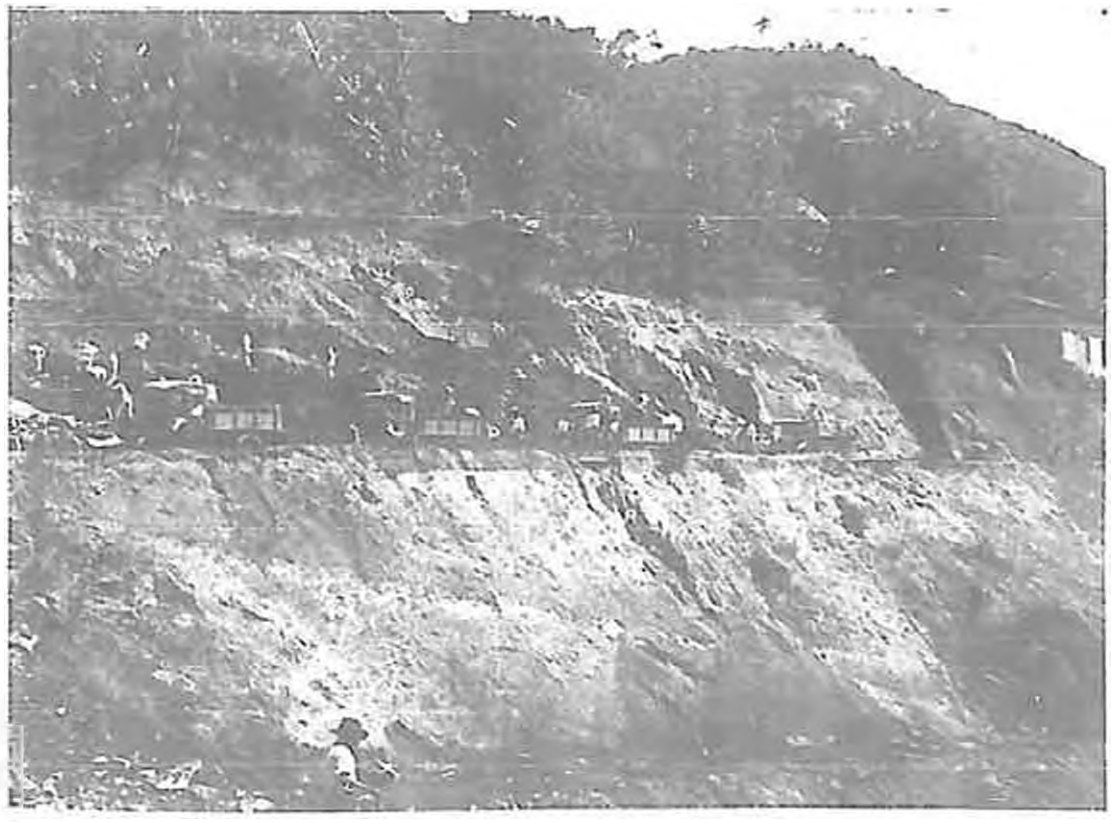
Construcção da Avenida Beira Mar, na Capichaba



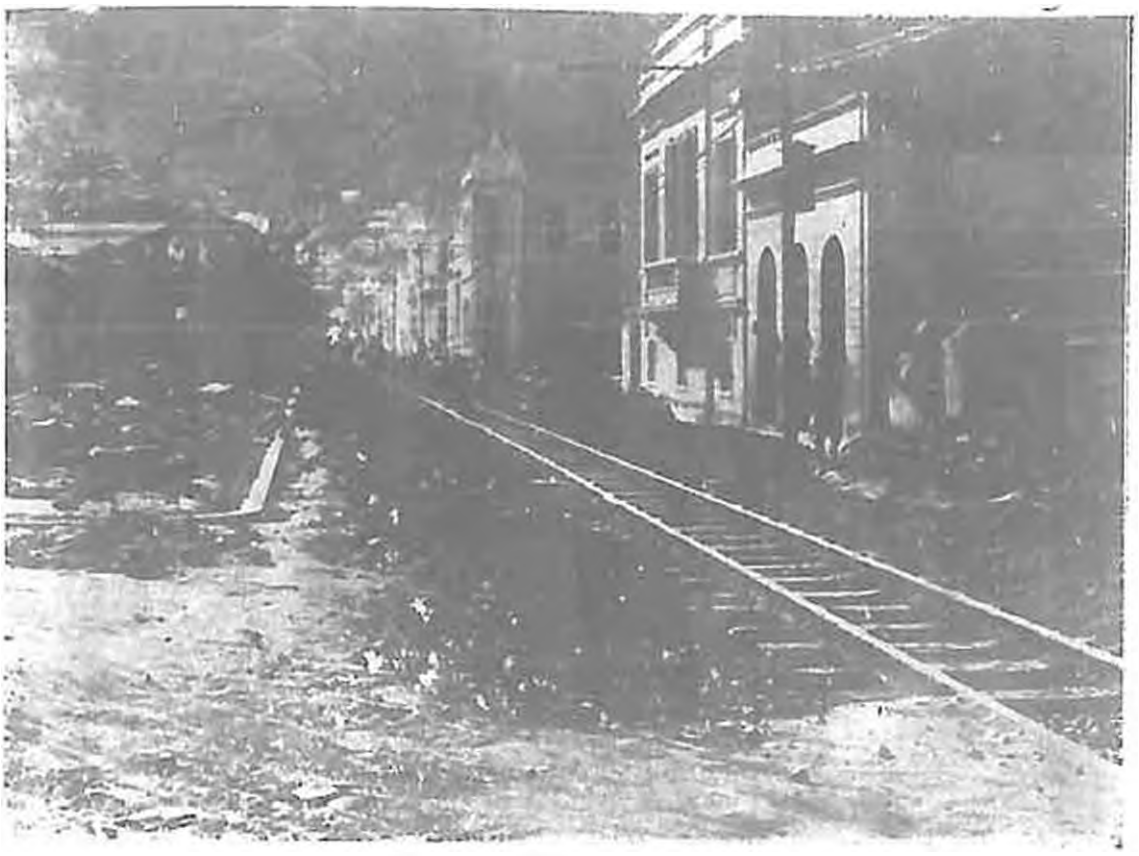
Trecho, em conclusão, da Avenida Beira-Mar



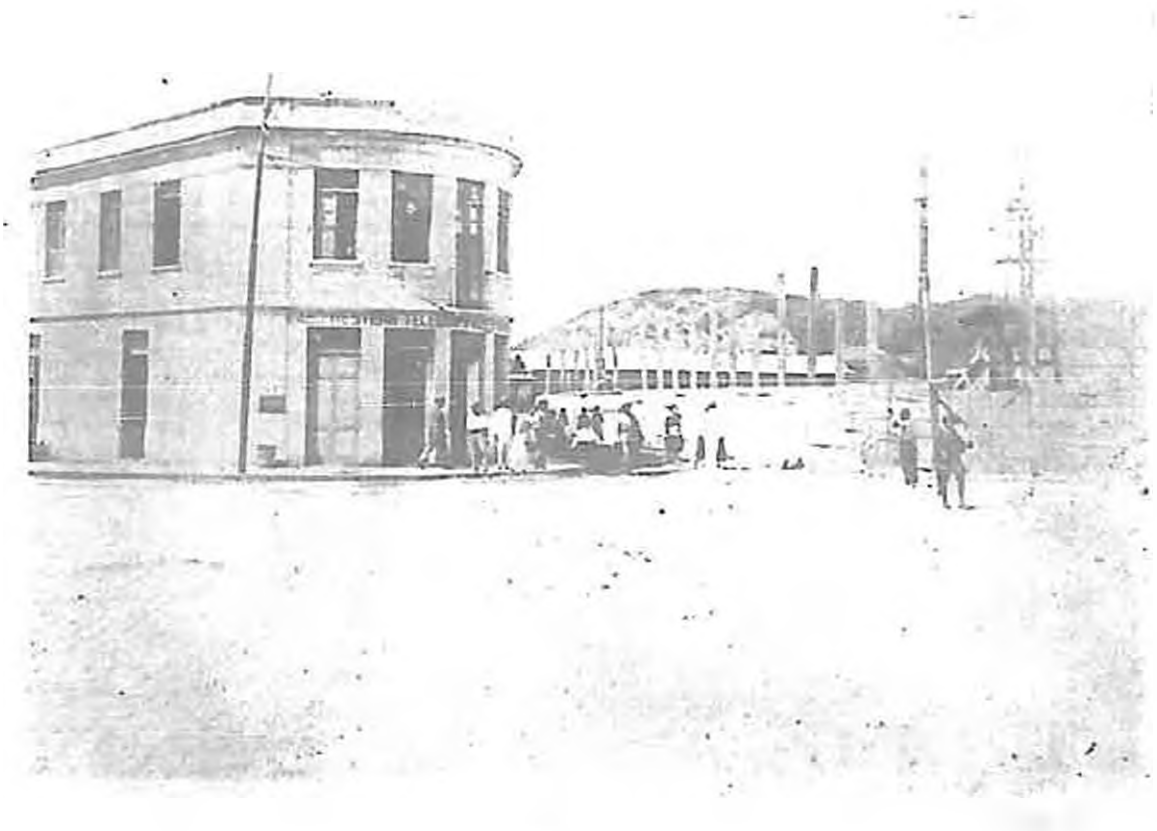
Avenida Beira Mar — Parte concluida, nos fundos do mercado novo



Abertura da ladeira Pernambuco



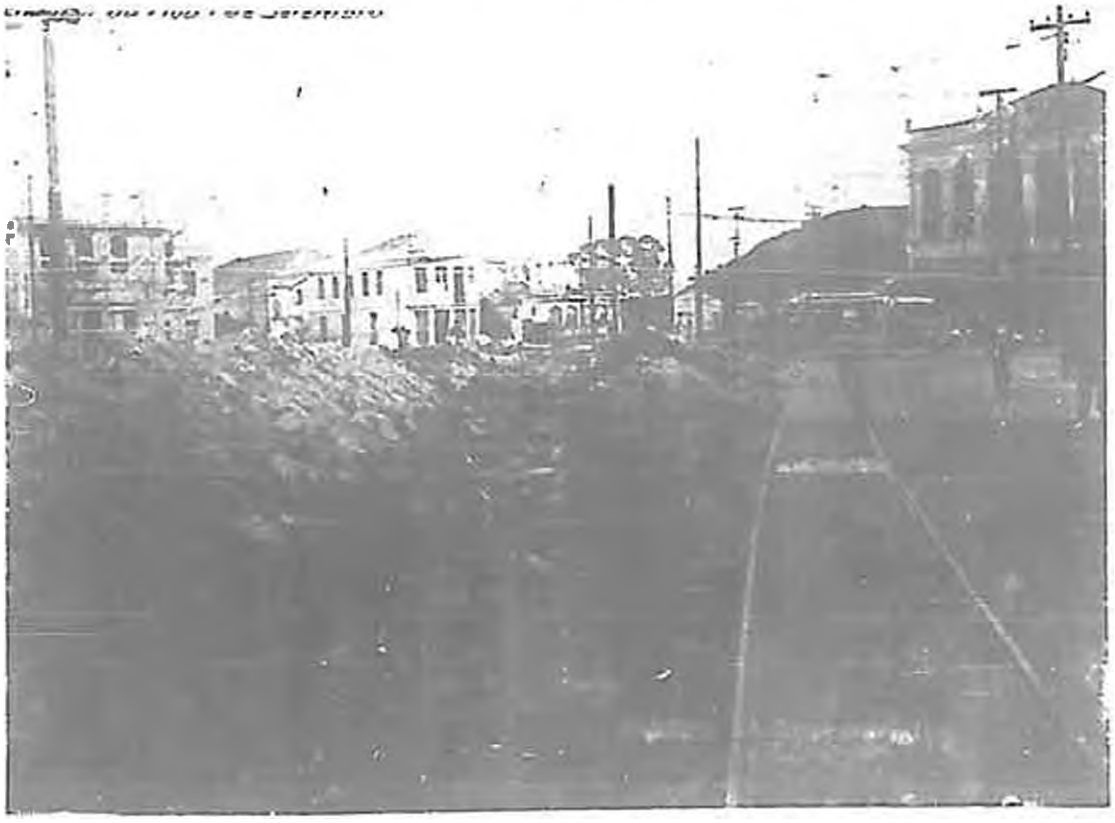
Rua 7 de Setembro — serviço de drenagem de aguas pluviaes e de calçamen o



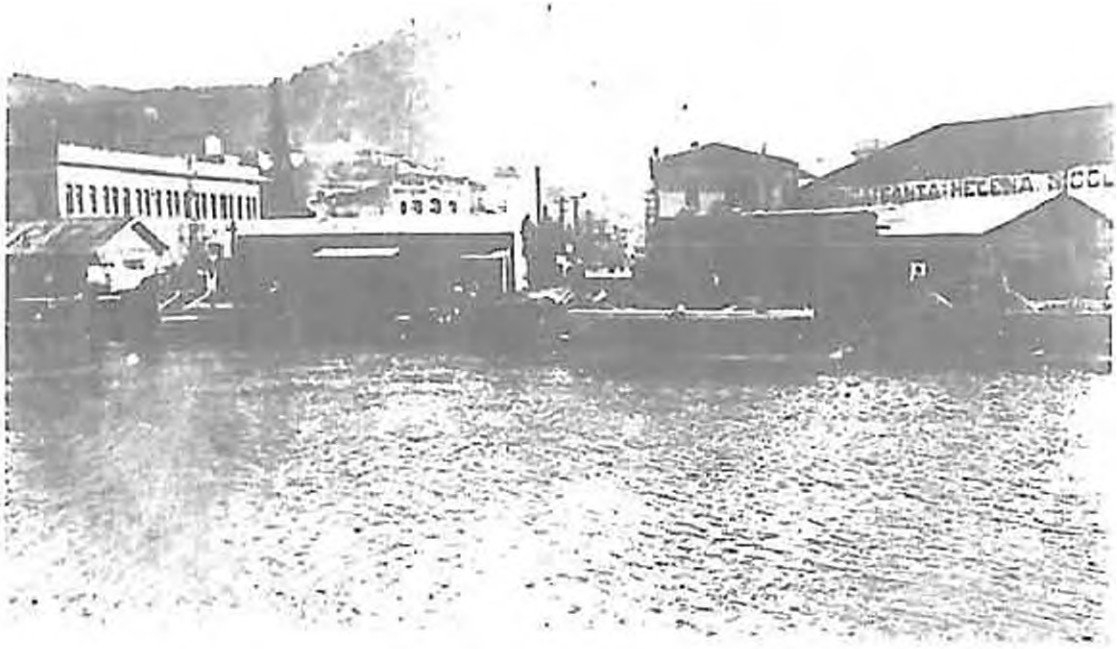
Rua 7 de Setembro — trecho da Avenida Capichaba ao mar, depois de aberto — 1927



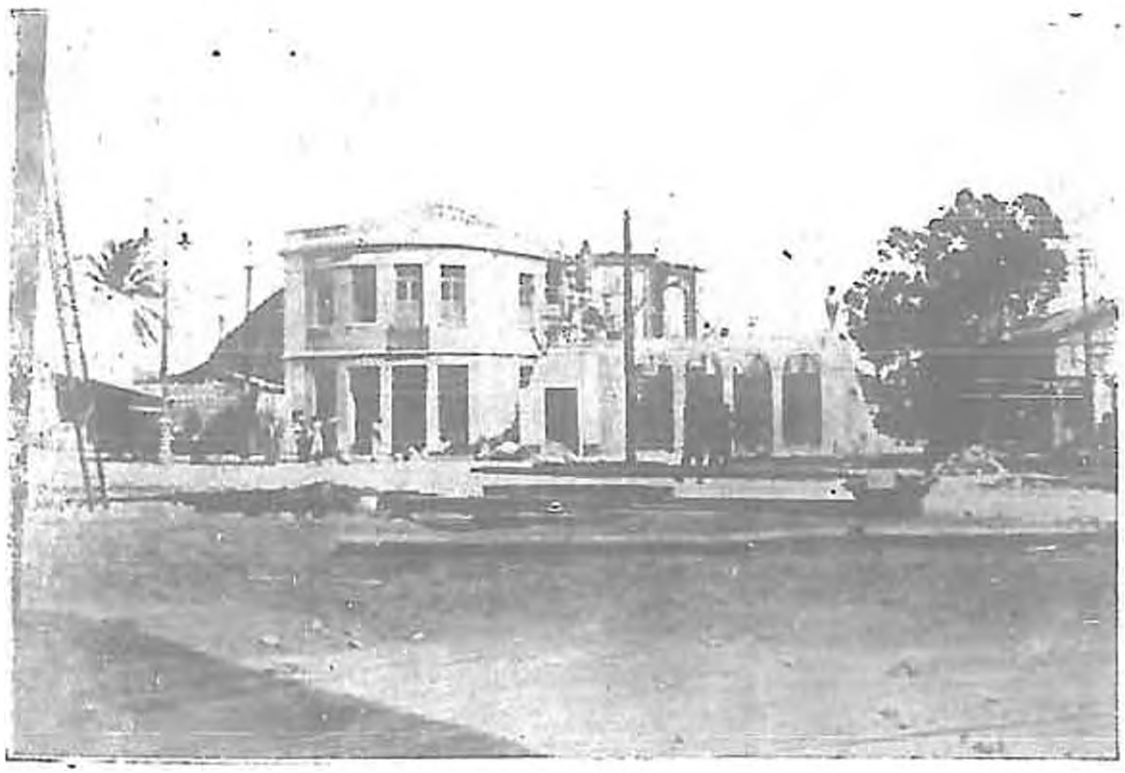
Predio recuado, na Rua 7 de Setembro



Drenagem da Rua 7 de Setembro



Abertura do trecho final da Rua 7 de Setembro



Recúo de predio para abertura e prolongamento da Rua 7 de Setembro até o mar



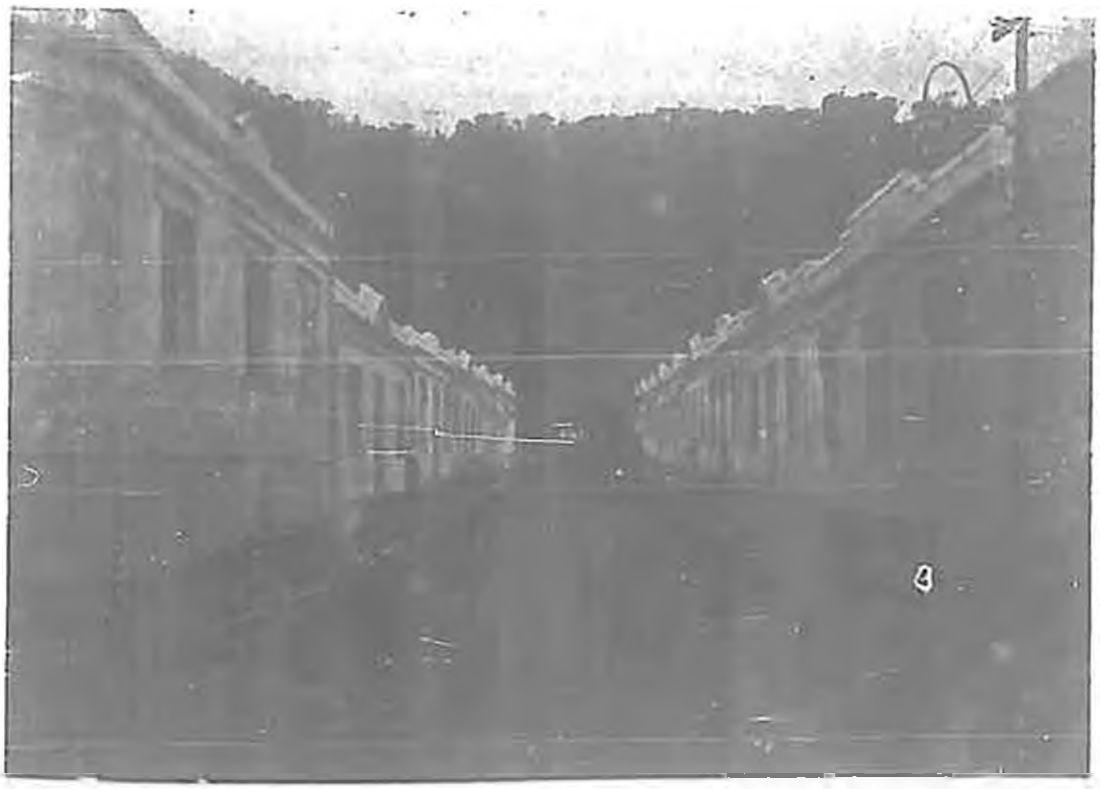
Remodelação da rua 7 de Setembro — 1925



Drenagem da rua 7 de Setembro e abertura da rua Graciano Neves, com a demolição do Theatro Melpomene



Rua 7 de Setembro — Recif de predia



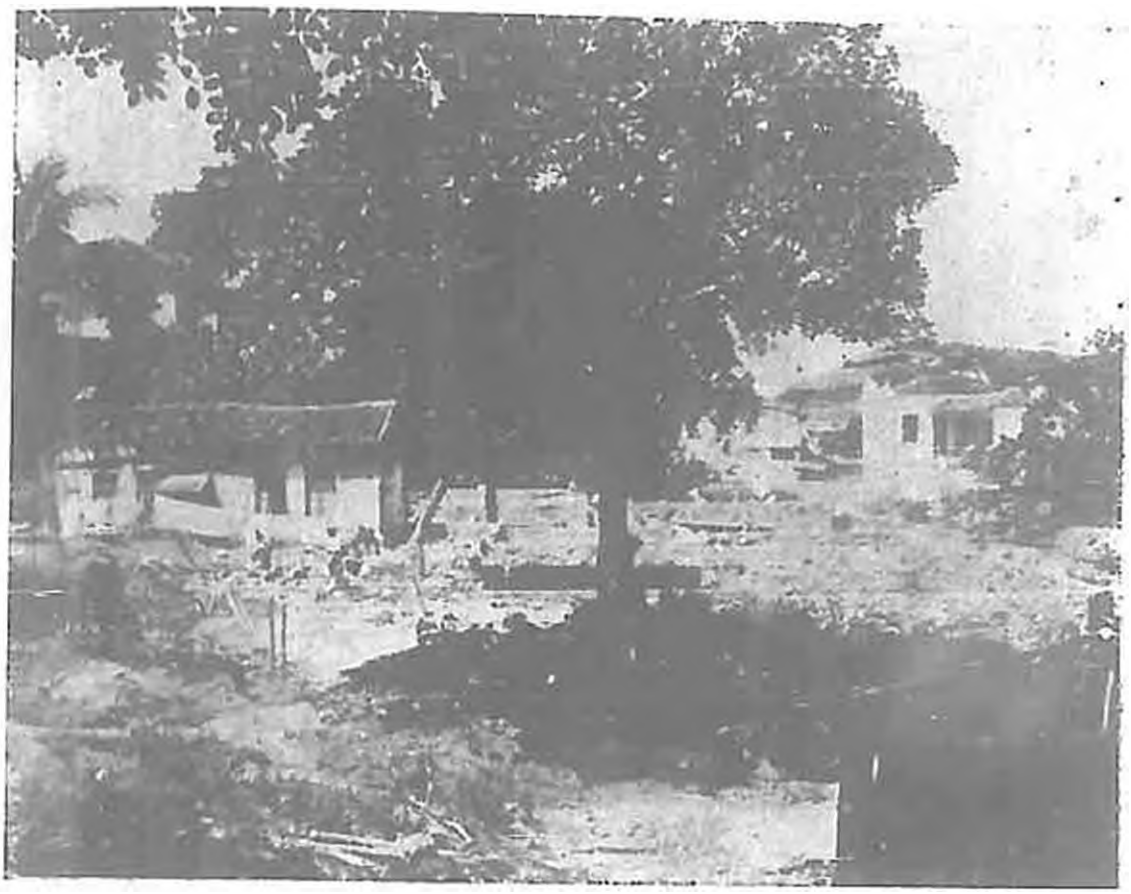
Rua Aristides Freire e casas para funccionarios



Rua 7 de Setembro depois de remodelada



Casas da Rua Graciano Neves, a demolir



Vista do bairro "Mulundum" antes de serem iniciadas a construcção de casas para funccionarios e a abertura de ruas



Rua Graciano Neves depois de aberta



Abertura e drenagem da Rua Graciano Neves



Rua Graciano Neves, em abertura



Antiga Ladeira do Chafariz — aspecto anterior á abertura da rua Nestor Gomes — 1924



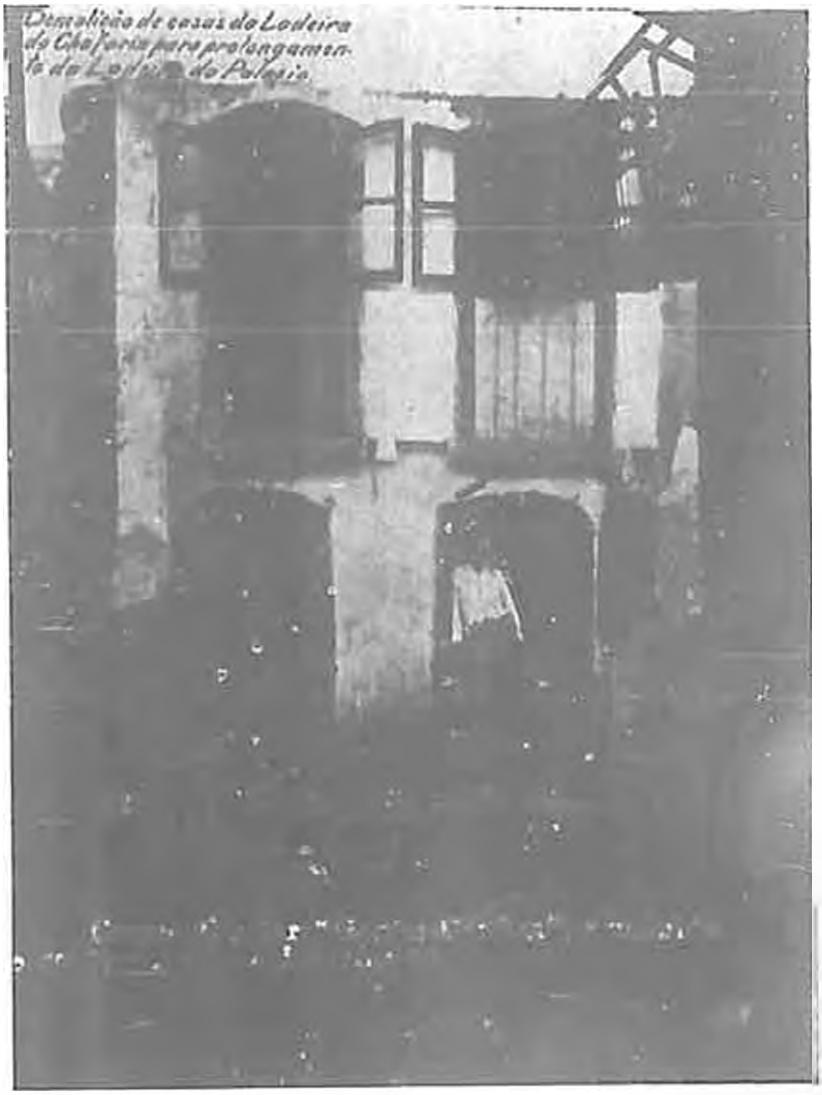
Aspecto da rua Nestor Gomes, antiga ladeira do Chafariz, antes de sua abertura



Victoria antiga — Ruinas da Ladeira do Chafariz



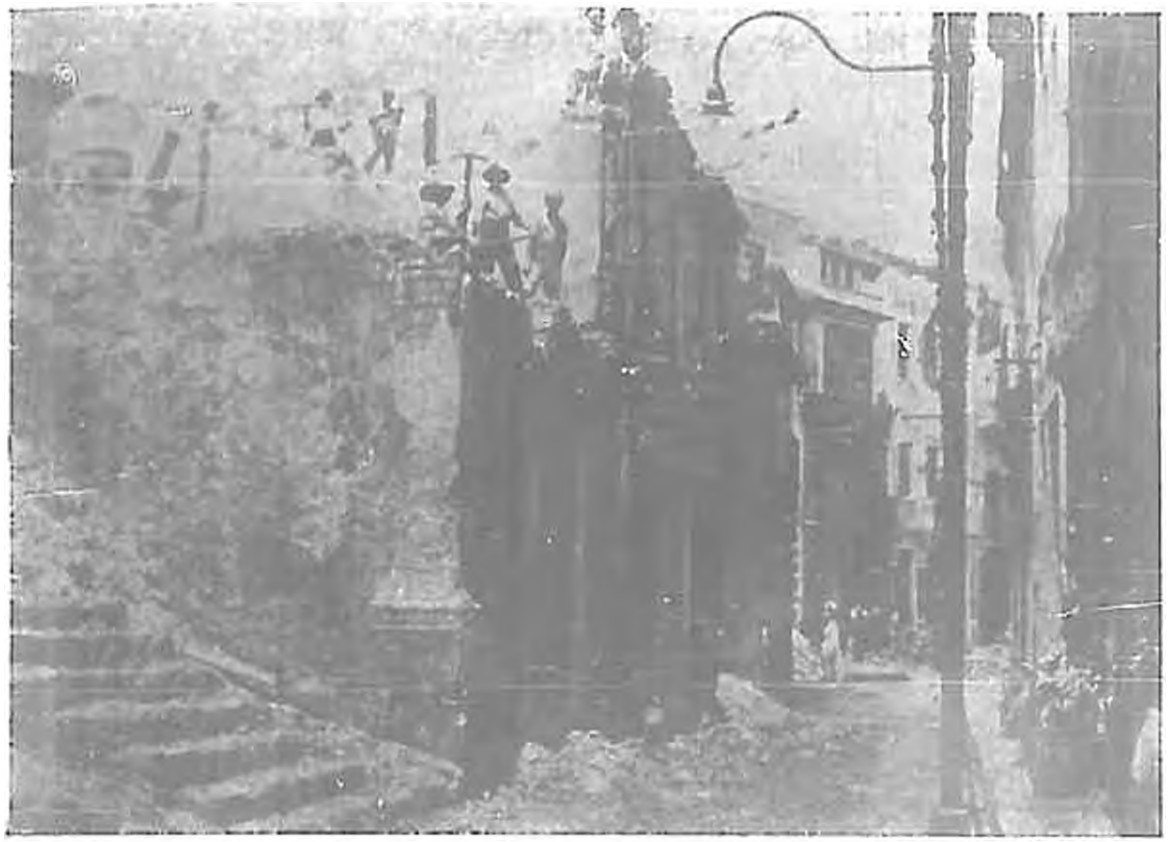
Victoria antiga — Aspecto interior de casas demolidas
para a abertura da Ladeira do Chafariz



Aspecto de casa da antiga Ladeira do Chafariz



Inicio dos trabalhos da Ladeira do Palacio, hoje Rua Nestor Gomes



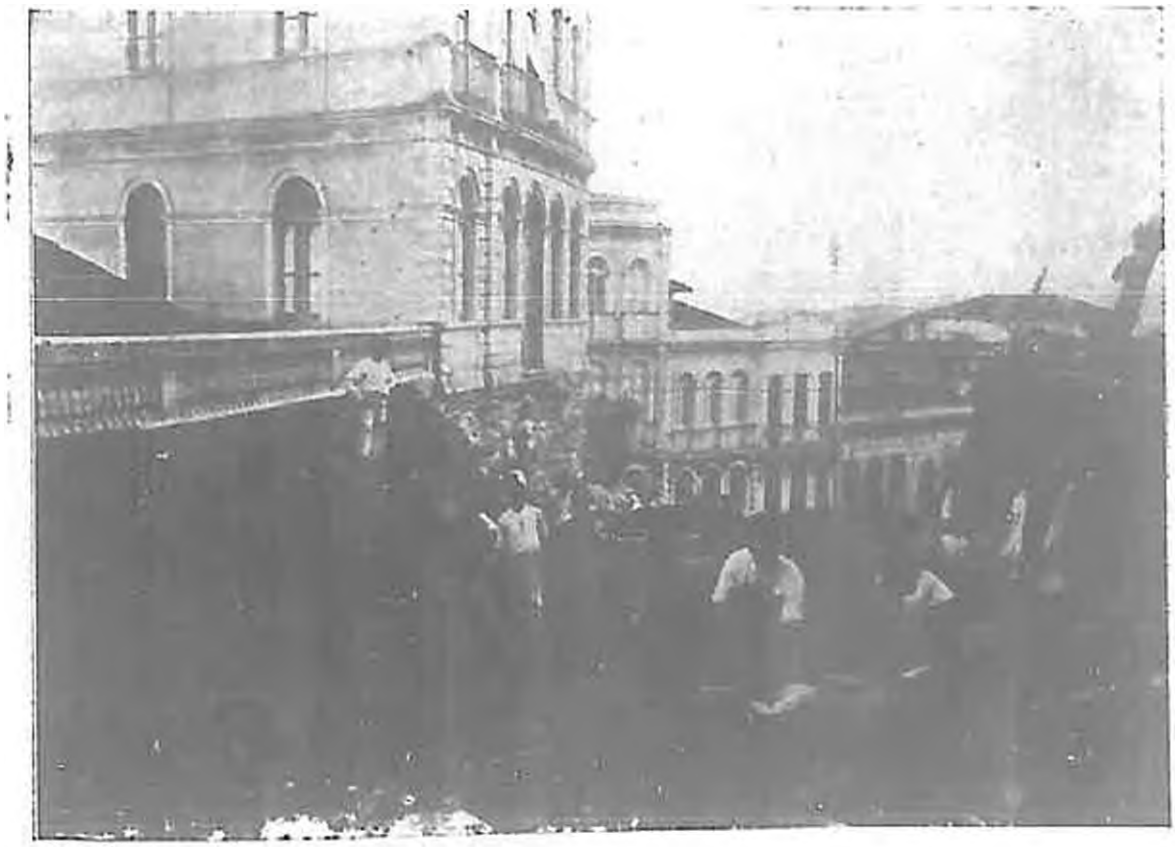
Aspecto da demolição de casas para a abertura da Ladeira Coronel Nestor Gomes



Rua Nestor Gomes em abertura — 1925



Um trecho antigo da Ladeira do Chafariz



Abertura da Rua Nestor Gomes



Desmonte de uma parte do jardim fronteiro ao Palacio do Governo para abertura da Rua Nestor Gomes



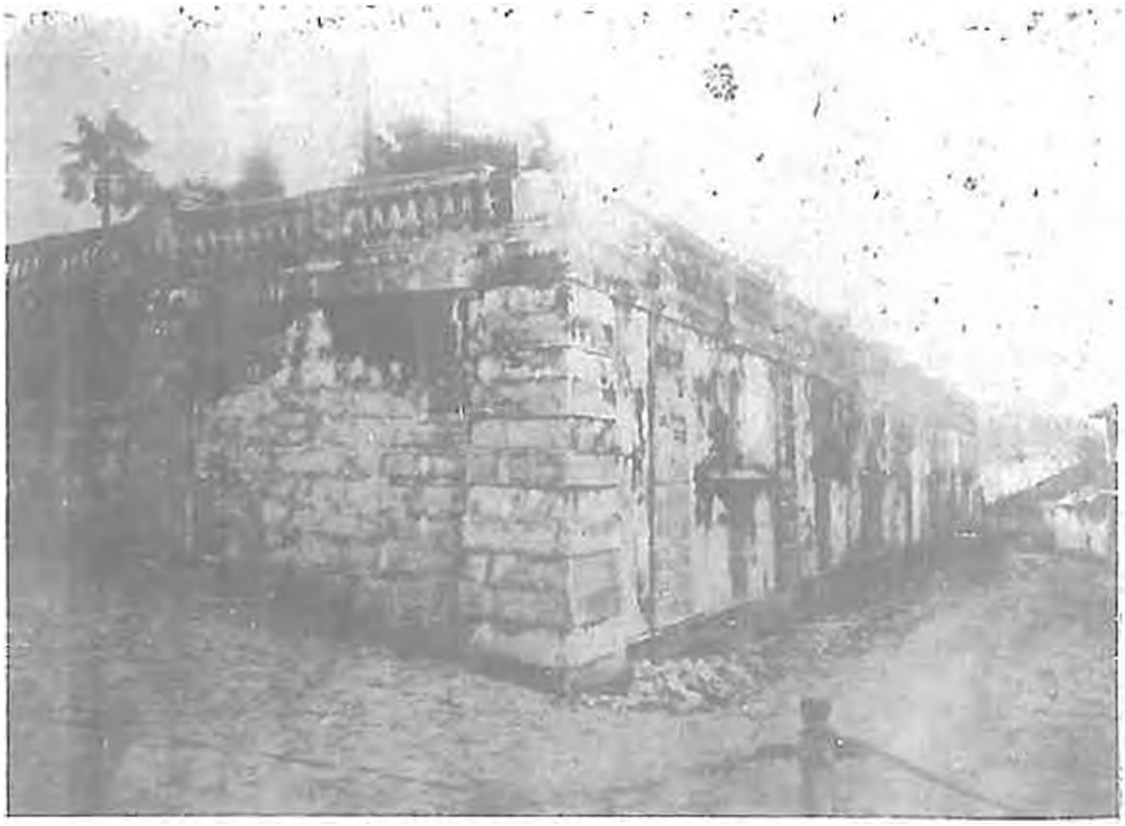
Abertura da rua Nestor Gomes



Um trecho concluido da rua Nestor Gomes



Aspecto do viaducto de São Francisco, em Victoria



Rua Nestor Gomes, antes do inicio de sua abertura, vendo-se o antigo paredão do jardim da Praça João Climaco



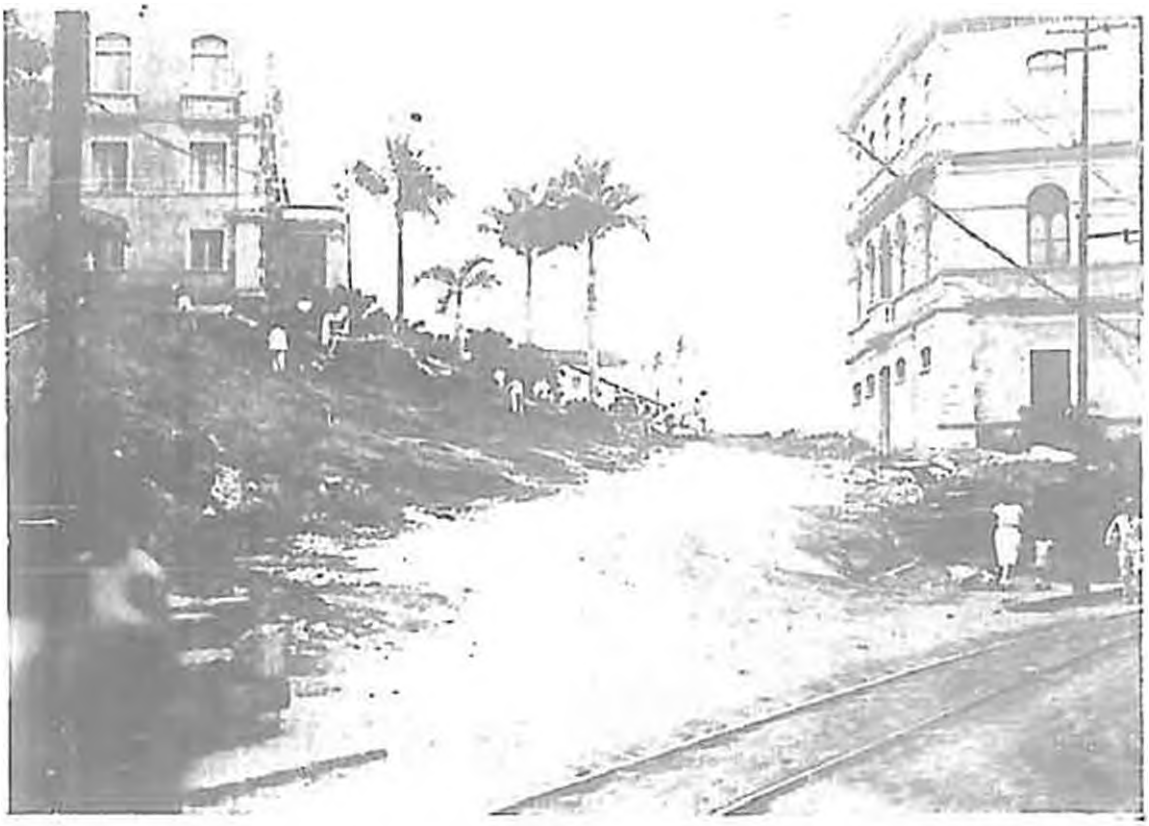
Jardim da Praça João Climaco, em construcção



Rua Nestor Gomes já aberta, vendo-se as novas construcções — 1927



Rua Nestor Gomes já concluida



Abertura da rua Nestor Gomes e construcção do jardim — 1924



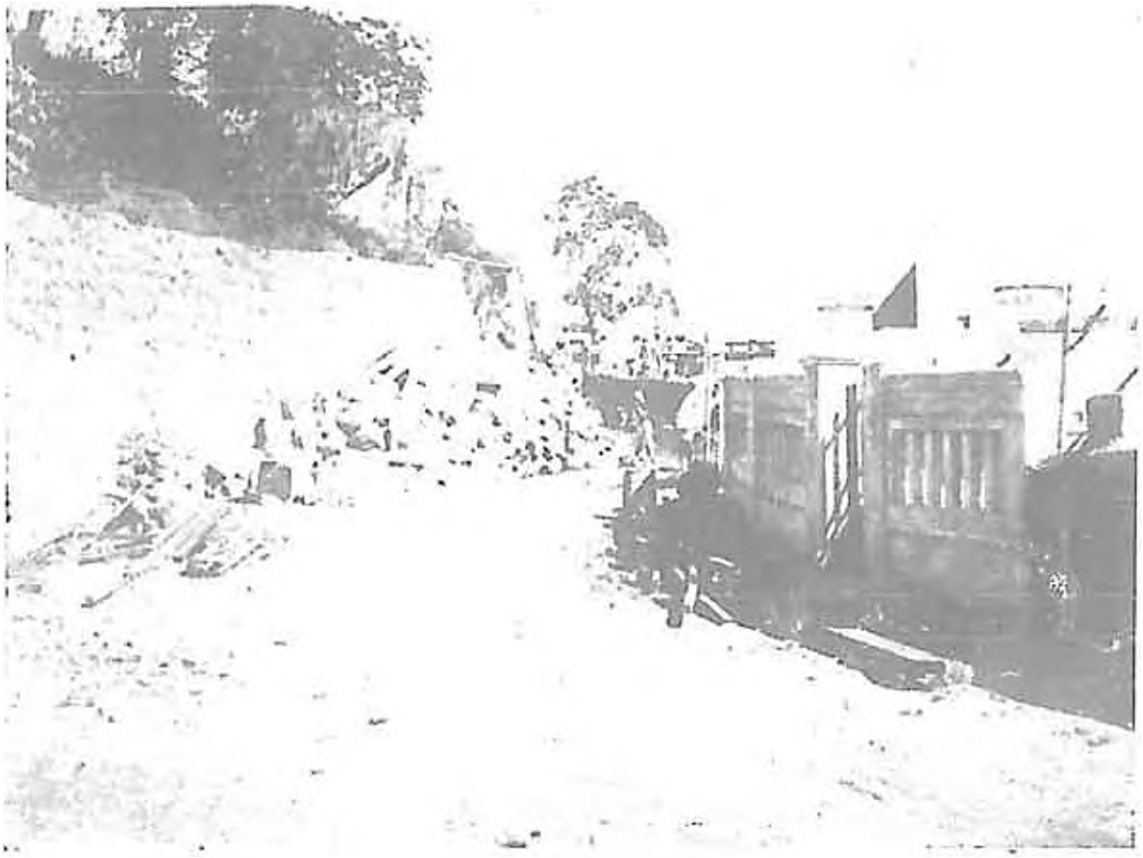
Rua Nestor Gomes já concluida



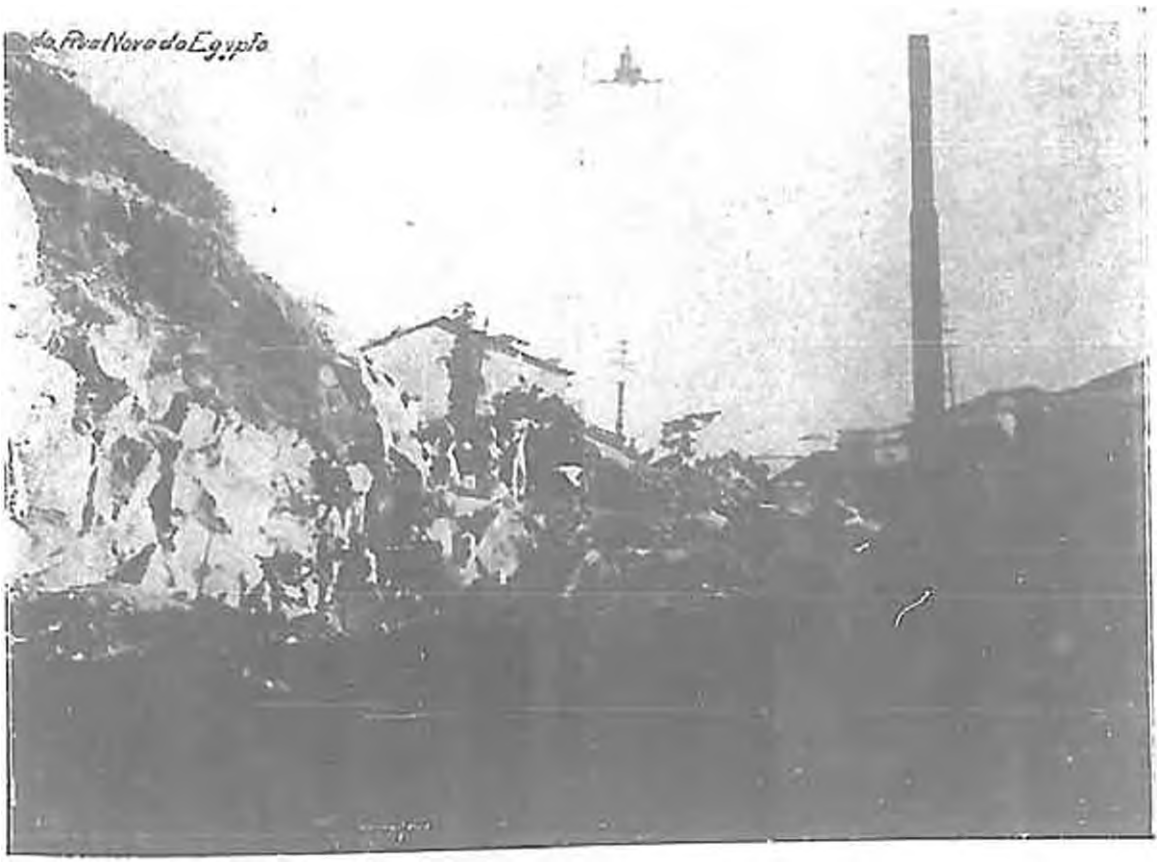
Obras de abertura da Rua Nestor Gomes



Rua Nestor Gomes depois da aberta



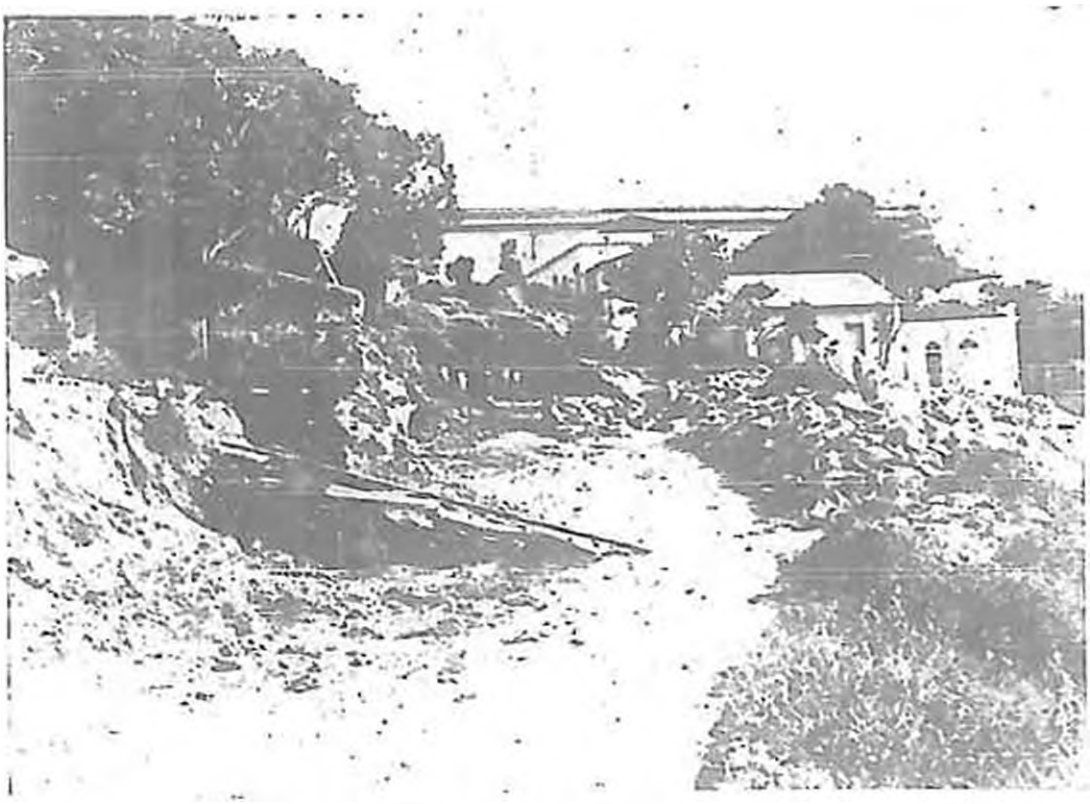
Abertura da rua do Egypto, vendo-se o muro para amparo da igreja de São Gonçalo



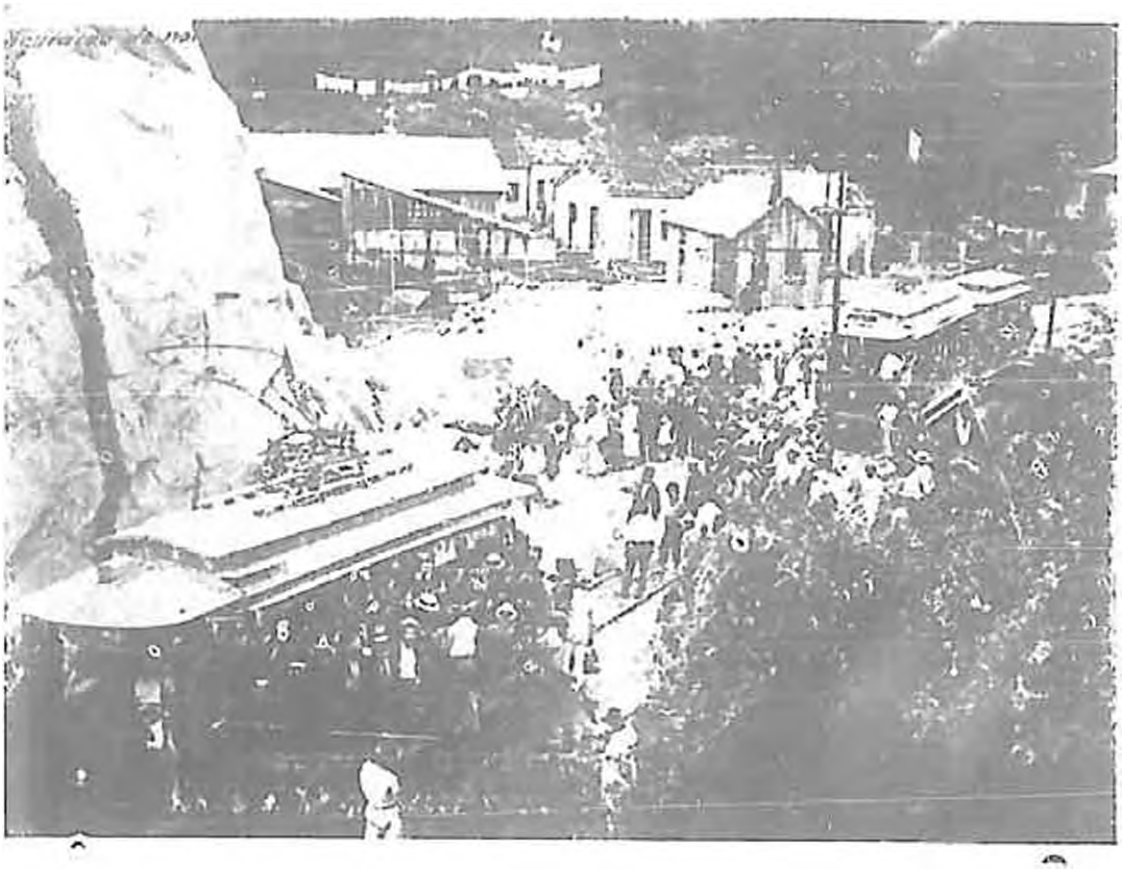
Abertura da rua do Egypto



Abertura da rua nova do Egypto



Rua nova do Egypto — Trabalhos de sua abertura — 1925



Inauguração das installações da pedreira Santa Helena



Pedreiras em exploração, para extracção de pedras



Praça João Climaco, com o seu ajardinamento e fonte



Avenida 15 de Novembro, de Jucutuquara, em abertura



Aspecto da Praça Oito de Setembro, vendo-se um pavilhão em construcção



Melhoramentos de Victoria — Abertura de um dreno na praça do Quartel

prestado ao local. O valor dos serviços realizados, compreendendo demolições e desapropriações, attingiu em 1925 a 95:805$850 e em 1926 os trabalhos de drenagem, agua, illuminação subterranea e remodelação da rêde de esgoto orçaram por 60:816$950.

Praça João Climaco

Não menos importante que os anteriores, foram os trabalhos realizados nesta praça que se acha concluida e inaugurada. Fizemos não só serviços de ajardinamento propriamente dito, como tambem de calçamento, ladrilhamento, illuminação, esgoto etv. Além da parte da praça, comprehende os trabalhos apontados o contorno da Ladeira do Chafariz ou rua Professor Santos Pinto pelo lado e parte da frente do Palacio. Foi gasta com estes serviços em 1926 a importancia de 83:001$655.

Além do ajardinamento e da ornamentação das praças acima e da escadaria apontada, sua conservação tambem esteve a cargo da 2.ª Divisão dos Serviços de Melhoramentos de Victoria, dispendendo-se durante o anno de 1925, 94:132$625 com isso e seus acabamentos definitivos.

Praça Municipal

Com esta praça, situada ao lado da rua Coutinho Mascarenhas defronte do predio da Prefeitura, dispendemos em passeios e calçamentos a quantia de 13:076$337.

NOVOS BAIRROS

Chacara Moniz Freire

Adquirida por necessidade da abertura de uma valla de contorno, libertando o bairro da rua Sete de Setembro das innundações frequentes, tive o segundo objectivo de aproveitar os terrenos dessa chacara com a divisão em lotes para a edificação de predios para habitações particulares.

BAIRRO DE JUCUTUQUARA

Grandes foram os serviços feitos pelo governo neste bairro.

Entre elles o de drenagem, de accordo com o plano geral, aterro de area apreciavel para construcção de casas para operarios e funccionarios publicos, abertura de novas ruas, rectificação, aterro e preparo da antiga rua de Jucutuquara.

Adquiri o restante da melhor area aproveitavel para edificações e, dividida em lotes, vendi a modico preço e mesmo em prestações, desenvolvendo, assim, extraordinariamente as construcções particulares.

Em 1923, Jucutuquara constava apenas da antiga rua desse nome com 7 metros de largura, tortuosa, sem drenagem, desnivelada. Apenas 4 casas de regular construcção ali se encontravam. 52 predios eram de entulho e as demais casinholas de zinco ou de palha com paredes de barro e de pessimo aspecto.

Actualmente, somente o governo construiu 93 casas.

Avenida 15 de Novembro

E' a principal arteria de Jucutuquara com 26 metros de largura inclusive os 4 do canal de drenagem que a divide em dois leitos e 836 metros de comprimento, devidamente drenados e construidos na minha administração.

A Avenida parte da actual linha de bondes da Praia Comprida e segue até a Estrada dos Fradinhos, ponto em que se bifurca nessa estrada e na que segue para Maruhype, ambas construidas pela Commissão de Melhoramentos.

Para o seu proseguimento até a esse ponto, foram necessarias as desapropriações das propriedades de João Piovesan, Antenor Furtado, Raymundo Nonato, Arnobio Siqueira, José Teixeira, D. Regina Breciane e Manoel Barros, no valor total de 114$500$000.

Com os serviços de aterro, escavações para abertura da rua dispendemos em 1924 207:895$989 e em 1925, 109:284$439.

Outras ruas

Nas ruas Augusto Calmon, Barão de Aymorés, Jucutuquara e tambem na Avenida, todas do bairro de Jucutuquara, gastamos com partes dos passeios, reparos no leito da rua, acquisição de terrenos a Victorino Bandeira e Corinha Madeira para alargamento da rua 14:472$145 e mais 68:597$970 com drenagem ao longo da Avenida 15 de Novembro e ruas transversaes.

Serviço de relevancia foi o do canal de drenagem, na extensão de 776 metros até 1925. Em 1926 foram feitas ligeiras modificações. O trecho de 341 metros e 40 centimetros é formado de dous muros de arrimo para supportar emprego de terra pois quasi todo o pro-

seguimento da valla foi elevado em suas margens, que eram formados do antigo leito do corrego canalisado.

Sobre o canal, em todos os cruzamentos de ruas, temos pontilhões com 6 metros de largura construidos de cimento armado e calculados para o rolo compressor de 12 tonelladas.

Com o total de taes serviços dispendemos em 1925 a quantia global de 126:657$363 que sommada a anterior e as feitas em 1926, se eleva a 226:647$282.

Praia Comprida

Depois de reconstruida e macadamisada, para dar accesso ao bairro, toda a estrada da praia, fiz o serviço de canalisação da agua potavel, preparando alguns trechos de ruas, devidamente calçados e drenados, macadamisei 240 metros de comprimeito da Avenida Ordem e Progresso e ruas transversaes, gastando nestes e nos demais serviços effectuados no bairro da Praia Comprida, sem incluir a estrada 134:283$710 em 1925.

A Avenida tem 30 metros de largura, tendo sido grande a area a macadamisar, apezar de dotada de largos passeios de 4 metros e de um refugio central de 5 metros.

As despezas com arruamentos, desapropriações, aterros, drenagens de ruas transversaes á avenida principal, acima referidas e mais as feitas em 1926, se elevam a quantia de 684:434$948, incluindo as desapropriações de terrenos dos herdeiros do Barão de Monjardim.

CASAS DE MORADIA

Tive sempre, como um dos problemas a resolver em Victoria, o das habitações já iniciado no governo Nestor Gomes.

De um lado, facilitavamos, especialmente aos funccionarios a possibilidade de adquirir casas de moradia e, de outro, poderiamos sem difficuldades, deslocar, dos predios a demolir, os respectivos habitantes.

No bairro Mulundú construi 25 casas, com a despesa de 295:318$096. Taes predios foram vendidos, em prstações, de accordo com a lei.

Em Jucutuquara, prosegui a construcção de casas, iniciada pelo meu illustre antecessor, em numero de 90 formando 3 grupos, á margem esquerda da Avenida. Dei, ainda, inicio a 4 grupos de 2 casas, maiores e melhores, que aquellas, na margem esquerda da Avenida.

Importaram as construcções em 250:000$000 no anno de 1924 em 1925 em 1.220:589$897 e em 1926 em 57:440$619.

Casas para operarios na Ilha Santa Maria e em Santo Antonio

Iniciamos nestes dois logares, em 1924, uma serie de casas para operarios, havendo, ainda naquelle anno concluido 7 na Ilha Santa Maria.

Em 1925 terminamos a construcção de 6predios em Santo Antonio e de mais 14 na Ilha de Santa Maria.

Com taes serviços dispendemos em 1925 a quantia de 63:938$600.

As casas da ilha Santa Maria tiveram de ser demolidas, posteriormente, pela Companhia concessionaria dos mangues de Jucutuquara, que construiu outras, em egual numero, em Maruhype.

Casas diversas

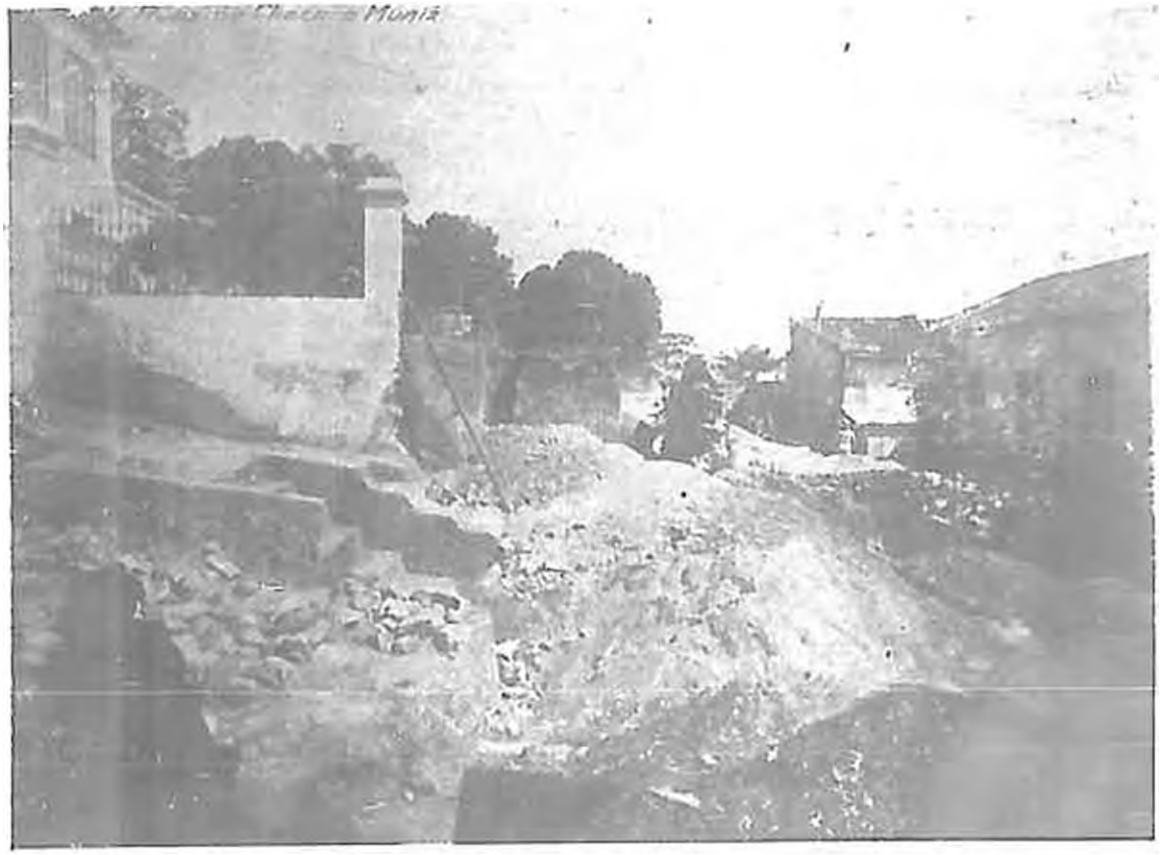
Construi, tambem para vendas em prestações, e permutas por casas a serem demolidas, um grupo de predios a rua S. Francisco com o dispendio de 81:739$600, e mais 12:810$610 pela que dei na mesma rua em substituição, aos herdeiros do professor José Nunes.

Gastei ainda 14:739$839 com a construcção de uma pequena casa na ladeira de São Bento, 57:996$915 em 1925 com o predio de 2 pavimentos na rua do Oriente, junto a séde dos Serviços de Melhoramentos, uma casa para as irmãs Queiroz, na Avenida Capichaba, em substituição de outra, no mesmo local, que fora attingida pelo serviço de abertura da Avenida.

Na rua do Egypto construimos um predio tambem para compensação de outro demolido para alargamento da rua, trabalho que custou 24:922$596 e, afinal, ainda para permuta, construimos uma pequena casa na ultima rua da Chacara Muniz Freire.

Concerto de Casas e construcções diversas:

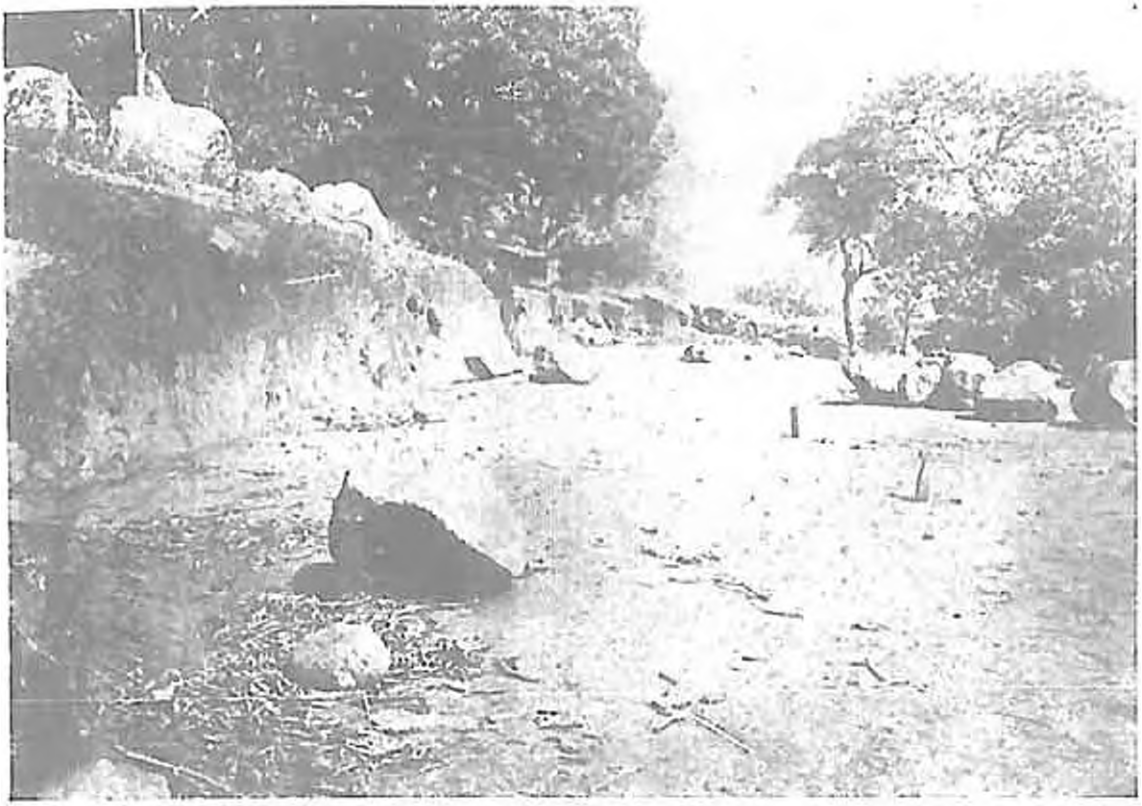
Sob o titulo "Concertos de casas", podemos apontar os differentes serviços feitos nas innumeras casas do Estado, não só no bairro de Jucutuquara, como tambem na Avenida dos Funccionarios, na Praça do Quartel, na Chacara Mulundum, etc. Dada a falta de habita-



Bairro Muniz Freire — Abertura de ruas — Aspecto dos serviços



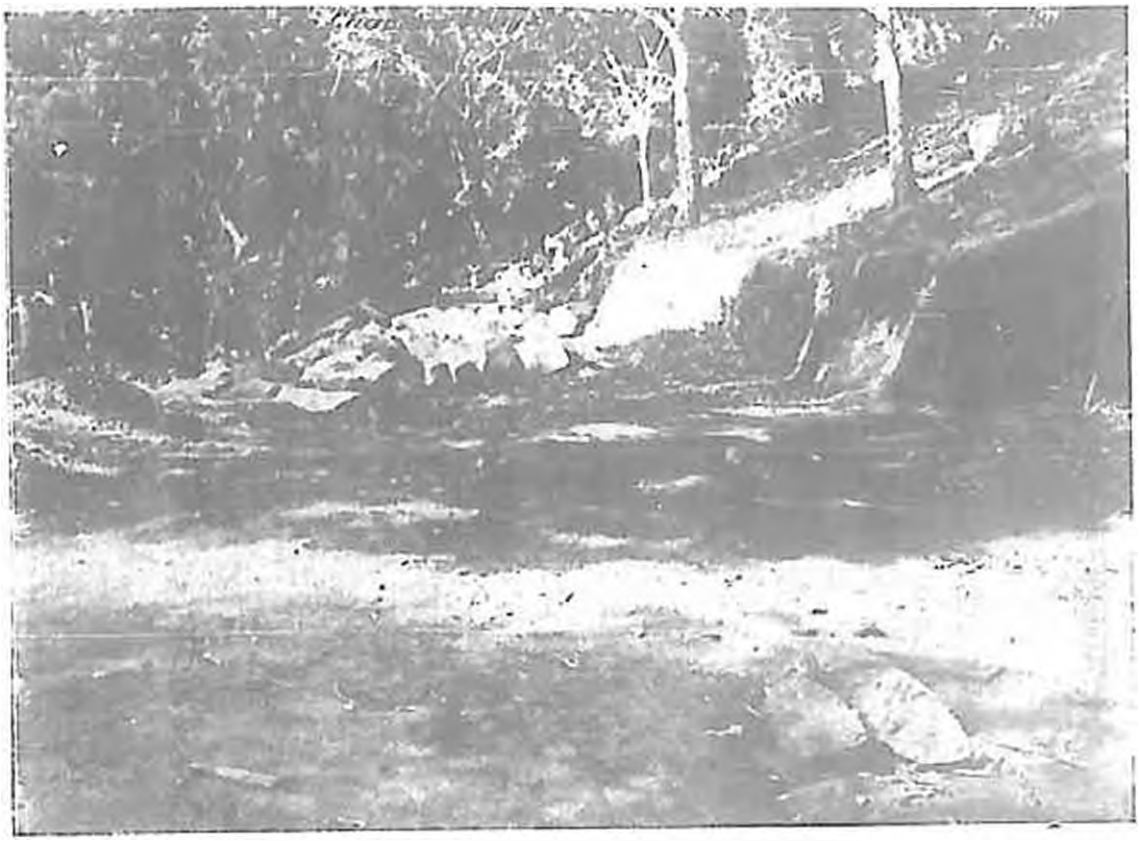
Bairro da Chacara Muniz Freire — Abertura de rua — 1926



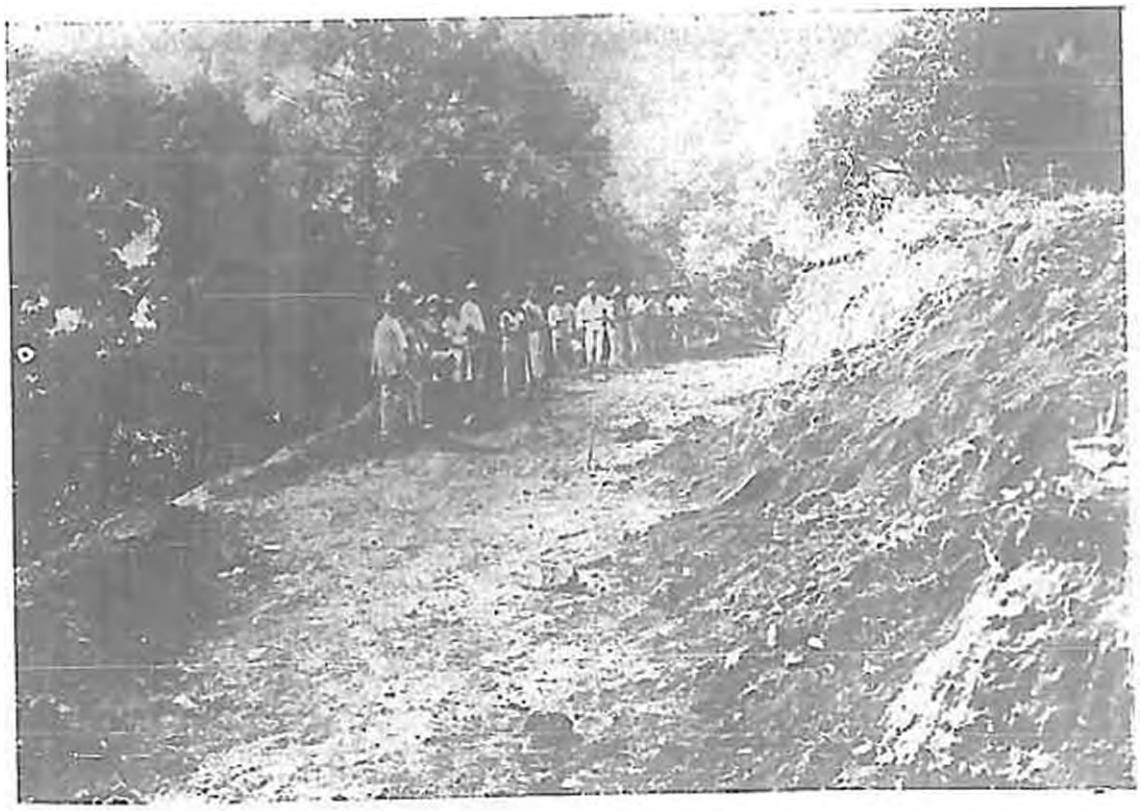
Ruas novas da Chacara Muniz Freire



Bairro Muniz Freire — Construcções novas nas ruas abertas — 1928



Abertura de ruas no bairro Moniz Freire



Abertura de ruas no bairro Moniz Freire



Inicio da construcção de casas para funccionarios, em Jucutuquara



Casas para funccionaarios em Jucutuquara, em construcção



Casas construidas pelo governo para funccionarios,
em Jucutuquara — 1927



Casas construidas pelo governo para funccionarios,
em Jucutuquara — 1927



Aspecto de casas construidas para funccionarios depois de concluidas, em Jucutuquara



Aspecto de casas construidas pelo governo em Jucutuquara



Casas para funccionarios, construidas ao lado do Quartel de Policia



Casas para funccionarios ao lado do Quartel de Policia



Rua Deocleciano Oliveira, aberta pelo governo e casas que construiu para funccionarios — 1927



Casas para funccionarios no bairro do "Mulundú" — 1927

ções em Victoria, para se effectivar as demolições destinadas a abertura de ruas na cidade, foi necessario occupar, temporariamente, as que vinham de ser concluidas e os funccionarios e demais interessados que requereram, mais tarde, taes casas, pediam igualmente que antes de lhe serem ellas entregues fosse feita, como é justo, a respectiva limpeza, reparos, etc. Desse modo dispendeu-se 56:926$109, em 1925.

EDIFICIOS PUBLICOS

Mercado da Avenida Capichaba

Comecei e terminei as obras do novo mercado, que veio satisfazer os justos anseios da população de Victoria. O antigo já não preenchia as necessidades da Capital. Depois de entregue ao publico e accommodados os locatarios, fez-se pequenos serviços de adaptação ás necessidades de cada um.

Com os serviços finaes foi empregada em 1924 a importancia de 14:556$279, em 1925 485:505$586 e 404:763$041, inclusive as despezas de aterro e preparo de terrenos.

Grupo Escolar

E' outra obra, a juntar-se a aquellas que vêm preencher lacunas existentes numa Capital, com o gráo de progresso que apresenta Victoria. Os serviços e respectivas obras que se fizeram durante o anno de 1925 montaram a 337:768$949 e em 1926 para o acabamento a 261:291$876, inclusive o valor dos terrenos.

Séde da Commissão de Melhoramentos

Com o predio acima, em que funccionou esta commissão na Avenida Capichaba, gastou-se a quantia de 20:611$960 em 1924 e mais a de 236:283$262 em 1925, representando, pois, o custo total de 256:895$222.

Archivo e Bibliotheca Publica

Diante da premente necessidade de um edificio em que pudesse ser installado o Archivo Publico, que, por falta de accomodação, esteve desorganisado, mandei fazer um predio para esse fim, tendo o terreno custado 30:000$000. Em 1925 dispendemos com a construcção do predio 90:175$800. Com os trabalhos e pagamentos finaes da construcção, em 1926, gastaram-se 124:247$067.

Mercado da Villa Rubim

No intuito de servir a esse populoso bairro e distante do mercado da Avenida Capichaba, mandei fazer um predio para esse fim. Inclusive o custo dos terrenos adquiridos para o predio e as duas ruas lateraes, seu preparo etc. gastamos em 1927 a somma de 84:672$292. Em 1926, 11:109$675 e em 1928, para a conclusão, 96:000$000.

Penitenciaria do Estado

Os cubiculos dessa prisão eram feitos de taboas, sem a segurança necessaria. Foi preciso executar obras de reforma, divisões dos compartimentos das prisões, forros e tudo mais de cimento armado. Com isso gastou-se em 1924 a somma de 13:081$800 e em 1925, 84:932$493.

Com a continuação dos serviços de reforma desse proprio estadual e a construcção de casas para os respectivos funccionarios, dispendeu-se a importancia de 33:725$955 em 1926. Em 1927 foi construido um pavilhão especial para mulheres.

Palacio do Governo

Além de obras já referidas neste relatorio, foram executados durante o anno de 1927, pela Commissão de Serviços de Melhoramentos de Victoria em diversas reformas internas que se faziam necessarias, em vista do máu estado em que se achavam o assoalho e o telhado do alpendre da área interna etc. Com isto e o revestimento das paredes etc., gastou-se a quantia de 68:135$069.

Predio do Estado na Avenida da Republica para a Repartição dos Correios

Possuia o Estado um predio nessa Avenida e sentia-se em difficuldades para remover a Administração dos Correios de um outro já adquirido pelo Governo e que devia ser demolido, em virtude do traçado da Avenida Capichaba. Como o predio acima não tivesse as dimensões, nem as demais condições necessarias para os Correios, tive de mandar adaptal-o, com o que dispendi até 1925 a quantia de 80:832$570.

Tambem a Repartição dos Telegraphos, no Estado, foi forçada a desoccupar a casa em que se achava, tendo o Governo agido no sen-

tido de facilitar a nova installação desse serviço publico; despezas estas pagas pelo respectivo proprietario do predio.

Predio do Morro Santa Clara

O Governo passado alli construiu para residencia presidencial, um predio, transformado depois, com a construcção de dous pavilhões lateraes.

Estando a cahir um dos pavilhões da Santa Casa de Misericordia, que servia como séde do Orphanato Santa Luiza, abrigando cerca de 80 creanças pobres e desvalidas, resolvi completar um dos pavilhões e ceder o edificio principal com o pavilhão concluido para o referido Orphanato. Gastou-se com essa terminação e adaptações a quantia de 158:243$219.

Esta cessão foi a titulo precario.

Santa Casa de Misericordia

Foram grandes os serviços feitos pelo governo para a Santa Casa de Misericordia. O pavilhão onde se achava o Orphanato, ameaçava ruinas pelo que ordenei a respectiva reconstrucção. Esses trabalhos foram feitos de accordo com o Provedor e as Irmãs de Caridade, que dirigem a instituição. Em 1925 dispendeu-se a quantia de 76:468$780 e em 1926 a de 24:567$129.

Ampliação do predio da Delegacia de Policia

O edificio da Delegacia Geral de Policia desta Capital não comportava mais os seus serviços, exigindo ampliação. Fizeram-se algumas desapropriações de predios contiguos, no valor de 45:000$000; construiu-se um novo predio em prolongamento ao existente, no valor de 71:846$021; fez-se uma pequena garage, limpeza, reforma e pintura do predio velho, no valor de 10:474$252, resultando um dispendio total, em 1925 de 127:320$275.

Garage da Ilha de Santa Maria

Alguns barracões feitos para alojar operarios na Ilha de Santa Maria, foram aproveitados para garage dos caminhões da Commissão de Melhoramentos. Fizeram-se para isto, ampliações e adaptações.

Hospital de Isolamento

Não possuia o Estado um edificio para o Isolamento de doentes atacados de molestias contagiosas. Tinha-se na Ilha do Principe um velho barracão que já serviu para esse fim; encontrava-se porém, quasi em ruinas, não se prestando mais para isolamento, por se achar, além disso, bastante povoada a Ilha.

Tendo havido nesta Capital um surto da epidemia de variola, foi necessario concertar e ampliar apressadamente esse velho barracão, assim como pedir ao Governo Federal, embora a titulo precario, as ruinas de um edificio na Ilha da Polvora, para alli se fazer o Isolamento.

Em 30 dias, com grande esforço do pessoal da Commissão dos Serviços de Melhoramentos, conseguio-se apparelhar o velho barracão da Ilha do Principe para 16 leitos, com todas as dependencias necessarias.

Gastou-se com os reparos do barracão da Ilha do Principe 30:544$914, e com o pavilhão da Ilha da Polvora, 96:629$794. Este ultimo, ficou um edificio muito adequado ao fim a que se destina e é da propriedade do Governo Federal. Para o completo acabamento dispendemos approximadamente 30:000$000.

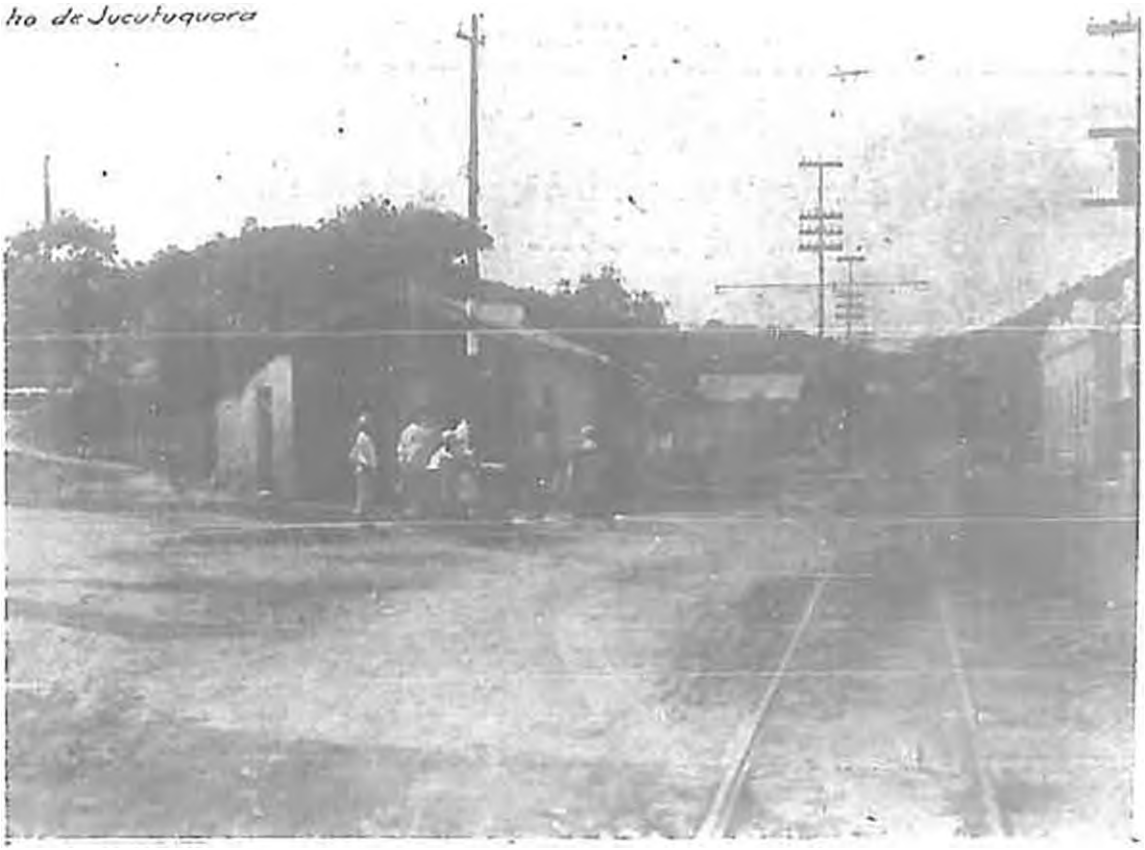
A premencia do mesmo motivo, determinou a construcção de um instituto vaccinogenico em Maruhype, que custou a somma de 25:803$794, e para o mesmo serviço uma garage, que custou 8:243$300.

Montagem do britador de Caratoyra

e reparos no bate-estacas

Por conveniencia dos serviços fez-se a montagem de um britador de pedras em Caratoyra, afim de melhor attender aos serviços da estrada de Santo Antonio.

A respectiva montagem, compreendendo todo o serviço indispensavel a uma installação completa, importou em 1926, na quantia de 19:073$525, e com a remodelação que se fez no bate-estacas, adquiri-



Vista de Jucutuquara antes da abertura de ruas e praças — 1924



Jucutuquara antes da abertura de ruas e praças



Jucutuquara — Avenida 15 de novembro e casas construidas pelo Estado — 1926



Avenida 15 de Novembro em Jucutuquara depois de aberta e já construida — 1926



Avenida 15 de Novembro, em Jaguariuna, vendo-se nos fundos casas a serem demolidas





Grupo de casas para funccionarios no bairro do Mulundú, em conclusão



Aspecto da rua Augusto Calmon, em Jucutuquara, construida para funccionarios

do para attender a serviços do Estado, gastou-se a importancia de 5:312$900.

Tambem foi necessario adquirir e completar uma olaria que, com a compra de 5 mil ms2 de terrenos, custou 86:500$000.

Forneceu ella mais de 350.000 tijolos no momento de grande escassez deste material.

Serraria adquirida do Sr. André Carloni

Para os diversos trabalhos de moldagem de cimento armado, serviços de esquadrias etc foi adquirida uma pequena serraria, existente na Ilha do Principe que vai prestando ás Obras do Porto mestimaveis serviços. Custou 39:600$000, tendo sido posteriormente, arrendadas as machinas a Societé de Construction de Port du Bahia, por 560$000 mensaes.

Desapropriações de terrenos necessarios e de predios para alguns serviços ainda a executar

Para serviços na rua Domingos Martins, na estação Convertidora, na fonte da Capichaba, nos fundos do Quartel do Regimento Policial, fizeram-se desapropriações no valor de 166:656$500.

Estradas da Capital

Podemos assim resumir os dispendios em estradas diversas: Foram feitas pela Commissão, obras de construcção, em bôa parte, de reconstrucção, melhoramento e alargamento das estradas para Santo Antonio, Praia Comprida, Jucutuquara, e Maruhype, e de Maruhype a Bomba e d'ahi, passando por Barro Vermelho e Praia Comprida, pelo extremo Norte, formando uma linha em contorno de estradas de rodagem.

Estrada da Praia Comprida

Dispendeu-se em 1924, no trecho do Cruzamento até a Avenida Ordem e Progresso e dahi por diante, a somma de 179:707$250 em 1925 161:179$241 em 1926 e em 1927 37:308$620.

Estrada de Santo Antonio

Alargou-se o trecho da Avenida Cleto Nunes á Villa Rubim

para 16 ms. em uma extensão de 600 ms. e dahi por diante para 12 ms de largura, com 2000 ms. de comprimento. Dispendeu-se 112:461$842, em 1924, 638:562$895 em 1925 e 16:839$085 em 1926. A parte mais larga é a que vai, em parte, dar passagem a estrada de ferro de accesso ao Porto.

Estrada do Jucutuquara a Maruhype

e Praia Comprida

Já havia a estrada de Maruhype á Bomba e á Serra, mas incompleta, sendo necessario dar franca passagem aos habitantes de Fradinhos e da zona contigua, extraordinariamente povoada.

Começada a Avenida 15 de Novembro (Avenida de Jucutuquara) era preciso, em seguimento, alargar o pequeno caminho existente. Fez-se uma estrada com 9 ms. de largura e com 1575 ms. de comprimento, custando até a encruzilhada de Maruhype 48:429$100. Em 1926 gastou-se 8:574$555.

Foi, após, prolongada em direcção á Praia Comprida, com a extensão de 3050 ms. e 6 metros de largura. Com esta segunda parte gastou-se até 31 de Dezembro de 1925, inclusive algumas pequenas desapropriações, a quantia de 66:137$107. Em 1926 gastou-se 65:238$664.

Variante no Forte de São João

Neste trecho da Estrada da Praia dispendeu-se em 1924 23:702$000, em 1925, 8:276$000 e em 1926, 41:078$490. Uma das margens desse trecho foi feita de cimento armado.

Ponte da Passagem

Teve inicio o trabalho projectado para o fechamento parcial do canal que separa a Ilha do Continente, ficando apenas aberto um vão de 10 metros, onde será construido um pontilhão. Os serviços feitos, até agora, foram de enrocamento de pedra jogada, com a despesa de 37:114$860.

Não foi possivel concluir o trabalho.

FAVORES A EMPRESAS PARTICULARES

Dentre os favores concedidos para a construcção de predios de interesse para a Capital, destacam-se os que se seguem:

Majestic-Hotel

Dado o grande empenho que eu tinha em facilitar a construcção de um ou mais hoteis em Victoria, auxiliei a do Majestic-Hotel com a sua installação de agua e esgoto e os terrenos das casas n. 1, 3 e 5, que foram demolidas na rua Dyonisio Resende.

Por um lado facilitei ao hotel uma pequena area a mais para a sua ampliação e, por outro, alarguei a rua Dyonisio Resende, neste trecho.

Com todas estas despezas, gastou-se a quantia de 99:000$000, da qual, grande parte deve ser levada em conta da abertura da rua Dyonisio Resende, no valor de cerca de 32:000$000 e o restante para auxiliar o hotel com os serviços de agua e esgoto.

Theatro

Era conhecido o nosos velho Theatro de madeira, criticado por toda a parte, mas representando grande esforço do ex-presidente Dr. Moniz Freire e prestando á nossa população bons serviços.

Competia agora ao Governo, em face dos compromissos assumidos com a Prefeitura, fazer um edificio para esse fim; mas, attendendo ao grande dispendio que tal obra exigiria, preferi obter da Prefeitura a dispensa desse compromisso, em troca de outros favores que lhe fiz e auxiliar a iniciativa particular, que, para isso, se mostrou solicita.

A Prefeitura concedeu isenção de imposto predial e o Governo doou o terreno necessario para a edificação do theatro, auxiliando a construcção com um emprestimo de 280:000$000, a juros de 9 % e praso de 5 annos ao concessionario, Sr. André Carloni, que levou a effeito a obra iniciada, de modo a dotar a cidade de um theatro moderno, maior que o antigo Melpomene. A construcção é de cimento armado e foi feita em condições de solidez e segurança, com os requisitos exigidos para o fim a que se destina.

DIRECTORIA DE AGUA E ESGOTO

Ao assumir o Governo, encontrei os serviços de Agua e Esgotos da Capital e arrabaldes incluidos no arrendamento feito á Companhia Serviços Reunidos S. A., que tinha tambem a seu cargo os trabalhos de viação, luz, esgotos, electricidade e telephones.

Logo no inicio de minha administração, em Novembro de 1924.

procurei excluir taes serviços dos bens arrendados, com a reforma que procedi no contracto com aquella Companhia.

Dessa data a esta parte, ficaram elles a cargo do Governo, a principio formando a 3.ª Divisão da Commissão Serviços de Melhoramentos de Victoria, passando, afinal, a constituir a Directoria de Agua e Esgotos da Secretaria da Agricultura, Terras e Obras, creada pela lei n. 1.634 de 24 de Agosto de 1927.

Ainda está, por certo, na memoria de todos quantos são servidos pelo abastecimento d'agua de Victoria, a situação precaria em que nos achavamos em 1924 quando assumi o governo do Estado. Além de grande falta d'agua, insufficiente para as principaes necessidades, não era possivel ter confiança no abastecimento mesmo escasso, pois existia uma unica linha submarina no Guayamú e essa já em pessimo estado.

Por outro lado, a linha adductora apresentava defeitos de construcção importantes que lhe diminuiam a capacidade de abastecimento e impossibilitavam a conserva em trechos como os do Brejo Grande e do Itanguá, dentro do brejo e do mangue. Nas minhas mensagens, fui sempre minucioso nas apreciações sobre as condições precarias do serviço de addução d'agua, do mesmo modo que sobre a sua distribuição pela cidade e sobre o serviço de esgotos.

O projecto geral de trabalhos, comprehendendo a reforma integral da linha adductora construida em 1911, que apresentava um grande numero de defeitos de construcção, como extensos trechos dentro de brejaes, ou de terrenos alagadiços, grandes siphões no continente, dentro da Ilha de Victoria, concorria de um lado para tornar difficil sua manutenção e conserva e de outro para augmentaar a perda de carga da linha e com isso diminuir o seu volume de adducção. Essa reforma já hoje concluida consistiu na construcção de novos trechos dessa linha em extensão maior de cinco kilometros.

Levamos ainda a effeito a captação de novos mananciaes e a construcção de uma nova linha adductora de agua. Os mananciaes escolhidos foram os corregos Panellas e Bubú, com apreciavel bacia hydrographica e apresentando descarga minima na estiagem, conforme as observações feitas, a partir de 1924, de 85 litros por segundo. A linha adductora foi projectada, com encanamentos de aço Mannesmann, de 25 cms. de diametro e com extensão de 19 kms. Além disso projectou-se, como medida de previsão futura, um reservatorio de armazenamento das sobras nas cheias desses dois mananciaes, ultima-

mente referidos e tambem das do Pau Amarello, a serem trazidas para o açude projectado, que as distribuirá nas épocas de estiagem. A barragem para o açude deverá ser construida, poucos metros a jusante da pequena represa de captação projectada, para a nova linha adductora, e deverá ter altura de lamina d'agua de 10 ms. approximadamente. A capacidade de armazenamento do açude assim formado será de cerca de 509.003m3., permittindo fazer face mesmo nas épocas de estiagem, a um fornecimento de cerca de 12.000ms3. diarios, sufficientes para uma população de 80.000 habitantes, tomando-se uma quota basica diaria de 150 litros por habitante, quantidade sufficiente, uma vez que seja o consumo fiscalizado.

Naturalmente a effectivação desse ultimo projecto, que exigirá a construcção de uma 3.ª e nova linha adductora, não será para já, pois o abastecimento que temos foi calculado para 40.000 habitantes e com a quota diaria de 200 litros, emquanto que a nossa população actual servida pelo abastecimento orça por 30 mil habitantes, inclusive arrabaldes e municipios visinhos abastecidos pelo mananciaes, já captados.

Succede mais que o plano geral estabelecido pelo meu Governo, comprehendia a ampliação da rêde de distribuição, que não servia a muitos arrabaldes da Capital; como Santo Antonio, Caratoyra, Jucutuquara, Praia Comprida e Barro Vermelho a revisão e substituição de grande parte da rêde existente e em máu estado, e o mesmo serviço com relação aos esgotos.

A parte mais importante desses projectos e que interessava de perto a actual situação de nossa Capital foi realisada, notando-se que, com relação ao abastecimento d'agua, já o estava, quando, em 1926, vos dirigi minha mensagem, e os seus effeitos já são, desde essa época conhecidos.

Infelizmente tivemos alguns accidentes, quanto ao abastecimento d'agua, devido ao trecho submarino da linha adductora, que, a despeito de todos os cuidados, só poderá ser considerado um serviço definitivo, depois de concluida a ponte de ligação, em cujo extremo, já se acham os canos da nova linha adductora, no Continente e na Ilha de Victoria.

Temos, é verdade, duas linhas submarinas, uma para a adductora velha, em Itacibá, e outra para a nova, nas visinhanças do local da ponte, de modo que, em caso de accidente numa dellas, a outra poderá abastecer a cidade, até ser o accidente reparado; mas a antiga ad-

ductora, por si, não abastece sufficientemente a Capital. Dahi o motivo das justas reclamações quando um accidente em qualquer dellas impede seu funccionamento.

Em 1927 foi continuado esse programma geral, e muito breve poderá ser inaugurada a nova travessia da bahia por uma das linhas adductoras pela ponte de Victoria ao Continente, para nos deixar ao abrigo dos accidentes tão lamentaveis a que estamos sempre sugeitos com a linha submarina.

Nas minhas mensagens detalhei convenientemente, os serviços effectuados em 1924, 1925 e 1926.

— SERVIÇO DE AGUA —

Captação do Rio Bubú

Ainda não foi concluida a captação do Bubú por desnecessaria.

Captação do Panellas

Conforme já tive occasião de dizer, na linha adductora de Panellas registraram-se alguns accidentes.

Com a conservação deste trecho dispendemos rs. 55:735$360 em pequenos pilares para a linha supportar os encanamentos em alguns logares e uma collocação de canos, na Ponte de Victoria, gastamos em 1927 4:927$734.

Com as desapropriações e indemnisações de terrenos que continuamos a adquirir nas bacias de Panellas e Bubú dispendeu-se em 1927 56:350$000, em desapropriações e 1:000$000 em indemnisações.

Em 31 de dezembro de 1927 se achavam no cartorio dos Feitos da Fazenda aguardando liquidação, ajustes feitos, representando a somma de 16:490$000.

Ainda em 1927 pequenas despezas na barragem do rio Panellas importaram em 1:387$700.

Estrada de Samambaia

Para evitar a passagem de pedestres e tropas em logares onde fosse facil a polluição das aguas do Panellas foi construida a estrada denominada *Samambaia* em substituição a uma existente na dita bacia.

Despezas effectuadas em 1927, 13:888$000.

Modificação da linha adductora do "Pau Amarello"

Com a construcção de reforma da linha adductora do Pau Ama-

rello gastei com a construcção de pilares no Itanguá e retiradas de tubos nos trechos modificados, 7:876$232.

Construcção de casas para guardas da linha adductora

Com os seus serviços dispendi em 1927, 4:108$676.

Linha telephonica

Acha-se inteiramente concluida tendo sido gastos, 16:319$900.

Cobertura do Reservatorio de Santa Clara

Ficou inteiramente construido tendo se gasto, 37:539$697.

Abastecimento da Chacara Moniz Freire

Para abastecer os predios das duas ruas de cotas mais elevadas no referido bairro foi construido um pequeno reservatorio e installada uma bomba com o respectivo motor electrico, achando-se este serviço prompto para o seu funccionamento.

Abastecimento da Villa Rubim e Morro de S. Antonio

Com a construcção dos serviços iniciados para esse fim, dispenderam-se, 45:223$400.

Nestes bairros acima, o abastecimento de agua é feito por meio de elevação mechanica.

Abastecimento de Jucutuquara

Despezas effectuadas em 1927 com tal serviço 2:055$500.

Abastecimento de Cariacica

Despezas effectuadas em 1927, 1:127$600.

Augmento de rêdes de distribuição

O desenvolvimento da cidade continuou a exigir despezas neste sentido que foram as seguintes:

Ladeira do Chafariz	479$600
Ladeira São Francisco	1:974$200
Praia Comprida	24:169$275
Barro Vermelho	3:506$900
Praia do Suá	1:717$600
	31:847$575

Reforma de rêde de distribuição

Proseguindo o programma de reforma da rêde de distribuição desde junho de 1927 a Dezembro dispendemos a quantia de 44:731$787

Manutenção e conservação dos serviços de agua

Com este titulo e na linha adductora do Panellas e Pau Amarello, nos canos submarinos e conservação das represas "Pau Amarello" e "Panellas", conservação geral da rêde distribuidora de agua gastaram-se 175:350$918.

Diversos serviços

Com pequenos serviços de desligações de agua, sondagens para cadastro de consumo de agua de Victoria, collocação de registro de incendio, derivações e installações de hydrometros, dispendeu-se em 1927, 10:547$675.

— SERVIÇOS DE ESGOTOS —

Augmento de rêde

Para attender ao desenvolvimento da cidade o serviço da rêde de esgoto orçou por 21:187$575 sendo:

Jucutuquara	10:464$770
Chacara do Moniz	8:273$050
Rua Nestor Gomes (Lad. do Chafariz)	1:277$650
" transversal a rua do Norte	909$100
" São João (Villa Rubim)	263$000

Reforma de rede de esgotos

As despezas effectuadas em 1927 para a reforma de esgoto foram apenas de 1:538$450.

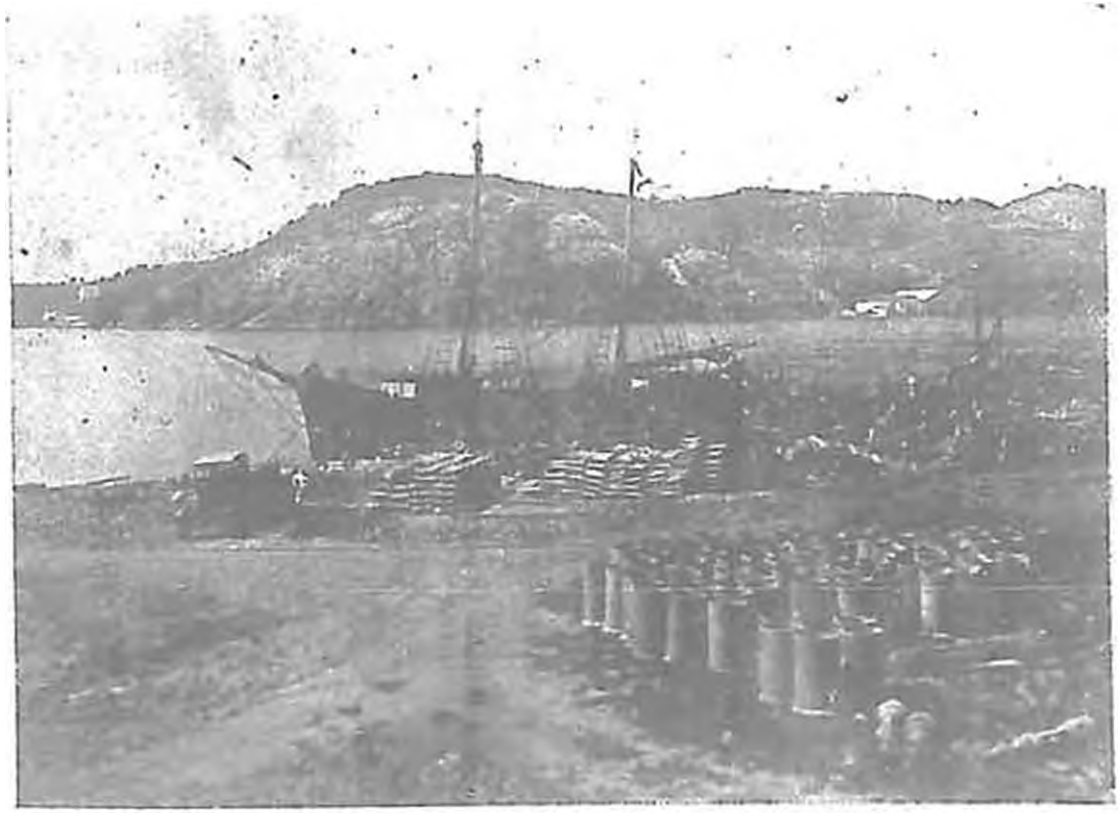
Manutenção e conservação do serviço de esgoto

Dispendeu-se em 1927, 34:294$450.

nos de ferro fundido para a reforma da rêde
distribuidora dagua na Cidade de Victoria.



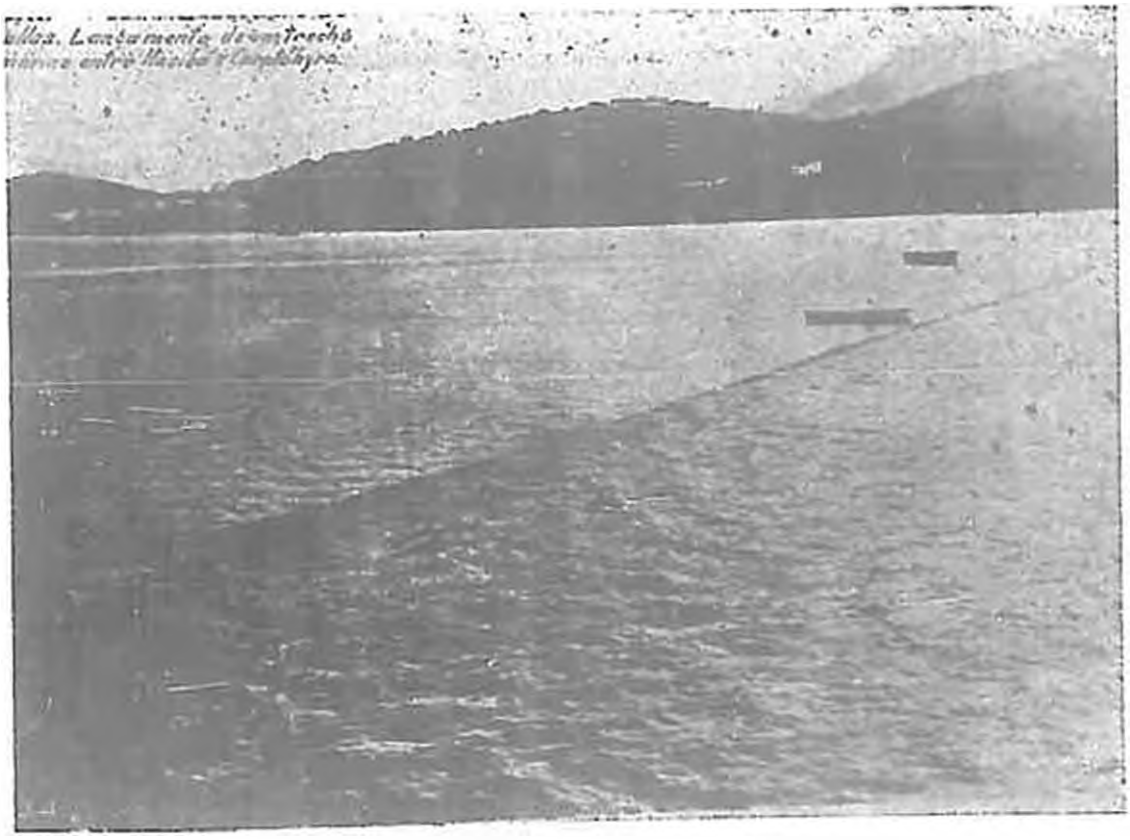
Canos de ferro fundido para reforma da rêde distribuidora de agua de Victoria — 1925



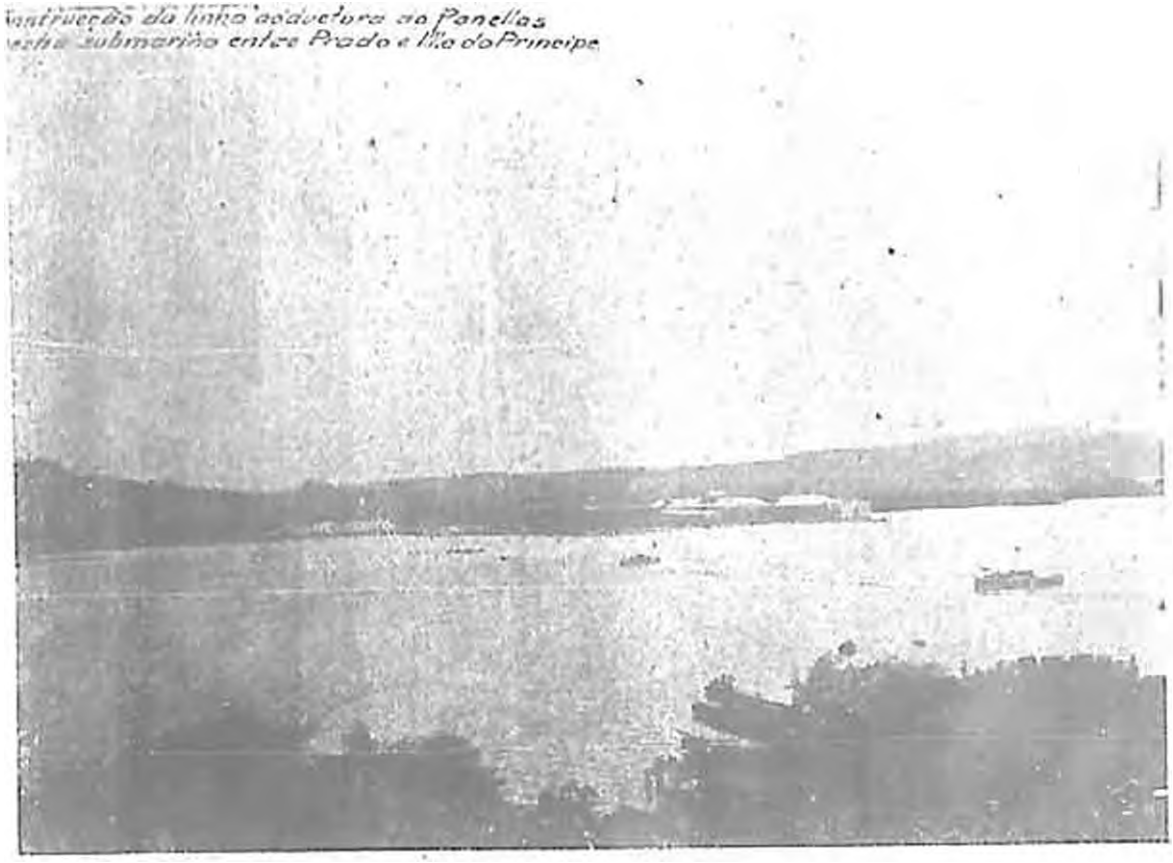
Deposito de materiaes para os serviços de agua e esgotos da capital



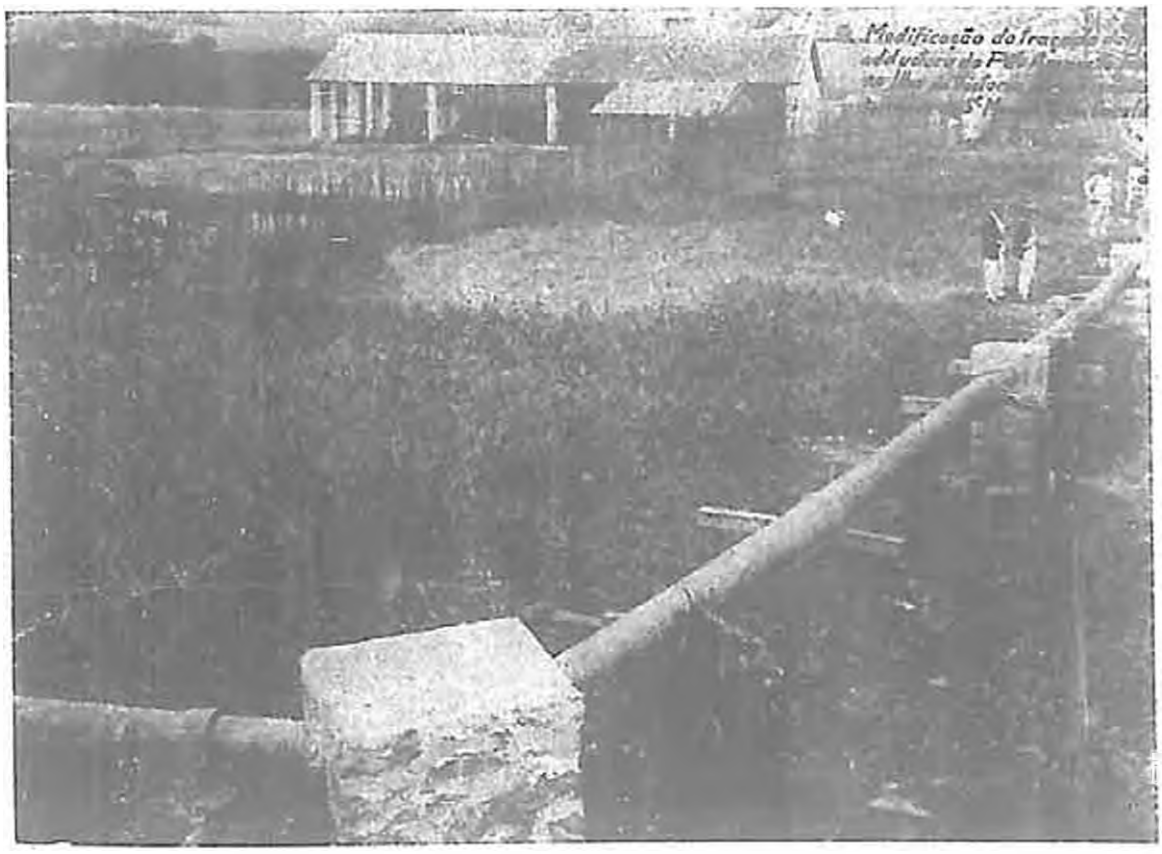
Modificação da linha adductora de Pau Amarello



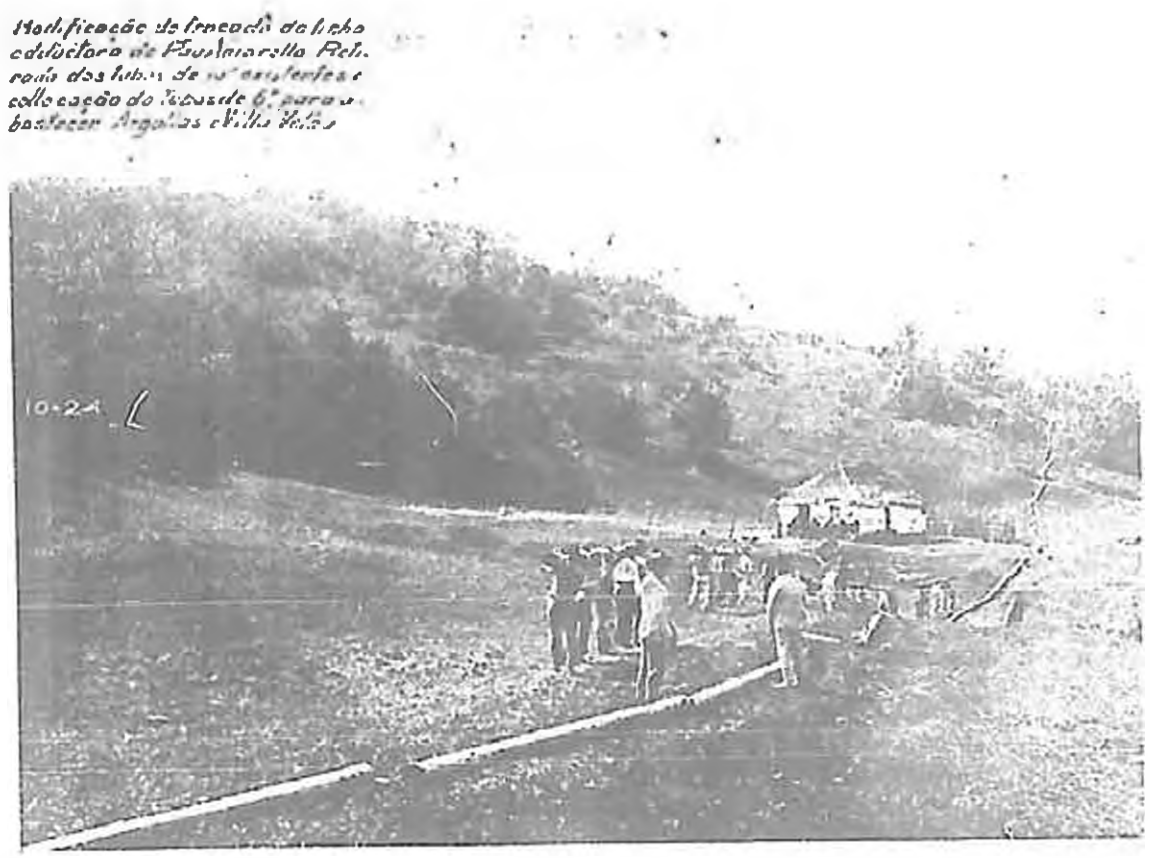
Lançamento ao mar da linha adductora, no trecho entre Itacibá e Caratohyra



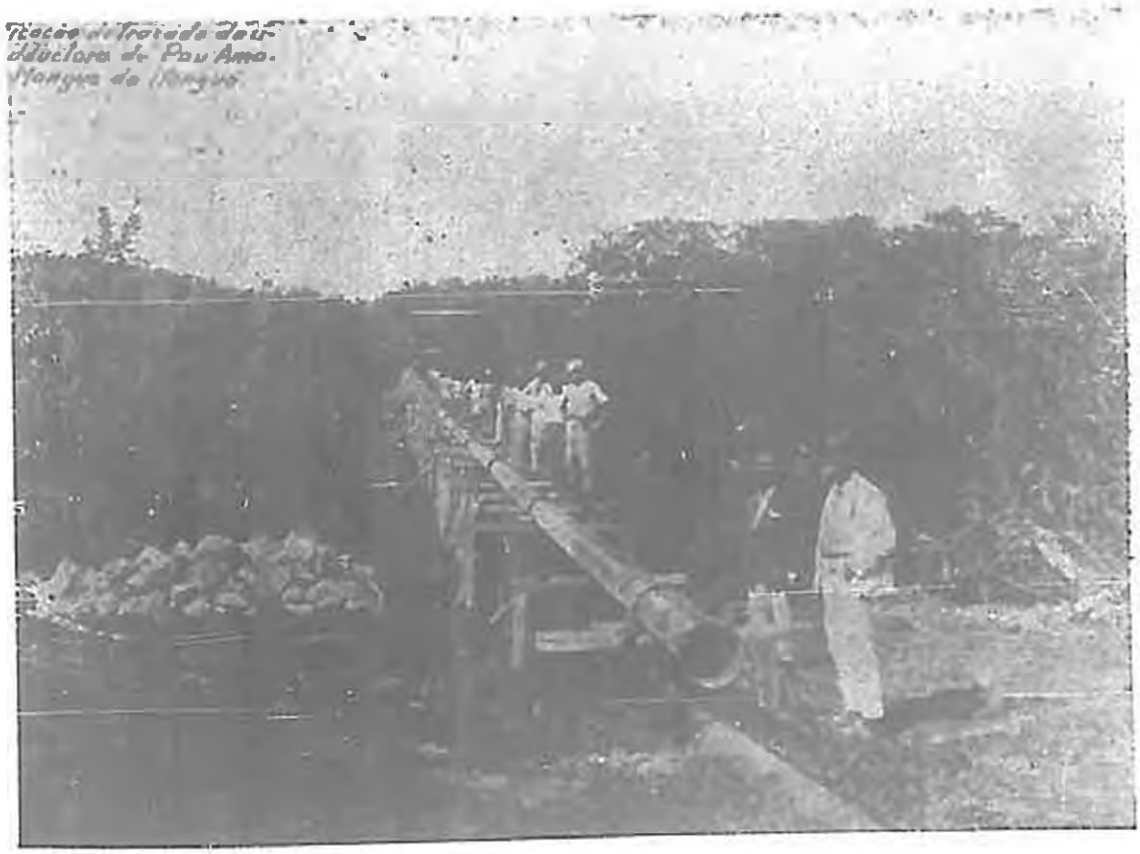
Lançamento da linha submarina da nova adductora



Modificação do traçado da linha adductora do Pau Amarello dentro da Ilha de Victoria, em Caratoyra — 1925



Modificação do traçado da linha adductora do Pau Amarello — distribuição de canos em Itacibá



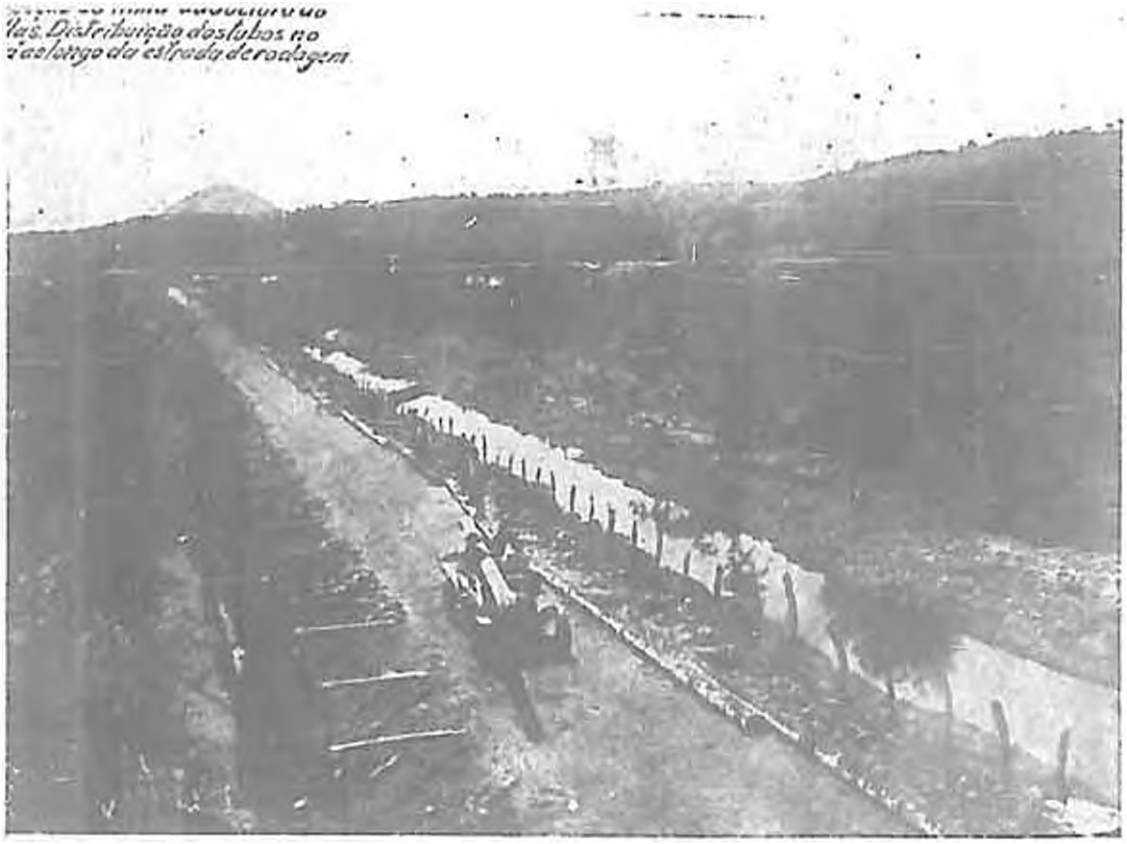
Linha adductora do Pau Amarello, atravessando o mangue em Itanguá



Adductora do Panellas — preparo do terreno para assentamento dos canos 1925



Transporte de tubos para a nova linha de agua



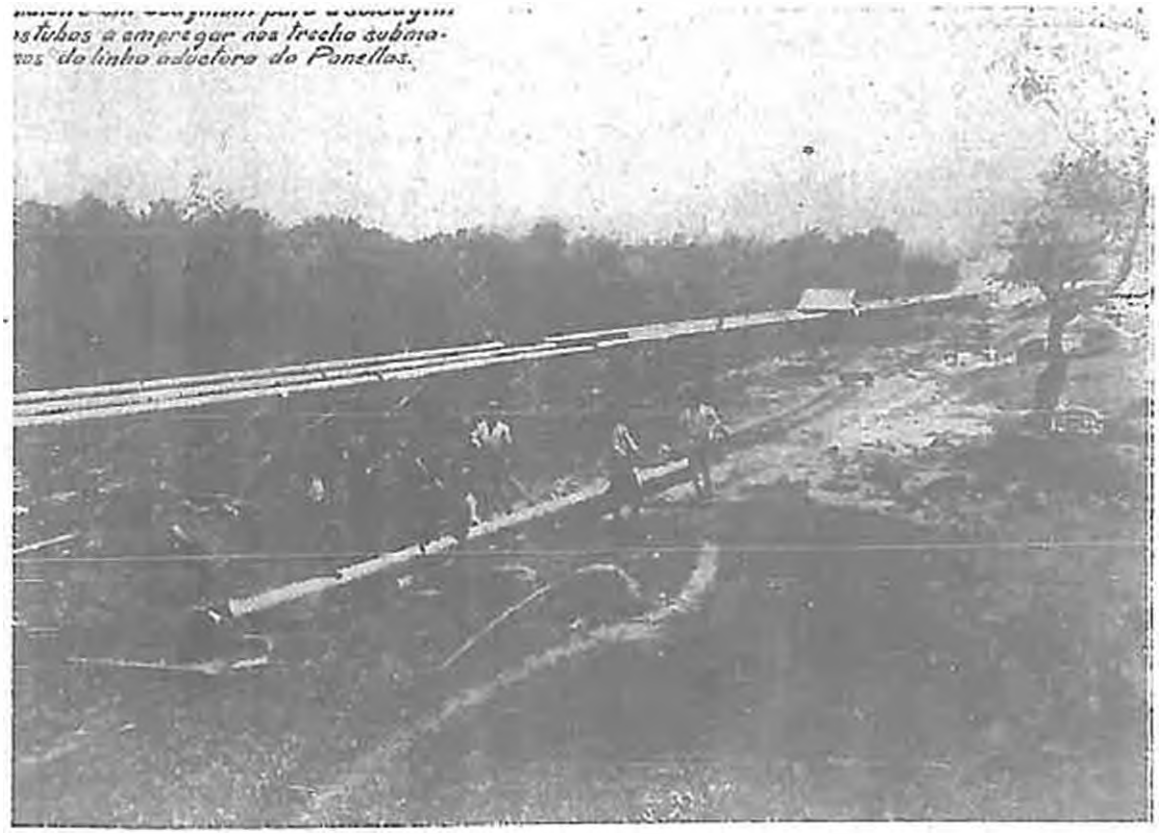
Aspecto dos serviços de construcção da linha adductora do Panellas



Linha adductora do Pau Amarello, atravessando terrenos de D. Constança Novaes, em Itacibá



Construcção da nova linha adductora do Panellas



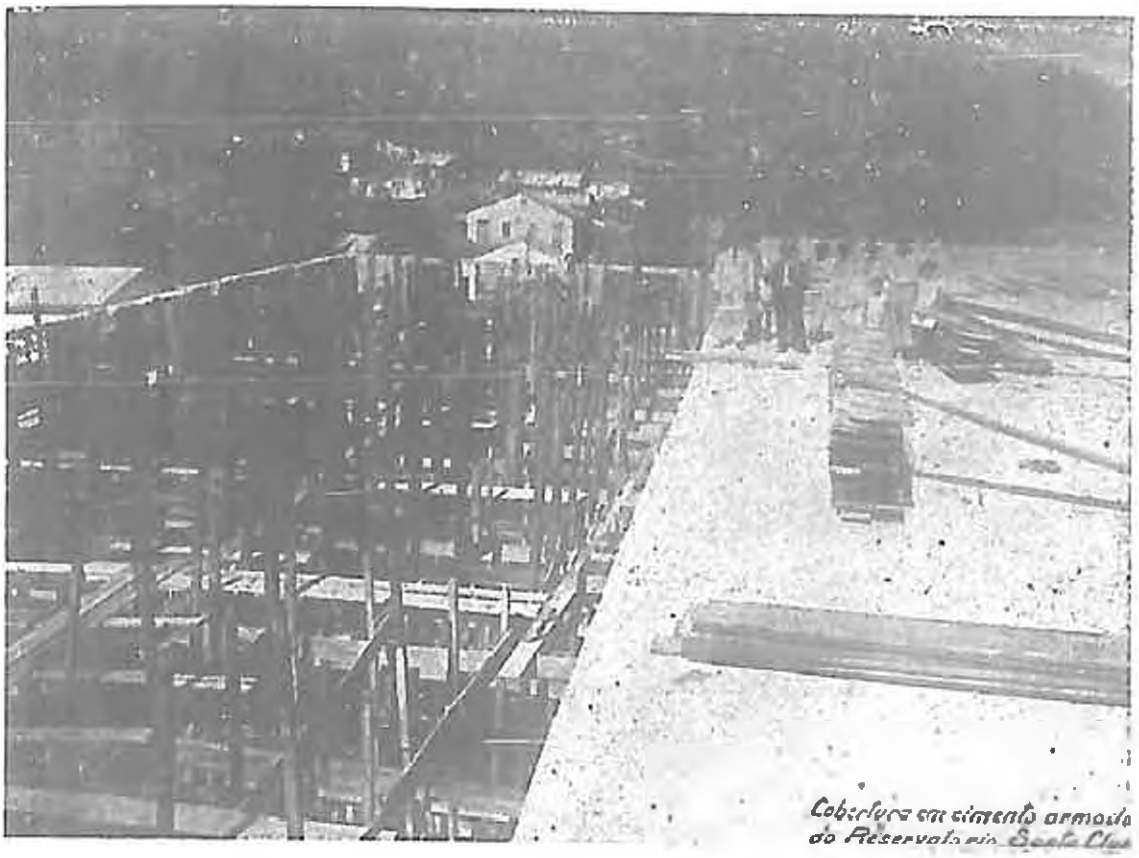
Estaleiro para o preparo do trecho submarino das linhas adductoras de agua de Victoria — 1925



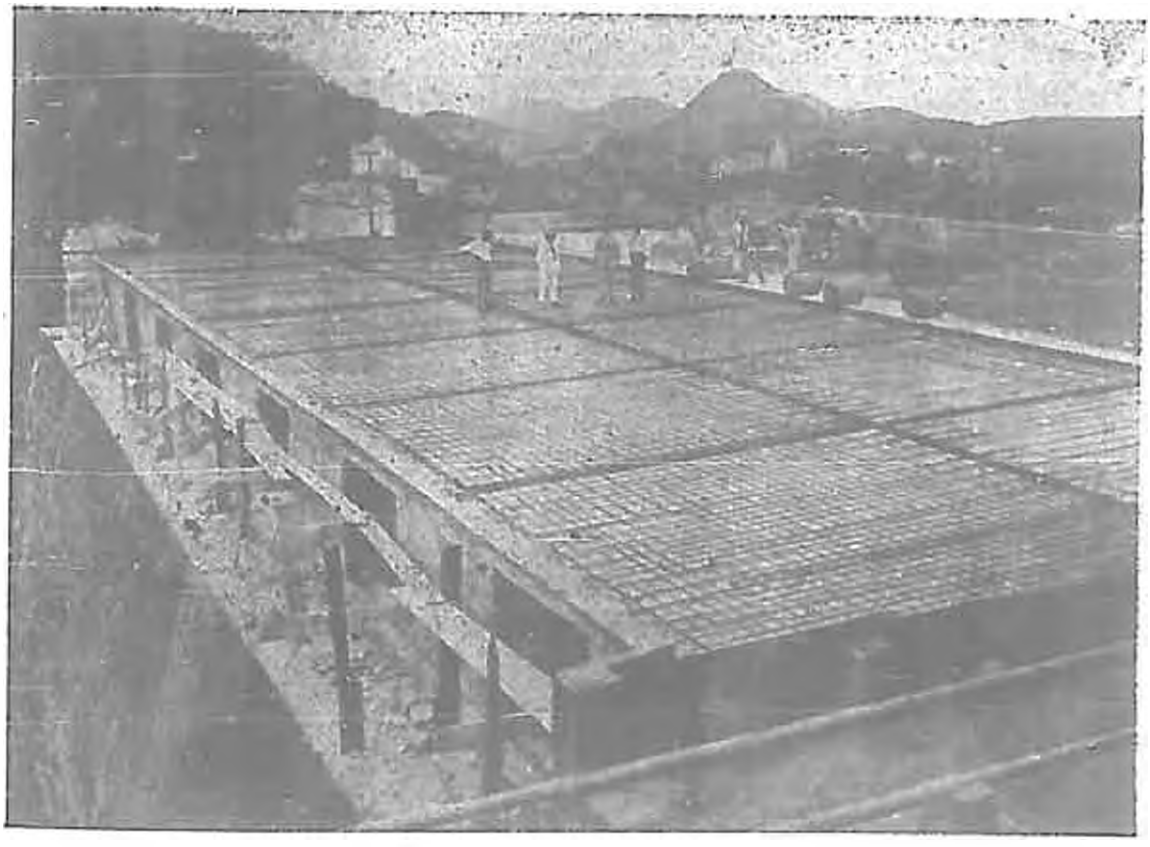
Construcção da barragem do corrego Panellas, aspecto do serviço



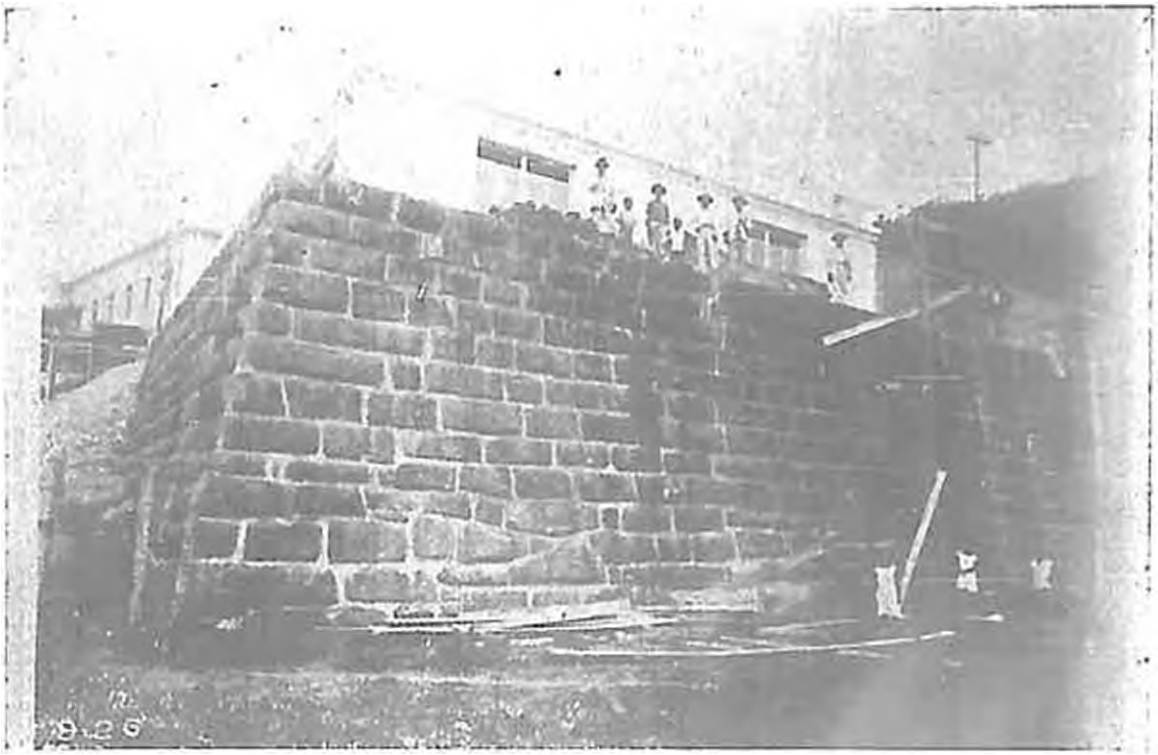
Aspecto dos serviços de construcção da linha addnetora do Panellas



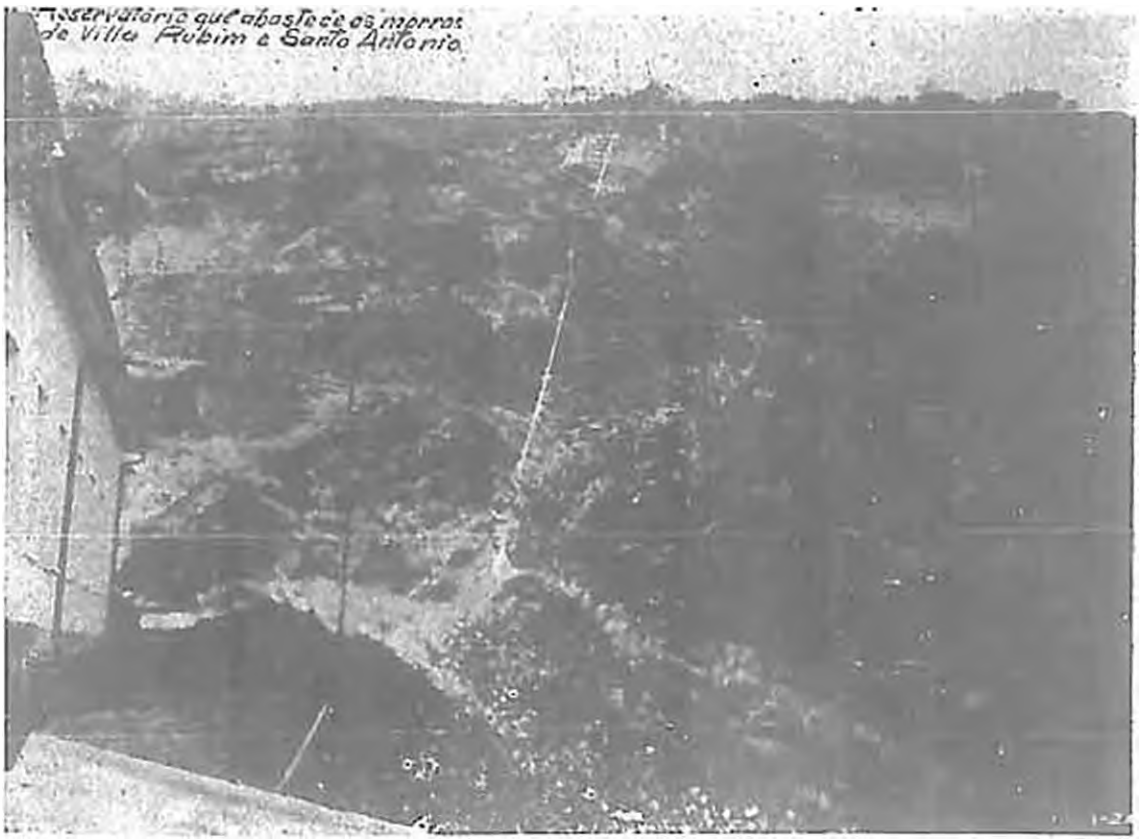
Aspecto dos serviços de cobertura em cimento armado do reservatorio de Santa Clara



Aspecto da construcção da cobertura da Caixa d'Agua de Victoria



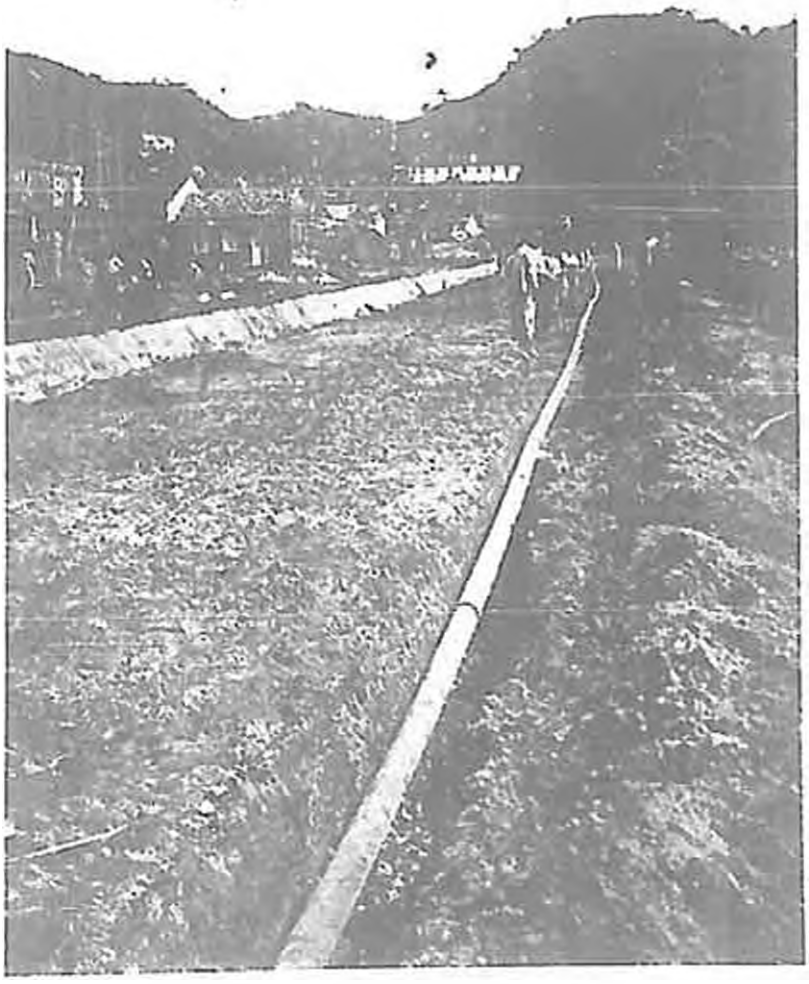
Reservatorio de Santa Clara com a sua cobertura em construcção



Reservatorio construido para o abastecimento de Santo Antonio e Villa Rubim — 1926



Construcção da barragem do corrego Fradinhos, para o abastecimento de agua dos arrabaldes Jucutuquara, Suá e Praia Comprida



Abastecimento de agua em Jucutuquara — Captação dos Fradinhos — 1921



Variante, em construcção, de um trecho da estrada para Praia Comprida



Estrada da Praia Comprida antes de seu alargamento e macadamisação — 1924



Trecho da estrada de rodagem para a Praia Comprida, em construcção



Alargamento e macadamisação da estrada da Praia Comprida — 1925



Vista de um trecho da estrada da Praia, pasando pela Bomba



Obras de alargamento da estrada de Santo Antonio



Avenida Ordem e Progresso, na Praia Comprida, antes de ser melhorada—1924



Avenida Ordem e Progesso, remodelada — 1927



Trecho da estrada da Praia Comprida alargado e macadamisado — 1926



Estrada de Maruhype a Praia Comprida — Victoria



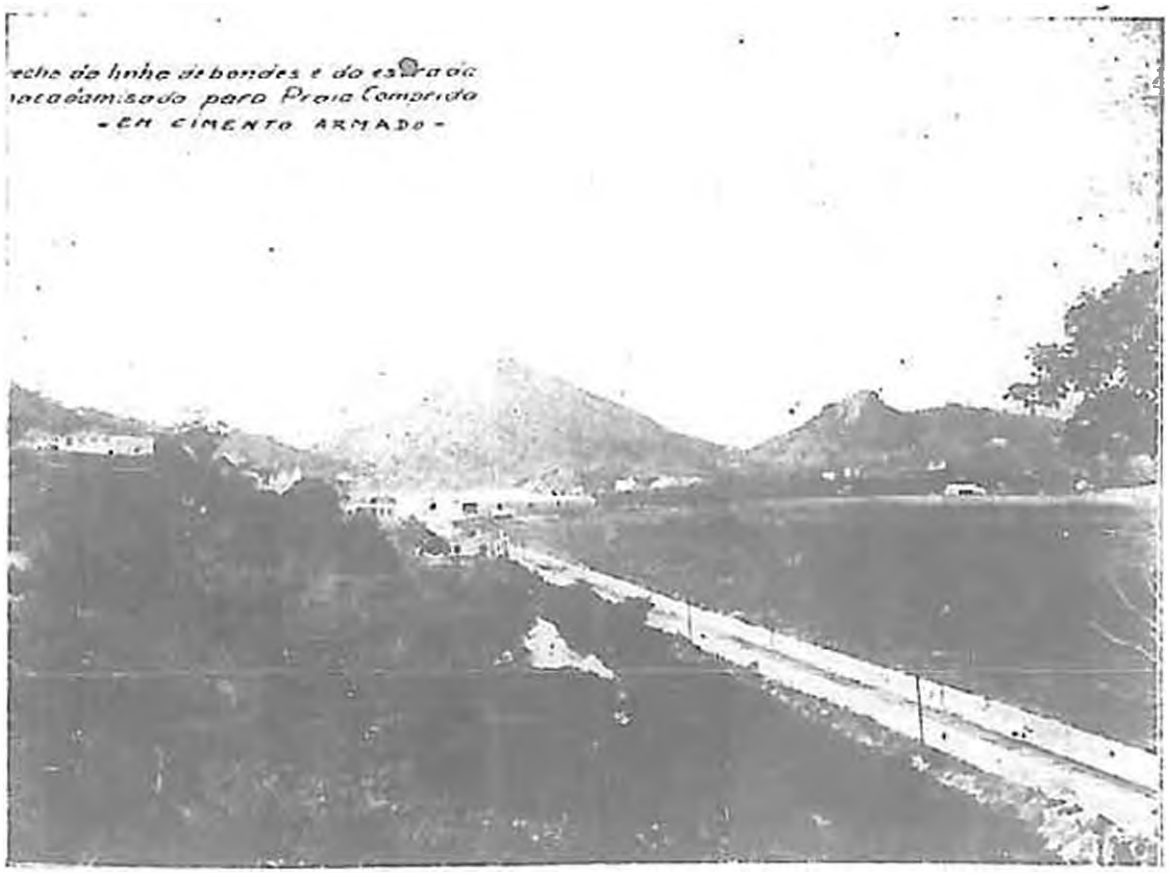
Aspecto da estrada de rodagem para Praia Comprida, na volta da Bomba



Aspecto da estrada da Praia Comprida, dando volta no logar Bomba



Estradas de rodagem em Victoria — 1927



Estrada da Praia Comprida — Trecho chamado reta do Romão. alargado, e em parte pavimentado em cimento armado



Aspecto do arrabalde da Praia Comprida em 1927



Aspecto do bairro Praia Comprida em 1928



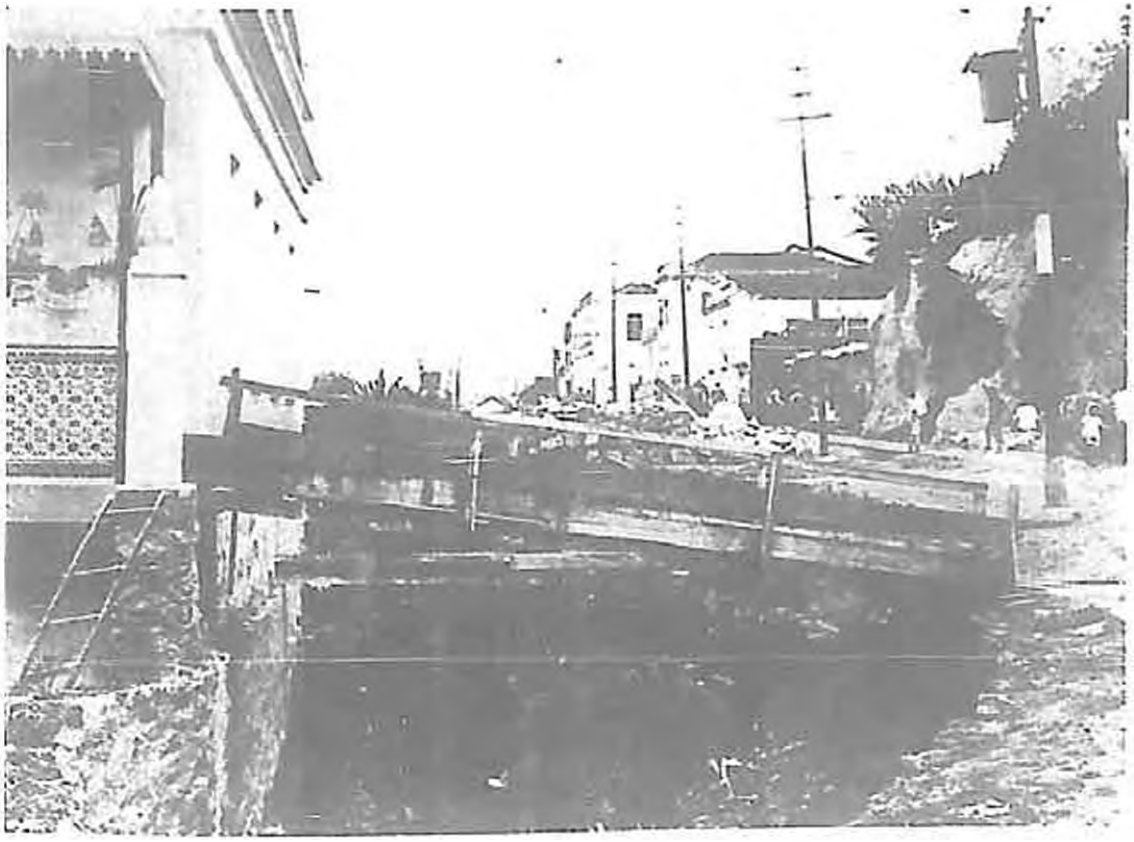
Remodelação da estrada de Santo Antonio



Vista de um trecho concluido da estrada de Santo Antonio



Abertura da Avenida Cleto Nunes



Aspecto da Avenida Cleto Nunes, antes de iniciados os serviços



Estrada de Santo Antonio — drenos para aguas pluviaes



Reconstrucção e alargamento da estrada de Santo Antonio



Alargamento e reconstrucção da estrada de Santo Antonio — 1925



Alargamento da estrada de communicação com o arrabalde de S. Antonio



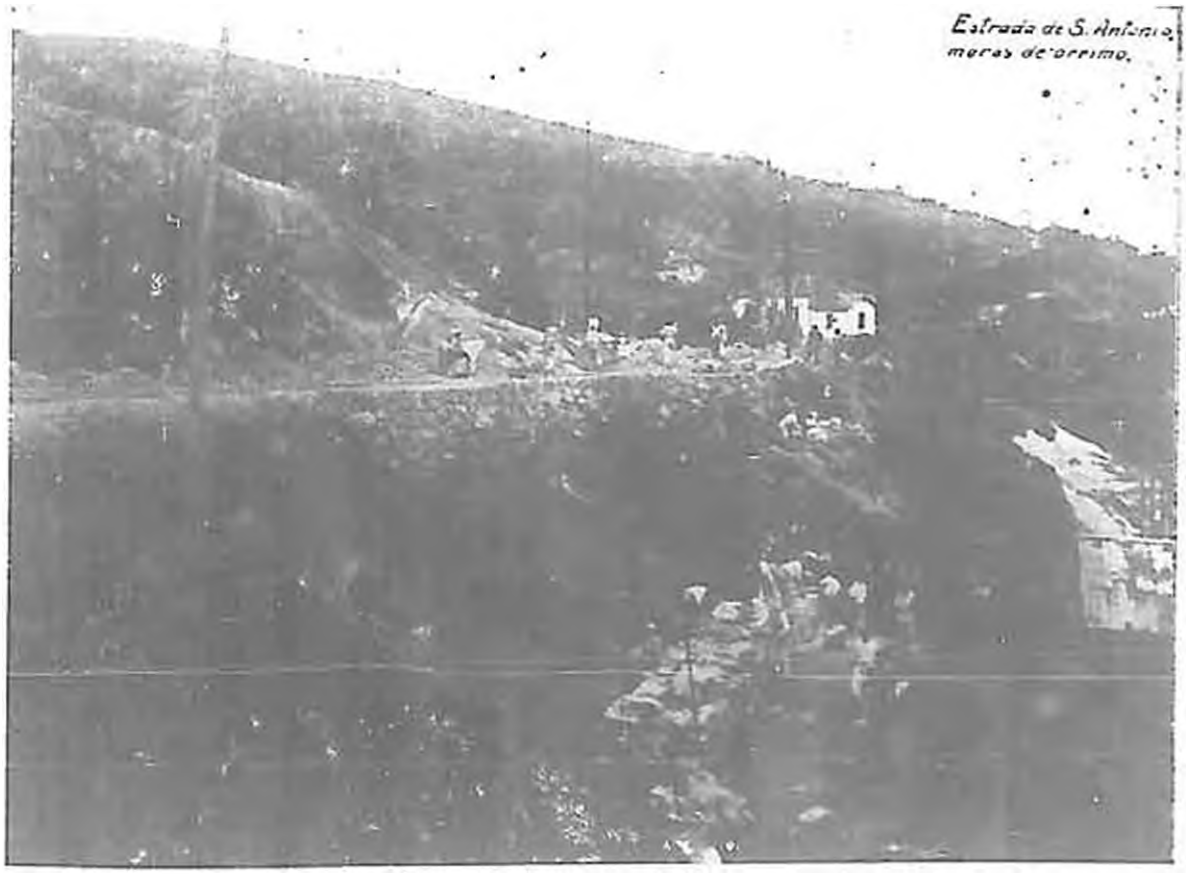
Aspecto do alargamento e remodelação da estrada de Santo Antonio. construcção de um muro de arrimo



Estrada de Santo Antonio — Trecho da Villa Rubim



Reconstrucção da estrada do arrabalde Santo Antonio



Estrada de Santo Antonio, vendo-se a estrada antiga e os trabalhos de construcção da nova

Despesas geraes com os serviços de agua e esgotos

Administração:

Folha do pessoal do escriptorio por anno	114:720$986
Folha dos encarregados das turmas de agua, esgotos e serventes	13:059$500
Porcentagem ao chefe da Secção de agua e esgotos e aos encarergados s| economias f| nos serviços ..	2:916$879
	130:697$365

Materiaes para escriptorio, estampilhas, passes, etc.

Despezas effectuadas em 1927	6:620$900

Serviços de inspecção de agua e esgotos

Serviços feitos para repartições e secretarias do Estado

Despezas effectuadas em 1927:

S. M. V. 1.ª Divisão..	521$800
S. M. V. 2.ª "	13:268$700
S. M. V. 4.ª "	2:530$225
Prefeitura Municipal	3:282$580
Directoria de Viação e Obras Publicas	6:360$100
Secretaria da Presidencia	1:060$400
Secretaria do Interior	21:832$910
Secretaria da Instrucção	1:178$705
Secretaria da Fazenda	555$800
	50:591$120

Diversos serviços

Despezas effectuadas em 1927:

Transportes e fornecimento de materiaes para operarios do Estado	3:579$000
Ferramentas para diversos serviços	6:501$900
Arrumação de materiaes no Almoxarifado	2:387$250
	12:459$150

Resumo das despesas effectuadas em 1927 com os serviços da Directoria de Agua e Esgoto

Agua	474:326$294
Esgotos	59:457$725
Despezas Geraes	206:548$535
	740:332$554

Installações particulares de agua e esgoto

Continuou-se a fazer installações particulares de agua e esgotos, serviços estes que não figuram na relação das despezas porque são orçadas e pagas adeantadamente, dando margem a um pequeno lucro para o Governo.

O seu movimento durante o anno findo montou no total de 95:612$111.

No anno de 1927 foram feitas 275 novas ligações de agua.

Receita dos serviços de agua e esgotos

Durante os quatro ultimos annos a arrecadação da taxa sanitaria foi a seguinte:

Em 1924 (tres mezes)	51:994$000
Em 1925	274:161$820
Em 1926	295:953$300
Em 1927	336:826$500
	958:935$620

Foi recolhida tambem em 1927 a importancia de 16:056$800 de cauções que sommada a das existentes perfaz um total de 73:161$300.

Almoxarifado

Conforme o balanço feito no Almoxarifado em 15 de Fevereiro p. passado o stock de materiaes a cargo da Directoria importa na quantia de 934:335$320.

Dentre os quadros diversos está incluido um que resume todo movimento da Directoria até 31—12—1927, com as discriminações e respectivas despesas dos serviços executados.

Segue a relação completa e detalhada dos principaes serviços executados pela Directoria de Agua e Esgotos até 31 de Dezembro de 1927, com as respectivas despezas.

Quadro das despezas effectuadas com os diversos serviços de agua e esgotos durante os annos de 1924, 1925, 1926, 1927.

N.º de ordem	DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	DESPEZAS EFFECTUADAS EM 1924	DESPEZAS EFFECTUADAS EM 1925	DESPEZAS EFFECTUADAS EM 1926	DESPEZAS EFFECTUADAS EM 1927	TOTAL PARCIAL	TOTAL ACCUMULADO	OBSERVAÇÕES
	I — AGUA							
1	*Captação dos rios "Pasellas" e "Bahú"*							
	a) Construcção da linha adductora do rio "Pasellas"...		238:541$525	302:605$455	4:925$351	1.146:274$714		
	b) Desapropriações e indemnisações...		207:540$000	23:837$750	57:450$000	288:728$750		
	c) Canal da barragem do rio "Pasellas" e serviços complementares			38:978$817	1:387$000	40:365$817		
	d) Linha de adducção do rio "Bahú" para a linha do rio "Pasellas"			3:000$000		3:000$000		
	e) Levantamento, nivellamento e lançamento da trecho da linha adductora do A. Preto a Ilha do Principe...			11:710$50		11:710$50		
	f) Construcção de estabelecs, pizamento e nivellamento de tubos...			13:195$025		13:195$025		
	g) Fiscalização da construcção topographica...			6:150$000		6:150$000		
	h) Materiaes para automovel do engenheiro chefe em Curiacica...			1:025$000		1:025$000		
	i) Estrada de Rodagem...				14:063$000	14:063$000		
	j) Desaropriação de terrenos desapropriados...				18:963$400	18:963$400	1.420:695$556	
2	*Canalisação da linha adductora de "Pau Amarello"*	170:650$20	110:467$145	87:555$530	3:849$737	372:522$417		
	a) Reconstrucção de diversos trechos...							
	b) Acquisição de tubos R. Grande, Goyanna, Santo Antonio e Santa Cruz...			14:534$530	2:227$500	16:811$030	389:333$967	
3	*Construcção de casas para guardas da linha adductora...*			3:077$400	4:180$676	7:257$536	7:780$536	
4	*Rede telephonica para a linha adductora...*		7:295$700	4:870$150	16:675$000	28:840$850	28:840$850	
5	*Construcção do reservatorio de Santa Clara e reforços do pizo...*			57:162$850	87:535$897	91:698$747	91:698$747	
6	*Abastecimento de Jaguaquara...*	55:350$200	61:192$965	1:077$450	2:655$000	122:519$615	122:519$615	
7	*Abastecimento de Villa Rubim e Morro de Santa Antonia...*		35:207$230	13:394$[illegible]	15:728$540	64:330$[illegible]	93:454$[illegible]	
8	*Captação de Copichaba...*	4:830$[illegible]				[illegible]	[illegible]	
9	*Abastecimento de Ilha de Santa Maria...*		8:647$701			[illegible]	[illegible]	
10	*Augmento de rêde de distribuição...*	7:0[illegible]$[illegible]				[illegible]		
	a) Diversas ruas (1924)...		7:207$000			7:207$000		
	b) Diversas ruas (1925)...		30:011$[illegible]	16:29[illegible]$[illegible]		[illegible]		
	c) Avenida Capichaba...			20:[illegible]$[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	d) Caminho Novo...			[illegible]$[illegible]		[illegible]		
	e) Praça Costa Pereira...			[illegible]$[illegible]		[illegible]		
	f) Praia de Sul...			[illegible]$[illegible]		[illegible]		
	g) Rua São Paulo (Villa Rubim)...			[illegible]$[illegible]		[illegible]		
	h) Rua 28 de Novembro e Capitão Bedré (Villa Velha)...			[illegible]$[illegible]		[illegible]		
	i) Rua Coronel Nestor Gomes (Ladeira da Chaferiz)...				[illegible]	[illegible]		
	j) Ladeira São Francisco...				[illegible]	[illegible]		
	k) Praia Comprida...				[illegible]	[illegible]		
	l) Barro Vermelho...				[illegible]	[illegible]		
	m) Praia de Sul...				1:117$600	1:117$600	121:275$[illegible]	
11	*Reforços da rêde de distribuição*	17:0[illegible]$00				[illegible]		
	a) Diversas ruas (1924)...		46:[illegible]$000			46:[illegible]$000		
	b) Diversas ruas (1925)...		114:[illegible]$000	[illegible]		[illegible]		
	c) Praia Comprida até Barro Vermelho...		78:406$650	[illegible]		[illegible]		
	d) Santa Antonia...		25:[illegible]$[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	e) Rua 7 de Setembro...			[illegible]		[illegible]		
	f) Rua D. Julia e José Bonifacio...			[illegible]		[illegible]		
	g) Morro da Santa Clara...			[illegible]		[illegible]		
	h) Rua São João (Villa Rubim)...			[illegible]		[illegible]		
	i) Morro Dom Bosco...			[illegible]		[illegible]		
	j) Ladeira do Palacio...			[illegible]		[illegible]		
	k) Rua Coronel Monjardim, São Benta e Morro Bovrat...			[illegible]		[illegible]		
	l) Rua do Cisne (Penal)...			[illegible]		[illegible]		
	m) Derivação e rêde de distribuição de Curiacica...			[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	n) Linha de Villa Velha ao Artilery...			[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	o) Linha de Villa Velha ao Baulha e Porto Velho...			[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	p) Rêde de Villa Velha a Tiradentes...			[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	q) Rua Francisco Zavaglia...			[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	r) Rua Ubaldo Pedro...			[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	s) Rua Pedro Palacio...			[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	t) Rua Coronel Monjardim...			[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	u) Rua Pereira Pinto...			[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	v) Rua do Cruzeiro...			[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	x) Rua Arariboia...			[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	y) Desabgue Maritimo...			[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	z) José Marcellino...			[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	A) São Torquato...			[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	B) Praia de São João...			[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	C) Rua 2 de Dezembro...			[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	D) Rua São Francisco...			[illegible]	[illegible]	[illegible]		
12	*Canalisação das linhas adductoras, rêdes de distribuição, etc.*	27:[illegible]$[illegible]	09:6[illegible]$[illegible]	12:[illegible]	[illegible]	[illegible]		
13	*Diversos*							
	a) Canalisação de agua para Praia Comprida...		11:[illegible]$[illegible]	[illegible]		[illegible]		
	b) Collocação de hydrometros...		[illegible]$000	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	c) Morro Mascote...		367$000			[illegible]		
	d) Derivação de agua...			[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	e) Pedidos de agua por falta de pagamento de taxa...			11:[illegible]$250	[illegible]	[illegible]		
	f) Reclamos para levantamento da rêde de agua de Victoria...				[illegible]	[illegible]		
	g) Registros de incendio...				[illegible]	[illegible]		
	h) Garage em Goyanná...				[illegible]	[illegible]		
	Despezas totaes com os Serviços de Agua...	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
	II — ESGOTOS							
1	*Augmento da rêde*	[illegible]				[illegible]		
	a) Diversas ruas (1924)...		[illegible]			[illegible]		
	b) Diversas ruas (1925)...	[illegible]	[illegible]			[illegible]		
	c) Rua da Vasco...			[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	d) Chacara do Monte...		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	e) Jucutuquara...			[illegible]		[illegible]		
	f) Praça Costa Pereira...			[illegible]		[illegible]		
	g) Cães de São Francisco...			[illegible]		[illegible]		

GR=13×

	b) Collocação de hydrometros		3879000				
	c) Novos Mostradores			2:707$500	2:165$125	4:872$625	
	d) Derivação de agua			415$250	462$500	878$750	
	e) Desligações de agua por falta de pagamento de taxa				509$500	509$500	
	f) Sondagens para levantamento da rêde de agua de Victoria				332$500	332$500	
	g) Registros de incendio				147$100	147$100	36:856$575
	h) Garage em Gegoval						
	Despezas totaes com os Serviços de Agua	25:765$965	1.121:966$330	1.699:665$150	529:705$654	3.549:225$631	3.549:225$631
	II — ESGOTOS						
1	*Augmento da rêde*						
	a) Diversas ruas (1924)	7:251$150				7:251$150	
	b) Diversas ruas (1925)	1:876$500	41:737$725			41:737$725	
	c) Rua da Varzea		7:452$400			9:329$050	
	d) Chacara da Muniz		1:876$500		8:772$650	10:649$150	
	e) Jacutinguera				10:649$150	12:767$150	
	f) Praça Costa Pereira					1:000$000	
	g) Cães de São Francisco					1:335$000	
	h) Rua São João (Villa Rubino)					715$500	
	i) Rua São Paulo (Villa Rubino)					1:078$500	
	j) Rua 7 de Setembro (Ilha do Mar)					660$000	
	k) Duque de Caxias					1:705$000	
	l) Rua Coronel Nestor Gomes Salario da Chafaria				1:277$500	1:277$500	
	m) Transversal a rua do Norte				809$100	809$100	140:782$900
2	*Reforma da rêde*						
	a) Diversas ruas (1924)	1:452$150				1:452$150	
	b) Diversas ruas (1925)		29:642$075			29:642$075	
	c) Ladeira São Francisco			667$500		667$500	
	d) Ladeira Santa Clara			802$500		802$500	
	e) Rua D. Julia			258$000		258$000	
	f) Rua do Rosario			167$000		167$000	
	g) Ladeira da Praça São Manoel			2.813$350		2.813$350	
	h) Ladeira da Matriz			690$000		690$000	
	i) Ladeira da Praça do Commercio				105$000	105$000	
	j) Ladeira Professor Balthazar				315$000	315$000	
	k) Avenida Capichaba				167$500	167$500	
	l) Rua 13 de Maio				650$000	650$000	
	m) Praça do Quartel				301$500	301$500	36:301$575
3	*Conservação geral das rêdes e praça de elevação*	75:000$000	45:015$925	1.202$150	84:240$450	205:458$525	205:458$525
4	*Diversos*						
	a) Pequenos serviços (1924)	7:000$000		2.427$500	2.427$500	4.854$500	4.854$500
	b) Desapropriações						
	Despezas totaes com os Serviços de Esgotos	83.703$300	125:196$475	334:665$650	99:417$725	642:983$150	337:976$075
	III — DESPEZAS GERAES						
	Administração						
	a) Folha do pessoal do escriptorio	1.300$000	26:176$400	10.477$800	114:720$000	152:674$200	
	b) Folha das cobranças das taxas de agua e esgotos			10.750$000	13.050$000	23.800$000	
	c) Percentagem ao chefe da Secção de Agua e Esgotos por serviços feitos			2.501$334	2.816$479	5.317$813	316.938$119
	d) Percentagem ao cobrador de taxa em Cariacica	1.137$000	6.651$000	675$000	6.425$000	14.888$000	14.888$000
	Moveis, utensilios, materiaes para escriptorio, estampilhas, etc						
	Serviços feitos para Repartições e Secretarias do Estado						
	a) Serviços de Melhoramentos de Victoria (2ª Divisão O. e Viação		85.333$250	75.177$500	13.000$000	173.510$750	
	b) Serviços de Melhoramentos de Victoria (1ª Divisão O. de Portos		1.492$700	1.225$000	2.500$000	5.217$700	
	c) Serviços de Melhoramentos de Victoria (2ª Secção Almoxarifado			1.000$000		1.000$000	
	d) Serviços de Melhoramentos de Victoria (1ª Divisão)		7.438$050	10.149$550	3.500$000	21.087$600	
	e) Prefeitura Municipal de Victoria		5.586$150			5.586$150	
	f) Diversas Secretarias (1925)				1.000$000	1.000$000	
	g) Directoria de Viação e Obras Publicas			2.211$250	1.000$000	3.211$250	
	h) Secretaria da Presidencia			1.000$000	21.000$000	22.000$000	
	i) Secretaria do Interior			1.500$000	1.000$000	2.500$000	
	j) Secretaria da Instrucção			1.225$000	333$000	1.558$000	
	k) Secretaria da Fazenda			17.574$700		17.574$700	269.914$250
	l) Secretaria da Agricultura	17.425$000				17.425$000	
	Diversos						
	a) Diversos Serviços (1924)						
	b) Abarracamento, transporte e fornecimento de materiaes para operarios do Estado		3.125$700	2.401$400	1.000$000	6.527$100	
	c) Pequenos transportes (1925)		715$850			715$850	
	d) Ferramentas fornecidas para diversos trabs.			6.415$100	1.500$000	7.915$100	
	e) Accidente de trabalho			2.150$000		2.150$000	
	f) Despezas com os caminhões 2, 3, e 21			5.750$000		5.750$000	
	g) Licença a operario com vencimentos			400$000		400$000	
	h) Serviços de readaptamento nas derivações de agua e esgotos			1.747$750		1.747$750	
	i) Acquisições de materiaes no Almoxarifado				2.287$250	2.287$250	47.114$000
	Serviços de inspecção nas installações de Agua e Esgotos				6.180$000	6.180$000	6.180$000
	Despezas totaes com os Serviços diversos	18.562$000	103.222$950	84.707$450	206.357$579	412.849$979	620.964$965
	RESUMO						
	I *Despezas com os Serviços de Agua*	25:765$965	1.121:966$330	1.699:665$150	529:705$654	3.549:225$631	
	II *Despezas com os Serviços de Esgotos*	83.703$300	125:196$475	334:665$650	99:417$725	642:983$150	
	III *Despezas Geraes*	18.562$000	103:222$950	84:707$450	206:357$579	412:849$979	
	TOTAES GERAES	128:031$265	1.350:385$755	2.119:038$250	835:481$958	4.605:058$760	

Em 1927 não figura a percepção paga ao cobrador em Cariacica, porque foi debitada a taxa sanitaria.

Em 1927 não figura o caminhão 21 em despezas, porque estão distribuidas pelos diversos serviços.

OBRAS DO PORTO DE VICTORIA

Embora não concluidas, tenho, comtudo, a felicidade de poder deixar, em franco andamento, os serviços das obras do porto de Victoria, para os quaes volvi a attenção desde o inicio de minha administração.

Ao traçar o meu programma de governo, entre as obras que prometti executar, se encontrava esta que de ha muito constituia uma das maiores aspirações do povo espiritosantense.

Um dos meus primeiros actos foi entender-me a respeito com o Srs. Presidente da Republica e Ministros da Viação e Fazenda, por intermedio do Coronel Nestor Gomes, por mim designado para tão importante tarefa e do actual Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Heitor de Souza, então deputado federal por este Estado.

A situação natural do porto de Victoria, quanto á segurança do seu ancoradouro e á tranquillidade de suas aguas, protegidas pela conformação favoravel do littoral, desde a barra até a bacia de seu ancoradouro, e, quanto ao largo futuro que lhe é reservado, em consequencia da posição geographica que desfructa como escoadouro natural de grande parte do nosso paiz, justifica a preoccupação que tiveram os Governos, desde tempos bastante remotos, de melhorar suas condições naturaes e o dotarem de obras que permittissem a entrada franca, a carga e descarga rapida dos navios. Datam de 1881 os primeiros estudos do porto de Victoria.

Em 1892 o Governo Federal deu em concessão pelo prazo de 50 annos a construcção das obras de Melhoramentos do Porto e sua exploração, á Companhia Brasileira Torrens. Esta elaborou um plano de trabalhos que não poude ser cumprido.

Em 1902, aproveitando a circumstancia de ter sido o porto de Argollas escolhido para ponto terminal da E. F. Victoria a Minas, o engenheiro Alfredo Lisboa projectou o caes de atracação no continente. Approvado tal projecto e alteradas pela União varias condições contractuaes, foi, entretanto, pela interferencia do Estado, sustada a continuação das obras no continente e o decreto n. 5.951, de 18 de Março de 1906, auctorizou a transferencia da concessão da Companhia Brasileira Torrens á Companhia Porto de Victoria.

Novos estudos foram, então, elaborados sob a direcção do dis-

tincto profissional Emilio Schnoor, sendo o plano de obras, approvado pelo decreto n. 7.994, de 12 de Maio de 1910.

A discriminação de taes trabalhos, cujo conjuncto foi orçado em 12.178:166$573 ou, ao cambio de 15, em £ 761.135.8,3, se acha feita minuciosamente em minha mensagem de 1927.

A Companhia Porto de Victoria, em sua concessão tinha direito á garantia de juros de 6% ao anno sobre o capital empregado nas obras durante sua construcção, o Governo Federal garantia tambem um renda bruta de 6/60 do capital empregado nas obras, uma vez posto em trafego o primeiro trecho de caes. Essa garantia era dada pelo imposto de 2% ouro sobre a importação do porto de Victoria. A referida Companhia deu inicio ás obras do porto em 12 de Janeiro de 1911 e veio a suspendel-as em Agosto de 1914, em face da crise financeira por ella soffrida, em consequencia da guerra européa, suspensão que foi approvada pelo Governo da União.

Durante longos annos perdurou tal situação, até que por iniciativa do Governo Nestor Gomes, foi decretado pelo Congresso Federal e sanccionado pelo Exmo. Sr. Presidente da Republica a resolução autorizando o Governo da União a encampar a antiga concessão da Companhia Porto de Victoria e a contractar a execução e exploraçao do porto com o Estado do Espirito Santo. Já em meu Governo fui autorizado a firmar entre este Estado e a União o contracto da concessão para execução e explorar taes obras que nos foram entregues a 7 de Setembro de 1925.

Consistiam nos seguintes os serviços anteriormente executados pela Comparhia Porto de Victoria:

Enrocamento nas fundações	10.004,500 m3.
Blocos construidos	18.879,914 m3.
Blocos assentados	13.485,201 m3.
Alvenaria ordinaria	312,500 m3.
Cantaria de 1.ª classe em stock	349,320 m3.
Cantaria de 2.ª classe existente	521,895 m3.
Cantaria de 2.ª classe assentada	379,940 m3.
Enrocamento por traz da muralha	19.510,870 m3.
Molhe para ligação	3.189,600 m3.
Concreto *in situ* para fundações	7.679,960 m3.
Dragagem especial com bomba de sucção	624,000 m3.
Nivelamento de rocha	523,000 m3.
Concreto entre blocos	281,520 m3.
Apparelhamento da superficie de concreto	444,000 m3.

Concreto para amarração dos bollards	526.370 m³.
Bollards	12
Arganéos	11
Aterro de areia por batelão de fundo falso	7.784.300 m³.
Aterro de areia por elevação	31.179.000 m³.
Dragagem supplementar até 4,50 ms.	17.750.000 m³.
Dragagem supplementar até 8,50 ms.	15.321.000 m³.
Dragagem no Banco da Victoria	562.648.300 m³.
Dragagem no Banco da Barra	488.046.700 m³.
Dique de concentração de vazão	1.242.300 m³.

Cumpre considerar que, relativamente aos blocos construidos e as cantarias de 1.ª e 2.ª classes, o Estado ainda terá de pagar 30% de seu valor, por isso que o Governo Federal reembolsou á Companhia Obras do Porto de Victoria, da quantia correspondente ás respectivas tomadas de contas e taes materiaes só entram nellas por 70% de seu custo.

Os estudos diversos, o projecto das obras e respectivos orçamentos foram apresentados ao Governo da União dentro do prazo da prorogação pedida para o projecto das obras da 1.ª secção do caes e com antecipação de seis mezes, sobre o prazo contractual, com referencia á ponte de ligação.

No projecto apresentado pelo Governo do Estado, foram modificadas a posição e as condições da ponte de ligação, que já haviam sido objecto de modificações por parte da Companhia do Porto de Victoria, na revisão de estudos, projectos e orçamentos por ella apresentados ao Governo da União, após o decreto de 12 de Maio de 1910; modificações que receberam sua approvação em 10 de Junho de 1914 pelo decreto n. 10.928. Nesta revisão a Companhia escolheu para local da ponte, a linha ligando o extremo do caes do Porto na Avenida Schmidt á ilha do Principe, contornando esta pelo seu extremo Este, e, deste ponto, ao continente, nas visinhanças da estação da E. F. Victoria a Minas. Sua largura era de 5 metros, comportando um leito commum para linha ferrea e estrada de rodagem, e seu estrado ficava seis metros acima da maré media, ou 7,20 ms. acima da maré minima. Segundo o plano apresentado pelo Estado, e em vias de acabamento, o local escolhido para a ponte metallica projectada foi o da ilha que liga os terrenos da firma A. Prado & Cia., ao extremo oeste da Ilha do Principe, contorna esta por seu lado oeste e atravessa o canal entre ella e Victoria na Villa Rubim para dahi, acompanhar a Avenida Cleto

Nunes, contornar o morro da Santa Casa de Misericordia, pelos fundos dos armazens de café existentes no caes Schmidt e sahir na do caes do porto. A largura do projecto apresentado é de 8,40 ms. de eixo a eixo de vigas principaes, destinada á linha ferrea de bitola de 1 metro e á estrada de rodagem della independente, e mais dois passeios para pedestres de 1,50 ms. de largura, de cada lado das vigas principaes e em balanço sobre ellas.

O comprimento total da ponte metallica, propriamente dita, é de 330 metros sobre o canal ao sul da ilha do Principe, composta de 5 vãos de 66 metros cada um, de eixo a eixo, de pilares, e, mais 66 ms. num unico vão sobre o canal ao norte dessa ilha, canal este que ficou estreitado pelos enrocamentos, caes de saneamento e aterros ahi projectados.

Os pilares da ponte sobre o canal sul foram formados de caixões metallicos que, uma vez cravados no fundo resistente pelo systema de ar comprimido, foram cheios de concreto macisso, para formarem o pilar propriamente dito. No canal norte os dois encontros foram construidos com o auxilio de duas enseccadeiras de madeira, que uma vez assentes no fundo e feita a necessaria excavação a ser ahi levada até a rocha, foram cheias de concreto immerso, que formou a fundação, sobre a qual se apoiou a construcção da alvenaria dos encontros propriamente ditos.

O projecto e orçamento da ponte de ligação com todas as obras e trabalhos connexos foram approvados pelo Governo da União pelo decreto n. 17.289 de 22 de Abril de 1926, sendo seu montante total de 5.595:652$123, divididos discriminadamente nas seguintes parcellas:

Trabalhos connexos	1.600:564$740
Pilares e encontros (infra-estructura)	1.290:517$883
Superstructura metallica sua montagem e pintura	2.484:569$500
Desapropriações	220:000$000

Foi feita, depois de approvado esse orçamento, a modificação do projecto das fundações dos encontros do canal norte com augmento delles. O projecto organizado para o porto propriamente, é, em linhas geraes, o que já havia sido organizado pela antiga companhia Porto de Victoria, e que, comprehende, além das obras acima ennumeradas, o projecto da terceira secção do caes, em prolongamento ás duas primeiras e que se estende até o Forte de São João, conforme previu o

contracto entre o Estado e o Governo da União. Do programma geral das obras a serem successivamente executadas á medida que fôr sendo reclamada sua necessidade, apenas iniciei a primeira secção do caes, para as quaes foi organizado projecto detalhado e orçamento minucioso para a devida approvação do Governo da União. Consistiu tal projecto nos seguintes serviços:

a) — construcção da muralha de caes de 8,50 ms. de aguas minimas, com 130 ms. de extensão (o necessario para concluir a 1.ª secção), construcção de 35 metros de caes de assentamento do lado do porto Shmidt e conclusão do trecho da muralha de 4,50 ms. e de 8,50 ms. já em grande parte levados a effeito pela antiga Companhia Porto de Victoria;

b) — revisão da dragagem no canal de accesso, dragagem dentro do ancoradouro e desmonte de rocha submarina, num volume total de 27.000 m3;

c) — Construcção de tres armazens, calçamentos, linhas ferreas, esgotos de aguas pluviaes, illuminação, abastecimento e distribuição dagua, acquisição e montagem do apparelhamento mecanico do porto, etc.

O total do orçamento apresentado e inteiramente revisto se eleva á quantia de 13.746:702$200, que podemos especificar detalhadamente como segue:

Caes e accessorios	2.013:104$200
Aterro	827:400$000
Dragagem	1.497:600$000
Extracção de rocha submarina	3.078:000$000
Balizamento do porto	116:000$000
Armazens, alpendres, edificios	2.551:340$000
Apparelhamento mecanico do porto	1.515:000$000
Vias ferreas	194:620$000
Material de tracção e transportes	350:000$000
Installação de força e luz	197:300$000
Canalização de agua potavel	38:700$000
Canalisação de aguas pluviaes	341:210$000
Fechamento do recinto	65.400$000
Calçamento a parallelepipedos	739:400$000
Córte no morro da Santa Casa	39:100$000
Desapropriações	520:000$000

Das parcellas acima enumeradas deverá ser deduzida a quantia relativa a 70% do valor dos blocos existentes em stock, já pagos pelo

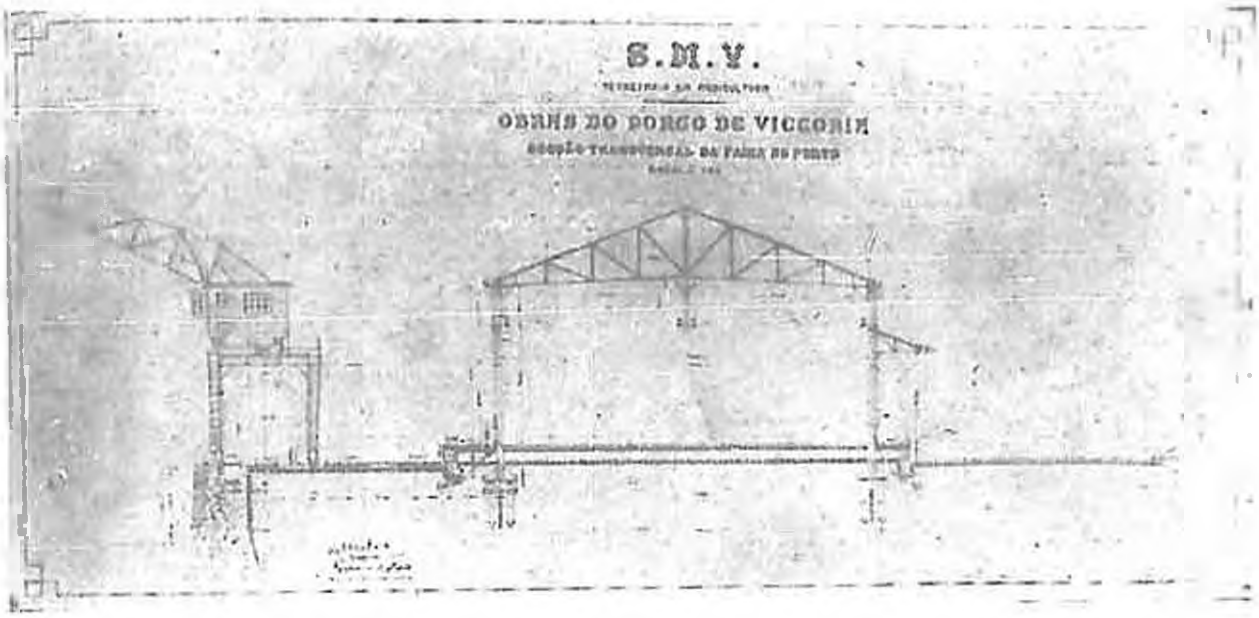
Governo da União, com volume de 4.829 m3., ou seja a somma de 338:072$000.

Conclue-se que o conjuncto das obras da ponte e do porto monta, segundo esse orçamento, a cerca de 19.300 contos de réis, além das naturaes despezas com fiscalisação e direcção dos serviços por parte do Estado, que podem ser consideradas de cerca de 3% do total acima, ou sejam 580:000$000. Resalta que o total para os serviços da conclusão das obras da 1.ª secção e as da ponte de ligação será de 19.880 contos de réis, sem se computar o encarecimento nos trabalhos da ponte de ligação, devido á baixa do cambio brasileiro e as alterações necesarias de alguns projectos.

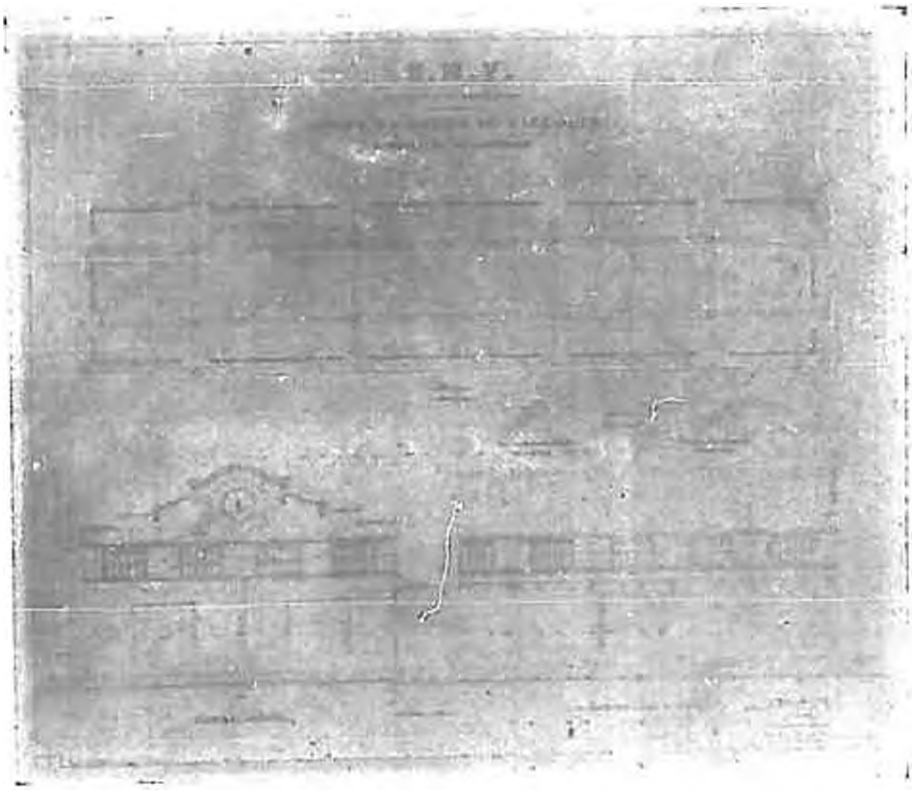
Como é natural em obras dessa natureza, houve após a approvação dos projectos e orçamentos acima, modificações que o correr da construcção exigiu e que obrigaram a revisão de projectos, organização de outros, com respectivos orçamentos, alguns ainda não approvados e que se elevam áquelle total.

Como se viu, desde 1881, nosso porto tem sido objecto de cogitação dos Governos, não levada a effeito porque o seu movimento nunca permittiu a realização dos capitaes necessarios á effectivação de suas obras. Hoje a situação, comquanto bastante melhorada, ainda não offerece elementos seguros de remuneração immediata para o elevado capital que deve ser empregado em todas as obras. Sendo assim, só mesmo o Governo póde enfrental-a, empregando em sua execução saldos orçamentarios, para só recorrer a emprestimo para uma parte de seu orçamento, da qual seja possivel a necessaria remuneração, em face do movimento provavel do porto, após a inauguração de seus melhoramentos, que concorrerão para o barateamento do frete de mercadorias destinadas a Victoria, por uma rapida baldeação destas no porto; diminuirão de modo apreciavel os preços de carga e descarga de mercadorias, facilitando um resultado melhor aos productores e commerciantes nelle interessados. A ponte, por outro lado, virá pôr nessa capital em franca ligação com o interior do Estado, pelas estradas de ferro e de rodagem.

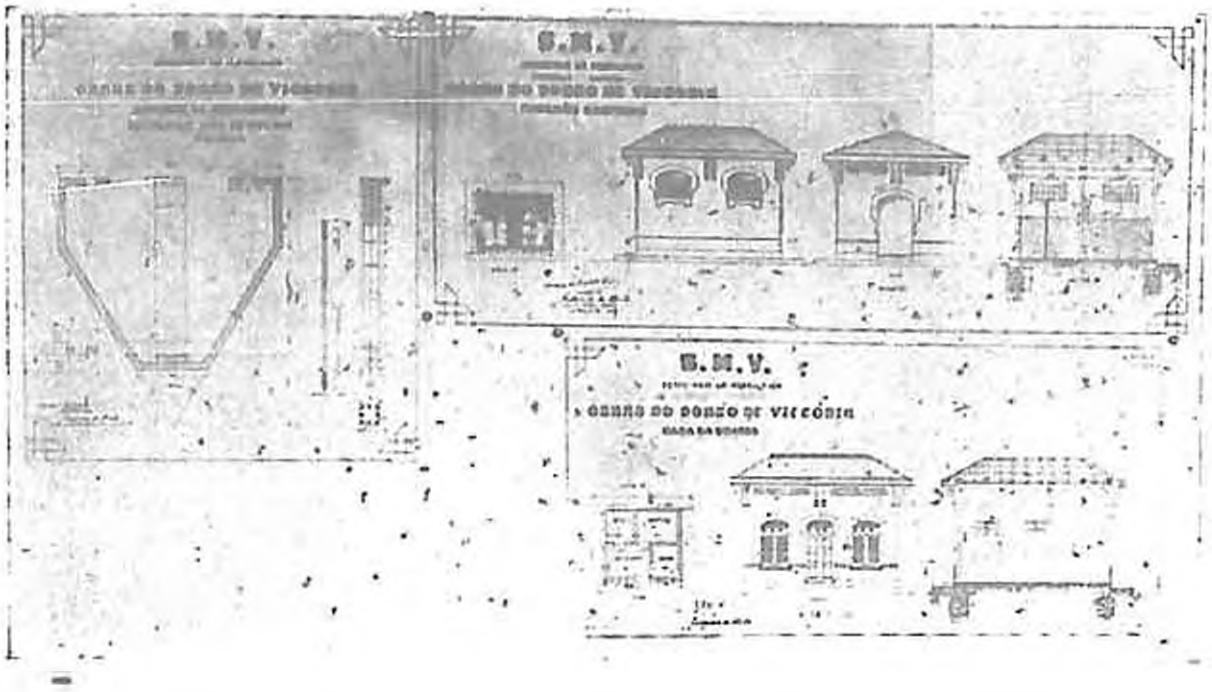
Para podermos apreciar o valor economico do porto de Victoria, já como factor de barateamento do custo da carga e descarga de mercadorias exportadas e importadas por Victoria, já como fonte de renda para o Estado, mister se faz conhecer o seu movimento. Infelizmente não temos os dados completos desse movimento, entretanto, temos



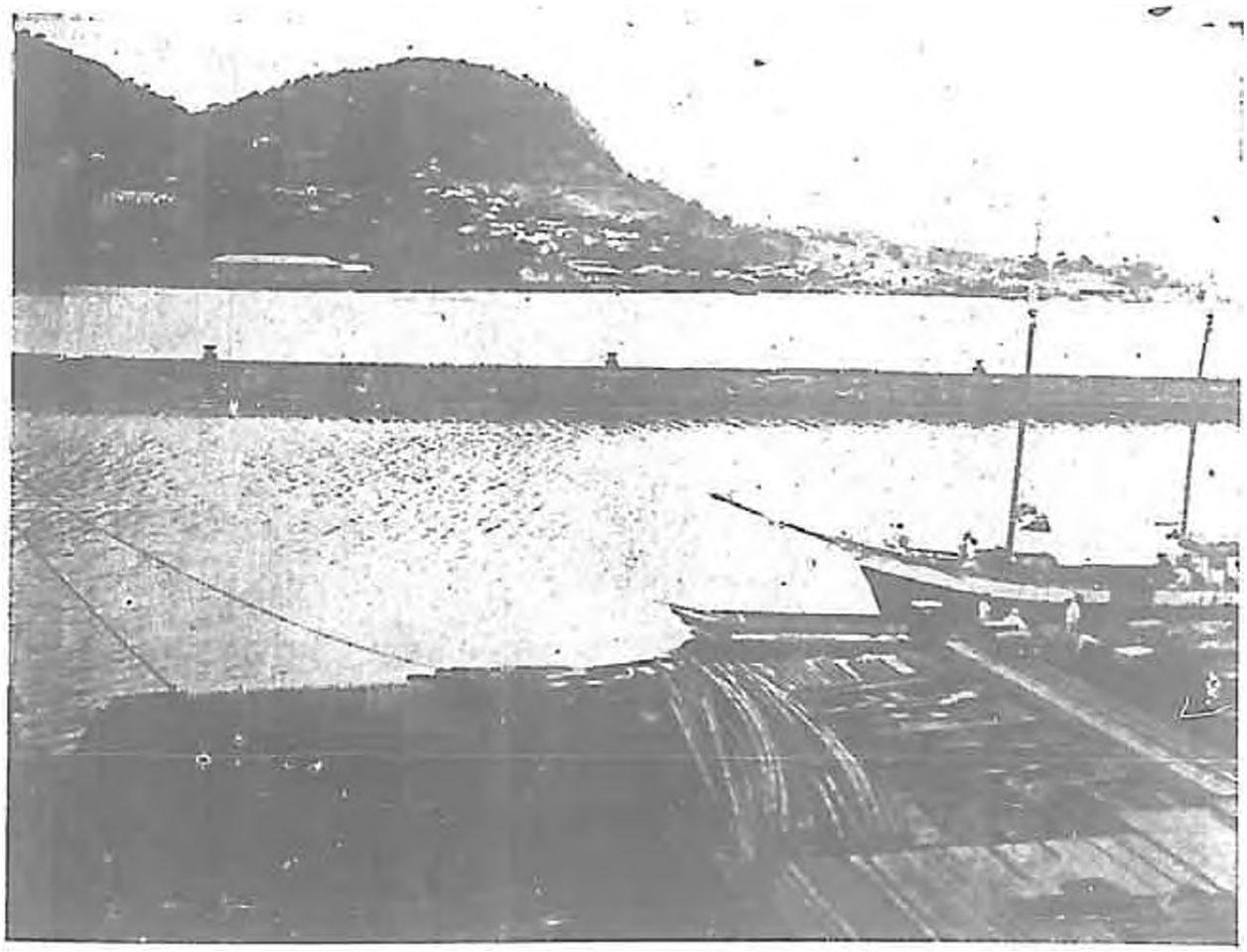
Porto de Victoria — Secção transversal ao caes — projecto



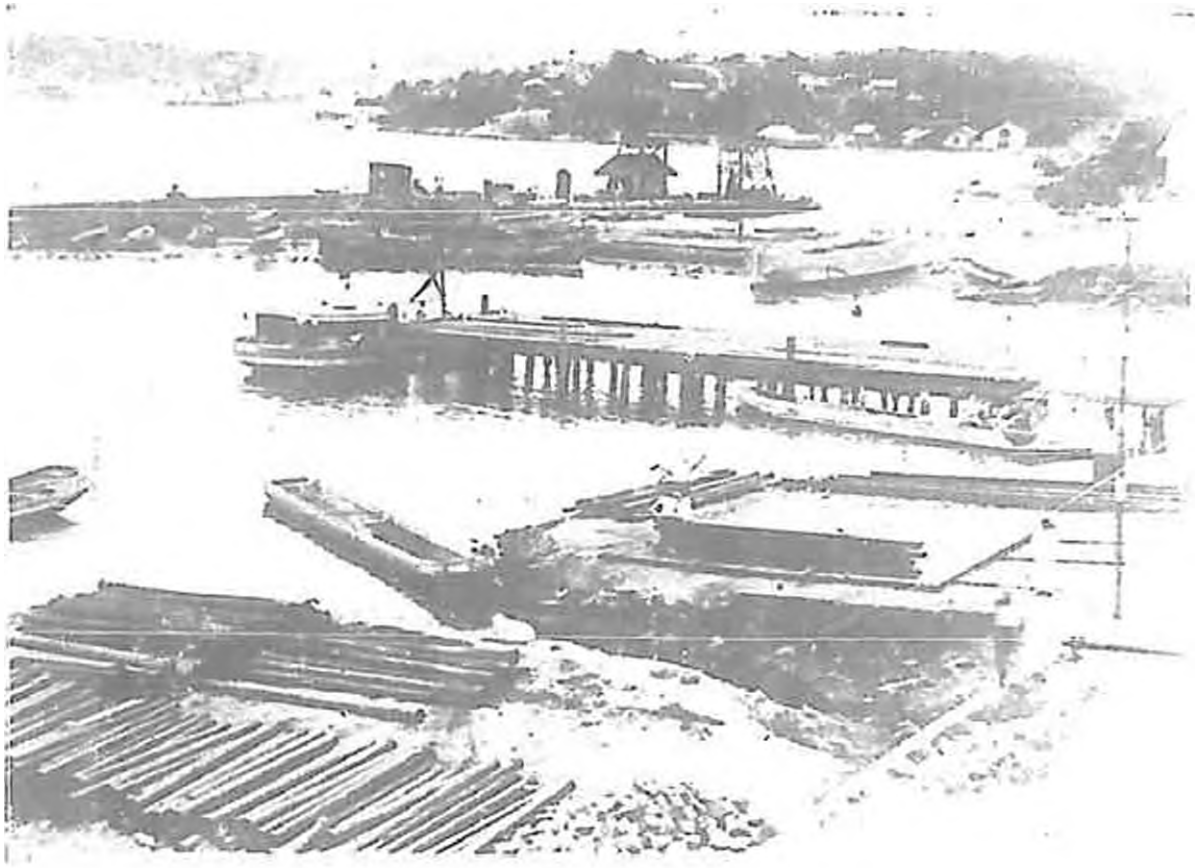
Porto de Victoria — projecto dos armazens



Porto de Victoria — projecto de casa de guardas e pavilhões sanitarios



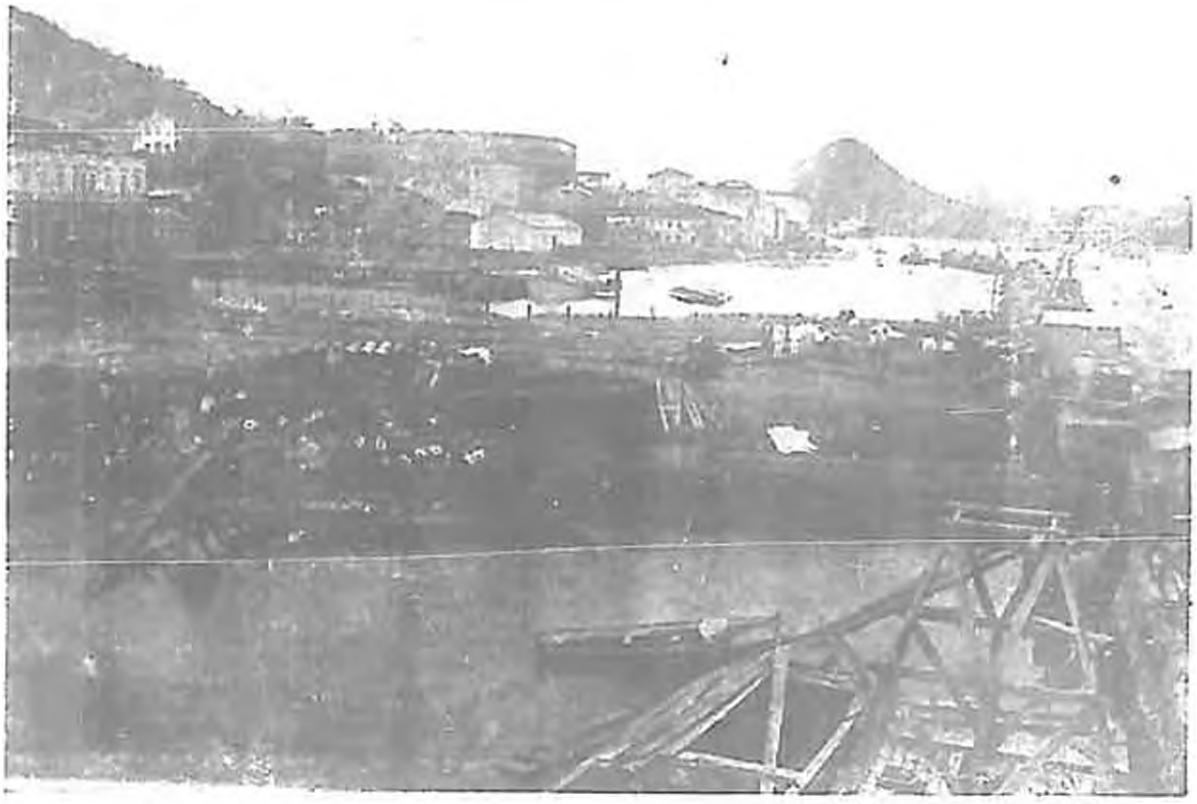
Porto de Victoria — Vista antes do aterro atraz da muralha do caes



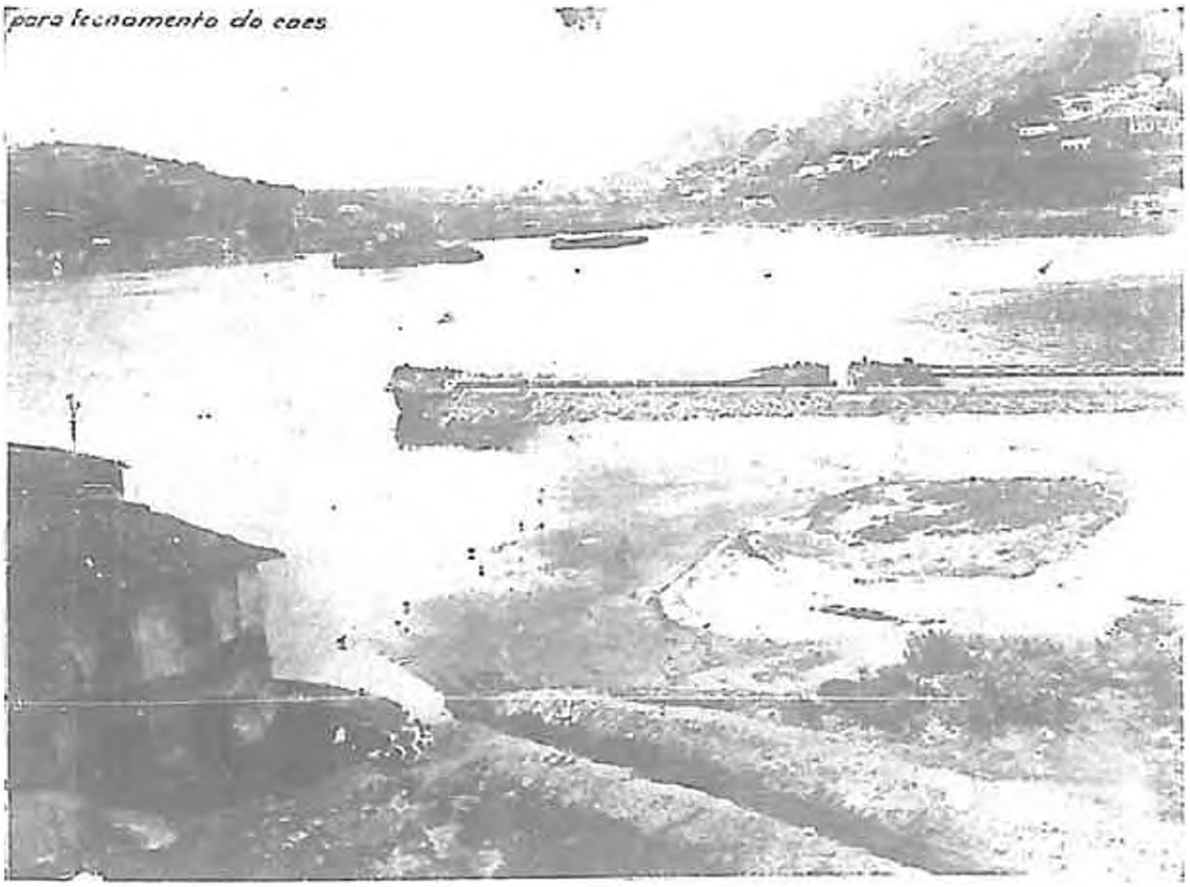
Porto de Victoria — Aspecto anterior aos serviços de aterro — 1925



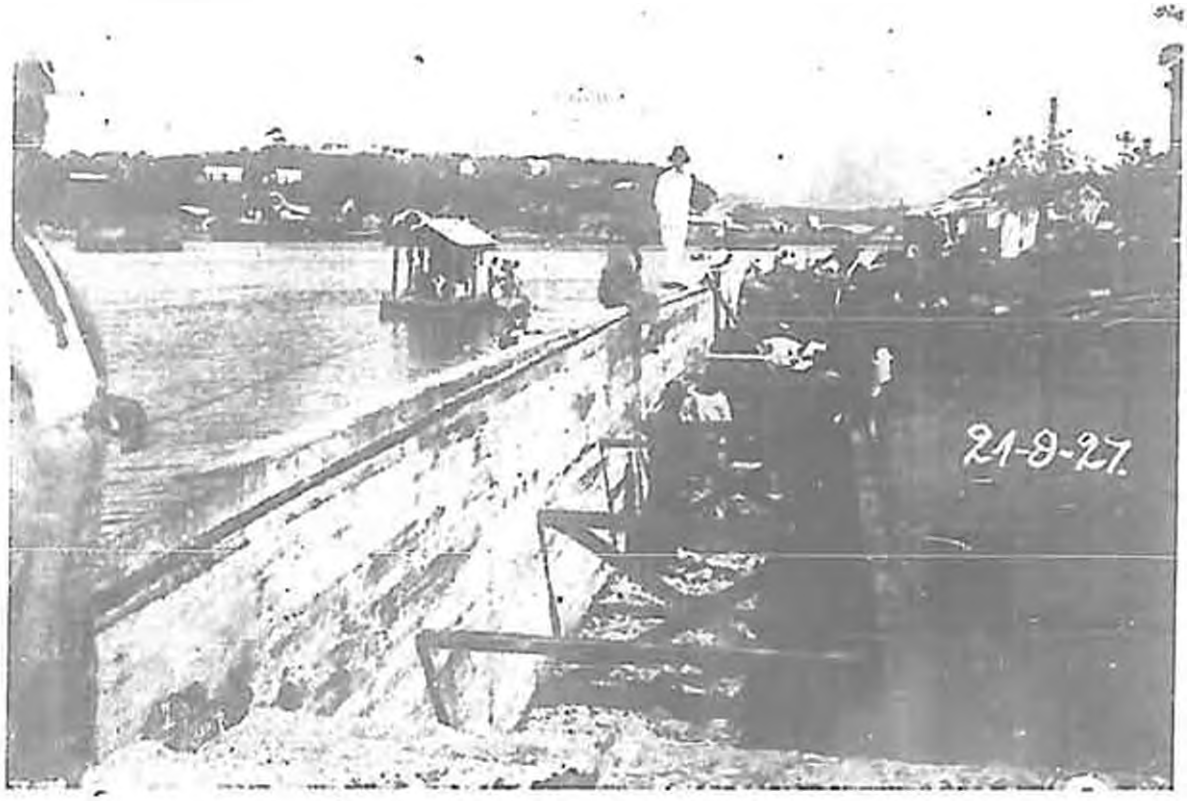
Porto de Victoria — Vista anterior ao aterro, atraz da muralha do caes



Porto de Victoria — Inicio do aterro atraz da muralha do caes



Porto de Victoria — Trecho fechado com enrocamento



Porto de Victoria — Caes de saneamento em construcção



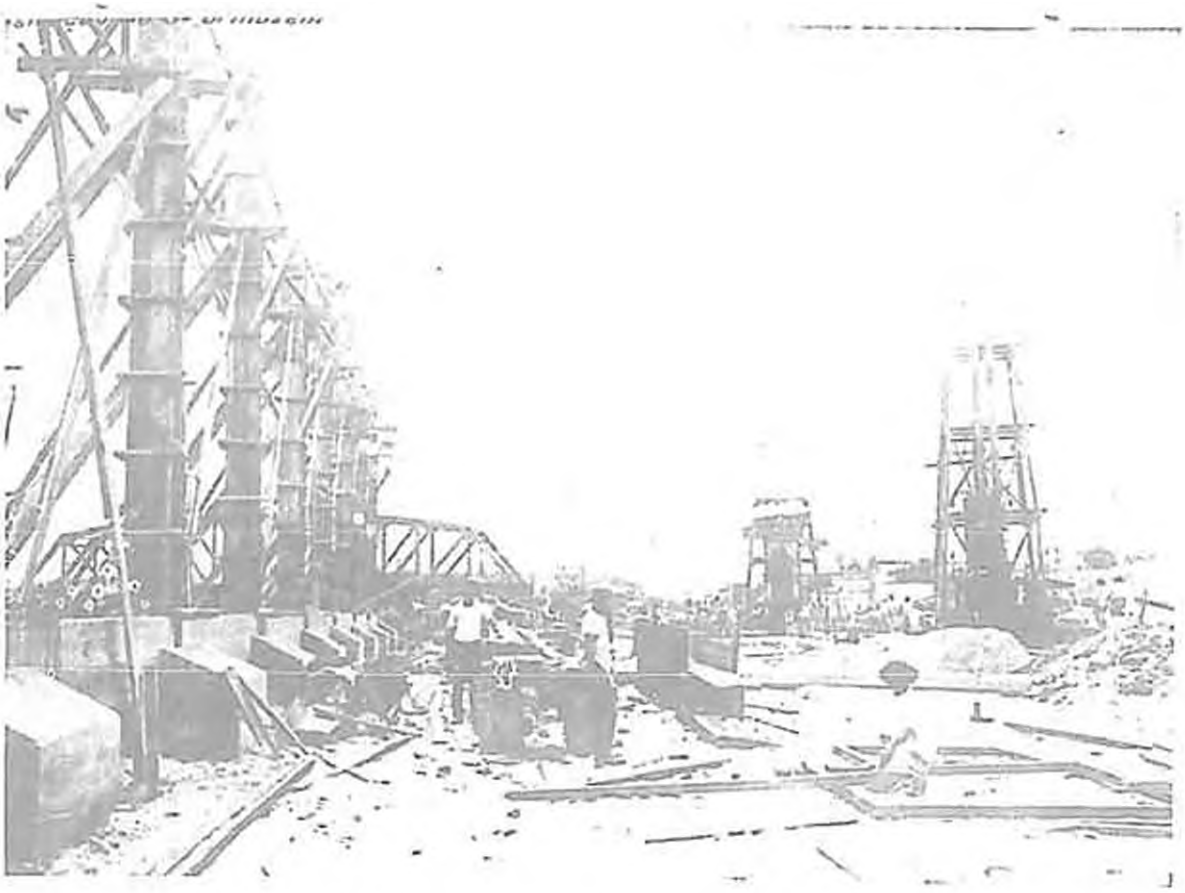
Porto de Victoria — Aterro de areia posterior á muralha de caes



Porto de Victoria — Construcção do enrocamento para proteger o aterro posterior á muralha do caes



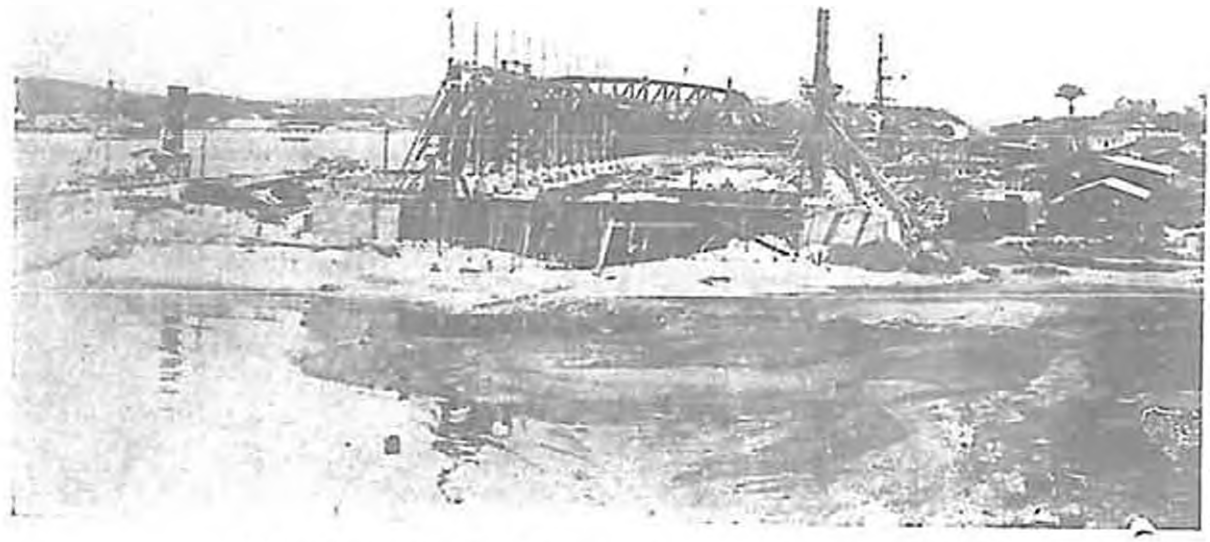
Aspecto do caes do porto depois dos trabalhos de aterro



Porto de Victoria — Armazens em construcção



Porto de Victoria — Construcção de armazens



Construcção do 1.º armazem do caes do Porto



Fundações dos armazens do caes do Porto



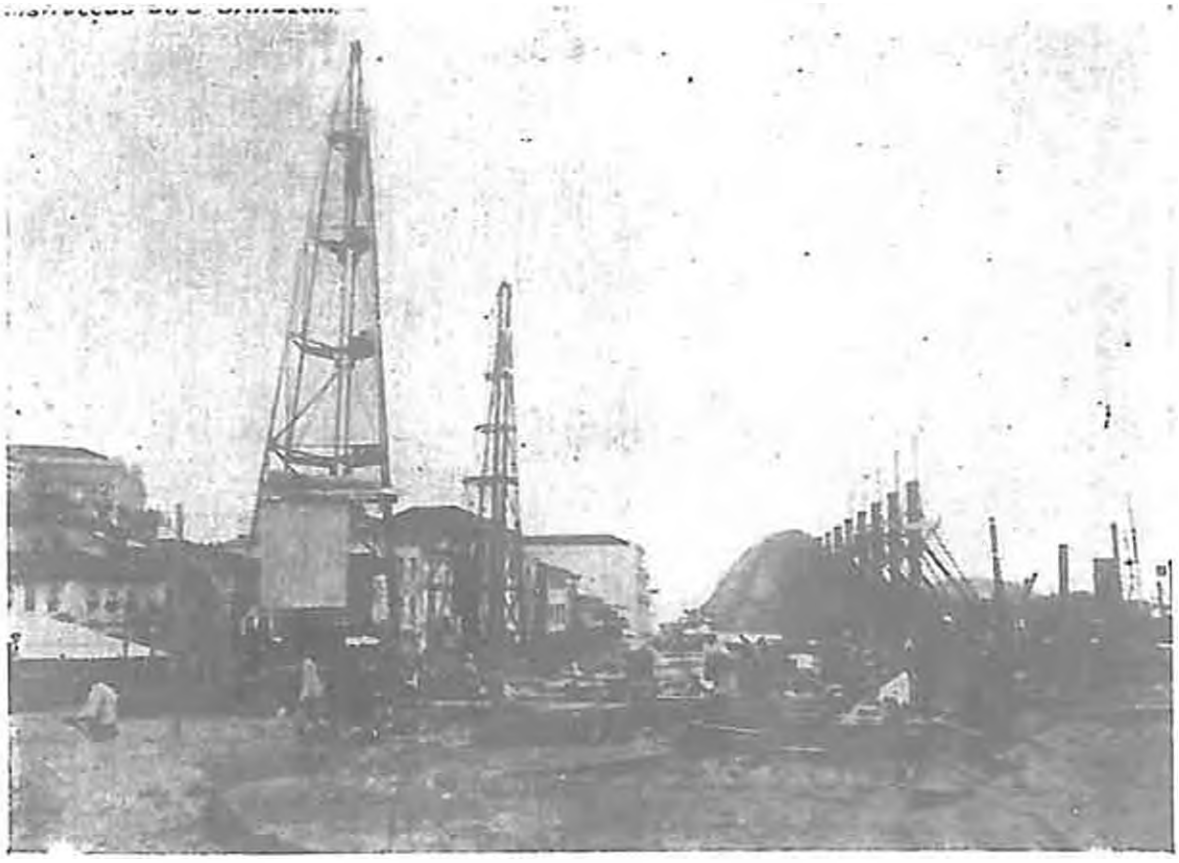
Porto de Victoria — Aspecto da construcção de armazens



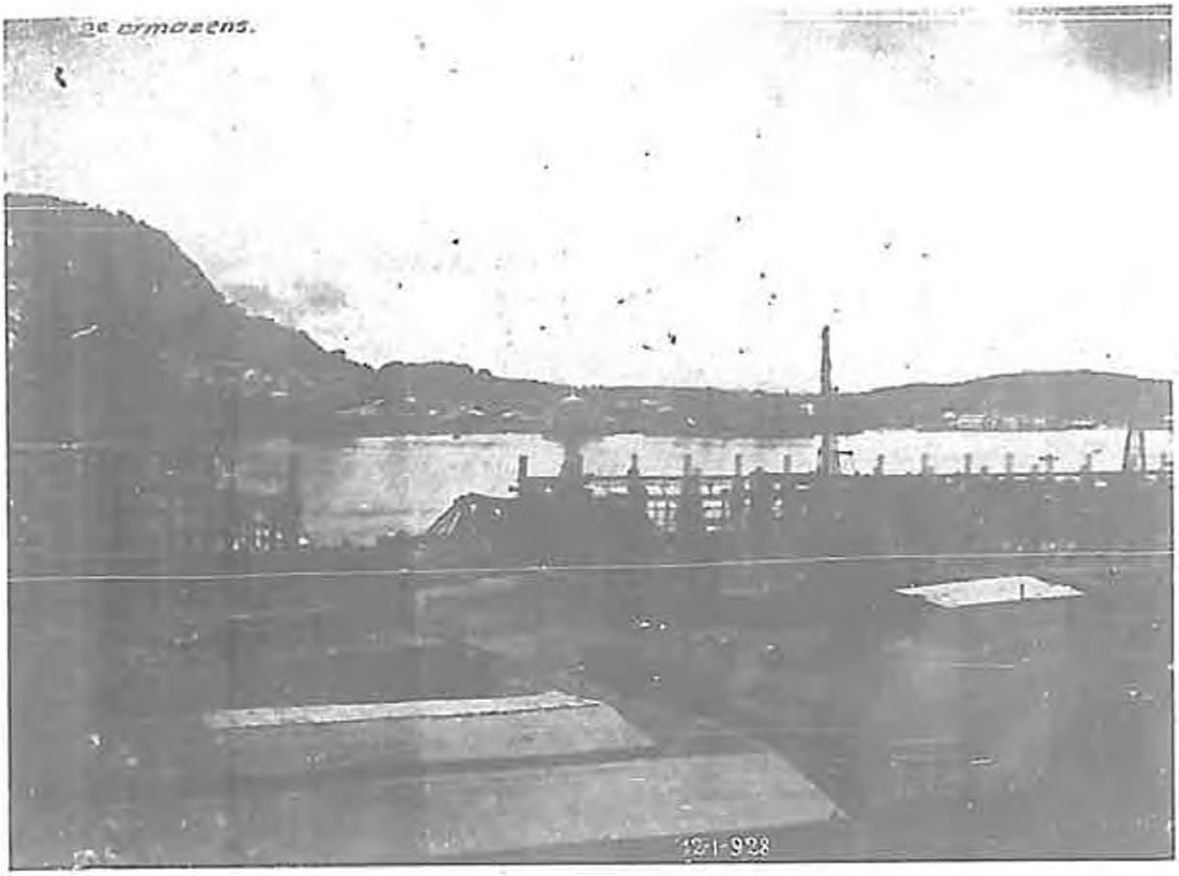
Armazens do Caes do Porto em construcção



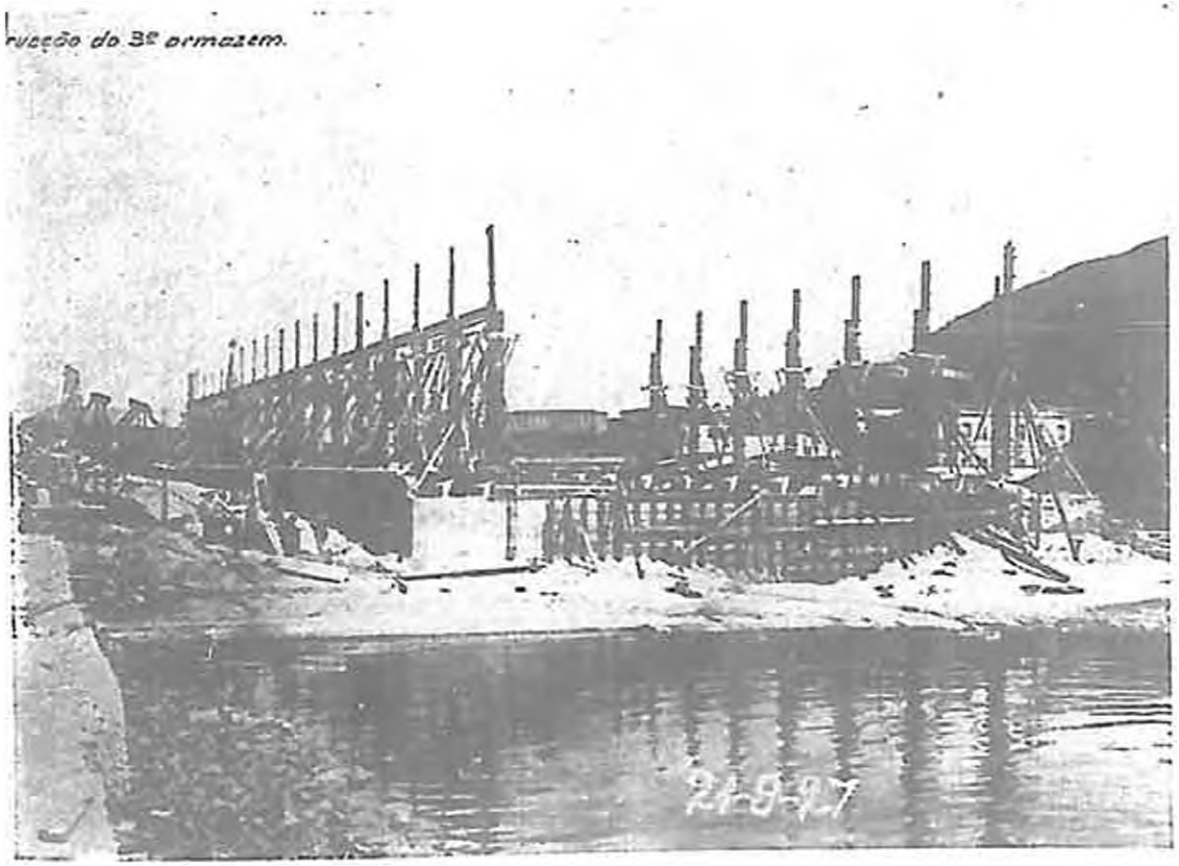
Porto de Victoria — Serviços de drenagem



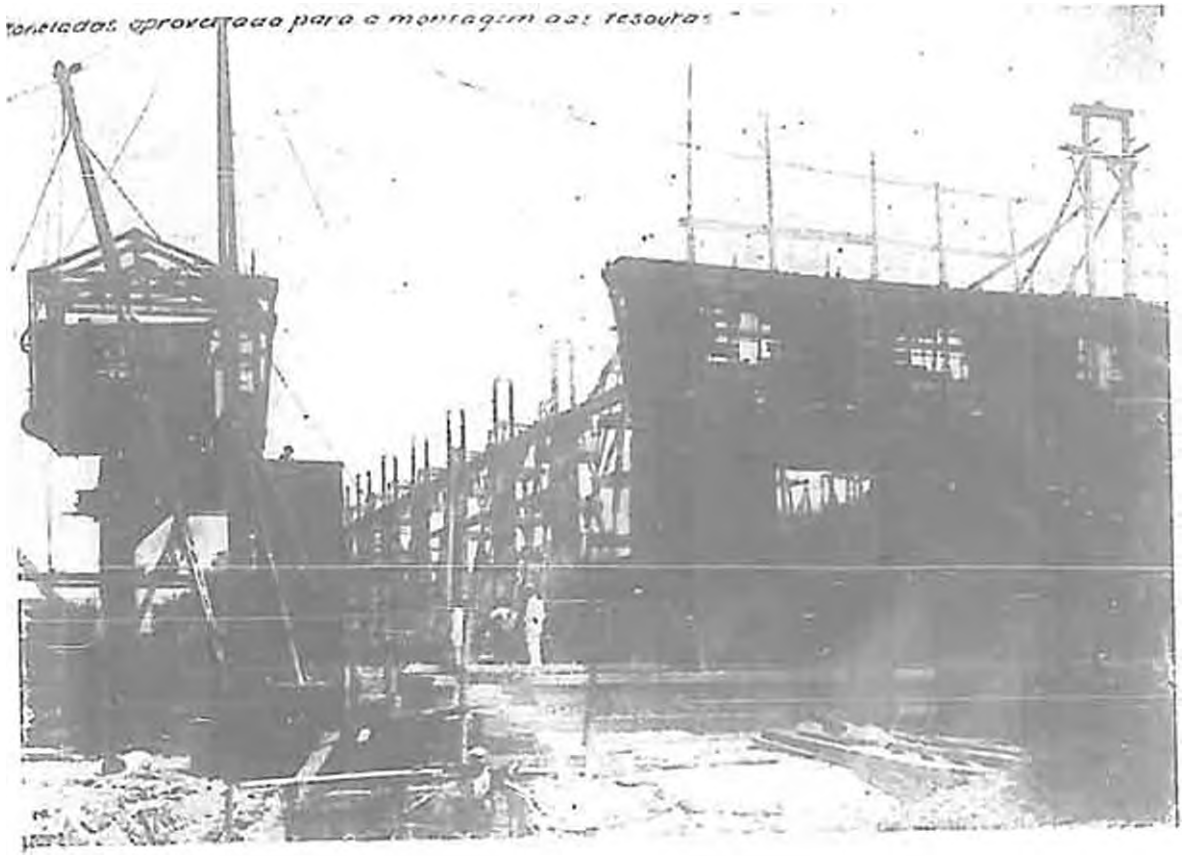
Porto de Victoria — Construcção dos armazens



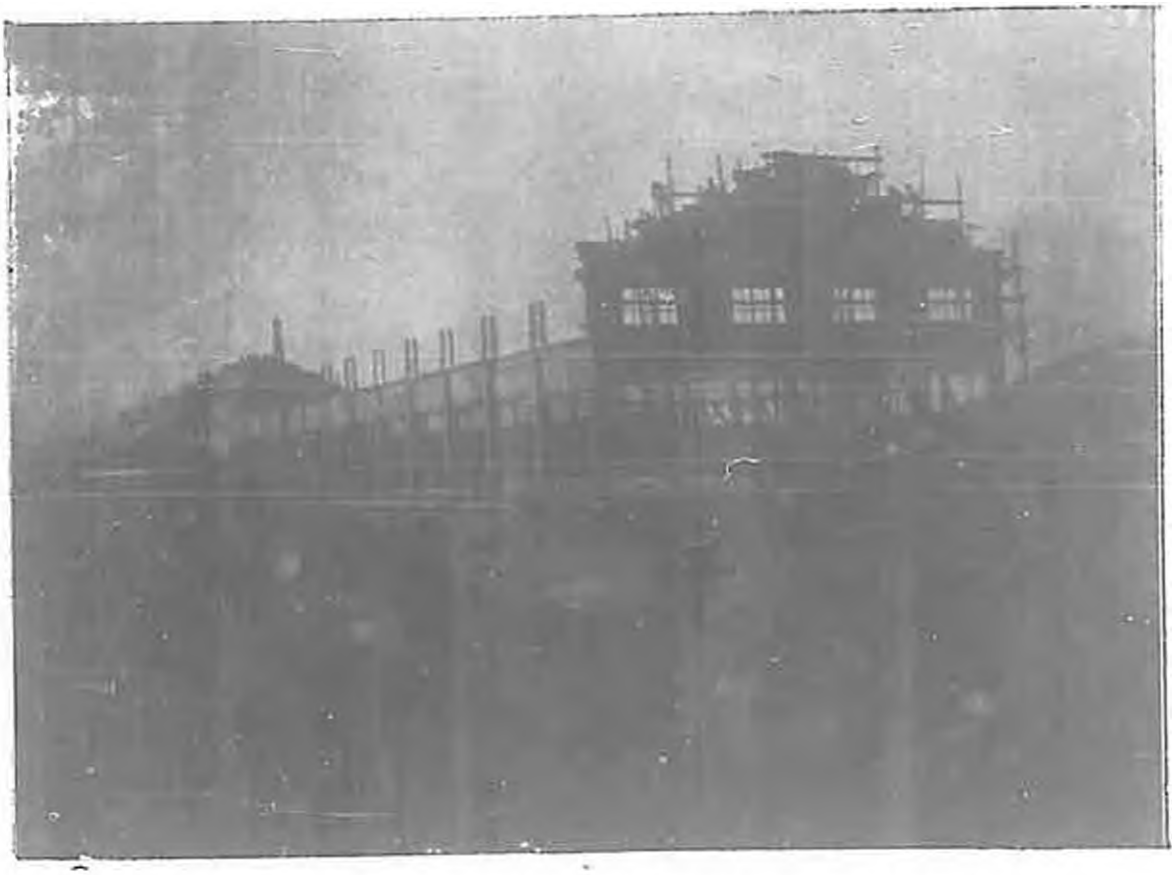
Porto de Victoria — Aspecto da construcção dos armazens



Porto de Victoria — Aspecto da construcção dos armazens



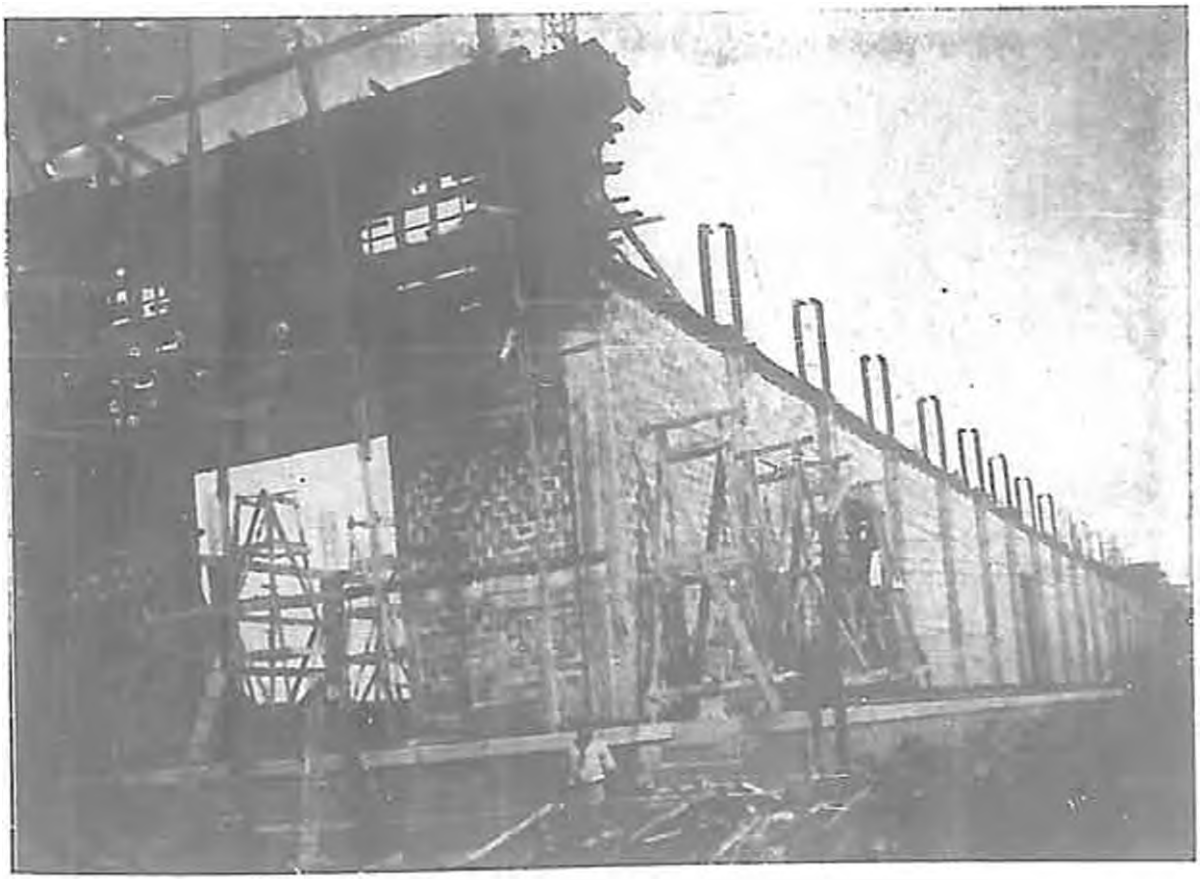
Porto de Victoria — Construcção dos armazens e montagem do 1.º guindaste



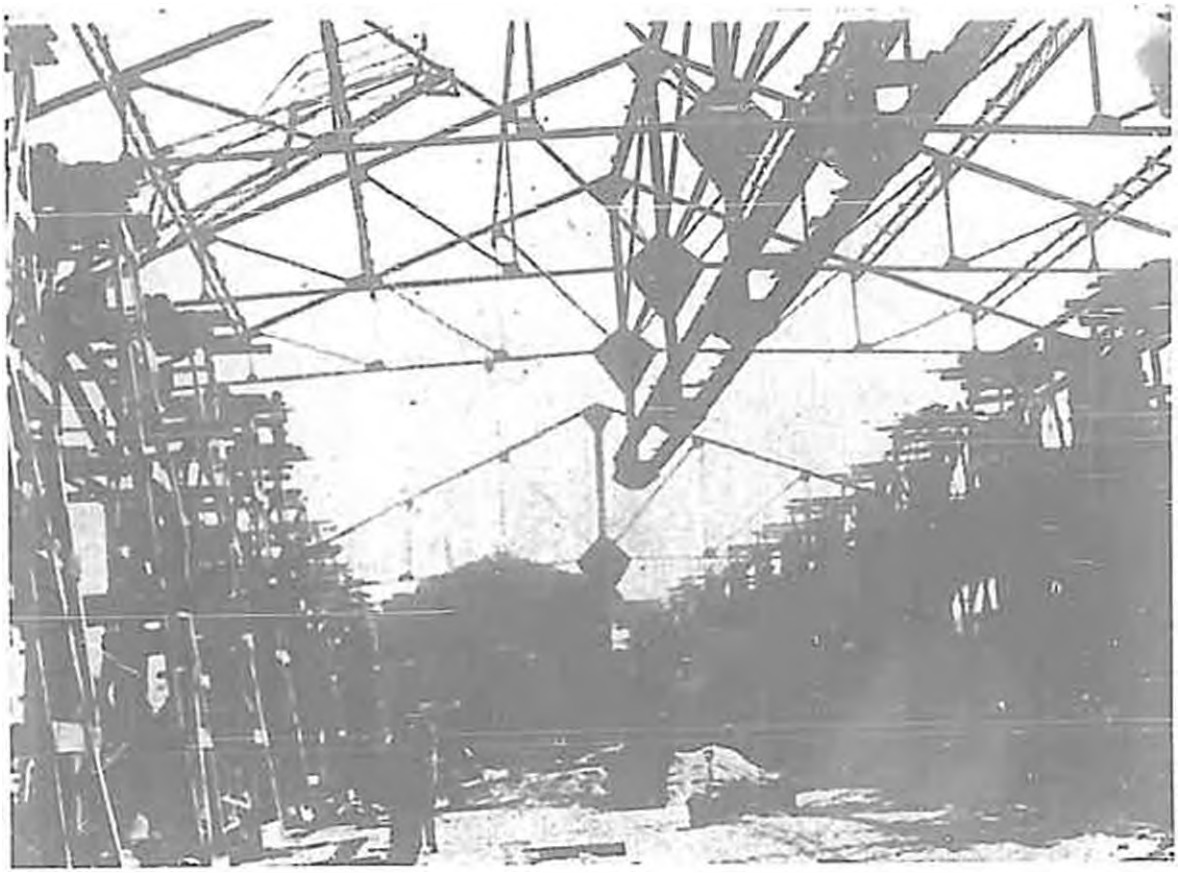
Porto de Victoria — Aspecto dos armazens do porto em construcção — 1928



Fundações dos armazens do caes do Porto



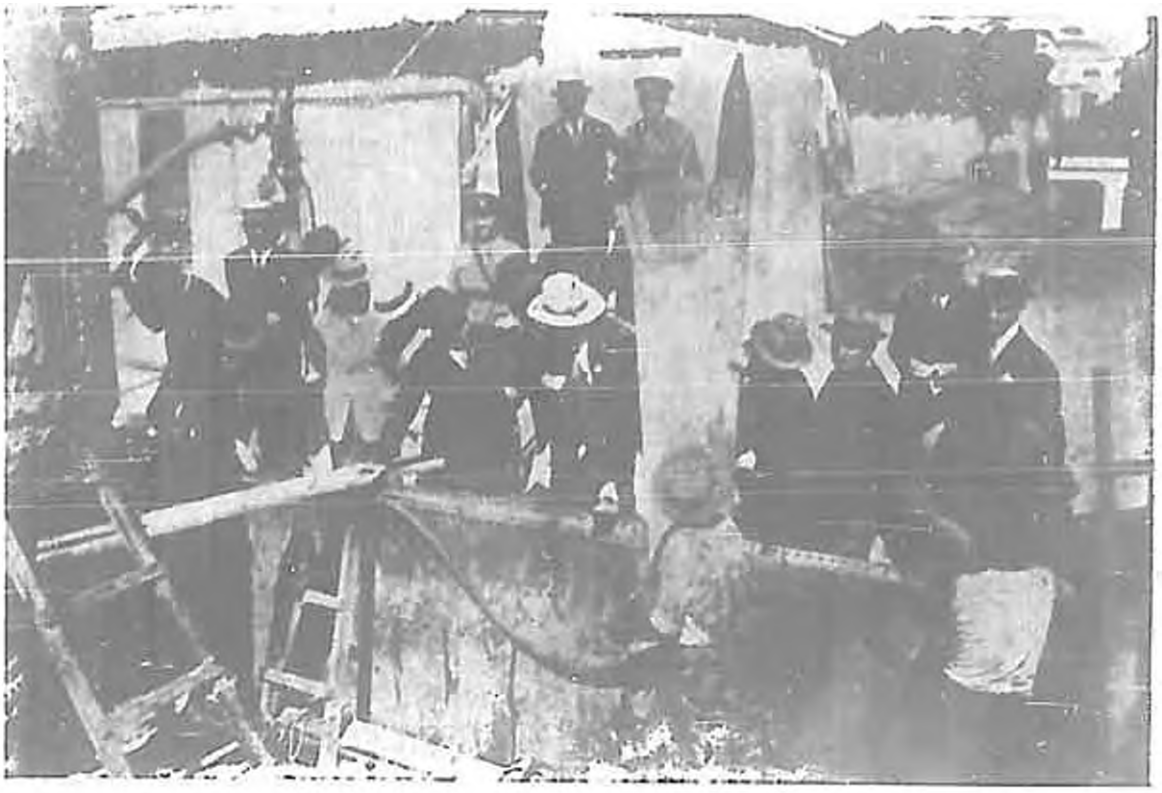
Porto de Victoria — Construcção de um armazem



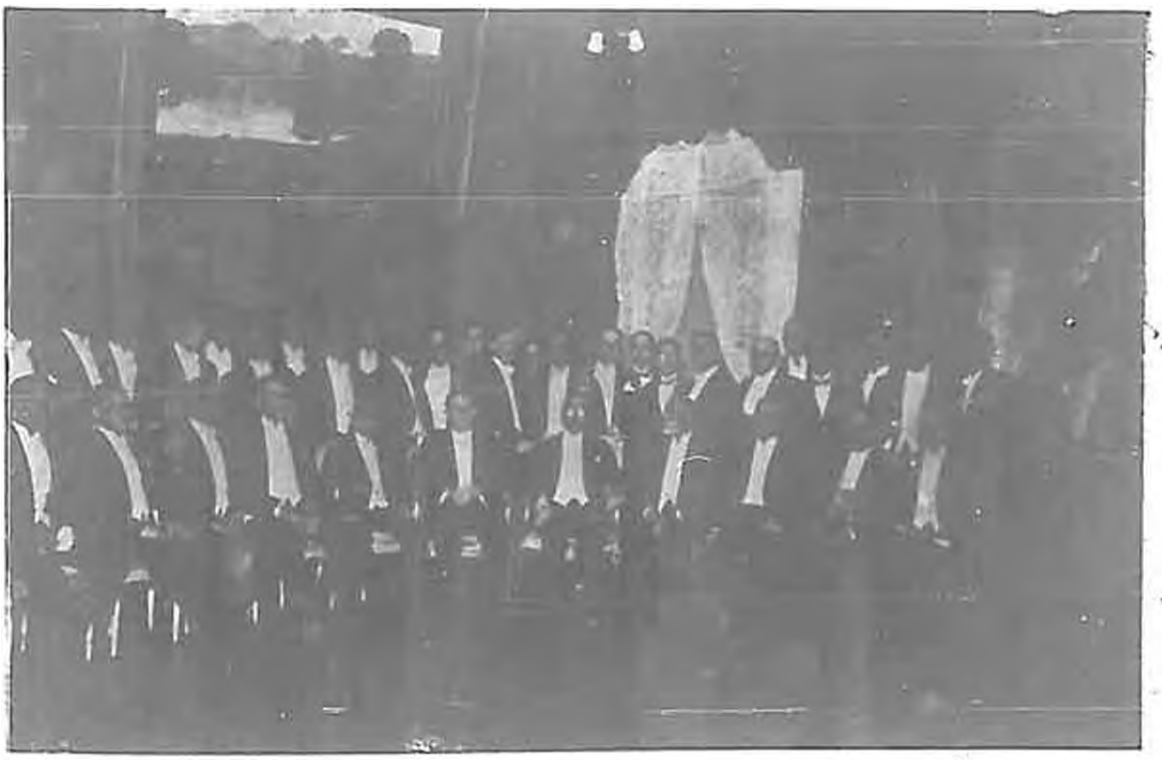
Porto de Victoria — Aspecto interior da construcção dos armazens — 1928



Aspecto do material rodante adquirido para o porto de Victoria



Porto de Victoria — O Presidente Sodré em visita ás obras da ponte



Photographia apanhada no Palacio do Governo quando em visita o Presidente Sodré

elementos referentes aos principaes productos que exportamos, o café e a madeira e alguns algarismos sobre o movimento geral do porto. Eis as estatisticas que pudemos obter até o presente:

Saccas de Café exportadas pelo porto de Victoria

ANNOS	LONGO CURSO	CABOTAGEM	TOTAES	TONELAGEM	VALOR OFFICIAL
1913	484.589	9.303	493.892	29.613	Não temos
1914	453.592	36.982	490.912	29.454	" "
1915	689.171	41.741	730.912	43.854	" "
1916	555.014	30.922	585.936	35.156	" "
1917	529.965	92.035	622.000	37.320	" "
1918	337.018	226.069	563.087	42.065	" "
1919	603.022	98.440	701.462	42.087	" "
1920	838.254	126.164	964.418	57.865	40:864:104$000
1921	847.075	163.132	1.010.207	60.612	45.635:336$080
1922	671.335	102.016	773.351	46.401	73.691:290$290
1923	648.321	96.678	744.999	44.700	94.285:284$142
1924	746.024	70.064	816.088	48.965	187.734:399$920
1925	879.274	108.236	988.236	59.294	181.524:303$177

Madeira exportada

ANNOS	LONGO CURSO	CABOTAGEM	T. em Toneladas	VALOR OFFICIAL
1920..	14.073	11.763	25.786	1.936:114$840
1921..	16.517	11.981	28.298	2.765:984$120
1922..	4.554	7.537	12.091	1.502:880$920
1923..	3.210	11.883	15.093	2.597:606$310
1924..	7.786	6.089	13.875	1.889:759$185
1925..	3.130	4.635	7.765	2.556:894$914

Movimento maritimo

ANNOS	EMBARCAÇÕES NACIONAES		EMBARC. ESTRANGEIRAS		T O T A E S	
	Numero	T. do registro	Numero	T. de registro	Numero	T. de registro
1913...	737	471.031	128	326.943	901	797.974
1914...	665	402.532	104	274.209	769	676.741
1915...	695	390.160	45	107.856	740	498.016
1916...	744	439.648	34	76.605	778	516.253
1917...	762	423.946	31	70.040	793	493.986
1918...	700	379.052	11	23.577	711	402.629
1919...	701	378.287	36	96.057	737	474.344
1920...	391	184.589	49	135.023	440	319.612
1921...	422	265.692	52	143.383	474	409.085
1922...	619	360.281	76	228.640	695	578.921
1923...	828	380.533	79	241.711	902	622.244
1924...	822	464.286	106	306.792	928	771.078
1925...	970	521.665	157	483.699	1.127	1.005.364
1926...	917	542.007	164	499.132	1.081	1.041.139

Conforme os dados fornecidos pela Alfandega de Victoria, nosso movimento total de mercadorias — exportação e importação — foi, nos ultimos annos, o seguinte:

1923..	79.049	toneladas
1924..	104.133	"
1925..	145.000	"
1926..	123.000	"

Além dos dados acima, os seguintes são tambem interessantes:

Taxa annual de 2 %ouro sobre a importação

A N N O S	Importancia em Moeda Ouro
1909..	34.556$507
1910..	51:547$431
1911..	105:831$660
1912..	126:769$187
1913..	70:392$067
1914..	29:948$018

ANNOS	Importancia em Moeda Ouro
1915	10:055$699
1916	8:360$040
1917	5:455$699
1918	2:685$736
1919	4:781$601
1920	16:100$623
1921	15:396$868
1922	30:510$016
1923	14:692$370
1924	31:693$820
1925	73:348$069

A analyse dos quadros acima deixa ver o movimento crescente da exportação pelo porto de Victoria, devido sobretudo ao augmento da producção que por elle escoa. E' frisante o augmento do numero e tonelagem dos navios que elle recebe annualmente.

O quadro do imposto de 2% ouro, entretanto, não teve a alta que deveria ter tido como se podia deprehender do movimento de exportação. E' positivo, comtudo, que a exportação augmentou tambem e temos a prova pelos dados dos annos de 1923 a 1926, em que indicamos o movimento total do porto.

E' de se suppor que tal diminuição de importação estrangeira em relação ao desenvolvimento do commercio local seja devida á grande baixa do nosso cambio, tornando o material estrangeiro sobremodo caro, mas para compensar tal diminuição, houve grande augmento da importação pela cabotagem.

O que é fóra de duvida, entretanto, em face dos numeros acima, é que o movimento medio de mercadorias exportadas e importadas por Victoria é, desde 1920, superior a 100.000 toneladas annuaes, e que em vista do desenvolvimento vertiginoso de que vem sendo theatro a nossa capital e seu *hinterland*, é licito tomarmos desde já um movimento provavel de 120.000 toneladas annuaes, pois é esta a media do movimento dos tres ultimos annos.

Si admittirmos, como é usual, uma receita bruta de 10$000 por tonelada de mercadoria que transitar por nosso porto, chegaremos á receita bruta de 1.200:000$000 approximadamente para o porto de Victoria, e considerando 50 % sobre esse total como despesa de cus-

teio dos serviços de conserva das installações, teremos 600:000$000 para renda liquida, que accrescida da taxa de 2% ouro, na importancia provavel de 40:000$000 convertida em papel ao cambio de 4$500 por 1$000 ouro, se elevará a cerca de 780:000$000, tudo conforme seu movimento medio nos tres ultimos annos.

Além dessa somma ha a considerar a receita proveniente da ponte de ligação, que em face das taxas previstas, no contracto de concessão do porto, e, do movimento provavel sobre ella, de 60.000 toneladas annuaes, nos pode dar, approximadamente, a quantia de 96 contos de réis, donde a renda liquida provavel total do noso porto será de 876:000$000, que remunera com 7,5% de juros e 1% de amortização um capital effectivo de cerca de 10.000:000$000.

As obras do porto tiveram em meu governo a execução mais rapida que lhes foi possivel dar, dentro dos recursos orçamentarios.

Contractámos com a Société de Construction du Port de Bahia, após uma concurencia administrativa limitada entre as firmas: Companhia de Construcções Civis e Hydraulicas, Sociedade Albertan, Companhia Constructora de Cimento Armado e a Sociedade Hollandeza de Obras Publicas, os trabalhos de nosso porto que exigem, por si um apparelhamento especial, que não convinha ao Estado adquirir.

Aquella Sociedade ficou assim com os serviços de dragagem, aterro do caes, derocamento submarino, infrastructura da ponte de ligação, prolongamento do caes e outros, cujo montante em face do contracto lavrado é de 7.000 contos de réis, tendo preferencia em condições eguaes para os demais serviços do porto.

Mais adeante vos exporei qual o montante dos serviços que já foram executados por aquella Sociedade e por administração do Governo.

Além desse contracto, outros foram lavrados, em resultado das concurrencias publicas abertas para fornecimento da superstructura metallica das pontes de ligação, do apparelhamento mecanico do porto e das coberturas dos armazens. Em linhas axaixo farei referencia minuciosa a cada um desses contractos.

Vejamos quaes os trabalhos e respectivas despesas feitas com o porto de Victoria, no decurso do exercicio corrente.

O andamento das diversas obras já iniciadas se resume no que se segue, especificadamente:

PONTE DE LIGAÇÃO ENTRE VICTORIA E O CONTINENTE

Trabalhos connexos

Sob este titulo, conforme o proprio nome o indica, comprehendemos os trabalhos especialmente feitos para a construcção da ponte e todos os demais effectuados entre Victoria e o continente, a partir da rua Cleto Nunes e a terminar nos terrenos dos Srs. A. Prado & Cia., como sejam caes de saneamento na ilha do Principe e Victoria, respectivos aterros formando explanadas que, na ilha do Principe, lado sul, foram utilisadas para montagem dos fluctuantes de transporte da ponte e caixões metallicos empregados na construcção dos pilares, e no lado norte constituem areas que poderão ser aproveitadas para atracação de pequenas embarcações. Todas esas explanadas quer na ilha do Principe quer em Victoria poderão ser vendidas em lotes. Acham-se incluidos neste titulo todos os aterros de accesso aos encontros e respectivos muros de protecção. Montou a despesa a 907.518$244.

Infraestructura

Para ser concluida a construcção resta apenas fazer a balaustrada nos encontros.

Parte do pagamento relativo ao fornecimento de caixões metallicos não foi ainda realizado em razão de pequena duvida sobre o peso, entre o Governo e os fornecedores.

Superstructura

a) — Fornecimento metallico. O fornecimento dessa superstructura foi contractado com a fabrica Maschinenfabrick Augsburg Nurnberg, e sua construcção fiscalisada e acompanhada na Europa pelo Diretor da Commissão de Serviços de Melhoramentos de Victoria, Dr. Moacyr Avidos; fiscalisação esta que obedeceu ás condições estipuladas para a qualidade do material e a natureza do serviço, constantes das especificações que serviram de base á concurrencia feita para tal fornecimento. O preço desse fornecimento é de $97.35 por tonelada de material metallico (aço doce), e a ser pago pelo peso real da ponte verificado na fabrica fornecedora e que não poderá exceder da tolerancia de 3% do peso da mesma calculado pelo desenho de execução approvado na fabrica pelo representante do Governo. O peso constante dos desenhos de execução foi de 2.804 toneladas, mais 48 toneladas

da balaustrada, ao preço de $ 143. O peso real da ponte, verificado na fabrica fornecedora, é de 2.740,508 toneladas, não excedendo, portanto a tolerancia de 3% do peso da mesma, calculado pelo desenho de execução, que foi de 2.804 toneladas. O peso total da balaustrada fornecido é de 46,760 toneladas. O peso total do fornecimento é de 2.787,268 toneladas.

As despesas do fiscal foram pagas pela fabrica fornecedora. que para isso contribuiu com $9.929,70.

A pesagem do primeiro vão e a inspecção deste e do segundo, após sua conclusão e montagem provisoria na fabrica, bem como o recebimento do material necessario a toda a obra foi feito pelo Director da Commissão de Serviços de Melhoramentos de Victoria e a pesagem dos demais vãos na Europa, como a fiscalização de confecção do serviço na fabrica. pelo Bureu Veritas, que para tal fim foi designado na Europa, pelo Dr. Moacyr Avidos a expensas da quota acima referida e destinada á fiscalisação do serviço.

A primeira prestação do fornecimento da ponte na importancia de 1.197:225$000 foi satisfeita no prazo marcado.

A segunda deveria ser paga a 15 de Junho de 1928. Em virtude, porém, de combinações entre o Governo e a fabrica foi aquella prestação, que seria a ultima, desdobrada em tres: uma na importancia de 500:000$000 já foi paga a 15 de Junho. As duas restantes em cerca de 700:000$000 serão venciveis em Dezembro de 1928 e Junho de 1929.

b) — Montagem. A montagem da ponte foi feita por administração, dirigida e orientada pela fabrica fornecedora, que para tal fim enviou um engenheiro e sete contra-mestres, que iniciaram o serviço em Victoria, desde o dia 1.° de Março de 1927. Esta terá uma gratificação de 20 contos de réis por sua administração e ficará responsavel pela obra durante um anno, depois de inaugurada e experimentada

Para evitar grande empate de capital nas installações necessarias á montagem da ponte, foi ajustado, pelo fiscal do Governo na Europa, o aluguel do apparelhamento mechanico, devendo, ultimados os serviços, ser devolvidos á fabrica fornecedora, n ocaso do Estado não desejar adquirir os ditos materiaes em parte ou no total.

O apparelhamento para a montagem foi fornecido pela fabrica, mediante o aluguel mensal de 2 a 5%, de accordo com a depreciação do material.

O contracto concedeu ao Governo a faculdade de ficar com o material que entendesse, satisfazendo apenas a differença entre o custo e o aluguel já pago. Para evitar qualquer duvida sobre tal preço, houve entendimento entre o Governo e a empreza, desde o começo da montagem.

O Governo do Estado utilisou-se do direito que lhe assistia, para adquirir o material sujeito a 5%.

A vantagem advinda de tal negocio é de facil verificação. Já havia o decurso de 18 mezes e portanto o pagamento do aluguel de 90%. Era, assim, de muito maior proveito pagar os 10% restantes e ficar com o material, do que devolvel-o, ficando obrigado ás despesas de frete, embalagem, et. e mesmo ao pagamento do aluguel até a chegada do material na Allemanha.

Succede ainda que o valor do material era, effectivamente, superior a 10%.

Obedecendo ao mesmo criterio, com restricções, o Governo escolheu a parte mais conveniente ao Estado do material sujeito a 2 e 3 1/2% de aluguel e dos quaes já pagamos 36 e 63%. Addicionadas áquella porcentagem as despesas de frete e embalagem, teria de dispender o Estado mais de 50% do custo do material, que assim devia ser adquirido.

O atrazo da construcção dos encontros da ponte do canal norte, determinou alteração do local da montagem, para um dos vãos.

Entrou, pois, o Estado em accordo com a fabrica no sentido de ser ella considerada despesa extra montagem, para os effeitos do contracto, a effectuada a mais com aquella alteração.

Por conveniencia do serviço, ficou sob a administração da fabrica com a percepção de 15% contados sobre seu custo a montagem dos 4 pontões metallicos que serviram para o transporte das pontes e dos tres ultimos caixões metallicos utilisados na construcção dos pilares. Neste titulo não estão incluidas as despesas constantes da montagem dos caixões metallicos que foram debitadas á infra-estructura da ponte.

O fornecimento dos pontões no valor de £ 1.607 — 15—6 já foi pago, sendo debitada á montagem somente a porcentagem de 12% de seu custo e figurando no titulo de embarcações com esta depreciação, porquanto o Governo poderá aproveital-os para outros serviços, inclusive para a exploração do porto.

Além do material fornecido pela fabrica para a montagem, fez o Governo acquisição de outros materiaes cobrando o aluguel de 1% para os materiaes pequenos como fios, zinco, material electrico, etc. e 30% de custo da madeira fornecida para a construcção das pontes provisorias sobre as quaes foram armadas as pontes metallicas. Tal madeira com a depreciação de 30% figura no stock do almoxarifado e poderá ser aproveitada para outros serviços.

Temos tido a preoccupação de discriminar cuidadosamente os lançamentos referentes aos serviços por administração feitos pela fabrica, porquanto, de accordo com o contracto ficou fixado para a montagem um limite maximo acima do qual as despezas correriam exclusivamente por conta da fabrica e um limite minimo abaixo do qual teria direito a fabrica a 50% pela economia realisada.

O limite maximo calculado na base de $ 55,20 por tonelada montada, ao cambio de 6$500 por dollar, attinge a importancia de 1.000:091$758 correspondente á montagem de 2.787,268 toneladas, relativa ao peso real da parte metallica.

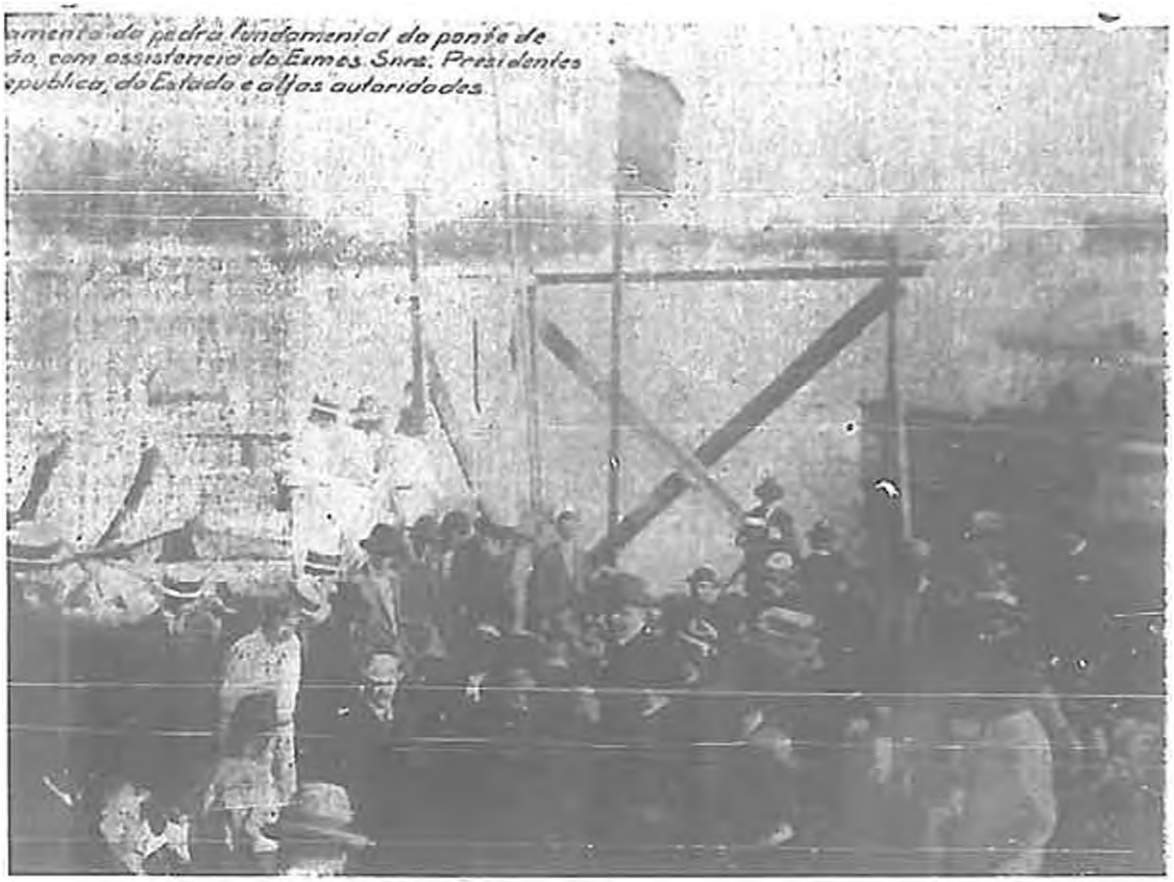
O limite minimo foi pelo proprio contracto estipulado em 750:000$000.

Para a montagem do 5.º vão da ponte não foi possivel adoptar o mesmo processo usado nos demais, em razão da quantidade de rochas submarinas existentes no local que não davam calado aos pontões empregados nos transportes.

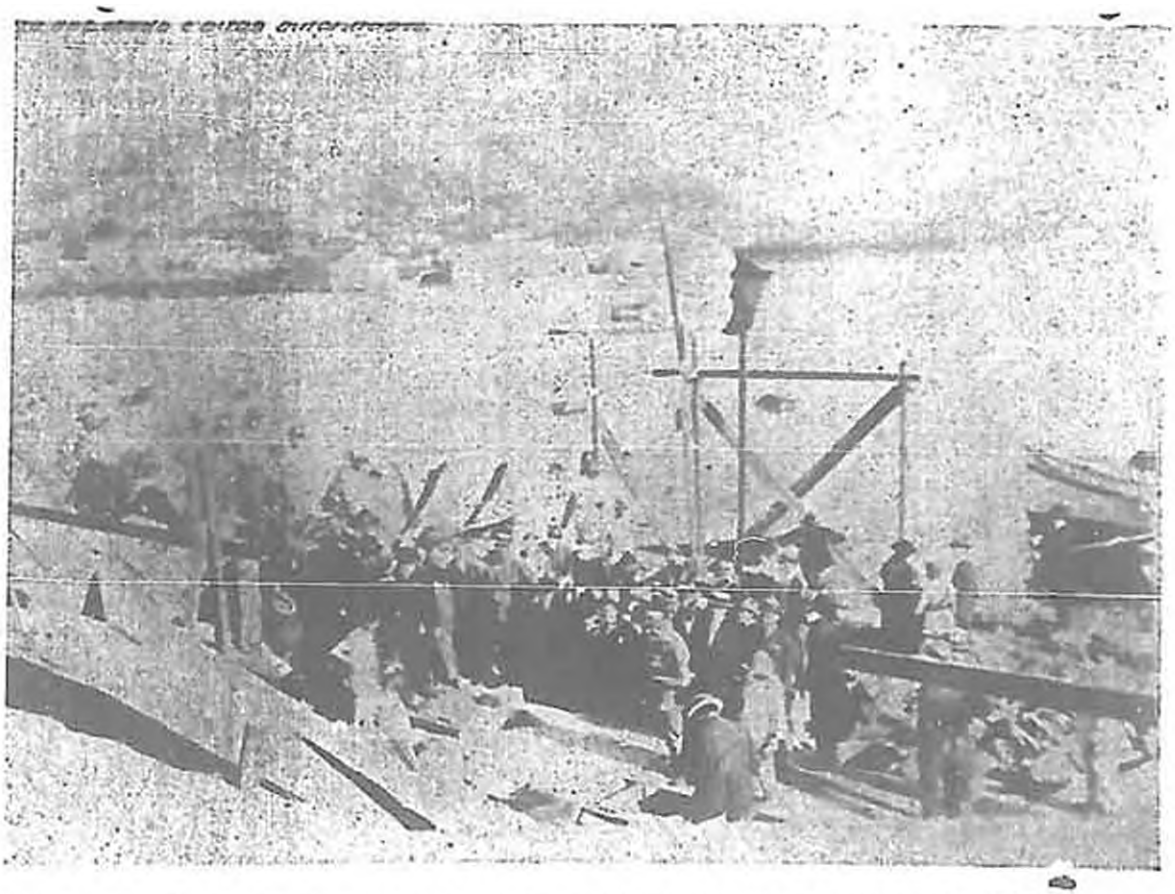
Foi construida, pois, uma ponte provisoria de madeira na ilha do Principe, lado norte. E como não se achasse tal obrigação incluida no contracto, o Governo se comprometteu a dar 15% á fabrica sobre a mão de obra.

Todas as despezas até hoje realizadas para a montagem da ponte, de accordo com o contracto e as extra-contracto, montam a 882.548$696.

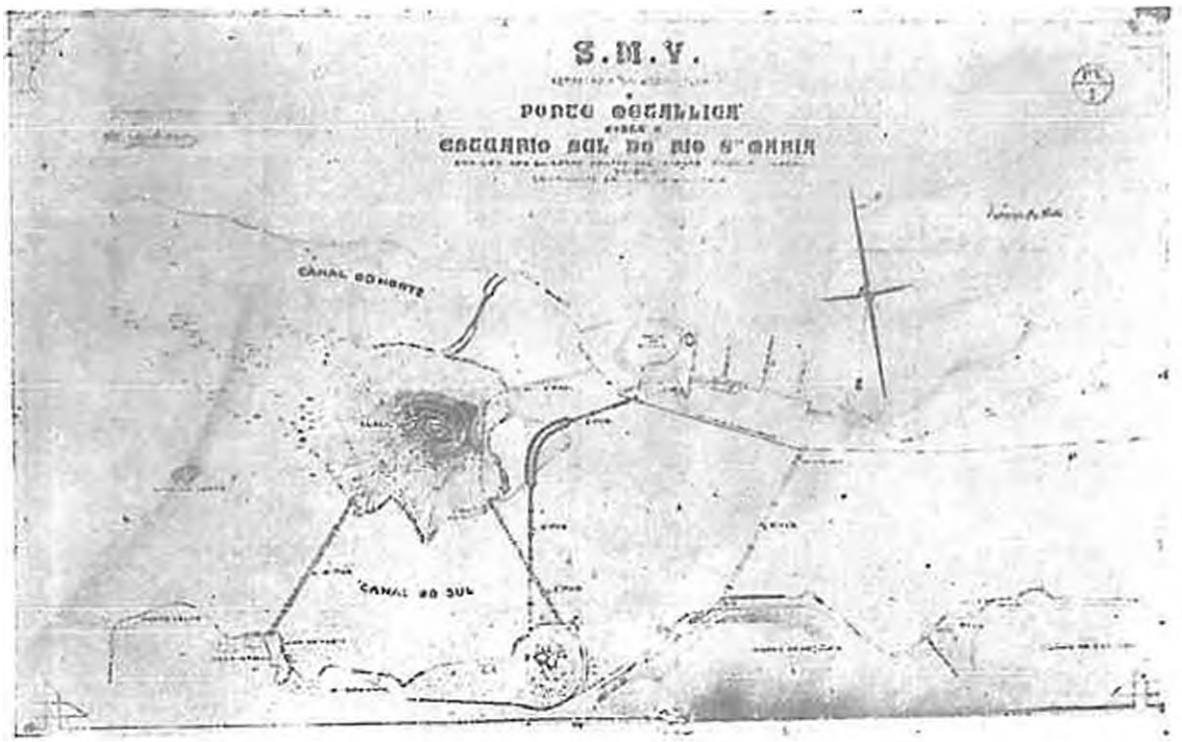
c) — Estrado da ponte metallica — Dos 6 vãos já concluidos 5 estão com o estrado respectivo de cimento armado e um conserva ainda o estrado provisorio de madeira. Desses vãos 3 se acham pagos. Para não demorar o transito publico e assim conseguir a passagem provisoria, teve o Governo de fazer um estrado de madeira que não impedirá a construcção definitiva nem causará a interrupção do trafego. O custo dos 3 vãos do estrado, já pagos, monta a 144:623$700.



Ponte de Victoria — Collocação de sua pedra fundamental por S. Exa. o Sr. Dr. Washington Luis na presença do Presidente do Estado e altas autoridades — 1926



Outro aspecto do lançamento da pedra fundamental da ponte de Victoria, por S. Exa. o Sr. Dr. Washington Luis, então já eleito á Presidencia da Republica, em 1926



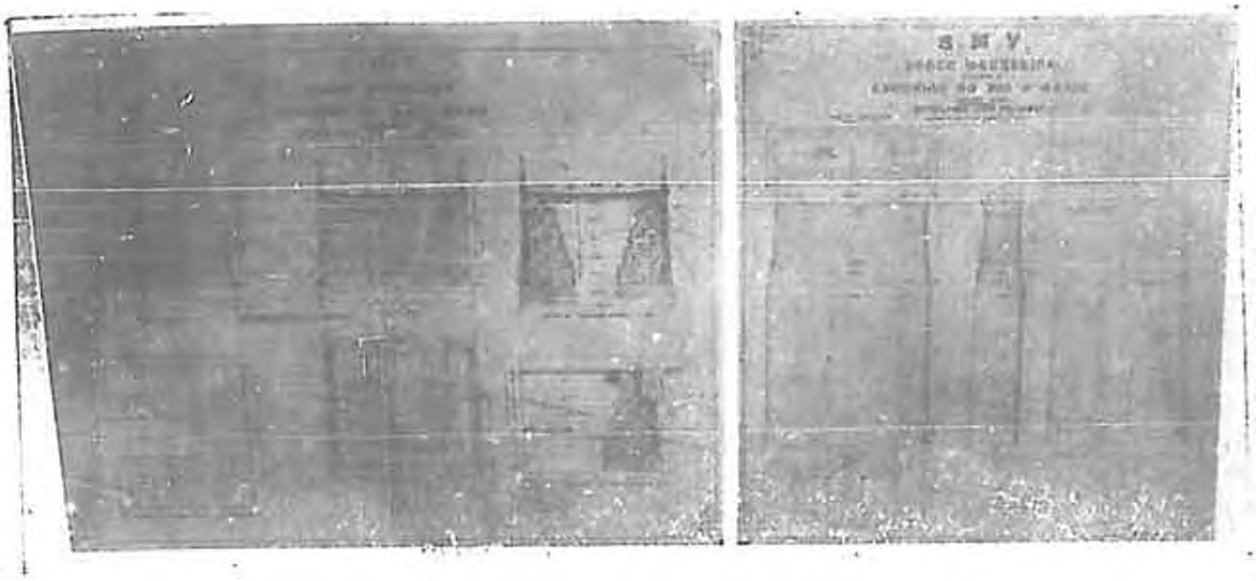
Ponte de Victoria — Graphico mostrando os diversos traçados que foram objecto do estudo para fixar o local da Ponte



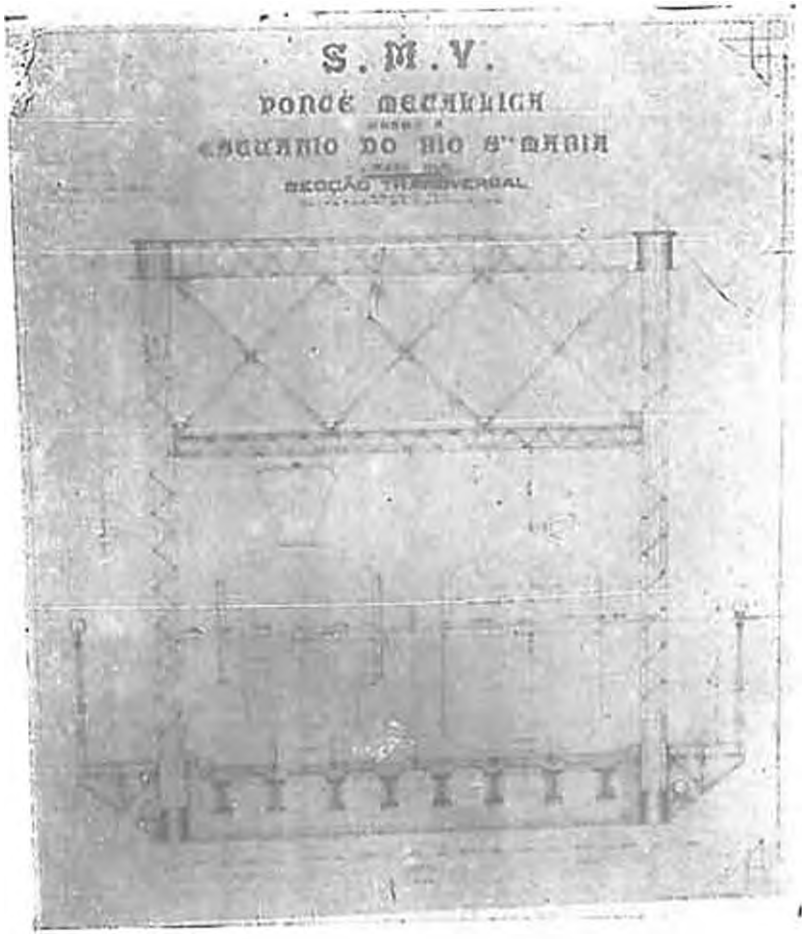
Ponte de Victoria — Traçado escolhido para a ponte



Ponte de Victoria — Projecto do trecho sobre o canal sul



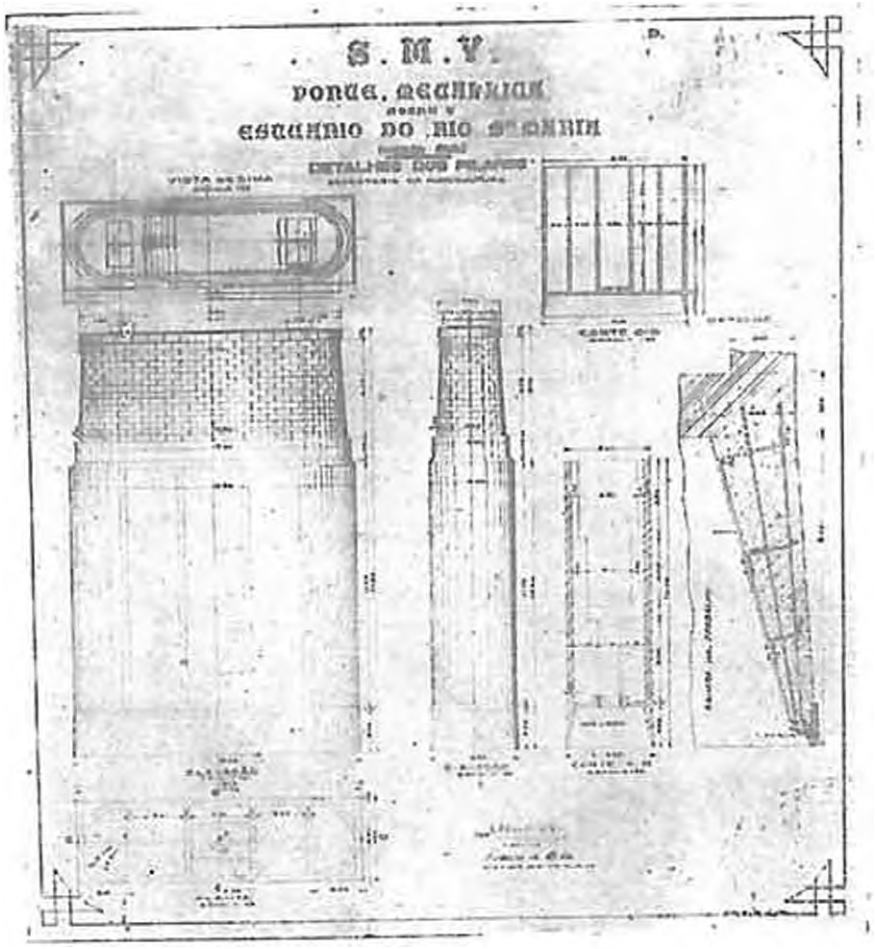
Ponte de Victoria — Projecto de um pilar



Ponte de Victoria — Secção transversal



Ponte de Victoria — Sondagens geologicas do canal sul



Ponte de Victoria — Projecto dos pilares



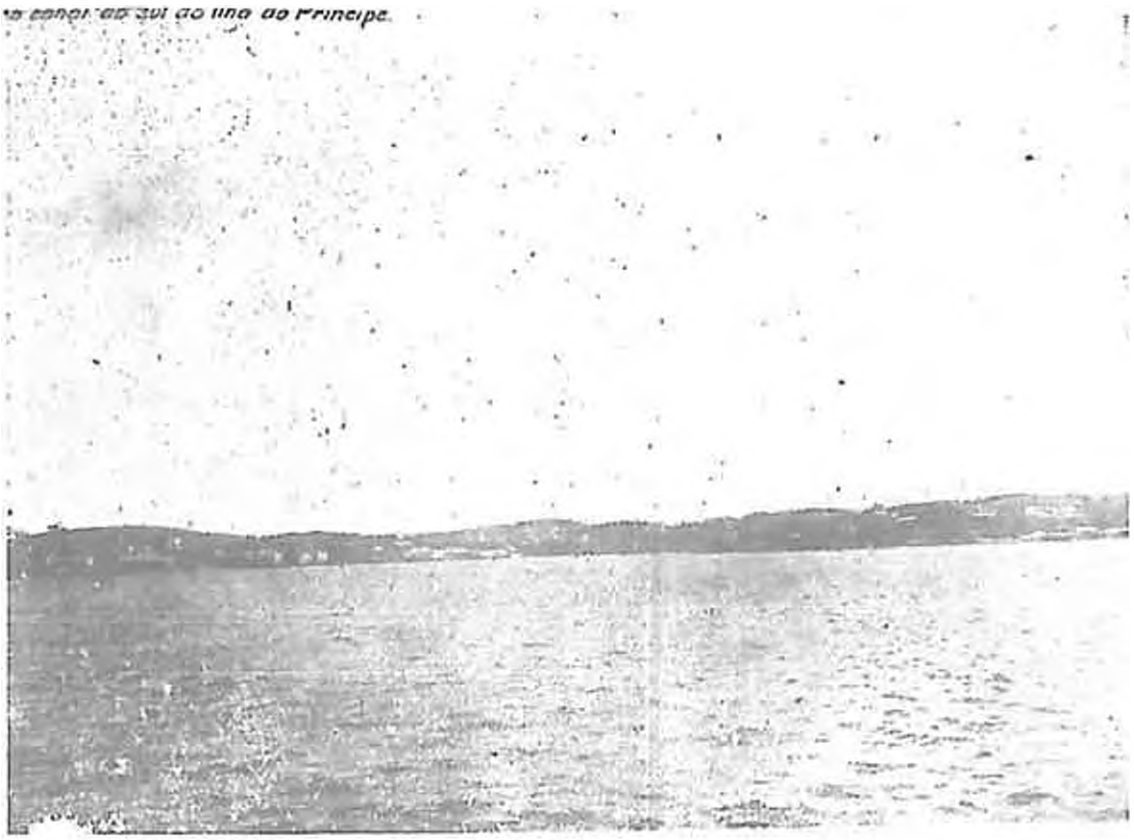
Ponte de Victoria — Projecto da ponte entre a ilha do Principe e Victoria



Trecho da Ilha do Principe onde passou a estrada de ligação de Victoria ao Continente



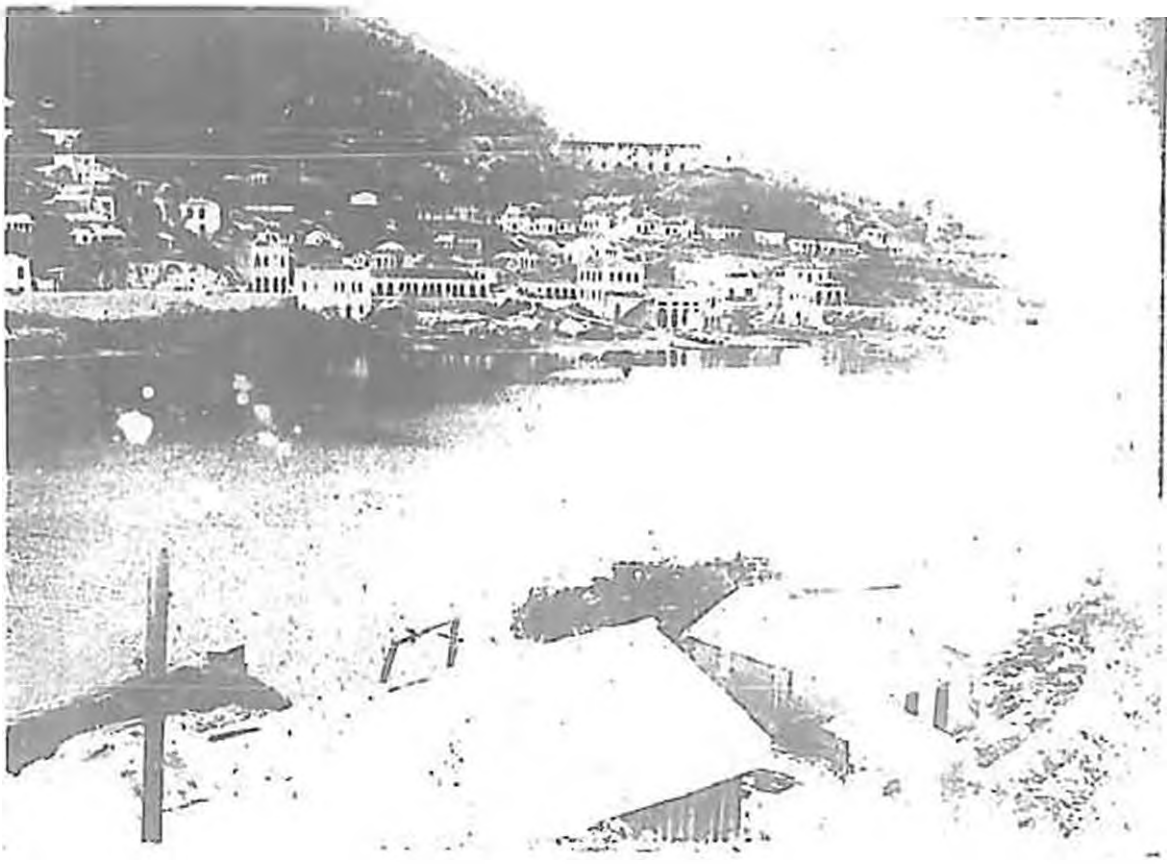
Aspecto da Ilha do Principe no trecho aberto para a ligação de Victoria ao Continente



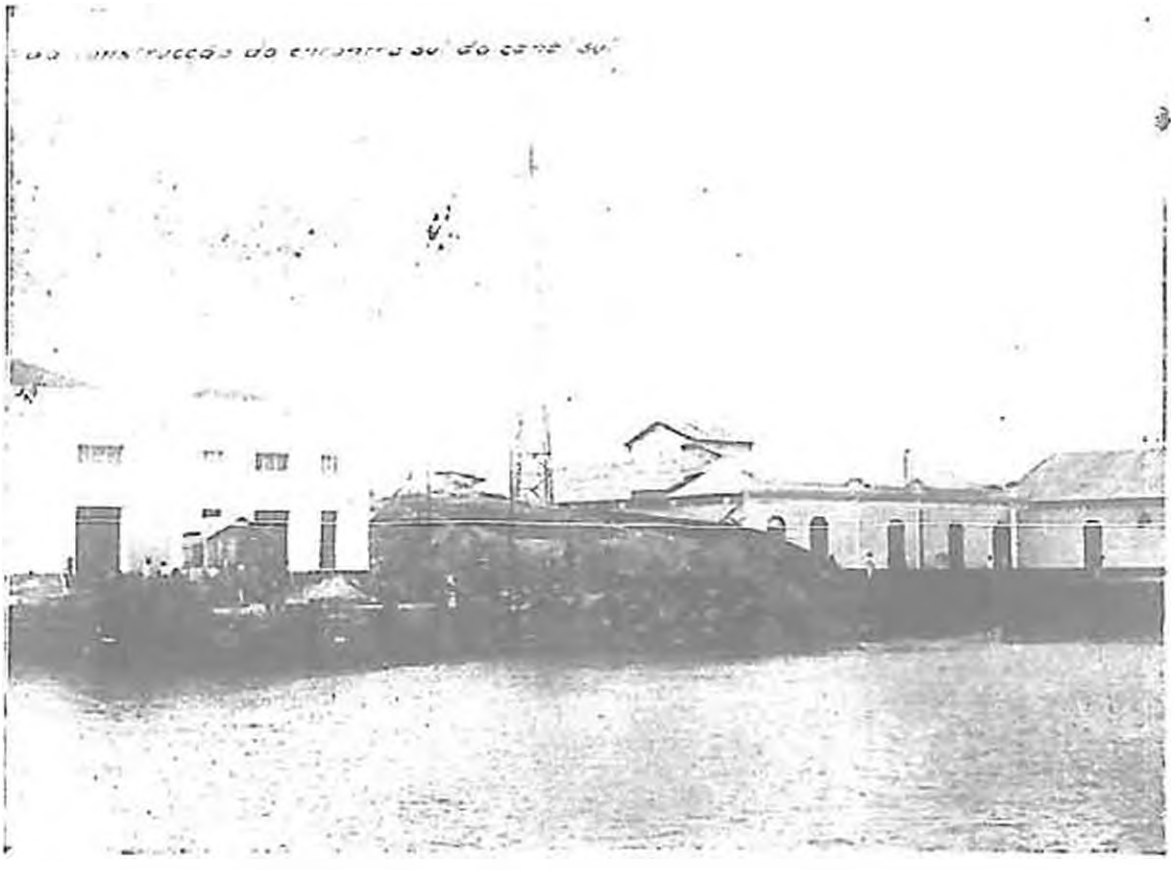
Ponte de Victoria — Aspecto do canal sul antes de construida a ponte



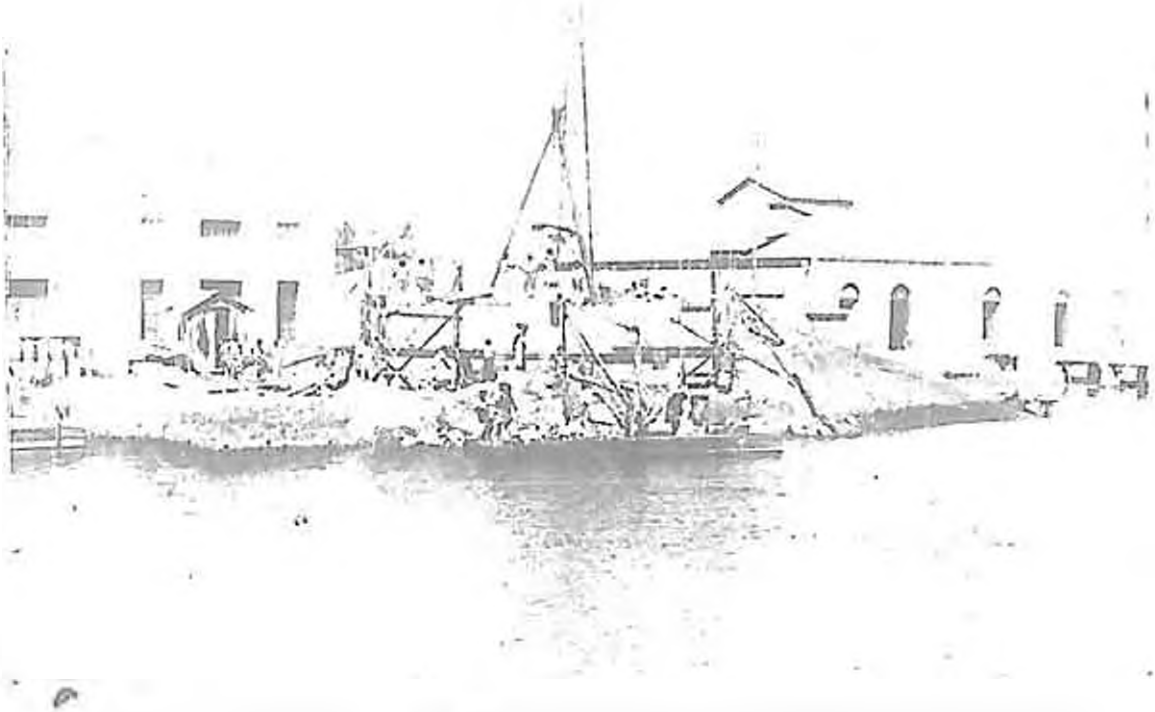
Ponte de Victoria — Aspecto do local da Ponte ligando Victoria a Ilha do do Principe antes de sua construcção



Ponte de Victoria — Vista do local da ponte do canal norte, antes de iniciados os serviços



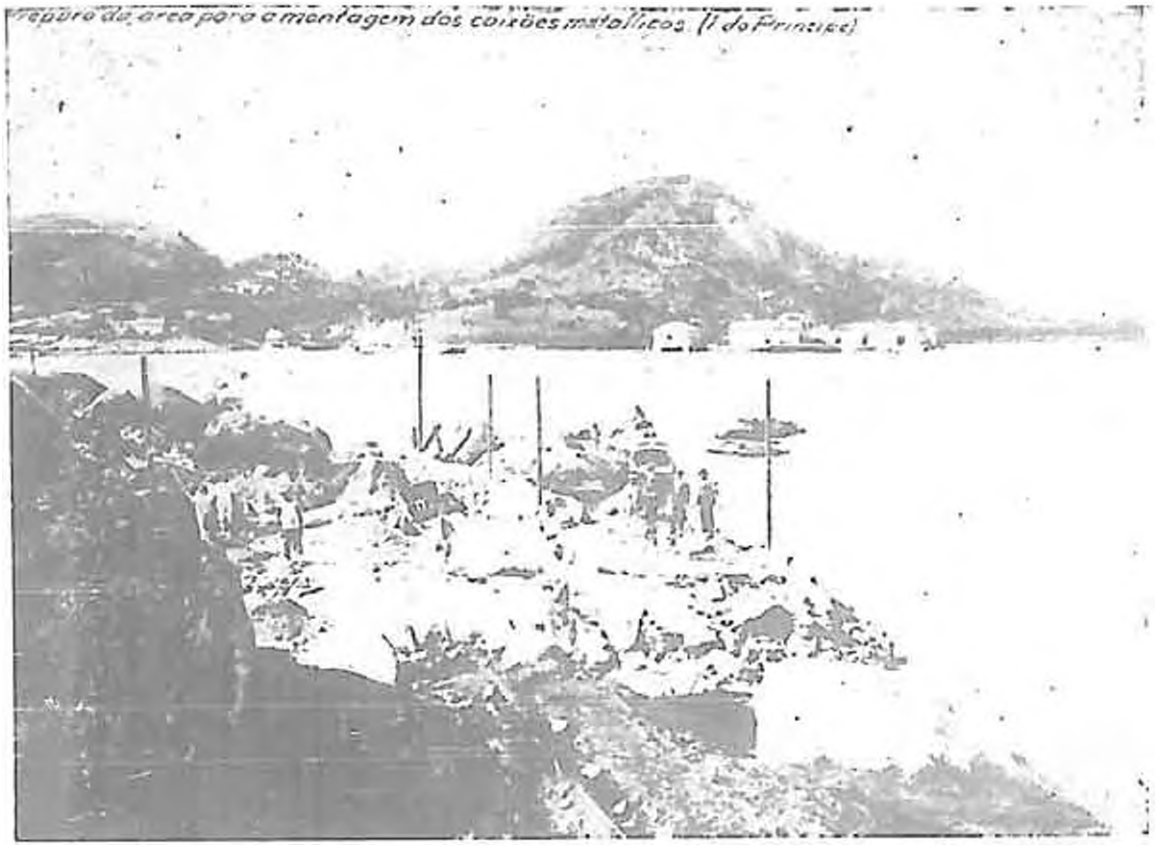
Ponte de Victoria — Inicio da construcção do encontro sul do canal sul



Ponte de Victoria — Vista do local da ponte sobre o canal sul no inicio dos serviços



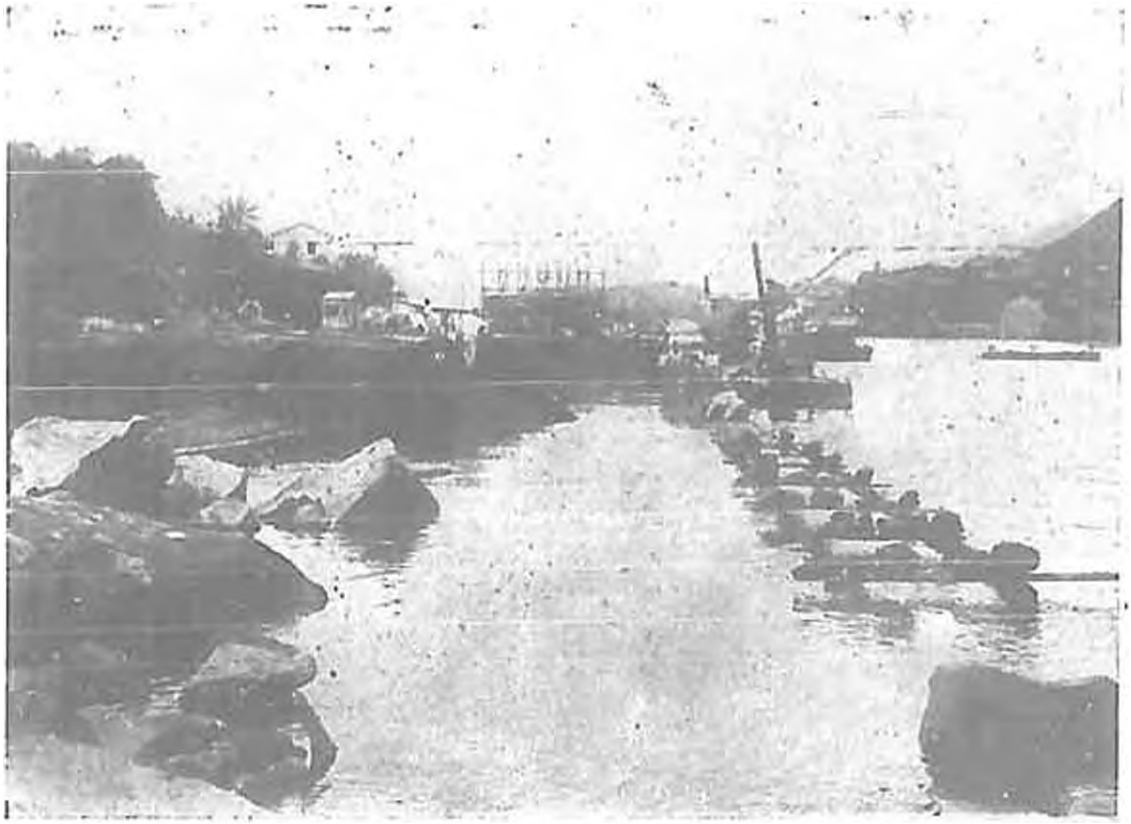
Ponte de Victoria — Inicio das obras do encontro norte da Ponte sobre o braço sul



Ponte de Victoria — Preparo da explanada para montagem de caixões



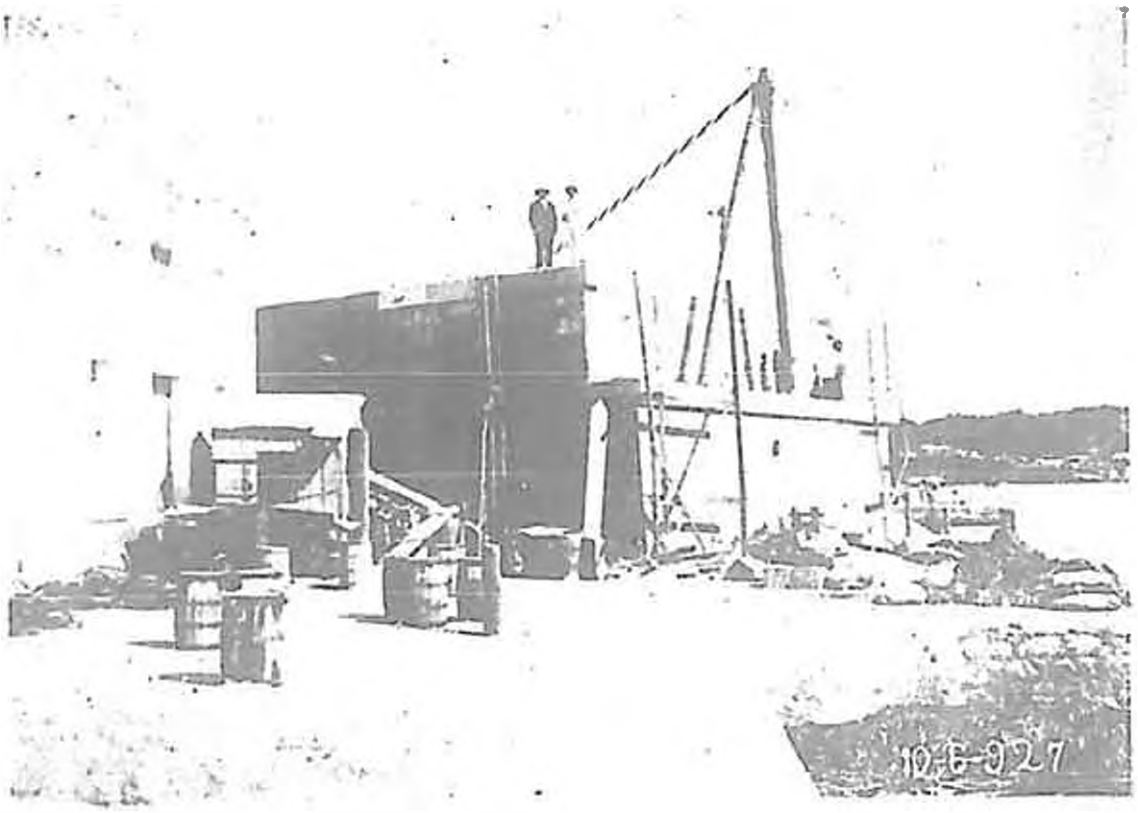
Ponte de Victoria — Estrada de ligação da Ilha do Principe



Cereo de saneamento do pilar da ponte metallica, ligando Victoria ao Continente, na parte sul da Ilha do Principe



Construcção de um dos fluctuantes sobre os quaes eram montados os vãos da ponte metallica que liga Victoria ao Continente



Encontro da Ponte no Continente, concluido — 1927



Ponte de Victoria: Enrocamentos protectores do aterro de accesso á ponte no canal norte



Trecho da Ilha do Principe mostrando a abertura da estrada de ligação de Victoria ao Continente — 1926



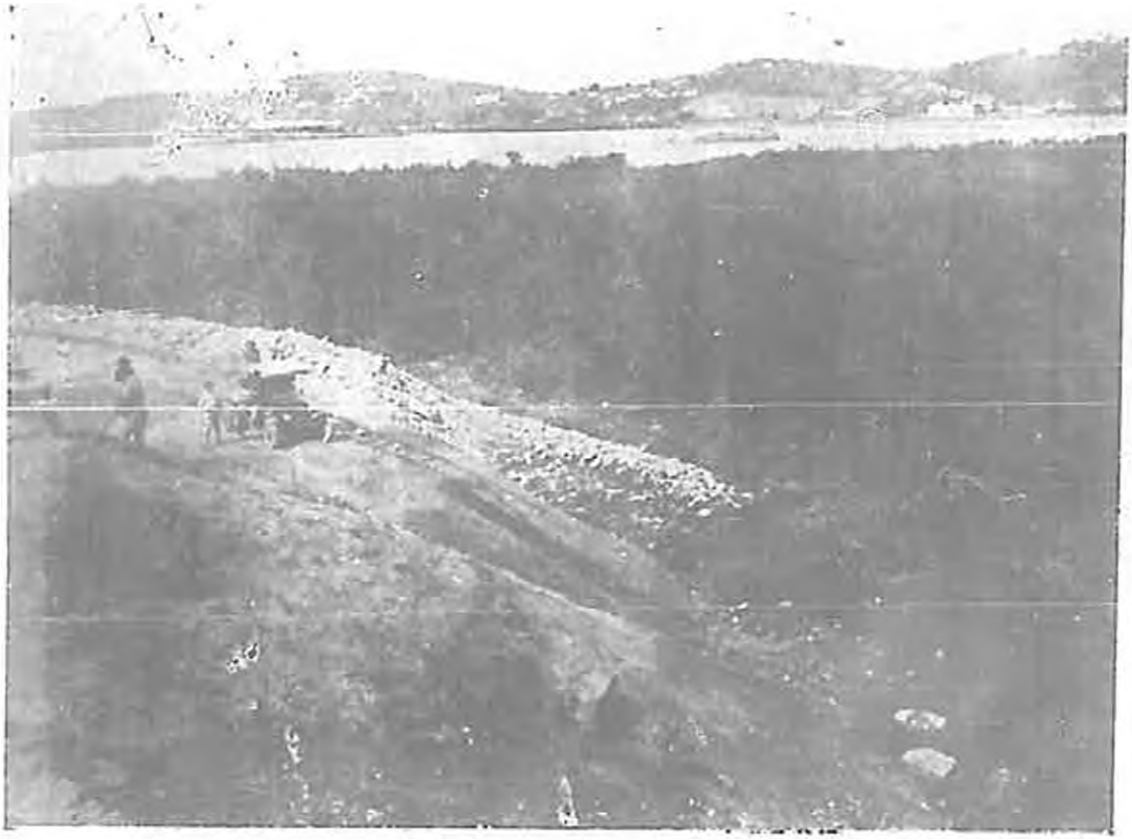
Ponte de Victoria — Encontro Sul da Ilha do Principe em construcção—1926



Ponte de Victoria — Montagem de um caixão metallico



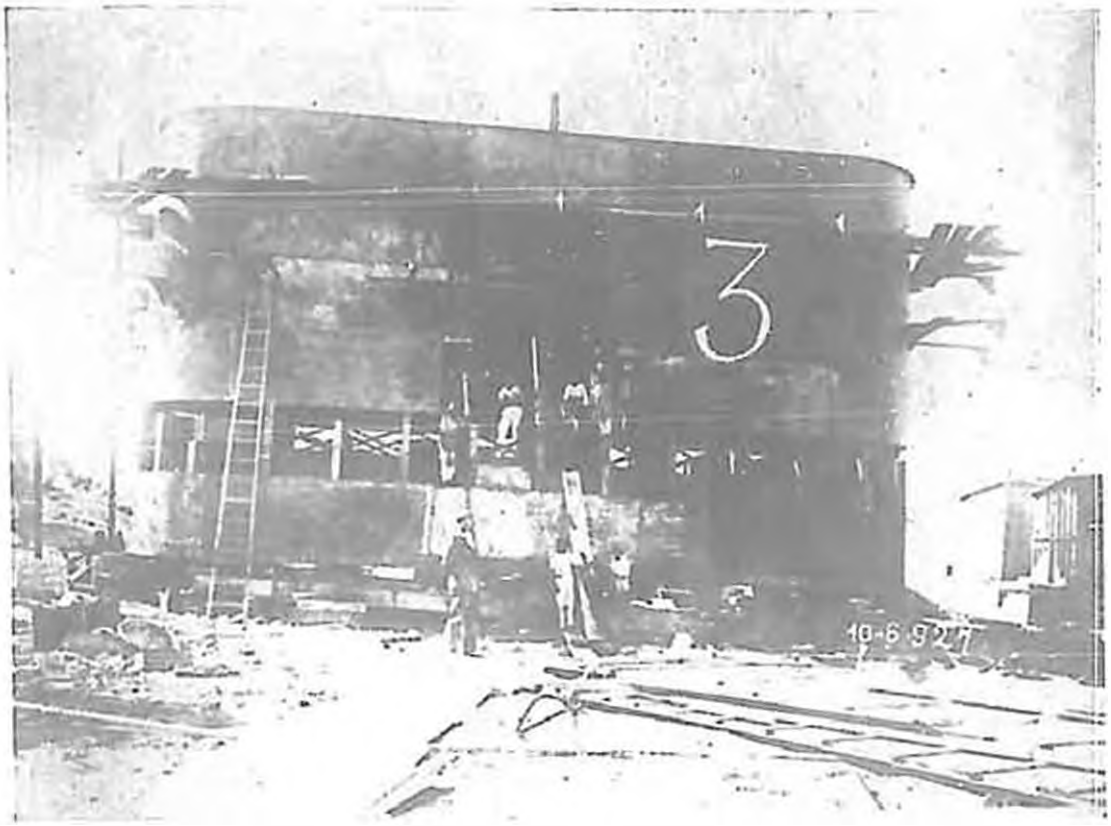
Visita do Exmo. Presidente do Estado ás obras da Ponte de Victoria



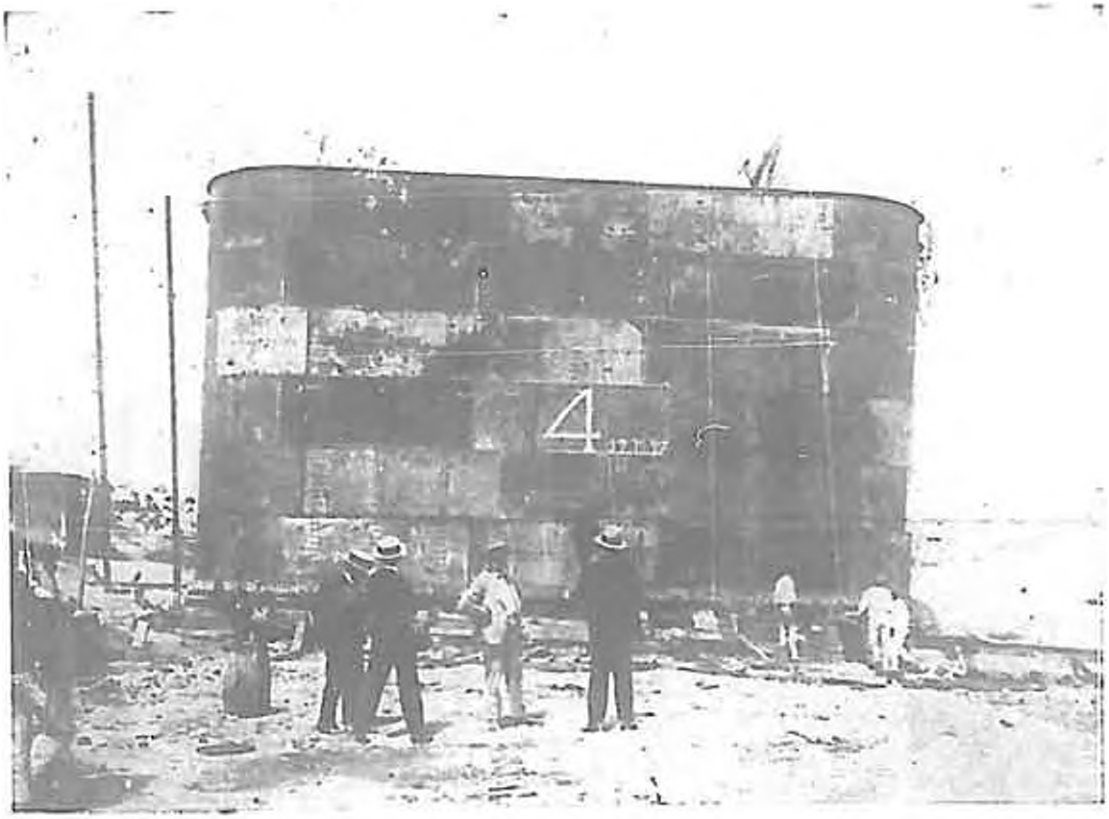
Ponte de Victoria — Abertura da estrada de ligação na Ilha do Principe



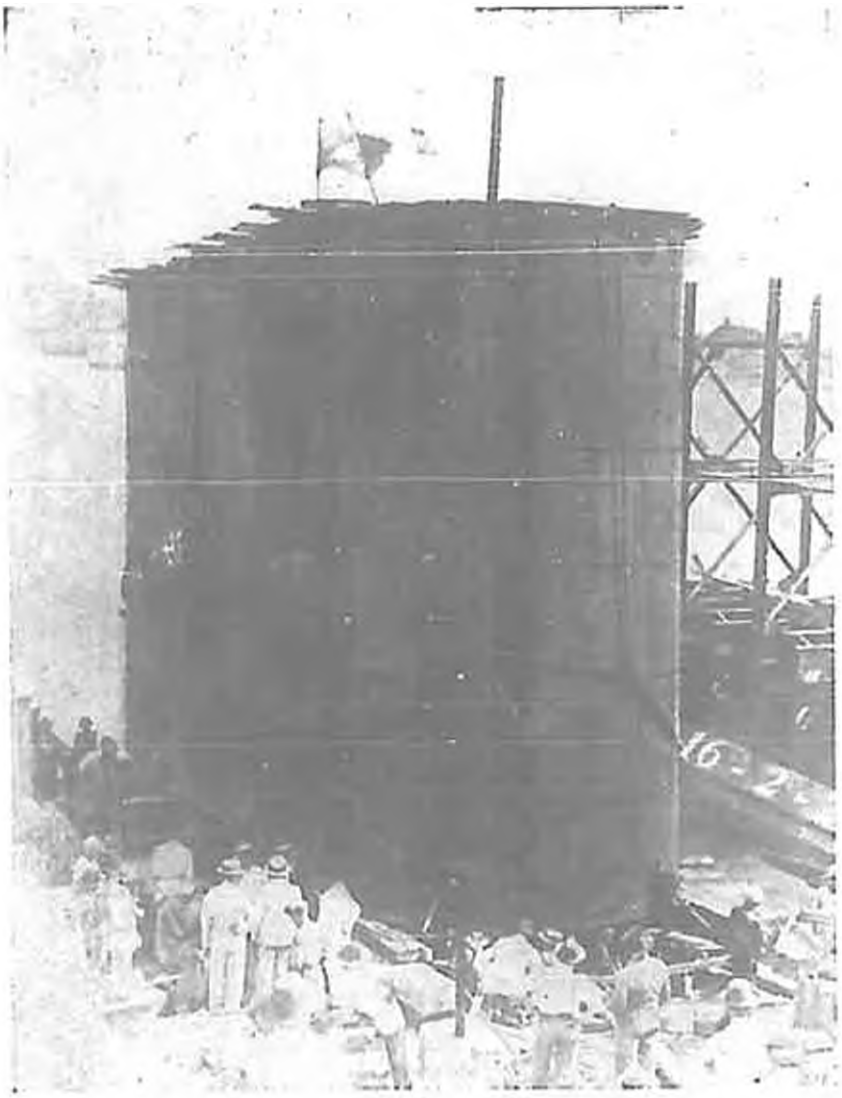
Ponte de Victoria — Abertura da estrada de ligação na Ilha do Principe



Ponte de Victoria — Montagem de um caixão metallico para construcção dos pilares



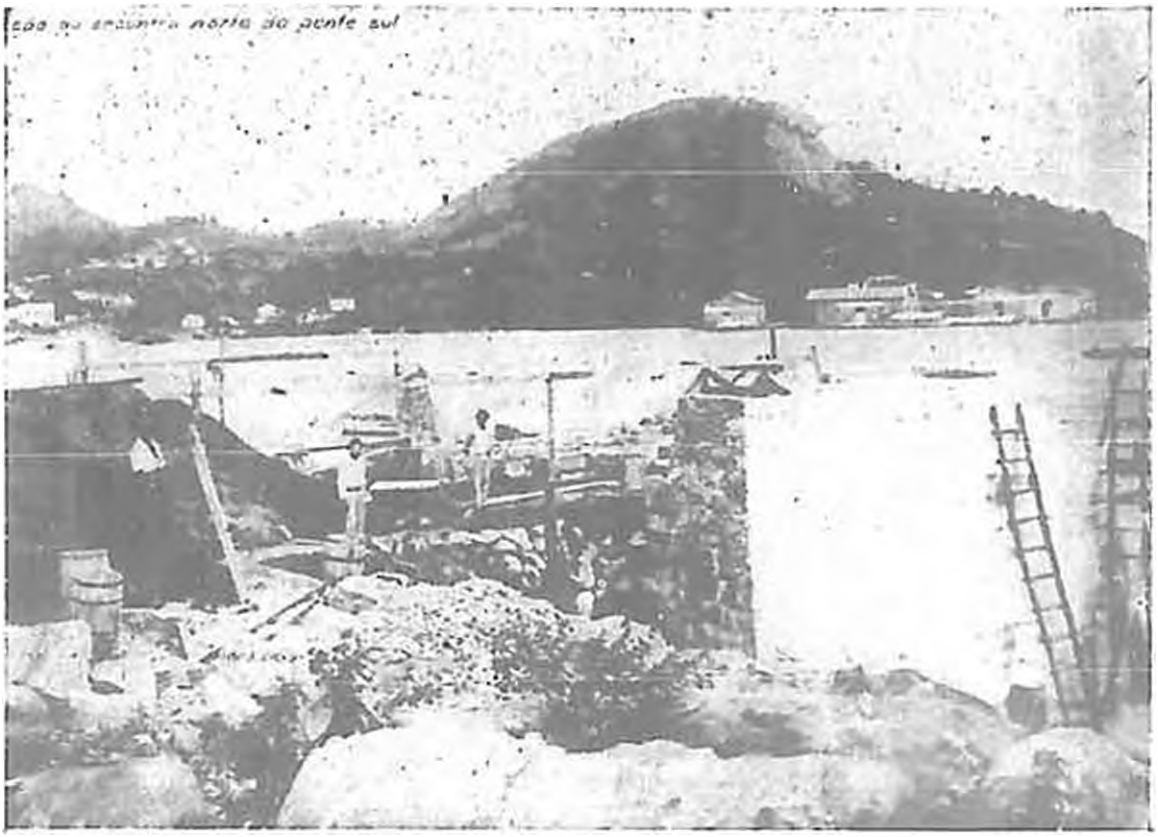
Ponte de Victoria — Aspecto de um dos caixões metallicos



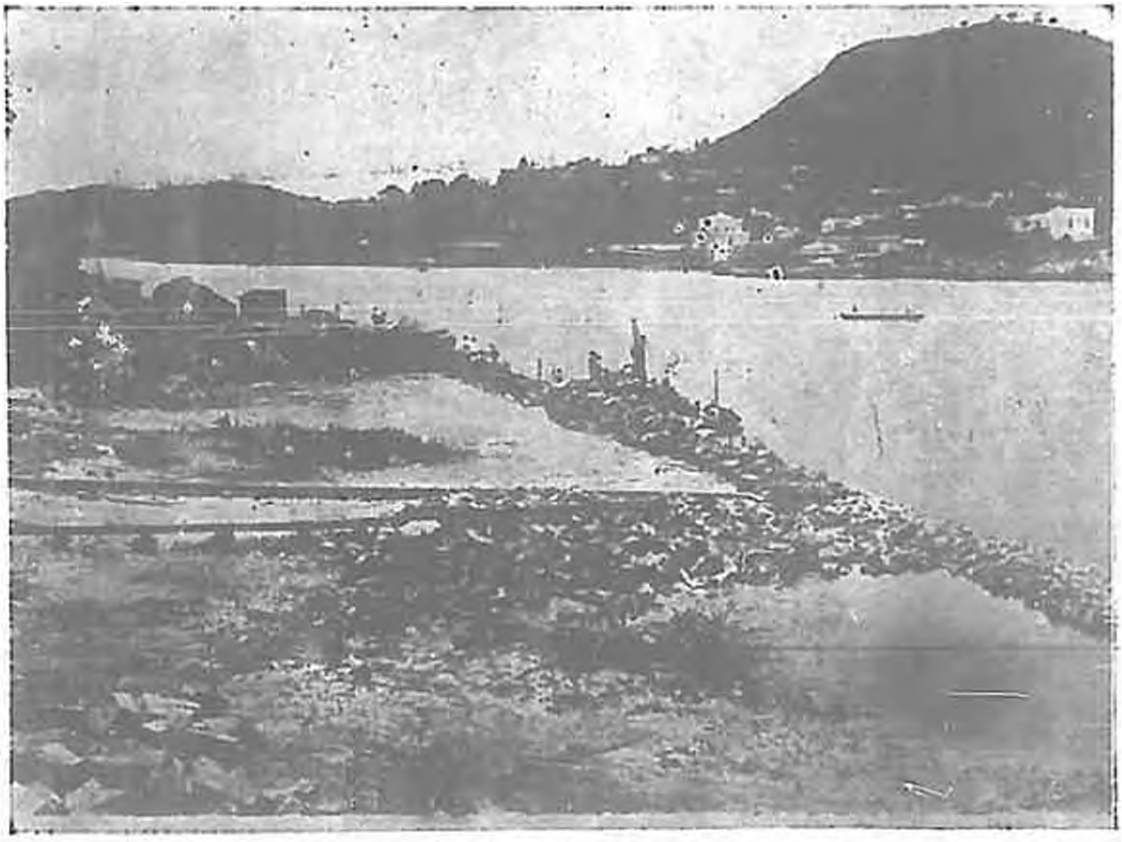
Ponte Victoria — Caixão metallico para construcção dos pilares



Ponte de Victoria — Lançamento ao mar de um dos caixões metallicos



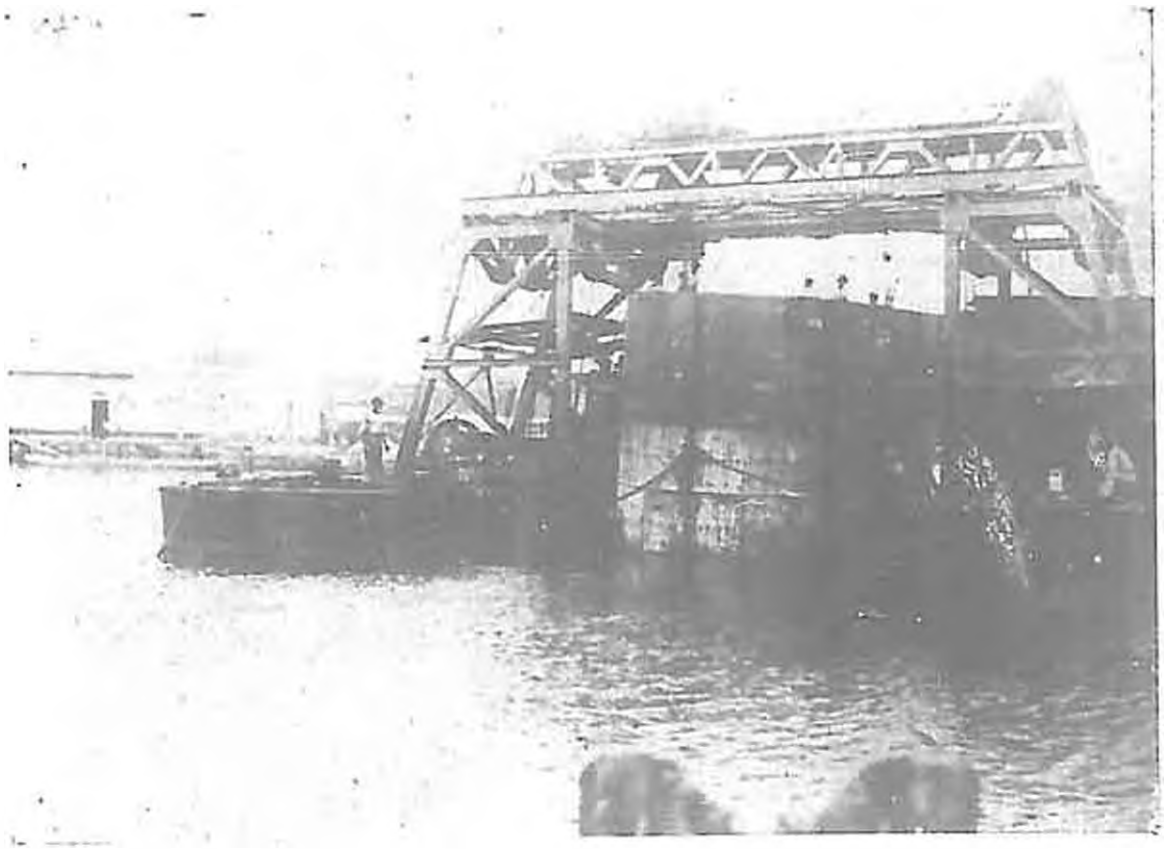
Ponte de Victoria — Construcção do encontro norte da ponte sobre o canal sul



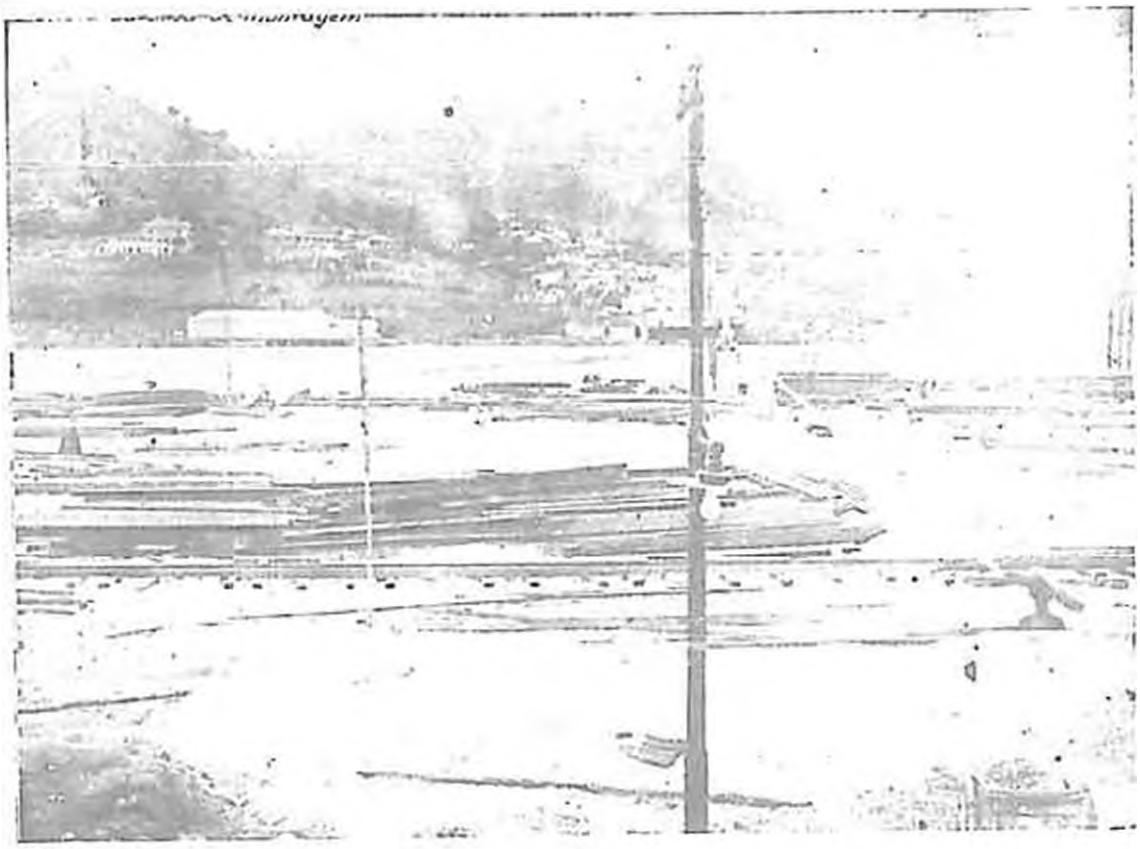
Ponte de Victoria — Explanada na ilha do Principe para montagem dos caixões metallicos e fluctuantes e deposito de materiaes



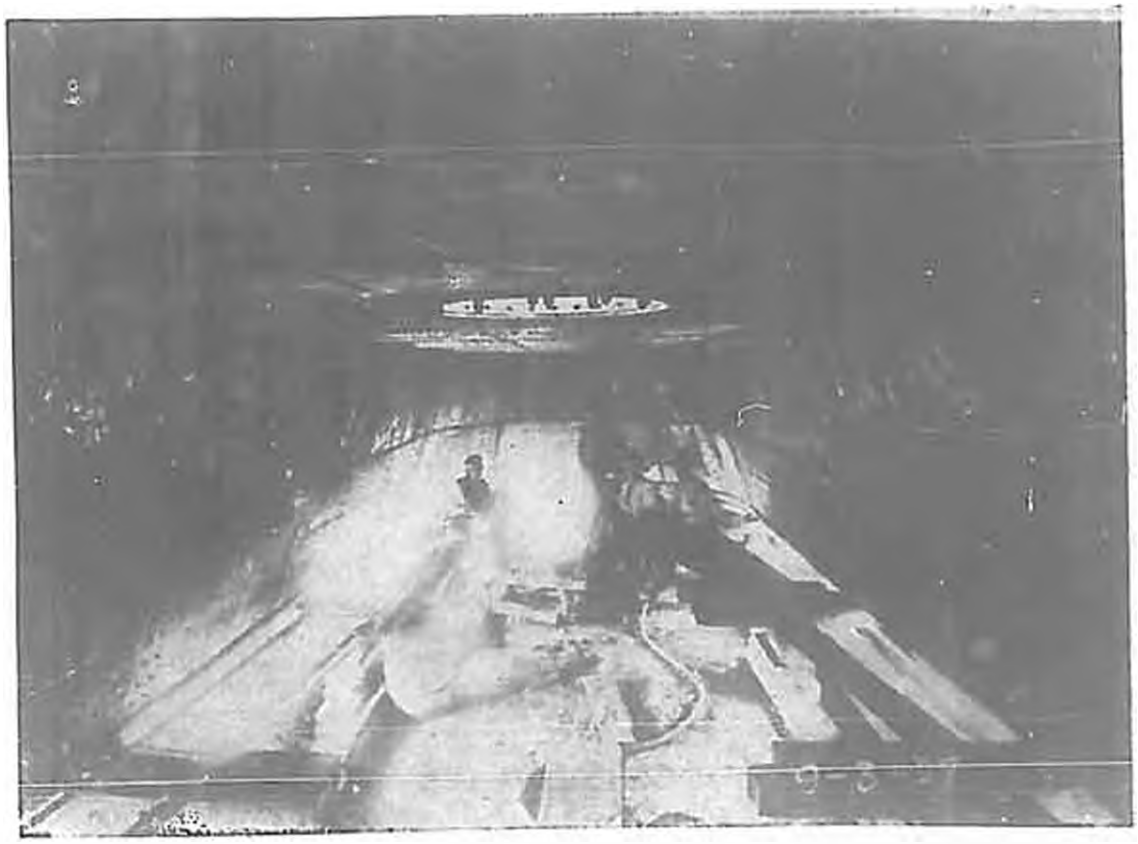
Ponte de Victoria — Aspecto do canal Sul da Ilha do Principe vendo-se o primeiro pilar em construcção



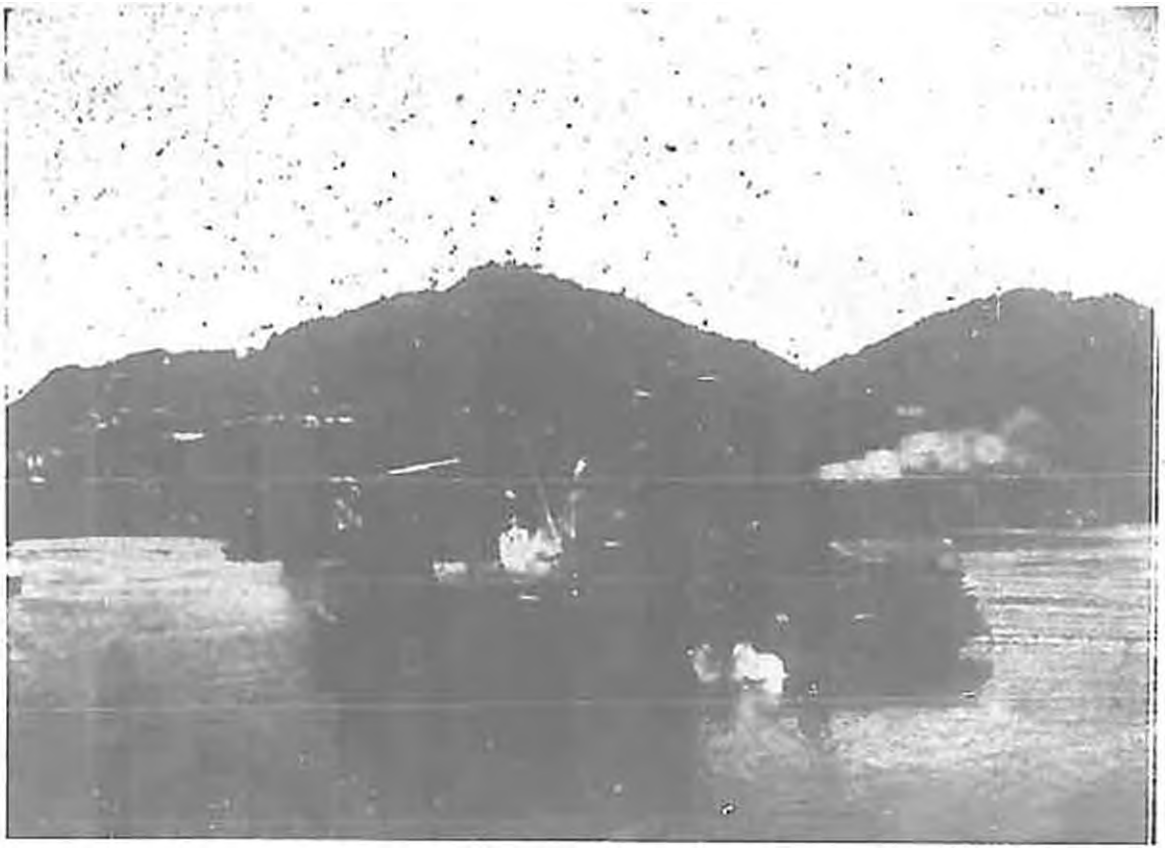
Ponte de Victoria — Collocação no local de um caixão metallico para construcção do primeiro pilar



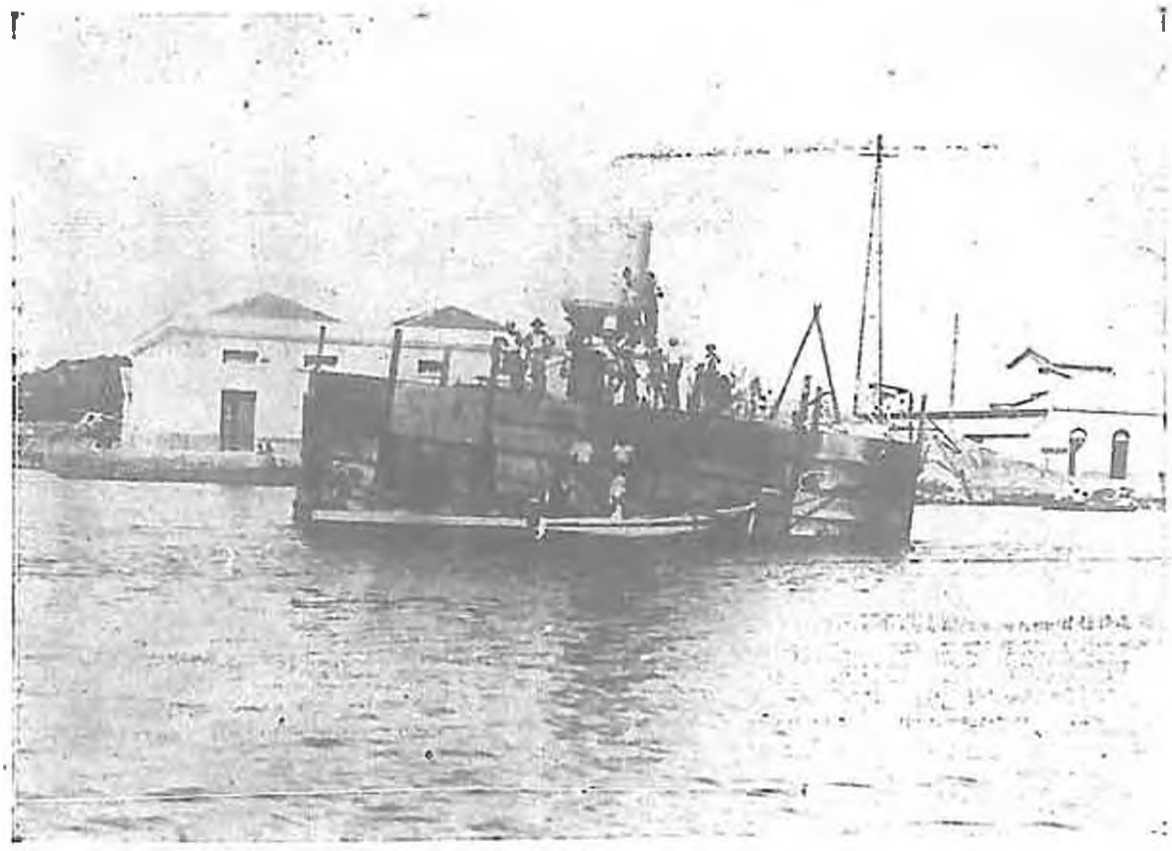
Ponte de Victoria — Estaleiro de Montagem



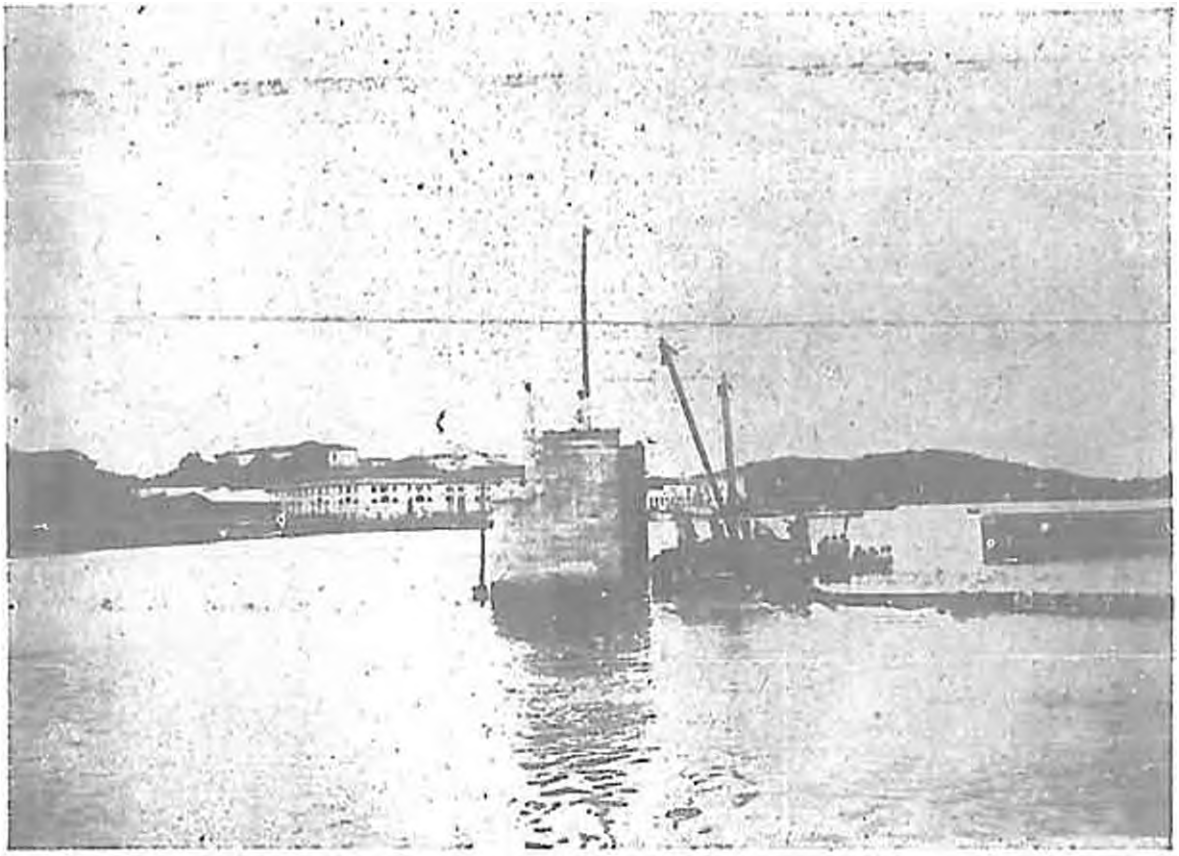
Aspecto interior de um dos caixões metallicos da ponte de Victoria



Ponte de Victoria — Aspecto da construcção dos pilares



Ponte de Victoria — Construcção do primeiro pilar



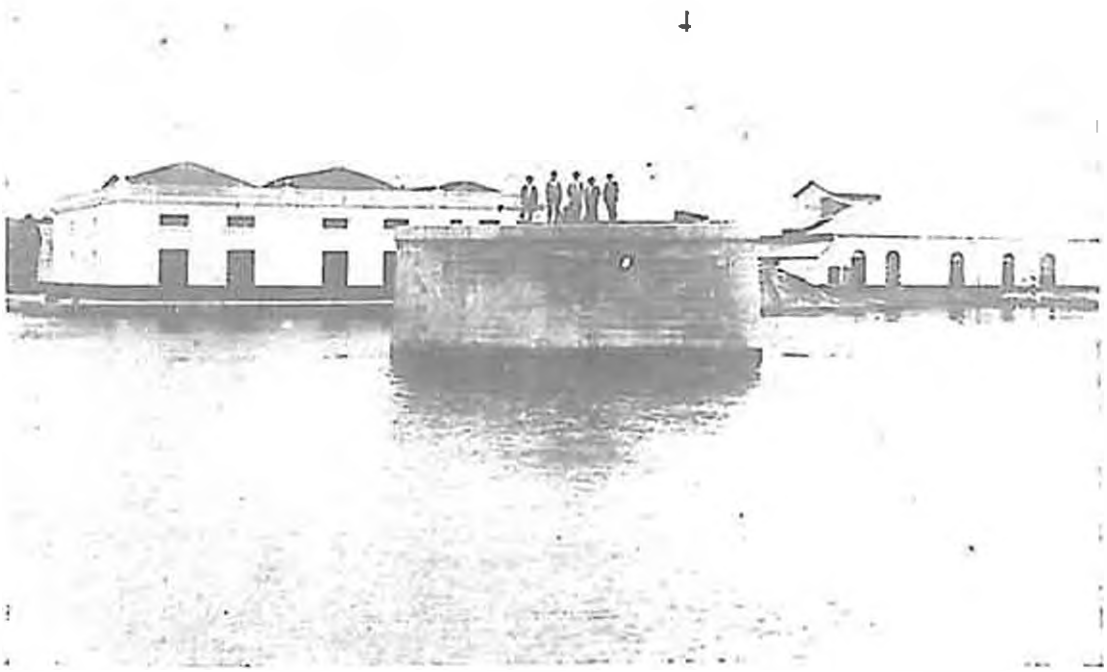
Pilar de encontro da ponte metallica ligando Victoria ao Continente — na parte norte da Ilha do Principe



Ponte de Victoria — Cravação ao ar comprimido do caixão para construcção do primeiro pilar da Ponte — 1927



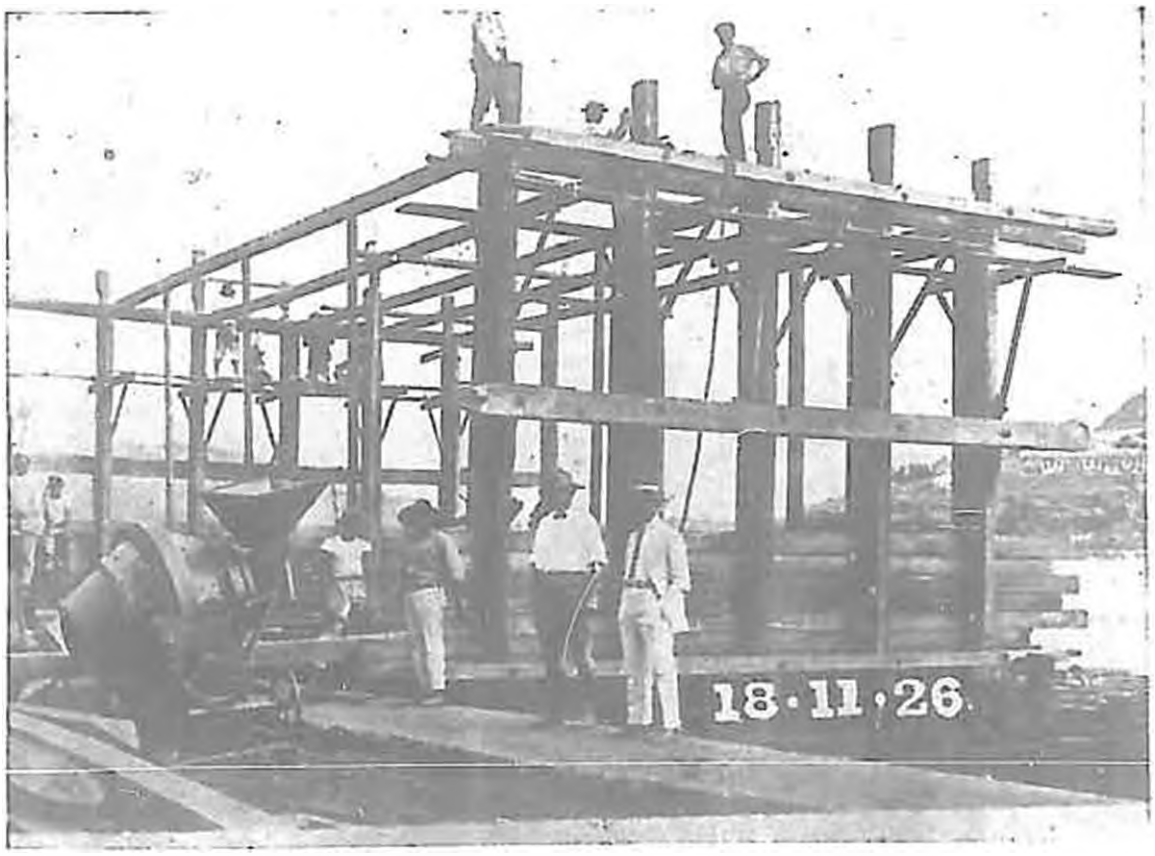
Encontro da ponte metallica ligando Victoria ao Continente



Pilar n.º 2 da parte sul da ponte metallica, ligando Victoria ao Continente



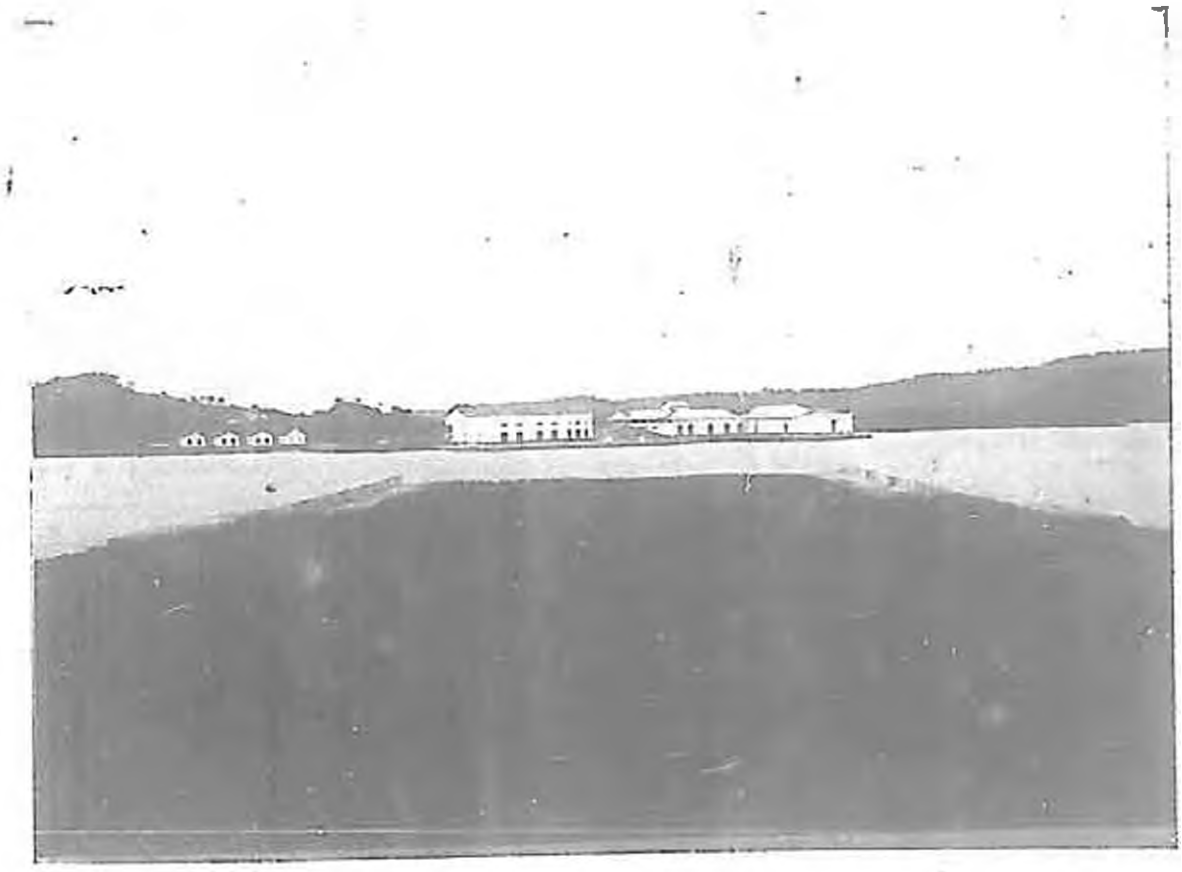
Ponte de Victoria — Primeiro pilar concluido



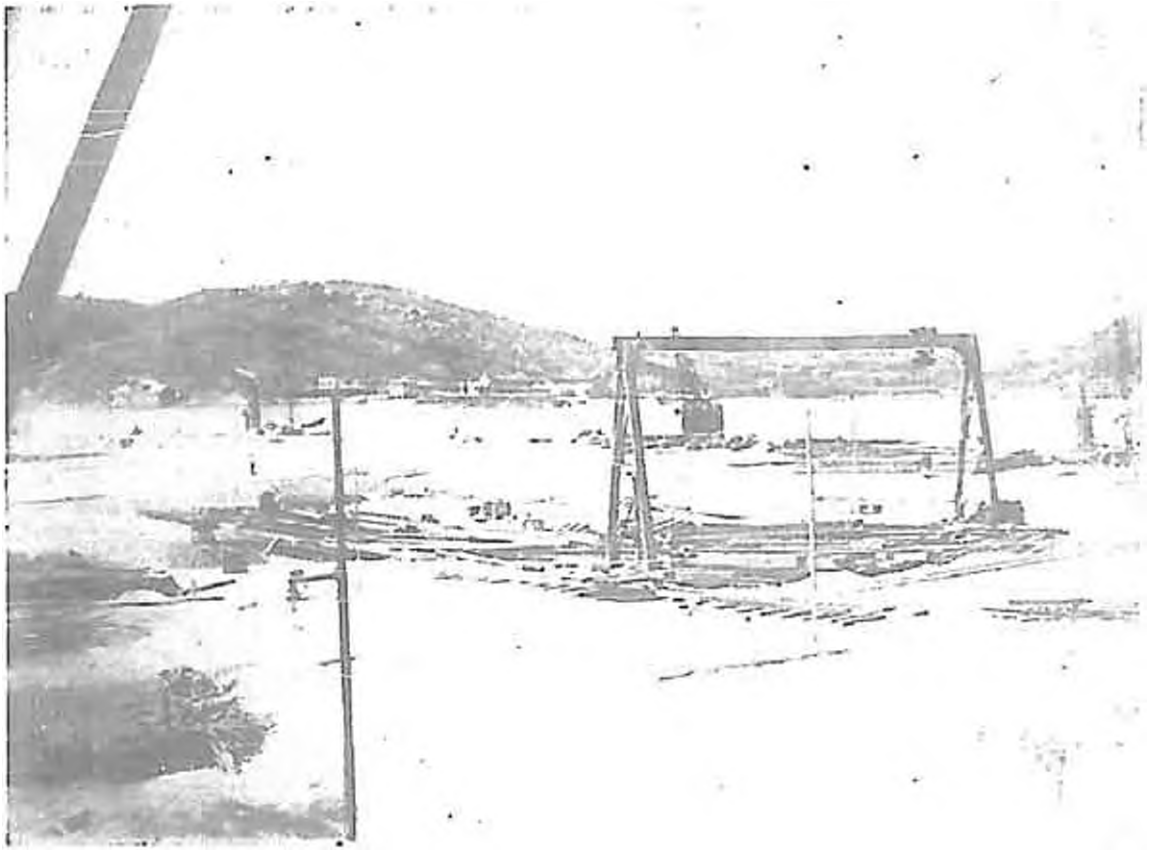
Ponte de Victoria — Ensecadeira para construcção dos encontros sobre o canal norte



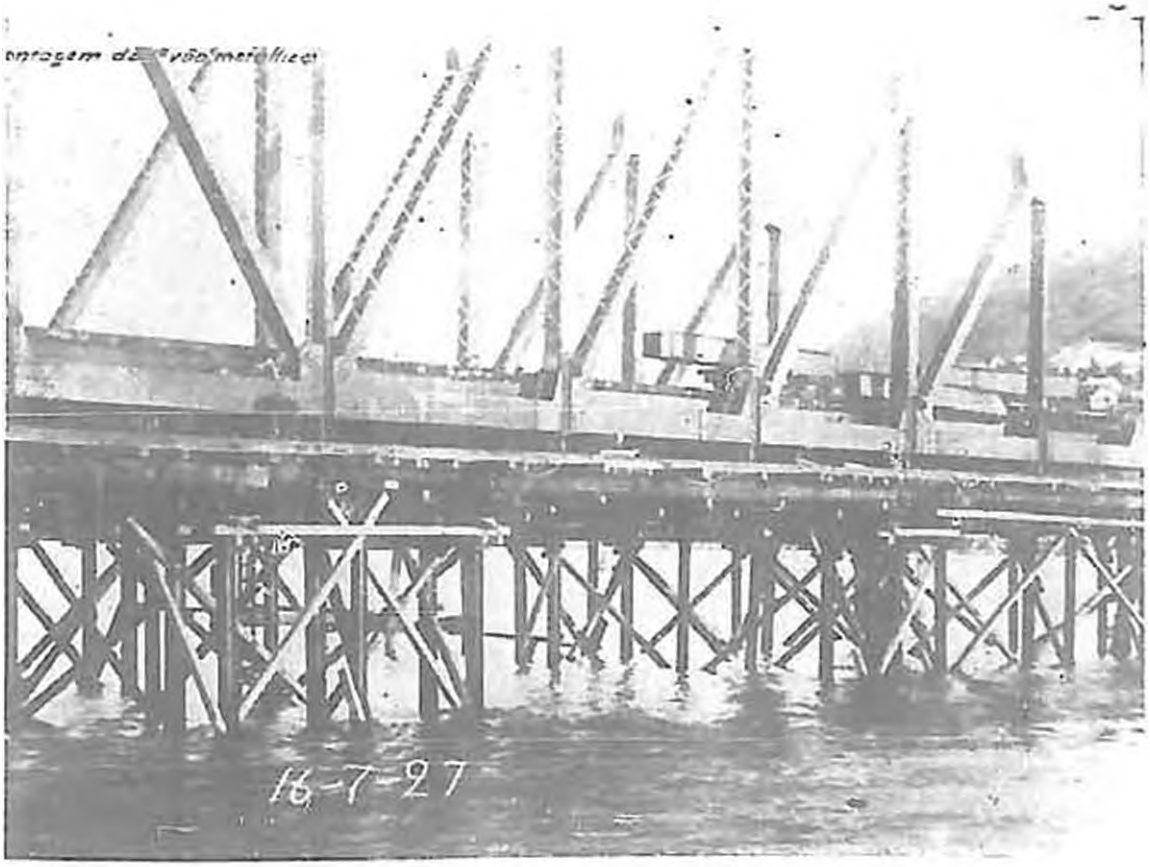
Ponte de Victoria — Encontro entre a ilha do Principe e Victoria



Ponte de Victoria — Vista do canal Sul pelo eixo da ponte tomada do encontro norte



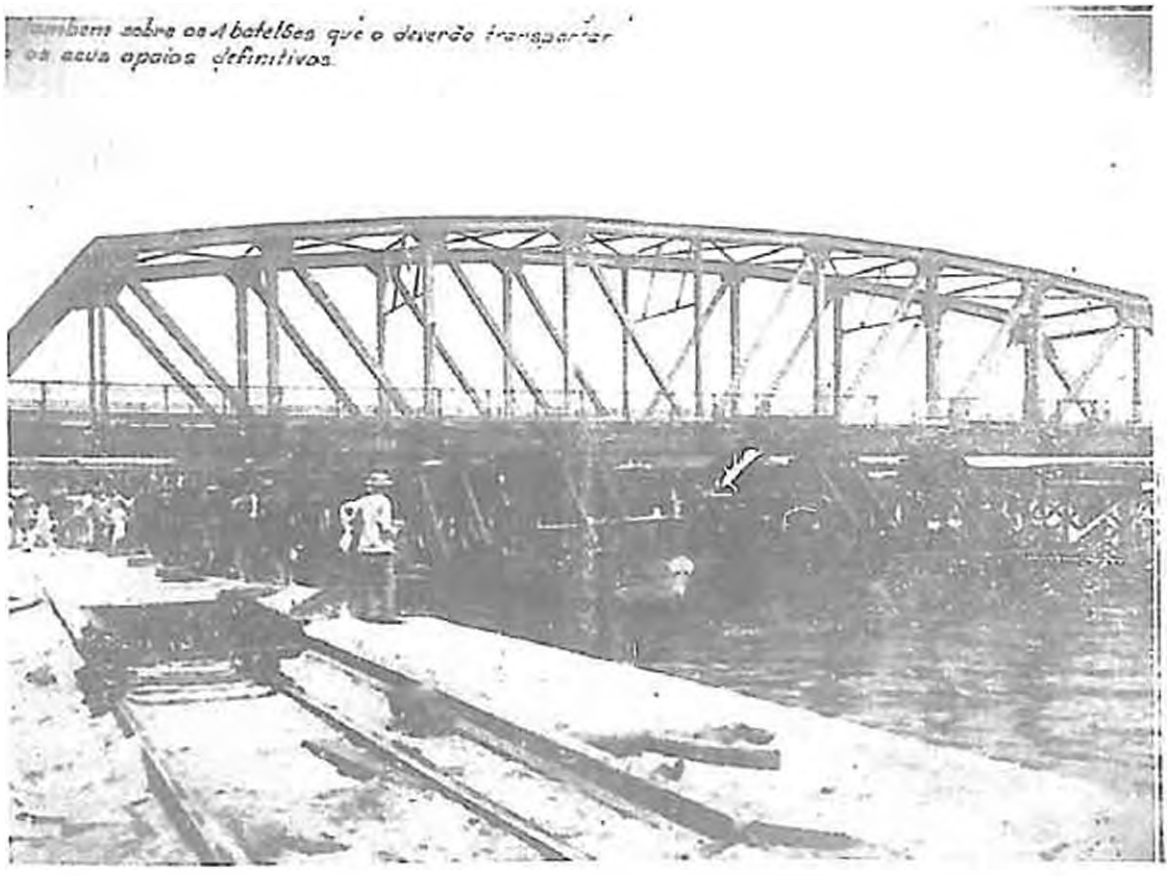
Ponte de Victoria — Estaleiro para montagem da Ponte



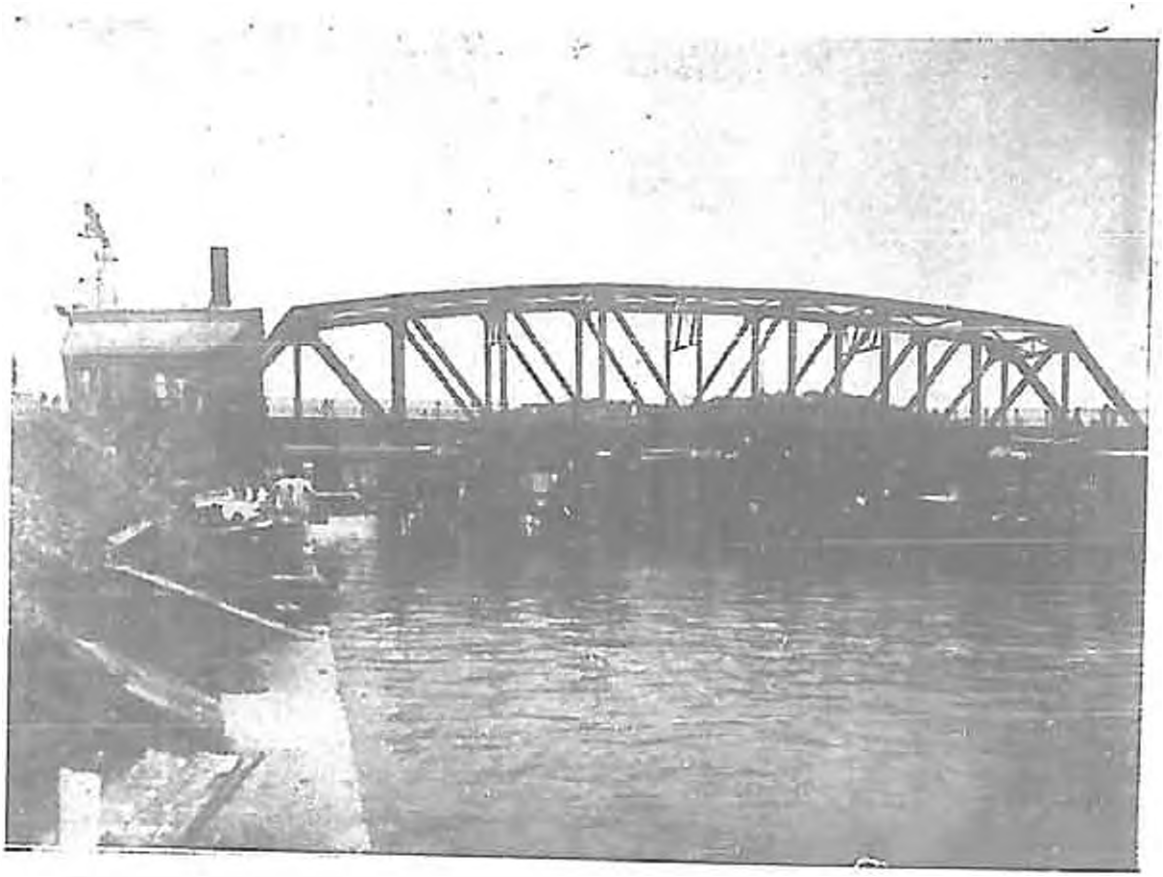
Ponte de Victoria — Montagem de um vão sobre a provisoria



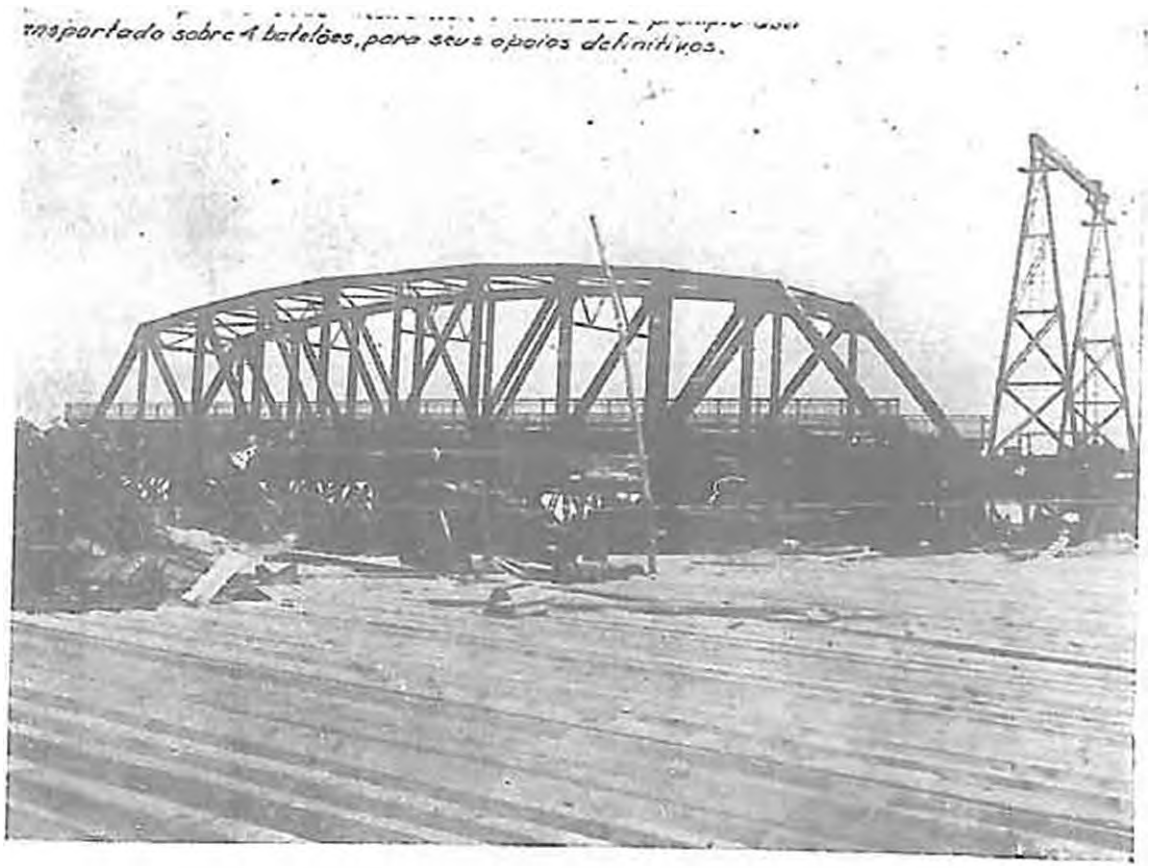
Ponte de Victoria — Obras da provisoria para montagem dos vãos



Ponte de Victoria — Preparativos para o transporte de um vão para os seus apoios definitivos



Ponte de Victoria — Preparativos para o transporte de uma ponte provisoria de montagem para seus apoios definitivos



Ponte de Victoria — Montada sobre a provisoria



Ponte de Victoria — Transporte de um vão metallico
para seus apoios definitivos



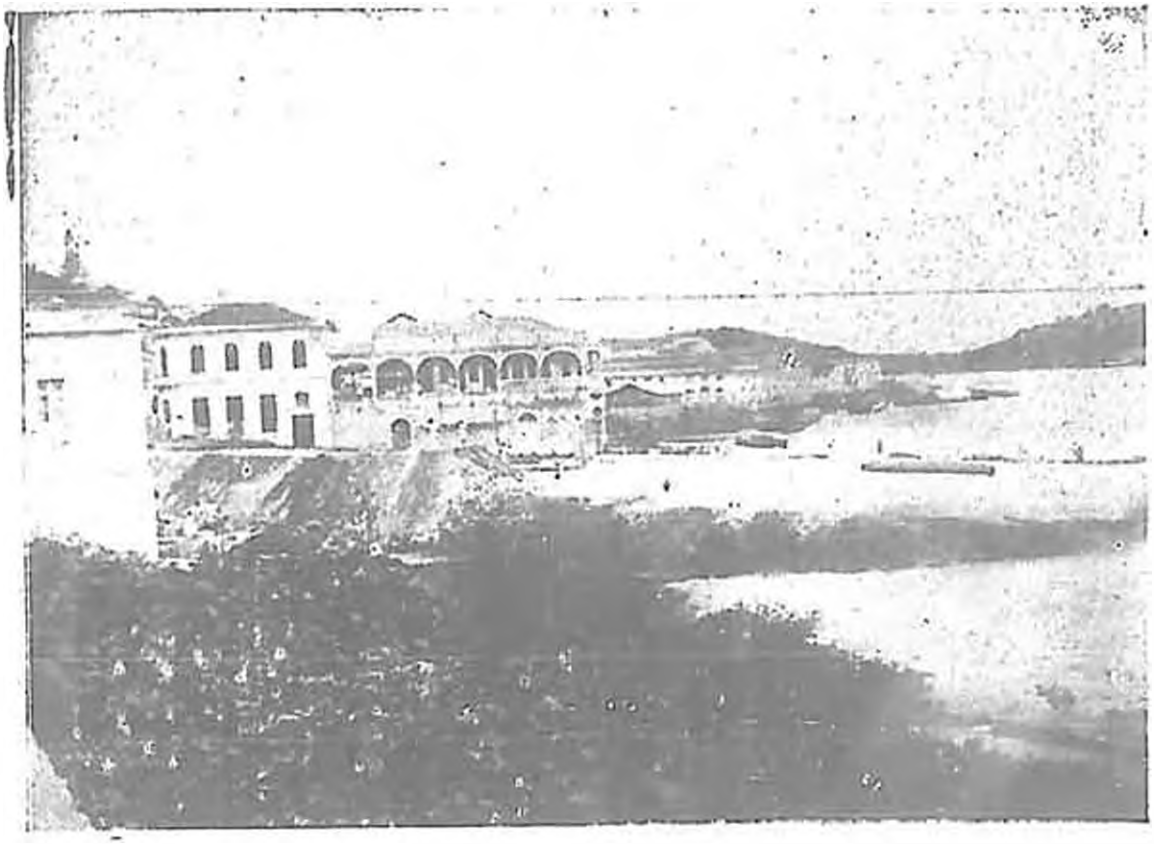
Ponte de Victoria — Transporte de um dos vãos



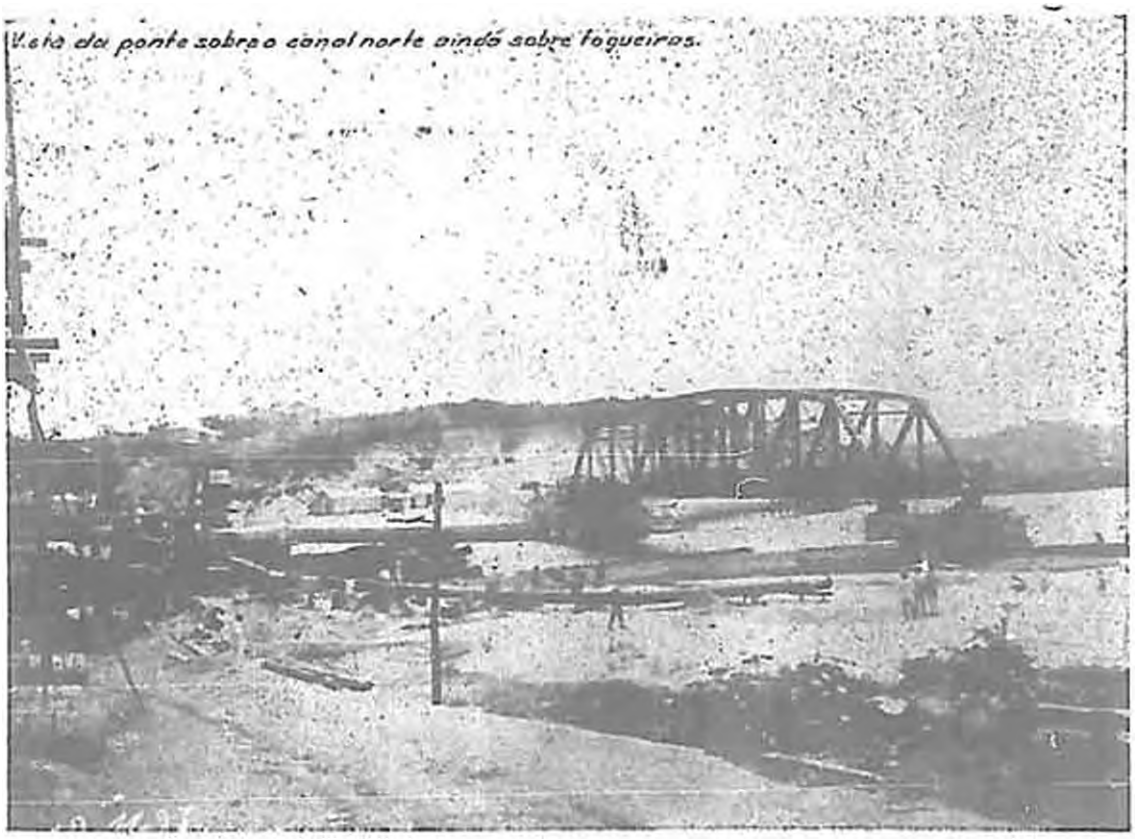
Ponte de Victoria — Transporte de um vão montado para seus apoios definitivos



Ponte de Victoria — Aspecto da construcção tendo o primeiro vão collocado



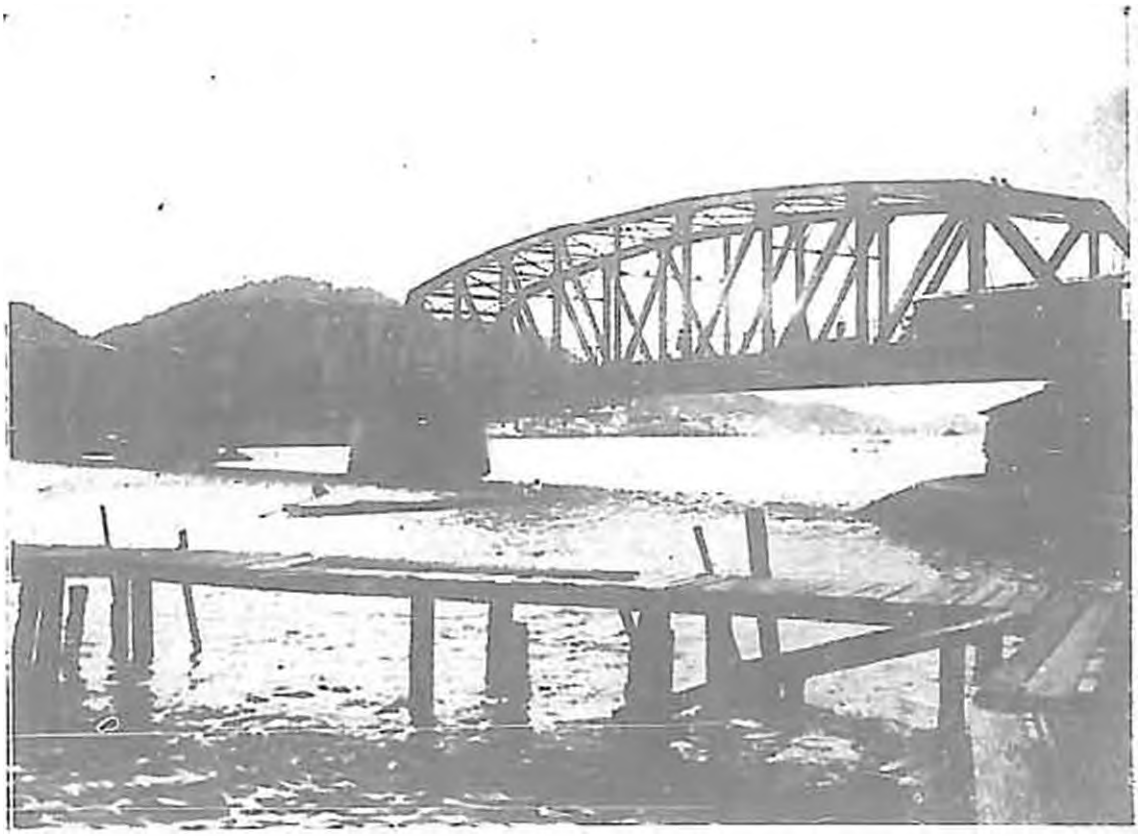
Aspecto do avançamento do aterro de accesso da Ilha de Victoria á Ponte ligando-a á Ilha do Principe



Ponte de Victoria — Ponte ligando Victoria á ilha do Principe — A draga recalca a areia para um dos aterros de accesso



Vista da ponte de Victoria á ilha do Principe assentada sobre seus apoios



Aspecto da ponte de Victoria, vendo-se dois vãos montados



Construcção dos pilares da ponte metallica, ligando Victoria ao Continente



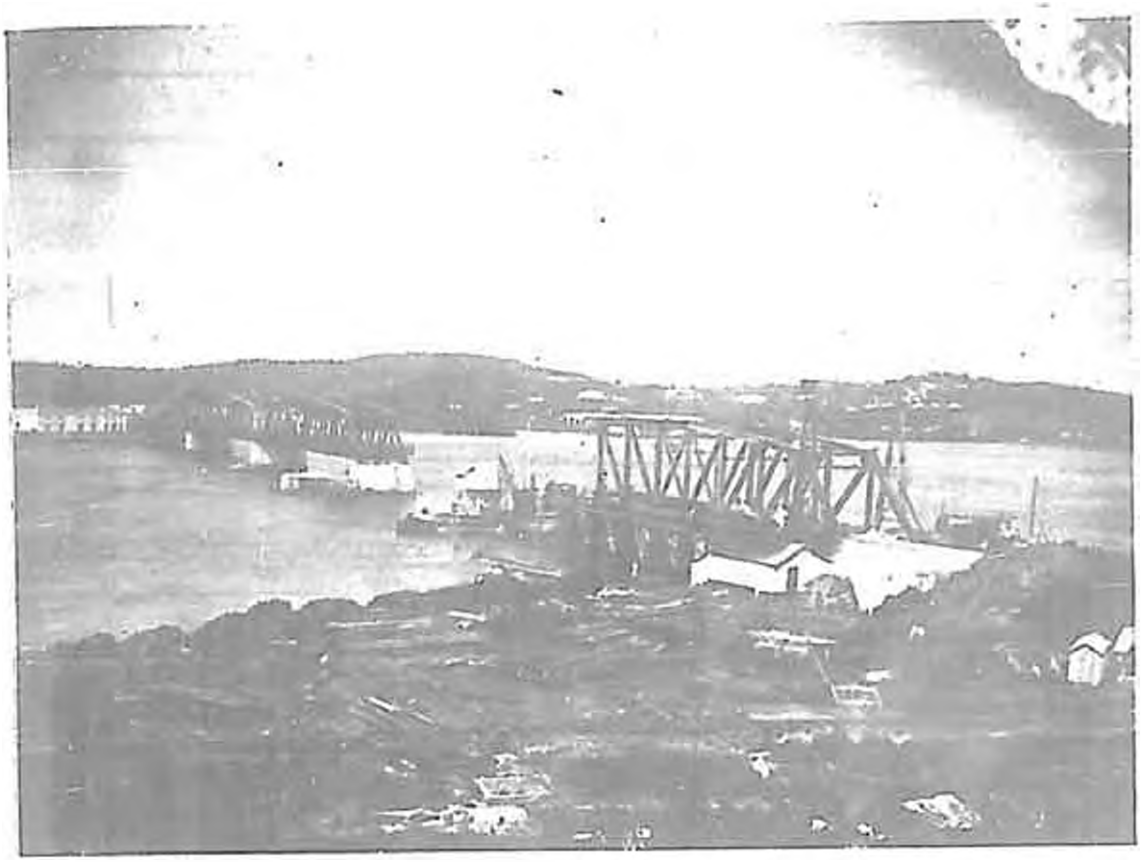
Ponte de Victoria — Aspecto do andamento das obras



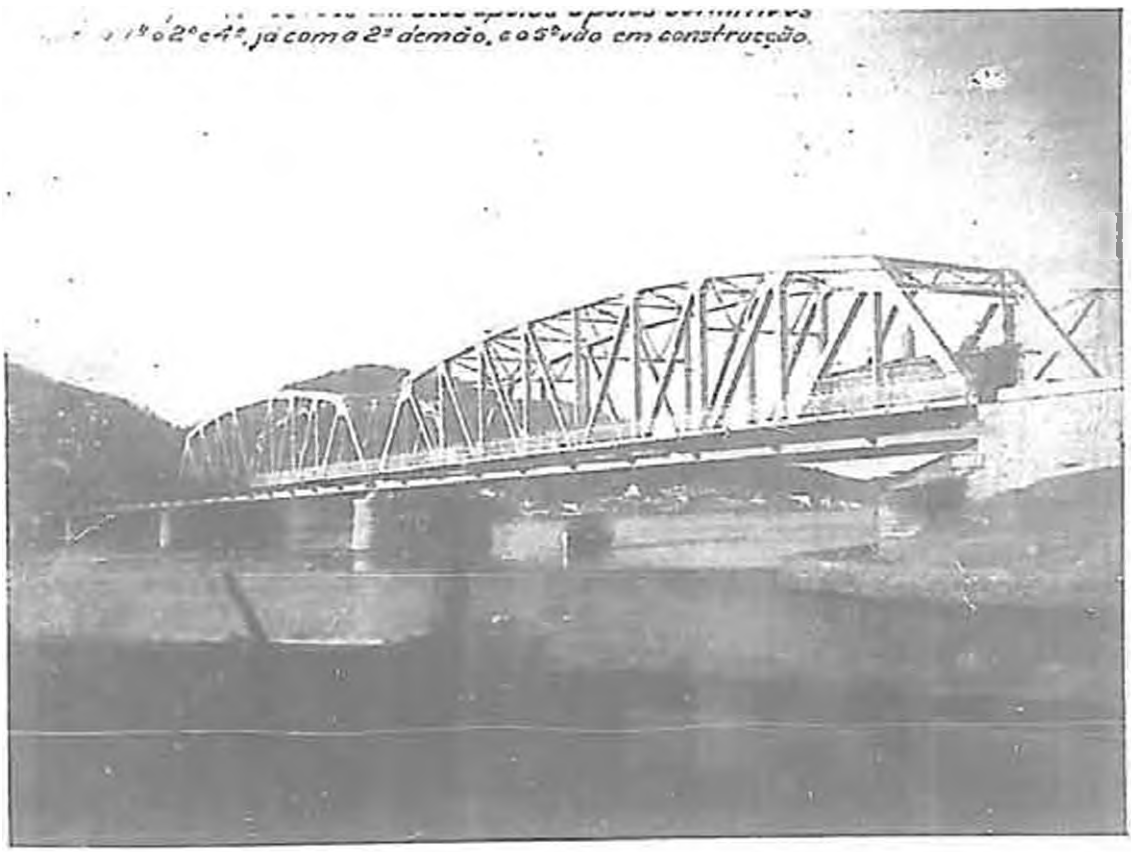
Os dois primeiros vãos da ponte metallica, ligando Victoria ao Continente



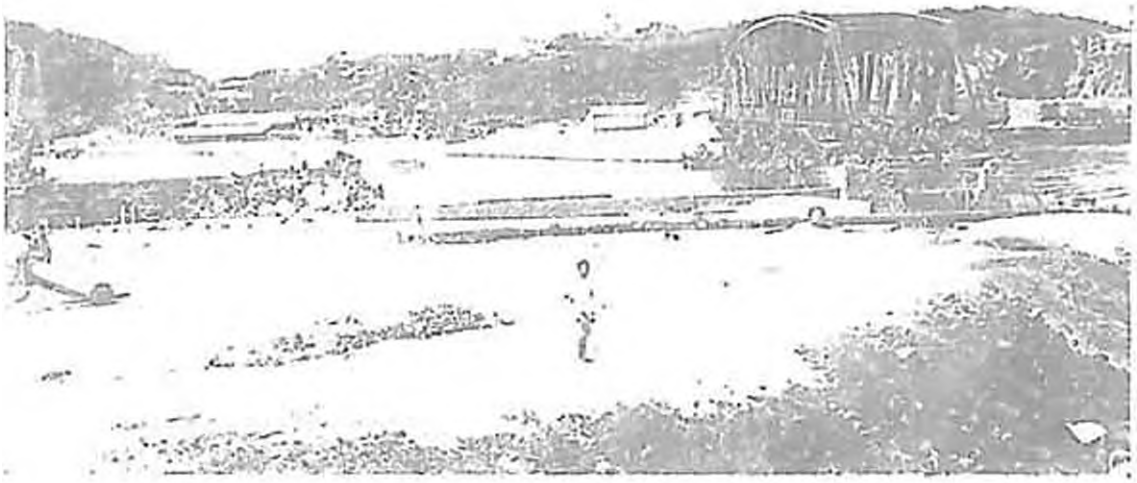
Ponte de Victoria — Construcção da provisoria para montagem do ultimo vão da ponte de Victoria



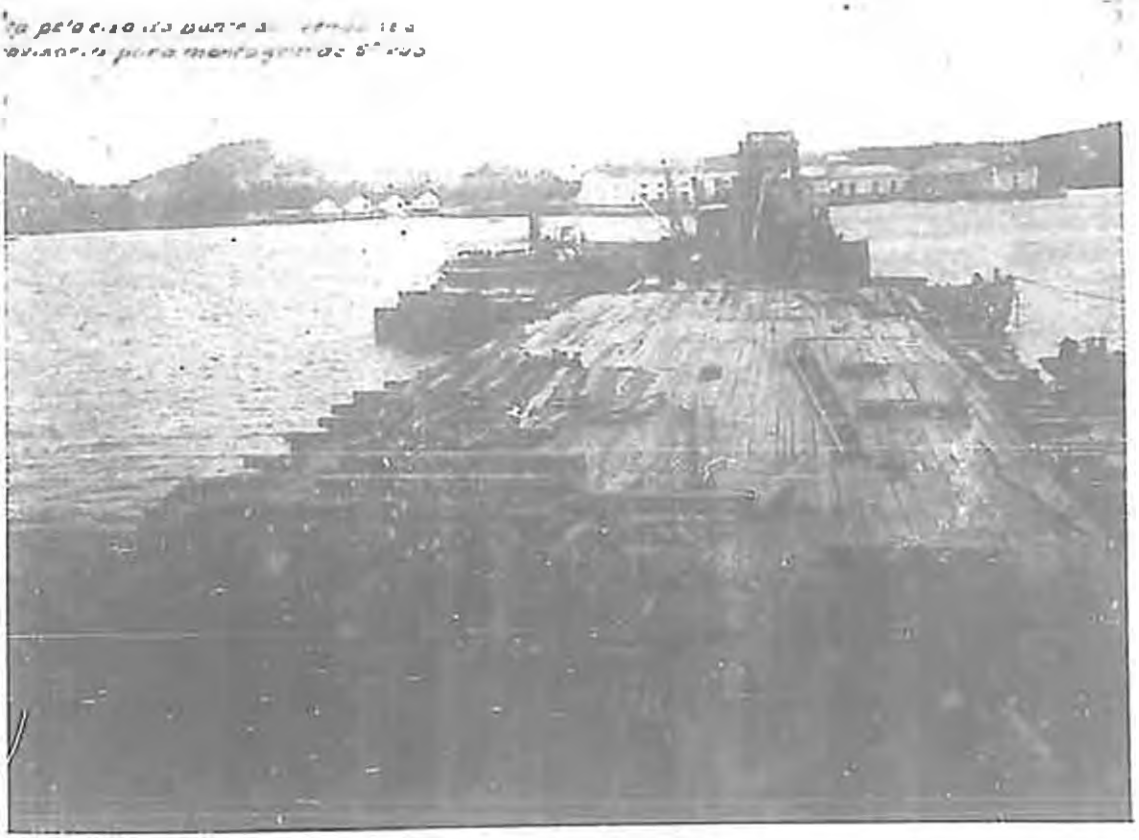
Ponte de Victoria — Aspecto da construcção



Ponte de Victoria — Aspecto das obras sendo dada a pintura



Ponte de Victoria — Obras em andamento



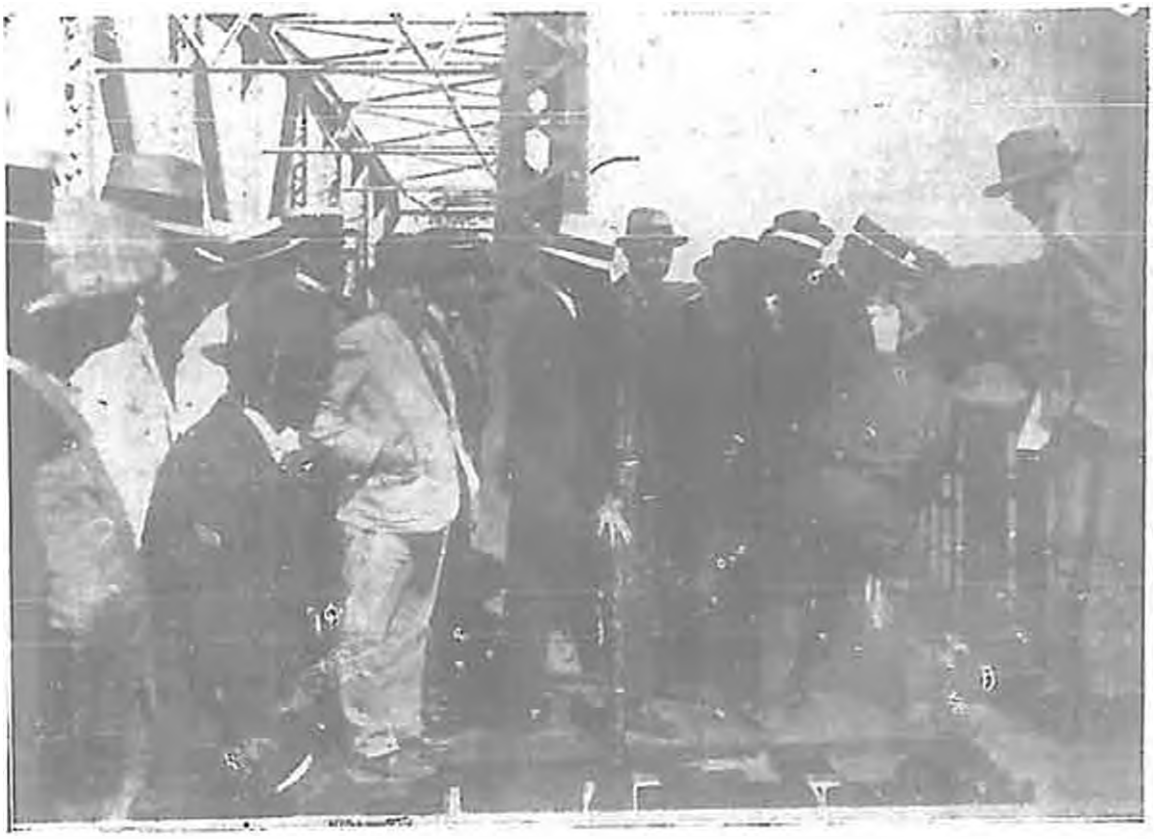
Ponte de Victoria — Aspecto da construcção vendo-se adeantada a provisoria para montagem do ultimo vão



Ponte de Victoria — Aspecto da construcção — 1928



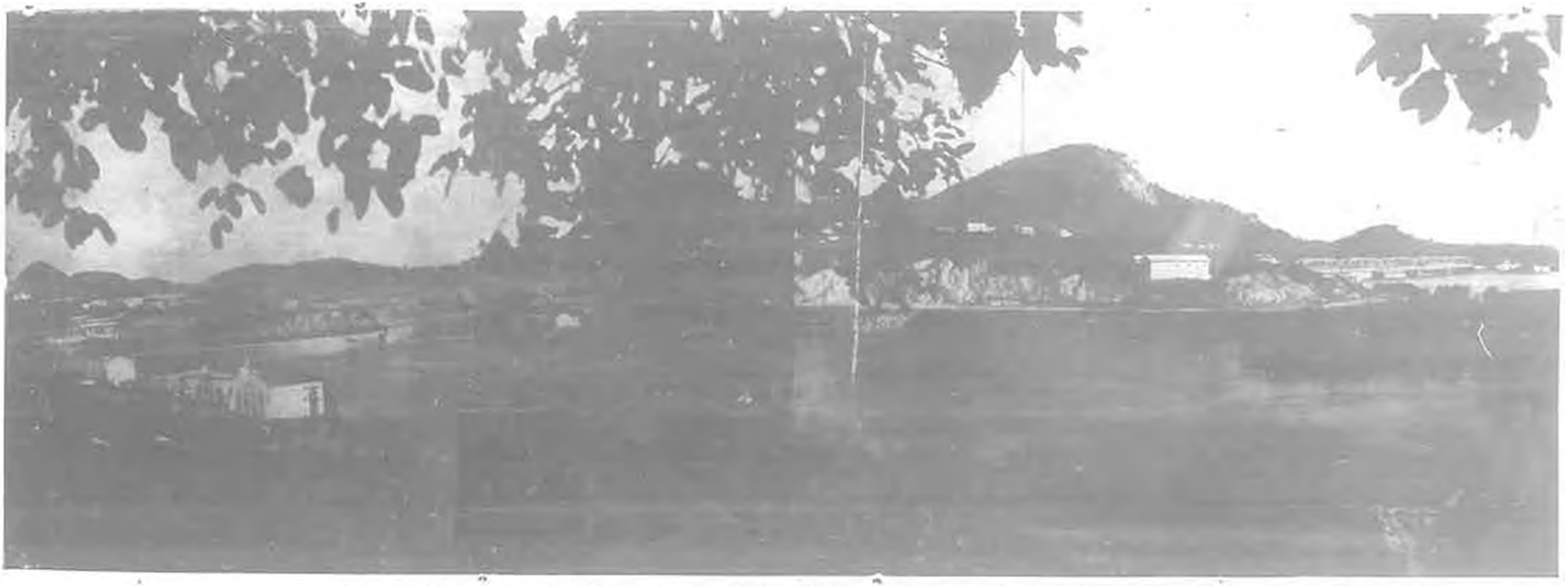
Ponte de Victoria — Construcção do estrado de cimento armado



O dr. Hildebrando de Araujo Góes, Inspector de Portos e Canaes na presença do Presidente do Estado e altas autoridades crava o ultimo rebite da Ponte de Victoria



Vista interna da ponte metallica, pavimentada, ligando Victoria ao Continente



Ponte de Victoria em conclusão — Vista de conjuncto apanhando as pontes sobre os canaes Sul e Norte e a estrada de ligação na Ilha do Principe

d) — Pintura. Está concluida a pintura de todos os vãos e paga a de 4, com o dispendio de 64:866$400.

Sob a rubrica "Superstructura" dispendeu o Governo .. .. 2.289:263$796.

Resta, dos serviços concluidos, o Governo pagar a prestação correspondente ao fornecimento metallico, um terço do total dos alugueis do apparelhamento mecanico fornecido pela fabrica, o estrado de 3 vãos e o custo da pintura de 2 vãos; tudo na importancia approximada de 900:000$000, sem a inclusão do revestimento de asphalto do estrado da ponte, fornecimento e assentamento dos trilhos.

Indemnizações e desapropriações

Estão incluidas neste titulo as despezas que interessam a ponte metallica e referentes a indemnizações e desapropriações com terrenos na ilha do Principe, no continente e na ilha de Victoria.

Com a firma A. Prado & Cia., para a permissão da construcção do encontro do continente e passagem do aterro de accesso ao encontro, fez o Governo um contracto em que permutou uma area de 2.298,275 m2. de sua propriedade, na ilha do Principe, por uma outra de 2.440,20 m2 daquella firma.

Pagou ainda o Governo a importancia de 40:000$000 de indemnização pela separação dos seus armazens e 3:795$000 com as despezas de cartorio, obrigando-se tambem á construcção de uma estrada sob a ponte, em frente ao encontro, na qual dispendeu até hoje 6:392$533. Assumiu tambem além de outors compromissos o de repor nos terrenos de A. Prado & Cia. todo aterro retirado delles para a estrada de accesso ao encontro.

Segue-se a lista das indemnizações e desapropriações que interessam ao serviço da ponte:

José Bernardino Santos..	900$000
Manoel Gomes Coutinho..	500$000
João Siqueira..	450$000
Manoel Francisco Gaia..	1:700$000
Adolpho Ramunghi..	3:300$000
Sylvino Gaia..	1:500$000
Eulalia Pinto Fonseca..	250$000
Artimisia Santos..	504$500
Carlos Santos	3:000$000

Joaquim Marcellino Alves	600$000
Manoel Vieira	1:716$000
José Falcão	2:200$000
Ernestina M. Conceição	1:820$000
Luiz Vieira Dantas	1:200$000
Maria R. Conceição	472$000
Antonio Alves Bival	781$000
Alcides Bandeira	500$000
Julieta M. Conceição	1:000$000
José Rosa Santos	503$000
Antonio Pinto Almeida	35:000$000
Anna Maria Conceição	700$000
A mesma	1:300$000
Antonio Silva Cabral	800$000
Reynaldo Pinto Faria	282$500
Manoel Rosa Santos	120$000
Waldemiro Alves	380$000
Manoel Ferreira Lopes	3:931$000
Manoel Almeida	10:424$800
Miguel Freitas	3:000$000
Sebastião Guedes	3:600$000
Alvino Alves	4:500$000
O mesmo	8:800$000
Marinho G. F. Sobrinho	4:500$000
Manoel Rosa	1:810$000
Alfredo José Cruz	70:000$000
Julio Feitosa	1:500$000
Firmino Leopoldo Araujo	250$000
Raphael Santos Alves	1:500$000
Prado & Cia., inclusive despesas	43:795$000
Estrada para A. Prado & Cia.	7:563$921
Duas casas na Ilha do Principe	1:000$000

Com os serviços de indemnizações e desapropriações que interessam á ponte dispendemos a quantia de 227:653$721.

As despesas totaes com os serviços da ponte attinge a importancia de 5.227:752$023.

Para a conclusão dos trabalhos relativos á ponte, inclusive os serviços connexos, teremos de dispender ainda mais de mil contos.

PRIMEIRA SECÇÃO DO CAES

Embora não tivesse sido possivel concluir a primeira secção do caes, ficam, entretanto, os trabalhos bem adeantados.

Dentre elles devemos salientar a terminação da dragagem do canal, grande parte do aterro do caes, a acquisição do apparelhamento mechanico, cobertura metallica e ponte rolantes para os armazens e bem assim os armazens em vias de conclusão.

Caes e accessorios

Sob este titulo estão incluidas as despezas abaixo discriminadas:

a) Caes de saneamento	39:370$450
b) Conclusão do caes de 4,50..	63:214$050
c) Conclusão do caes de 8,50..	63:216$250
d) Conclusão do enrocamento de alivio no trecho de caes existente..	34:699$000
Dispendeu-se com caes e accessorios a quantia de	200:499$750

Aterro

Comprehende este titulo apenas o aterro feito nos terrenos accrescidos na rua do Commercio, porquanto os aterros feitos na ilha do Principe, Victoria e continente, nas proximidades dos encontros, já se acham incluidos na parte relativa ás despezas da ponte.

a) Aterro..	600:412$940
b) Enrocamento de protecção ao aterro..	55:734$894
Foram gastos, pois, com o presente titulo..	656:147$834

Dragagem do porto no canal

Infelizmente, a Société de Construction du Port de Bahia não atacou com a intensidade desejada o serviço de desmonte do grande volume de rochas submarinas existente no ancoradouro, de modo que despesa alguma fez o Estado com tal serviço.

Os trabalhos foram os seguintes:

a) Dragagem no porto..	292:816$120
b) Dragagem no canal..	924:668$408
Dispenderam-se, pois, neste titulo	1.217:484$528

Vias ferreas

Neste titulo estão incluidos o fornecimento e o assentamento das linhas para guindastes, trens e as despezas com as linhas para trens e guindastes na faixa do caes. Apezar de ainda não existir o assentamento de linhas para trens, figura, entretanto, o fornecimento de 302.237 kgs., 20 desvios completos e 1.030 metros de trilhos para a linha de guindastes.

a) Linha dos trens na faixa do caes..	137:332$380
b) Linha dos guindastes..	33:170$740
Foi dispendida, sob este titulo, a importancia de	170:503$120

Material de tracção e transporte

a) 2 locomotivas Borsig..	80:000$000
b) 10 wagons de bascula de 10 tons.	60:000$000
Gastaram-se com o titulo acima..	140:000$000

Este material está sendo aproveitado pelo Governo no serviço da Estrada de Ferro Itapemirim, por emprestimo.

Armazens

Encontra-se em estado de grande adeantamento o serviço da construcção dos armazens, achando-se já aqui em Victoria todo o material metallico, cobertura e pontes rolantes, já tendo sido paga pelo Governo a parte relativa aos armazens ns. 1 e 2, despesas estas incluidas na discriminação abaixo:

Armazem I	516:018$460
Armazem II	526:195$690
Armazem III..	251:114$000
Dispenderam-se, pois, neste titulo	1.293:328$150

Apparelhamento mecanico

Além da ponte metallica foi aberta a concurrencia para fornecimento do apparelhamento mecanico do porto e fornecimento das estructuras metallicas para a cobertura dos armazens. Em resultado

dessas concurrencias foi contractado o fornecimento de 8 guindastes e 8 pontes rolantes e bem assim estructura metallica para a cobertura de dois armazens com a firma Fried Krupp, de Grusonwerke e de Rheinhausen pela importancia total approximada de $ 88.180 para os guindastes e pontes rolantes e de $22.994,40 para o das coberturas dos armazens. O fornecimento de materiaes e os desenhos de execução de taes machinismos e estructuras foram tambem fiscalisados na Europa e approvados pelo mesmo fiscal do Governo, encarregado do serviço da fiscalisação da ponte, sem augmento da quota que já havia sido designada para o trabalho da ponte; cabendo portanto notar que as importancias de $ 919 e $ 3.527 recolhidas ao Thesouro para a fiscalisação dos guindastes e pontes rolantes e para a cobertura dos armazens, reverteram em proveito do Estado.

A montagem desse material foi tambem contractada com a fabrica fornecedora e ajustada pela quantia global de 24 contos de réis, quanto á cobertura dos dois armazens e de 54 contos de réis, quanto aos guindastes e pontes rolantes.

Os guindastes contractados tinham a seguinte capacidade:

4	guindastes de	1.500	kgs.
2	guindastes de	3.000	kgs.
2	guindastes de	5.000	kgs.

Depois de lavrado o contracto, por accordo foi modificado o numero de estructura metallica para 3 armazens e o numero de guindastes para 9, sendo substituido um de 5.000 kgs. por 2 de 1.500 kgs., pagando o Governo o excesso de custo destes dois sobre o daquelle.

Todos os 9 guindastes se encontram em Victoria, já concluidos e quasi todos pagos, faltando apenas o pagamento de 2 de 1.500 e de um de 5.000 kgs. no valor total de 227.766$000.

a) 2 guindastes a vapor (um de 5 outro de 10 tons.) ..	109:000$000
b) 4 guindastes electricos de portal inteiro para 1.500 kgs	263:827$200
c) 2 guindastes electricos de portal inteiro para 3.000 kgs.	169:797$600
d) 2 caçambas de garra de 1 1/4 m3. para carvão	8:000$000
e) Lança para o guindaste a vapor de 10 tons.	4:587$000
f) Por conta de mais dois guindastes electricos de 1.500 kgs.	50:190$000
Dispendemos com este titulo..	596:401$800

Canalisação de aguas pluviaes

Já podemos considerar concluido o prolongamento do dreno da Avenida da Republica, na parte aterrada da area do caes, não tendo sido paga senão parcella muito pequena.

a) Dreno da Avenida da Republica..	10:102$900
b) Dreno da rua Misael Penna..	25:037$348
Attingiu a despesa total a..	35:140$248

Córte no morro da Santa Casa

A pasagem da linha ferrea no morro da Santa Casa obrigou o Governo a fazer outras despezas além da abertura dos cortes, como sejam a construcção de uma nova rampa de accesso da Avenida José Carlos á parte central da Santa Casa, em substituição á que ficou prejudicada com o corte, a reconstrucção do necroterio demolido em parte para permittir a passagem referida, e a construcção de uma cosinha como indemnização de terreno occupado. Todas estas despezas estão incluidas no titulo referente a indemnizações e desapropriações.

Tal serviço determinou ainda ajuste sobre indemnizações a Oliveira Santos & Filhos para a permuta dos seus terrenos, necessarios á passagem da linha ferrea, por outros no porto dos Padres.

Com o corte no morro da Santa Casa foi dispendida a quantia de 36:479$443.

Desapropriações e indemnisações

Damos minuciosamente a relação das principaes despezas effectuadas com este titulo na lista a seguir:

Bispado do Espirito Santo..	80:000$000
Antonio José da Silva Monarcha, por compra de uma casa de sobrado situada á rua do Commercio n. 7..	110:000$000
Dispendidos com a acquisição dos predios ns. 1 e 3 da Avenida Schmidt e do dominio util dos respectivos terrenos de marinha, inclusive despesas de documentos..	205:107$710
Cosinha da Santa Casa..	50:600$100
Necroterio..	22:600$000
Concerto da casa da Avenida Schmidt	700$000
João Nery..	3:000$000
Rampa da Santa Casa..	72:769$642
Empresa Funeraria..	10:000$000
Na primeira secção do caes gastamos..	554:777$452

Serviços diversos

Sob este titulo dispendemos 5:923$100. A despeza total com a primeira secção do caes attinge a 4.906:685$425.

DESPESAS GERAES

Neste titulo vão incluidas despezas que interessam á ponte e á primeira secção do caes.

Estudos

Estão incluidas neste titulo as despezas necessarias aos projectos, consistindo em triangulação, levantamentos, sondagens hydrographicas desde a ilha do Principe inclusive até a barra, estudos completos com sondagens geologicas nos 3 logares que foram objecto da construcção da ponte e bem assim para a construcção dos armazens. A despeza foi de 274:049$040.

Administração

Com este titulo dispendemos 476:090$318.

Embarcações e machinismos

Foram os seguintes os machinismos e embarcações adquiridos pelo Estado para o serviço do porto:

a) 3 pranchas de 2 toneladas..	28:500$000
b) 1 saveiro de 100 toneladas..	32:000$000
c) 1 fluctuante para sondagens	9:000$000
d) 3 pranchas de 3.15 e 23 toneladas..	30:000$000
e) 2 guindastes Goliath..	250:000$000
f) 1 fluctuante..	30:000$000
g) Lancha Cyrene e um bote..	23:200$000
h) 5 compressores de ar..	106:317$907
i) 4 fluctuantes metallicos, que serviram para o transporte da ponte, com 88 % de seu custo	105:023$008
Dispendemos, pois, a quantia de	614:040$915

Despesas com embarcações e machinismos, inclusive conservação

Neste titulo estão incluidos reparos diversos, como por exemplo, reforma completa da lancha Nizia, dos guindastes Goliath, seguro do Goliath fluctuante, reparo da linha ferrea em Argollas, para o Goliath terrestre, assim como todas as despezas com a lancha Cyrene.

Importaram taes despezas em 189:569$608.

Quota de fiscalisação federal

Dispendemos com este titulo 45:000$000.

Serviços medicos

Dispendemos 20:000$000.

Levantamento de terrenos de marinha

Foram feitos levantamentos e desenhadas as respectivas plantas de todos os terrenos de marinha convergentes para o porto de Victoria, desde a ilha das Caieiras até a barra.

Dispenderam-se em tal serviço 112:788$145.

Serviços diversos

Neste titulo gastamos a quantia de 38:980$643. Aqui está incluida a despeza da remoção de grande quantidade de material descarregado no caes e outras despezas.

Nas despezas geraes que interessam á ponte e á primeira secção do caes dispendemos 1.770:518$669.

Resumo de todas as despesas

Ponte de ligação entre Victoria e o continente..	5.227:752$023
1.ª secção do caes..	4.906:685$425
Despesas geraes..	1.770:518$000
Total geral..	11.904:956$117

Em stock no almoxarifado existem materiaes no valor de 361:800$000, sem contar o material do apparelhamento fornecido pela fabrica para a montagem da ponte.

Tomada de contas ao Governo do Estado, como concessionario dos melhoramentos das Obras do Porto de Victoria pelo Governo Federal

Para effeito de encampação por parte do Governo Federal e exploração futura do porto, seria de grande vantagem que o Estado conseguisse da União o reconhecimento de todas as importancias dispendidas porquanto a renda do porto, de accordo com as clausulas do contracto, não podem exeder a 10% do capital reconhecido.

O capital reconhecido até hoje é de 4.928:250$573, muito inferior ao dispendido pelo Estado em taes serviços. Justifica se, entretanto, a differença por que o Estado este anno, de accordo com as instrucções do Sr. Inspector de Portos, Rios e Canaes, só apresentou as despezas feitas com serviços concluidos até 31 de Dezembro de 1927, (As tomadas de contas são annuaes). Obedecendo, pois, a este criterio, todas as despezas feitas com montagem, estrado e pintura da ponte não foram apresentadas, assim como tambem na parte relativa á primeira secção do caes não foram apresentadas as despezas feitas com os armazens, inclusive as coberturas metallicas e pontes rolantes para os mesmos, os 9 guindastes electricos que já se acham em Victoria, etc.

Tambem muitas importancias deixaram de ser reconhecidas, apezar do serviço, porque taes serviços não constam de orçamentos approvados ou os projectos já approvados tiveram necessidade de ser alterados como aconteceu com os pilares da ponte, cujos caixões no projecto approvado eram de cimento armado e os utilisados na construcção por conveniencia foram metallicos. Accresce ainda que com essa alteração resolveu o Governo modificar, melhorando, o traço do concreto de enchimento dos caixões.

Na tomada de contas de 1927, cujos trabalhos estão sendo ultimados, grande parcella das despezas feitas com os pilares deixou de ser reconhecida, não só porque a profundidade dos mesmos foi alterada pela necessidade de attingir terreno firme (rocha), como tambem pelas alterações que já mencionámos acima.

Sendo de grande importancia economica para o Estado o capital reconhecido, o Governo já elaborou o novo orçamento da ponte, com

as alterações feitas, de modo a garantir as despezas feitas, submettendo-o á approvação do Governo Federal.

Apezar de approvado pela União o projecto dos encontros do canal norte, modificando o primitivo, foi no emtanto mantido o custo deste ultimo. Por esse motivo, a Commissão de Tomada de Contas reconheceu uma parcella muito inferior á dispendida.

Todas as alterações feitas ultimamente e os serviços não figurados nos orçamentos já approvados, têm sido submettidos á approvação do Ministro da Viação, acompanhados de orçamentos e projectos. Alguns delles já foram approvados.

ESTRADA DE FERRO RIO DOCE—S. MATHEUS E PONTE SOBRE O RIO DOCE

— 5.ª DIVISÃO "S. M. VICTORIA" —

Desde meado de 1925 encarreguei a "Commissão de Melhoramentos de Victoria" do estudo do projecto da construcção de uma estrada de penetração para o Norte do Estado e de uma ponte sobre o Rio Doce, que permittisse a ligação dáquella estrada com a E. F. Victoria á Minas. Tive por principal objectivo favorecer por esse modo uma riquissima zona do Espirito Santo cujo desenvolvimento, a falta de transporte tem trazido até hoje entorpecido e embaraçado, isolada como se achava dos centros de consumo pela barreira que é o Rio Doce, com sua grande largura, seu formidavel volume d'agua, a par de uma profundidade inconstante e de um leito extremamente movel, nas grandes enchentes ameaçadoras, para pequena navegação de canôas.

Diversos locaes foram objecto de cogitação para a construcção.

Attendendo-se, entretanto, a que deviamos com a ponte visar sobretudo a ligação ferroviaria, sua posição deveria obedecer ás conveniencias do traçado da estrada, motivo pelo qual ficou determinado que das immediações da cidade de Collatina partiria a estrada cujo traçado, acompanhando o Rio Pancas, atravessa os rios S. José, Barra Secca e Muniz Freire para receber, pouco acima de Nova Venecia, a estrada de S. Matheus que lhe será de futuro tributaria.

Esse traçado além da vantagem de atravessar uma formidavel rigião despovoada do Norte do Estado, apresentava facilidade de custo para sua execução, tendo sido, portanto, naturalmente, adoptado. A ponte, por sua vez comquanto houvesse outros locaes que se diminuis-

se o custo, teve seu local definitivo escolhido em Collatina para attender ao centro urbano e commercial ali existente.

O reconhecimento da E. F. Rio Doce--S. Matheus foi executado pelo illustre engenheiro Ceciliano Almeida, os estudos da ponte e a exploração da estrada de ferro foram effectivados pela Commissão de Melhoramentos de Victoria.

Ponte sobre o Rio Doce

Começou-se esse serviço por administração e com o projecto de uma ponte de 26 vãos de 25 metros, de superestructura metallica e pilares de concreto armado com fundação de estacas de madeira. Em 1926 e primeiro mez de 1927 foram cravadas as estacas dos 4 primeiros pilares e construiram-se 130 metros de ponte provisoria.

Procedendo a varios estudos sobre a ponte quanto á sua fundação chegou-se á conclusão da vantagem em substituir a estacaria de madeira por concreto armado, vantagens essas não só quanto á duração indefinida do cimento armado, como quanto a maior rapidez, para a conclusão dos trabalhos.

Nestas condições contractei com a firma Christiani & Nielsen a construcção da infra estructura da ponte, pela quantia de 1.464:000$, conforme contracto lavrado a 26 de Março de 1927.

Iniciado o serviço em Abril de 1927 ficou concluida toda infraestructura, em Março de 1928.

Tendo ainda o Governo todo o interesse em concluir o serviço o mais cedo possivel, contractou com a mesma firma, por 90 contos, um viaducto de accesso á ponte, no lado de Collatina, em substituição ao aterro ahi projectado, e que exigiria longo tempo para ser concluido, dadas as difficuldades locaes.

Estudado e resolvido o typo de vigamento a ser adoptado, em Abril de 1927 foi aberta uma concurrencia administrativa, pelo prazo de 90 (noventa) dias, para o fornecimento e montagem da superestructura metallica.

Foi acceita como mais vantajosa a proposta de Soares de Sampaio & Cia., Ltda. com quem foram contractados, o fornecimento, que é da fabrica *Dyle & Bacalan*, na Belgica, e a montagem respectiva.

Em Outubro foram iniciados os serviços preparatorios da montagem e, em Abril já havia sido expedido todo o material da Europa e

começada a montagem propriamente no local da obra. Ella está sendo dirigida pelo conhecido e provecto profissional Dr. Oscar Machado da Costa, que tambem idealisou o engenhoso processo para effectival-a com rapidez.

O fornecimento foi contractado por 2.588.370 francos belgas e a montagem por 332:000$000, somma esta que será um pouco excedida, devido a serviços extraordinarios que mandei fazer para concluir a montagem da ponte com rapidez. Tinha ella 686 ms. lineares e augmentada com o viaducto acima referido de 70 ms. ficará com o comprimento total de 756 ms.

Estrada de Ferro Norte do Rio Doce

Mandei fazer o estudo comparativo do traçado dessa estrada descendo o rio Doce até a barra do Pancas e subindo este, com o que segue o corrego Transylvania, afim de resolver definitivamente sobre o melhor delles.

Concluidos taes estudos verificou-se que era mais conveniente o proseguimento do traçado pelo valle de Transylvania já iniciado, não só para aproveitar o serviço feito, como porque o outro traçado embora offerecendo vantagem quanto ao futuro trafego, só seria ella apreciavel num futuro muito distante, emquanto que o custo é mais elevado que o primeiro e alonga em 7 kms. a distancia real.

Ficaram concluidos 6 kms. de leito dessa estrada, que apresenta um apreciavel movimento de terras no 1.° km. e no 2.° kms. seguinte.

Quadro demonstrativo dos serviços e despesas realisados em 1925 até 31 de Março de 1928, pela 5.ª Divisão dos S. M. V.

Durante esse periodo dispendeu-se com os serviços a cargo da 5.ª Divisão a quantia de rs. 3.223:243$523, que poderá ser reduzida, si deduzirmos o valor aproveitavel da installação, cujo material se acha em bom estado de conservação e funccionamento, embora se accrescente, na somma, o stock existente no Almoxarifado.

Essa despesa é assim discriminada:

I — DIVERSAS DESPESAS

Anno de 1925	19:268$350	
Anno de 1926	31:822$510	
Anno de 1927	27:005$300	
Até Março de 1928	6:950$200	85:046$360

II — PONTE SOBRE O RIO DOCE

Anno de 1925	34:080$068	
Anno de 1926	318:130$366	
Anno de 1927	1.725:675$707	
Até Março de 1928	187:970$225	2.265:856$366

III — E. F. NORTE DO RIO DOCE

Anno de 1925	113:106$780	
Anno de 1926	372:720$665	
Anno de 1927	306:281$212	
Até Março de 1928	80:232$140	872:340$797
		3.223:243$523

Resumidamente a classificação das principaes despesas por seus diversos titulos é a seguinte:

I — DIVERSOS

Almoxarifado:

O stock de balanço procedido a 31 de Março acusa um total de rs. 67:104$200.

Com bemfeitorias no Almoxarifado dispendeu-se 2:911$180, como segue:

Anno de 1926	2:285$880	
Anno de 1927	625$300	
Até Março de 1928	———	2:911$180

Assistencia medica aos operarios:

Com este serviço dispendeu-se 55:115$756, como segue:

Anno de 1925	9:343$800	
Anno de 1926	20:804$281	
Anno de 1927	20:500$175	
Até Março de 1928	4:467$500	55:115$756

Despesas Geraes:

Com estas despesas dispendeu-se 27:019$424:

Anno de 1925	9:924$550	
Anno de 1926	8:732$349	
Anno de 1927	5:879$825	
Até Março de 1928	2:482$700	27:019$424
Total		85:046$360

II — PONTE SOBRE O RIO DOCE

Com os estudos, projecto, construcção e fiscalisação da ponte sobre o Rio Doce, incluindo machinismos, officinas e locomovel para o serviço da construcção e o cedido á Prefeitura Municipal por emprestimo, material esse todo em perfeito estado, dispendemos, exclusive fornecimento e montagem da superestructura, até 31 de Março de 2.265:856$366 — como segue:

Anno de 1925	16:839$000	
Anno de 1926	38:249$396	
Anno de 1927	28:755$000	
Até 31 de Março de 1928	4:412$000	88:055$396

Estudos:

Anno de 1925	11:972$568	
Anno de 1926	21:259$396	
Anno de 1927	———	
Até Março de 1928	———	33:231$964

Barracões:

Com barracões para installação dos diversos serviços, 13:305$737, como segue:

Anno de 1925	5:268$500	
Anno de 1926	8:037$237	
Anno de 1927	———	13:305$737

Casa de Machinas:

Com installação de machinas, bate-estacas, locomovel, etc., sua acquisição, custeio e conservação, dispendeu-se:

Anno de 1925	———	
Anno de 1926	101:706$536	
Anno de 1927, inclusive locomovel emprestado á Prefeitura..	113:866$825	
Até Março de 1928..	———	215:573$361

Transportes:

Com transportes de materiaes, etc., dispendemos 13:388$520, como segue:

Anno de 1925	———	
Anno de 1926	7:665$395	
Anno de 1927	5:723$125	
Até Março de 1928	———	13:388$520

Vigia de material:

Anno de 1925	———	
Anno de 1926	1.387$884	
Anno de 1927	1.707$000	
Até Março de 1928	180$000	3:274$884

Extracção de pedras:

Anno de 1925	———	
Anno de 1926	12:716$635	
Anno de 1927	11:119$750	
Até Março de 1928	23:836$385	366:829$862

Construcção:

Com trabalhos da infraestructura da ponte propriamente dita, dispendeu-se, respectivamente, por empreitada e administração:

	Empreitada	Administração	Total	
Anno de 1925:				
	———	———	———	
Anno de 1926:				
	———	127:107$887	127:107$887	
Anno de 1927:				
	1.487:861$200	29:075$007	1.516:936$207	
Até Março de 1928:				
	113:000$000	20:392$800	133:392$800	1.777:436$894

Viaducto e aterro de accesso á ponte:

Com este serviço dispendemos:

	Empreitada	Administração	Total	
Anno de 1925:				
	———	———	———	
Anno de 1926:				
	———	———	———	
Anno de 1927:				
	45:750$000	1:817$800	47:567$800	
Até Março de 1928:				
	45:000$000	4:389$800	49:389$800	96:957$600

Montagem da super-estructura metallica:

Com este serviço dispendemos até Março de 1928, a quantidade .. .. 795$625

TOTAL..... 2.265:856$366

III — E. F. NORTE DO RIO DOCE

Com os trabalhos da estrada a cargo desta Divisão, dispendeu-se até 31 de Março findo, a quantia de 872:340$797, como passamos a resumir:

Administração:

Anno de 1925	14:850$000	
Anno de 1926	6:401$850	
Anno de 1927	16:152$000	
Até Março de 1928	5:375$000	42:778$850



E. F. Rio Doce — S. Matheus — O Presidente da Camara de Collatina crava a 1.ª picareta para abertura da estrada — 1926



Cravação da primeira estaca da locação da E. F. Rio Doce a S. Matheus



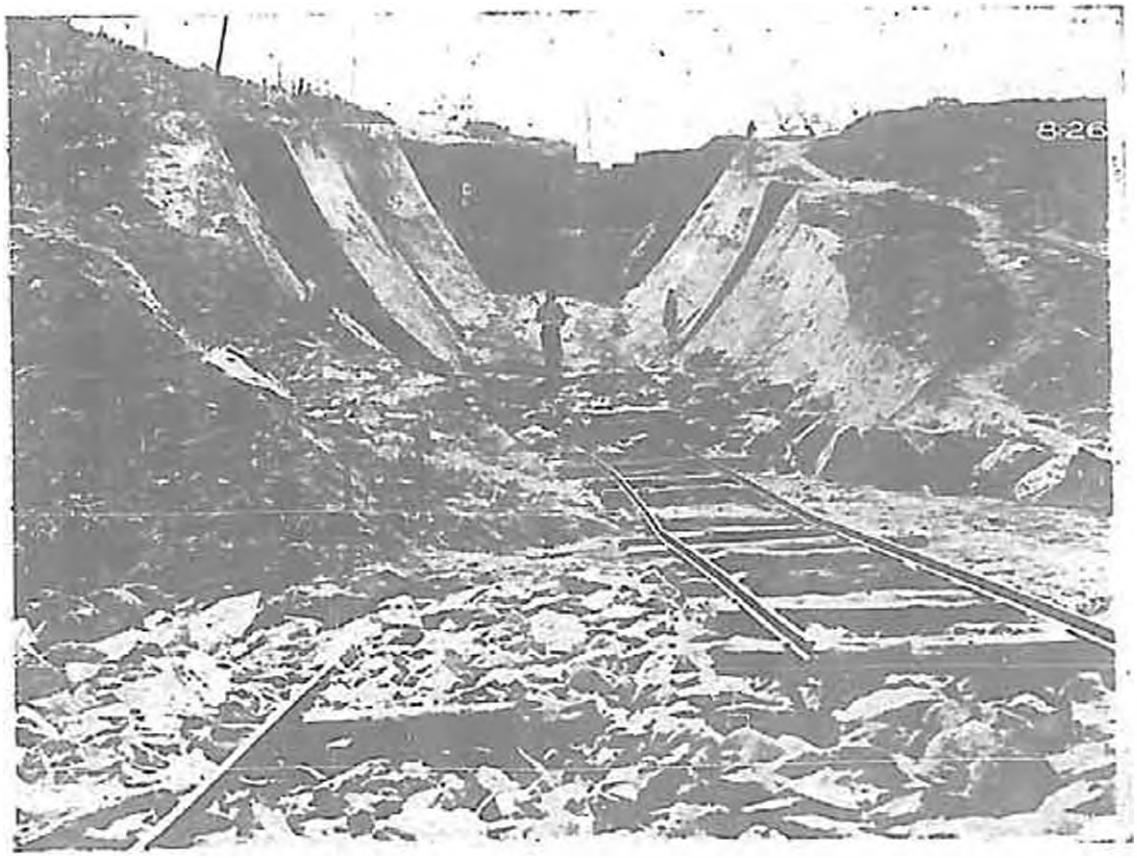
E. F. Rio Doce — S. Matheus — Aspecto da derrubada para construcção — 1925



Primeiro corte da E. F. Rio Doce — S. Matheus, com cerca de 13.000 m.3, vendo-se diversas boccas de ataque do serviço — 1926



E. F. Rio Doce a S. Matheus: Visita do Presidente do Estado



E. F. Rio Doce — S. Matheus — aspecto da construcção
de seu 1.º kilometro — 1926



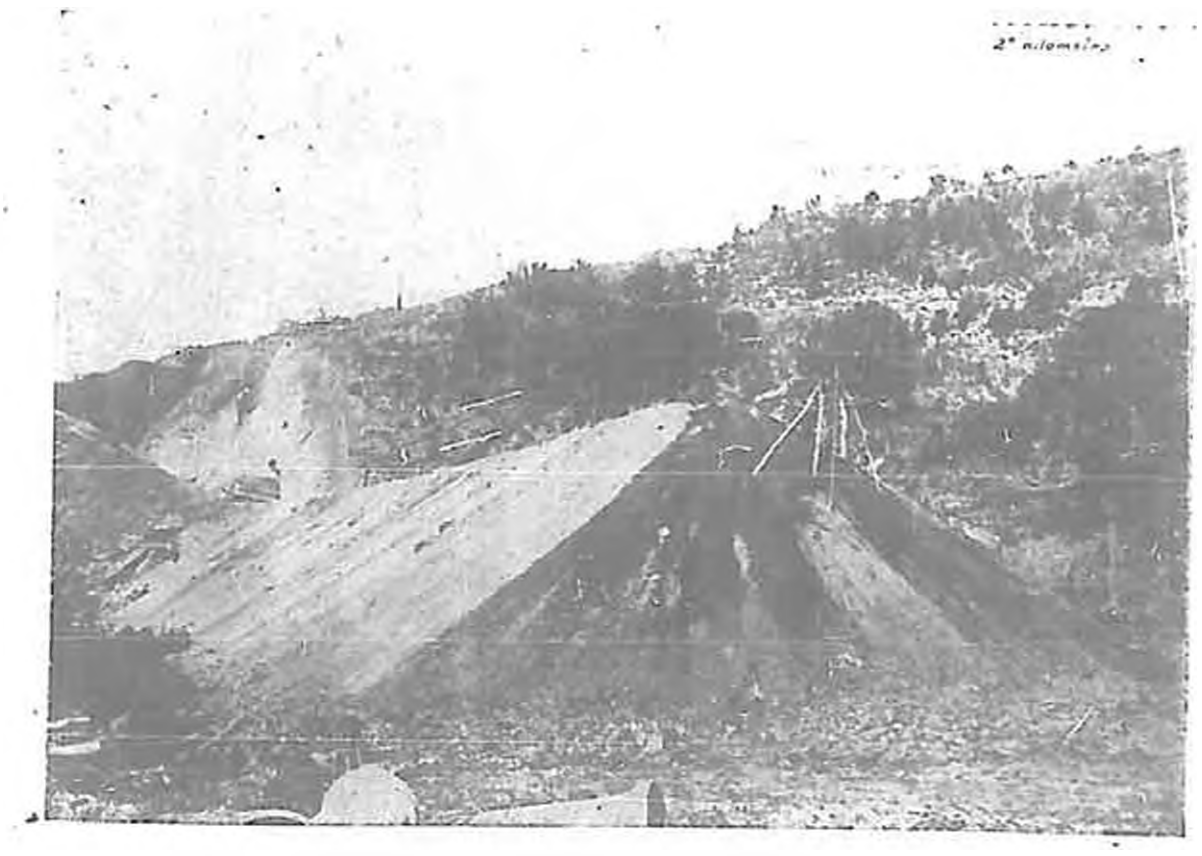
E. F. Rio Doce — São Mathens — aspecto do 3.º kilometro



Aspecto da construcção da E. F. Rio Doce — S. Mathens — 1926



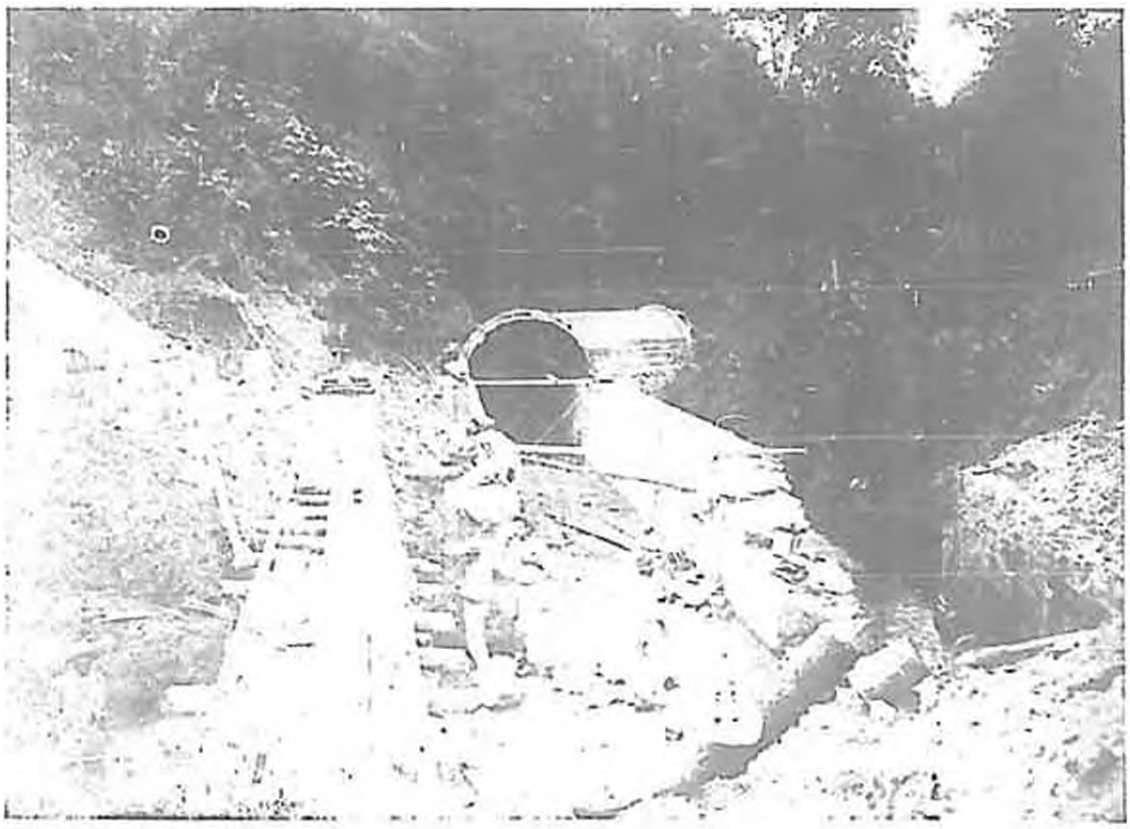
E. F. Rio Doce—S. Matheus — Primeiro corte no local do lacê



E. F. Rio Doce—S. Matheus — Aspecto da construção



E. F. Rio Doce—São Matheus — Aspecto da construcção do 4.° km.



E. F. Rio Doce—S. Matheus — Aspecto da construcção



E. F. Rio Doce — S. Matheus, obra d'arte em construcção 1927



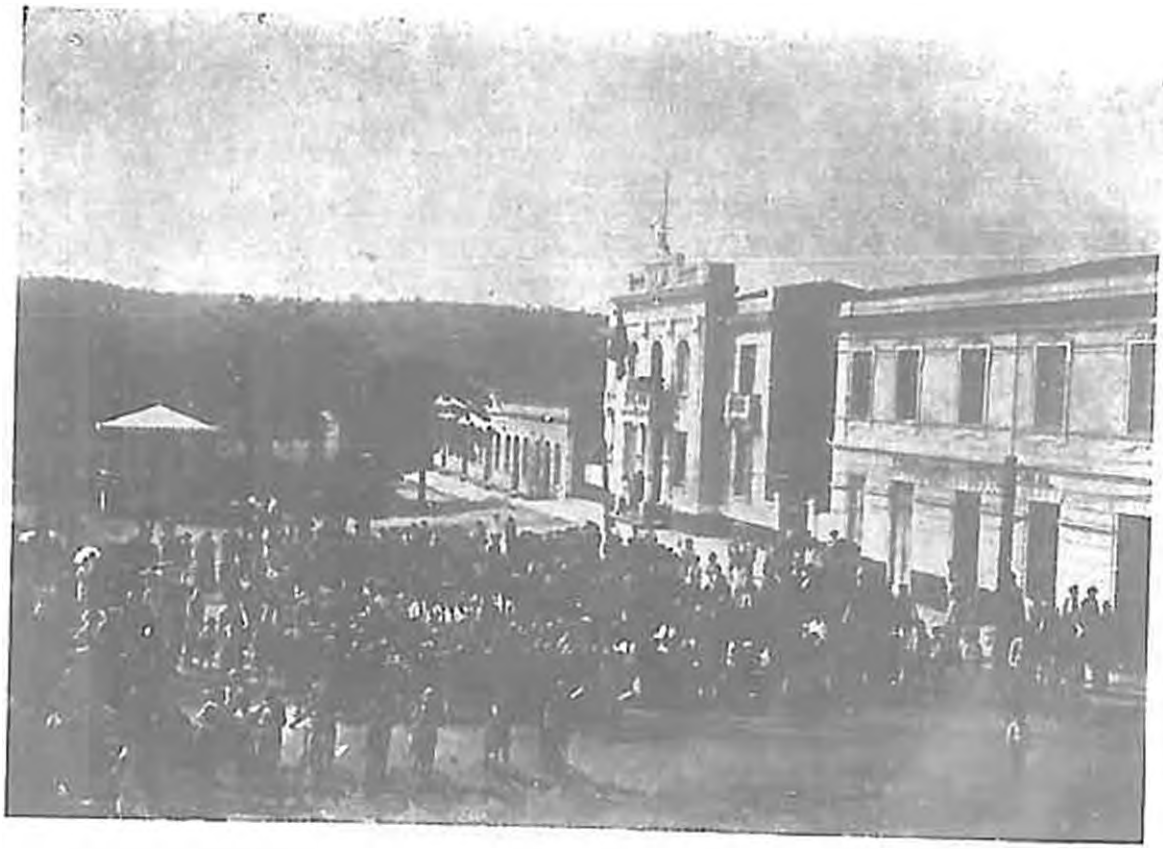
E. F. Rio Doce a S. Matheus — vista de um grande aterro com um bocire em arco



E. F. Rio Doce — S. Matheus — aspecto do 1.º kilometro no local do locê — 1927



E. F. Rio Doce — S. Matheus — visita do sr. Presidente a um acampamento da construcção — 1927



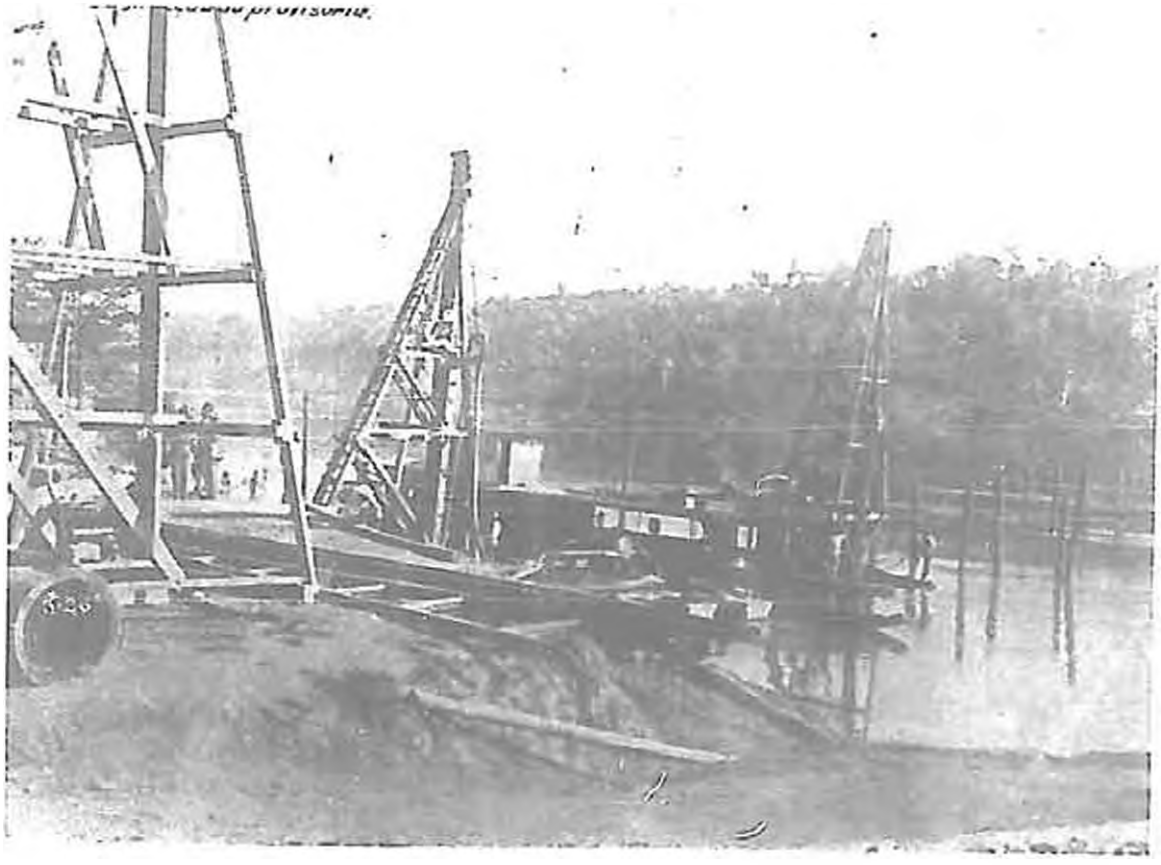
Ponte do Rio Doce — Visita do Presidente do Estado a Collatina
para lançamento da pedra fundamental da ponte



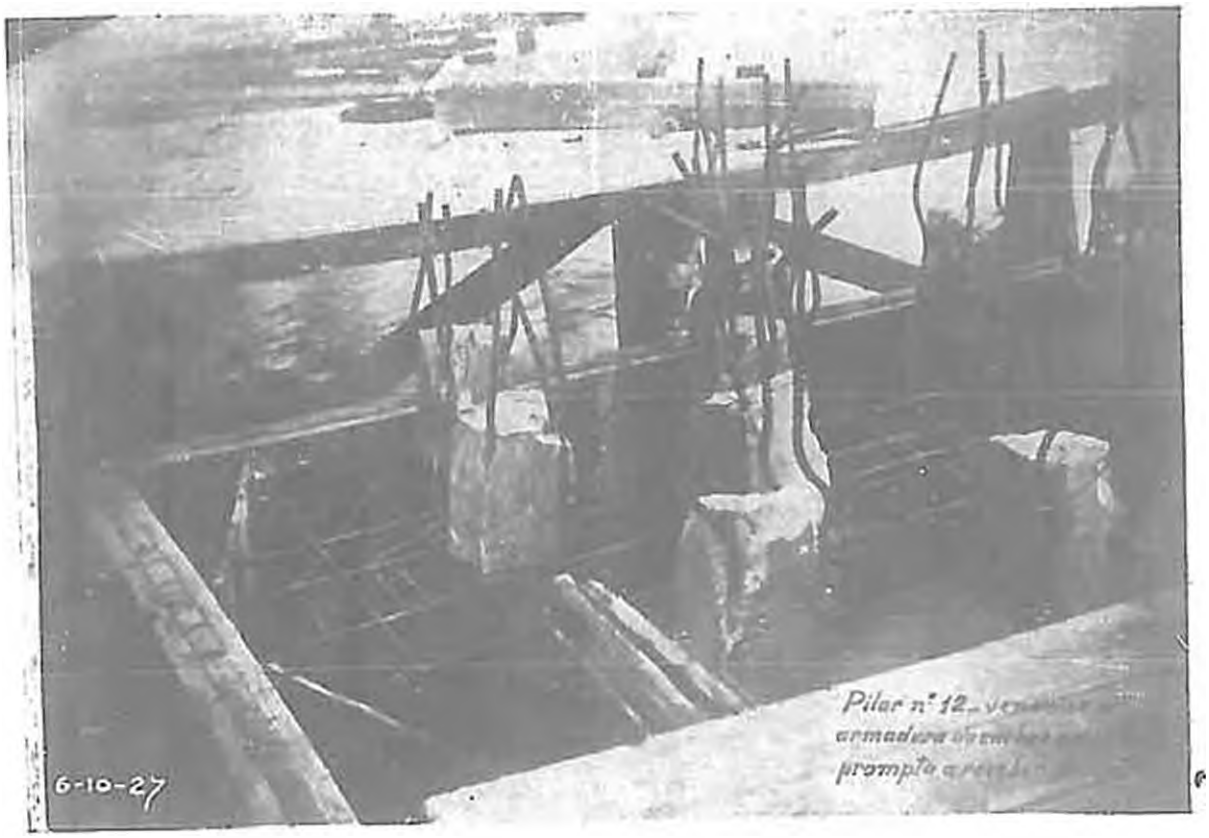
Ponte do Rio Doce — O sr. Presidente do Estado
lançando a pedra fundamental



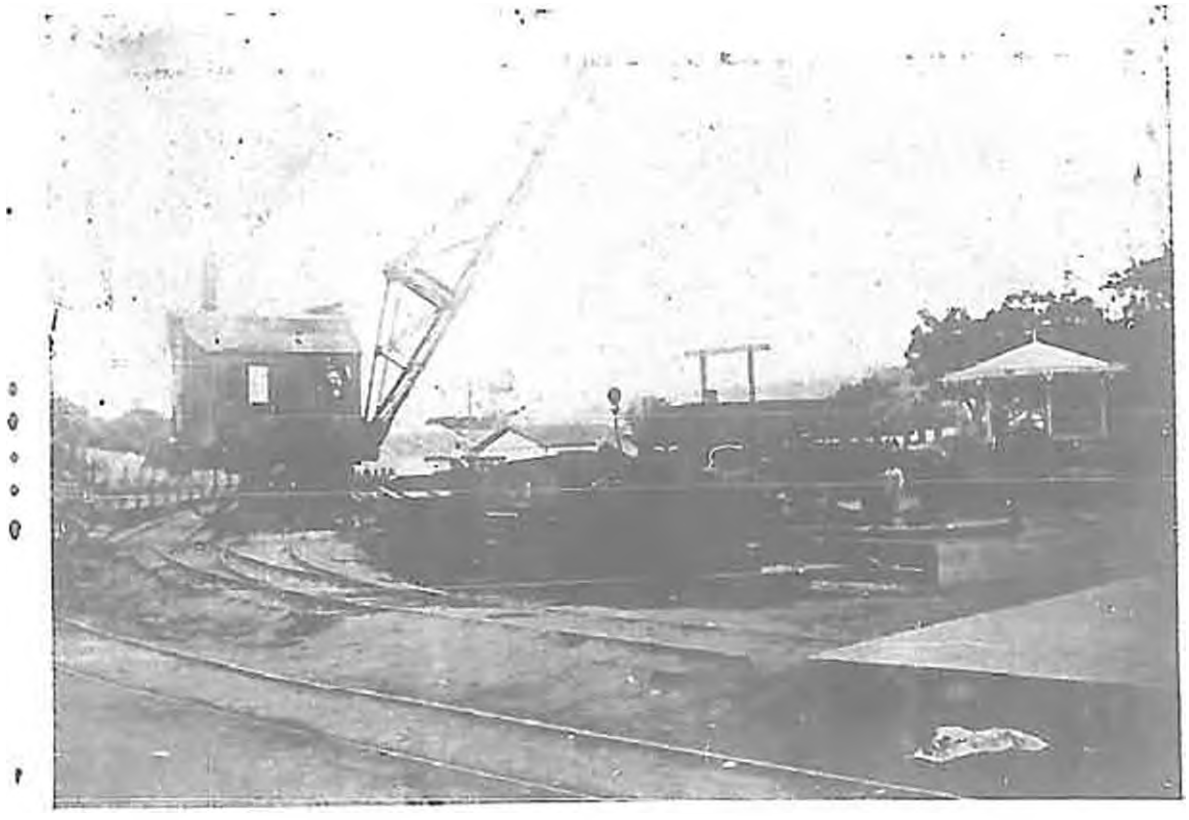
O sr. Presidente do Estado e demais autoridades assignam a acta sobre o lançamento da pedra fundamental da ponte sobre o Rio Doce



Ponte do Rio Doce — Inicio das obras da provisoria



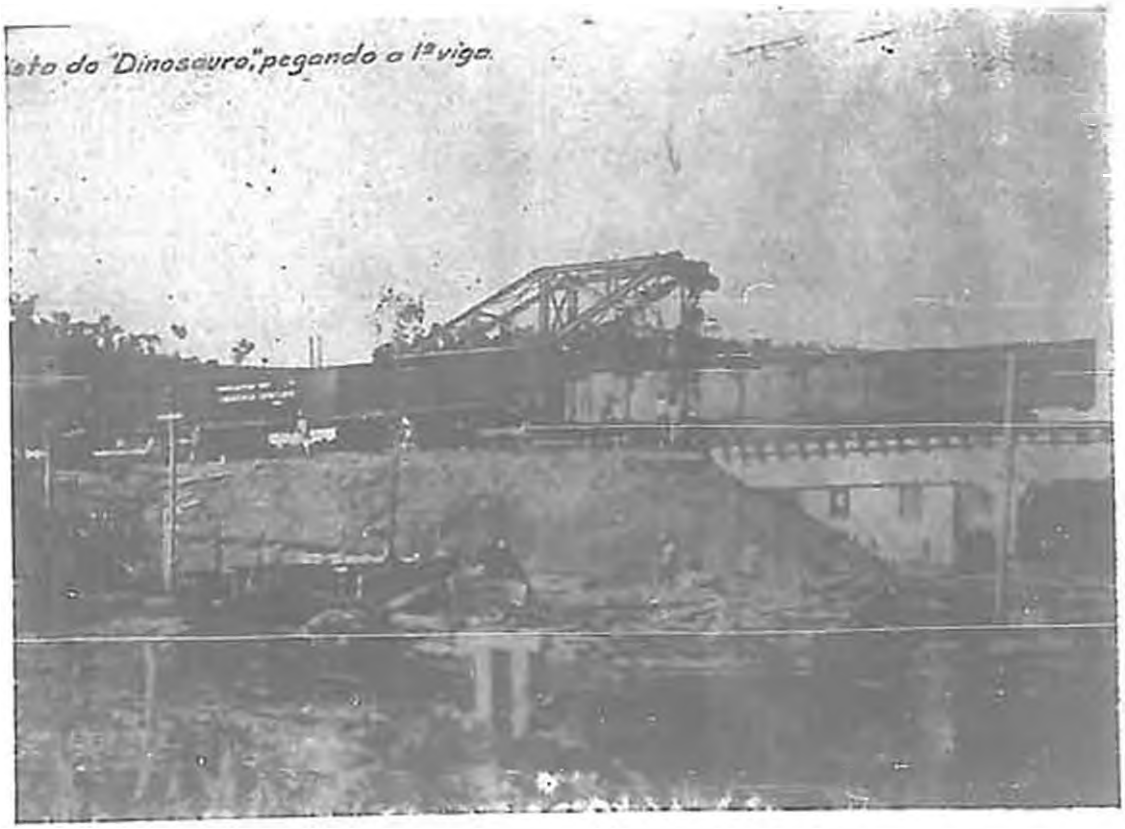
Aspecto da construcção do Pilar n. 12 da Ponte sobre o Rio Doce



Ponte do Rio Doce — estaleiro da montagem da Ponte,
em Collanita — 1928



Ponte do Rio Doce: Vista de frente do Dinosauro



Ponte do Rio Doce — O Dinosauro pegando a 1.ª viga
para a montagem da ponte — 1928



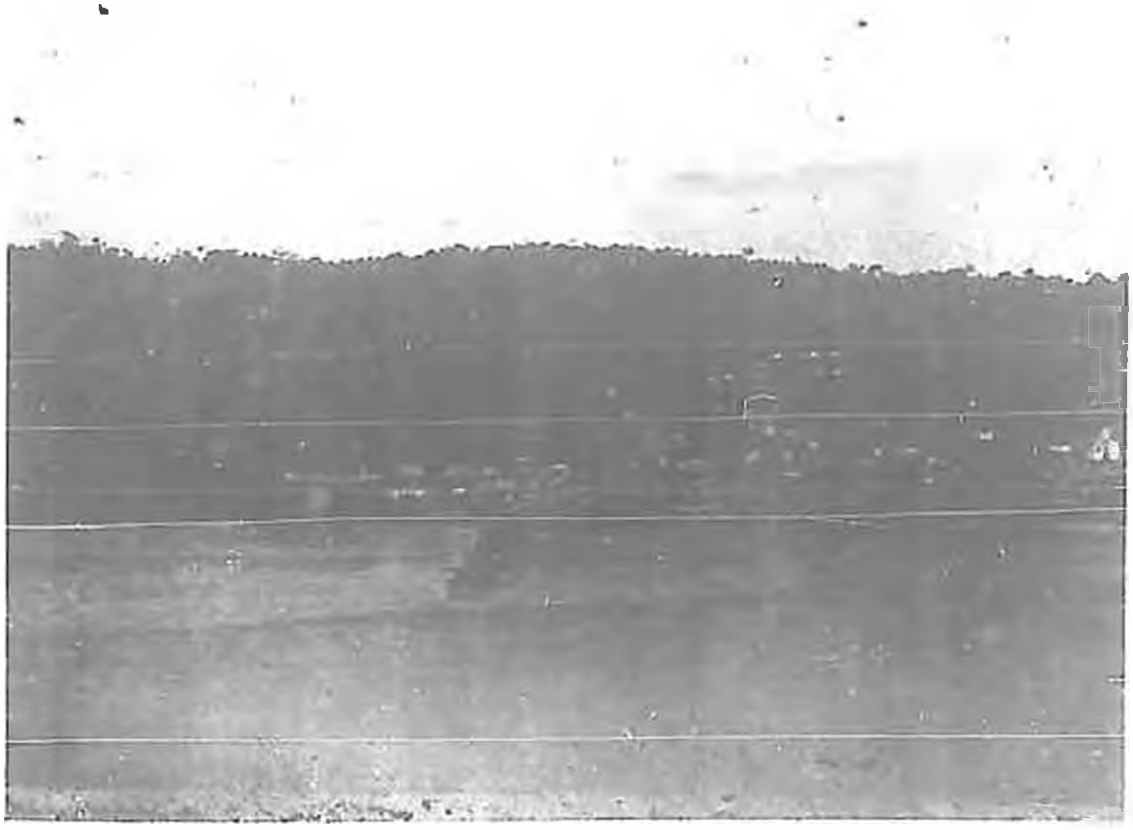
Ponte do Rio Doce — Visita de S. Exa. o Sr. Presidente do Estado para a cerimonia do lançamento da pedra fundamental — 1926



Ponte do Rio Doce — Cravação de estacas para a construcção dos pilares



Ponte do Rio Doce — Construcção de um pilar



Ponte do Rio Doce — Aspecto do serviço em andamento

Local da ponte
do de Collatino



Ponte do Rio Doce — Local do viaducto de accesso do lado Sul



Ponte do Rio Doce — Aspecto da construcção



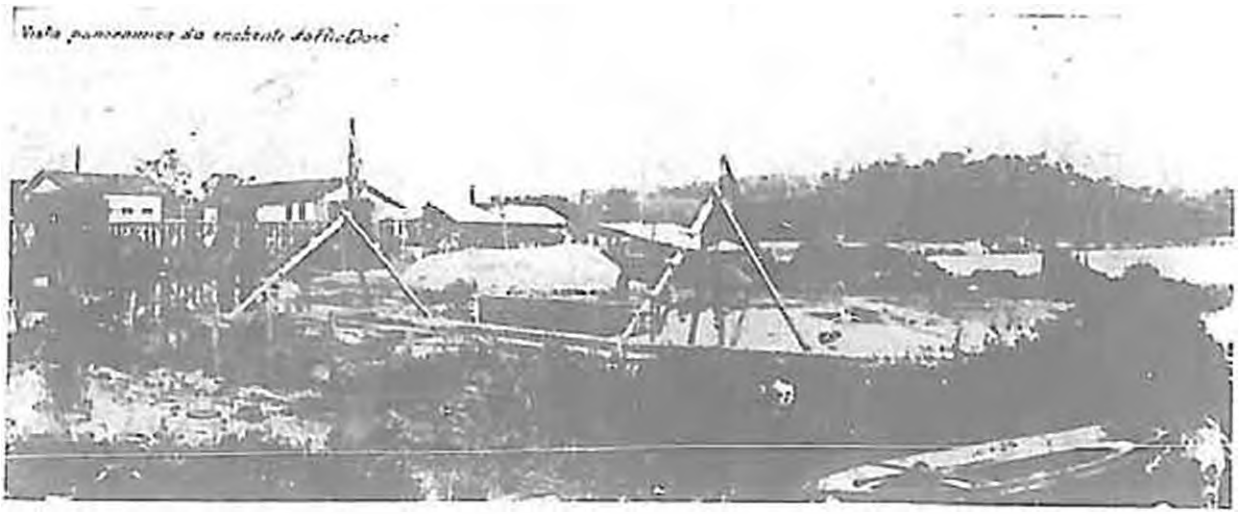
Ponte Rio Doce — Estaleiro para confecção de estacas de cimento armado



Ponte do Rio Doce — Aspecto da construcção



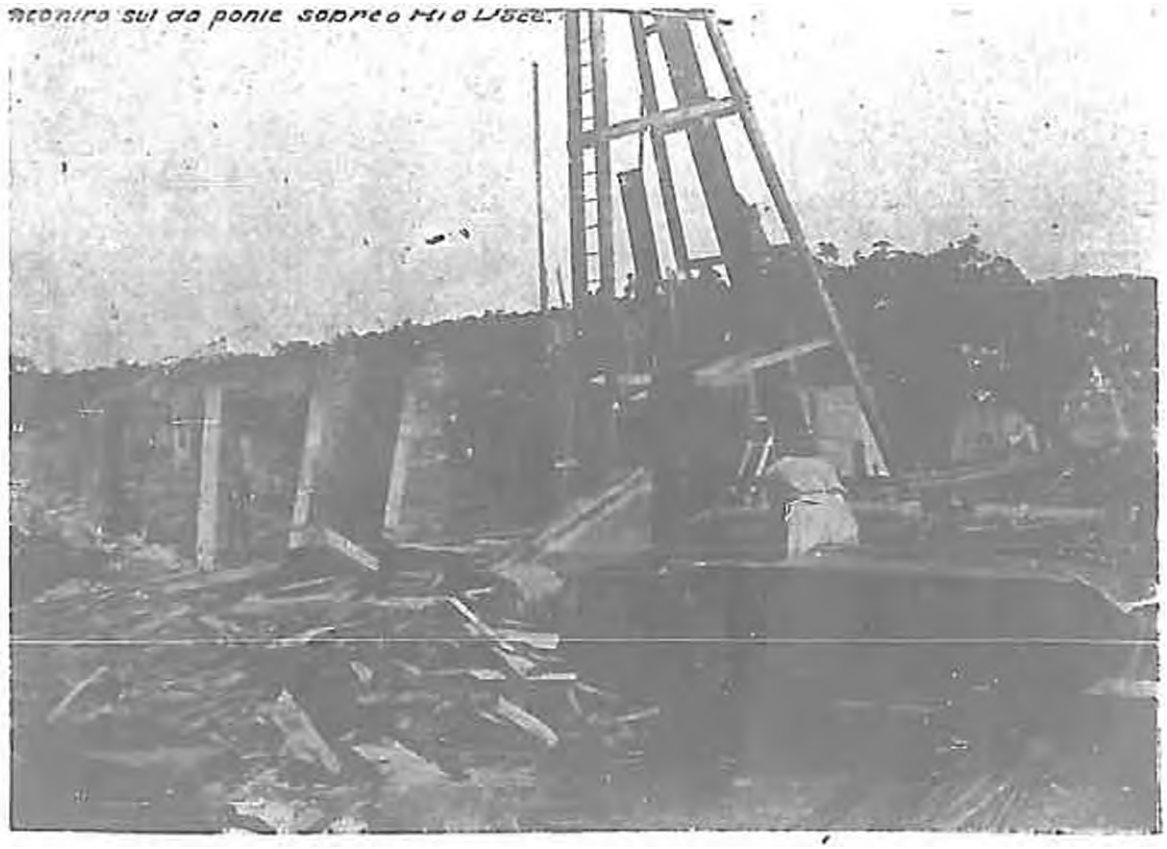
Ponte do Rio Doce — Aspecto da construcção



Ponte do Rio Doce — Obras em andamento



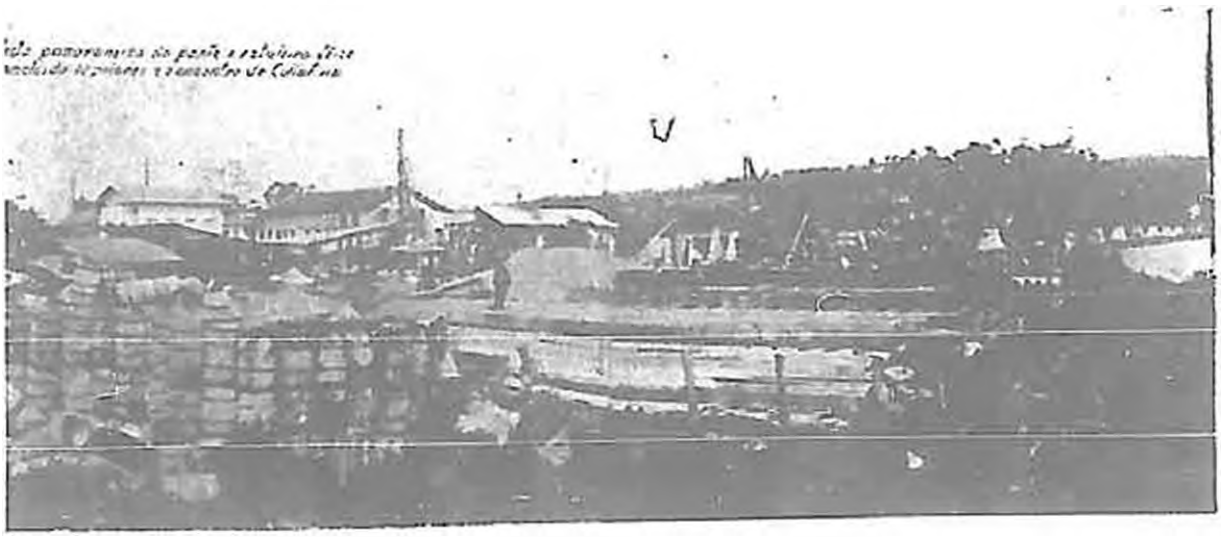
Ponte do Rio Doce — Aspecto da construcção



Ponte do Rio Doce — Aspecto da construcção



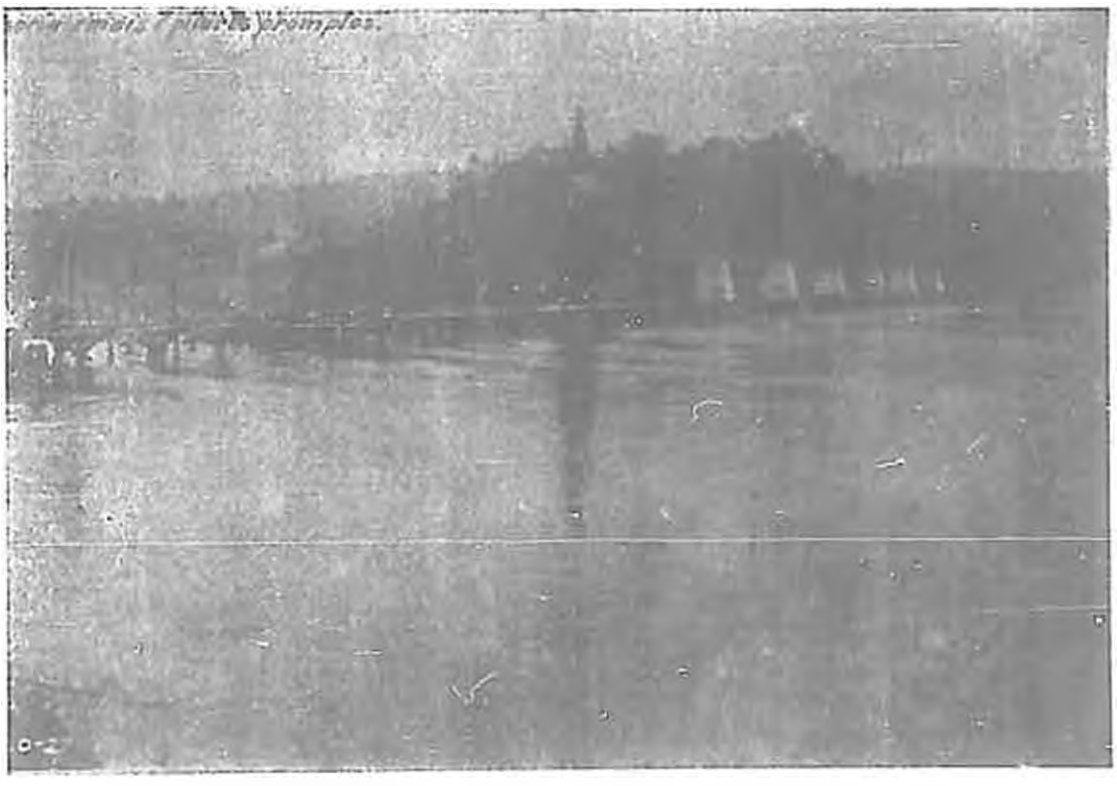
Ponte Rio Doce — Aspecto das obras em andamento



Ponte do Rio Doce — Aspecto da construcção



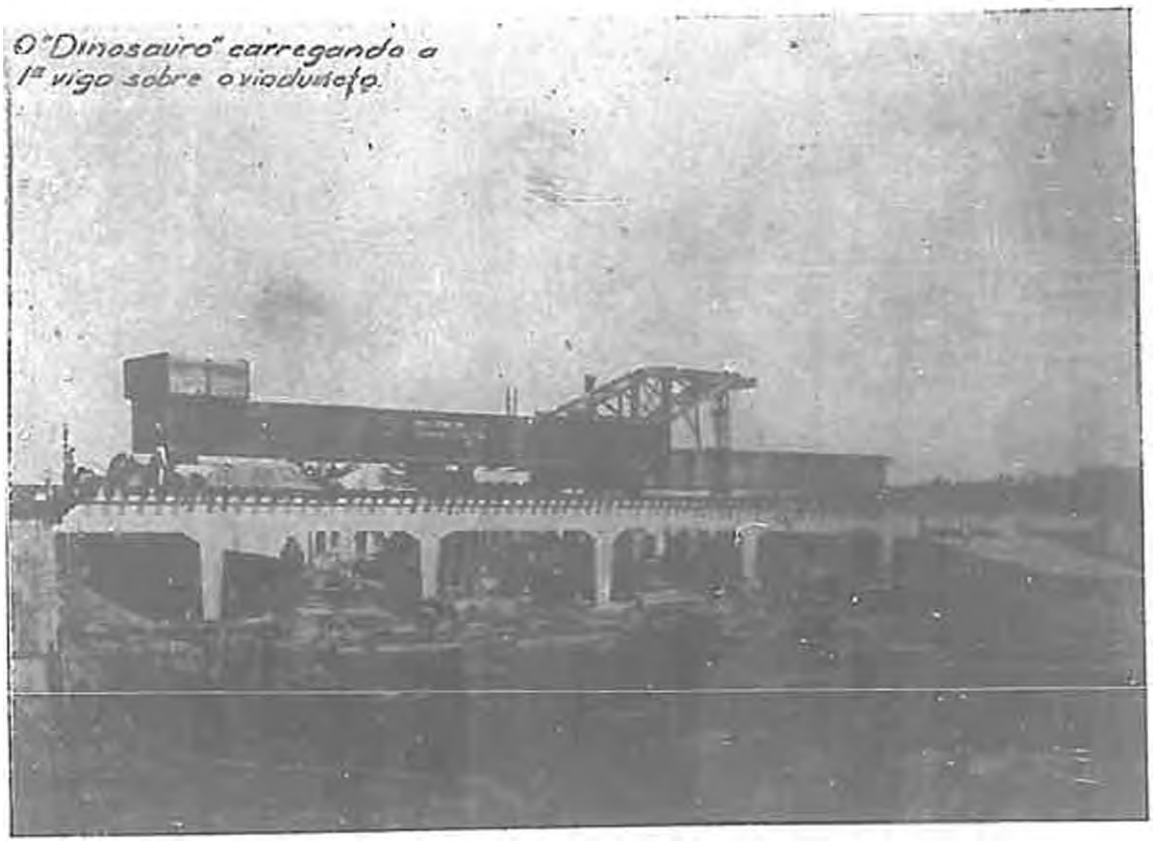
Aspectos de um pilar da ponte sobre o rio Doce, em Collatina, vendo-se destroços trazidos pela enchente



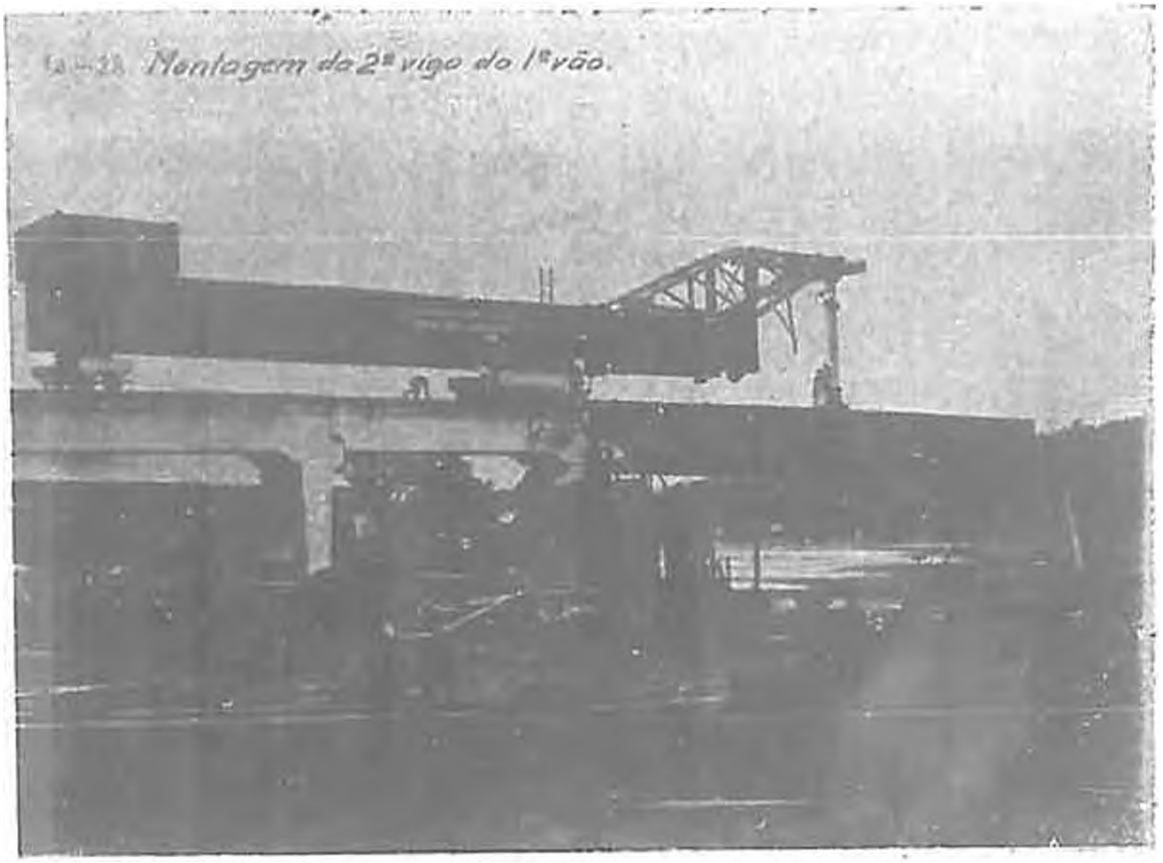
Ponte do Rio Doce — Aspecto da construcção — 1927



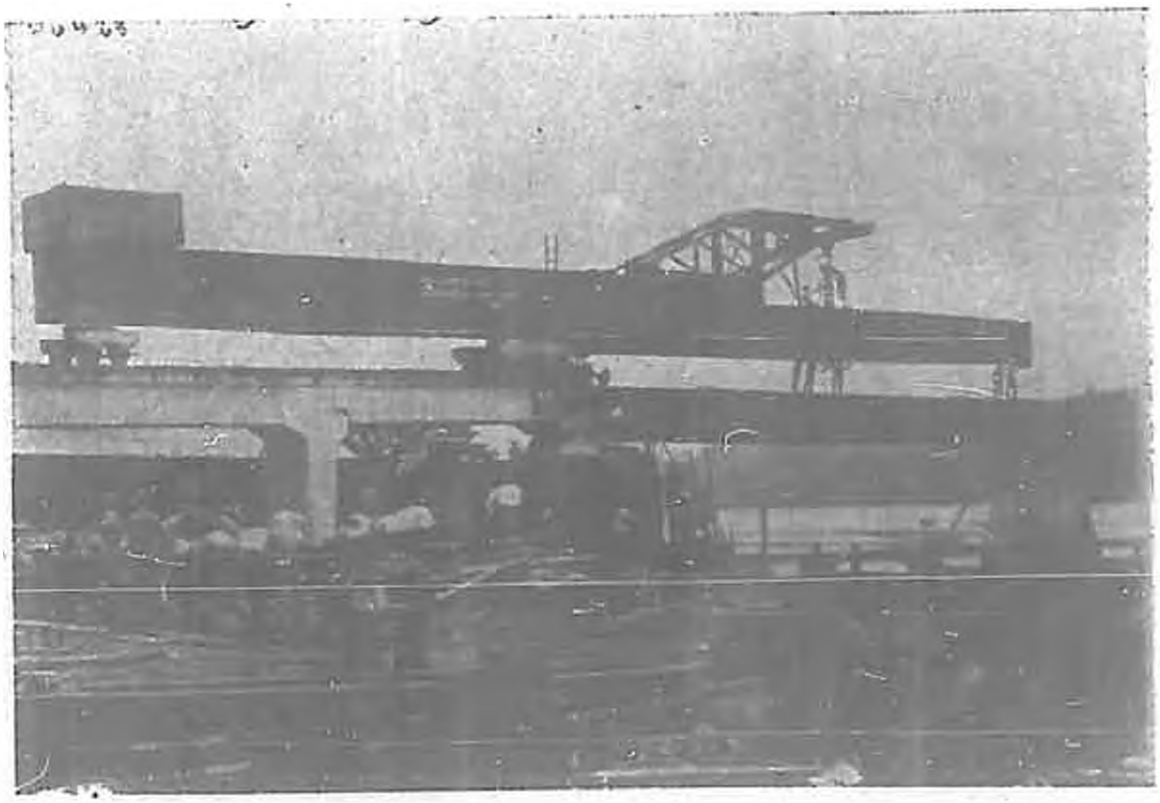
Ponte do Rio Doce — Construcção do accesso á ponte, em cimento armado



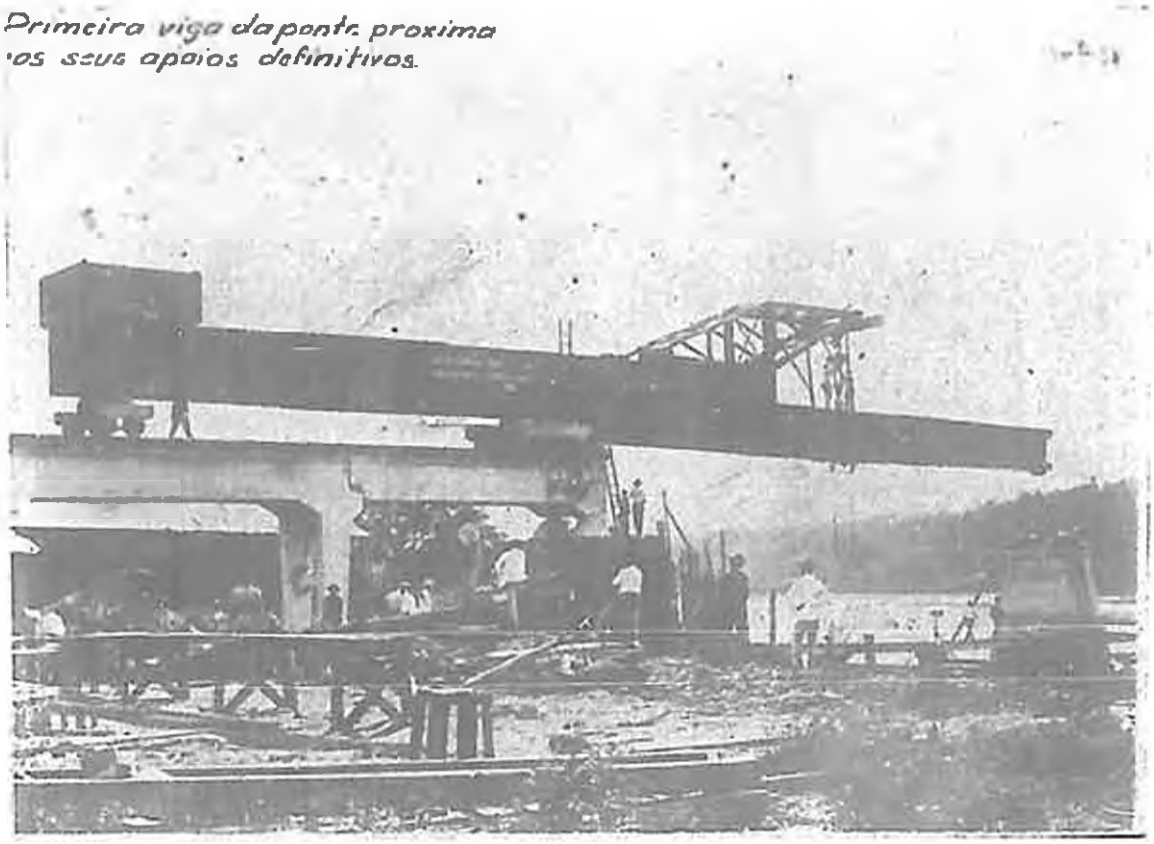
Ponte do Rio Doce — O "Dinosauro" carregando a primeira viga sobre o viaducto



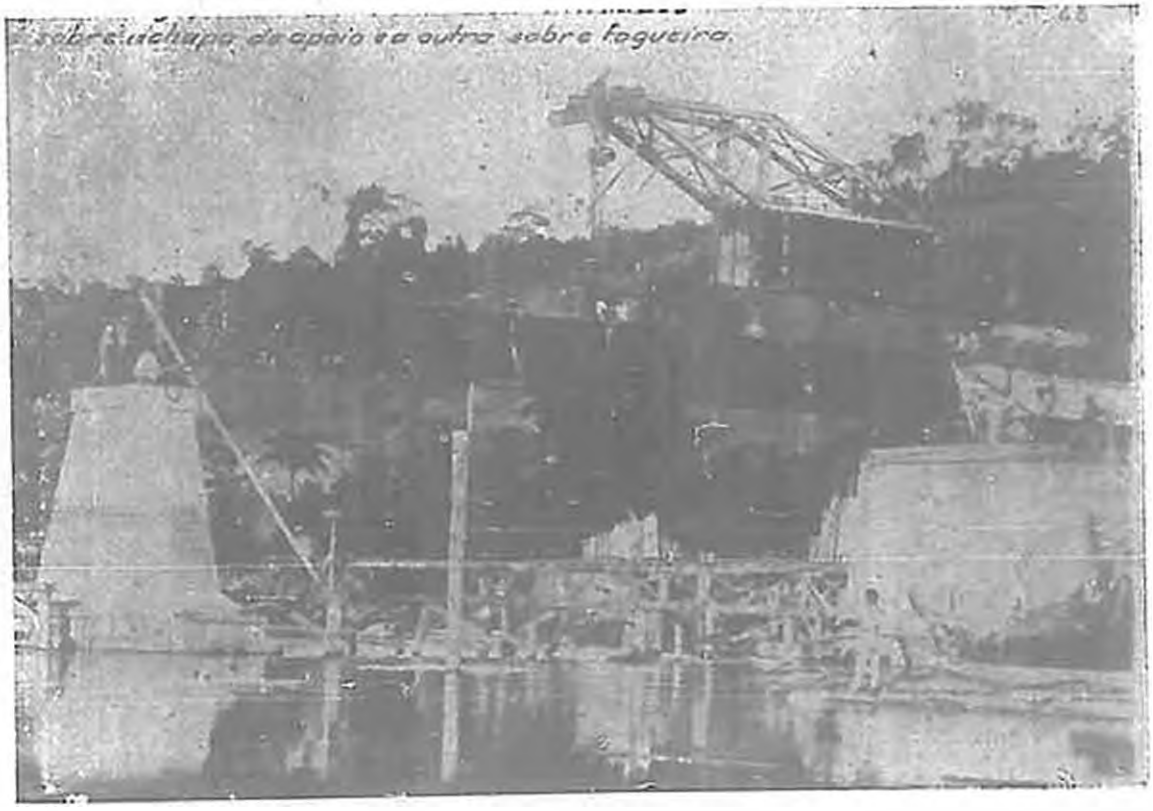
Ponte do Rio Doce — Outra vista do Dinosauro montando uma viga da ponte



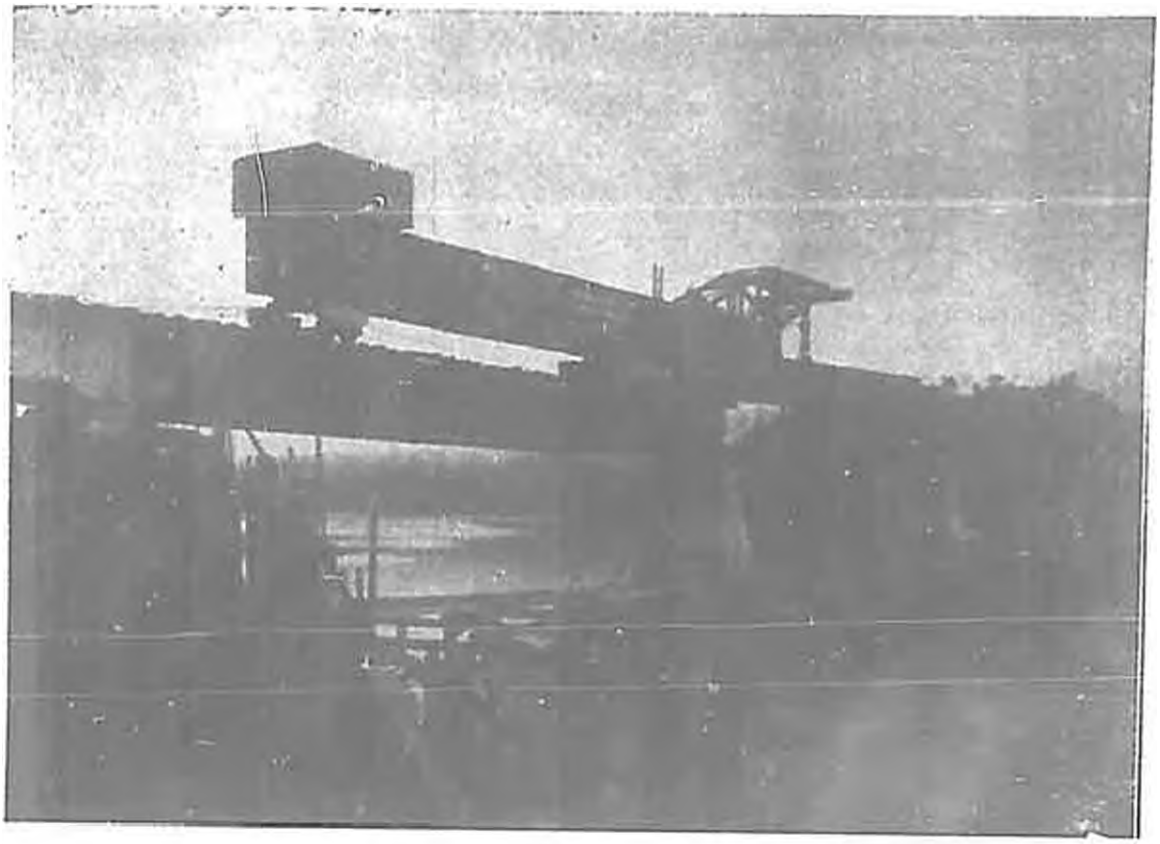
Apparelho de montagem das vigas metallicas da ponte sobre o Rio Doce



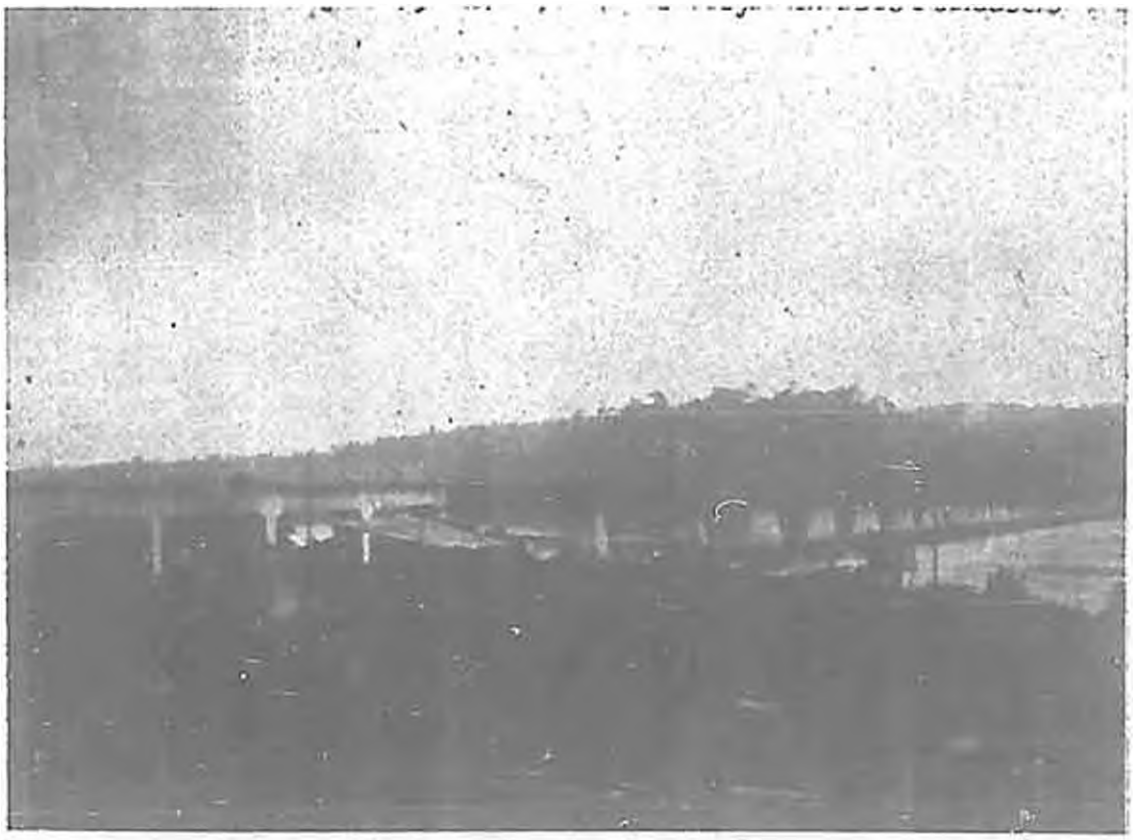
Collocação da 1.ª viga metallica sobre o Rio Doce



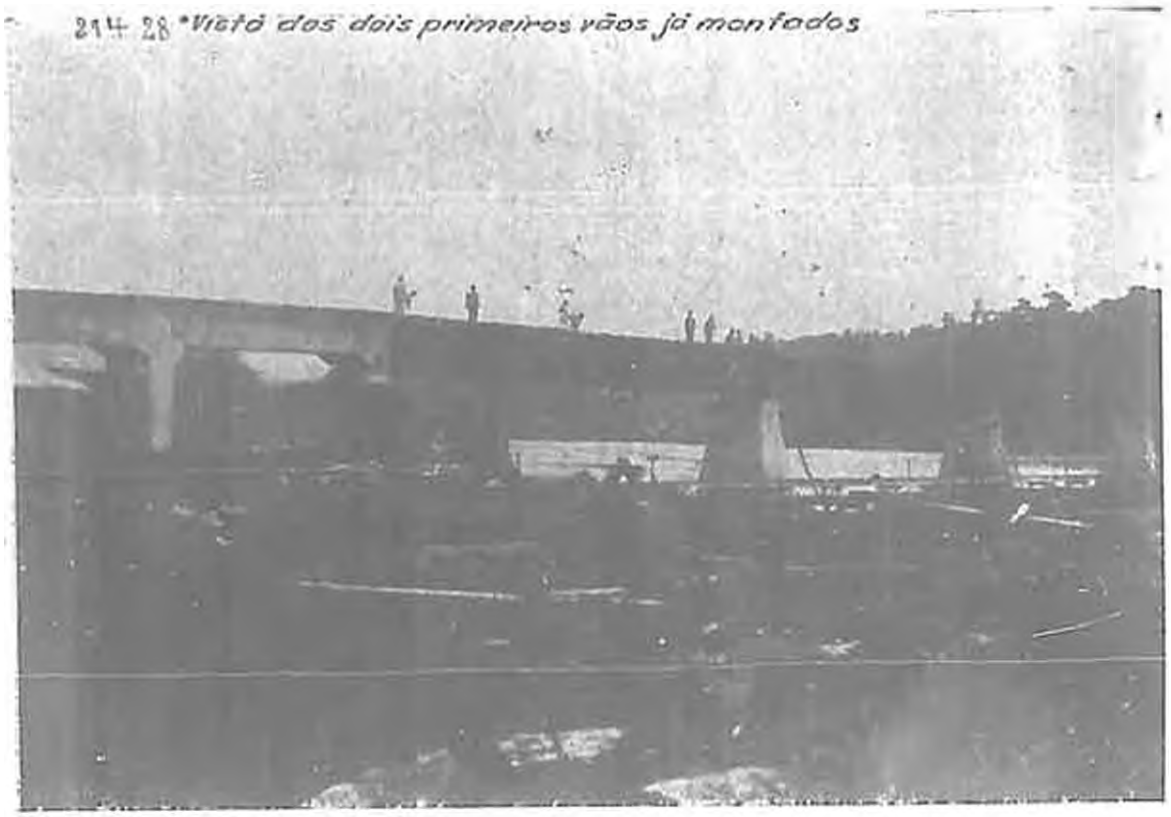
Ponte do Rio Doce — Collocação de uma viga do 1.º vão da ponte — 1928



Ponte do Rio Doce — O Dinosauro collocando as vigas do 2.º vão da ponte — 1928



Aspecto da ponte do Rio Doce com os pilares todos concluidos e dois vãos montados



Ponte do Rio Doce — Vista dos primeiros vãos já montados



Ponte do Rio Doce — Vista do viaducto de accesso á ponte

PONTE SOBRE O RIO DOCE



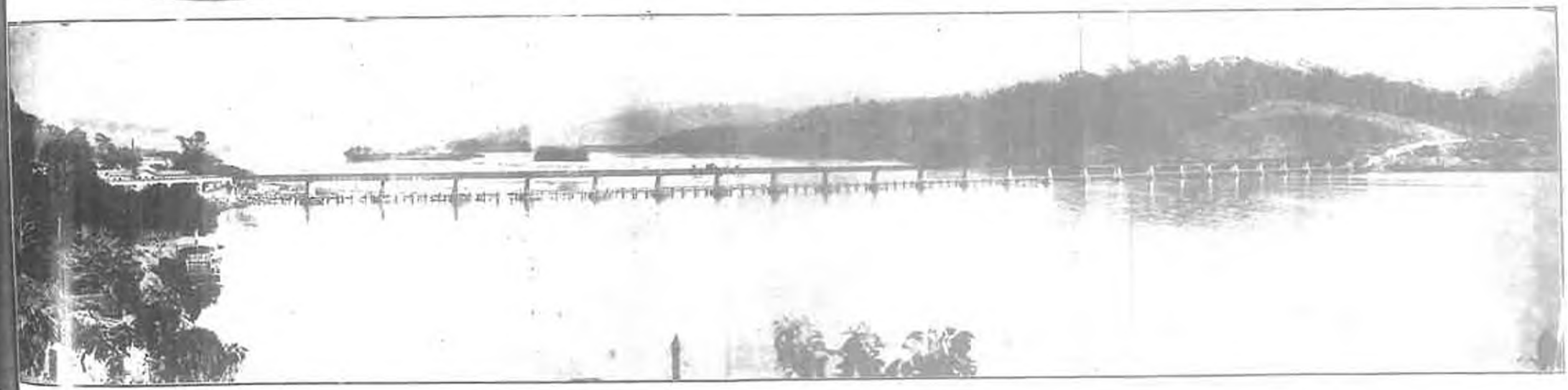
Superestructura projectada, fornecida e montada por

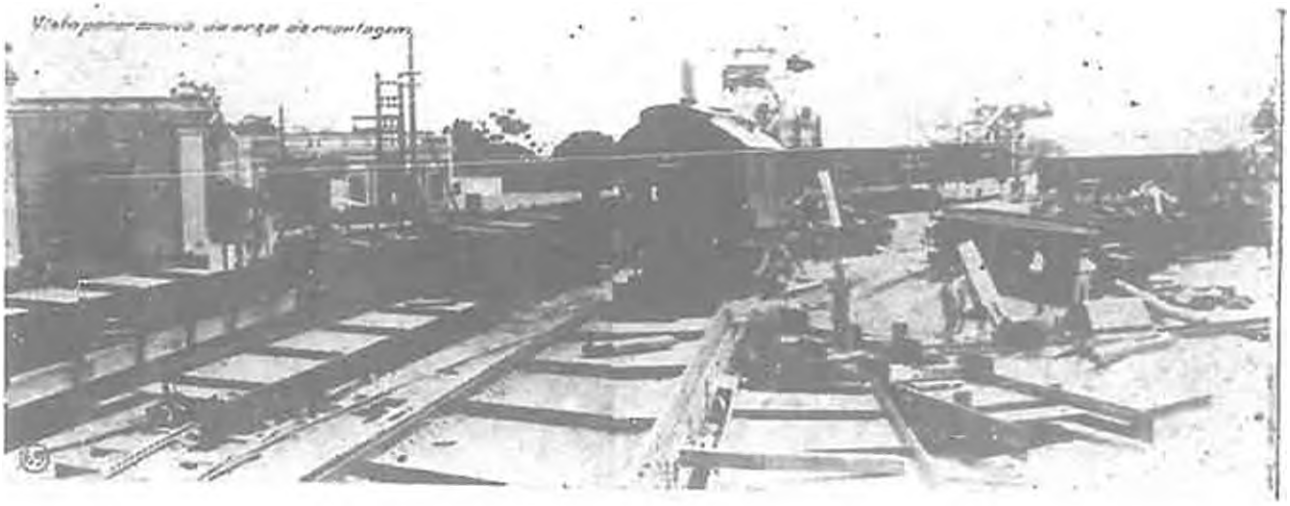
DADOS:

26 vãos de 25 metros.
Vigas de alma cheia para Estrada de Ferro e de Rodagem pesando cada vão 45 toneladas.
22 vãos fazendo 990 toneladas e 572 metros lineares montados em 32 dias.

SOARES DE SAMPAIO & CIA. LTDA.







Ponte do Rio Doce — Serviços de montagem



Vista de Collatina e das obras da Ponte do Rio Doce

Estudo e Locação:

Anno de 1925	54:031$650	
Anno de 1926	86:782$611	
Anno de 1927	42:428$635	
Até Março de 1928	2:850$600	186:043$496

Installação de serviços Barracões:

Anno de 1925	2:754$630	
Anno de 1927	12:786$855	
Anno de 1927	4:239$100	
Até Março de 1928	———	19:780$585

Construcção da Estrada de Ferro:

Com os trabalhos de construcção feitos quer por administração, quer por empreitada, dispendeu-se a quantia de rs..... 369:354$797, assim discriminada:

	Administração	Empreitada	Total	
Anno de 1925:	———	———	———	
Anno de 1926:	53:893$365	35:287$890	89:180$255	
Anno de 1927:	22:815$300	186:903$102	209:718$402	
Até Março de 1928:	———	70:456$140	70:456$140	369:354$797

Transportes:

Com os transportes de pessoal e material dispendemos rs. 14:211$870, como segue:

Anno de 1925	———	
Anno de 1926	11:350$495	
Anno de 1927	2:810$975	
Até Março de 1928	50$400	14:211$870

Conservação da Estrada do Pancas:

Anno de 1925	2:900$000	
Anno de 1926	13:757$949	
Anno de 1927	3:057$000	
Até Março de 1928	———	19:714$949

Construcções das estradas de rodagem Pancas, Nova Venecia e Pancas, N. S. da Penha, Vargem Grande e Aldeamento:

Anno de 1925	24:770$500	
Anno de 1926	147:460$650	
Anno de 1927	7:555$100	
Até Março de 1928	———	179:786$250

Acquisição de caminhão e animaes:

Pela acquisição deste, dispendemos a quantia de rs. 18:800$000, como segue:

Anno de 1925	13:800$000	
Anno de 1926	5:000$000	
Anno de 1927	———	
Até Março de 1928	———	18:800$000

Acquisição de terrenos e bemfeitorias (Indemnisações):

Com a acquisição de terrenos e bemfeitorias, dispendeu-se rs. 21:820$000, como segue:

Anno de 1925	———	
Anno de 1926	———	
Anno de 1927..	20:320$000	
Até Março de 1928	1:500$000	21:820$000
SOMMA		872:340$797

CONTRACTOS

Fabrica de Cimento Monte Libano

Depois de algum tempo em funccionamento, a titulo de experiencia, por parte do Banco do Espirito Santo, acha-se ella de novo parada. O Banco reduzio a cimento o *clinker* que alli estava, garantindo o credito do Estado, segundo expliquei em minha ultima mensagem, tendo fabricado mais algum cimento, entretanto, não obstante a qualidade superior do producto obtido, desistio da exploração permanente. Pela sua natureza, esse genero de industria não offerece remuneração, sinão em larga escala e com infimas despezas de transporte, porem a fabrica não comporta uma grande producção nem as condições de transporte são favoraveis. Para se modificar essa situação seria necessario o emprego de grandes capitaes, o que não convem ao Banco nem ao Estado.

Serraria de Cachoeiro de Itapemirim

Segundo vos informei em minha ultima mensagem, a 21 de Março de 1927 assignei o seu contracto de venda em prestações e vai sendo esse contracto cumprido.

Usina Paineiras

Segundo vos informei em minha ultima mensagem, a firma Mello Mattos & Maciel atravessava uma quadra de difficuldades e para impedir as complicações que resultariam para o Estado e para o Banco do Espirito Santo, bem como consequentes prejuisos, no caso de fallencia daquella firma, resolvi rescindir o contracto respectivo, pagando-lhe o material de almoxarifado, moveis, semoventes, medicamentos, mercadorias, lavouras, creditos de colonos etc. mediante avaliação, saccando contra o Banco do Espirito Santo para credito da dita firma, que assim ficou com seu debito muito reduzido, em conta com esse banco. Ao Banco vendi pelo mesmo preço os creditos de colonos, lavouras, mercadorias etc., ficando para o Estado moveis, semoventes, machinas agricolas e utensilios necessarios á movimentação da usina

A importancia correspondente ficou em debito do Estado com o Banco, para ser liquidada com o producto liquido da usina, ficando em identica situação o credito do Banco. Ficou a cargo do Banco o financiamento e a administração da usina, sem compromisso para o Governo, de supprir fundos.

Do lucro liquido, que se fôr apurando, o Governo terá 30% para amortisação do debito contrahido, o Banco terá 30% para amortisação do seu credito, serão reservados 20% para ampliação das lavouras e 20% para reparos, conservação etc, constituindo fundo de reserva.

O Banco tem augmentado muito as lavouras e conta ter uma safra grande e rendosa em 1929, capaz de deixar quasi desempatada a somma que alli foi empregada, em virtude da combinação acima referida que foi ajustada a titulo precario, mediante correspondencia epistolar.

Contracto Trajano de Medeiros

Continúa arrendada sem dar incommodos ao Governo, dando se podendo prever sobre o fiel cumprimento das obrigações por elle assumidas.

Até este momento só prejuizos tem tido o Estado com esse contracto. Todavia, confio na idoneidade do contractante e se as dependencias diversas de tal negocio o favorecerem, elle tudo fará por desenvolver aquella industria e cumprir seu contracto.

Fabrica de tecidos em Cachoeiro do Itapemirim

Continúa com pouco movimento o seu serviço de serraria, nada embora uma renda pequena, que não deixa margem para a amortisação do capital nella empregado.

Contracto de navegação interior com o Dr. João dos Santos Neves

O contractante tem muito se esforçado pela desobstrucção do rio Barra Secca, para poder exportar madeira e assim promover a

acquisição de recursos com que poderá cumprir seu contracto. Não obstante seu ingente trabalho, não conseguio ainda vencer as difficuldades encontradas e não me consta tenha elle conseguido capitaes sufficientes para a realisação de seu grandioso plano.

Serviços Reunidos de Victoria

Como vos informei, foi em Janeiro de 1926 a direcção desses serviços entregue ao grande engenheiro Dr. Flavio Ribeiro de Castro. Os serviços todos que o constituem tiveram grande desenvolvimento, porém as suas partes componentes exigiam grandes e avultados dispendios com reformas, ampliações e renovações, ao passo que isso não evitou uma quadra penosa de interrupções. Só nos exercicios de 924 a 927 tive necessidade de empregar em taes serviços a avultada quantia de 6.920:545$010 réis, além de toda a renda por elles produzida. Apezar de todo esse enorme capital que eu fui obrigado a empregar, era ainda muito grande o dispendio provavel a fazer, para completar as ampliações e renovações necessarias.

De modo semelhante a installação electrica de Cachoeiro do Itapemirim, embora entregue a uma administração idonea, não inspirava ao Governo a confiança de ficar ao abrigo de despesas grandes e forçadas, além de pouco esperar de sua quota de arrendamento. Lá, como aqui, têm as installações mais de 15 annos de uso, sem renda apreciavel para o Thezouro do Estado, ao passo que só nos annos de 924, 925 e 926 os supprimentos em dinheiro para os chamados "Serviços Reunidos do Itapemirim" ascenderam a 358:973$263 réis.

Contrario como sou á exploração de qualquer industria por parte do Governo, excepto as de transportes, quando foi isso inevitavel, aproveitei a opportunidade que se apresentou, de passar por venda, a uma empreza particular taes serviços, uma vez verificada a sua idoneidade administrativa e financeira. Orientei-me quanto ao contracto respectivo e tabella de preços por outros serviços congeneres em nosso paiz, preferindo exigir mais quanto aos transportes urbanos do que quanto ao consumo de energia electrica, sob suas multiplas formas.

Vendi as duas installações pelo preço global de dose mil contos (12.000:000$000) que cobria todos os dispendios feitos pelo Estado com ambas. Essa venda foi á vista, ficando em deposito uma reserva de 300:000$000 para o Governo levantar depois que estiver habilitado

a dar certos titulos de propriedade ainda não regularisados, tendo ficado um saldo do almoxarifado a apurar, do qual se tem já recebido quantia approximada igual á desse deposito, de sorte que se póde considerar a importancia total da venda como paga.

Tem a empreza compradora "Companhia Central Brasileira de Energia Electrica" procurado ampliar e melhorar os serviços, empregando o capital necessario e tenho de todos os interessados ouvido boas referencias quanto a melhora de tudo e bôa execução dos trabalhos.

Usina Electrica do Ribeirão Calçado

Em seus ultimos mezes de Governo o meu digno antecessor havia resolvido construir uma usina de electricidade no municipio de Calçado, para servir á uma vasta zona do Estado, abrangendo os municipios de Calçado, S. Pedro e Ponte do Itabapoana. Havia elle encommendado o material electrico e hydraulico, o qual paguei quasi todo. Felizmente um capitalista daquella zona, Sr. João Ferreira Soares, resolveu chamar a si a exploração dessa industria e vendendo-lhe o Governo o material adquirido, embora com pagamento a prazo, ficou o Estado exonerado desse novo encargo. O comprador conseguio executar as obras e está fazendo a exploração industrial, sem favor algum do Governo. Ultimamente, requereu elle a dispensa do imposto de transmissão de propriedade para elle poder ter em seu proprio nome os serviços separados, que antes funccionaram com diversos proprietarios, porém defficientes e pouco satisfatorios. Comquanto me pareça razoavel e justo esse pequeno auxilio não tenho autorização legislativa para fazel-o, deixando a vosso estudo a solução conveniente.

Companhia Territorial

Como é de vosso conhecimento, é o Governo grande accionista desta Companhia, tendo grandes interesses presos ao seu progresso.

Tendo eu confiado a sua direcção á grande operosidade, dedicação e competencia do Sr. Dr. Attilio Vivacqua, no cargo de director gerente, auxiliado com efficiencia pelo Sr. Coronel Ildefonso Brito, no de director secretario, desde os primeiros dias de minha administração, é sinceramente desvanecido, que junto transcrevo o officio relato-

rio daquelle digno director, que em poucas palavras traduz o exito completo da sua administração.

"Collatina, 31 de Maio de 1928. — Exmo. Sr. Presidente do Estado. — Tenho a honra de passar ás mãos de V. Exa. os dados annexos referentes á Companhia Territorial, cuja direcção, graças á honrosa confiança de V. Exa., nos foi conferida. Pelo quadro ora enviado verifica-se que, dentro da orientação traçada pelo governo actual, foram expedidos, de Agosto de 1924 a Maio de 1928, titulos correspondentes a 82.068 *hectares e* 5.753 centiares, no valor de 3.996:646$700, e que existem medidos dependentes de escripturas, 6.228 hectares e 7 centiares, no valor approximado de 313:350$000. As vendas representam negocios a prazo e á vista, e o seu beneficio para a colonização se traduz no algarismo, bastante significativo, do numero de familias a que essas vendas correspondem, o qual é de 1.129 A actividade agricola da região exprime-se no indice, tambem animador, attestado pela existencia de 2.350.000 cafeeiros. Collaborando a obra benemerita do desenvolvimento rodoviario do Estado, a Companhia, de accordo com a inspiração de V. Exa. construiu 411 kilometros de caminhos coloniaes, destinados a ligar as principaes zonas do seu extenso patrimonio. Os levantamentos hydrographicos, cuja copia fornecemos á Secretaria de Agricultura, para confecção do mappa do Espirito Santo, attingiram a um total de 836 kilometros.

E'-nos grato assignalarmos que o compromisso da Companhia para com o Estado e o Banco do Espirito Santo, verificado no inicio de nossa gestão no valor de 1.958:762$109, proveniente de compras de terrenos e da Serraria de Barbados, e de indemnisação a Chagas Lino & Cia. consequente á rescisão do contracto de arrendamento de mattas, se acha reduzido a 108:800$099, da conta do Estado, e cujo resgate esperamos fazer durante o periodo do nosso mandato.

Com a mais viva sinceridade, reiteramos a V. Exa. os nossos agradecimentos pelas provas de confiança com que nos tem distinguido.

Com elevado apreço e a mais distincta consideração, subscrevemos-nos, apresentando a V. Exa. as nossas respeitosas saudações. — Companhia Territorial *Attilio Vivacqua, Director-Gerente.* — *Ildefonso Brito,* Director-Secretario".

Vendas effectuadas pela "Companhia Territorial", constantes de titulos expedidos a prazo e a vista

SEMESTRES	Areas vendidas	Preços das vendas
Segundo de 1923	10.620,300	58:620$000
Primeiro de 1924	3.525,000	24:543$000
Segundo de 1924	54.477,841	305:128$400
Primeiro de 1925	133.737,859	661:414$100
Segundo de 1925	101.756,430	575:403$200
Primeiro de 1926	166.102,595	657:650$000
Segundo de 1926	167.239,328	781:831$000
Primeiro de 1927	93.963,195	469:390$000
Segundo de 1927	72.181,530	386.280$000
Primeiro de 1928 até 30/V.	31.226,975	159:350$000
Total .. .. Metros	834.831,053	4.079:809$700

AREAS

Terrenos contractados e medidos, dependentes de escriptura. ..	62.287,000	Preço sujeito a modificação..	313:350$000
TOTAL GERAL	997.118,053 M2.		4.393:159$000

Numero de familias correspondente ás áreas acima.. ..	1.129
Numero de caféeiros em terrenos da Companhia.	2.350.000
Extensão das estradas construidas pela Companhia ..	411 kilometros
Levantamentos hydrographicos..	836 kilometros

Por essa exposição se verifica que dentro de 4 ou 5 annos proximos, só o imposto sobre a exportação do café produzido nos terrenos vendidos pela Companhia Territorial, que não representam alli a vigesima parte dos terrenos devolutos disponiveis e excellentes, cobre todas as despezas de juros e amortizações do capital que acabo de empregar na construcção da ponte do rio Doce.

Petroleo

Como é de vosso conhecimento, o Governo se comprometteu a auxiliar as sondagens que pretendiam fazer os Srs. Vivacqua, Irmãos & Cia., e John William Richardson, com uma quantia igual a que elles dispendessem até o limite de 400:000$000, para essa exploração. Elles mandaram vir um geologo e têm feito estudo em varias zonas, entretanto, tendo o preço do dollar se elevado de 6$500 a 8$300, tornou-se muito alta a somma a dispender com machinismo e isso impediu que se fizesse a compra do material necessario.

Presentemente o Governo espera obter por emprestimo do Governo Federal, ou por outra forma, a sonda com os respectivos accessorios, de modo a não ter a despeza enorme que isso representa.

Contractos diversos, com Raulino Costa para serraria, e outros referidos em mensagens anteriores

Não têm soffrido alteração.

Contracto com Elpidio Wanderley e Herculano Leal, para montagem de serraria e exportação de madeiras

Tendo elles cumprido uma parte do contracto e desanimado quanto á serraria e exportação de madeira, em face das difficuldades de accesso ao porto de Riacho, transformei esse contracto em outro somente de colonisação, nos termos da lei de terras n. 1.148.

Foi, o que acabo de expor, com bastantes detalhes nesta mensagem relatorio, tudo que me pareceu conveniente e opportuno fazer, dentro das possibilidades financeiras do Estado, a bem do seu progresso e desenvolvimento.

Empreguei o meu melhor esforço em zelar pela boa arrecadação das rendas e sua rigorosa applicação. Quanto ás relações do Governo com o publico, funccionarios e todas as classes da administração, em geral, usei sempre da maior cordura, tive sempre a maior serenidade e a extrema preoccupação de ser justo em todos os meus actos.

Deixarei, dentro em poucos dias, o alto posto que me foi confiado, com a tranquillidade de quem procurou sempre corresponder ás attribuições desse alto cargo.

A' vossa competencia e reconhecido amor ao Estado e á Nação fica a continuação, junto ao meu digno successor, da obra de cooperação pelo bem geral que commigo realisastes, com tanta elevação.

Victoria, 15 de Junho de 1928.

Florentino Avidos

ERRATA

Pag. 36 — linha 36 — leia-se: *de 24 a 30 de Novembro de* 1926
" 37 — " 26 — leia-se: *de* 12 *de Dezembro de* 1926
" 40 — " 29 — leia-se: *O meu Governo soube dispensar...*
" 105 — " 8 — leia-se: 775 *francos*
" 106 — " 13 — leia-se: (*a* 325 *réis*)
" 108 — " 9 — leia-se: *consultar aos portadores*
" 110 — " 32 — leia-se: *considerai-o completo e desvanecer me de...*
" 113 — " 4 — leia-se: 134.032:000$000
" 114 — " 18 — leia-se: 6.310:205$000
" 135 — " 16 — leia-se: *Na reunião*
" 136 — " 12 — leia-se: *De* 21 *de Dezembro de* 1917
" 139 — " 32 — leia-se: *Dividido*
" 142 — " 16 — leia-se: *Fiscalisação da exportação*
" 152 — " 10 — leia-se: *Soffridos em consequencia dos actos*
" 152 — " 28 — leia-se: *Absorvendo-lhe*
" 153 — " 27 — leia-se: *qui recommandera*
" 154 — " 20 — leia-se: *suffisante*
" 154 — " 25 — leia-se: *consultation* — leia-se: *et pour*
" 155 — " 10 — leia-se: *pour*
" 157 — " 23 — leia-se: *en* 1915 — 1916
" 163 — " 20 — leia-se: *pas*
" 163 — " 28 — leia-se: *seroient*
" 163 — " 43 — leia-se: *demander la devolution*
" 191 — " 26 — leia-se: *com os do segundo e terceiro annos*
" 197 — " 17 — leia-se: *raças finas*
" 214 — " 14 — leia-se: *comprehendem*
" 218 — " 29 — leia-se: *atravessado*
" 220 — " 25 — leia-se: *aos estudos*
" 225 — " 26 — leia-se: *dividido em* 11 *vãos*
" 242 — " 16 — leia-se: *acha-se a Estrada*
" 243 — " 2 — leia-se: *com a cobertura, reboco e*
" 243 — " 32 — leia-se: *forçados*
" 245 — " 26 — leia-se: *quanto a conservação do...*
" 255 — " 3 — leia-se: *como solução*
" 275 — " 33 — leia-se: *correu nos annos...*
" 281 — " 4 — leia-se: *de calçamento...*
" 283 — " 32 — leia-se: *Em* 1924 *dispendeu-se...*
" 284 — " 17 — leia-se: *Constou do recuo...*
" 290 — " 20 — leia-se: *Melhoramentos de Victoria, diversas...*
" 304 — " 17 — leia-se: *decretada pelo Governo Federal e sanccionada...*
" 304 — " 23 — leia-se: *para executar e explorar*
" 307 — " 9 — leia-se: *caes de sanamento*
" 326 — " 36 — leia-se: *houvesse outros locaes em que se...*
" 336 — Transposição das linhas 18 e 25 da pag. 336.
" 337 — linha 26 — leia-se: *quando fôr isso inevitavel*

ESTRADA DE FERRO ITAPEMIRIM

DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS FEITAS COM OS SERVIÇOS DE ABRIL A DEZEMBRO DE 1926 COM OBRAS NOVAS E RECONSTRUCÇÕES

MEZES	Trafego e Movimento		Via Permanente		Auxilio á Via Permanente		Variante de Ouvidor		Linha Telephonica		Estação de Bahia e Minas	
	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Pessoal	Material
Abril	5:690$200	2:276$080	5:293$400	824$000	1:358$250	135$800	3:816$600	381$800	158$600	31$800	288$750	86$100
Maio	8:271$200	3:308$480	10:529$700	1:579$450	8:862$050	886$200	8:578$700	857$500	720$000	144$000	1:800$000	540$000
Junho	10:615$000	4:296$000	10:386$875	1:528$020	3:247$250	324$700	15:923$250	1:592$500	628$000	125$800	2:150$000	645$000
Julho	12:116$650	4:486$560	10:524$750	1:578$710	2:752$000	275$200	22:203$025	2:220$300	667$400	133$400	815$000	423$000
Agosto	13:717$550	5:487$020	11:248$025	1:687$200	3:513$850	351$300	19:793$900	1:979$400	2:275$000	455$000	—	—
Setembro	13:701$499	5:480$000	11:980$000	1:797$000	3:017$250	301$700	16:595$475	1:659$700	1:860$000	372$000	—	—
Outubro	12:183$498	4:873$400	11:130$375	1:669$500	2:690$875	269$000	9:968$125	996$000	2:030$000	406$000	—	—
Novembro	11:840$666	4:736$300	16:208$800	2:404$200	2:434$625	243$400	7:525$050	752$600	1:335$000	267$000	—	—
Dezembro	11:843$666	4:737$400	17:375$000	2:606$250	1:028$875	103$000	10:890$700	1:089$000	182$000	80$000	—	—
TOTAES	99:979$929	40:041$940	104:476$875	15:674$330	28:965$025	2:890$300	115:290$425	11:528$800	9:857$100	2:614$200	5:113$750	1:703$400

MEZES	Obras d'arte		Barracão na Barra		Estação da Barra		Ramal da Cidade		Estação de Maratahyaca		Estrada de Ferro Litoral	
	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Pessoal	Material
Abril	2:070$000	621$000	1:394$500	620$500	—	—	—	—	—	—	—	—
Maio	2:922$750	876$000	2:897$240	1:508$400	5:043$300	1:512$900	—	—	—	—	—	—
Junho	2:005$625	601$500	—	—	6:700$250	2:010$000	2:643$750	396$800	—	—	—	—
Julho	5:104$485	1:531$200	—	—	2:075$720	622$500	1:027$500	153$900	4:351$435	1:245$300	—	—
Agosto	6:469$360	1:940$700	—	—	967$500	290$100	—	—	5:572$110	1:073$700	4:710$500	706$000
Setembro	8:943$125	2:683$560	1:052$250	50$500	186$000	55$800	1:005$000	140$500	—	—	5:486$000	822$900
Outubro	7:520$100	2:256$600	—	—	3:883$250	1:164$900	1:268$000	180$000	—	—	13:260$475	1:989$000
Novembro	9:413$325	2:823$900	279$250	140$100	—	—	—	—	—	—	13:095$098	1:964$200
Dezembro	8:655$150	2:596$500	307$000	102$800	—	—	—	—	—	—	20:613$191	3:091$500
TOTAES	53:104$480	15:930$900	5:042$240	2:422$300	18:856$020	5:656$200	5:945$250	863$800	7:731$545	2:319$000	57:165$264	8:573$600

MEZES	Variante da Safra		Estrada de Rodagem		Estação de Ouvidor		Estação da Villa		Serviços por Empreitadas		Cercas de arame	
	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Pessoall	Material	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Pessoal	Material
Abril	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Junho	—	—	—	—	—	—	—	—	3:020$487	—	—	—
Julho	—	—	—	—	—	—	—	—	3:040$487	—	—	—
Agosto	—	—	—	—	—	—	—	—	5:416$689	—	—	—
Setembro	4:310$125	431$000	716$000	71$600	—	—	2:707$950	821$000	3:357$764	—	—	—
Outubro	3:786$275	378$600	1:911$500	191$100	3:506$150	1:503$000	—	—	6:314$988	—	12:288$300	3:809$860
Novembro	3:094$975	609$400	970$875	97$100	1:495$500	850$300	—	—	7:456$741	—	12:084$700	3:608$040
Dezembro	2:628$525	562$800	1:944$375	195$000	1:579$700	858$500	—	—	—	—	—	—
TOTAES	13:819$900	1:981$800	5:542$750	554$800	6:581$800	3:211$800	2:707$950	821$000	28:607$156	—	24:373$000	7:417$900

ESTRADA DE FERRO ITAPEMIRIM

DEMONSTRAÇÃO DAS DESPEZAS FEITAS COM OS SERVIÇOS DE JANEIRO Á DEZEMBRO DE 1927 COM OBRAS NOVAS E RECONSTRUCÇÕES

MEZES	Trafego e Locomoção		Via Permanente		Officina Mechanica		Variante do Ouvidor		Variante da Safra		Variante do Degredo		Estudos da Variante de Limoeiro	
	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Pessoal	Material
Transporte de 1926.	99:079$020	40:041$840	104:476$925	15:674$330	—	—	115:290$425	11:528$800	13:619$980	1:981$800				
Janeiro.	11:711$728	7:319$382	12:070$375	17:319$932	—	—	8:186$630	13:588$272	4:097$295	5:420$630				
Fevereiro.	14:152$490	5:865$278	11:629$825	15:865$278	—	—	4:096$020	26:480$980	3:783$666	5:292$750				
Março	15:929$083	6:525$526	11:617$325	16:594$780	—	—	—	—	8:109$500	8:414$300				
Abril.	15:690$041	5:987$682	10:424$750	12:353$604	—	—	—	—	—	—				
Maio.	18:338$043	2:826$795	12:250$000	24:437$430	—	—	—	—	—	—				
Junho.	13:588$660	5:777$612	11:762$125	19:486$116	5:661$625	3:513$720	—	—	—	—	2:532$000	3:342$720		
Julho.	14:508$500	6:393$990	16:560$000	18:535$300	6:525$750	3:886$185	—	—	—	—	2:000$000	4:117$990		
Agosto.	15:374$081	7:894$460	17:338$975	18:792$700	5:963$750	6:507$893	—	—	—	—	—	—		
Setembro	15:128$816	6:956$978	14:081$775	18:379$758	5:224$000	9:397$975	—	—	—	—	—	—		
Outubro.	16:623$888	10:688$005	16:628$100	17:641$050	6:010$650	2:614$900	—	—	—	—	—	—	×218$00	
Novembro.	16:763$925	10:506$505	17:566$450	18:546$800	7:215$850	2:172$295	—	—	—	—	—	—	—	
Dezembro	16:473$966	5:602$709	18:567$975	14:231$050	6:823$875	2:632$190	—	—	—	—	—	—	—	
TOTAES	284:367$150	122:389$412	275:574$100	227:858$328	42:906$400	32:925$466	127:573$075	61:527$152	30:410$355	19:117$480	1:350$000	7:460$710	×218$00	

MEZES	Obras d'Arte		Construcção do Almoxarifado		Carpintaria		Ramal da Cidade (Administ.)		Ramal da Cidade (Empreit		Ramal de Barrinha		Estação da Safra	
	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Medições	Material	Pessoal	Material	Pessoal	Material
Transporte de 1926.	53:104$480	15:[illegible]	—	—	—	—	5:945$250	863$800	100:171$982					
Janeiro.	5:197$620	2:157$740	144$970	337$270	2:420$130	399$584	307$080	11:173$080	12:936$277					
Fevereiro.	3:173$760	332$186	—	—	294$240	1:117$600	—	—	—	—				
Março	2:624$330	321$263	—	—	3:486$750	1:392$686	—	—	—	—	1:281$340			
Abril.	3:774$350	183$067	348$920	115$000	4:679$240	2:091$828	—	—	—	—	1:803$290	—	1:378$00	1:610$000
Maio.	3:849$040	748$00	—	—	5:922$900	227$455	6:262$740	9:646$433	—	—	2:589$950	—	—	6:432$640
Junho.	2:962$914	196$767	—	—	3:267$079	615$541	5:404$864	7:891$740	—	—	591$072	—	—	4:136$120
Julho.	4:446$920	793$537	227$700	892$730	5:508$220	504$238	4:780$760	9:832$690	—	—	—	—	—	8:430$,0
Agosto.	5:110$000	1:022$250	—	—	6:852$280	2:075$803	3:471$080	10:342$700	—	—	—	—	—	—
Setembro	4:993$507	1:773$900	—	—	5:432$089	706$080	1:326$656	1:581$725	—	—	—	—	—	—
Outubro.	5:041$250	1:166$460	—	—	5:665$820	1:356$350	—	—	—	—	—	—	—	—
Novembro.	5:325$100	2:819$252	—	—	5:652$900	1:330$400	—	—	—	—	—	—	—	—
Dezembro.	10:479$384	2:936$840	—	—	4:841$764	2:634$329	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAES	109:972$765	27:573$202	733$590	1:345$000	55:962$712	15:353$945	27:498$430	50:694$868	113:108$259	—	6:314$652	—	1:378$00	21:410$000

MEZES	Estação de Palmeiras		Auxilio á Via Permanente		Cercas de arame empreitadas		Linha Telephonica		Const. e montag. das officinas		E. F. do Littoral (Administ.)		E. F. do Littoral (Empreit.)	
	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Pessoal	Material	Medições	Barracas e Mat.
Transporte de 1926.	—	—	28:905$025	2:890$300	24:373$000	7:417$900	9:857$100	2:014$300	—	—	57:163$264	8:573$800	—	—
Janeiro.	—	—	85:210	—	—	—	—	—	—	—	34:488$139	—	3:426$215	2:350$000
Fevereiro.	—	—	287$970	—	—	—	—	821$500	—	—	35:067$000	—	8:360$847	4:078$700
Março	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	39:578$896	—	9:754$315	—
Abril.	—	—	7:011$520	—	—	—	—	—	—	—	36:358$440	—	6:467$592	1:852$000
Maio.	—	—	4:719$780	—	—	—	—	—	—	—	49:208$865	26:492$170	8:601$471	—
Junho.	3:096$600	2:882$700	7:353$894	—	—	—	—	—	—	—	39:023$533	9:549$540	—	—
Julho.	5:190$570	2:244$000	4:578$720	—	—	—	—	—	—	—	45:022$681	36:837$460	19:436$360	—
Agosto.	5:041$840	1:230$000	4:846$030	—	—	—	—	—	—	—	53:395$289	44:950$000	23:518$083	—
Setembro	4:684$754	1:688$300	4:850$626	—	—	—	—	1:120$000	—	—	46:135$010	—	—	—
Outubro.	5:840$220	2:113$600	4:345$100	—	—	—	—	—	—	—	53:198$432	—	15:567$102	—
Novembro.	3:334$600	1:193$050	3:517$800	—	—	—	—	—	—	—	57:489$466	50:065$857	—	—
Dezembro.	3:005$010	467$050	4:321$745	—	23:609$000	5:736$000	—	—	—	9:375$000	37:570$866	118:663$000	16:193$017	—
TOTAES	30:193$654	11:818$600	74:627$120	2:890$300	47:373$000	13:147$900	9:857$100	3:955$700	—	9:375$000	583:771$879	285:131$727	113:115$102	11:080$700

GR=12 ×

ANNEXO Nº 3

BALANÇO GERAL PROCEDIDO PELO SNR. APRIGIO FREIRE, GERENTE DA E. F. ITAPEMIRIM EM 31 DE DEZEMBRO DE 1927

ACTIVO

Via permanente		3.141:013$428
Obras d'arte		48:431$434
Estações e Paradas		16:928$000
Moveis & Utensilios		22:921$000
Material Rodante		696:000$000
Cauções		360$000
Vehiculos		23:327$900
Receitas a Cobrar		848$080
Responsaveis		1:211$419
Caixa		15:459$831
Contas Correntes		1.031:231$736
Pharmacia		5:860$500
Almoxarifado		152:807$278
Immoveis		1:300$000
Armazem		93:217$800
Thesouro do Estado c/prejuizos		616:460$652
Machinas	93:690$269	
Despesas com reparação e construcção de material rodante	75:831$808	169:522$077
Obras novas e reconstrucções:		
Serviços executados por Seabra & Nobre, em 1926	60:000$000	
Serviços concluidos em 1926	96:871$091	
Idem, idem, este anno	491:371$104	
Serviços em andamento, estando incluido nesta parcella as medições de Seabra & Nobre, de maio de 1926 a Fevereiro de 1927	929:398$108	1.017:479$239
		7.086:379$494

PASSIVO

Thesouro do Estado c/patrimonio	3.950:210$559
Obrigações a pagar	12:000$000
Descontos Diversos	5:190$627
Contas Correntes	183:906$492
Depositos	600$550
Folhas a Pagar	221:361$301
Thesouro do Estado c/supprimento	773:172$000
Renda Alheia	1:031$953
	7.086:379$494

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS & PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1927

DEBITO

Tracção e Material Rodante	116:593$300
Secções	646$300
Trafego c/movimento	290:103$262
Via-Permanente c/custeio	503:163$262
Receitas gratis	15:780$500
Indemnizações	4:265$700
Despesas Geraes	39:132$525
Reparação e Cons. Material Rodante	33:357$810
Combustiveis	103:557$700
	1.106:829$525

CREDITO

Renda Propria	470:800$863
Fracção e Abatimentos	75$000
Juros e Descontos	367$220
Commissões	565$940
Pharmacia	17:561$940
Governo do Estado c/prejuizos	616:460$652
	1.106$829$525

Cachoeiro de Itapemirim, 31 de Janeiro de 1928.

(a) ANTONIO ROCHA

(a) APRIGIO FREIRE.
Gerente da E. de F. Itapemirim

ANNEXO Nº 3

BALANÇO GERAL PROCEDIDO PELO SNR. APRIGIO FREIRE, GERENTE DA E. F. ITAPEMIRIM EM 31 DE DEZEMBRO DE 1927

ACTIVO

Via permanente		3.141:013$128
Obras d'arte		48:431$131
Estações e Paradas		16:928$000
Moveis & Utensilios		22:921$000
Material Rodante		636:000$000
Cauções		360$000
Vehiculos		23:327$000
Receitas a Cobrar		818$000
Responsaveis		1:211$419
Caixa		15:459$831
Contas Correntes		1.021:231$736
Pharmacia		5:860$500
Almoxarifado		152:807$278
Immoveis		1:300$000
Armazem		93:217$000
Thesouro do Estado c/ prejuizos		618:160$652
Machinas	93:600$269	
Despesas com reparação e construcção de material rodante	75:831$808	169:522$077
Obras novas e reconstrucções:		
Serviços executados por Scabra & Nobre, em 1926	40:000$000	
Serviços concluidos em 1926	16:871$091	
Idem, idem, este anno	191:371$108	
Serviços em andamento, estando incluido nesta parcella as medições de Scabra & Nobre, de maio de 1926 a Fevereiro de 1927	938:398$108	1.017:179$239
		7.086:379$491

PASSIVO

Thesouro do Estado e patrimonio	3.950:210$539
Obrigações a pagar	12.000$000
Descontos Diversos	1.190$627
Contas Correntes	139.906$492
Depositos	606$550
Folhas a Pagar	227.361$301
Thesouro do Estado c/ supprimento	2.755.172$007
Renda Alheia	1.931$955
	7.086:379$491

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS & PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1927

DEBITO

Tracção e Material Rodante	116:593$300
Secções	546$300
Trafego c/movimento	290:163$262
Via-Permanente c/custeio	503:163$262
Receitas gratis	15:780$500
Indemnizações	4:265$700
Despesas Geraes	39:132$525
Reparação e Cons. Material Rodante	33:357$810
Combustiveis	103:557$700
	1.106:829$525

CREDITO

Renda Propria	170.800$863
Fracção e Abatimentos	75$000
Juros e Descontos	367$220
Commissões	365$940
Pharmacia	16.561$940
Governo do Estado c/ prejuizos	618:160$652
	1.106:829$525

Cachoeiro de Itapemirim, 31 de Janeiro de 1928.

(a) ANTONIO ROCHA

(a) APRIGIO FREIRE
Gerente da E. de F. Itapemirim

GR=10 X

ANNEXO Nº 4

ESTRADA DE FERRO ITAPEMIRIM

Estatistica das estações em geral, das passagens emittidas de Junho á Dezembro de 1926

1926	Singelas.		Ida e Volta		TOTAL GERAL
ESTAÇÕES	1.ª Classe	2.ª Classe	1.ª Classe	2.ª Classe	
Barra	———	———	———	———	———
Maratahyses	644	943	78	62	1.727
Villa..	1.091	1.455	———	———	2.546
Muquy	115	663	———	———	778
Paineiras	1.860	2.411	———	———	4.271
Ouvidor	117	908	———	———	1.025
Safra..	———	———	———	———	———
Cachoeiro	1.969	3.183	393	193	5.738
Sommas totaes	5.796	9.563	471	255	16.085

Contadoria da Estrada de Ferro Itapemirim, em 31 de Dezembro de 1927

(a) *APRIGIO FREIRE*
Gerente da Estrada de Ferro Itapemirim

ESTRADA DE FERRO ITAPEMIRIM

ANNEXO Nº 5

ESTATISTICA DAS ESTAÇÕES EM GERAL, DAS ENCOMMENDAS, BAGAGENS, MERCADORIAS DIVERSAS, CAFÉ, CIMENTO, MADEIRA, CANNA E LENHA, ASSUCAR, EXPORTADAS DE JUNHO A DEZEMBRO DE 1926

ESTAÇÕES	Bagagens e encommendas		Mercadorias diversas		Café		Cimento		Madeira		Canna e Lenha		Assucar	
	Volumes	Peso	Volumes	Peso	Volumes	Peso	Volumes	Peso	Volumes	Peso	Wagons	Peso	Volumes	Peso
Maratahyses	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Barra	273	9.661	19.830	1.026.379	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Villa	135	4.054	6.043	316.471	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Iuquy	105	5.312	641	32.338	—	—	—	—	—	—	1.680	10.046.160	—	—
aineiras	319	18.014	2.384	98.822	221	13.260	—	—	—	—	—	—	15.261	915.660
Ouvidor	88	3.949	277	18.515	—	—	—	—	1	10.000	1.650	12.490.400		
Cachoeiro	1.605	41.882	14.066	915.556	33	1.939	409	20.352	54	64.510	—	—		
Totaes	2.525	82.872	43.241	2.408.125	254	15.199	409	20.352	55	74.510	2.680	22536.560	15.261	915.660

ESTRADA DE FERRO ITAPEMIRIM

ANNEXO N.° 6

ESTATISTCA DAS ESTAÇÕES EM GERAL, DAS ENCOMMENDAS, BAGAGENS, MERCADORIAS DIVERSAS, CAFÉ, CIMENTO, MADEIRA, CANNA E LENHA IMPORTADAS DE JUNHO Á DEZEMBRO DE 1296

ESTAÇÕES	Bagagens e encommendas		Mercadorias diversas		Café		Cimento		Madeira		Canna e Lenha		OBSERVAÇÕES
	Volumes	Peso	Volumes	Peso	Volumes	Peso	Volumes	Peso	Volumes	Peso	Wagons	Peso	
Maratahyses	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	. . . . .
Barra	118	3.010	12.047	660.451	—	—	—	—	—	—	—	—	. . . . .
Villa.	247	7.867	2.344	132.944	—	—	—	—	—	—	—	—	. . . . .
Muquy.	84	1.234	382	35.412	—	—	—	—	—	—	—	—	. . . . .
Paineiras.	554	16.797	11.452	611.062	—	—	—	—	—	—	2.680	22.536.500	. . . . .
Ouvidor.	280	5.809	983	49.443	—	—	—	—	—	—	—	—	. . . . .
Safra.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	. . . . .
Cachoeiro	330	10.211	23.724	1.228.244	—	—	—	—	—	—	—	—	. . . . .
Totaes.	1.613	44.958	50.932	2.717$556	—	—	—	—	—	—	2.680	22.536.500	

ANNEXO Nº 7

DEMONSTRAÇÃO DA RENDA DA ESTRADA DE FERRO ITAPEMIRIM, DE 15 DE ABRIL Á DEZEMERO DE 1926.

MEZES	RENDA PROPRIA	RENDA ALHEIA	TOTAL GERAL
Abril.	4:121$700	694$600	4:816$300
Maio.	10:897$100	1:810$000	12:707$100
Junho.	12:079$990	1:649$210	13:729$200
Julho.	20:436$530	3:264$370	23:700$900
Agosto.	23:457$600	3:807$800	27:265$400
Setembro.	24:707$200	4:436$000	29:143$200
Outubro.	22:625$600	3:819$500	26:445$100
Novembro.	20:399$800	3:410$500	23:810$300
Dezembro.	23:826$100	3:349$200	27:175$300
Sommas.	162:551$620	26:241$180	188:792$800

ESTRADA DE FERRO ITAPEMIRIM

ESCRIPTORIO DO TRAFEGO BARRA DO ITAPEMIRIM — ESTATISTICA DAS ESTAÇÕES EM GERAL, DAS PASSAGENS EMITTIDAS DE JANEIRO Á DEZEMBRO DE 1927

1927	Singelas.		Ida e Volta		TOTAL GERAL
ESTAÇÕES	1.ª Classe	2.ª Classe	1.ª Classe	2.ª Classe	
Maratahyses	1.758	1.487	884	——	4.129
Barra	1.736	2.470	483	138	4.827
Villa..	1.620	2.963	556	——	5.139
Muquy	51	567	——	——	618
Paineiras	2.822	6.522	——	——	9.344
Ouvidor	286	1.956	——	——	2.242
Safra..	165	1.099	——	——	1.264
Cachoeiro	3.769	7.241	916	418	12.987
Sommas totaes	12.207	24.305	2.839	556	39.907

Contadoria da Estrada de Ferro Itapemirim, em 31 de Dezembro de 1927

(a) *APRIGIO FREIRE*
Gerente da Estrada de Ferro Itapemirim

ASSIM SE RESUME O MATERIAL RODANTE QUE POSSUE A ESTRADA DE FERRO DE ITAPEMIRIM, ESTANDO NA RELAÇÃO ABAIXO SEPARADO O QUE FOI ADQUIRIDO Á FIRMA MELLO MATTOS E REFORMADO DEPOIS E O QUE ADQUIRI APÓS A SEPARAÇÃO DA E. F. DO SEU CONTRACTO DE ARRENDAMENTO.

ESSA RELAÇÃO CONTEM O QUE EXISTIA EM 31 / 12 / 927.

EXISTENTE EM FEVEREIRO DE 1926		ADQUIRIDO DE FEVEREIRO DE 1926 A DEZEMBRO E 1927
1 Locomotiva com tender	70:000$000	1 Carro novo de 1.ª classe
2 Locomotivas americanas	240:000$000	1 Carro novo de 2.ª classe
1 Carro de 1.ª classe para passageiros..	45:000$000	2 Carros fechados novos para 15 toneladas
1 Carro de 2.ª classe para passageiros..	30:000$000	3 Carros fechados usados para 12 toneladas
5 Carros fechados para carga..	37:500$000	4 Plataformas usadas para 20 toneladas
20 Wagons americanos abertos (20 toneladas)	100:000$000	2 Locomotivas "Borsig" (Obras do Porto)
18 Wagons allemães abertos (15 toneladas) ..	81:000$000	10 Wagonetes para transporte de barro (Obras do Porto)
10 Wagons Companhia Mogyana (4.500 kls.).	30:000$000	13 Tdollys para turmas (construidos nas Officinas)
8 Wagons Companhia Mogyana (20 tons.). ..	32:000$000	1 Carro Conductor e Correio (construido nas Officinas)
6 Trollys para turmas	2:880$000	1 carro para animaes (construido nas Officinas)
		1 Carro de 2.ª classe (construido nas Officinas)
		1 Carro bond (construido nas Officinas)
		1 Carro Motor para rebocar o bond (construido nas Officinas)
		1 Locomotiva "Borsig" recebida ultimamente

NOTA: — Dos 20 Wagons americanos me utilizei de um para construir um carro de 2.ª classe para passageiros, assim como tambem me utilizei de 2 dos 8 da Cia. Mogyana para construir um carro collector e Correio e um outro para animaes, cujas construcções foram feitas nas officinas da Estrada.

ESTRADA DE FERRO ITAPEMIRIM

ESTATISTICA DAS ESTAÇÕES EM GERAL, DAS ENCOMMENDAS, BAGAGENS, MERCADORIAS DIVERSAS, CAFÉ, CIMENTO, MADEIRA, CANNA E LENHA IMPORTADAS DE DEZEMBRO Á JANEIRO DE 1927

ESTAÇÕES	Bagagens e encommendas		Mercadorias diversas		Café		Cimento		Madeira		Canna e Lenha		OBSERVAÇÕES
	Volumes	Peso	Volumes	Peso	Volumes	Peso	Volumes	Peso	Volumes	Peso	Wagons	Peso	
Maratayses	420	10.473	46.135	264.952	—	—	—	—	—	—	—	—	
Barra	349	5.969	22.820	755.418	3.400	206.360	3.000	150.000	14	132.000	—	—	
Villa	541	13.968	5.121	186.015	—	—	—	—	—	—	—	—	
Muqny	146	6.314	845	36.401	—	—	—	—	—	—	—	—	
Paineiras	1.364	30.717	33.277	760.540	—	—	—	—	—	—	1.353	1.673.512	
Ouvidor	184	5.115	1.251	54.899	—	—	—	—	—	—	—	—	
Safra	121	2.729	252	12.206	—	—	—	—	—	—	—	—	
Cachoeiro	2.606	71.617	90.685	4.848.254	—	—	—	—	—	—	—	—	
Somma	5.731	146.902	200.386	6.918.685	3.400	206.360	3.000	150.000	14	132.000	1.353	1.673.512	

ESTRADA DE FERRO ITAPEMIRIM

ANNEXO N.º 11

ESTATISTICA DAS ESTAÇÕES EM GERAL, DAS ENCOMMENDAS, BAGAGENS, MERCADORIAS DIVERSAS, CAFÉ, CIMENTO, MADEIRA, CANNA E LENHA, ASSUCAR, EXPORTADAS DE JANEIRO Á DEZEMBRO DE 1927

ESTAÇÕES	Bagagens e encommendas		Mercadorias diversas		Café		Cimento		Madeira		Canna e Lenha		Assucar	
	Volumes	Peso	Volumes	Peso	Volumes	Peso	Volumes	Peso	Volumes	Peso	Wagons	Peso	Volumes	Peso
Maratayses	919	31.694	2.254	122.714	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Barra	816	23.595	87.442	4.532.949	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Villa	634	21.462	11.359	541.570	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Muquy	163	4.328	126	33.492	—	—	—	—	—	—	745	971.300	—	—
Paineiras	1.123	30.608	4.465	673.834	232	54.606	—	—	—	—	—	—	9.552	573.120
Ouvidor	135	3.581	738	32.542	—	—	—	—	2	12.000	608	702.212	—	—
Safra	126	3.530	214	10.361	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Cachoeiro	2.856	65.508	1.310.422	2.849.724	4.777	288.143	2.963	148.086	139	568.685	—	—	—	—
Somma	6.792	187.626	238.031	8.797.366	5.729	342.749	2.963	148.086	141	580.685	1.353	1.673.512	9.552	573.120

ESTRADA DE FERRO ITAPEMIRIM

ANNEXO Nº 12

DEMONSTRAÇÃO DA RENDA DA ESTRADA NO PERIODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1927

ESTAÇÕES	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho	
	Renda propria	Renda alheia	Renda propria	Renda alheia	Renda propria	Renda alheia	Renda propria	Renda alheia	Renda propria	Renda alheia	Renda propria	Renda alheia	Renda propria	Renda alheia
Cachoeiro	8:979$800	1:008$700	11:097$600	1:097$000	12:316$400	1:553$200	14:512$800	1:524$100	13:911$400	1:142$500	10:579$300	954$400	13:766$400	883$200
Safra	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	48$500	10$100	219$200	29$000
Ouvidor	303$000	47$000	283$200	50$800	301$000	44$000	257$700	45$700	209$500	40$000	292$200	65$200	231$200	47$800
Paineiras	4:646$000	738$900	3:200$800	438$600	3:740$300	518$000	3:037$100	541$900	3:716$200	544$100	3:412$000	403$600	10:054$000	1:633$200
Muquy	350$600	61$900	173$800	47$800	289$600	67$500	221$200	72$100	—	—	—	—	—	—
Villa	2:105$300	340$600	1:727$900	269$500	1:372$400	220$800	1:408$700	195$100	1:203$400	197$900	1:148$000	202$800	1:542$900	306$600
Barra	1:804$800	288$500	1:556$000	217$300	1:560$800	249$100	1:901$100	293$700	1:286$100	214$000	1:147$100	180$800	3:076$400	371$700
Maratahyses	1:251$900	227$100	2:955$000	521$100	2:710$600	433$300	1:517$700	199$100	1:055$100	161$800	421$200	63$800	864$600	101$300
Bond	152$400	—	435$900	—	665$900	—	786$900	—	308$500	—	188$500	—	—	—
Conductor	854$300	71$500	553$900	75$900	587$600	70$900	509$400	86$600	904$800	151$600	641$600	91$200	453$800	37$100
Sommas	20:450$100	2:784$200	21:984$100	2:716$000	23:546$600	3:156$800	25:052$600	2:958$300	22:595$000	2:452$500	17:878$400	1:971$900	30:202$500	3:409$900

ESTAÇÕES	Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro		TOTAL GERAL		OBSERVAÇÕES
	Renda propria	Renda alheia	Renda propria	Renda alheia	Renda propria	Renda alheia	Renda propria	Renda alheia	Renda propria	Renda alheia	Renda propria	Renda alheia	
Cachoeiro	12:209$900	808$700	12:671$300	832$100	12:516$300	933$200	15:076$600	915$700	15:961$300	1:361$900	153:593$100	13:014$700	... ...
Safra	407$900	59$700	330$800	38$400	293$700	32$800	133$600	22$200	363$900	41$000	1:797$600	233$200	... ...
Ouvidor	275$000	63$200	347$100	72$800	358$200	85$200	386$500	66$800	397$100	63$900	3:643$700	693$000	... ...
Paineiras	13:016$400	2:177$200	9:271$600	1:544$300	6:302$700	1:025$500	5:826$700	903$900	3:731$800	554$800	70:855$600	11:023$800	... ...
Muquy	—	—	—	—	152$700	27$400	—	—	—	—	1:187$900	276$700	... ...
Villa	1:249$500	240$300	1:570$900	262$600	1:305$100	283$000	1:178$900	256$200	1:614$200	290$300	17:427$200	3:065$700	... ...
Barra	2:360$600	318$800	3:201$300	373$600	3:157$700	389$500	2:063$700	297$100	2:332$700	448$500	25:453$200	3:642$600	... ...
Maratahyses	638$200	73$000	804$600	95$800	785$800	119$300	1:060$600	155$700	1:145$400	195$300	15:210$700	2:346$600	... ...
Bond	103$500	—	239$600	—	485$400	—	1:077$700	—	1:550$900	—	5:995$100	—	... ...
Conductor	419$000	28$700	547$500	57$300	479$700	26$500	584$900	32$600	621$700	38$400	7:156$200	768$200	... ...
Sommas	30:680$000	3:769$600	28:984$600	3:276$800	25:837$300	2:922$400	27:394$200	2:650$200	27:718$900	2:903$600	302$324$300	35:064$500	

•GR=11 ×

ANNEXO Nº 13

SERVIÇOS EFFECTUADOS NA SECÇÃO DE CONSTRUCÇÃO, DE JUNHO DE 1924 A DEZEMBRO DE 1927

Natureza dos Serviços	2.º Semestre de 1924		1925		1926		1927		Observações
	m.1		m.1		m.1		m.1		
Estudos	3.000	1:060$598			8.000				
Assentamento de trilhos	7.000	12:600$000			6.235	10:032$300	3.374	6:062$400	No 2.º semestre de 1924 não são rigorosos os dados fornecidos, devido a falta de dados precisos.
Nivelamento de linha	7.000	22:400$000			5.956	19:059$200	3.012	9:638$400	
Encaixamento de linha	7.000	6:440$000			6.060	5:575$200	2.225	2:047$000	
	m.2		m.2		m.2		m.2		No titulo assentamento de trilhos não está incluido o material utilisado.
Destocamento e rolamento					789,00	946$800	2598 00	103$920	
Roçado matta-virgem	94600,00	5:581$400	32800,00	3:474$400	2200,00	162$800	1995 00	147$630	
" em capoeirão	40800.00	1:264$800			4600,00	170$200	46440 00	1:718$280	
" em capoeira	218440.00	3:058$160			12960.00	246$240	13500,00	256$500	
Rejuntamento s/arg n.º 3					554,08	2:271$728	136,36	559$076	
Chapeamento					211,64	3:534$988	61,04	1:019$368	
	m.3		m.3		m.3		m.3		
Excavação em terra	16147,000	34:925$961	12540,4	41:591$881	3017,000	7:285$742	11243,674	22:487$348	
" em moledo	8110,000	25:952$000	44258,8	19:831$053	10956,530	35:060$896	14948,910	47:846$512	
" moledo a fogo	69,000	966$000			534,239	3:205$431	139,114	834$684	
" pedra solta			645,	4:568$224	351,364	1:756$820	46,560	232$800	
" em rocha			809,5	17:460$476	846,637	13:546$192	1006,604	16:105$664	
Carga e descarga de terra					8566,375	5:669$033	18762,915	15:948$479	
Carga e descarga de pedra					1074,323	6:525$360	932,443	1:864$886	
Excavação para fundação					545,038	1:713$330	336,440	975$676	
" " " alicerçamento					292,640	1:398$536	109,440	547$200	
Enchimento do porão					37,000	155$232			
Alvenaria pedra secca							17:280	708$480	
Alvenaria ordinaria					974,450	93:277$591	561,948	51:133$104	
Concreto					32,700	3:081$000	97,800	12:624$000	
Concreto armado					6,692	2:342$200	28,700	9:302$400	
	m.3 dem		m.3 dem		m.3 dem		m.3 dem		
Transporte de terra			114011	12:467$949	83377	6:046$390	71209	4:984$630	
" de pedra			11684	1:188$400			1665	166$500	
Serviços diversos				17:013$661		6:302$219		12:151$294	